

Carlos Paris. *A Batalha de Pueblo Viejo*, c. 1832. Museu Nacional de História, Cidade do México, México.

Carlos Paris/Museu de História Nacional, México.

FRENTE 1

CAPÍTULO

4

A emancipação da América

Por muito tempo nos acostumamos a pensar a independência do Brasil como um fenômeno isolado tanto da própria história do país como da história do restante do mundo. Terá sido então mera coincidência que, em um intervalo de cerca de 50 anos, a partir da independência dos Estados Unidos, quase toda a América tenha se tornado independente? As independências na América espanhola não influenciaram a ruptura política entre Brasil e Portugal? E a Europa? Será que os grandes reinos europeus que, no início do século XVI, haviam concentrado tantos esforços nos territórios coloniais agora não se importavam em perdê-los? Se a Inglaterra, a grande potência europeia do século XVIII, havia perdido territórios coloniais na América do Norte, como os impérios ibéricos manteriam suas colônias?

A crise do Antigo Regime

O século XVIII foi marcado por uma série de transformações políticas, econômicas e sociais que ficaram conhecidas como a crise do Antigo Regime. Essa expressão, cunhada pelo movimento Iluminista, foi empregada no sentido de designar o conjunto das características que permearam as práticas das monarquias europeias ao longo da Idade Moderna; práticas essas combatidas pelas ideias da Ilustração. De uma forma ampla, a expressão “Antigo Regime” designa o absolutismo monárquico, a estrutura de privilégios da nobreza e as práticas mercantis. Composto o Antigo Regime estava, também, o que chamamos de sistema colonial.

Se o Antigo Regime, portanto, encontrava-se em decadência, as relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias também seriam afetadas.

O Iluminismo e a Revolução Industrial

As ideias iluministas, como liberdade dos indivíduos e igualdade jurídica, serviram de base para vários movimentos ao redor do Atlântico. Em 1776, as 13 colônias inglesas na América do Norte declararam independência. A Revolução Francesa (1789-1799) colocou um fim, ainda que momentâneo, ao absolutismo e aos privilégios do nascimento e abalou, assim, essas mesmas estruturas que seriam alvos de mudanças ao longo do século XIX em grande parte da Europa ocidental. A independência do Haiti, concluída em 1804, foi parte desse mesmo processo.

Além disso, a Revolução Industrial ampliou a necessidade de novos mercados e matérias-primas, levando os ingleses a intensificar a pressão sobre Portugal e Espanha, no sentido de obter acesso ao comércio com as colônias ibéricas.

Despotismo esclarecido

Mediante as transformações e a ameaça que emergia a partir da difusão das ideias iluministas, muitas monarquias absolutistas buscaram apropriar-se de elementos do esclarecimento para que pudessem, assim, permanecer nas esferas do poder.

O chamado “despotismo esclarecido” representou uma forma de governo em que monarquias absolutistas combinavam aspectos iluministas, como as ideias de progresso e de reforma, a suas administrações.

Reformas pombalinas

Pombal e Portugal

No contexto do despotismo esclarecido, veremos as articulações dos ideais iluministas na administração de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, em Portugal.

Após ter estudado Direito na Universidade de Coimbra e servido brevemente ao exército, a carreira política de Sebastião José de Carvalho e Melo (o título de marquês de Pombal viria apenas em 1769) teve início em 1738, quando foi nomeado pelo então rei de Portugal, D. João V, como embaixador português em Londres.

Com a morte de D. João V, em 1750, seu filho, D. José I, assumiu o trono português. Contando com o apoio de Maria Ana, mãe de D. José I, Pombal foi nomeado secretário de Estado da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, tornando-se, assim, um dos três ministros do rei.

No entanto, na manhã de um sábado, em 1755, um terremoto de grandes proporções atingiu Lisboa e seus arredores. O tremor foi seguido de um maremoto e de um incêndio que assolou a cidade durante cerca de seis dias. Estima-se que o grande terremoto de Lisboa, até hoje um dos mais letais da história, tenha ocasionado entre 30 e 50 mil mortes na capital lusitana.

A insistência em manter a capital em Lisboa (e não transferi-la para Coimbra, como se cogitou à época), somada à reconstrução da cidade, impulsionou a carreira política de Pombal. Rapidamente, ele acabou por se sobrepor aos demais ministros e ao próprio monarca. A administração do Estado português entre 1755 até a morte de D. José I, em 1777, foi protagonizada por marquês de Pombal.



Gravura de 1910 representando os efeitos do terremoto em Lisboa, Portugal, em 1755.

Um dos aspectos que mais se destacou entre as reformas pombalinas foi o campo da educação. Seguindo os preceitos iluministas, Pombal promoveu uma intensa valorização do saber, assim como de um ensino laico. Em Portugal, porém, as mudanças no âmbito educacional levaram Pombal a um enfrentamento com os jesuítas, que, desde o século XVI, exerciam forte influência em todo o sistema educacional português a partir da reprodução de um modelo tomista-aristotélico. Para Pombal, no entanto, os jesuítas haviam fracassado no que diz respeito à educação.

Após o término das Guerras Guaraníticas (1753-1756), como ficaram conhecidos os conflitos armados entre indígenas guarani e colonizadores por causa da alteração fronteiriça firmada por Portugal e Espanha no Tratado de Madri, em 1759, Pombal expulsou os jesuítas de todo o território ultramarino de Portugal. O controle sobre a educação passou, então, para as mãos do Estado português.

Pombal e o Brasil

A expulsão dos jesuítas do Império Português representava as intenções de Pombal sobre como lidar com os espaços coloniais e, principalmente, com o Brasil. Ao expulsar os jesuítas da colônia, a metrópole buscava uma nova relação com os ameríndios. Pombal acusava os jesuítas de cometerem crimes hediondos e de serem indisciplinados em relação às diretrizes portuguesas.

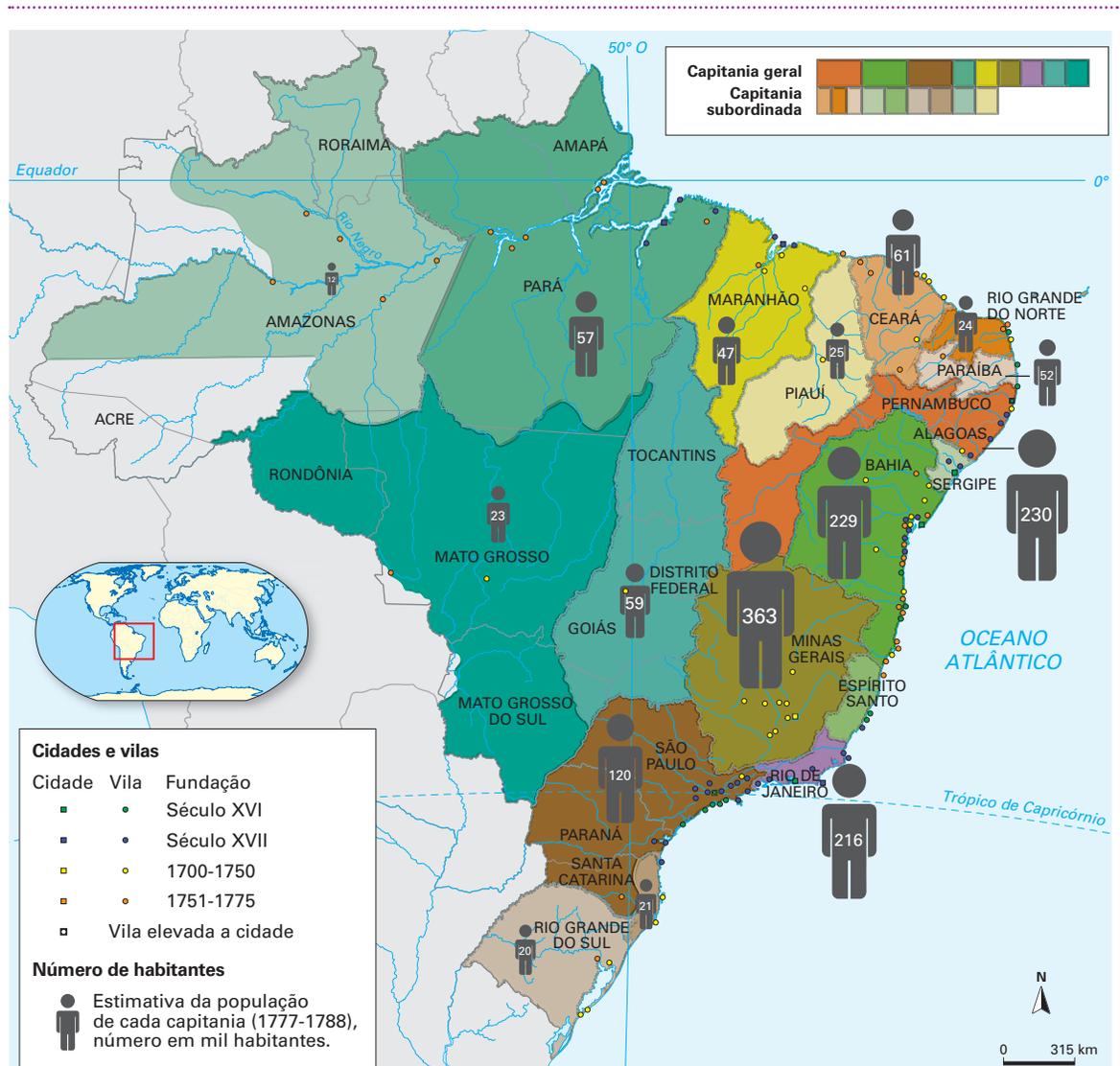
Os ameríndios, fora da tutela jesuítica, deveriam se transformar em vassallos do rei de Portugal. O "Diretório dos Índios", instituído desde 1757, determinava que os antigos aldeamentos deveriam ser, a partir de um certo número de indivíduos, elevados à categoria de vilas (seguindo determinadas regras, burocracias e ritualísticas urbanas). Os indígenas teriam de aprender o português e se "integrar" à sociedade colonial – medida de claro caráter violento contra as culturas ameríndias.

Essas articulações propunham um reforço do funcionamento do sistema colonial ou, como apresentado anteriormente, um arrocho colonial. Em 1763, o centro administrativo da colônia foi transferido de Salvador para o Rio de Janeiro. A nova capital possibilitava um maior controle sobre a região mineradora, assim como uma fiscalização mais efetiva sobre os produtos que entravam e saíam do Brasil para garantir um combate mais efetivo às práticas de contrabando.

Para a região norte e nordeste da colônia foram criadas duas companhias de comércio: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759). Ambas incentivaram o consumo de escravizados na região, assim como a produção de cacau, cravo, canela, arroz e algodão.

A exploração da colônia americana assumiu, com Pombal, papel central na economia lusitana. O sistema colonial atingiu seu apogeu e permitiu que a balança comercial portuguesa ficasse, pela primeira vez, favorável à Portugal em relação à Inglaterra.

Divisão administrativa da colônia – fim do século XVIII



Fonte: elaborado com base em FGV. *Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/crise-do-sistema-colonial/mapas/divisao-administrativa-da-colonia-no-fim-do-seculo-18>. Acesso em: 29 set. 2022.

Crise do sistema colonial

O conjunto de transformações que caracterizaram a crise do Antigo Regime contribuiu para acentuar ainda mais a exploração das metrópoles sobre suas colônias e, assim, favorecer uma reação colonial. Esse recrudescimento levaria a uma reação cada vez mais intensa por parte das elites coloniais. Não por acaso o processo de enfraquecimento do domínio colonial tenha sido generalizado, englobando tanto colônias portuguesas quanto espanholas.

É necessário frisarmos que a exploração colonial – inserida nesse modelo da Idade Moderna – também favorecia o desenvolvimento das colônias. O apogeu do sistema colonial no Brasil, durante o período da mineração, foi também o apogeu de seu desenvolvimento econômico. Fortalecida pelo seu próprio desenvolvimento, a colônia passou a reagir de formas cada vez mais efetivas ao exclusivo metropolitano.

A expansão do capitalismo industrial exigia um mercado consumidor cada vez mais amplo, e a expansão desse mercado para as colônias colocava em xeque o sistema colonial. Os monopólios comerciais, a exploração do trabalho escravizado e a ausência de poder de consumo nas colônias não condiziam com as exigências de livre-comércio do capitalismo.

Nesse contexto, as teorias iluministas se difundiram pelos espaços coloniais. Obras de pensadores como Denis Diderot e Jean-Jacques Rousseau estavam nas bibliotecas dos intelectuais das colônias; o que, por sua vez, reforçava a crescente preocupação metropolitana de policiar a entrada de livros, vigiar reuniões, prender, expulsar e condenar seus adeptos.

A independência dos Estados Unidos, por exemplo, estimulou as lutas pela independência nas demais colônias, constituindo-se em mais um fator de intensificação da crise do sistema colonial.

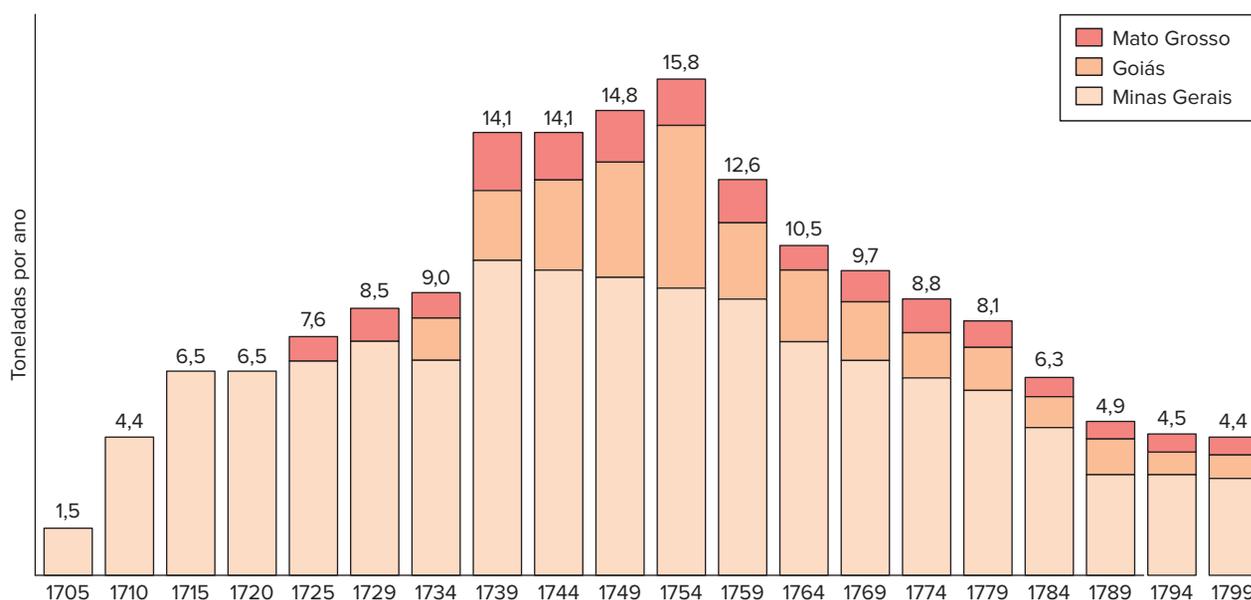
Crise do sistema colonial no Brasil

No caso do Brasil, a crise do sistema colonial se fez enquanto Portugal passava por um período de dificuldades econômicas e buscava como solução, mais uma vez, a exploração colonial. A colônia, no entanto, não possuía mais capacidade de suprir as necessidades metropolitanas. Os colonos, inspirados por autores iluministas e pelos acontecimentos recentes, não enxergavam mais a autoridade régia como absoluta e intangível, questionando suas decisões e acusando-a de abusos.

Apesar dos esforços do marquês de Pombal no que tangia à exploração colonial, Portugal retomou seu estado de mal-estar econômico ao longo das décadas de 1760 e 1770. Os custos para a reconstrução de Lisboa após o terremoto também passaram a fazer parte das despesas lusitanas no período.

Para acentuar a crise, uma das principais fontes de renda da Coroa portuguesa, os quintos de Minas Gerais, começou a declinar. A extração de ouro havia atingido seu limite em meados do século XVIII, caindo gradualmente a partir de então.

Extração de ouro no século XVIII



Fonte: elaborado com base em FGV. *Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/descoberta-do-ouro/mapas/graficos-producao-de-ouro-e-populacao-mineira-no-seculo-18>. Acesso em: 29 set. 2022.

Enquanto isso, com a morte de D. José I, em 1777, assumia o trono português D. Maria I. A nova rainha de Portugal era fortemente religiosa e aliada dos jesuítas, o que a levou a afastar Pombal do ministério e permitir o retorno da Companhia de Jesus a Portugal, ao Brasil e às outras colônias portuguesas. D. Maria I extinguiu as companhias de comércio criadas por Pombal e, em 1785, estabeleceu o alvará de proibição de instalação industrial na colônia, o que, entre outros fatores, contribuiria para o “renascimento agrícola”.

O renascimento agrícola

Mediante a crise da mineração, entre o final do século XVIII e início do século XIX houve um processo que ficou conhecido como renascimento agrícola. No entanto, essa denominação é bastante problemática, uma vez que a agricultura jamais deixara de ser uma atividade fundamental na colônia. O açúcar, por exemplo, mesmo durante o apogeu da mineração, permaneceu como o principal produto exportado pelo Brasil. Assim, o termo deve ser entendido considerando que a agricultura voltou a atrair os principais investimentos e a se constituir em centro da atividade econômica.

Além do declínio da mineração, vários fatores internacionais contribuíram para o chamado renascimento agrícola no Brasil. Com a Guerra de Independência das 13 colônias na América do Norte, a Inglaterra perdeu parte da matéria-prima fundamental à sua indústria, o algodão. Abriu-se, com isso, um mercado para a produção do algodão no Brasil, a qual se estendeu por várias regiões do país, principalmente o Maranhão.



O pelourinho de Alcântara, no Maranhão, é um dos poucos ainda preservados no Brasil como memória da violência contra os escravizados. Fundada no século XVII, Alcântara foi uma das cidades produtoras de algodão até o século XIX. No Brasil, o ciclo do algodão também foi sustentado pelo trabalho escravizado. Foto de 2019.

Outro produto muito cultivado nesse período foi o tabaco, largamente utilizado no escambo de escravizados nas feitorias do litoral africano. O cacau também teve sua produção aumentada, deixando de ser um produto meramente extrativista e passando a ser plantado em vastas regiões da Amazônia e no sul da Bahia.

Porém, mesmo diante desse “renascimento”, o Brasil perdeu novamente parte do mercado Europeu de consumo de açúcar a partir do início do século XIX. Um dos motivos foi o fato de que, entre os séculos XVIII e XIX, a Europa desenvolveu o açúcar de beterraba. Outro ponto crucial dessa perda de mercado foi a modernização tecnológica pela qual Cuba passou na produção açucareira. O açúcar cubano se tornou melhor e mais barato que o açúcar brasileiro, conquistando o mercado estadunidense. Para se ter uma ideia, na década de 1830, o açúcar correspondia a mais de 40% da exportação brasileira. Em 1840, o açúcar produzido pelo Brasil representava apenas 9% do comércio mundial desse produto, estando restrito ao comércio com

Portugal e demais países da América do Sul. Por fim, deve-se destacar que o declínio do açúcar foi acompanhado pelo desenvolvimento de outro produto, o café.

Revoltas emancipacionistas

Conforme Portugal aumentava a fiscalização e os mecanismos de controle sobre a colônia, uma série de levantes, denominados revoltas nativistas, se disseminou em diversas localidades do território brasileiro. Essas revoltas reivindicavam melhores acordos na relação entre metrópole e colônia. Quando o sistema colonial atingiu seu apogeu, essa tensão, que cresceu ao longo do século XVIII, resultou no desejo colonial de romper com o sistema.

Revoltas emancipacionistas é o termo utilizado para designar as rebeliões coloniais pela independência, as quais buscaram, a partir da tomada de consciência da exploração da metrópole sobre a colônia, a ruptura com Portugal. Por isso, são consideradas a expressão da crise do sistema colonial.

Essas revoltas, que aconteceram durante o último quartel do século XVIII, compartilhavam características em comum. Em relação às influências externas, seus ideários se pautaram, sobretudo, nas ideias iluministas difundidas na colônia pelo intenso fluxo migratório de europeus para o Brasil durante o período da mineração.

Outro aspecto marcante foi o fato de as revoltas possuírem um caráter regional, ou seja, não havia o desejo de tornar todo o território brasileiro independente; a luta pela emancipação era das localidades em que os levantes ocorreram. No final do século XVIII, ainda não havia um sentimento que possa ser chamado de identidade nacional, ou sequer uma ideia de Brasil como Estado-nação.

Inconfidência Mineira (1789)

Na década de 1780, quando Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto), em Minas Gerais, era o centro da região mineradora, os movimentos contrários ao domínio metropolitano se intensificaram. Desde meados do século XVIII, o arrocho colonial havia contribuído diretamente para que houvesse um crescimento da fiscalização de Portugal sobre as atividades praticadas na colônia; mais especificamente, a extração de minérios.

Pombal buscou um maior controle da região, estabelecendo que o quinto (imposto recolhido pela metrópole sobre o ouro extraído) deveria alcançar, obrigatoriamente, a quantia anual de 100 arrobas do metal. Quanto aos diamantes, o ministro português retirou das mãos de particulares o direito da exploração, passando-o diretamente para a Coroa. Mas o resultado foi diferente do esperado.

No último quartel do século XVIII, diante do esgotamento das minas, a quantia anual exigida para o quinto raramente era atingida. Assim, para alcançar o valor do montante pretendido, estabeleceu-se um novo imposto, a **derrama**: cobrança, por meio da força militar, da diferença não atingida pela meta determinada. A derrama, porém, não era cobrada apenas dos mineradores, mas de toda a população da vila, e de maneira ostensiva, com o confisco de propriedades, por exemplo.

Com a articulação de alguns intelectuais e de outros membros da sociedade, organizou-se uma conspiração contra Portugal. Entre os conspiradores, estavam Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga, os padres José de Oliveira Rolim, Carlos Correia de Toledo e Melo e Manuel Rodrigues da Costa, além de José Joaquim Maia (que buscou contato com Thomas Jefferson, um dos líderes da independência estadunidense), José Álvares Maciel, os coronéis Domingos de Abreu e Joaquim Silvério dos Reis e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes.



A decadência da atividade mineradora, somada ao arrocho colonial e à presença de uma elite ilustrada, transformou Vila Rica em um local fértil para revoltas contra o domínio metropolitano. Na imagem, a Praça Tiradentes, em Ouro Preto (MG), com o Museu da Inconfidência ao fundo. Foto de 2020.

Os inconfidentes articularam um movimento de ruptura política da região com Portugal, buscando transformar Minas Gerais em um república independente, aos moldes estadunidenses. O lema da rebelião, “*libertas quæ sera tamen*”, foi retirado de uma produção de Virgílio, célebre poeta do Império Romano, e pode ser traduzido para “liberdade ainda que tardia”, evocando o desejo por liberdade econômica e política da capitania mineira.

Em 1789, o plano dos inconfidentes era de incitar uma insurgência popular para a tomada do poder. Porém, temendo a represália metropolitana, alguns deles optaram por delatar seus companheiros, na expectativa de que suas dívidas com a Coroa fossem amortizadas. Com a delação, Portugal suspendeu a cobrança da derrama para evitar o levante, e os inconfidentes foram transformados em réus.

Tiradentes foi enforcado e seu corpo esquartejado. Outros líderes inconfidentes foram deportados; um deles, Cláudio Manuel da Costa, morreu na prisão antes do julgamento.

Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates (1798)

Outra revolta emancipacionista ocorreu na Bahia, em 1798, e recebeu o nome de Conjuração Baiana. Diferentemente da conspiração de Minas Gerais, o movimento na Bahia apresentou algumas características peculiares entre as revoltas pela independência no período colonial. Isso porque tinha caráter predominantemente popular e, embora contasse com o apoio de alguns membros da elite, teve o protagonismo de mestiços e negros, livres ou libertos, que exerciam profissões tipicamente urbanas, como artesãos ou soldados, além de alguns escravizados.

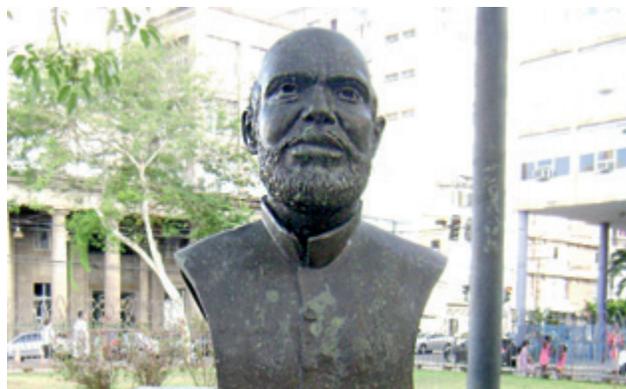
Por essas particularidades, o movimento também ficou conhecido como Revolta dos Alfaiates. Entre suas lideranças estavam os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino dos Santos Lira, os soldados Lucas Dantas de Amorim Torres, Romão Pinheiro e Luís Gonzaga das Virgens, o padre Francisco Gomes e o farmacêutico João Ladislau de Figueiredo.

A gênese da revolta se deu a partir da transferência do centro administrativo da colônia, de Salvador para o Rio de Janeiro, o que contribuiu para uma crise econômica na Bahia. As condições precárias eram evidentes, principalmente entre os setores mais pobres da população. Podemos também identificar suas origens a partir da disseminação das ideias ilustradas, sobretudo mediante a eclosão da Revolução Francesa, em 1789. Panfletos escritos pelo médico e filósofo Cipriano Barata e textos de autoria do soldado Luiz Gonzaga, por exemplo, contribuíram para a polarização desses ideais. Além disso, o início da Revolução Haitiana, em 1791, protagonizada por escravizados, foi importante para a promoção do Iluminismo em uma população majoritariamente negra (cerca de 80% da população) como a da Bahia.

O movimento baiano também nasceu com um caráter conspiratório. Seus líderes almejavam a independência da Bahia e a proclamação de uma república. Além disso, pretendiam constituir um governo democrático, aumentar os salários dos militares e estabelecer a liberdade de comércio. Ainda que não fosse consenso entre todos os conjurados, também defendiam o fim da escravidão e a abolição de todas as formas de preconceito.

No dia 12 de agosto de 1798, o movimento teve início quando alguns dos conspiradores começaram a distribuir pela cidade folhetos com as pautas e ideias da conjuração. A prática foi rapidamente denunciada, e as autoridades reagiram com a prisão dos responsáveis. Ao serem interrogados, os participantes acabaram delatando os demais envolvidos no movimento. Mais uma vez, as pretensões emancipacionistas foram derrotadas pela coroa portuguesa.

Em 1799, as penas começaram a ser divulgadas e as punições mais duras recaíram sobre os indivíduos mais pobres. Os quatro conjurados que receberam as penas mais severas foram Lucas Dantas, Manuel Faustino, Luís Gonzaga e João de Deus. Eles foram esquartejados, e as partes de seus corpos foram espetadas em estacas pelas ruas de Salvador, onde ficaram até entrar em decomposição.

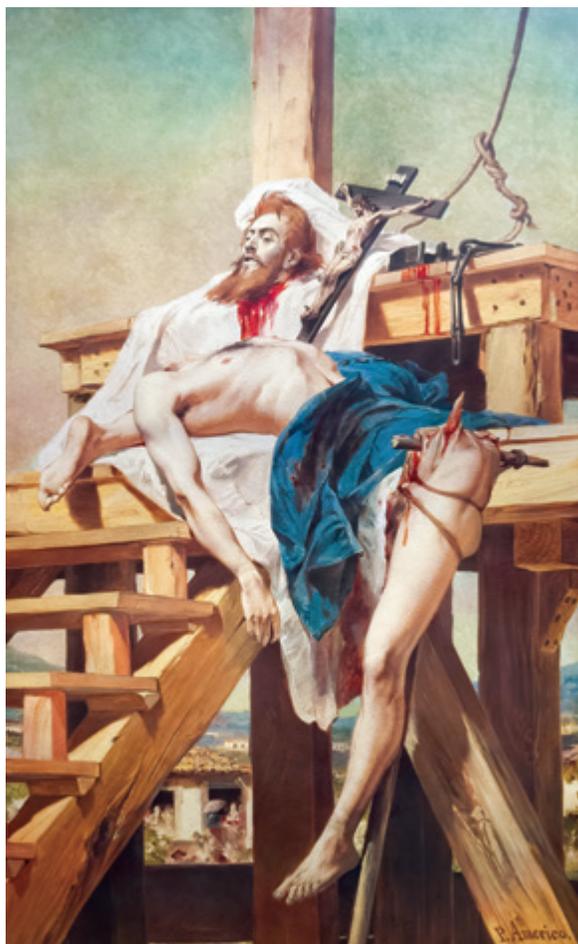


Busto de Luís Gonzaga das Virgens, na Praça da Piedade, Salvador, Bahia. Foto de 2017.

Saiba mais

A Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana não tiveram grandes repercussões enquanto ocorreram. No entanto, se não tiveram a devida relevância à época, por que conhecemos a figura de Tiradentes e por que a data de sua execução, 21 de abril, é feriado nacional no Brasil? Com a Proclamação da República, em 1889, foi preciso construir heróis nacionais que representassem os valores republicanos em processo de implantação. Sendo assim, os estudos sobre a Inconfidência em Minas Gerais ganharam mais espaço e relevância. Contudo, devido à efemeridade do movimento, há mais registros documentais sobre a figura de Tiradentes, o que levou a historiografia a transformá-lo em uma espécie de mártir, um herói que correspondia aos interesses da elite no Brasil após o fim do império.

A pintura de Pedro Américo, datada de 1893 e intitulada *Tiradentes esquartejado*, caracteriza bem esse processo. Na obra, a aparência física do inconfidente, que não era conhecida, foi reproduzida de forma a se assemelhar com a construção imagética de Jesus Cristo, enquanto as partes de seu corpo, espalhadas ao pé da forca, marcam o perímetro territorial do Brasil, no contexto da República.



Pedro Américo. *Tiradentes esquartejado*, 1893. Óleo sobre tela. Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora, Minas Gerais.

Diferentemente da Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana não correspondia aos valores de uma recém-proclamada república, cuja elite política mantinha laços estreitos com o escravismo, mesmo após a abolição.

Independências na América espanhola

Não podemos dissociar o processo de independência das colônias espanholas na América das profundas contradições que o sistema colonial passou a apresentar a partir do século XVIII. As ideias iluministas, que colaboravam para o desgaste do Antigo Regime, chegavam às colônias e, com elas, os anseios por liberdade econômica, igualdade jurídica e emancipação política.

Reformas borbônicas e a crise do sistema colonial na América

Os antecedentes das lutas pelas independências na América espanhola remontam, inicialmente, ao contexto político da Espanha durante o século XVIII.

O início do século XVIII marcou o fim do domínio dos Habsburgos sobre a Espanha, que durou cerca de dois séculos. Com a morte de Carlos II, o trono espanhol passou para a família Bourbon, mais especificamente para Filipe IV, neto do rei francês Luís XIV. A ascensão da dinastia Bourbon, porém, não aconteceu de forma simples. Seu fortalecimento não era visto com bons olhos por Inglaterra, Áustria e alguns principados do Sacro Império Romano-Germânico. Sendo assim, a coroação de Filipe IV se deu por meio da Guerra de Sucessão do Trono Espanhol (1702-1713) e, principalmente, após algumas concessões feitas aos ingleses.

Durante o reinado de Carlos III (1759-1788), considerado um déspota esclarecido, a Espanha articulou uma série de mudanças, tanto internas como em relação às colônias; tais transformações ficaram conhecidas como reformas borbônicas. Essas reformas seguiram a perspectiva do despotismo esclarecido, ou seja, foram implantadas a partir de moldes semelhantes às reformas pombalinas realizadas em Portugal e no Brasil.

As reformas borbônicas promoveram uma expansão sobre a atuação do Estado espanhol – agora mais burocratizado – em detrimento dos empreendimentos privados nas colônias.

Em 1767, os jesuítas também foram expulsos do território colonial espanhol. Apesar de representarem, em números, uma quantidade inferior à que havia na América portuguesa, a Companhia de Jesus dispunha de amplos privilégios e havia desenvolvido um poderio econômico independente da metrópole na América espanhola. Expulsar os jesuítas, assim como havia sido parte das intenções pombalinas, era também uma maneira de realocar os ameríndios em meio ao projeto de racionalização do sistema colonial.

Sem a presença dos jesuítas, os indígenas foram forçados a se submeter aos novos interesses espanhóis. Deveriam, a partir de então, compor a lógica econômica de produção e consumo, a fim de gerar a maior quantidade possível de lucro à metrópole.

Muitos representantes das comunidades indígenas, porém, não aceitaram se submeter aos ditames metropolitanos, e, ao longo do século XVIII, uma série de revoltas ameríndias eclodiu nas colônias.

Uma das revoltas que mais se destacaram foi a **Revolta de Túpac Amaru II** no Peru. Na década de 1770, teve início uma mobilização local contra uma série de pressões fiscais impostas pela metrópole (novas e maiores taxas alfandegárias) e contra a inclusão das camadas mais pobres (por exemplo, os **cholos**) na obrigação de pagamento de tributos.

Cholo: termo comum na América hispânica para designar a população mestiça de descendência indígena. Atualmente, em muitos lugares, o termo é empregado de forma pejorativa para se referir às camadas populares, de herança ameríndia.

Em um primeiro momento, os *criollos*, também descontentes com a tributação, apoiaram a revolta. No entanto, afastaram-se do movimento ao longo dos anos, ao perceberem que as pautas ameríndias protagonizavam o levante. Os indígenas lutavam em nome da abolição do sistema de *mita* nas minas de Potosí e pelo fim das tarifas internas de comércio, além de prometerem libertar os negros escravizados que aderissem à revolta.

A rebelião tomou maiores proporções em 1780, quando José Gabriel Condorcanqui, descendente da família real inca, se autoproclamou Túpac Amaru II e conduziu um levante de significativas proporções, que se estendeu não somente por boa parte do Peru, mas também para outras regiões da América. Com a oposição do Estado espanhol, da Igreja católica e de parte dos *criollos*, a revolta sofreu uma violenta repressão. Cerca de 100 mil ameríndios foram mortos no conflito, e Túpac Amaru II foi assassinado e esquartejado publicamente. Para reafirmar seu posicionamento, a metrópole fez concessões aos *criollos* acerca das exigências iniciais, mas não aos indígenas.



Monumento em homenagem a Túpac Amaru II, destaque na luta contra a opressão colonial espanhola. Cusco, Peru. Foto de 2008.

No âmbito econômico, as reformas visaram desenvolver ainda mais as estruturas primárias de produção colonial (agricultura e, principalmente, mineração), afastando as colônias de qualquer estímulo à industrialização. As reformas borbônicas, acompanhadas de novos tributos (por exemplo, a alcabala, ou imposto sobre as vendas), impediam que o capital gerado pela produção na colônia fosse investido localmente, pois toda a receita tinha como endereço final os cofres espanhóis.

Muitas das decisões tomadas pelos Bourbons, no entanto, se mostraram bastante ambíguas. A partir da década de 1760, na perspectiva de melhor aparelhar o controle espanhol sobre as colônias, a Espanha formou seus exércitos coloniais. Porém, compostos essencialmente por *criollos*, esses exércitos acabaram por permitir um favorecimento dos interesses de parte dos colonos, que passou a gozar não só da estrutura militar como também de certos privilégios jurídicos, equivalentes aos que possuíam os militares espanhóis.

Além de revoltas indígenas, o confronto entre os *criollos* e os *chapetones*, representantes dos interesses metropolitanos na colônia, se acirrou. A camada *criolla* passou a reivindicar cargos de participação política nas colônias para que pudesse promover a defesa de seus interesses. Carlos III criou os ***cabildos abiertos***, órgãos de administração local que ofereciam cargos que podiam ser ocupados pelos *criollos*. Entretanto, tais medidas não surtiram os efeitos desejados, permanecendo a insatisfação da elite *criolla*, principalmente entre os mais enriquecidos.

A partir dessas medidas e de suas respectivas reações, ocorreu o início da fragmentação política que se consolidou ao longo das independências na América. As reformas borbônicas afetaram as diversas regiões das colônias espanholas de maneiras diferentes, uma vez que não havia homogeneidade econômica ou social nos espaços coloniais. Dessa forma, a defesa dos interesses locais evidenciou as discrepâncias regionais.

A Espanha durante as Guerras Napoleônicas

Com a Revolução Industrial e a conseqüente expansão de sua produção, a Inglaterra passou a depender cada vez mais do mercado colonial, tanto de suas próprias colônias quanto das demais colônias do continente americano.

Essa situação se agravou quando, em 1776, as 13 colônias inglesas na América do Norte proclamaram a sua independência. Essa emancipação culminou, ao final de uma guerra, na formação dos Estados Unidos da América. Não bastasse a iminência de perder territórios coloniais, a Inglaterra assistiu à França e à Espanha endossarem – financeira e militarmente – a luta dos colonos da América do Norte pela independência.

A pretensão espanhola, ao apoiar o processo de emancipação estadunidense, era de enfraquecer o crescente poderio inglês no século XVIII. O resultado, no entanto, não garantiu o efeito desejado. Com a independência dos Estados Unidos, a Inglaterra buscou expandir sua influência econômica sobre a América ibérica, o que, por sua vez, contrariava os interesses espanhóis estabelecidos pelas reformas borbônicas. Ou seja, ao participar da guerra

contra a Inglaterra, a Espanha não conseguiu enfraquecer seu rival e ainda acabou favorecendo o desmanche de seu próprio império.

Como mencionado, a emancipação dos Estados Unidos, que acabou sendo uma das principais referências para o restante das independências que viriam a acontecer na América, não ocorreu de forma pacífica. Durante o conflito entre Estados Unidos e Inglaterra, o almirante britânico Nelson impôs uma dura derrota à esquadra espanhola, próximo ao porto de Cádiz. Na sequência, os ingleses atacaram portos hispânicos na América, impondo um bloqueio comercial tanto sobre as colônias espanholas como sobre a metrópole.

Como medida de emergência, para não perder os tributos atrelados ao comércio colonial, a Espanha passou a permitir que navios de outros países – mediante altíssimas taxas – pudessem realizar transações com a América hispânica.

Temendo que o prolongamento dessa concessão pudesse fazer a Espanha perder o controle sobre o exclusivo metropolitano, a monarquia Bourbon tentou revogá-la assim que cessou o bloqueio inglês, mas era tarde demais. Tanto os outros países quanto as colônias haviam sido beneficiados pelas novas relações comerciais, ignorando a revogação da Coroa espanhola.

Depois de tentar, por diversas vezes, retomar a proibição, a Espanha não teve sucesso. A única solução, então, seria legalizar o comércio colonial com outros países e, assim, assegurar aos cofres espanhóis a maior tributação possível sobre o processo. Dessa forma, a Espanha passou a vender licenças de comércio para companhias estadunidenses e europeias, inclusive inglesas.

Essa realidade conturbada marcou as colônias espanholas no início do século XIX. Tal situação foi amplamente agravada pelas Guerras Napoleônicas na Europa.

Em 1806, o imperador francês Napoleão Bonaparte instituiu o **bloqueio continental** (chamado também de Decreto de Berlim) como forma de reduzir o poder econômico da Inglaterra. O decreto impedia, sob ameaça de invasão do exército francês, que os países – e suas respectivas colônias – realizassem comércio com os ingleses.

Alegando que o comércio inglês com as colônias espanholas feria o bloqueio continental, Napoleão decidiu, em 1808, invadir o território espanhol e forçar a abdicação do rei da Espanha, Carlos IV. Após um breve reinado de seu sucessor, Fernando VII, o trono foi ocupado por José I, irmão de Napoleão.

Enquanto na Espanha um exército francês de 200 mil homens tentava garantir o trono de José I contra uma guerrilha espanhola, que contava com apoio militar inglês, a agitação política atingia as colônias. Foi esse o contexto que marcou o início da luta efetiva pela independência na América espanhola.

Revoluções malogradas

As intempéries econômicas desde a segunda metade do século XVIII intensificaram as tensões sociais e colaboraram para a eclosão de tumultos e revoltas. Com a nova conjuntura internacional, a América hispânica se viu em um contexto favorável para o acirramento das questões internas.

No início do século XIX, a população da América espanhola era superior a 22 milhões de habitantes. Desse total, mais da metade era composta por ameríndios, 3 milhões eram *criollos* e cerca de 300 mil faziam parte da camada dirigente dos *chapetones*. O restante dividia-se entre escravizados e os considerados como mestiços.

Como vimos, os *criollos* e os *chapetones* não desfrutavam dos mesmos privilégios e condições políticas nas colônias. Com a metrópole governada por José I, irmão de Napoleão Bonaparte, a reivindicação pelos interesses coloniais, protagonizada pelos *criollos*, passou a ganhar cada vez mais espaço e força.

Se aos *chapetones* interessava a manutenção de um rígido sistema colonial, os *criollos* viam na ruptura política com a Espanha a única forma de ascender politicamente e, assim, governar os territórios conforme suas necessidades.

Os *criollos*, portanto, exerceram um papel central ao longo dos movimentos emancipatórios; porém, é necessário ter cuidado para não tratá-los enquanto uma camada social homogênea. Ainda que alguns *criollos* gozassem de uma condição econômica suficiente para serem enquadrados como parte da elite colonial, outros tinham destaque apenas entre os setores mais pobres da população, e a maioria era detentora de uma renda moderada. Outro aspecto que devemos reforçar é que havia características próprias dos grupos *criollos*, a depender dos interesses locais. Por fim, é preciso apontar que os interesses coloniais defendidos pelos *criollos*, na maioria das vezes, não incluía ameríndios ou escravizados.

Outro aspecto importante a ser ressaltado, na compreensão do protagonismo *criollo* durante os movimentos emancipatórios, é a construção do nacionalismo. Por não estarem à margem da sociedade colonial, os *criollos* criaram uma identidade própria e, ao longo do século XVIII e início do XIX, passaram a se identificar como americanos, e não como espanhóis.

Durante a ocupação napoleônica sobre a Espanha, houve uma mudança no trato com as colônias mediante alguns preceitos de caráter liberal. Em 1809, os territórios hispânicos na América abandonaram a condição colonial e passaram a compor o próprio reino espanhol, recebendo novas diretrizes. Passaram, por exemplo, a possuir liberdade de imprensa e maior autonomia política. No que diz respeito aos ameríndios, a mita foi abolida e indígenas receberam terras. Além disso, a Igreja católica foi enfraquecida com o encerramento das ações do Tribunal do Santo Ofício.

Dessa maneira, sem que o domínio metropolitano se fizesse presente de forma intensa, teve início uma primeira fase de lutas emancipatórias, que se alastraram por várias regiões da América hispânica. Esses movimentos foram, em sua maioria, coordenados por *criollos*, visando ampliar o seu poderio administrativo em território colonial. No entanto, essa fase inicial de lutas ficou conhecida pela expressão “revoluções malogradas” por terem sido tentativas fracassadas. Mesmo diante da nova conjuntura espanhola, os movimentos – sem pauta política definida e fragilizados pelas diferenças entre *criollos* e ameríndios – foram facilmente reprimidos.

No México, o conflito interno de interesses ficou evidente. O movimento pela independência foi iniciado pelos padres Miguel Hidalgo y Costilla e José Maria Morelos, que lideravam um levante com amplo apoio popular, inclusive dos indígenas. Hidalgo e Morelos propunham reformas estruturais, como a abolição da escravidão, o fim da discriminação contra os indígenas, a exclusividade dos naturais da América para ocupar cargos civis e militares no México, além de declararem alguns *criollos* como inimigos da nação. Os *criollos* contrários às reformas de Hidalgo e Morelos, por sua vez, uniram-se aos *chapetones* a fim de reprimir o movimento emancipatório. Em 1811, Hidalgo foi excomungado pela Igreja católica e fuzilado pelas autoridades.

Para afastar outras tentativas populares de emancipação, os *criollos* se uniram à Igreja católica e à própria monarquia espanhola para combater os indígenas. Esse conflito interno durou até 1821, quando o México foi oficialmente declarado independente.



EDU Vision/Alamy/Fotostena

Juan O'Gorman. *Retábulo da Independência do México*, 1960. Afresco em parede. Museu Nacional de História. Cidade do México, México. A obra representa o episódio ocorrido em setembro de 1810, quando o padre Hidalgo (ao centro da imagem) conclama a população mexicana a lutar contra os colonizadores. Dolores era o nome da localidade em que se deu o episódio, hoje um município mexicano chamado Dolores Hidalgo.

Em Caracas, na capitania da Venezuela, a questão social também foi um fator central para a eclosão dos primeiros movimentos emancipacionistas. Com uma elite de proprietários de terras, que representavam menos de 2% da população, a questão da divisão de terras era pauta fundamental para se pensar a organização de um Estado independente. Após a criação de uma junta governamental em 1808, posterior à invasão de Napoleão à Espanha, a Venezuela foi um dos territórios pioneiros a formar um governo revolucionário quando, em 1811, o *criollo* Francisco de Miranda proclamou a independência. No entanto, por ser a colônia espanhola mais próxima da Península Ibérica, além de próxima também das Antilhas hispânicas, a repressão aconteceu de maneira rápida e eficiente. Preso, Miranda foi enviado para Cádiz, onde morreu. Simón Bolívar, sobre quem falaremos mais adiante, retomou a luta em 1813, sem sucesso.

Outras tentativas de independência na região do Prata e nos Andes também não obtiveram sucesso.

Paraguai: a exceção

O Paraguai foi o único que conseguiu sua efetiva independência, em 1811, no contexto das revoluções malogradas, sob a liderança do *criollo* José Gaspar Rodríguez de Francia (1766-1840). Essa conquista, precoce em relação às outras regiões, deu-se graças à sua condição geográfica de isolamento, distante das áreas centrais do interesse e do poder espanhol, e à ausência de grandes interesses econômicos da Espanha sobre a região.

Não é possível afirmar que a emancipação paraguaia tenha acontecido sem nenhuma forma de resistência metropolitana, no entanto, diante da eclosão, em um mesmo contexto, de uma série de levantes coloniais, conter a revolução paraguaia não foi de ordem prioritária.

José Francia governou o Paraguai sem uma constituição, na condição de ditador perpétuo, até sua morte, em 1840. Nacionalizou os bens da Igreja católica e concentrou os esforços econômicos na exploração de erva-mate e madeira por meio de monopólios estatais.

Revolução Liberal na Espanha (1820)

Em 1814, Napoleão foi derrotado na Europa. À sua derrota seguiu-se o Congresso de Viena e todo o quadro de restauração europeia. O Congresso de Viena, cujos princípios eram definidos pelo ideal da “restauração”, articulou uma série de medidas com o intuito de tentar conter os avanços liberais e restaurar o Antigo Regime. No entanto, inúmeras revoltas de cunho liberal se disseminaram pelo continente até meados do século XIX. Em 1820, uma dessas revoltas ocorreu na Espanha, após a tentativa de Fernando VII de revogar a constituição liberal de 1812, elaborada no reinado de José I, irmão de Napoleão Bonaparte. O episódio acabou favorecendo as independências de suas colônias americanas.

Revoluções vitoriosas

Um fator que contribuiu para que as revoluções emancipacionistas fossem vitoriosas, ao contrário das primeiras tentativas, foi a união das elites *criollas*. É importante frisar, porém, que um dos principais motivos dessa união era a perspectiva de impedir que a independência fosse protagonizada por outros setores das sociedades, fossem eles de escravizados, ameríndios ou representantes das camadas populares. Entre os líderes das independências, destacam-se **Simón Bolívar** (1783-1830), **José de San Martín** (1778-1850) e **Bernardo O’Higgins** (1778-1842).

Após ter se envolvido na primeira tentativa de independência da Venezuela, Bolívar conseguiu tomar a região de Angostura (na atual Venezuela) e de Nova Granada (Colômbia), tornando-as independentes e formando, em 1819, a Grande Colômbia. Entre 1822 e 1825, ele participou da independência do Equador, do Peru (que contou com o auxílio de José de San Martín) e da Bolívia.

Bolívar almejava uma América republicana e unida, capaz de romper de forma substancial com a dependência europeia. Esse movimento de unificação americana tão almejado por Bolívar recebeu o nome de pan-americanismo. José de San Martín, por sua vez, promovia a defesa de uma América independente pautada em um modelo de monarquia constitucional. Além de ter iniciado a emancipação peruana, fez parte, em 1816, da independência das Províncias Unidas do Prata, região que, como veremos adiante, unificou-se na Argentina. Juntamente a Bernardo O’Higgins, lutou na formação do Estado independente chileno.

No encontro de Guayaquil, em julho de 1832, San Martín renunciou a todos os seus cargos e abandonou a vida pública. Com isso, Bolívar assumiu o comando supremo das forças rebeldes.

Entre as independências da América espanhola, destaca-se o caso mexicano. A colônia da Nova Espanha (México) era uma das maiores colônias espanholas. Seu território englobava desde o atual estado do Oregon (nos Estados Unidos) até o istmo do Panamá. Após a experiência do movimento do padre Hidalgo, os *criollos* no México queriam afastar a possibilidade de uma nova revolta de caráter popular e, assim, buscaram uma aliança com a Igreja católica e com a própria monarquia espanhola.

Em 1821, com a tomada da capital pelo Exército das Três Garantias (ou “exército trigarante”, nome relacionado às três principais pautas dos militares: catolicismo, independência e união), o general Agustín de Iturbide autoproclamou-se imperador, formando, no México, uma monarquia constitucional que garantia os privilégios da religião católica e dos proprietários de terra, assim como a manutenção dos empregos públicos. No ano seguinte, porém, uma rebelião liderada pelo general Santa Anna derrubou o imperador do poder e proclamou uma República no México. Em 1823, Agustín de Iturbide reconheceu a derrota e abdicou do trono; em 1824, foi executado.

Na primeira metade do século XIX, do antigo império colonial espanhol restaram apenas as ilhas de Cuba e Porto Rico, que só conquistariam sua independência durante a Guerra Hispano-Americana (1898), com significativa interferência estadunidense.

Os movimentos de emancipação política na América Latina contaram também com a presença significativa de mulheres desde as primeiras tentativas revolucionárias. Policarpa Salavarrieta (1795-1817) foi um dos nomes de destaque. Nascida no atual território da Colômbia, lutou pela independência do vice-reino de Granada. Trabalhando como costureira, conseguia proximidade com esposas e filhas dos soldados do exército espanhol e, assim, atuava como espiã e informante das forças emancipacionistas. “La Pola”, como Policarpa também era conhecida, foi capturada pelo exército real em 1817. Depois de condenada, foi fuzilada, em 14 de novembro de 1817, na Plaza Mayor (atual Plaza Bolívar), em Bogotá. Atualmente, Policarpa Salavarrieta “La Pola” é considerada uma heroína da independência colombiana. Em 1967, o dia 14 de novembro foi decretado como Dia da Mulher Colombiana.

No vice-reino da Prata, mais precisamente na atual região da Bolívia, um grupo de mulheres conhecidas como “as Amazonas” protagonizou uma série de guerrilhas em nome da independência. Entre elas, ganhou destaque Juana Azurduy de Padilla (1780-1862), nascida em Chuquisaca (hoje Sucre). Juana Azurduy de Padilla atuou militarmente em investidas pela emancipação nas atuais regiões do Peru, da Bolívia e de Buenos Aires, chegando a ocupar o posto de tenente-coronel. Após ter caído no esquecimento – acabou enterrada em uma vala comum –, seus atos receberam uma série de homenagens contemporâneas: em 2009, a presidenta argentina Cristina Kirchner nomeou Juana Azurduy de Padilla como general do exército argentino; dois anos depois, Evo Morales a condecorou como marechal do exército boliviano.

As independências na América Latina



Fonte: elaborado com base em DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 242.

América fragmentada e o caudilhismo

Ao contrário do que defendeu Simón Bolívar, uma das principais características das independências da América espanhola foi a fragmentação política. Nem os vice-reinos, nem as capitanias foram capazes de manter a unidade territorial. Ao longo do século XIX, a América foi repartida, na perspectiva territorial, em pequenos países independentes. O vice-reino do Rio da Prata deu origem ao Paraguai e, depois, à Argentina (unificada em 1862) e ao Uruguai (após a Guerra da Cisplatina contra o Brasil). O vice-reino do Peru, ao Peru, Chile e Bolívia. A Grande Colômbia, originada do vice-reino de Nova Granada, se fragmentou entre Colômbia, Venezuela e Panamá (após a derrota colombiana na Guerra dos Mil Dias no início do século XX). Por fim, o vice-reino de Nova Espanha fez surgir o México e as Províncias Unidas da América Central (1824), que, a partir de 1838, dividiram-se em pequenas repúblicas – Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica.

Em 1826, a última tentativa de Bolívar aconteceu na organização do Congresso do Panamá. O evento buscou reunir representantes de toda a América ibérica, com exceção do Paraguai, que não foi convidado. Porém, contou apenas com a participação da Grande Colômbia, do Peru, das Províncias Unidas da América Central e do México. O império brasileiro não enviou representantes, receando sofrer uma represália por estar envolvido na Guerra da Cisplatina. A República das Províncias do Prata e o Chile, influenciados pelos ideais de José de San Martín, recusaram a participação por se oporem aos ideais bolivarianos. Sem ao menos ter sido capaz de reunir os representantes americanos, a proposta de Bolívar de criar uma liga de repúblicas que contaria com um parlamento e unidade militar comum também fracassou.

É importante considerar também como as condições naturais colaboraram para a fragmentação política na América. A Floresta Amazônica, por exemplo, teve influência na separação entre o norte do território brasileiro e o restante da América e contribuiu para que algumas regiões, como a Venezuela, tivessem um contato mais facilitado com as Antilhas, pelo oceano, do que com as porções continentais. Outro exemplo está expresso no Chile, já que o Deserto do Atacama dificultava seu avanço ao norte.

No entanto, a geografia não deve ser tida como única razão da fragmentação política da América hispânica, agora independente. Há uma série de fatores que nos ajudam a entender melhor o processo. Não havia, por exemplo, interesse internacional para a formação de uma fortalecida unidade na América. É difícil afirmarmos categoricamente que interferências externas diretas favoreceram a fragmentação da América como um todo (ainda que possamos citar a intervenção inglesa na formação do Uruguai); no entanto, é claro que o projeto bolivariano priorizava a constituição de um mercado interno em detrimento da manutenção da dependência em relação à Europa. A América fragmentada, porém, manteve suas bases econômicas exportando matérias-primas e produtos tropicais e importando industrializados europeus, majoritariamente ingleses.

Desde a colonização, a estrutura administrativa colonial, ao proibir os *criollos* de terem acesso aos mais elevados postos administrativos, contribuiu para habituá-los a formas de poder local ou, quando muito, regional. Assim, mesmo após as lutas de independência, a América assistiu à eclosão de uma série de conflitos internos e externos. Nesse contexto de divergência de interesses, surgiu o chamado caudilhismo nas repúblicas americanas.

O **caudilho** costumava ser um ex-combatente do exército revolucionário e que, ao longo do século XIX, se aproximou das políticas regionais, impondo, muitas vezes de forma violenta, uma ordem própria relativa aos seus respectivos interesses. Assim, ao mesmo tempo que o fortalecimento do caudilhismo foi um importante aspecto para consolidar a fragmentação política na América, ele também impôs um limite à divisão política em suas regiões.

O caudilhismo favoreceu um debate político que se estendeu por toda a América, incluindo o Brasil (partindo de outras premissas, como veremos no próximo capítulo): a oposição entre ideias federalistas e centralistas.

Na Colômbia, esse embate foi representado, respectivamente, pelo partido liberal e pelo partido conservador. Os liberais, defensores de uma descentralização política do poder, promoviam a defesa também da abolição, da liberdade de expressão e imprensa, do fim do foro especial da Igreja, da diminuição do poder executivo e do livre-comércio. O partido conservador, centralista, representava os interesses dos grandes proprietários de terras escravistas, membros da Igreja católica e do exército.

Na região que viria a ser a Argentina, esse confronto de ideais ganhou maior destaque. Desde a independência, em 1816, as Províncias Unidas do Prata haviam consolidado uma estrutura política de confederação, ou seja, sem uma unidade política. O debate girava em torno dos unitários, defensores da formação de um único país de caráter federalista, e dos federalistas, que defendiam uma descentralização ainda maior, com a manutenção do modelo de confederação. Os representantes dos “unitários”, com formação acadêmica, costumavam se reunir em uma livraria e, em 1837, fundaram o movimento Jovem Argentina (análogo aos movimentos criados pela unificação na Europa, como Jovem Irlanda e Jovem Itália). Entre os principais

nomes estavam Juan Bautista Alberdi, Domingo Faustino Sarmiento, Bartolomé Mitre e Estebán Echeverría. Elitistas, acreditavam que um governo de massas tenderia ao despotismo. Os federalistas, grupo em que se concentravam os caudilhos, combatiam, a fim de manter seus poderes locais, qualquer projeto de Estado nacional que poderia ferir seus interesses.

Na província de Buenos Aires, por exemplo, governou um caudilho unitarista, Juan Manuel de Rosas. Eleito representante político pelo voto universal masculino, opunha-se à unificação das Províncias Unidas do Prata e lidava com violência com seus opositores. Além disso, por ser aliado dos grandes proprietários de terras, confiscou terras dos grupos ameríndios para que fossem entregues aos latifundiários. Em 1852, um exército liderado pelo general José Urquiza, em aliança com o Brasil de D. Pedro II, derrubou o caudilho do poder político. Uma década mais tarde, em 1862, o governante de Buenos Aires, Bartolomeu Mitre, unificou a Argentina, mais uma vez com apoio brasileiro, estabelecendo, a partir de então, uma nova constituição, que promoveu a divisão dos três poderes e o voto censitário e indireto.

Outro elemento importante que dialoga tanto com a divisão política quanto com a formação dos Estados nacionais na América foi a consolidação das fronteiras. Ainda na Argentina, as fronteiras foram definidas entre 1878 e 1885, com a conquista da região da Patagônia. No entanto, essa região possuía ocupação indígena dos grupos Mapuche, Tehuelche e Ranquel. Assim, sua conquista foi marcada por um massacre contra essas populações, que ficou conhecido como Campanhas do Deserto. Sob a liderança de Julio Argentino Roca (que mais tarde assumiria a presidência argentina), entre 1898 e 1904, quase 20 mil indígenas foram presos e 9 mil foram mortos. Os prisioneiros foram enviados para trabalhos compulsórios nos engenhos de açúcar em Tucumã. As mulheres tornaram-se serviçais dos *criollos*, e muitas crianças foram educadas a partir da imposição de valores ocidentais. Graças às imensas áreas tomadas dos indígenas, a Argentina tornou-se a maior produtora de gado do mundo, exportando sebo, charque, couro e carne.

No Chile, a formatação do território se deu com uma guerra contra países vizinhos. Em 1860, a Espanha, sob o pretexto de quitar dívidas, invadiu as ilhas Chincha (região ao sudoeste da costa peruana). Para se defenderem da invasão, Peru, Bolívia e Chile uniram-se em um conflito que ficou conhecido como Guerra da Quádrupla Aliança. No entanto, findado o confronto, Bolívia e Peru, antecipando possíveis pretensões expansionistas chilenas, fizeram um acordo de defesa mútua. O receio era explicado pelo fato de a Companhia de Salitres e Transportes Ferroviários de Antofagasta (CSFA), chilena, utilizar um porto boliviano para escoar sua produção. Como forma de prevenção à presença chilena, a Bolívia ampliou as tarifas sobre a empresa. A represália, por parte do Chile, deu início à Guerra do Pacífico (1879-1884), que, com a derrota de Bolívia e Peru, permitiu aos chilenos a anexação de parte do sul do território peruano e da região que dava à Bolívia acesso ao mar.

Por fim, o caso mexicano é o que possui algumas importantes peculiaridades. Após a queda do breve império mexicano, a elite organizou-se em dois grupos políticos: o Partido Liberal, que defendia o livre-comércio, o ensino laico e a desamortização das terras; e o Partido Conservador, com fortes vínculos com a Igreja católica, defesa do ensino religioso e da manutenção dos privilégios clericais, como a isenção tributária. Durante os primeiros anos da república mexicana, a hegemonia conservadora consolidou uma Igreja católica enriquecida e influente na região.

Outra importante especificidade do México é que a consolidação de suas fronteiras dialogou diretamente com a consolidação do Estado nacional estadunidense e a expansão para o oeste no século XIX. Em 1829, após abolir a escravidão, o governo mexicano gerou um profundo descontentamento por parte de proprietários de terras na região do Texas (território que pertencia ao México). Os fazendeiros escravocratas mexicanos rebelaram-se e conquistaram sua independência. Posteriormente, o Texas foi anexado aos Estados Unidos, que haviam apoiado a emancipação texana. Os conflitos, no entanto, não cessaram. James K. Polk, presidente estadunidense entre 1845 e 1849, reivindicou outros territórios do México e deu início à Guerra Mexicano-Americana. Com a vitória dos Estados Unidos, o Tratado de Guadalupe Hidalgo forçou o governo do México a entregar cerca de metade de seu território onde hoje se localizam os estados de Novo México, Califórnia, Utah, Colorado, Nevada e Arizona, pertencentes aos Estados Unidos.

Com a sucessão de derrotas, os liberais colocaram fim à hegemonia conservadora e tomaram o poder. A constituição mexicana de 1857 aboliu os privilégios do clero e separou Igreja e Estado. Os liberais colocaram fim às propriedades comunais indígenas que, em troca, receberam pequenas parcelas de terras. No entanto, marginalizados socialmente, os indígenas se viram obrigados a vender as terras para os grandes latifundiários. Mesmo com os liberais no poder, o México manteve seu modelo econômico pautado na produção de insumos agrícolas a partir das grandes propriedades privadas de terra e da subsequente concentração fundiária.

Durante todo esse período de guerras políticas e externas, o México adquiriu um significativo débito com a Espanha, a França e a Inglaterra. Mediante a falta de pagamento mexicano, em 1846 os três países invadiram o território do México. A resistência foi organizada a partir da liderança de um ameríndio de origem zapoteca, Benito Juárez. A guerrilha comandada por Juárez conseguiu que Espanha e Inglaterra retirassem suas tropas do país; a França, todavia, ampliou sua investida e nomeou Maximiliano de Habsburgo como governante mexicano. A guerra mexicana contra a França terminou em 1867, com a derrota da França e a execução de Maximiliano.

A vitória mexicana representou o marco na consolidação do Estado nacional mexicano. O líder da resistência, Benito Juárez, foi eleito presidente sucessivas vezes até sua morte, em 1872. No final do século XIX, porém, a ditadura de Porfirio Díaz marcou o início da retomada dos conflitos internos até a Revolução Mexicana, em 1910.

Governo Joanino no Brasil

Em Portugal, o rei D. João VI assumiu a regência do Império em 1792. Nesse contexto, a política portuguesa esteve à mercê da conjuntura internacional. Ao final do período revolucionário, na França, Napoleão Bonaparte integrou o consulado e, em 1804, tornou-se imperador francês e deu início ao processo de tornar a França uma potência hegemônica sobre a Europa.

No intuito de reduzir o poderio inglês, o maior da Europa, Napoleão assinou, em 1806, o Decreto de Berlim, popularmente conhecido como bloqueio continental.

Portugal e, conseqüentemente, D. João VI, estavam, portanto, em uma encruzilhada: a dependência econômica portuguesa em relação à Inglaterra, que remonta ao final da União Ibérica (1640), havia crescido ao longo do século XVIII e ainda se fazia presente no século XIX. Sem poder romper as relações econômicas com os ingleses, confrontar o exército napoleônico também não era uma opção viável, uma vez que Portugal não contava com o poderio militar para tal. Desde o início das Guerras Napoleônicas, Portugal manteve, então, uma política exterior de neutralidade.

Em 17 de dezembro de 1806, Napoleão Bonaparte notificou o reino português que seus portos deveriam estar fechados para as mercadorias inglesas. Mesmo diante das pressões francesas, Portugal manteve suas relações com a Inglaterra até que, no ano seguinte, diante das pressões, a monarquia portuguesa optou por ampliar os entendimentos com a Inglaterra. Esses entendimentos levaram à assinatura de uma Convenção Secreta, a qual estabelecia que a Inglaterra protegeria Portugal contra os franceses em troca de vantagens comerciais no Brasil e da transferência de todo o aparato político administrativo português para a sua colônia de ultramar. Em novembro de 1807, o exército napoleônico já se encontrava em território português, ao mesmo tempo que a Corte e o governo de Portugal eram transferidos para o Brasil.

A vinda da família real para o Brasil envolveu a transferência de todo o aparato administrativo de Portugal. De 10 a 15 mil portugueses – entre príncipes e princesas, nobres, comerciantes, militares, altos funcionários, religiosos etc. – saíram de Lisboa em 40 navios. A travessia atlântica foi feita sob forte proteção de esquadras inglesas, a mais bem organizada e equipada força naval do mundo. Portugal, como havia prometido Napoleão, foi invadido pelo exército francês, causando um intenso descontentamento dos portugueses com a monarquia de Bragança.

A transferência do aparato real português para o Brasil não foi resultado de uma fuga desesperada, fruto do despreparo dos monarcas lusitanos, como as caricaturas sobre o episódio costumam mostrar. Foi, na verdade, uma ação que contou com planejamentos prévios, pautados em novas perspectivas econômicas, além de tornar D. João VI o único monarca europeu que conseguiu preservar sua coroa sem render-se aos interesses de Napoleão.



Henri L'Evêque/Biblioteca Nacional de Portugal

Henri L'Evêque. *Embarque do príncipe regente de Portugal, Dom João, e toda família real para o Brasil no cais de Belém, 1815.* Gravura. Biblioteca Nacional de Portugal.

Fim do pacto colonial

Ao chegar ao Brasil em 1808, D. João VI revogou os decretos que proibiam a instalação de manufaturas na colônia (**Alvará de Liberdade Industrial**) e promoveu incentivos à produção industrial no Brasil: isenção de tributos à importação de matérias-primas destinadas à indústria e subsídios para a indústrias da seda e do ferro. Essas medidas beneficiavam o desenvolvimento da economia na colônia, mas também atendiam aos interesses britânicos.

No mesmo ano de sua chegada, D. João VI também decretou a **abertura dos portos** às nações amigas, colocando, assim, um fim ao exclusivo metropolitano. Tal medida, assim como o preço da proteção inglesa durante a transferência da corte lusa ao Brasil, havia sido acordada entre Portugal e Inglaterra, na Convenção Secreta. A partir de então, o Brasil não estava mais submetido ao pacto colonial e poderia realizar operações comerciais com outras nações para além de Portugal (ainda que, na prática, as “nações amigas” representassem apenas a Grã-Bretanha até o final das Guerras Napoleônicas).

Em 1810, Portugal e Inglaterra assinaram os tratados que determinaram definitivamente essa nova relação. Os **Tratados de Navegação e Comércio** taxavam em 15% o imposto sobre as mercadorias inglesas (principalmente tecidos de algodão, lã, linho e louças) importadas pelo Brasil, ao passo que a taxa sobre as portuguesas continuava fixada em 16%. Em 1817, após forte posicionamento inglês no Congresso de Viena contra o tráfico de escravizados, Portugal assinou um acordo que dava à Inglaterra o direito de fiscalizar e impedir o tráfico ao norte da linha do equador. Mesmo assim, o comércio de africanos, ainda que ilegal na região norte do Brasil, se manteve – e até mesmo cresceu até a década de 1820 – à revelia das novas legislações.

Todo esse processo havia consolidado não apenas a aliança com a Inglaterra mas também a França como rival de Portugal. Em represália à invasão de Napoleão em Portugal, D. João VI ordenou, em 1809, um ataque à ocupação da Guiana Francesa. Entretanto, o Congresso de Viena, em 1815, determinou que a Guiana fosse devolvida aos franceses. A Espanha, governada por José Bonaparte, irmão de Napoleão, havia colaborado com a invasão francesa em Portugal e, por isso, também sofreu retaliação. Em 1811, o príncipe regente ordenou uma série de intervenções militares na região da Cisplatina (hoje, o Uruguai), chamada pelos brasileiros de Banda Oriental. Em 1816, com a derrota de José Gervasio Artigas (um dos principais nomes das lutas pela independência uruguaia), Montevidéu foi ocupada e, em 1821, o território foi anexado ao Brasil com o nome de Província Cisplatina.

Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves

Com a derrota de Napoleão na Europa e a retirada das tropas francesas de Portugal, a expectativa era de que D. João VI retornasse a Lisboa. Porém, com toda a aparelhagem estatal portuguesa instalada no Rio de Janeiro, o regente optou por permanecer no Brasil. Assim, em 16 de dezembro de 1814, o Brasil foi elevado à condição de reino e passou a integrar – ocupando o mesmo patamar político de Portugal – o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Com a morte de D. Maria I, em 1815, D. João VI abandonou a condição de regente e se consolidou como o rei nessa nova configuração.

Mais do que integrado ao reino, o Brasil havia deixado a condição de colônia para assumir o posto de centro administrativo. Enquanto isso, em Portugal, a decisão de D. João VI em permanecer no Rio de Janeiro aumentou ainda mais o descontentamento das elites portuguesas. Para a elite brasileira, a presença de um rei no Brasil garantia não só estabilidade política, como também o desenvolvimento econômico.

Interiorização da metrópole

A fim de atender as demandas que o aparato político administrativo trouxe, o Brasil passou não só por transformações políticas e econômicas, mas também por mudanças no que diz respeito à infraestrutura.

A esse processo, a historiadora Maria Odila Leite da Silva dá o nome de “interiorização da metrópole”. A expressão “interiorização” não deve ser pensada em termos geográficos, ou seja, não estamos falando sobre a exploração ou o desenvolvimento da região central do Brasil. “Interiorizar a metrópole” é trazer a metrópole para dentro do Brasil; portanto, diz respeito ao movimento de desenvolver, no Brasil, alguns dos aparelhos (políticos, institucionais e de infraestrutura urbana) que existiam em Lisboa, criando uma nova sede administrativa do governo. Ainda que o Rio de Janeiro fosse, desde 1763, o centro administrativo do território colonial, ele não possuía todos os aparatos que se faziam presentes em Portugal.

Transformações no Rio de Janeiro com a chegada da família real – 1808-1821



Fonte: elaborado com base em FGV. Atlas Histórico do Brasil. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/transferencia-da-familia-real/mapas/transformacoes-no-rio-de-janeiro-1808-1821>. Acesso em: 29 set. 2022.

Para conectar a nova capital e levar a burocracia estatal às diversas partes da América portuguesa, foram construídas estradas na região centro-sul, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo, a Minas Gerais e ao Rio Grande do Sul. Ainda no que diz respeito à burocracia, foi criada a imprensa régia para que fosse possível publicar as legislações e outras decisões de caráter político.

As transformações ocorreram também nos campos cultural e científico no Rio de Janeiro. Em 1817, integrando a comitiva da princesa Leopoldina (que iria se casar com D. Pedro I, filho de D. João VI), uma missão científica austríaca trouxe nomes importantes, como o médico Johann Baptist von Spix, o botânico Carl Friedrich Philipp von Martius e o pintor Thomas Ender. O Brasil foi palco de importantes pesquisas europeias, e as missões científicas continuaram por toda a primeira metade do século XIX. A mais marcante delas aconteceu em 1832, quando Charles Darwin, com o navio Beagle, chegou a Fernando de Noronha.

Revolução Pernambucana (1817)

O processo de transferência do aparato político administrativo de Portugal para o Brasil e a consequente interiorização da metrópole haviam alterado a dinâmica interna brasileira. Os postos mais elevados no exército deixaram de ser ocupados por brasileiros e passaram para as mãos dos portugueses; os interesses dos comerciantes lusitanos foram priorizados em detrimento do comércio local.

O descontentamento era generalizado. Tais medidas afetaram as camadas populares do Rio de Janeiro, mas, principalmente, as províncias do nordeste. A região, que havia sido eixo fundamental da economia colonial ao longo dos séculos XVI e XVII, enfrentava um período de decadência. O fim do breve renascimento agrícola deu lugar a uma queda acentuada do preço internacional do açúcar e do algodão.

O movimento, de caráter revolucionário, teve início em Pernambuco, reunindo diversos setores da sociedade: militares, proprietários rurais, juizes, comerciantes, artesãos e membros da Igreja. Apesar de seus integrantes compartilharem um sentimento comum, não podemos dizer que os objetivos de um movimento tão heterogêneo eram os mesmos para todos. As elites visavam assumir o papel de liderança política e tomar o comércio dos portugueses. Os setores mais populares vislumbravam pautas sociais atreladas às ideias de liberdade, incluindo o fim da escravidão.

Em março de 1817, após um conflito em um forte de Recife, os militares deram início ao levante, que ficou conhecido como Revolução Pernambucana. O governador de Pernambuco fugiu, e os revoltosos tomaram Recife, fundando um governo republicano independente (aos moldes do diretório francês). A república recém-proclamada garantiu a igualdade de direitos, a separação entre os poderes e a tolerância religiosa. No entanto, prevaleceram os interesses atrelados à elite agrária, como a manutenção da propriedade privada da terra e da escravidão.

A repressão do governo imperial foi violenta. Após três meses da experiência republicana, 8 mil soldados

do exército cercaram Pernambuco e ocuparam Recife. Todos os líderes foram presos, alguns receberam chibatadas e outros, como é o caso do Padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro, foram executados. A província de Pernambuco perdeu uma parte do seu território, que se tornou o Alagoas.

Independência do Brasil

Como ocorreu na Espanha, a ocupação napoleônica de Portugal também constituiu um dos elementos importantes para a eclosão de um amplo movimento emancipatório no território colonial.

Revolução Liberal do Porto

Após a retirada das tropas francesas, Portugal se encontrava em uma grave crise política e econômica. Além da invasão napoleônica e suas consequências práticas, a abertura dos portos, promovida por D. João VI, havia acabado com o exclusivo metropolitano.

As decisões no campo econômico do absolutista D. João VI acirraram o descontentamento português, resultando, também em 1820, como na Espanha, na Revolução Liberal do Porto (ou “vintismo”), liderada por militares apoiados pela burguesia lusitana. As pretensões de caráter liberal da revolução se faziam presentes por meio do desejo de romper com o absolutismo monárquico e formular uma constituição para o reino.

Assim, em Portugal, foi formada uma junta provisória para governar em nome do rei e, em seguida, foram convocadas as Cortes gerais e extraordinárias para que fosse elaborada uma constituição válida para todo o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Ainda que o objetivo revolucionário fosse a ruptura com o absolutismo, não significava uma ruptura com a monarquia. Formar-se-ia uma monarquia constitucional, o que exigiria o retorno de D. João VI a Portugal. Para os insurgentes, o rei deveria se submeter à Magna Carta que seria redigida.

Em 26 de abril de 1821, uma comitiva de cerca de 4 mil portugueses acompanhou o retorno do rei a Portugal. No entanto, o herdeiro do trono, D. Pedro, filho mais velho de D. João VI, permaneceu no Brasil na condição de príncipe regente. Com isso, seria possível manter o poderio da casa de Bragança, independentemente do que viesse a acontecer em Portugal ou no Brasil. Entretanto, os portugueses defendiam o retorno de todo o aparelho de Estado a Lisboa, assim como do príncipe regente. Também defendiam que as províncias brasileiras fossem governadas por militares escolhidos por Portugal e que o Brasil fosse regido pela constituição portuguesa.

Desde 1808, houve um desenvolvimento econômico e político demasiado significativo no Brasil. No Rio de Janeiro, as notícias que chegavam da Corte assustavam os brasileiros com a possibilidade de perderem a autonomia que haviam adquirido ao longo da última década. As divergências entre portugueses e brasileiros foram o estopim para a independência do Brasil.

A proclamação de independência

Os portugueses defendiam que D. Pedro também retornasse a Portugal. O Brasil, por sua vez, pressionava pela permanência do príncipe regente. Há evidências de que D. João VI tenha trocado correspondências com seu filho, aconselhando-o a seguir com a ruptura política, caso fosse necessário. A intenção era preservar a casa de Bragança no comando dos dois reinos.

Contando com o apoio no Brasil e aconselhado por D. João VI, em janeiro de 1822, D. Pedro se recusou a aceitar as exigências portuguesas sobre o seu retorno e, publicamente, declarou: “Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico!”. O episódio ficou conhecido como **Dia do Fico**.

A ruptura, agora em curso, teve sua continuidade quando o Brasil decidiu não mais aceitar a constituição que estava sendo elaborada em Portugal, optando por convocar uma assembleia constituinte própria.

Entre 1820 e 1822, o horizonte da independência do Brasil anunciava, para diversos setores da sociedade, a possibilidade de transformar as condições sociais vigentes. Ao contrário do que reproduz o senso comum, os antecedentes da emancipação brasileira foram tomados por mobilizações populares, principalmente no norte e nordeste do Brasil. Tais movimentos eram compostos por ameríndios, negros escravizados e libertos, quilombolas e demais representantes das camadas populares. Entre os membros da elite, destacou-se a figura de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838).



Benedito Calixto. *Retrato de José Bonifácio de Andrada e Silva*, 1902. Óleo sobre tela. Museu Paulista, São Paulo (SP). Membro de uma das famílias mais ricas e poderosas de Santos, Bonifácio apoiava o fim do tráfico atlântico de escravizados, mas era avesso à democracia, defendendo a formação de uma monarquia constitucional controlada por representantes ilustrados da elite.

Com uma articulação promovida pela princesa Leopoldina, esposa de D. Pedro, e José Bonifácio, o príncipe partiu em uma série de viagens a fim de garantir o apoio necessário para romper com Portugal. Enquanto voltava de Santos, um mensageiro entregou-lhe um ultimato de Portugal para o seu retorno. Em resposta, no dia 7 de setembro de 1822, D. Pedro declarou o Brasil independente.

! Atenção

Resumir a independência do Brasil a apenas um golpe das elites é reforçar as imagens construídas, como a da pintura *Independência ou Morte*, de Pedro Américo.



Pedro Américo/Museu Paulista, São Paulo-SP.

Pedro Américo. *Independência ou morte*, 1888. Óleo sobre tela. Museu Paulista, São Paulo (SP). Na pintura, o povo é representado por um homem no seu carro de boi, que passa ao lado sem participar ou entender o ocorrido.

Ao longo desse processo, motins populares se alastraram por diversas regiões. Protagonizados por negros escravizados e libertos, indígenas e demais representantes das camadas populares, esses movimentos (duramente reprimidos) compreendiam que a emancipação era uma oportunidade de obter melhores condições de vida. Não há dúvida de que o Estado imperial atendeu às demandas das elites, que mantiveram seu apoio à monarquia até quando lhes foi conveniente. Mas omitir a intensa presença dos movimentos populares ao longo da independência, além de precário do ponto de vista historiográfico, é reforçar a condição de que o povo brasileiro deve ser passivo a fim de cumprir com uma suposta condição histórica.

As guerras de independência

Proclamada a independência, será que todas as regiões do Brasil daquela época aceitariam fazer parte de uma mesma nação? Lembremos que, cinco anos antes de declarada a ruptura política com a antiga metrópole, a província de Pernambuco (e outras regiões adjacentes) havia tentado se separar de Portugal e do restante do Brasil. A aceitação imediata partiu das províncias do centro-sul, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A proximidade com a família real, desde 1808, facilitou a aliança das elites do sudeste com D. Pedro. A resistência, por sua vez, partiu do norte e nordeste, principalmente da Bahia.

Com o auxílio financeiro de parte das elites, D. Pedro organizou um exército. Dois navios de guerra foram comprados da Inglaterra, e importantes personagens da história militar britânica foram contratados como mercenários para comandar fragatas brasileiras. Foi o caso, por exemplo, de John Taylor e Lorde Cochrane.

Taylor havia lutado em Trafalgar contra Napoleão, e Cochrane participara da independência do Chile. Este último tomou com facilidade a Bahia em 1823, conseguindo desmobilizar a resistência no Maranhão e em Belém, o que garantiu ao Brasil a posse sobre a região amazônica. No caso baiano, a resistência se deu majoritariamente contra os portugueses que dominavam a região. O “Batalhão dos Periquitos” foi formado por brasileiros que ansiavam pela emancipação. Maria Quitéria (1792-1853), após a recusa de seu pai para compor o exército da resistência, cortou os cabelos, amarrou os seios com bandagens e se alistou no Batalhão dos Voluntários do Príncipe, utilizando o nome de “Soldado Medeiros”. Com a vitória contra os portugueses, em 2 de julho de 1823, foi homenageada e tornou-se cadete.

As guerras de independência do Brasil



Fonte: elaborado com base em DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 242.

A formação do Estado nacional brasileiro

A consolidação da independência dependia também do reconhecimento internacional. Os Estados Unidos foram um dos primeiros a reconhecer a independência brasileira. A Inglaterra, por sua vez, a reconheceu formalmente em 1825.

Para que Portugal reconhecesse a independência do Brasil, a antiga colônia teve que pagar uma indenização no valor de 2 milhões de libras (com dinheiro financiado por bancos londrinos, gerando, assim, a primeira dívida externa brasileira), além de se comprometer a impedir que outras colônias portuguesas (como Luanda e Benguela, na África) fossem anexadas ao império brasileiro.

No entanto, para a formação de um novo Estado nacional, seria necessária a criação de uma nova organização política, que se consolidaria ao longo do Primeiro Reinado, e de um sentimento nacional capaz de manter os territórios unidos sob o mesmo governo.

Saiba mais

A bandeira imperial do Brasil foi encomendada por D. Pedro, durante o período em que foi regente, ao pintor francês Jean-Baptiste Debret. O decreto, de 18 de setembro de 1822, que instituiu o uso da bandeira, determinava:

[...] A Bandeira Nacional será composta de um paralelogramo verde e nele inscrito um quadrilátero romboidal cor de ouro, ficando no centro deste escudo das armas do Brasil.

BRASIL. Decreto de 18 de setembro de 1822. Dê ao Brazil um escudo de Armas. *Bibliotheca da Câmara dos Deputados*: decretos, cartas e alvarás de 1822. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18337/collecao_leis_1822_parte2.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 30 set. 2022.



Bandeira imperial do Brasil, de autoria de Jean-Baptiste Debret, 1822. Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro (RJ).

Jean-Baptiste Debret; Thierry Frères. "Petit moulin à sucre portatif". In: *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Tome troisième. Paris: Firmin Didot Frères, 1839, p. 48.

1. **FGV-SP** A longa administração pombalina (1750 a 1777) causou controvérsia ao expulsar os jesuítas de Portugal e de todos os seus domínios, em 1759. Tal expulsão, que implicava o confisco dos bens dos religiosos, pode ser atribuída:

- a) Ao enorme déficit do Tesouro português, provocado pelas despesas feitas com a reconstrução de Lisboa, destruída pelo terremoto de 1755;
- b) À antipatia que o ministro, seguidor da filosofia iluminista, nutria pelos jesuítas, responsabilizados pelo atraso cultural do país;
- c) À vontade de igualar-se às monarquias francesa e espanhola, que praticavam o despotismo esclarecido;
- d) Ao processo de centralização administrativa que exigia a eliminação da Companhia de Jesus, acusada de agir como um Estado à parte;
- e) A um erro de cálculo do ministro, que superestimou a riqueza imobiliária da Companhia de Jesus.

2. **Uece 2015** Assinale a opção que apresenta corretamente ações atribuídas ao Marquês de Pombal na Colônia Brasileira.

- a) Extinção do sistema de capitanias hereditárias e transferência da sede do governo colonial de Salvador para o Rio de Janeiro.
- b) Criação das Companhias Comerciais do Grão-Pará e do Maranhão, e a organização da Universidade de Coimbra.
- c) Extinção da Mesa de Inspeção dos Portos e da cobrança do quinto na região das minas.
- d) Expulsão dos Jesuítas do Brasil e incentivo à criação das indústrias de manufaturas.

3. **Uece 2018** Leia atentamente o seguinte excerto:

O papel de herói da Inconfidência Mineira cabe ainda a Tiradentes porque ele foi o inconfidente que recebeu a pena maior: a morte na forca, uma vez que o próprio réu, durante a devassa, assumiu para si toda a culpa. Sabe-se, no entanto, que sua morte se deve também em grande parte à acusação dos demais inconfidentes, bem como a sua condição social: pertencente à camada média da sociedade mineira, sem importantes ligações de família, sem ilustração nem boas maneiras.

GANCHO, Cândida Vilares; TOLEDO, Vera Vilhena de Toledo. *Inconfidência Mineira*. São Paulo, Editora Ática, Série Princípios, 1991. p. 45.

Sobre a Inconfidência Mineira, ocorrida em Vila Rica no período da mineração aurífera, é correto afirmar que:

- a) representou o exemplo de revolta popular contra a dominação colonial portuguesa no Brasil, uma vez que, oriunda das camadas mais humildes de Minas Gerais, inclusive escravos, chegou a contagiar indivíduos pertencentes às mais altas posições sociais.
- b) foi uma representação dos interesses de grupos da elite local, intelectuais, religiosos, militares e

fazendeiros, em livrarem-se do controle e dos impostos cobrados pela coroa portuguesa na região, mas não havia consenso em relação à libertação dos escravos.

- c) marcou o início do processo de independência do Brasil, baseado na luta armada do povo contra as forças leais a Portugal, e em defesa dos ideais liberais e republicanos, como o fim da escravidão, direito ao voto universal masculino e governo presidencialista.
- d) apesar de bem-sucedida, com a proclamação da independência de Minas Gerais, teve pouco impacto na história do Brasil, uma vez que seus objetivos extremamente populares não foram bem-aceitos pelas elites econômicas de outras regiões da colônia.

4. **Enem** O alfaiate pardo João de Deus, que, na altura em que foi preso, não tinha mais do que 80 réis e oito filhos, declarava que “Todos os brasileiros se fizessem franceses, para viverem em igualdade e abundância”.

MAXWELL, K. *Condicionalismo da independência do Brasil*. SILVA, M. N. (Org) *O Império luso-brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986.

O texto faz referência à Conjuração Baiana. No contexto da crise do sistema colonial, esse movimento se diferenciou dos demais movimentos libertários ocorridos no Brasil por:

- a) defender a igualdade econômica, extinguindo a propriedade, conforme proposto nos movimentos liberais da França napoleônica;
- b) introduzir no Brasil o pensamento e o ideário liberal que moveram os revolucionários ingleses na luta contra o absolutismo monárquico;
- c) propor a instalação de um regime nos moldes da república dos Estados Unidos, sem alterar a ordem socioeconômica escravista e latifundiária;
- d) apresentar um caráter elitista burguês, uma vez que sofrera influência direta da Revolução Francesa, propondo o sistema censitário de votação;
- e) defender um governo democrático que garantisse a participação política das camadas populares, influenciado pelo ideário da Revolução Francesa.

5. **Uece 2019** Entre os anos de 1780-1781, Túpac Amaru liderou a maior rebelião indígena da América. Hoje ele é considerado o herói nacional e precursor da independência do

- a) Haiti.
- b) Peru.
- c) México.
- d) Chile.

6. **Uece 2018** Há vários líderes cujos nomes estão associados à emancipação de diferentes países da América Latina, como por exemplo, José de San Martín, na Argentina; Bernardo O’Higgins, no Chile, assim como Francisco José de Paula Santander, na

Colômbia, mas nenhum deles tem o prestígio incontestável de principal líder expresso na figura de

- a) Che Guevara.
- b) Fidel Castro.
- c) Simón Bolívar.
- d) Pedro de Valdivia.

7. FGV-RJ 2017 Sobre o México e o seu processo de emancipação política é correto afirmar:

- a) Foi iniciado em 1810, com forte caráter popular, e concluído em 1821, como um movimento de elite.
- b) Foi o único movimento de independência política comandado por escravos, libertos e mestiços.
- c) Foi inspirado no princípio de unidade latino-americana defendido por Simón Bolívar.
- d) Serviu de referência para os demais movimentos emancipatórios americanos pelo seu republicanismo.
- e) Foi marcado pela ausência de conflitos armados, ao contrário dos demais movimentos americanos.

8. Fuvest-SP Nas reivindicações dos movimentos políticos que levaram à independência dos países da América Espanhola, encontram-se alguns traços comuns. Entre eles, a:

- a) proposta de igualdade social e étnica.
- b) proposição de aliança com a França revolucionária.
- c) defesa da liberdade de comércio.
- d) adoção do voto universal masculino.
- e) decisão de separar o Estado da Igreja.

9. Unifesp Em 1808, a família real portuguesa se transferiu para o Brasil. Essa transferência está ligada à:

- a) tentativa portuguesa de impedir o avanço inglês na América;
- b) disputa entre Inglaterra e França pela hegemonia europeia;
- c) perda, por Portugal, de suas colônias na costa da África;
- d) descoberta recente de ouro na região das Minas Gerais;
- e) intenção portuguesa de proclamar a independência do Brasil

10. UERJ O impacto da vinda da Família Real portuguesa para o Brasil implicou alterações significativas para a cidade do Rio de Janeiro que se prolongaram durante todo o período conhecido como “joanino”. Essas alterações produziram uma nova dinâmica socioeconômica e redefiniram, em vários aspectos, a inserção da cidade no contexto internacional.

Uma função urbana associada a essa nova inserção está indicada em:

- a) crescente polo turístico em função da chegada da Missão Artística Francesa;
- b) expressivo núcleo comercial articulado à nascente rede ferroviária brasileira;
- c) principal porto brasileiro relacionado à importação legal de manufaturas britânicas;
- d) importante centro religioso decorrente da instalação do Tribunal da Santa Inquisição.

Exercícios propostos

1. ESPM 2015 Em 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e do Brasil pelo marquês de Pombal. Nas reformas pombalinas, a expulsão dos jesuítas foi capítulo dos mais dramáticos, ousados e radicais, demonstrando até que ponto se reafirmava a soberania do Estado português na colônia.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. *História do Brasil: Uma interpretação.*

Os problemas em questão têm por origem o seguinte:

- a) Pombal acusava a Companhia de Jesus de formar um verdadeiro Estado dentro do Estado e resistir ao poder do rei;
- b) Pombal condenava o monopólio do comércio de escravos africanos pela Companhia de Jesus;
- c) Pombal se ressentiu da recusa por parte da Companhia de Jesus de participar da colonização do Estado do Grão-Pará e Maranhão;
- d) Pombal rompeu com os jesuítas após a Companhia de Jesus apresentar uma decidida condenação ao tráfico negreiro praticado pelo governo português;
- e) Os jesuítas apoiavam as pretensões espanholas nas negociações dos tratados de limites ocorridos no século XVIII.

2. Mackenzie-SP 2015 A expulsão da Companhia de Jesus de todos os territórios portugueses, em 1759, foi uma das medidas mais polêmicas tomadas por Pombal. Em geral, as justificativas para esse ato são a total incompatibilidade entre o controle das práticas pedagógicas adotadas pelos jesuítas e o projeto educacional iluminista pombalino. Todavia, é importante assinalar que tal expulsão também está relacionada

- a) aos embates entre o Despotismo Esclarecido e as convicções dogmáticas da Igreja, que persistiram no governo de Pombal e de D. Maria I.
- b) à imposição do catolicismo como religião oficial da colônia, fruto da subordinação da coroa portuguesa às decisões do papa.
- c) ao controle do comércio de escravos africanos pelos jesuítas na região norte, impedindo lucros para a coroa portuguesa.
- d) à influência da burguesia huguenote na corte de D. José I, exigindo o direito de educar os filhos dos colonos, até então monopólio dos jesuítas.
- e) ao interesse em estabelecer o controle sobre as fronteiras da América portuguesa e sobre os recursos econômicos produzidos nessas regiões.

3. UPF-RS 2014 Durante governo do marquês de Pombal (1750-1777), a tentativa de consolidação das fronteiras da colônia brasileira provocou uma disputa acirrada com a Espanha. Das negociações entre as metrópoles portuguesa e espanhola, resultou o tratado de Madrid (1750), segundo o qual a Colônia do Sacramento deveria passar para a Espanha e as Missões ficariam com Portugal. Por conta desse tratado, os missionários deveriam retirar-se com os índios para o lado da Banda Oriental (Uruguai). Sem querer deixar as Missões, os índios, com apoio parcial dos jesuítas, resistiram ao cumprimento do tratado. A fim de expulsar os índios, Portugal e Espanha armaram seus exércitos e, em 1756, avançaram sobre as Missões de Santo Ângelo, São Borja, São João, São Lourenço, São Luiz Gonzaga, São Miguel e São Nicolau. Dessa guerra, os chamados Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai saíram aniquilados. Esse episódio ficou conhecido como:

- a) Revolução dos Tamoios.
- b) Guerra Guaranítica.
- c) Inconfidência Mineira.
- d) Guerra dos Emboabas.
- e) Revolução Farroupilha.

4. FMP-RJ 2014 Em meados do século XVIII, o [...] Marquês de Pombal elaborou uma série de medidas visando integrar as populações indígenas da América à sociedade colonial portuguesa, buscando não apenas o fim das discriminações sobre esses, mas a extinção das diferenças entre índios e brancos. [...] Como um dos elementos viabilizadores deste futuro, em que não seria possível distinguir brancos de índios, [...] enfatizava a necessidade da realização de casamentos mistos, assim como ordenava que os filhos gerados nestas uniões fossem considerados mais capacitados que os colonos brancos para ocupar cargos administrativos nas antigas aldeias indígenas transformadas em vilas e lugares portugueses.

GARCIA, Elisa Frühauf. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e sua aplicação na América meridional. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, v. 12, n. 23, p. 13-38, 2007. p. 24-25. (Adapt.).

O projeto pombalino de integrar os índios da América Portuguesa à sociedade colonial promoveu mudanças profundas no relacionamento entre as populações indígenas e a Coroa lusa.

Na região amazônica, por exemplo, tratar os indígenas como súditos do Império Português era uma das estratégias adotadas pelo Estado lusitano com o intuito de

- a) garantir a posse do território.
- b) estimular a escravização dos índios.
- c) promover a colaboração com os jesuítas.
- d) deslocar a população nativa para o Nordeste.
- e) recrutar efetivos militares para a guerra na fronteira oeste.

5. FCMSCSP 2022 Os sucessos militares de Napoleão Bonaparte resultaram da organização de um novo exército de cidadãos pela Revolução Francesa. As vitórias de Bonaparte no continente europeu implicaram

- a) consolidação das tradicionais dinastias absolutistas europeias.

- b) desarticulação da produção têxtil da primeira revolução industrial.
- c) desestabilização de sistemas de dominação das metrópoles ibéricas.
- d) propagações de revoluções sociais de caráter jacobino em escala universal.
- e) modificações geopolíticas restritas aos espaços da Europa Ocidental.

Texto para as questões **6, 7 e 8**.

Tiradentes era alguém com todas as características e ressentimentos de um revolucionário. Além do mais, ele se apresentava para o martírio ao proclamar sua responsabilidade exclusiva pela inconfidência. Era óbvia a sedução que o enforcamento do alferes representava para o governo português: pouca gente levaria a sério um movimento chefiado por um simples Tiradentes (e as autoridades lusas, depois de outubro de 1790, invariavelmente se referiam ao alferes por seu apelido de Tiradentes).

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 216.

6. PUC-Campinas 2018 O texto de Kenneth Maxwell, ao se referir a Tiradentes, nos remete à Inconfidência Mineira. Sobre a Inconfidência Mineira, é correto afirmar que

- a) o fracasso do movimento deveu-se, entre outros, à precária organização do movimento e à falta de coesão efetiva entre os conspiradores.
- b) a conjuração resultou em reuniões nas quais se travaram debates políticos e filosóficos sem que com isso resultasse em proposta de revolta.
- c) a ausência de princípios iluministas, como os de liberdade e igualdade jurídica, deu ao movimento um caráter verdadeiramente revolucionário.
- d) o êxito da conspiração deu-se em função de ser formada, principalmente, pelas camadas médias e urbanas e dos grupos pobres da população.
- e) as ideias do despotismo ilustrado deram origem a um movimento conspiratório e libertário no processo de ruptura política do país.

7. PUC-Campinas 2018 Ao proclamar sua responsabilidade exclusiva pela inconfidência, Tiradentes favoreceu

- a) os conspiradores brasileiros e portugueses que pretendiam fazer dele o herói de uma epopeia nacional.
- b) os companheiros de movimento e poetas Claudio Manuel da Costa e Tomás Antonio Gonzaga.
- c) seus cúmplices e escritores Basílio da Gama e Gregório de Matos.
- d) os revoltosos e fanáticos monarquistas agrupados num arraial de Minas Gerais.
- e) os companheiros intelectuais que propagavam suas causas nos jornais do primeiro Império.

8. PUC-Campinas 2018 Pode-se afirmar que, a partir da metade do século XVIII, a

- a) expansão do movimento de autonomia da colônia debilitou os fundamentos do Antigo Regime europeu, estimulou o surgimento do nacionalismo e produziu desdobramentos de cunho político em todo território americano.

- b) tentativa portuguesa de impedir o desenvolvimento de relações comerciais diretas entre a colônia e os países europeus levou a Inglaterra a auxiliar os inconformes mineiros nos movimentos pela libertação da colônia.
- c) cominação colonial começou a apresentar sintomas de esgotamento, e entrou em fase de reformas que não conseguiram resolver a crise, gerada pela emergência do capitalismo industrial.
- d) intensa participação popular nos movimentos de libertação colonial, inspirados pelos ideais do despotismo esclarecido, promoveu uma violenta repressão, aos líderes dos revoltosos, pelos exércitos enviados pela metrópole portuguesa.
- e) elite colonial, que até então pôde enriquecer e participar do desenvolvimento colonial, teve seus interesses obstaculizados pelos resultados da guerra portuguesa na região platina e exigia ressarcimento do ônus da guerra.

9. Udesc 2018 Leia atentamente o texto a seguir:

Ó vós Homens cidadãos, ó vós Povos curvados, e abandonados pelo Rei, pelos seus despotismos, pelos seus ministros [...]

A França está cada vez mais exaltada, a Alemanha já lhe dobrou o joelho, Castela só aspira sua aliança, Roma já vive anexa, O Pontífice está abandonado, e desterrado; o rei da Prússia está preso pelo seu próprio povo, as nações do mundo têm seus olhos fixos na França, a liberdade é agradável para todos; é tempo povo, povo o tempo é chegado para vós defendereis a vossa liberdade; o dia da nossa revolução; da nossa liberdade e de nossa felicidade está para chegar, animai-vos que sereis felizes.

Trechos de um manifesto afixado na cidade de Salvador em 1798.

A partir da leitura dos trechos do manifesto, é possível afirmar que os autores do manifesto:

- a) eram monarquistas e defendiam uma aliança com o reino de Castela.
 - b) tinham conhecimento do movimento revolucionário que ocorrera na França e dos ideais de liberdade que o fundamentavam.
 - c) refutavam qualquer possibilidade de organização política.
 - d) não tinham acesso aos eventos políticos que ocorriam fora de Salvador.
 - e) atuaram no processo de proclamação da república no Brasil.
- 10. FGV-SP 2016** Caso tomemos o exemplo do Rio de Janeiro (...), iremos perceber de imediato que se trata de uma região caracterizada por forte concentração de riqueza em poucas mãos. Os círculos dos mais ricos – das pessoas – chegaram a ter três quartos da riqueza inventariada. (...) Entre fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX, eles chegaram a dominar dos valores transacionados nos empréstimos (...). Era dentro dessa elite que se situava o pequeno grupo formado pelos negociantes de grande envergadura, cujas fortunas foram constituídas por meio do comércio transoceânico e no comércio colonial de longa distância. (...) Uma vez acumuladas tais fortunas,

verifica-se que parte desses homens de negócios (ou seus filhos) abandonava o comércio, convertendo-se em rentistas (pessoas que vivem de rendas, como, por exemplo, do aluguel de imóveis urbanos) ou em grandes senhores de terras e de escravos. Curiosamente, ao fazerem isso, estavam perdendo dinheiro, já que os ganhos do tráfico atlântico de escravos (19% por viagem) eram superiores aos lucros da plantation (de 5% a 10% ao ano). O que havia por trás de um movimento de reconversão em si mesmo inusitado?

CASTRO, Sheila; FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *A Economia Colonial Brasileira: séculos XVI-XIX*. Editora: Atual, 1998.

Esse “movimento de reconversão” pode ser explicado

- a) pelos extorsivos impostos cobrados aos traficantes de escravos e aos comerciantes em geral e pelas restrições de oferta de títulos de nobreza para os homens que não tivessem grandes propriedades fundiárias.
- b) pela radical transformação da economia colonial desde meados do século XVIII, que permitiu uma acumulação de capital maior na atividade manufatureira, e pela decadência da produção aurífera, em Minas Gerais e em Goiás.
- c) por um considerável ideal aristocratizante de uma parcela da elite colonial brasileira, que almejava um afastamento relativo do mundo do trabalho, e pela busca de maiores garantias para o patrimônio constituído por meio do comércio.
- d) pela legislação presente nas Ordenações Filipinas, que estabelecia uma hierarquia social a partir da origem principal da riqueza e pelas restrições ao tráfico de escravos, instituídas a partir de 1810.
- e) pela proibição dos comerciantes em participar das Câmaras Municipais, como eleitores e como elegíveis, e pela condenação feita pela Igreja Católica contra os ganhos obtidos por meio de lucros gananciosos e de juros altos.

11. Mackenzie-SP 2020



O quadro acima, “Os fuzilamentos de 3 de maio de 1808”, de Francisco de Goya, retrata um episódio da violenta repressão francesa à resistência popular espanhola, durante a invasão napoleônica no país, entre 1807-1808. Assinale qual afirmativa abaixo relaciona corretamente esse fato com o processo de independência na América espanhola.

- a) O enfraquecimento da metrópole espanhola, com a intervenção napoleônica, além das renúncias dos reis espanhóis e a coroação de José Bonaparte como imperador da Espanha, impulsionou o movimento por emancipação, liderado pelos criollos.
- b) Com a ocupação do território espanhol por tropas francesas, foram organizadas nas colônias as juntas governativas e os cabildos com o intuito de lutarem a favor da invasão napoleônica, com a finalidade de defenderem os princípios iluministas praticados por Bonaparte.
- c) Com a restauração da dinastia Bourbon na Espanha, em 1814, e o retorno ao regime absolutista, aumentaram os movimentos separatistas nas colônias, impulsionados pelas ideias iluministas defendidas por Napoleão Bonaparte.
- d) Apesar da ocupação do território espanhol por tropas francesas e o uso da violência contra as classes populares, a elite crioula ainda assim apoiou o governante francês, pois lucravam com o monopólio comercial e defendiam a permanência dessa estrutura de exploração.
- e) A elite crioula perdeu a liderança do movimento a favor da independência das colônias latino-americanas, para líderes populares, pois não se manifestaram contra a onda de massacres instaurada pelas tropas napoleônicas na Espanha.

12. UFRGS 2020 Leia o segmento abaixo.

Estes líderes, geralmente de origem militar, oriundos, em sua grande maioria, da desmobilização dos exércitos que combateram nas guerras de independência, de 1810 em diante, provinham, em certos casos, de estratos sociais inferiores ou de grupos étnicos discriminados (mestiços, índios, mulatos, negros). [...]. Valiam-se do seu magnetismo pessoal na condução das tropas, que haviam recrutado geralmente nas áreas rurais e mantinham como reses requisitadas em ações guerreiras, seja contra o ainda mal consolidado poder central, seja contra os seus iguais [...].

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, GianFranco. *Dicionário de Política*. 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

O segmento faz referência a uma categoria que designa os líderes políticos e os chefes militares que, após os movimentos de emancipação da América espanhola, tornaram-se governantes personalistas de suas nações ou regiões.

Assinale a alternativa correta que apresenta essa categoria.

- a) Chapetones
- b) Inconfidentes
- c) Criollos
- d) Alcaldes
- e) Caudilhos

13. Acafe-SC 2017 No rastro dos movimentos influenciados pela ideologia iluminista e até pela independência dos Estados Unidos da América, no século XVIII, acentuaram-se os movimentos pela ruptura da América espanhola com a Metrópole, na primeira metade do século XIX.

Nesse contexto é correto afirmar, exceto:

- a) Organizando-se a partir dos cabildos e formando as juntas governativas, os revoltosos depuseram autoridades metropolitanas e assumiram a administração das colônias.
- b) Os chapetones, com o ideal nacionalista de quem já havia nascido na América, foram os principais organizadores das lutas contra o domínio metropolitano.
- c) Simón Bolívar, conhecido como um dos “libertadores da América”, foi um exemplo típico da ideologia da elite crioula.
- d) A Doutrina Monroe, instituída pelos Estados Unidos apoiou as independências da América Latina na guerra contra a Metrópole espanhola.

14. Acafe-SC 2019 Acerca do processo de independência da América espanhola e suas consequências, todas as alternativas estão corretas, exceto a:

- a) No Congresso do Panamá, em 1826, Simón Bolívar propôs uma integração entre as nações do continente. Os poderes locais não abriram mão de sua autonomia e a ideia fracassou.
- b) Ao propor a Doutrina Monroe “a América para os Americanos”, os Estados Unidos eram contrários à interferência europeia na América, porém, tal doutrina expressava uma política imperialista estadunidense no continente.
- c) As estruturas políticas após a independência e o surgimento de vários países, não efetivou uma grande mudança no poder; as camadas populares foram aliadas do poder e os caudilhos garantiram um poder absoluto em seus domínios.
- d) O início da luta pela ruptura com a Espanha foi comandada pelos chapetones e articulada nos moldes da Independência dos Estados Unidos da América, unificando-se todas as juntas governamentais num governo unitário.

15. FICSAE-SP 2021 O Estado que começava a se organizar depois de atingida a independência [na América espanhola] assumiu como tarefa destruir a velha ordem colonial.

Maria Ligia Prado. *A formação das nações latino-americanas*, 1985.

A destruição da “velha ordem colonial” envolvia a

- a) abolição das proibições aos cultos religiosos indígenas, favorecendo a liberdade de crença religiosa.
- b) extinção imediata de qualquer forma de trabalho compulsório ou exploração nas relações de trabalho.
- c) contestação das formas monárquicas ou centralizadas de exercício do poder político.
- d) derrubada do sistema de monopólios, privilégios e restrições ao comércio e à produção.
- e) separação entre o Estado e a Igreja, cessando a interferência religiosa em assuntos políticos

16. UFPR 2018 Leia o texto a seguir:

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o mundo novo uma só nação com um só vínculo, que ligue suas partes entre si e com o todo. Já que tem uma mesma origem, uma mesma língua, mesmos costumes e uma religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de formar-se [...].

Fonte: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/sim%C3%B3n-bol%C3%A9-dvar-e-carta-da-jamaica>. Acesso em: 06 agosto 2017.

Considerando o extrato da “Carta de Jamaica”, de Simón Bolívar, e com base nos conhecimentos sobre as independências na América espanhola, assinale a alternativa correta.

- a) Os movimentos de independência na América espanhola foram impulsionados pela tentativa de invasão napoleônica no Haiti recém-libertado. A Carta de Jamaica foi o documento que fundamentou esses movimentos.
- b) Os movimentos de independência foram liderados por mestiços e escravos que ansiavam conseguir a liberdade expulsando os espanhóis. Aproveitando a ausência do rei Fernando VII, encarcerado por Napoleão, Bolívar escreveu a carta na Jamaica, chamando todas as colônias a se unirem para formar uma grande federação contra a coroa espanhola.
- c) Simón Bolívar foi o grande artífice das independências da América espanhola. Seu carisma e poder de mando permitiram unir todos os movimentos em uma grande frente libertadora, que começou na Argentina em 1816 e chegou até a Colômbia em 1821.
- d) O projeto de Simón Bolívar era tornar as colônias governadas pela Espanha em uma grande confederação de estados nos moldes das colônias americanas do Norte, porém as diferenças entre alguns líderes no interior do movimento anticolonial não viam com bons olhos esse projeto.
- e) A Carta de Jamaica foi a primeira declaração de independência das colônias espanholas. Escrita no formato da declaração de independência haitiana, declarava o fim da escravidão nas colônias e a expulsão dos peninsulares das terras americanas.

17. Fatec-SP 2019 O nome com que foi batizado o maior torneio entre clubes de futebol sul-americano homenageia o conjunto de líderes dos processos de independência dos países da América do Sul. Os principais “libertadores” foram Simón Bolívar e José de San Martín, que atuaram nos processos de independência de diversos países.

<<https://tinyurl.com/y72ma2xo>> Acesso em: 31.05.2018. (Adapt.).

Sobre esses processos de independência, é correto afirmar que

- a) Bolívar foi o responsável pela opção monarquista, adotada nas novas nações independentes.

- b) Venezuela, Bolívia e Panamá se tornaram, a partir do ideal dos libertadores, uma nação única.
- c) Bolívar fracassou em seu projeto de formação de uma grande nação pan-americana.
- d) Argentina, Paraguai e Uruguai se uniram ao Brasil para a criação de uma grande nação monarquista.
- e) San Martín ficou conhecido como “libertador” por seu papel na abolição da escravidão na Guatemala.

18. Acafe-SC 2022 Os processos de independências dos países da América foram marcados por lutas sociais e projetos diversos. A ideia de liberdade estava atrelada aos objetivos dos distintos atores envolvidos na luta para desvencilhar-se dos colonizadores europeus. Considerando os processos de independências do Brasil e dos países da América Espanhola, ocorridos no século XIX, e os grupos envolvidos é **CORRETO** afirmar.

- a) No contexto das lutas de independência na América do Sul, o nome de Simón Bolívar se destaca por ter liderado os exércitos que combateram os espanhóis no Chile, Equador, Paraguai e Bolívia, defendendo a criação de países independentes entre si.
- b) No caso do Brasil, o processo de independência foi resultado de uma série de transformações enfrentadas a partir do Período Joanino e agravadas pela Revolução Liberal do Porto que, entre outras exigências, desejava reestabelecer o monopólio comercial entre Portugal e o Brasil. Neste contexto, a elite do Sudeste impulsionava a agitação revolucionária no Brasil.
- c) A partir do século XVIII, com a invasão napoleônica na Espanha, os chapetones se fortaleceram e passaram a controlar as juntas governativas dos vice-reinos da América Espanhola, mesmo com as divergências existentes entre os membros dessa elite.
- d) Após seu processo de independência, o Brasil torna-se a única monarquia da América Latina, tendo em vista que os demais países independentes da América Espanhola adotaram a república como forma de governo.

19. Unesp 2017 No movimento de Independência atuam duas tendências opostas: uma, de origem europeia, liberal e utópica, que concebe a América espanhola como um todo unitário, assembleia de nações livres; outra, tradicional, que rompe laços com a Metrópole somente para acelerar o processo de dispersão do Império.

PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão*, 1999. (Adaptado).

O texto refere-se às concepções em disputa no processo de Independência da América Latina. Tendo em vista a situação política das nações latino-americanas no século XIX, é correto concluir que

- a) os Estados independentes substituíram as rivalidades pela mútua cooperação.
- b) os países libertos formaram regimes constitucionais estáveis.

- c) as antigas metrópoles ibéricas continuavam governando os territórios americanos.
- d) o conteúdo filosófico das independências sobre pôs-se aos interesses oligárquicos.
- e) as classes dirigentes nativas foram herdeiras da antiga ordem colonial.

20. Uece 2015 No dia 17 de janeiro de 1808, a Real Casa de Bragança chega ao Rio de Janeiro, após 45 dias navegando pelos mares do Atlântico Sul, com rápida estada em Salvador.

AZEVEDO, Francisca L. Carlota Joaquina na Corte do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2003, p. 69.

O principal resultado da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil foi

- a) a abertura dos portos e o conseqüente rompimento do pacto colonial.
- b) a autonomia política e econômica do Brasil em relação a Portugal.
- c) o colapso do sistema econômico brasileiro baseado na mão de obra escrava.
- d) o fim do sistema colonial e a instauração do regime republicano no Brasil.

21. FGV-SP 2020 A primeira medida importante tomada pelo Príncipe-Regente após sua chegada foi o Alvará de 1º de abril de 1808. O propósito fundamental do ato legislativo era promover a industrialização do Brasil. Alguns importantes incentivos foram concedidos por meio do Alvará de 28 de abril de 1809: isenção de imposto de exportação para manufaturados nacionais, uso obrigatório de bens nacionais pelas tropas reais e a distribuição anual de 60 mil cruzados entre os industriais na tecelagem de algodão, lã e seda.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História monetária do Brasil*, 1981 (Adaptado).

Considerando as informações do texto e conhecimentos sobre a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, pode-se afirmar que o governo

- a) promovia a industrialização do país, cobrando impostos elevados de mercadorias importadas da Inglaterra.
- b) procurava ampliar o mercado consumidor interno, abolindo gradualmente a exploração do trabalho escravo.
- c) desenvolvia a indústria armamentista, objetivando a expulsão das tropas bonapartistas do território português.
- d) visava aparelhar a colônia como o centro do Império, viabilizando as políticas econômicas contrárias aos estatutos coloniais.
- e) invertia a ordem do domínio colonial, bloqueando o desenvolvimento da economia manufatureira no reino de Portugal.

22. USCS-SP 2022 A transferência da família real tornou realidade não apenas o propósito político de alguns inconformes de Minas, como também contemplou um de seus objetivos econômicos, comum aos inconformes da Bahia.

Luiz Carlos Villalta. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasis*, 2000. Adaptado.)

No texto, exemplificam o “propósito político” e um dos “objetivos econômicos”, respectivamente,

- a) o Brasil como sede do império português e o fim do monopólio comercial.
- b) a extinção do absolutismo monárquico e o aumento dos salários em geral.
- c) a independência em relação à metrópole e a abolição do escravismo.
- d) a instalação de uma república e a adoção de medidas industrializantes.
- e) o processo de unificação do Brasil e a diminuição de impostos e taxas.

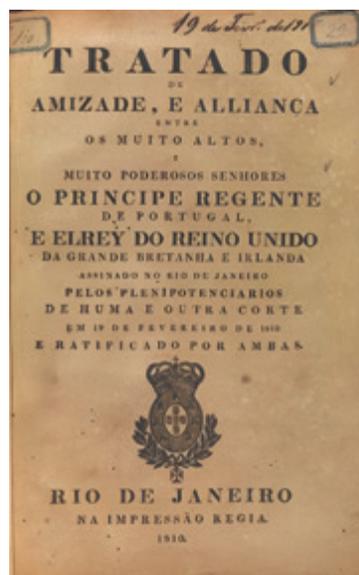
23. Famerp-SP 2019 [Em relação à América Espanhola, nas duas primeiras décadas do século XIX,] a situação da América Portuguesa era diferente, pois ali o próprio governo português parecia conduzir e administrar as transformações.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. *O “nascimento político” do Brasil*, 2003.

Estão entre as transformações mencionadas no texto:

- a) a formação de uma Junta autônoma de governo e a ampliação das redes de transportes e comunicação internas.
- b) a abolição do regime de exclusivo metropolitano e a passagem do Brasil à condição de Reino Unido.
- c) a autorização para a implantação de indústrias no Brasil e o descumprimento do Tratado de Tordesilhas.
- d) a decretação do fim do tráfico de africanos escravizados e a formalização da independência do Brasil.
- e) a ampliação do comércio com os demais países da América e a eliminação das tarifas alfandegárias para produtos de origem africana.

24. UEMG 2019



Entre 1808 e 1821, o Rio de Janeiro foi a sede do Império português. Em 1810, nessa cidade, foi assinado o tratado citado, estabelecendo

- a) a fixação de limites à exportação de produtos nacionais e acordos de taxação das importações.
- b) o fim do tráfico de escravos e o aumento de impostos sobre os produtos estrangeiros.
- c) uma nova política econômica que privilegiava os interesses comerciais ingleses.
- d) um conjunto de medidas favorecendo o mercado interno e restringindo o comércio estrangeiro.

25. G1 – IFPE 2019

TEXTO 1

D. João VI e muitos de seus partidários sonhavam em refazer o Brasil à imagem da Europa Central. Nova Friburgo, apesar de ter fracassado, contribuiu para que as elites imaginassem o Brasil como um ímã para imigrantes, que transformariam o país em termos raciais, econômicos e culturais.

LESSER, J. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. Trad.: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 49. (Adaptado)

TEXTO 2

Que Paris seja aqui! Assim pensava o Prefeito Pereira Passos durante os quatro anos da sua gestão (1903-1906), uma época de Belle Époque na qual parecia que ele queria fazer do Rio de Janeiro uma Paris Tropical.

DELUIZ, Ney. Disponível em: <https://espacomorgenlicht.wordpress.com/2013/09/02/o-rio-que-queria-ser-paris>. Acesso em: 07 maio 2019 (Adaptado).

Sobre a sociedade brasileira do século XIX e do início do século XX, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os dois textos, ainda que relativos a momentos históricos distintos, denotam a persistência de uma busca por referenciais europeus e brancos em nossa formação cultural.
- b) A formação da identidade nacional brasileira é uma cópia do mundo europeu, como os dois textos assinalam e exemplificam.
- c) Em todos os contextos históricos referidos, demonstra-se a importância de propor a mestiçagem de diversas contribuições culturais na formação do país.
- d) No início dos séculos XIX e XX, o Brasil, na condição de Reino Unido, e o Brasil republicano, construíram modelos de civilização, integrando grupos sociais e raciais diversos.
- e) Os dois momentos históricos descritos nos textos, o período joanino e o início da República, foram marcados pela paz social, prosperidade econômica e estabilidade política.

26. Famerp-SP 2020 A independência foi, desse modo, ruptura e continuidade.

DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*, 2019.

Na independência brasileira, uma ruptura e uma continuidade podem ser exemplificadas, respectivamente,

- a) pelo esforço de unificação nacional e pelo respeito aos direitos trabalhistas.
- b) pelo afastamento da Grã-Bretanha e pela aproximação com os Estados Unidos.
- c) pela fragmentação política do território e pela hegemonia política das elites rurais.
- d) pelo rompimento em relação ao império português e pela preservação da escravidão.
- e) pela implantação do sistema republicano e pelo estímulo à produção agrícola.

27. Unifor-CE 2022 Observe a imagem e o texto a seguir



Disponível em: <<http://fabiopestanaramos.blogspot.com/2010/12/instalacao-da-corte-portuguesa-e.html>>. Acesso em: 29 Out 2021.

A viagem da corte portuguesa estendeu-se por 54 dias, e, no dia 22 de janeiro de 1808, a embarcação de d. João chegou a Salvador. Da antiga capital do Brasil, D. João já tomou a primeira medida que mudaria o curso da história brasileira: ele decretou a abertura dos portos às nações amigas, no dia 28 de janeiro.

Depois de uma breve estadia em Salvador, D. João foi para o Rio de Janeiro, chegando lá no dia 8 de março. As outras embarcações foram chegando nos dias seguintes (uma tempestade havia separado elas). A chegada da corte ao Brasil inaugurou o Período Joanino, durante o qual D. João esteve no Brasil. A abertura dos portos foi apenas a primeira de várias medidas tomadas pelo regente português e que mudaram radicalmente a história brasileira.

Fonte: Vinda da família real para o Brasil. 2013 (pág. 5).

Sobre a vinda da família real para o Brasil e o período em questão, assinale a alternativa correta.

- a) A transferência da corte portuguesa para o Brasil teve relação indireta com os acontecimentos da Revolução Francesa e do período napoleônico.
- b) A transferência da Família Real para o Brasil se deu pela recusa de Portugal em obedecer às ordens da França e aderir ao Bloqueio Continental, instituído com o objetivo de prejudicar os ingleses, em 1806.

- c) Em 1801, houve a Guerra das Laranjas entre Portugal e França.
- d) Nessa época, ocorreu a integração das elites políticas regionais, para a formação de um projeto político separatista de cunho republicano.
- e) O letramento de mulatos e imigrantes era importante para as necessidades do trabalho na cidade durante os anos de 1808 a 1810.

28. Enem 2021

Por que o Brasil continuou um só enquanto a América espanhola se dividiu em vários países?

Para o historiador brasileiro José Murilo de Carvalho, no Brasil, parte da sociedade era muito mais coesa ideologicamente do que a espanhola. Carvalho argumenta que isso se deveu à tradição burocrática portuguesa. “Portugal nunca permitiu a criação de universidades em sua colônia”. Por outro lado, na América espanhola, entre 1772 e 1872, 150 mil estudantes se formaram em universidades locais. Para o historiador mexicano Alfredo Ávila Rueda, as universidades na América espanhola eram, em sua maioria, reacionárias. Nesse sentido, o historiador mexicano diz acreditar que a livre circulação de impressos (jornais, livros e panfletos) na América espanhola, que não era permitida na América portuguesa (a proibição só foi revertida em 1808), teve função muito mais importante na construção de regionalismos do que propriamente as universidades.

BARRUCHO, L. Disponível em: www.bbc.com. Acesso em: 8 set. de 2019 (adaptado).

Os pontos de vista dos historiadores referidos no texto são divergentes em relação ao

- a) papel desempenhado pelas instituições de ensino na criação de múltiplas identidades.
- b) controle exercido pelos grupos de imprensa na centralização das esferas administrativas.
- c) abandono sofrido pelas comunidades de docentes na concepção de coletividades políticas.
- d) lugar ocupado pelas associações de acadêmicos no fortalecimento das agremiações estudantis.
- e) protagonismo assumido pelos meios de comunicação no desenvolvimento das nações alfabetizadas.

29. Enem PPL 2015

É simplesmente espantoso que esses núcleos tão desiguais e tão diferentes se tenham mantido aglutinados numa só nação. Durante o período colonial, cada um deles teve relação direta com a metrópole. Ocorreu o extraordinário, fizemos um povo-nação, englobando todas aquelas províncias ecológicas numa só entidade cívica e política.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

Após a conquista da autonomia, a questão primordial do Brasil residia em como garantir sua unidade político-territorial diante das características e práticas herdadas da colonização. Relacionando o projeto de independência à construção do Estado nacional brasileiro, a sua particularidade decorreu da

- a) ordenação de um pacto que reconheceu os direitos políticos aos homens, independentemente de cor, sexo ou religião.
- b) estruturação de uma sociedade que adotou os privilégios de nascimento como critério de hierarquização social.
- c) realização de acordos entre as elites regionais, que evitou confrontos armados contrários ao projeto luso-brasileiro.
- d) concessão da autonomia política regional, que atendeu aos interesses socioeconômicos dos grandes proprietários.
- e) Afirmação de um regime constitucional monárquico que garantiu a ordem associada à permanência da escravidão.

30. Enem

No tempo da independência do Brasil, circulavam nas classes populares do Recife trovas que faziam alusão à revolta escrava do Haiti:

Marinheiros e caiados
 Todos devem se acabar,
 Porque só pardos e pretos
 O país hão de habitar.

AMARAL, F. P. do. Apud CARVALHO, A. *Estudos pernambucanos*. Recife: Cultura Acadêmica, 1907.

O período da independência do Brasil registra conflitos raciais, como se depreende:

- a) dos rumores acerca da revolta escrava do Haiti, que circulavam entre a população escrava e entre os mestiços pobres, alimentando seu desejo por mudanças.
- b) da rejeição aos portugueses, brancos, que significava a rejeição à opressão da Metrópole, como ocorreu na Noite das Garrafadas.
- c) do apoio que escravos e negros forros deram à monarquia, com a perspectiva de receber sua proteção contra as injustiças do sistema escravista.
- d) do repúdio que os escravos trabalhadores dos portos demonstravam contra os marinheiros, porque estes representavam a elite branca opressora.
- e) da expulsão de vários líderes negros independentistas, que defendiam a implantação de uma república negra, a exemplo do Haiti.

Texto complementar

Carta de Jamaica

Durante o exílio na Jamaica, Simón Bolívar escreveu um dos principais documentos que balizaram sua defesa ao longo das guerras de independência na América.

[...]

O destino da América se fixou de maneira irrevogável; o laço que a unia à Espanha está cortado: a opinião era toda a sua força, por ela estreitavam-se mutuamente as partes daquela imensa monarquia; o que antes as enlaçava, hoje as divide; maior é o ódio que nos inspirou a península do que o mar que nos separa dela; menos difícil é unir os dois continentes do que reconciliar o espírito de ambos. O hábito à obediência, um comércio de interesses, de luzes, de religião, uma recíproca benevolência, uma terna atenção pelo berço e pela glória de nosso país, enfim, tudo o que formava nossa esperança, nos vinha de Espanha. Daqui nascia um princípio de adesão que parecia eterno apesar de a conduta de nossos dominadores afrouxar essa simpatia ou, melhor dizendo, este apego forçado pelo império da dominação. Presentemente ocorre o contrário: a morte, a desonra, tudo quanto é nocivo nos ameaça e tememos, tudo sofremos dessa desnaturalizada madrasta. O véu foi rasgado, já vimos a luz, e queremos nos devolver às trevas; romperam-se os grilhões, já fomos livres, e nossos inimigos pretendem novamente escravizar-nos. Por isso, a América combate desesperadamente, e raras vezes o desespero não acarreta a vitória. [...]

Entretanto, torna-se mais difícil pressentir o destino futuro do Novo Mundo, estabelecer princípios sobre sua política e profetizar a natureza do governo que irá adotar. Qualquer ideia sobre o futuro desse continente parece-me temerária. Foi possível prever, quando o gênero humano se achava em sua infância, rodeado de tanta incerteza, ignorância e enquanto, qual seria o regime que abraçaria para a sua preservação? Quem se atreveria a dizer o regime que abraçaria para a sua preservação? Quem se atreveria a dizer: tal nação será república ou monarquia, esta será pequena e aquela grande? Em meu conceito, esta é a imagem de nossa situação. [...] Considero o estado atual da América semelhante ao desmembrado império romano, em que cada parte formou um sistema político de acordo com seus interesses e situação ou seguindo a ambição particular de alguns chefes, famílias ou corporações; com esta notável diferença, porém: aqueles membros dispersos voltavam a restabelecer suas antigas nações com alterações que exigiam as coisas ou os acontecimentos, enquanto nós apenas conservamos vestígios do que fomos em outros tempos.

BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Ana Maria Martinez. *Simón Bolívar*: política. São Paulo: Ática, 1983. p. 75-79.

Resumindo

- A crise do sistema colonial acompanhada da crise do Antigo Regime na Europa.
- Reformas pombalinas: apogeu e crise do sistema colonial.
- Reformas borbônicas e a América espanhola.
- A América independente: caudilhismo.
- A transferência do aparato político-administrativo português para o Brasil.
- Independência do Brasil.

Quer saber mais?



Livros

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)* [online]. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015.

O livro apresenta aspectos ligados à política e elementos cotidianos no Rio de Janeiro no período joanino.

POMER, Leon. *As independências na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

O livro contextualiza o processo de independência das colônias espanholas na América.

SOUZA, Iara Lis C. *A independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Nesse livro são abordadas as práticas políticas, as vivências cotidianas e a construção da soberania nacional no contexto da independência do Brasil.



Podcast

História Pirata #12 – Iluminismo em Portugal, com a prof^a Dra. Neuma Brilhante.

O programa debate o conceito de Iluminismo e apresenta um breve panorama historiográfico acerca das ideias ilustradas, além de discutir as particularidades do movimento em Portugal.



Vídeos

História: movimentos de independência na América espanhola – Gabriela Pellegrino. UNIVESP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vF-9ievViNE>. Acesso em: 30 set. 2022.

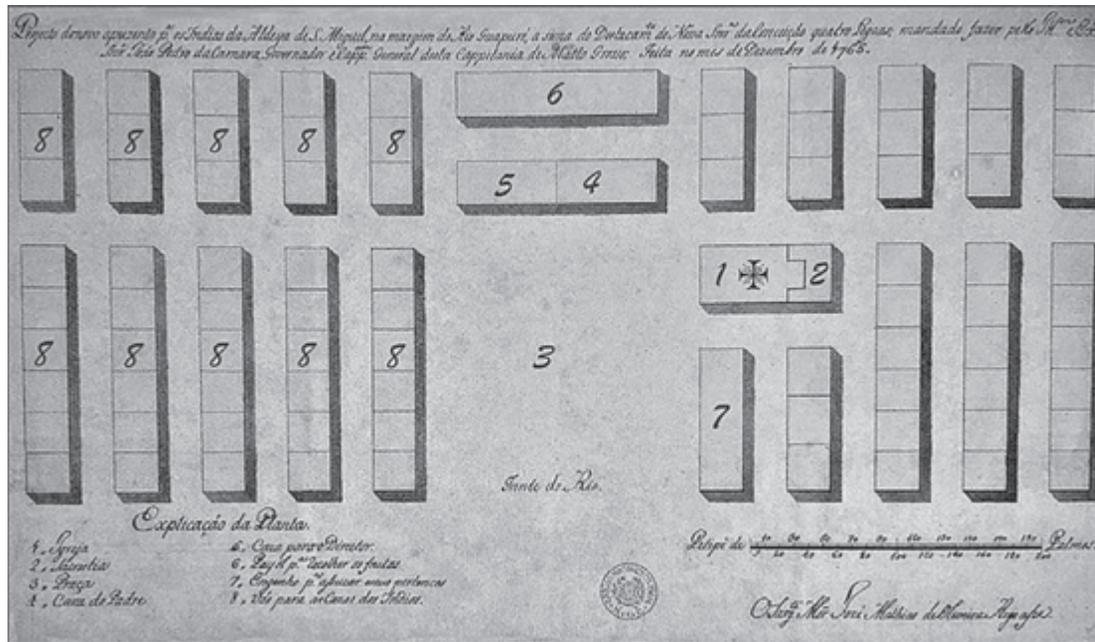
Gabriela Pellegrino, historiadora, apresenta as lutas pela independência ocorridas nas colônias espanholas da América e as influências europeias e norte-americanas que os movimentos tiveram.

História: século XIX na América Latina – Maria Lígia Prado. UNIVESP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XxFAMK3gIVw>. Acesso em: 22 out. 2022.

A historiadora Maria Lígia Prado debate sobre o século XIX na América Latina e os processos de independência das colônias espanholas e portuguesa.

Exercícios complementares

1. Fuvest-SP 2017



Projeto de novo aposento para os índios da Aldeia de São Miguel, na margem do rio Guaporé, feito no mês de dezembro de 1765.

1. Igreja.
2. Sacristia.
3. Praça.
4. Casa do Padre.
5. Casa para o Diretor.
6. Paiol para recolher os frutos.
7. Engenho para açúcar e seus pertences.
8. Vão para as Casas dos Índios.

Esta planta foi elaborada no contexto da nova política estabelecida pela Coroa portuguesa para suas possessões na América, durante o chamado período pombalino (1750-1777). A partir dela,

- a) identifique dois elementos que contrastam a organização espacial das comunidades indígenas com a organização espacial proposta pelos poderes coloniais;
- b) descreva as principais diretrizes políticas e culturais do projeto pombalino para a população indígena da América.

2. UFJF-MG Observe a imagem abaixo:



Retrato do Marquês de Pombal por Louis-Michel van Loo (1707-1771) e Claude-Joseph Vernet (1714-1789).

O reinado de D. José I, em Portugal (1750-1777), foi marcado pela atuação de Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro Marquês de Pombal), nomeado secretário de estado do Reino. Ao se tornar figura central da administração portuguesa, Pombal procurou empreender uma série de reformas no país, de modo a reverter a situação de crise em que vivia o reino português. Segundo o historiador Kenneth Maxwell:

“Uma consequência imediata das medidas drásticas de Pombal foi desembaraçar o caminho para ações governamentais em várias frentes. Assim, a década de 1760 marcou um período de consolidação e ampliação das reformas iniciadas durante a década anterior. Estas incluíram (...) a afirmação da autoridade nacional na administração religiosa e eclesiástica, o estímulo a empreendimentos industriais e a atividades empresariais e a consolidação da autoridade para lançar impostos, das capacidades militares e da estrutura de segurança do Estado”.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 96.

Com base no texto acima e em seus conhecimentos, cite e analise:

- a) uma medida da política econômica pombalina para a América Portuguesa.
 - b) uma medida da política pombalina em relação ao sistema educacional na colônia brasileira.
- 3. UFV-MG** No início do período colonial, havia mais de trezentas línguas indígenas na América portuguesa e a difusão da língua dos colonizadores deu-se muito lentamente. Somente na segunda metade do século XVIII, durante a administração do Marquês de Pombal, a metrópole adotou o que se poderia chamar de uma política de língua. Passou-se, a partir de então, a coibir o uso do “nheengatu”, a estimular-se e a impor-se o ensino da gramática e da língua portuguesa.
- a) Com base nessas informações e nos seus conhecimentos, indique uma razão que levou a metrópole lusitana a impor a língua portuguesa na Colônia.
 - b) Cite outra medida da administração pombalina que afetou os povos indígenas.

Leia o texto para responder às questões **4** e **5**.

Ao findar o século XVIII, o balanço dos movimentos revolucionários revelava que as conspirações ocorridas sucessivamente em Minas (1789) e Bahia (1798) tinham sido sufocadas na origem, sem ultrapassarem o nível das tramas e conciliábulos, tendo sido os rebeldes punidos severamente. A maioria da população permanecia ignorante do que se tramava, participando das conspirações apenas alguns grupos representativos da elite colonial, elementos da sua clientela e alguns grupos pertencentes às camadas urbanas descontentes com a administração portuguesa.

Emília Viotti da Costa. *Da monarquia à república: momentos decisivos*, 2007. Adaptado.

- 4. FMABC-SP 2021** A respeito das rebeliões coloniais mencionadas no texto, pode-se afirmar que
 - a) contestavam o monopólio exercido pela Companhia Geral do Comércio, criada na administração pombalina.
 - b) projetavam a possibilidade de rompimento com os laços de dominação da metrópole.
 - c) defendiam a formação de uma monarquia parlamentar nos moldes ingleses nas regiões emancipadas.
 - d) criticavam a decisão de Dom João de reservar os melhores postos do Exército brasileiro para a nobreza portuguesa.
 - e) tinham o claro propósito de abolir o comércio transatlântico de escravos para o Brasil.
- 5. FMABC-SP 2021** Em relação às influências externas, as conjurações mineiras e baiana
 - a) tomaram como modelo os processos de independência das colônias americanas do Império espanhol.
 - b) apoiaram-se em um projeto de industrialização motivado pela Revolução Industrial inglesa.
 - c) basearam-se em ideais nacionalistas difundidos nas universidades francesas do período.
 - d) inspiraram-se nas ideias iluministas propagadas pela Europa no continente americano.
 - e) pretendiam reformar as estruturas sociais e de produção, por isso guiaram-se pela Independência do Haiti.
- 6. FGV-SP 2017** Ao final do século XVIII, ocorreram duas grandes revoltas na América portuguesa: a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798).
A respeito dessas duas revoltas, explique:
 - a) a composição social dos seus dirigentes;
 - b) as influências político-culturais de cada uma delas;
 - c) os objetivos político-sociais de cada uma delas.
- 7. UEPG-PR 2021** No final do século XVIII, ocorreu a Conjuração Mineira (também chamada de Inconfidência Mineira), movimento organizado pela elite de Minas Gerais contra a Coroa Portuguesa. A respeito desse tema, assinale o que for correto.
 - 01** A política fiscal e tributária imposta por Portugal, marcada por altos impostos, pode ser considerada como uma das principais causas da Conjuração.
 - 02** Entre os conjurados estavam integrantes de uma intelectualidade mineira, como escritores, poetas e médicos, influenciados por ideias libertárias vindas da Europa.
 - 04** Do ponto de vista político, a grande proposição da Conjuração era a libertação de Minas Gerais do controle português.
 - 08** Os escravos empregados na atividade da mineração participaram ativamente da Conjuração, formando grupos de enfrentamento às tropas militares leais aos portugueses.

Soma:

8. UEL-PR 2017 Leia o texto e analise a imagem a seguir.

Vou falar hoje, neste bicentenário, da conjuração mineira, menos sobre as consequências desta prisão do que sobre as causas da chamada Inconfidência Mineira, designação de que francamente não gosto, e que não uso; a palavra inconfidência vem dos donos do poder e não da oposição. Vem da contrarrevolução e não da revolução; e, enfim, o objeto das nossas comemorações é uma revolução frustrada, não uma repressão bem-sucedida. É bom que estejamos bem claros sobre isto.

MAXWELL, K. *Conjuração mineira: novos aspectos*. Estudos Avançados. v. 3. n. 6. maio/ago., 1989, p. 4.



Pedro Américo. *Tiradentes Esquartejado*, 1893.

Com base no texto, na imagem e nos conhecimentos a respeito da Inconfidência ou Conjuração Mineira, responda aos itens a seguir.

- Discorra sobre esse movimento denominado de Inconfidência ou Conjuração Mineira, ocorrido em Minas Gerais, em 1789.
- Analise a representação de Tiradentes na pintura elaborada por Pedro Américo, após a proclamação da República no Brasil.

9. UFU-MG O final do século XVIII foi um momento de grande turbulência política internacional, com ressonâncias no sistema colonial montado pelas nações europeias. As ideias liberais agitavam as mentes, acenavam com a possibilidade de mudanças. Para as colônias traziam a esperança de independência política.

REZENDE, Antônio Paulo e DIDIER, Maria Thereza. *Rumos da História: a construção da modernidade - O Brasil Colônia e o mundo moderno*. São Paulo: Atual, 1996, p. 238.

Tomando como referência a citação acima e seus conhecimentos sobre as revoltas coloniais no Brasil, identifique as diferenças entre a Inconfidência Mineira e a Inconfidência Baiana.

10. UFU-MG

[...] sendo-me presente o grande número de Fábricas, e Manufacturas, que de alguns annos a esta parte se tem differentes Capitanias do Brasil, com grave prejuízo da Cultura, e da Lavoura, e da exploração das Terras Mineraes daquelle vasto Continente...

E consistindo a verdadeira, e sólida riqueza nos Frutos, e Produções da terra, as quaes sómente se conseguem por meio de Colonos, e Cultivadores, e não de Artistas, e Fabricantes: e sendo além disto as Produções do Brasil as que fazem todo o fundo, e base não só das Permutações Mercantis, mas na Navegação, e do Comércio entre os Meus Leaes Vassallos Habitantes destes Reinos, e daqueles Domínios [...] Hei por bem Ordenar, que todas as Fábricas, Manufacturas, ou Teares de Galões, de Tecidos, ou de Bordados de Ouro e Prata ... exceptuando tão somente aquelles dos ditos Teares, e Manufacturas, em que se técem, ou manufacturão Fazendas grossas de Algodão, que servem para o uso, e vestuario dos Negros, para enfiadar, e empacotar Fazendas... todas as mais sejam extinctas, e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos Meus Dominios do Brasil...

Alvará de 5 de janeiro de 1785, assinado por D. Maria I, Rainha de Portugal. In: KOSHIBA, L.; PEREIRA, D. M. F. *História do Brasil*. São Paulo: Atual, 1996. p. 69-70.

- Explique o contexto histórico em que foi publicado este documento e a que ele se refere.
- Transcreva e explique o trecho do documento que explicita o papel atribuído à colônia por Portugal.

11. Unesp 2021 O processo de independência na América espanhola, ocorrido nas primeiras décadas do século XIX,

- contou com participação ativa e direta dos Estados Unidos, que buscavam ampliar sua zona de influência política na América.
- envolveu projetos políticos e setores sociais variados, que se confrontaram no momento de constituição dos novos Estados.
- manteve a unidade territorial das áreas antes controladas pela Espanha, e os novos Estados organizaram-se numa federação.
- resultou no afastamento definitivo dos novos Estados em relação ao antigo colonizador e na divisão das grandes propriedades rurais entre os camponeses sem terra.
- derivou da iniciativa das burguesias locais, que defendiam a igualdade social como base da organização social dos novos Estados.

12. UFPR 2017

[...] Ataram-lhe às mãos e pés quatro cordas e prenderam-nos ao dorso de quatro cavalos [...]. Não sei se porque os cavalos não fossem muito fortes, ou o índio, em realidade, fosse de ferro, não puderam absolutamente dividi-lo, depois de um interminável momento em que o mantiveram puxando, de modo que o tinham no ar, num estado em que parecia uma aranha.

Tanto que o visitador, movido de compaixão, para que não padecesse mais aquele infeliz, despachou uma ordem mandando que o carrasco cortasse sua cabeça, como se executou [...]. Desse modo, acabaram José Gabriel Túpac Amaru e Mícaela Bastidas. [...]

GERAB, Kátia; RESENDE, Maria Angélica Campos. *A Rebelião de Túpac Amaru - luta e resistência no Peru do século XVIII*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 40-41.

De acordo com o relato e seus conhecimentos sobre o antigo sistema colonial na América espanhola, caracterize Túpac Amaru e qual era a reivindicação mais importante perante a coroa espanhola no Vice-Reinado do Peru, assim como qual foi o papel da igreja católica durante o conflito armado.

- 13. Unicamp-SP** Eu considero o estado atual da América como quando arruinado o Império Romano. Cada desmembramento formou um sistema político, conforme os seus interesses e situação. Nós, que apenas conservamos os vestígios do que em outro tempo fomos, e que por outra parte, não somos índios, nem europeus, e sim uma meia espécie entre os legítimos proprietários do país e os usurpadores espanhóis.

Adaptado de Simón Bolívar, Carta da Jamaica de 1815, em *Escritos Políticos*. Campinas: Ed. Unicamp, p. 61.

- a) Quem foi Bolívar e qual sua importância nos processos de Independência das colônias hispano-americanas? A qual processo político Bolívar se refere?
- b) De que maneira Bolívar se refere aos “criollos” no texto? Qual o papel político dos “criollos” nas independências das colônias espanholas?

- 14. Unicamp-SP** Esta porção desgraçada de nossos irmãos que gemeu sob as misérias da escravidão já está livre. A natureza, a justiça e a política pedem a emancipação dos escravos; daqui em diante só haverá na Venezuela uma classe de homens: todos serão cidadãos.

Discurso de Simón Bolívar, Venezuela, 1816.

- a) Qual é o assunto tratado no discurso acima?
- b) Mencione dois outros movimentos políticos que foram liderados por Simón Bolívar.
- c) Cite dois princípios políticos que serviram de inspiração para a ação revolucionária de Bolívar.

- 15. UFG-GO** A história do México é a do homem que procura a sua filiação, a sua origem. Sucessivamente afrancesado, hispanista, indigenista, atravessa sua história como um cometa de jade, que de vez em quando relampagueia. Na sua excêntrica carreira, o que persegue? Corre atrás da sua catástrofe: quer voltar a ser sol, voltar ao centro da vida de onde um dia - na Conquista ou na Independência? - foi desligado.

O texto acima foi retirado do livro “O labirinto da Solidão”, de Octávio Paz. O autor define um campo de tensão social e cultural própria do mundo mexicano, mas que responde a um sentimento presente em toda a América Latina. A partir do exposto, comente por que se pode refletir sobre a Conquista ou a Independência, com base na ideia de catástrofe.

- 16. FGV-SP 2021** As independências das colônias da América Ibérica tiveram aspectos semelhantes e particularidades locais. Entre as semelhanças mais relevantes, pode-se citar

- a) a ruptura política sem uma revolução comparável nas estruturas sociais do período colonial.
- b) a oposição manifesta dos libertadores aos princípios revolucionários da filosofia iluminista.
- c) a ausência de participação de significativos movimentos populares nos processos independentistas.
- d) a manutenção dos laços comerciais privilegiados com a economia das antigas metrópoles.
- e) a importância ideológica do projeto futuro de unificação política dos povos americanos.

- 17. Unicamp-SP 2020 (Adapt.)** Leia atentamente o trecho da carta escrita em 1830 por Simón Bolívar ao General J. J. Flores. A partir da leitura e de seus conhecimentos, responda às questões.

Meu querido General:

V. Ex.^a sabe que governei durante vinte anos e deles tirei apenas poucos resultados certos: 1^o) a América é ingovernável para nós; 2^o) aquele que serve a uma revolução ara no mar; 3^o) a única coisa que se pode fazer na América é emigrar; 4^o) este país cairá infalivelmente em mãos da multidão desenfreada, para depois passar a pequenos tiranos quase imperceptíveis, de todas as cores e raças; 5^o) devorados por todos os crimes e extintos pela ferocidade, os europeus não se dignarão a nos conquistar; 6^o) se uma parte do mundo voltasse ao caos primitivo, este seria o último período da América.

BOLÍVAR, Simón. *Escritos políticos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992. p. 32. (Adapt.)

- a) Identifique dois aspectos políticos do processo de independência da América espanhola.
- b) Explique como o texto contradiz o projeto político inicial de Bolívar para a América.

- 18. Unicamp-SP 2022** Mas, enquanto isso, e os escravos? Eles ouviam falar da Revolução e conceberam-na à sua própria imagem. (...) Antes do final de 1789, houve levantantes em Guadalupe e na Martinica. Já em outubro, em Forte Dauphin, um dos futuros centros da insurreição de São Domingos, os escravos estavam se agitando e realizando reuniões de massas nas florestas durante a noite. Na Província do Sul, observando a luta entre os seus senhores a favor e contra a Revolução, eles mostraram sinais de inquietação. (...) Pela dura experiência, aprenderam que esforços isolados estavam condenados ao fracasso, e nos primeiros meses de 1791, dentro e nos arredores de Le Cap, eles estavam se organizando para a Revolução. O vodu era o meio da conspiração. Apesar de todas as proibições, os escravos viajavam quilômetros para cantar, dançar, praticar os seus ritos e conversar; e então, desde a Revolução, escutar as novidades políticas e traçar os seus planos.

(Adaptado de Cyril Lionel Robert James, *Os Jacobinos Negros*. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 87-91.)

Com base no excerto e em seus conhecimentos sobre as revoluções atlânticas de finais do século XVIII e início do XIX,

- cite e analise dois elementos característicos dos modos de ação política da população escravizada do Haiti (São Domingos).
- identifique e explique dois impactos da revolução haitiana no mundo Atlântico.

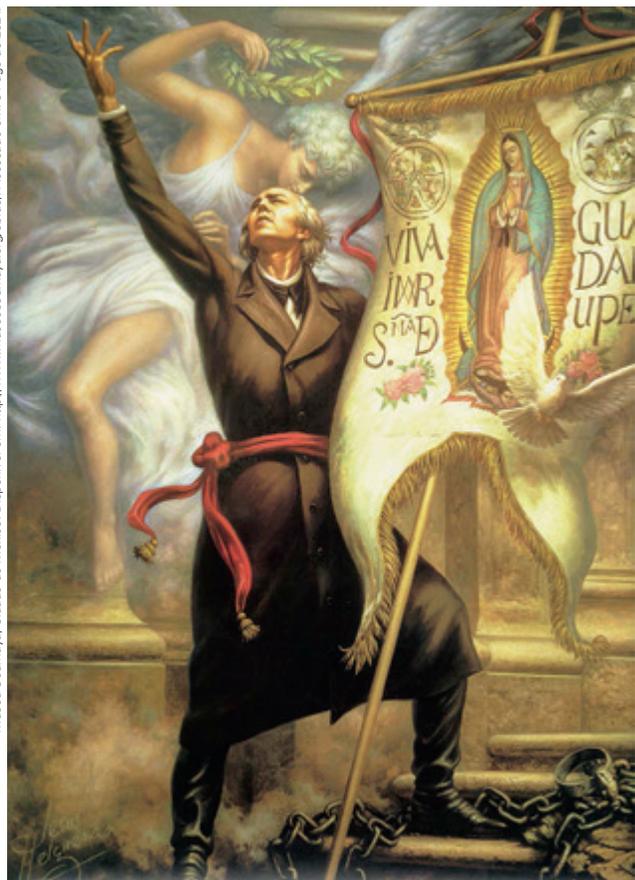
19. UFU-MG José Bernardo de Monteagudo, nome emblemático do movimento de independência da América Espanhola, escreveu em 1823:

[...] as mútuas relações que existem entre as várias classes que formam a sociedade do Peru tocam no máximo da contradição com os princípios democráticos. A diversidade de condições e variedades de castas, a forte aversão que umas professam pelas outras, o caráter diametralmente oposto de cada uma delas, enfim, a diferença nas ideias, nos usos, nos costumes, nas necessidades e nos meios de satisfazê-las apresentam um quadro de antipatias que ameaçam a existência social, se um governo sábio e vigoroso não for capaz de prever seu influxo.

MONTEAGUDO, J. B. Apud PRADO, Maria Lígia Coelho. Esperança Radical e desencanto conservador na independência da América Espanhola. In: *História*. São Paulo, 22 (2):15-34, 2003. p. 30.

Relacione a ideia de governo presente na fala de José Bernardo de Monteagudo a um dos projetos de Estado vigentes na América Latina no início do século XIX.

20. UFG-GO Analise a imagem a seguir.



HELGUERA. *Jesús Rompiendo las Cadenas*. Óleo sobre tela, 1959.

Produzida em 1959, a pintura de Jesús Helguera alude ao “Grito de Dolores” (1810), marco do processo de independência no México. Na referida obra, o pintor elege e representa, em primeiro plano, dois importantes símbolos que constituem a nacionalidade mexicana. Com base na análise dessa imagem e considerando o contexto histórico da independência, explique

- os símbolos nacionais presentes na composição do quadro;
- a relação entre os referidos símbolos e o processo de independência no México.

21. Unesp 2014 A transformação do Rio de Janeiro em corte real começou apenas dois meses antes da chegada do príncipe regente, quando notícias do exílio real – tão “agradáveis” quanto “chocantes”, cheias de “sustos e alegrias” – foram recebidas. Entretanto, como descobriram os residentes da cidade, os preparativos iniciais para acomodar Dom João e os exilados marcaram apenas o começo da transformação do Rio de Janeiro em corte real, pois o projeto de construir uma “nova cidade” e capital imperial perdurou por todo o reinado brasileiro do príncipe regente. Construir uma corte real significava construir uma cidade ideal; uma cidade na qual tanto a arquitetura mundana como a monumental, juntamente com as práticas sociais e culturais dos seus residentes, projetassem uma imagem inequivocamente poderosa e virtuosa da autoridade e do governo reais.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical*, 2008. (Adapt.)

Explique o principal motivo da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, e indique duas mudanças importantes por que o Rio de Janeiro passou para receber e abrigar a família real.

22. Unesp 2016 A vinda da Corte com o enraizamento do Estado português no Centro-Sul daria início à transformação da colônia em metrópole interiorizada.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*, 2005.

Cite e analise duas medidas determinadas pelo Príncipe Regente D. João, nos anos em que ficou no Brasil, que tenham contribuído para essa interiorização da metrópole e seu gradual enraizamento na colônia.

23. Unesp Imprensa, universidades, fábricas - nada disso nos convinha, na opinião do colonizador. Temiam os portugueses deixar entrar aqui essas novidades e verem, por influência delas, escapar-lhes das mãos a galinha dos ovos de ouro que era para eles o Brasil.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*.

Com base nas análises da autora, responda.

- Que fato alterou a política metropolitana em relação à colônia brasileira na primeira década do século XIX?
- Por que a imprensa, as universidades e as fábricas eram tidas pelos colonizadores como uma ameaça?

- 24. Famerp-SP 2021** Privado o Brasil do mercado geral das nações e, por conseguinte, da sua concorrência, que encarecia as compras e abarataria as vendas, nenhum outro recurso lhe restava senão mandar suas mercadorias aos portos da metrópole e estimular assim, cada vez mais, a sórdida cobiça e prepotência de seus tiranos.

Apud: Miriam Dolhnikoff. *História do Brasil Império*, 2019.

O excerto, retirado de um manifesto enviado pelo príncipe regente D. Pedro às nações amigas em 6 de agosto de 1822,

- a) defende a formação de um império luso-brasileiro como alternativa à condição colonial.
- b) contesta a liderança política e comercial dos Estados Unidos no continente americano.
- c) valoriza os princípios do mercantilismo como balizas da política econômica imperial.
- d) identifica o pacto colonial como um instrumento de opressão e exploração.
- e) expressa o repúdio do governo português no Brasil à hegemonia britânica no comércio mundial.

- 25. UFPR 2019** Leia os dois excertos abaixo sobre o Museu Nacional do Rio de Janeiro:

A primeira instituição museológica e de pesquisa do Brasil, o Museu Nacional/UFPR, segue seu pioneirismo com estudos de ponta e amplo acervo enriquecido constantemente. [...] O embrião das coleções foi implantado pela família real portuguesa, e atualmente é o maior museu de história natural e antropológica da América Latina.

PIRES, Debora de Oliveira. *200 anos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Associação Amigos do Museu Nacional, 2017.

As cinzas do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, consumido pelas chamas na noite do último domingo, são mais do que restos de fósseis, cerâmicas e espécimes raros. O museu abrigava entre suas mais de 20 milhões de peças os esqueletos com as respostas para perguntas que ainda não haviam sido respondidas – ou sequer feitas – por pesquisadores brasileiros. E pode ter calado para sempre palavras e cantos indígenas ancestrais, de línguas que não existem mais no mundo.

ALESSI, Gil. A ciência perdida no incêndio do Museu Nacional. *El País*, 06 set 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/05/politica/1536160858_009887.html. Acesso em: 06 set. 2018.

O Museu Nacional foi construído no Rio de Janeiro juntamente com outras iniciativas, como o Jardim Botânico e a Biblioteca Real, nas duas primeiras décadas do século XIX, após a vinda da família real portuguesa ao Brasil.

- a) Identifique a razão pela qual a família real se instalou no Brasil em 1808 e pontue outras duas consequências da sua vinda para os brasileiros, durante o chamado período joanino (1808-1821).
- b) A partir da leitura dos excertos apresentados e dos conhecimentos sobre história, disserte sobre duas funções sociais e/ou científicas da existência de lugares de memória e de patrimônio, tais como o Museu Nacional.

- 26. UEG-GO** Que relação existe entre o Bloqueio Continental, lançado por Napoleão Bonaparte contra a Inglaterra, e a Independência do Brasil?

- 27. UPF-RS 2021 (Adapt.)** [...] Em 1822, um autor anônimo escreveu a poesia “Independência ou morrer”, reproduzida abaixo.

Ouvi, ó Povos, o grito,
Que vamos livres erguer;
O Brasil sacode o jugo,
Independência ou Morrer.
Congresso opressor jurara
Nossos povos abater:

Em seu despeito amamos
Independência ou Morrer.
Depois de trezentos anos
Livre o Brasil vai viver:
Deve a Pedro a Liberdade,
Independência ou morrer.

Apud CARVALHO, José Murilo de, BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcelo (Orgs.). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, 257-258. 4 v.

Considerando o cenário político em que a poesia foi escrita, é correto afirmar que:

- a) Os brasileiros de tendências absolutistas pretendiam derrubar D. Pedro e assumir o poder.
- b) Os liberais portugueses pretendiam restaurar o absolutismo.
- c) Os escravistas brasileiros almejavam impedir que D. Pedro outorgasse uma constituição absolutista.
- d) As cortes portuguesas desejavam recolonizar o Brasil, anulando as medidas político-administrativas tomadas por D. João VI.
- e) Os absolutistas portugueses pretendiam auxiliar D. Pedro a consolidar a Independência do Brasil.

- 28. FGV-SP 2020** É verdade que algo da experiência política vivenciada em 1817, de seus princípios e de seus participantes, muitos dos que naquele momento estiveram juntos, amargando inclusive processos e prisões, encontravam-se, de armas nas mãos, em campos opostos, em 1824.

BERNARDES, D. A. de M., “A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador”. In: DANTAS, M. D. (org.) *Revoltas, motins, revoluções. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 133.

Pernambuco foi palco de intensas revoltas e movimentações no início do século XIX. A esse respeito, explique

- a) as características e a conjuntura política referentes ao movimento de 1817;
- b) as características e a conjuntura política referentes ao movimento de 1824;
- c) dois aspectos desses movimentos associados ao liberalismo político.

29. UFG-GO 2014 Analise as imagens a seguir.



Independência ou Morte ou O Grito do Ipiranga, de Pedro Américo. Óleo sobre tela, 1888. São Paulo: Museu Paulista.



Proclamação da Independência, de François-René Moreaux. Óleo sobre tela, 1844. Petrópolis: Museu Imperial.

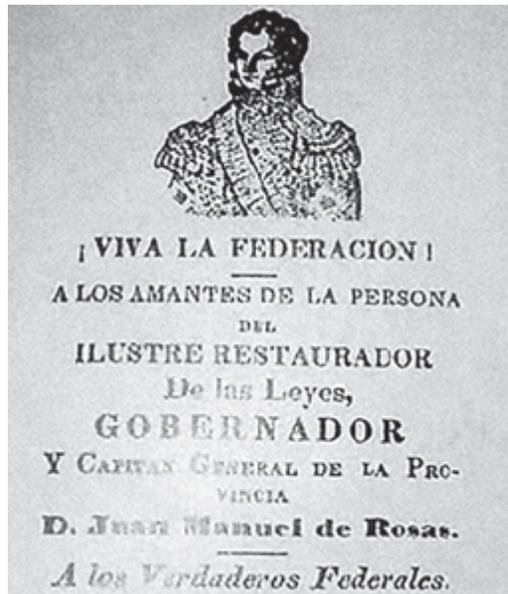
As duas pinturas representam a Proclamação da Independência do Brasil (1822) e a figura de D. Pedro I. Com base na análise comparativa das imagens,

- explique as diferenças de sentido nas representações das imagens do príncipe D. Pedro I, da guarda real e do povo, em cada uma das pinturas.
- descreva um elemento comum a ambas as pinturas que corrobora uma mesma concepção de história e explique que concepção de história é essa.

30. Unifesp A independência do Brasil, quando comparada com a independência dos demais países da América do Sul, apresenta semelhanças e diferenças. Indique as principais

- semelhanças.
- diferenças.

1. **UFJF-MG 2017** No processo de Independência e ao longo do século XIX muitas nações latino-americanas foram marcadas pelo fenômeno político conhecido como Caudilhismo.

Documento 1

Cartaz com a imagem do argentino Juan Manuel de Rosas, considerado um dos grandes caudilhos do século XIX.

Tradução: VIVA A FEDERAÇÃO!

Aos amantes da pessoa do Ilustre Restaurador das Leis, Governador e Capitão Geral da Província D. Juan Manuel de Rosas Aos Verdadeiros Federais.

Documento 2

Na América Latina o termo caudilho ainda continua a ser usado, como o de cacique, para designar chefes de partido local ou de aldeia, com características demagógicas. Presentemente, parte dos estudiosos da ciência política creem que o Caudilhismo é particularmente significativo para a compreensão da gênese do militarismo na América Latina.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 2000. (Adapt.).

Com base nestas informações e em seus conhecimentos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O caudilhismo foi um fenômeno político típico dos países europeus, e que foi exportado para o Brasil e demais países americanos.
- b) Os caudilhos se opunham ao poder do Exército e da Igreja e defendiam a centralização em oposição ao federalismo.
- c) Pode-se afirmar que o caudilhismo foi um fenômeno tipicamente urbano, ligado ao processo de expansão da industrialização.
- d) Os caudilhos foram fundamentais para o estabelecimento das democracias que caracterizaram os países americanos desde o século XIX.
- e) O caudilhismo tem vinculação com as elites locais, e é um poder baseado no carisma do líder (o caudilho), no uso da força e no apoio dos proprietários de terra.

2. **FGV-SP 2015** É a América Latina, as regiões das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital estrangeiro e como tal acumula-se até hoje. A causa nacional latino-americana é, antes de tudo, uma causa social.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*, 1978. p. 14 e 281. (Adapt.).

A partir do texto, é correto afirmar que

- a) a luta na América pela ruptura do domínio espanhol manteve o poder econômico dos criollos, somado ao poder político que preservou a estrutura colonial, inclusive a escravidão, e garantiu o livre comércio aos britânicos, enquanto a maioria desapropriada, que lutou pela terra, continuou pobre e excluída, submetida à elite, dominante internamente e dominada externamente.

- b) o processo de independência da América Latina transformou a estrutura colonial, na medida em que a elite crioula aboliu a escravidão e promoveu a reforma agrária, diminuindo as distâncias sociais, ou seja, elaborou um projeto social próprio, o que afastou os interesses britânicos, estimulou os investimentos nacionais e fez o Estado assumir sua própria identidade latino-americana.
- c) o movimento de emancipação latino-americano restringiu-se aos aspectos culturais, ou seja, não ocorreu a descolonização, pois a estrutura colonial permaneceu, exceção à escravidão, obstáculo ao avanço do liberalismo, abolida pelos criollos para garantir o consumo dos produtos franceses, já que o projeto político dos proprietários estava em sintonia com os interesses externos capitalistas.
- d) a ruptura latino-americana com a metrópole espanhola foi revolucionária, na medida em que as classes dominantes locais, os criollos, perderam o poder que tinham na estrutura colonial, graças à luta social dos não-proprietários que promoveram a descolonização e implantaram um projeto político identificado com os interesses populares, como o fim da escravidão, a reforma agrária e o voto universal.
- e) o movimento de quebra dos laços coloniais ocorreu de forma violenta, no qual a maioria não proprietária teve papel decisivo, transformando a luta em uma causa social, destruindo a estrutura colonial e construindo um projeto político que atendeu tanto aos interesses dos criollos como aos dos ingleses, isto é, fornecer produtos para o mercado externo e consumir os produtos industrializados.

EM13CHS103

3. Enem PPL 2013 A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. A presença da Corte implicava uma alteração do acanhado cenário urbano da Colônia, mas a marca do absolutismo acompanharia a alteração.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995 (fragmento).

As transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro em decorrência da presença da Corte estavam limitadas à superfície das estruturas sociais porque

- a) a pujança do desenvolvimento comercial e industrial retirava da agricultura de exportação a posição de atividade econômica central na Colônia.
- b) a expansão das atividades econômicas e o desenvolvimento de novos hábitos conviviam com a exploração do trabalho escravo.
- c) a emergência das práticas liberais, com a abertura dos portos, impedia uma renovação política em prol da formação de uma sociedade menos desigual.
- d) a integração das elites políticas regionais, sob a liderança do Rio de Janeiro, ensejava a formação de um projeto político separatista de cunho republicano.
- e) a dinamização da economia urbana retardava o letramento de mulatos e imigrantes, importante para as necessidades do trabalho na cidade.

Jean-Baptiste Debret. *Aclamação de D. Pedro como primeiro imperador do Brasil*, 1839. Litografia. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Jean-Baptiste Debret/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ)

FRENTE 1

CAPÍTULO

5

Primeiro Reinado

As independências da América inglesa e da América espanhola influenciaram o processo de emancipação do Brasil. Da mesma forma, deveríamos imaginar que a formação dos Estados nacionais americanos também caracterizou a formação do Estado brasileiro. Enquanto nos demais países latinos a fragmentação política foi regra, no Brasil setores da elite agrária lutavam pela manutenção de uma unidade territorial.

Como evitar disputas que pudessem fragmentar a recém-emancipada nação? A formação de governos republicanos teria facilitado a divisão interna nos estados? A monarquia, então, seria uma solução para esse problema? Como organizar uma monarquia em torno de um herdeiro da dinastia de Bragança?

O processo da Constituinte

D. Pedro I abriu a Constituinte jurando defender a Constituição se esta fosse digna dele mesmo e do Brasil. Essa condicionante marcaria o tom do Primeiro Reinado.

Em 1822, ano da independência, a população do Brasil era estimada entre 4 e 5 milhões de pessoas, das quais, aproximadamente, 1 milhão estavam submetidas à escravidão. A população era predominantemente rural e estava concentrada nas províncias do Centro-Sul.

Como criar, então, um texto constitucional capaz de organizar todo o território nacional? Como definir os critérios de cidadania em um país formado por uma população da qual cerca de 20% estava submetida à escravidão?

Assim como as Revoluções Liberais europeias na década de 1820 influenciaram os movimentos emancipatórios na América, os primeiros fracassos dessas mobilizações também influenciaram o processo de organização dos Estados americanos. As tensões entre os liberais e os

defensores do Antigo Regime na Europa prolongaram-se ao longo de todo o século XIX. Dessa maneira, a polarização entre a “**facção brasileira**” e a “**facção portuguesa**” se fez presente no decorrer de toda a constituinte de 1823.

A Assembleia reuniu 84 deputados de 14 províncias. Eram membros da elite que protagonizaram o processo de independência. As províncias do Pará, Maranhão, Piauí e Cisplatina não tiveram representantes por estarem, ainda nesse momento, envolvidas nas guerras de independência.

A “facção portuguesa” era formada, em geral, por liberais moderados, que buscavam promover reformas coordenadas pelo aparelho político, mas, diferentemente do que ocorrera no século XVIII com o Marquês de Pombal, sem o absolutismo. Esses deputados defendiam uma monarquia constitucional com a centralização política do poder na figura do imperador, que representaria a soberania nacional. Em outras palavras, o monarca deveria exercer um papel mais importante do que aqueles que compunham o legislativo.

Composição da Constituinte de 1823



Fonte: elaborado com base em FGV. *Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/assembleia-constituente-e-constituicao-de-1824/mapas/composicao-da-constituente-de-1823>. Acesso em: 4 out. 2022.

A “facção brasileira”, por sua vez, era representada pela elite rural do Brasil. Seus integrantes eram proprietários de terras e de escravizados que, mesmo que não possuíssem títulos de nobreza, buscavam reproduzir os hábitos nobiliárquicos da Europa (não realizavam trabalhos manuais, consumiam produtos europeus etc.). O projeto político da elite agrária brasileira tinha um caráter liberal mais radical que o da “facção portuguesa”. Influenciado pelas ideias federalistas estadunidenses, esse setor da elite era contrário à ideia de que o monarca deveria representar a soberania nacional e defendia que o Brasil adotasse um poder descentralizado que permitisse relativa autonomia às províncias.

A Constituição da Mandioca de 1823

O primeiro projeto constitucional do Brasil ficou conhecido como **Constituição da Mandioca**. Isso porque seu texto definia que, para ser eleitor de primeiro grau (paróquia), era preciso comprovar uma renda anual mínima equivalente aos lucros da produção de farinha de mandioca em 150 alqueires. Já os candidatos a eleitores de segundo grau (província) necessitavam de uma renda mínima equivalente ao produzido em 250 alqueires, enquanto os candidatos à Câmara e ao Senado deveriam ter uma renda proporcional a 500 e 1 000 alqueires, respectivamente.

Tratava-se, portanto, de um critério de voto censitário que visava favorecer os proprietários de terra, grupo de maior poder aquisitivo no Brasil. Vale lembrar que a mandioca era um insumo agrícola produzido em basicamente todos os latifúndios brasileiros.

Além de estabelecer o voto censitário, a Constituição da Mandioca defendia a limitação do poder do monarca e expressava um forte caráter antilusitano ao proibir que estrangeiros pudessem obter cargos políticos. D. Pedro I, aproximando-se cada vez mais da “facção portuguesa”, rejeitou o texto constitucional e dissolveu a Assembleia. Em represália à “facção brasileira”, o imperador mandou prender José Bonifácio, seus irmãos e mais 11 deputados.

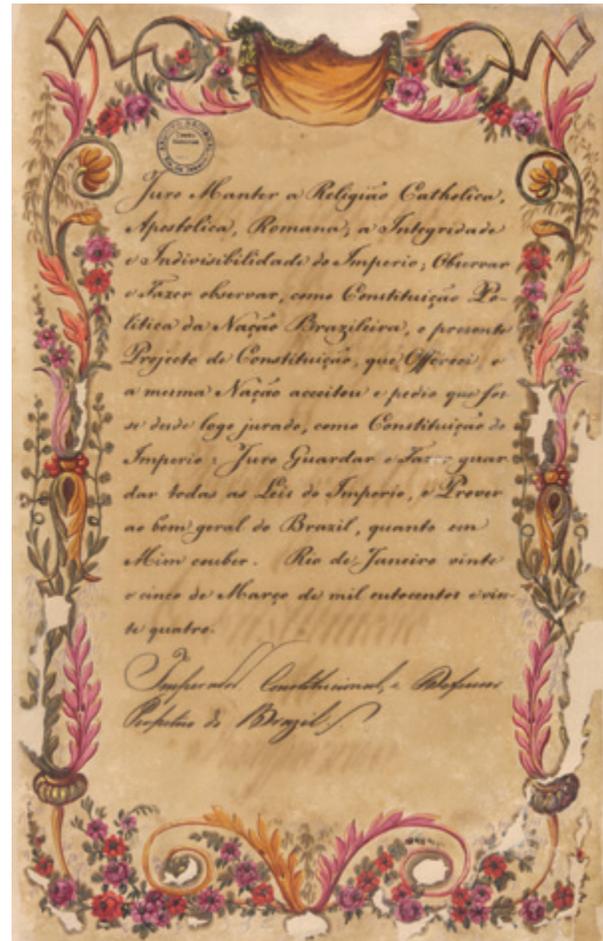
A Constituição Imperial de 1824

Após a dissolução da Assembleia, o imperador criou um Conselho de Estado formado por 10 membros nomeados por D. Pedro I para cargos vitalícios. A primeira função do novo aparato político foi redigir um novo texto constitucional, outorgado em 25 de março de 1824.

A **Constituição de 1824** garantiu a montagem de uma monarquia constitucional hereditária e representativa. Tratava-se de um texto de caráter autoritário e centralizador. D. Pedro I recebeu o título de “Imperador e defensor perpétuo do Brasil”, e o país manteria sua divisão administrativa em províncias. Cada província seria governada por um presidente, nomeado pelo imperador.

O Poder Executivo era exercido pelo imperador, que detinha o direito de nomear magistrados, embaixadores, prover empregos civis e políticos, nomear e destituir comandantes das forças armadas, declarar guerra, conceder títulos, honras, recompensas e até mesmo nomear clérigos (padroado).

O Poder Legislativo seria bicameral, ou seja, composto por uma Câmara de Deputados e um Senado. Os deputados eram eleitos para mandatos de quatro anos, enquanto os senadores, para mandatos vitalícios. A votação era indireta, ou seja, feita em duas fases: os votantes elegiam os eleitores que, por sua vez, votavam em deputados e senadores. Além de indireto, o voto era masculino, censitário e restrito aos homens livres, maiores de 25 anos e que comprovassem uma renda predeterminada.



Juramento de D. Pedro I à Constituição de 1824. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

📌 Saiba mais

O critério censitário da Constituição de 1824 não utilizou os parâmetros agrários, como ocorrera na Constituição da Mandioca. Agora, para poder ser votante, eleitor ou candidato à Câmara ou ao Senado, o indivíduo deveria ter uma determinada renda mínima para cada uma dessas posições. Apesar dos critérios financeiros, não havia, por exemplo, restrições ligadas à alfabetização. Os analfabetos foram proibidos de participar do processo eleitoral no Império Brasileiro no final do Segundo Reinado, em 1881.

De acordo com os critérios constitucionais, os deputados mais votados pelos eleitores assumiam seus mandatos. Já a eleição para o Senado exigia que os nomes dos três senadores com mais votos fossem levados ao imperador para que ele escolhesse quem assumiria o cargo a partir da lista tríplice.

O Poder Judiciário, por sua vez, era composto por juízes responsáveis pela aplicação das leis. Seus cargos eram vitalícios, mas o imperador tinha o poder de suspendê-los caso achasse necessário.

Estabelecendo relações

Com a independência e a Constituição de 1824, o Brasil estava burocraticamente formado. Mas quem seriam os brasileiros?

Mais do que construir uma identidade nacional, era necessário, em uma sociedade tão díspar do ponto de vista social, definir quem seriam os cidadãos, quem poderia gozar da cidadania civil e política. Em um processo emancipatório protagonizado pelas elites, qual seria o lugar dos indígenas? E dos escravizados? E dos libertos?

Segundo a Constituição de 1824, a cidadania civil era garantida para os nascidos no Brasil, fossem libertos ou filhos de mães alforriadas, de pai estrangeiro ou não; os nascidos em outros países, mas de pai brasileiro; os nascidos em Portugal ou em suas possessões que já estivessem vivendo no Brasil na época da independência e os estrangeiros naturalizados, de qualquer religião.

Notemos que não há nenhuma menção direta aos indígenas e aos escravizados. Ao excluir esses dois grupos, a Constituição reforçou a perspectiva de que o ameríndio era incapaz de exercer a sua cidadania civil ou política e de que o escravizado seguiria na condição de propriedade do escravocrata, sem qualquer direito garantido.

O Poder Moderador

No contexto da Revolução Francesa, um intenso debate político pretendia encontrar uma solução para que os poderes Executivo e Legislativo se mantivessem dentro dos limites impostos pela Constituição, garantindo a soberania do povo por ela expressa. Essa solução, encontrada na forma de um novo poder que deveria ser atribuído ao monarca, recebeu várias denominações: Poder Regulador, Poder Preservador, Poder Neutro, Poder Real e Poder Moderador.

Voltando ao contexto brasileiro, a Constituição de 1824 estabelecia uma monarquia constitucional, autoritária e unitária, concedendo amplos poderes ao imperador por meio de um quarto poder, o Moderador. Diferentemente do debate feito na França sobre um poder capaz de manter o Executivo e o Legislativo dentro dos limites impostos pela Constituição, o quarto poder no Brasil, de uso exclusivo do imperador, permitia a sua interferência ativa e direta em setores do Legislativo, Executivo e Judiciário. Com o Poder Moderador, o monarca passava a gozar do direito de nomear senadores a partir da lista tríplex, poderia sancionar decisões da Assembleia para que se tornassem leis, dissolver a Câmara dos Deputados e convocar novas eleições, além de nomear e demitir ministros e suspender magistrados.

Reações provinciais

A dissolução da Assembleia Constituinte em 1823 gerou mobilizações nas regiões Sudeste, onde o movimento pela independência havia se organizado, Sul e Nordeste, onde ainda havia resistência à submissão ao poder imperial de D. Pedro I.

A Confederação do Equador

Pernambuco fora um importante centro de revoltas desde o período colonial. O episódio conhecido como Revolução Pernambucana, em 1817, já havia combatido o poder central dos Bragança. A Constituição de 1824 acirrou os ânimos de setores da sociedade pernambucana, que já defendiam premissas republicanas e atreladas ao federalismo, além de seu forte posicionamento antilusitano.

Dois nomes se destacavam em Pernambuco contra o poder centralizador da monarquia: **Cipriano Barata** (1762-1838) e Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, o **Frei Caneca** (1779-1825).

Barata expressava suas ideias em jornais pernambucanos, o que levou o imperador a decretar sua prisão em 1823. No cárcere, permaneceu editando seus jornais e tecendo duras críticas à monarquia brasileira, resultando em sua transferência para uma prisão no Rio de Janeiro, onde ficou até 1830.

Frei Caneca foi uma das principais lideranças durante a Revolução Pernambucana de 1817 e, mesmo após o insucesso do movimento, manteve-se como uma das vozes mais ativas na defesa de ideias liberais e de um modelo federativo de governo.

O caráter centralizador da Constituição de 1824, agravado pelo Poder Moderador, fez com que Pernambuco se rebelasse novamente. Segundo Frei Caneca, “Uma constituição não é outra coisa que a ata do pacto social que fazem entre si os homens, quando se ajuntam e associam para viver em reunião ou sociedade”. Frei Caneca, comparando o Brasil com a América espanhola, ressaltava a ausência de unidade que havia no país e, assim, a importância de se instituir um modelo federativo de governo. Na perspectiva de Caneca, a Constituição, além de contrária aos princípios de liberdade, acabaria por favorecer o desmembramento do Brasil, ao acabar com a autonomia das regiões em detrimento de um poder central. Dizia, ainda, que a Constituição “não era liberal, mas totalmente contrária aos princípios de liberdade, independência e aos direitos do Brasil, sem contar que nos foi apresentada por alguém que não tem poder para fazê-lo”. Outra preocupação presente era a possibilidade, em aberto no texto constitucional, de que o Brasil pudesse, futuramente, unir-se novamente a Portugal.

O estopim do movimento de reação direta à outorga constitucional se deu quando o imperador nomeou Francisco Pais Barreto para governar a província de Pernambuco. O nome não foi bem recebido pela população, que escolheu para o cargo, a despeito da decisão imperial, Manuel de Carvalho Paes de Andrade.

A resposta de Pedro I à insubordinação de Pernambuco foi bloquear o porto do Recife. Com o acesso bloqueado, a junta governativa chefiada por Paes de Andrade proclamou, no dia 2 de julho de 1824, a província de Pernambuco como um país independente, que recebeu o nome de Confederação do Equador. Com a adesão da Paraíba, do Rio Grande do Norte e, possivelmente, do Piauí e do Pará, a Confederação se organizou como uma República Federativa, inspirada no modelo estadunidense, e adotou provisoriamente uma Constituição semelhante à vigente na Colômbia naquele momento.

A repressão imperial veio por terra e pelo mar. Após seis meses de conflito, a revolta foi derrotada ainda em 1824. A maior parte dos líderes foi condenada à morte. A sentença à força imposta a Frei Caneca gerou grande comoção na província; para evitar novos atritos, o líder da revolta acabou sendo fuzilado em Recife, em 13 de janeiro de 1825.



Acervo do Museu Murillo La Greca, Recife

Detalhe de Murillo La Greca. *A execução de Frei Caneca*, 1924. Óleo sobre tela. Museu Murillo La Greca, Recife, Pernambuco.

A retaliação não se deu apenas contra os revoltosos, mas contra Pernambuco como um todo. A província perdeu mais da metade de seu território, incorporado, primeiramente, a Minas Gerais e, depois, à Bahia.



Bandeira da Confederação do Equador. Em seu brasão, estão representadas a cana-de-açúcar, o algodão e uma cruz ao centro, além das palavras **religião, independência, união e liberdade**.

A Guerra da Cisplatina

Além dos problemas enfrentados no Norte e Nordeste, a unidade territorial demonstrou ser frágil com os conflitos na região da Banda Oriental (atual Uruguai), incorporada pelo Brasil em 1821 com o nome de Província Cisplatina.

A criação de gado transformou a região dos pampas em uma importante produtora de charque e couro. Outro aspecto relevante, já visto anteriormente, era a sua localização geográfica, em meio à bacia do Prata, uma área estratégica que faz a ligação entre as regiões do interior e o Atlântico. Portanto, uma região de amplo interesse para o Brasil e para as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina).

A recente conquista brasileira nunca foi amplamente aceita pela população da Banda Oriental. Após a independência do Brasil, outros levantes eclodiram contra o domínio brasileiro sobre a região, inclusive conquistando o apoio das Províncias Unidas do Rio da Prata, que garantiram suporte político e militar.

Em 25 de outubro de 1825, durante o Congresso de Buenos Aires, o militar uruguaio Juan Antonio Lavalleja declarou a Banda Oriental como território independente do Brasil e que seria incorporada à República das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Província da Cisplatina – 1822



Fonte: elaborado com base em *Isto É Brasil 500 anos: atlas histórico*. São Paulo: Três, 1998. p. 49. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/brasil-500-anos>. Acesso em: 4 out. 2022.

Território do Brasil durante o Império, com destaque para a Província da Cisplatina.

Em janeiro de 1826, o Brasil declarou guerra às Províncias Unidas. Mas o exército brasileiro não contava com um número suficiente de soldados para o conflito. No início do século XIX, as baixas patentes do exército eram mal remuneradas, muitas vezes ocupadas pelo recrutamento forçado. Sem um contingente necessário, D. Pedro I recorreu ao alistamento compulsório. A medida acabou contribuindo para que pessoas sem preparo ou treinamento fizessem parte da corporação. Isso incluía europeus, que se alistaram na expectativa de receber terras no Brasil. O conflito foi desastroso para as pretensões do imperador. Mercenários alemães e irlandeses, que compunham as tropas do Brasil, se rebelaram, culminando na derrota do imperador.



Museu Paulista da USP, São Paulo

José Wash Rodrigues. *Batalha de Ituzaingó*, 1939. Óleo sobre tela. Museu Paulista da USP, São Paulo. Também conhecida como Batalha do Passo do Rosário, ocorrida em fevereiro de 1827, terminou com o recuo das tropas brasileiras, mas não significou o fim da Guerra da Cisplatina.

No entanto, a derrota do Brasil não representou uma vitória das Províncias Unidas do Rio da Prata. Em outubro de 1828, na condição de árbitro internacional, a Inglaterra encerrou a guerra e declarou que a Banda Oriental passaria a ser um Estado independente, o Uruguai. Para evitar futuras disputas, foi decretada a livre navegação no Prata e em seus afluentes.

Crise do Primeiro Reinado

É complexo falar em uma “crise” do Primeiro Reinado, uma vez que a ideia de crise pressupõe que tenha havido um período de apogeu. No entanto, os atritos entre o imperador, as elites e as províncias se fizeram de forma constante desde a independência. Mesmo assim, a situação política e econômica do país trouxe, nos últimos anos do reinado de D. Pedro I, alguns agravantes que colaboraram diretamente para a sua abdicção.

Crise econômica

Para conseguir pagar a indenização a Portugal pela independência, o Brasil recorreu a um empréstimo aos bancos londrinos em 1823 e outro em 1829.

A economia brasileira mantinha as bases coloniais. Voltada à exportação, a produção de insumos primários, cultivados em latifúndios a partir da exploração da mão de obra de escravizados, ainda era hegemônica. O açúcar permanecia como o principal produto da exportação brasileira.

O chamado “renascimento agrícola” havia impulsionado, por um breve período, a produção açucareira no Brasil, que, mesmo em declínio no início do século XIX, ainda representava 40% da renda do país. Entre os outros produtos, destacavam-se o algodão e o café (já cultivado na região do Rio de Janeiro), cujas exportações tornavam-se gradativamente mais expressivas. Além disso, o couro, o fumo e o cacau brasileiros ganhavam espaço no mercado internacional.

O desenvolvimento da manufatura no país, porém, foi prejudicado pela dificuldade em concorrer com os produtos ingleses, os quais, graças à manutenção dos privilégios obtidos nos tratados de 1810, contavam com baixas tarifas de importação.

Diante dessas dificuldades, D. Pedro I ordenou que fossem fabricadas mais moedas. No entanto, sem contar com os recursos necessários, as moedas foram cunhadas em cobre, o que as tornava facilmente falsificáveis. Sem lastro econômico e inundado por moedas falsas, o processo inflacionário foi crescente e, em 1829, resultou na **falência do Banco do Brasil**. É importante frisar, porém, que a crise econômica do Primeiro Reinado remonta ao período joanino. Quando estourou a Revolução Liberal do Porto e foi exigido o retorno do rei a Portugal, D. João VI levou consigo os metais preciosos e as joias da Coroa que estavam no banco. Assim, a sua situação já não era favorável antes mesmo da independência.

Ainda que não fosse totalmente responsável pela crise, a situação econômica do Brasil não colaborou para a imagem de D. Pedro I diante de seus opositores.

Crise política

A situação política no Brasil ficou ainda mais delicada com a morte de D. João VI em Portugal, em 1826. Desde 1823, as cortes haviam sido fechadas pela Santa Aliança, que defendia, na Europa, o ideal da restauração. Sendo assim, Portugal havia retornado aos moldes do Antigo Regime.

Com a morte do monarca, o sucessor ao trono lusitano deveria ser Pedro I, que assumiria a Coroa portuguesa sob o título de D. Pedro VI. Em um primeiro momento, tentando administrar ambas as Coroas, brasileira e portuguesa, D. Pedro I outorgou uma cópia da Constituição monárquica brasileira em Portugal e enviou sua filha, Maria da Glória, com apenas 7 anos de idade, para assumir o trono português. D. Miguel, irmão de D. Pedro, casaria com Maria, sua sobrinha, e tornar-se-ia regente de Portugal.

Mas o desfecho foi inesperado para o imperador. D. Miguel, apoiado pelos defensores do absolutismo monárquico, deu um golpe em Portugal, fechou o Parlamento e mandou que Maria da Glória retornasse ao Brasil. O processo resultou na eclosão de uma guerra civil em terras lusitanas, opondo “miguelistas” e “pedrinós”, que contavam com o apoio da Inglaterra.



Honoré Daumier. *Pedro I versus seu irmão Miguel I*, 1833. Litografia colorida sobre papel. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa. A imagem mostra a disputa entre D. Pedro I e seu irmão, D. Miguel, pelo trono de Portugal.

A fim de desfazer o golpe promovido pelo irmão, D. Pedro I contraiu novos empréstimos com os bancos ingleses. Mas a ideia de endividar o país por uma disputa familiar em Portugal fez crescer, no Brasil, o descontentamento com o imperador. Parte da imprensa se pronunciava de maneira dura contra o governo, como era o caso do periódico paulista *O observador Constitucional*, fundado pelo jornalista liberal **Líbero Badaró** no final da década de 1820. A situação de D. Pedro I ficou ainda mais delicada após o assassinato de Líbero Badaró, em 1830, que foi visto como uma forma de silenciar a liberdade de imprensa.

Em uma viagem por Minas Gerais, D. Pedro I foi recebido com uma série de protestos. Quando voltava ao Rio de Janeiro, membros da Coluna do Trono, sociedade composta por portugueses defensores da monarquia absolutista e partidários do imperador, organizaram uma manifestação em homenagem a Pedro I no Paço Imperial. Ao tomarem conhecimento do evento, os opositores do imperador impediram os festejos e ocuparam o local da homenagem.

Os portugueses, por sua vez, subiram nas edificações do entorno e, em um episódio que ficou conhecido como **Noite das Garrafadas**, arremessaram garrafas e cacos de vidro contra os brasileiros.

D. Pedro I dissolveu o ministério composto por brasileiros e nomeou o **“ministério dos marqueses”**, ocupado apenas por seus aliados. As reações foram negativas. Nas ruas, clamava-se pelo retorno do ministério anterior.

Abdicação de D. Pedro I

Além do fraco apoio entre a população, a crise se agravou após o exército oficializar seu rompimento com o imperador. A derrota na Guerra da Cisplatina evidenciou a situação precária em que se encontravam principalmente

as baixas patentes do exército. Ainda que as ideias liberais mais radicais não fossem muito benquistas entre os oficiais brasileiros, opor-se a D. Pedro I era uma maneira de tentar exonerar o alto-comando do exército (cujas altas patentes estavam nas mãos de portugueses) e, assim, garantir uma transformação na corporação.

Sem o apoio popular e, agora, sem o apoio do exército, D. Pedro I abdicou do trono no dia 7 de abril de 1831 em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara, que tinha apenas cinco anos de idade. D. Pedro I retornou a Portugal, onde a guerra civil contra seu irmão ainda estava em curso. No Brasil, a Constituição não permitia que o novo imperador assumisse antes de completar a maioridade. Diante de todos os conflitos, a solução foi organizar um Governo Provisório.

Revisando

- Unesp 2013** O Brasil assistiu, nos últimos meses de 1822 e na primeira metade de 1823,
 - ao reconhecimento da Independência brasileira pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e por Portugal.
 - ao esforço do imperador para impor seu poder às províncias que não haviam aderido à Independência.
 - à libertação da Província Cisplatina, que se tornou independente e recebeu o nome de Uruguai.
 - à pacífica unificação de todas as partes do território nacional, sob a liderança do governo central, no Rio de Janeiro.
 - à confirmação, pelas Cortes portuguesas e pela Assembleia Constituinte, do poder constitucional do imperador.
- Unesp** O fechamento da Assembleia Constituinte, por D. Pedro I, em novembro de 1823,
 - impediu a tentativa de recolonização portuguesa e eliminou a influência política da Igreja Católica.
 - isolou politicamente o imperador e determinou o imediato final do Primeiro Reinado brasileiro.
 - representou a centralização do regime monárquico e provocou reações separatistas.
 - ampliou a força política dos estados do nordeste e facilitou o avanço dos projetos federalistas.
 - assegurou o caráter liberal da nova Constituição e aumentou os poderes do judiciário.
- Unesp 2018** A primeira Constituição brasileira, de 1824, foi
 - aprovada pela Câmara dos Deputados e estabeleceu o voto censitário.
 - imposta por Portugal e determinou o monopólio português do comércio colonial.
 - outorgada pelo imperador e definiu a existência de quatro poderes.
 - promulgada por uma Assembleia Constituinte e concentrou a autoridade no Poder Executivo.
 - determinada pela Inglaterra e estabeleceu o fim do tráfico de escravos.
- Mackenzie-SP 2018** [...] Conquistar a emancipação definitiva e real da nação, ampliar o significado dos princípios constitucionais foi tarefa delegada aos pósteres.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo; Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. p. 50.

A análise acima, da historiadora Emília Viotti da Costa, refere-se à proclamação da independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822. A análise da autora, a respeito do fato histórico, aponta que

- apesar dos integrantes da elite nacional terem alcançado seu objetivo: o de romper com os estatutos do plano colonial, no que diz respeito às restrições à liberdade de comércio, e à conquista da autonomia administrativa, a estrutura social do país, porém, não foi alterada.
- a independência do Brasil foi um fato isolado, no contexto americano de luta pela emancipação das metrópoles. Isso se deu porque era a única colônia de língua portuguesa, e porque adotava, como regime de trabalho, a escravidão africana.
- caberia, às futuras gerações de brasileiros, o esforço no sentido de impor seus valores para Portugal, rompendo, definitivamente, os impasses econômicos impostos à Colônia pela metrópole portuguesa desde o início da colonização.
- apesar de alguns setores da elite nacional possuírem interesses semelhantes à burguesia mercantil lusitana e, portanto, afastando-se do processo emancipatório nacional, com a eminente vinda de tropas portuguesas para o país, passaram a apoiar a ideia de independência.
- assim como Portugal passava por um processo de reestruturação, após a Revolução Liberal do Porto; no Brasil, esse movimento emancipatório apenas havia começado e só fora concluído, com a subida antecipada ao trono, de D. Pedro II, em 1840.

5. **UFRGS 2013** Em 1824, é outorgada a Constituição do Império do Brasil. Entre suas características, podemos afirmar que

- a) dividia os poderes do Estado exclusivamente em Executivo, Legislativo e Magistratura.
- b) separava a Igreja Católica do Estado Laico.
- c) previa a eleição direta do Primeiro Ministro.
- d) estabelecia o voto universal e secreto para a população masculina.
- e) dividia os poderes do Estado em Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador.

6. **Uece 2017** Observe o seguinte enunciado:

Com a dissolução da Assembleia Constituinte, em 12 de novembro de 1823, aumentou a insatisfação com o governo de D. Pedro I, sobretudo no Nordeste. Em 2 de julho de 1824, em Pernambuco, Manuel Carvalho Paes de Andrade lança o manifesto que dá origem ao movimento. Contudo, antes da manifestação ocorrida no Recife, apoiada por Cipriano Barata e por Joaquim da Silva Rabelo (o Frei Caneca), ambos experientes revoltosos, a província do Ceará já tinha sua manifestação contrária ao Imperador, ocorrida no município de Nova Vila do Campo Maior (hoje Quixeramobim), em 9 de janeiro de 1824 e liderada por Gonçalo Inácio de Loyola Albuquerque e Melo (o Padre Mororó).

O movimento ocorrido no Brasil durante o Império a que o enunciado acima se refere é denominado

- a) Revolução Pernambucana.
- b) Revolução Praieira.
- c) Contestado.
- d) Confederação do Equador.

7. **Uece 2015** Dentre as afirmações a seguir, assinale aquela que está INCORRETA no que diz respeito à Confederação do Equador (1824).

- a) A Confederação do Equador estava afinada com os ideais de federação que serviram de base para a implantação da República dos Estados Unidos da América.
- b) A revolta começou com a exigência de que o Presidente da Província de Pernambuco, indicado por D. Pedro I, renunciasse ao cargo em favor do liberal Manuel de Carvalho Pais de Andrade.
- c) A Confederação do Equador uniu Pernambuco e as Províncias da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

d) Cedendo às forças de repressão comandadas pelo Brigadeiro Francisco Lima e Silva, após cinco meses de resistência, os rebeldes se entregaram, sendo, por este motivo, anistiados.

8. **UFPE** A crise do sistema colonial provocou mudanças políticas na dominação da Europa e trouxe mais liberdade para a América. No Brasil, as ideias liberais:

- foram incorporadas à Constituição de 1824, instituindo equilíbrio entre os três poderes.
- influenciaram movimentos libertários, sendo aceitas por muitos membros do clero católico.
- não foram conhecidas no século XVIII, mas conseguiram ampla penetração com a chegada de D. João VI.
- transformaram a sociedade brasileira, modernizando radicalmente suas instituições políticas.
- justificaram a luta contra Portugal, renovando politicamente o pensamento de muitos intelectuais.

9. **UFPE** Apesar de sua participação na Independência do Brasil, D. Pedro I não conseguiu tornar-se um governante popular. Nesse sentido, podemos lembrar a Confederação do Equador, que foi um dos movimentos de reação ao autoritarismo do imperador. Por ocasião desse movimento, os rebeldes participantes:

- criticaram a Constituição de 1824, considerando-a centralizadora.
- buscaram, com sucesso, contar com o apoio das províncias vizinhas.
- eram radicalmente contra a escravidão.
- formaram brigadas populares para radicalizar a luta.
- contaram com a ajuda de membros do clero local.

10. **Fuvest-SP** A Constituição Brasileira de 1824 colocou o Imperador à testa de dois Poderes. Um deles lhe era “delegado privativamente” e o designava “Chefe Supremo da Nação” para velar sobre “o equilíbrio e harmonia dos demais Poderes Políticos”; o outro Poder o designava simplesmente “Chefe” e era delegado aos Ministros de Estado. Estes Poderes eram respectivamente:

- a) Executivo e Judiciário.
- b) Executivo e Moderador.
- c) Moderador e Executivo.
- d) Moderador e Judiciário.
- e) Executivo e Legislativo.

Exercícios propostos

1. **Unesp 2022** O luxo e a corrupção nasceram entre nós antes da civilização e da indústria. E qual será a causa principal de um fenômeno tão espantoso? A escravidão, senhores, a escravidão. Porque o homem que conta com os trabalhos diários de seus escravos vive na indolência, e a indolência traz todos os vícios após si.

(José Bonifácio de Andrada e Silva, 1825. Apud: Ynaê Lopes dos Santos. *História da África e do Brasil afrodescendente*, 2017. Adaptado.)

A manifestação de uma das principais lideranças do país, logo após a independência política, revela a

- a) justificativa para a adoção, no Primeiro Reinado, de políticas agressivas de estímulo à imigração.
- b) disposição, majoritária nos setores que participaram do processo emancipacionista, de eliminar gradualmente a escravidão.
- c) campanha abolicionista sistemática, iniciada ainda no período colonial, dos cafeicultores paulistas.
- d) rejeição, de clara influência liberal-iluminista, da ideia de que os homens são desiguais por natureza.

- e) crítica, voltada aos setores social e politicamente hegemônicos do Brasil, à dependência do trabalho obrigatório.

2. Uece 2022 A independência do Brasil, ocorrida há quase 200 anos, trouxe poucas mudanças sociais para o povo brasileiro naquele momento. Atente para o que se diz a esse respeito e assinale a afirmação verdadeira.

- a) Apesar de garantir acesso ao voto universal, a constituição do império exigia comprovação de uma renda alta para que o cidadão, sobretudo o negro, pudesse ser candidato.
- b) A independência do Brasil proporcionou uma maior autonomia, pois somente em 1820 o príncipe regente D. Pedro assumiu o governo do país, dias após D. João VI retornar a Portugal.
- c) Com a independência, apesar do estabelecimento de uma legislação nacional, a escravidão foi mantida, o que prolongou a duração dessa causa da desigualdade social brasileira.
- d) Mesmo com o fim do tráfico negreiro, dois anos após a independência, e com a assinatura da Lei Áurea no ano seguinte, os ex-escravos não foram plenamente integrados à sociedade brasileira.

3. UFRGS 2018 Sobre a sociedade brasileira no século XIX e a construção do Estado imperial, considere as seguintes afirmações.

- I. O liberalismo, marcado pela defesa da propriedade privada e livre comércio, foi uma das correntes de pensamento adotadas pelas elites escravocratas brasileiras.
- II. A unidade nacional, a integridade territorial e a escravidão estão entre os principais pilares da monarquia.
- III. A nobreza imperial, definida como uma classe social distinta, era um segmento restrito reservado àqueles que possuíam vínculos de consanguinidade com a aristocracia europeia.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.

4. Uece 2016 No que concerne à Confederação do Equador de 1824, analise as afirmações a seguir, e assinale com V o que for verdadeiro e com F o que for falso.

- A Confederação costuma ser considerada um prolongamento da Revolução Pernambucana de 1817.
- As propostas liberais, republicanas e federativas serviram de bandeira política para os insurretos.
- Os revoltosos propunham a organização de uma república nos moldes dos Estados Unidos da América.
- A adesão dos segmentos populares foi fundamental para unir todos os revoltosos.
- A imprensa, infelizmente, atuou contra o movimento e nenhum jornal nas províncias envolvidas quis apoiar a causa.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) F, V, V, V, F.
- b) V, F, F, V, V.
- c) V, F, F, V, V.
- d) V, V, V, F, F.

5. Uece 2022 A noite de 12 de novembro de 1823 ficou conhecida como a Noite da Agonia, marcada pela invasão, ordenada por D. Pedro I, do plenário da Assembleia Constituinte, provocando sua dissolução. No dia seguinte, o Imperador impôs medidas de vigilância sobre reuniões políticas e até prisão para quem se envolvesse em polêmicas públicas. Pouco mais de 4 meses depois, no dia 25 de março do ano seguinte, era outorgada a Constituição Política do Império do Brasil. Como consequência dessas atitudes de D. Pedro I,

- a) ocorreu um movimento revolucionário, republicano e separatista em algumas províncias do Nordeste brasileiro, denominado Confederação do Equador.
- b) explodiu, em Salvador, a Conjuração baiana, ou revolta dos Alfiates, que pretendia a separação da província da Bahia do restante do Brasil.
- c) em julho de 1824, os estancieiros gaúchos rebelaram-se contra o império, proclamando a autonomia política da província e a criação da República Juliana.
- d) eclodiu a Revolução Pernambucana, ou Revolução dos Padres, motivada pelos ideais iluministas, com apoio internacional dos Estados Unidos.

6. Mackenzie-SP 2018 A cena de uma rua é, a um só tempo, a mesma de todo o quarteirão. Os pés de chumbo (portugueses) deixam que a cabralhada (brasileiros) se aproxime o mais possível. E inesperadamente, de todas as portas, chovem garrafas inteiras e aos pedaços sobre os invasores. O sangue espirra, testas, cabeças, canelas... Gritos, gemidos, uivos, guinchos.

É inverossímil.

E a raça toda, de cacete em punho, vai malhando...

E os corpos a cair ensanguentados sobre os cacos navalhantes das garrafas.

CORREIA, V., 1933, p. 42.

O episódio, descrito acima, relata o enfrentamento entre portugueses e brasileiros, em 13/03/1831, no Rio de Janeiro, conhecido como Noite das Garrafadas. Essa manifestação assemelhava-se às lutas liberais travadas na Europa, após as decisões tomadas pelo Congresso de Viena.

A respeito dessa insatisfação popular, presente tanto na Europa, após 1815, quanto nos conflitos nacionais, durante o I Reinado, é correto afirmar que

- a) D. Pedro II adota a mesma política praticada por monarcas europeus; quando, ao outorgar uma carta constitucional, contrariou os interesses, tanto da classe oligárquica, fiel ao trono, quanto das classes populares, as quais permaneceram sem direito ao voto.

- b) o governo brasileiro também se utilizou de empréstimos junto à Inglaterra, aumentando a dívida externa e fortalecendo a economia inglesa, a fim de sanar o déficit orçamentário e suprir os gastos militares em campanhas contra os levantes populares.
- c) D. Pedro I, buscando recuperar sua popularidade, iniciou uma série de visitas às províncias revoltosas do país, adotando a mesma estratégia diplomática que alguns regentes europeus, nessa época, praticaram, sem, contudo, lograrem nenhum sucesso político.
- d) as guerras travadas contra o exército napoleônico, na Europa, e o envolvimento do Brasil, na Guerra da Cisplatina, provocaram, em ambos os casos, a enorme insatisfação popular e revolta, diante do elevado número de combatentes mortos.
- e) a retomada de políticas absolutistas, como o estabelecimento do Poder Moderador, no Brasil, dando plenos poderes a D. Pedro I e, na Europa, a dura repressão contra as ideias liberais, deflagradas pela Revolução Francesa, ocasionaram uma enorme insatisfação popular.

7. PUC-Campinas 2021 Durante seu governo, Dom Pedro I enfrentou conflitos políticos e teve sua popularidade desgastada. Um episódio que exemplifica esse desgaste é

- a) a Noite das Garrafadas, rebelião urbana ocorrida na capital, em que se confrontaram simpatizantes do Partido Português favoráveis a D. Pedro I e opositores, simpatizantes do Partido Brasileiro.
- b) a Guerra dos Mascates, desencadeada por comerciantes brasileiros, do Rio de Janeiro, que exigiam mais liberdade comercial, o fim dos privilégios dos portugueses, e não reconheciam Pedro I como imperador.
- c) a Constituição da Mandioca, apelido dado à Constituição de 1824, que foi anulada pelo imperador em discordância à instituição do Poder Moderador.
- d) o Dia do Fico, momento em que o Partido Brasileiro clamou pela renúncia de D. Pedro I, cuja presença era solicitada em Portugal, e este declarou que permaneceria no Brasil.
- e) a Revolta do Vintém, provocada pela imposição, por parte de D. Pedro I, de taxas e impostos às famílias abastadas do Rio de Janeiro, como forma de sustentar os gastos imperiais.

8. UEM-PR 2017 O Primeiro Reinado se iniciou com a Proclamação da Independência, em 1822, que garantiu ao Brasil autonomia em relação a Portugal. Essa fase da história política do Brasil imperial se estendeu até 1831, quando teve início o período regencial. Sobre o Primeiro Reinado, assinale o que for correto.

- 01 O projeto constitucional que se originou dos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1823, dissolvida por D. Pedro I no mesmo ano, estabelecia o critério censitário para o direito ao voto,

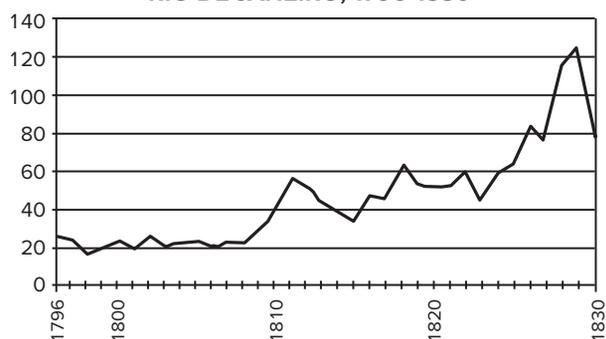
que exigia renda anual equivalente a 150 alqueires de farinha de mandioca.

- 02 A constituição de 1824 estabeleceu uma divisão político administrativa do território brasileiro em estados federados e a centralização do governo em um único poder, o moderador.
- 04 A Confederação do Equador foi a união das províncias insurgentes, localizadas próximas à linha do Equador, que estavam descontentes com os rumos políticos tomados pelo governo imperial e com a situação econômica, marcada por crises como a do açúcar, a do algodão e pelos crescentes impostos cobrados pelo governo central.
- 08 O desempenho econômico durante esse período apresentou índices expressivos, pois a demanda por produtos agrícolas por parte dos países europeus era elevada. Com isso, a balança comercial do Brasil estava equilibrada.
- 16 Alguns jornalistas como Líbero Badaró e Evaristo da Veiga representaram uma relevante fonte de apoio para o governo de D. Pedro I, uma vez que elogiavam o seu estilo de governar, bem como seu relacionamento político com as províncias.

Soma:

9. Fuvest-SP 2016 Examine o gráfico.

VARIAÇÃO DA QUANTIDADE DE NAVIOS NEGREIROS QUE ATRACARAM NO PORTO DO RIO DE JANEIRO, 1796-1830



FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Adapt.)

O gráfico fornece elementos para afirmar:

- a) A despeito de uma ligeira elevação, o tráfico negreiro em direção ao Brasil era pouco significativo nas primeiras décadas do século XIX, pois a mão de obra livre já estava em franca expansão no país.
- b) As grandes turbulências mundiais de finais do século XVIII e de começos do XIX prejudicaram a economia do Brasil, fortemente dependente do trabalho escravo, mas incapaz de obter fornecimento regular e estável dessa mão de obra.
- c) Não obstante pressões britânicas contra o tráfico negreiro em direção ao Brasil, ele se manteve alto, contribuindo para que a ordem nacional surgida com a Independência fosse escravista.

- d) Desde o final do século XVIII, criaram-se as condições para que a economia e a sociedade do Império do Brasil deixassem de ser escravistas, pois o tráfico negreiro estava estagnado.
- e) Rapidamente, o Brasil aderiu à agenda antiescravista britânica formulada no final do século XVIII, firmando tratados de diminuição e extinção do tráfico negreiro e acatando as imposições favoráveis ao trabalho livre.

10. UEG-GO 2020 Leia o texto a seguir.

A construção dos Estados Nacionais significou um longo processo de lutas sociais e políticas, em que se confrontaram adversários poderosos, muitas vezes acompanhados de longas guerras civis, envolvendo grande parte da sociedade, de abastados fazendeiros a pobres peões.

PRADO, M. L. C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 2004. p. 75.

O texto citado refere-se ao contexto de emancipação política dos países latino-americanos. Um caso singular de libertação na qual o país emancipou-se lutando contra outra nação americana foi o

- a) do Uruguai, que consolidou a sua formação nacional em 1828, após vencer o Brasil na chamada Guerra da Cisplatina.
- b) do México, que se emancipou politicamente em 1821, lutando contra os Estados Unidos para preservar parte de seu território.
- c) de Cuba, que se tornou independente em 1898, após derrotar facções que representavam os interesses econômicos norte-americanos.
- d) da Venezuela, que teve a sua liberdade assegurada em 1831, após uma guerra de libertação contra a Grã-Colômbia, criada por Simón Bolívar.
- e) do Haiti, que promoveu uma revolução dos escravos em 1804 e teve que enfrentar as forças militares das Províncias Unidas da América Central.

Texto complementar

Trechos do Manifesto de Manuel de Carvalho Paes de Andrade

Leia a seguir trechos do Manifesto de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, governador da província de Pernambuco, conclamando todos os brasileiros a aderirem à Confederação do Equador em 1824.

[...] Porém o que era útil à província não era dos interesses da facção portuguesa no Rio de Janeiro. E como de muito tempo a firme constância de Pernambuco nos princípios constitucionais e a sua resolução de derramar até a última gota de sangue pela liberdade assustavam o ministério, o qual receava alguma demonstração mais forte pelo atentado da dissolução da Assembleia e olhava para ele como o farol das províncias do Norte, trataram logo de o oprimir. [...]

[...] divergência das opiniões, própria do povo, mormente nestas comoções, divergência inteiramente oposta à nossa liberdade e segurança, e por isso procurada e fomentada pelo Rio de Janeiro, que sempre tem usado da máxima detestável de Maquiavel 'dividir pêra reinar', por de outra maneira não poderá subjugar e lançar ferros no brioso e valoroso povo brasileiro. [...]

Não se trata de punir réu algum, criminoso ou rebelde, porque nenhum há. Trata-se de destruir o sistema constitucional, que o Brasil e o Imperador jurou [sic], destruindo as pessoas liberais mais corajosas e aterrando as fracas. O fim é plantar o absolutismo e depois a recolonização do Brasil e a sua sujeição ao antigo e despótico Portugal. [...]

A dissolução despótica da nossa Assembleia Constituinte e a proibição das eleições de deputados para outra se dirige unicamente a não termos representações entre as nações do universo. O projeto dado por Sua Majestade, ou melhor pela facção portuguesa em seu nome, é amoldado a este fim perverso. O seu monstruoso poder moderador é a chave-mestra deste ruinoso labirinto. Meditai sobre ele e reconhecei se poderá haver independência do Império, liberdade política. Cortes legislativas, uma vez que pelo poder moderado pode o Imperador a seu bel-prazer tudo desfazer e desmanchar.

[...] O Imperador é criatura da nação, desta deve dele receber a Constituição e não dar-lha. [...] O Brasil proclamou a sua independência e se declarou nação livre, e porque Sua Majestade se uniu conosco, o Brasil levantou seu trono, lho ofereceu e lhe declarou que ele seria nosso Imperador, porém debaixo da forma de um governo constitucional. Sua Majestade aceitou a oferta e jurou sacrificar-se todo pela monarquia constitucional em que consiste a nossa felicidade, a qual pode substituir sem Cortes constituintes. [...]

[...] O Poder do Imperador constitucional, com as atribuições que as Cortes declararem, é o único poder que terá Sua Majestade dada pela soberania da nação, poder maior que o de Defensor Perpétuo do Brasil, legítimo e oficial, do contrário se iludiria o poder soberano da nação.

Portanto, é indispensável que se celebre Cortes soberanas que nos constituam e declarem aquelas atribuições com que Sua Majestade deve imperar entre nós. [...]

Manifesto de Manuel de Carvalho Paes de Andrade às províncias do Norte do Império, em 1 de maio de 1824. In: MELLO, Evaldo Cabral. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 242-249.

Resumindo

- Formação do Estado Nacional Brasileiro.
- Constituinte de 1823:
 - Disputas entre a “facção portuguesa” e a “facção brasileira”.
 - Dissolução da Assembleia Constituinte.
- Constituição de 1824:
 - Poder Moderador.
 - Oposição da “facção brasileira” a D. Pedro I.
- Confederação do Equador e Guerra da Cisplatina.
- Crise do Império.
 - Graves aspectos econômicos no Brasil no início do século XIX.
 - Atritos políticos.
- Abdicação de D. Pedro I.

Quer saber mais?



Livro

DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 2017.

A autora apresenta como a independência do Brasil foi um processo de continuidades, rupturas, mudanças parciais e outras mais profundas.



Podcasts

Estação Brasil – O Liberalismo no Brasil: uma ideia fora de lugar?

O programa aborda a história do liberalismo no Brasil e suas principais características.

História Pirata #23 – Liberalismo no Brasil Império, com Arthur Hussne.

O programa debate as ideias liberais e de que forma elas atuaram na formação do Estado nacional brasileiro.



Site

Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constitucao24.htm. Acesso em: 4 out. 2022.

A página do Planalto apresenta o texto original da Constituição de 1824.

Exercícios complementares

1. **Unicamp-SP 2015** Com a partida de D. João VI, permaneceu como regente do reino do Brasil o príncipe herdeiro. Contrário à ideia de submissão do monarca a uma assembleia, que ele considerava despótica, mas incapaz de deter o rumo dos acontecimentos, D. Pedro habilmente se aproximou de uma facção da elite brasileira, a dos luso-brasileiros.

NEVES, Guilherme Pereira das. “Del Imperio lusobrasileño al imperio del Brasil (1789-1822)”. In: François-Xavier Guerra (org.). *Inventando la nación*. México: FCE, 2003, p. 249. (Adapt.).

Considerando os processos de independência no continente americano,

- a) apresente duas diferenças importantes entre o processo de independência no mundo colonial espanhol e o processo de independência do Brasil.
 - b) explique a importância dos luso-brasileiros no governo de D. Pedro I e por que eles foram a causa de diversos conflitos no período.
2. **Fuvest-SP 2015** O movimento político conhecido como “Confederação do Equador”, ocorrido em 1824 em Pernambuco e em províncias vizinhas, contou com a liderança de figuras como Manuel de Carvalho Paes de Andrade e Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Relacione esse movimento com
- a) o projeto político desenvolvido pela Corte do Rio de Janeiro, na mesma época;
 - b) outros dois movimentos ocorridos em Pernambuco, em anos anteriores.
3. **Fuvest-SP** Não parece fácil determinar a época em que os habitantes da América lusitana, dispersos pela distância, pela dificuldade de comunicação, pela mútua ignorância, pela diversidade, não raro, de interesses locais, começam a sentir-se unidos por vínculos mais fortes do que todos os contrastes ou indiferenças que os separam, e a querer associar esse sentimento ao desejo de emancipação política. No Brasil, as duas aspirações – a da independência e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial – sua desagregação”. *História geral da civilização brasileira*. Tomo II, volume 1, 2 ed., São Paulo: DIFEL, 1965. p. 9.

- a) Explique qual a diferença entre as aspirações de “independência” e de “unidade” a que o autor se refere.
- b) Indique e caracterize ao menos um acontecimento histórico relacionado a cada uma das aspirações mencionadas no item a).

4. UFJF-MG 2021 Leia os trechos abaixo:

Uma Constituição não é outra coisa que a ata do pacto social, que fazem entre si homens quando se ajuntam e se associam para viver em reunião ou sociedade [...] O Poder Moderador da nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele o imperador pode dissolver a Câmara dos Deputados, que é a representante do povo, ficando sempre no gozo de seus direitos o Senado, que é o representante dos apaniguados do imperador [...] ficando o povo indefeso nos atentados do imperador contra seus direitos...

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, In: MELLO, Evaldo Cabral de. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Ed. 34, 2001. p.569-561.

Está consumada a convicção!

A corrupção que maneja o poder pessoal já invadiu as instituições; agora inutiliza os homens.

E os pretensos delegados do povo se convertem em instrumentos ignóbeis de uma única vontade soberana, vontade que tudo vence, porque tudo pode, acostada à lei fundamental, a essa carta constitucional, que, por escárnio, se diz Constituição, ninho de ferro em que se aquece e se nutre a hidra do despotismo, embora manhosamente desfigurado sob o manto estrelado de falazes e tentadoras liberdades!

O Pharol, Edição 117, 25 de maio de 1886, Juiz de Fora, Minas Gerais, disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

A partir da leitura do discurso proferido por Frei Caneca, no dia 6 de junho de 1824, às vésperas da Confederação do Equador, e da declaração publicada no jornal *O Pharol*, no dia 25 de maio de 1886, responda as questões abaixo:

- a) A partir dos textos, faça uma análise do Poder Moderador na sociedade imperial brasileira.
- b) Estabeleça uma relação entre as ideias políticas presentes no discurso do Frei Caneca e a publicação do jornal *O Pharol*.

5. Unicamp-SP No tempo da independência, não havia ideias precisas sobre o federalismo. Empregava-se “federação” como sinônimo de “república” e de “democracia”, muitas vezes com o objetivo de confundi-la com o governo popular, embora se tratasse de concepções distintas. Por outro lado, Silvestre Pinheiro Ferreira observava ser geral a aspiração das províncias à autonomia, sem que isso significasse a abolição do governo central da monarquia. Mas a historiografia da independência tendeu a escamotear a existência do projeto federalista, encarando-o apenas como produto de impulsos anárquicos e de ambições personalistas e antipatrióticas.

MELO, Evaldo Cabral de. *A Outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 12-14. (Adapt.).

- a) Identifique no texto dois significados distintos para o federalismo.
- b) Quais os interesses econômicos envolvidos no processo de independência do Brasil?

6. FGV-SP Durante o Primeiro Reinado, o governo brasileiro pediu aos ingleses alguns empréstimos, que representavam grandes somas – como 1 332 300 libras em 1824 ou 2 352 900 libras no ano seguinte – com uma taxa de juros muito alta. Essa situação foi gerada principalmente:

- a) por uma crise no mercado internacional de açúcar e de café, que fez com que as principais mercadorias para exportação do país fossem cotadas a menos da metade do valor da última década do século XVIII.
- b) pelos gastos com os conflitos bélicos, contra o Paraguai e as Províncias Unidas do Prata, pelo controle do estuário do Prata, área de importância estratégica disputada com a Espanha desde o período colonial.
- c) por causa da diminuição das exportações, devido à retração dos mercados internacionais, e dos tratados econômicos que beneficiavam a entrada de produtos europeus em grande volume.
- d) pelo custo da montagem de uma força militar a mando de D. Pedro I, com o objetivo de defender o seu trono em Portugal, que fora usurpado pelo seu irmão Dom Miguel e por seu pai, D. João VI.
- e) pela ajuda dos ingleses para a reconstrução da economia brasileira depois do longo processo de emancipação política, por meio de investimentos diretos na modernização de vários setores produtivos no país.

7. Fuvest-SP O texto (I) e a imagem (II) a seguir foram produzidos por viajantes europeus que estiveram no Brasil na primeira metade do século XIX e procuraram retratar aspectos da sociedade que aqui encontraram.

I:

Como em todas as lojas, o mercador se posta por trás de um balcão voltado para a porta, e é sobre ele que distribui aos bebedores a aguardente chamada cachaça, cujo sabor detestável tem algo de cobre e fumaça.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1816.

II:



Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. 1835.

Indique elementos ou indícios presentes no texto ou na imagem que sinalizem características da época relativas a

- fontes de energia.
- processos de industrialização.
- vida urbana.

8. **USF-SP 2017** O Brasil independente nasceu em meio a uma profunda crise. Uma crise política marcada pela contestação da autoridade do imperador e por guerras de independência em várias províncias, pelos conflitos em torno da elaboração da primeira Constituição brasileira de 1824 e pelo autoritarismo de D. Pedro I. Finalmente, o imperador abdicou, em 1831.

PILETTI, Nelson. *História do Brasil*. Ática, 1996. São Paulo. p. 170. (Adapt.).

A respeito do assunto proposto no texto,

- caracterize a Constituição de 1824 em relação ao voto.
- cite duas razões que concorreram para a abdicação de D. Pedro I.

9. **PUC-RS 2021** A abdicação de D. Pedro I do trono de Imperador do Brasil, em 1831, estava relacionada

- às exigências de atrelamento da economia brasileira à portuguesa, por parte da elite portuguesa unificada após a Revolução do Porto.
- aos interesses do Império Inglês em expandir sua área de influência econômica e política no Brasil, liberando-o da dependência histórica da economia portuguesa.
- às reformas liberalizantes impostas pelo ministério dos Marquesses, que limitaram o poder constitucional de D. Pedro I.
- à política excessivamente centralista do monarca e aos conflitos entre os seus apoiadores políticos lusitanos e os grandes proprietários de terras que formavam a elite local.

10. **Fuvest-SP 2020** A semente da integração nacional seria, pois, lançada pela nova Corte como um prolongamento da administração e da estrutura colonial, um ato de vontade de portugueses adventícios, cimentada pela dependência e colaboração dos nativos e forjada pela pressão dos ingleses que queriam desfrutar do comércio sem ter de administrar. A insegurança social cimentaria a união das classes dominantes nativas com a “vontade de ser brasileiros” dos portugueses imigrados que vieram fundar um novo Império nos trópicos. A luta entre as facções locais levaria fatalmente à procura de um apoio mais sólido no poder central. Os conflitos inerentes à sociedade não se identificam com a ruptura política com a Mãe Pátria, e continuam como antes, relegados para a posteridade.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

- Caracterize o período histórico de que trata o texto.
- Descreva os projetos dos principais grupos políticos do período.
- Explique a frase: “Os conflitos inerentes à sociedade não se identificam com a ruptura política com a Mãe Pátria, e continuam como antes, relegados para a posteridade”.

EM13CH52O1

1. FGV-SP 2015 Observe o mapa.



ENDERS, Armelle. *A nova história do Brasil*. p. 109.

Os dados do mapa mostram que a emancipação política do Brasil

- efetivou-se com o chamado Grito do Ipiranga, porque todas as províncias do Brasil, imediatamente, passaram a obedecer às ordens vindas do Rio de Janeiro na pessoa do Imperador Dom Pedro I e romperam todos os laços com as Cortes de Lisboa, defensoras da recolonização brasileira.
- ocorreu de forma homogênea, com a divisão da liderança do movimento emancipacionista entre os principais comandos regionais do Brasil e com a constituição de acordos políticos que garantiram a unidade territorial e a efetivação do federalismo.
- dividiu as regiões brasileiras entre as defensoras de uma emancipação vinculada ao fim do tráfico de escravos, caso das províncias do Norte e do Nordeste, e as províncias do Centro-Sul, contrárias à separação definitiva de Portugal e favoráveis à constituição de uma monarquia dual.
- foi um processo complexo, no qual não houve adesão imediata de algumas províncias ao Rio de Janeiro, representado pelo poder do imperador Dom Pedro I, pois essas províncias continuaram fiéis às Cortes de Lisboa, levando à guerras de independência.
- diferencia-se radicalmente das experiências da América espanhola, porque a América portuguesa obteve a sua independência sem que houvesse qualquer movimento de resistência armada por parte dos colonos ou da metrópole, interessados em uma separação negociada.

EM13CHS201

2. FGV-RJ 2013 A história da construção do Estado brasileiro na primeira metade do século XIX foi a história da tensão entre unidade e autonomia. Por outro lado, no interior do Estado, de elites com fortes vínculos com os interesses de sua região de origem e ao mesmo tempo comprometidas com uma determinada política nacional, pautada pela negociação destes interesses e pela manutenção da exclusão social, marcou não apenas o século XIX, como também o século XX. Através do parlamento essas elites regionais têm imposto uma determinada dinâmica para o jogo político que se materializa na imensa dificuldade de empreender reformas sociais profundas.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial. As origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005. p. 11-12.

De acordo com o ponto de vista apresentado no texto,

- a) a história brasileira é marcada por práticas de tolerância política acentuadas nas últimas décadas com a redemocratização do país.
- b) o parlamento é a única instituição política imune aos interesses e ao controle das elites regionais brasileiras.
- c) as profundas reformas sociais só foram possíveis graças às transformações políticas ocorridas na primeira metade do século XIX no Brasil.
- d) a dinâmica política do Estado nacional se constituiu com base em negociações entre as elites regionais e a exclusão social de outros setores.
- e) as características descritas sobre o Estado revelam a supremacia do Poder Judiciário sobre o Poder Legislativo na história política brasileira.

EM13CHS201

3. Fuvest-SP 2015 Tornando da malograda espera do tigre, alcançou o capanga um casal de velinhos, que seguiam diante dele o mesmo caminho, e conversavam acerca de seus negócios particulares. Das poucas palavras que apanhara, percebeu João Fera que destinavam eles uns cinquenta mil-réis, tudo quanto possuíam, à compra de mantimentos, a fim de fazer um moquirão*, com que pretendiam abrir uma boa roça.

— Mas chegará, homem? perguntou a velha.

— Há de se espichar bem, mulher!

Uma voz os interrompeu:

— Por este preço dou eu conta da roça!

— Ah! É nhô João!

Conheciam os velinhos o capanga, a quem tinham por homem de palavra, e de fazer o que prometia. Aceitaram sem mais hesitação; e foram mostrar o lugar que estava destinado para o roçado.

Acompanhou-os João Fera; porém, mal seus olhos descobriram entre os utensílios a enxada, a qual ele esquecera um momento no afã de ganhar a soma precisa, que sem mais deu costas ao par de velinhos e foi-se deixando-os embasbacados.

ALENCAR, José de. *Til*.

moquirão: mutirão (mobilização coletiva para auxílio mútuo, de caráter gratuito).

Considerada no contexto histórico-social figurado no romance **Til**, a brusca reação de João Fera, narrada no final do excerto, explica-se

- a) pela ambição ou ganância que, no período, caracterizava os homens livres não proprietários.
- b) por sua condição de membro da Guarda Nacional, que lhe interditava o trabalho na lavoura.
- c) pela indolência atribuída ao indígena, da qual era herdeiro o “bugre”.
- d) pelo estigma que a escravidão fazia recair sobre o trabalho braçal.
- e) pela ojeriza ao labor agrícola, inerente a sua condição de homem letrado.



Arnaud Julien Pallière, *Dom Pedro de Alcântara*, 1830. Óleo sobre tela. Museu Imperial, Petrópolis, Rio de Janeiro.

Museu Imperial, Petrópolis.

FRENTE 1

CAPÍTULO

6

O Período Regencial

Estudamos uma forte turbulência na aliança entre as elites agrárias e o imperador durante o Primeiro Reinado. Com a abdicação de D. Pedro I, a necessidade de constituir uma regência entregava boa parte do poder político a essas elites, que passariam a comandar a política nacional. Estariam todos os problemas resolvidos? Poderiam aqueles que ficaram insatisfeitos com a Constituição de 1824 redigir uma nova Carta Magna? A ausência de um imperador poderia ameaçar a nação?

O Período Regencial foi marcado por seu caráter rebelde e conturbado. As elites, agora no poder, desvendaram sua dificuldade em estabelecer uma unidade nacional, pós-independência, na ausência do imperador.

Uma nova organização política

A montagem da Regência Trina Provisória

Com a abdicação de D. Pedro I, a sucessão ao trono era de direito de seu filho Pedro, que, em 1831, tinha apenas cinco anos de idade.

A Constituição imperial determinava que, para assumir o trono, o pretendente deveria ter 18 anos completos, o que não era o caso. Foi, então, organizada uma regência composta por três membros, ou seja, uma regência trina, nomeada pela Assembleia Geral. O Período Regencial deveria durar até o herdeiro atingir sua maioridade.

Apesar do descontentamento dos parlamentares com D. Pedro I e com a Constituição, temia-se que a saída repentina do monarca e a menoridade do herdeiro ao trono poderiam formar um campo fértil às insurreições populares. Organizar a regência o mais breve possível parecia, então, a saída mais segura para manter a integridade das instituições.

A regência eleita contava com senadores de posicionamentos políticos díspares. José Joaquim Carneiro de Campos, o marquês de Caravelas, era defensor da centralização política do poder; Francisco de Lima e Silva, militar, promovia uma defesa mais clara das ideias liberais; Nicolau de Campos Vergueiro tinha um posicionamento de caráter mais moderado.

A reorganização partidária

Com a regência, os agrupamentos políticos do Primeiro Reinado se reorganizaram diante da nova realidade.

A “facção brasileira”, defensora da descentralização política do poder, frente à possibilidade de exercer uma maior atuação política durante a vigência do período regencial, se segmentou em liberais moderados e exaltados. A ala dos **liberais moderados** (conhecidos como chimangos) era composta de grandes proprietários rurais, defensores da escravidão e comerciantes do alto escalão da zona portuária do Rio de Janeiro. No momento da montagem da regência, possuíam a maioria da Assembleia e defendiam a diluição do Poder Moderador, mas queriam a manutenção da escravidão, da defesa da propriedade e do voto censitário.

Os **liberais exaltados** (conhecidos como jurujubas ou farroupilhas), formados por profissionais liberais e alguns burocratas, eram partidários de um federalismo, com aspirações republicanas, que contasse com uma maior participação política; havia, inclusive, quem discursasse pela abolição da escravidão.

O resquício da “facção portuguesa” formara o grupo dos **restauradores** (também chamados de caramurus ou corcundas) e defendiam o retorno de D. Pedro I ao poder. Porém, parte dos defensores eram, na verdade, liberais que acreditavam ser possível promover uma mudança a partir da aproximação com o imperador.

Saiba mais

Quando pensamos em grandes aspectos da política nacional, é comum darmos maior atenção para os posicionamentos das elites dirigentes e, conseqüentemente, renegar os interesses das tão diversas partes que compõem as camadas populares. No entanto, havia grupos das camadas populares que também expressavam, como as elites dominantes, seus desejos em relação ao retorno do imperador.

Entre 1832 e 1835, na região de Pernambuco e de Alagoas, ocorreu a Guerra dos Cabanos ou, como também ficou conhecida, a Cabanada. Seus organizadores – pequenos proprietários, trabalhadores do campo, indígenas e escravizados foragidos – promoviam saques e pilhagens às fazendas da região enquanto exigiam o retorno de D. Pedro I ao Brasil, em um movimento marcado por um “monarquismo popular”.

Devemos lembrar que os diversos grupos sociais têm direito à voz, independentemente de suas motivações. Ainda no início do século XIX, há resquícios de uma imagem enaltecida da monarquia presente no imaginário do Brasil e em partes da Europa. D. Pedro I representava a esperança de alguns grupos sociais que eram marginalizados desde o período colonial.

Após a morte de Pedro I em 1834, em Portugal, os revoltosos se renderam e foram anistiados. Os escravizados foragidos, no entanto, não retornaram aos seus senhores; montaram resistências militarizadas, as quais exerceram importantes papéis no combate à escravidão.

Avanço liberal (1831-1837)

Do ponto de vista político, a tensão entre os que defendiam a centralização do poder político e os favoráveis à descentralização foi a marca fundamental do Período Regencial.

Assim, é comum dividirmos esse momento político do Brasil em “avanço liberal”, que perdurou até 1837, sob a hegemonia das medidas descentralizadoras, e “regresso conservador”, de 1837 a 1841, que vai combater tais medidas de caráter liberal.

A Regência Trina Permanente (1831-1834)

Após a Lei Regencial, que garantia à Câmara dos Deputados a escolha dos três regentes, a Regência Trina Provisória deu lugar à Regência Trina Permanente. Os regentes escolhidos pelo Poder Legislativo foram Bráulio Muniz, José da Costa Carvalho e, novamente, Francisco de Lima e Silva.

Vale lembrar que o Poder Moderador era de uso exclusivo do imperador. Assim, ficou mantido que ele não poderia ser exercido pelos regentes durante o Período Regencial.

Mesmo com essas mudanças, não se desejava promover profundas transformações na estrutura política do país a fim de evitar ameaças populares que pudessem acabar com os privilégios das elites. A solução encontrada foi efetuar a descentralização do aparelho repressivo.

Ainda no Primeiro Reinado, em 1827, foi criado o cargo de juiz de paz, responsável, em âmbito local, por julgar pequenos conflitos, fazer conciliação entre partes, destruir quilombos, entre outras funções. O **Código de Processo Criminal**, criado em 1832, no início da Regência, para substituir as Ordenações Filipinas, ampliou o poder e a autonomia dos juizes de paz, permitindo que as elites locais, em posse do cargo, não dependessem mais da existência de um poder central para fins coercitivos. Tornou-se comum que os juizes de paz exercessem uma prática excessiva e arbitrária de suas funções para fazer valer seus interesses – ou das elites – nas vilas e distritos sob sua jurisdição. O Código também instituiu o *habeas corpus* e o sistema de júri.

Mais importante que os juizes de paz, foi a criação da **Guarda Nacional**, em 1831, pelo padre e então ministro Diogo Antônio Feijó, ainda com o intuito de promover a descentralização do aparelho repressor. Assim como os juizes de paz, a Guarda Nacional não dependia de critérios técnicos, podendo até mesmo ser formada por homens sem qualquer experiência militar, bastando possuir uma renda anual mínima de 200 mil réis, nas grandes cidades, e de 100 mil nas demais regiões.

A Guarda Nacional – que, na prática, era uma milícia para defender os interesses dos proprietários de terra – respondia aos juizes de paz e ao governo provincial, diferentemente

do exército, que se reportava ao poder central. Todos os oficiais da Guarda Nacional recebiam a patente de coronel.

Ato Adicional (1834)

A fim de se garantir o *status quo* político e social do império, a Constituição de 1824 foi mantida; no entanto, em 1834, uma importante reforma, de caráter descentralizador, foi promovida por meio da aprovação de um Ato Adicional.

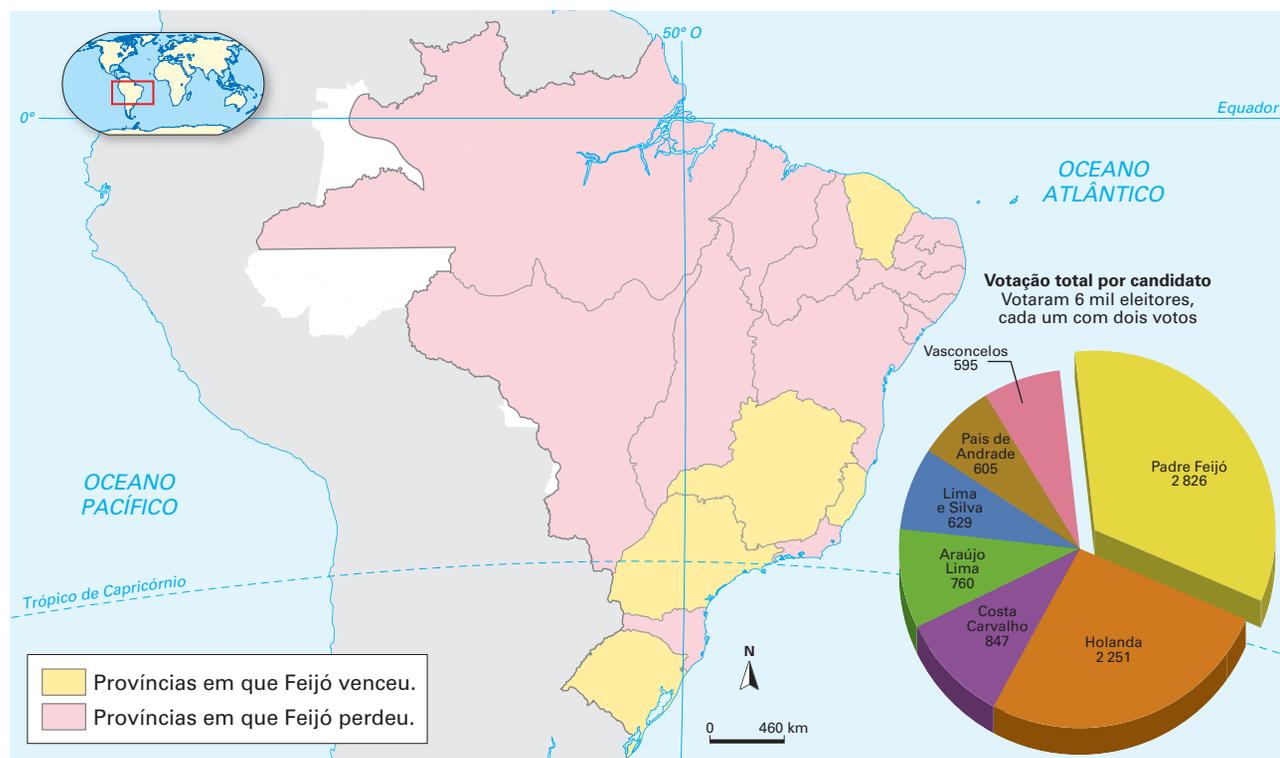
O Ato Adicional funcionou como uma emenda ao texto da Magna Carta com o propósito de articular os interesses em disputa durante o Período Regencial. A Regência Trina foi substituída pela eleição de um regente único, com mandato de quatro anos, eleito pelo voto direto sob as mesmas regras das eleições de deputados. Além da mudança para a Regência Una, o Ato Adicional aboliu o Conselho de Estado, criou Assembleias Legislativas Provinciais e concedeu às províncias autonomia orçamentária e sobre as transferências de cargos públicos. Os presidentes das províncias, no entanto, permaneceriam sendo nomeados pelo governo central.

Sua aprovação foi possível mediante concessões. Os senadores mantiveram a vitaliciedade de seus mandatos, mas a escolha entre a lista tríplice, na ausência do imperador, seria feita pelas Assembleias Provinciais, em uma clara inspiração ao modelo estadunidense.

Regência do Padre Diogo Feijó (1835-1837)

A criação da Guarda Nacional impulsionou a candidatura do padre liberal Diogo Antônio Feijó (1784-1843), que, em uma votação total de 6 mil eleitores, cada um com dois votos, venceu o conservador Holanda Cavalcanti com uma diferença de quase 600 votos. Observe o mapa a seguir.

A eleição para a Regência Una – 1835



Fonte: elaborado com base em FGV. *Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/o-imperador-menino-e-os-regentes/mapas/1835-eleicao-para-regente-uno>. Acesso em: 7 out. 2022.

Primeiras revoltas

A vitória nas eleições, no entanto, não foi capaz de garantir ao padre Feijó um mandato sem turbulências. Os primeiros anos de sua regência foram marcados por uma série de revoltas provinciais, cada qual a sua maneira, em busca de mais autonomia.

Museu Paulista da USP, São Paulo



Oscar Pereira da Silva. *Retrato do Padre Diogo Antônio Feijó*, 1925. Óleo sobre tela. Museu Paulista da USP, São Paulo.

Estabelecendo relações

O caráter rebelde e conturbado do Período Regencial não foi uma especificidade do Brasil. Devemos lembrar que a regência está inserida no período que o historiador inglês Eric Hobsbawm denomina como “Era das Revoluções”, entre a Revolução Francesa, em 1789, e a Primavera dos Povos, em 1848.

As muitas repúblicas latino-americanas que substituíram os velhos impérios espanhol e português [...], com suas fronteiras frequentemente refletindo pouco mais do que a distribuição das propriedades dos nobres que tinham apoiado essa ou aquela rebelião local, começaram a adquirir interesses políticos estáveis e aspirações territoriais. O ideal pan-americano de Simón Bolívar (1783-1830) na Venezuela e San Martín (1778-1850) na Argentina foi impossível de realizar, embora persistisse como uma poderosa corrente revolucionária em todas as regiões unidas pela língua espanhola [...]. A grande extensão e variedade do continente, a extensão de focos de rebelião independentes no México (que deram origem à América Central), na Venezuela e em Buenos Aires, e o especial problema do centro do colonialismo espanhol no Peru, que foi libertado a partir de fora, impunham uma fragmentação automática.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2007. p. 202-203.

Revolta dos Malês

Em janeiro de 1835, em Salvador, na Bahia, eclodiu a maior rebelião urbana de escravizados do período imperial: a Revolta dos Malês. Seus líderes defendiam o fim da escravidão e o controle da região.

Durante a primeira metade do século XIX, muitos africanos islâmicos desembarcaram no Brasil, vindos de portos do golfo do Benin e, sobretudo, de Lagos, para serem vendidos como escravizados. O termo “malê” vem do iorubá “*imalê*” e era utilizado para designar a população escravizada na Bahia (em sua maioria, das etnias hauçá e nagô) adepta do islamismo. Os malês, além de seus idiomas de nascimento, costumavam partilhar o domínio da língua árabe, fundamental para a leitura do Corão, o livro sagrado do islã.

Para entender a Revolta dos Malês com mais clareza, é preciso voltar à África do início do século XIX. Foi lá que Usman dan Fodio, nascido no reino de Gobir (norte da atual Nigéria), liderou uma guerra contra os reis não muçumanos do continente, que resultou na fundação do Califado de Socoto.

A experiência da guerra protagonizada por Usman dan Fodio, que repudiava a escravidão, foi trazida por muitos escravizados à Bahia. Essa bagagem, somada à perseguição no Brasil aos que praticavam religiões africanas e ao uso do árabe como uma forma de comunicação, foi essencial para a organização do levante.

A rebelião fora planejada para eclodir em 25 de janeiro, dia de Nossa Senhora da Guia, cuja celebração mobilizava as forças policiais para os festejos que aconteciam na zona rural, o que reduzia a vigilância no centro urbano de Salvador. A data também contemplava o fim do Ramadã, mês sagrado para os islâmicos.

Porém, no sábado que antecedeu à revolta, um casal de negros libertos, Domingos Fortunato e Guilhermina Rosa de Souza, informou a seus ex-senhores da conspiração. Mesmo sabendo que o movimento havia sido descoberto, os malês decidiram seguir em frente. Cerca de 1 500 pessoas se envolveram no conflito, que ganhou o apoio de outros grupos de escravizados, mesmo aqueles não islâmicos. Após dominarem a cidade, os revoltosos foram violentamente reprimidos.

Cabanagem

Na Província do Grão-Pará, ainda em 1835, estourou a mais sangrenta revolta social já ocorrida no Brasil.

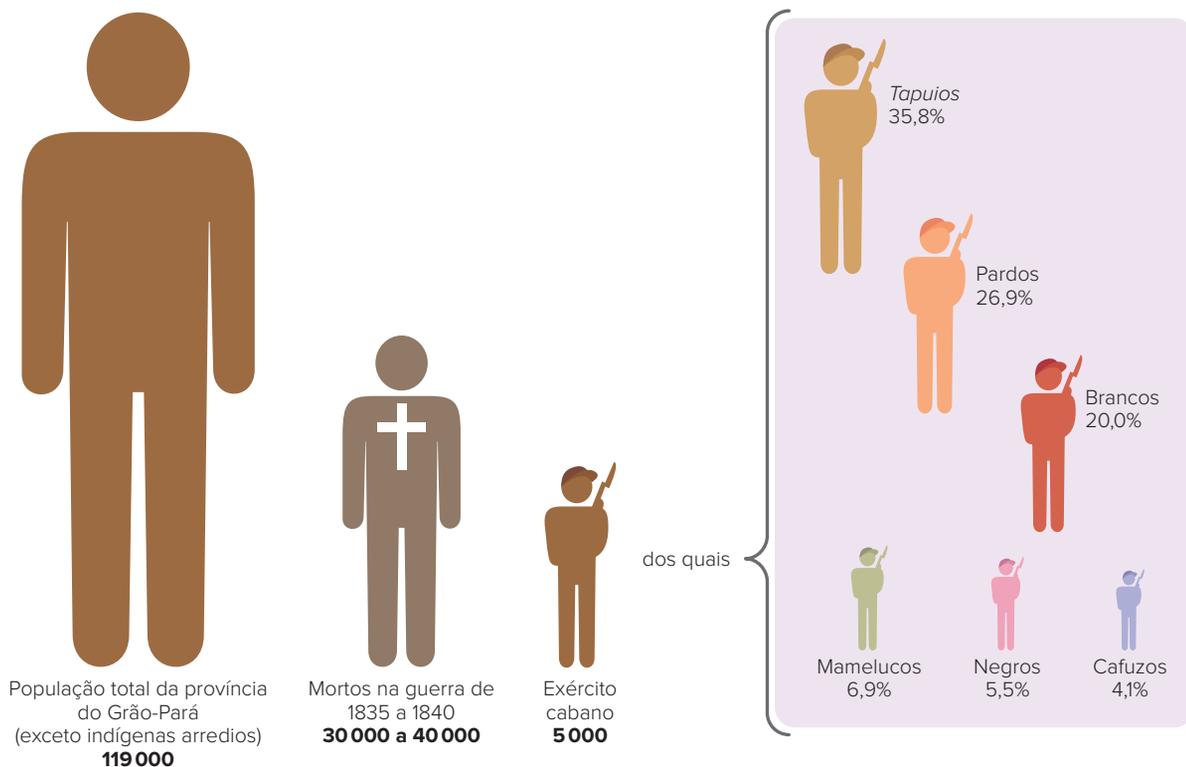
A região do Pará possuía poucos laços diretos com o centro administrativo no Rio de Janeiro. Enquanto a população, em sua maioria, era composta de ameríndios, escravizados e mestiços – pessoas empobrecidas que viviam em cabanas de barro em condições precárias –, uma elite branca de portugueses, concentrada na cidade de Belém, controlava o comércio e a política local.

A Cabanagem foi uma revolta protagonizada pelas camadas populares, que, ao não aceitarem as indicações vindas do Rio de Janeiro para a presidência da província, lutaram pelo federalismo. Em seus últimos anos, porém, o movimento passou a defender o separatismo.

Durante os cinco anos da revolta, a região do Pará foi governada pelos cabanos, que tiveram de enfrentar as investidas do império e de franceses que desejavam expandir a fronteira da Guiana até o rio Araguari. Em 1840, já durante a regência de Araújo Lima, a revolta foi reprimida e seus participantes foram executados.

Ao final do conflito, as estimativas apontam que houve entre 30 e 40 mil mortos, cerca de um terço da população da província. Além do elevado número de mortos, grupos indígenas, como os *muras* e os *maués*, praticamente desapareceram.

Estimativa da população e composição étnica durante a Cabanagem



Fonte: elaborado com base em FGV; CPDOC. *Atlas histórico do Brasil: período das regências e revoltas*. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/o-imperador-menino-e-os-regentes/mapas/estimativa-da-populacao-e-composicao-etnica-sob>. Acesso em: 7 out. 2022.

Revolução Farroupilha

Também em 1835, começou no sul do Brasil aquela que seria a guerra de secessão mais longa da história do país: A Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha.

Para compreender o fenômeno, é necessário, antes, fazer uma breve introdução sobre os aspectos sociais e econômicos da região desde a independência. Dois grupos dominavam a economia rio-grandense: os estancieiros e os charqueadores. Os estancieiros eram os criadores de gado e, portanto, representavam a elite agrária local; os charqueadores, por sua vez, compravam a carne bovina dos estancieiros para produzir o charque.

Além disso, é importante ressaltar que, com a separação da província da Cisplatina (atual Uruguai), o Rio Grande do Sul passou a ser uma das principais fronteiras do Brasil com a Bacia do Prata.

No início do período imperial, o governo central do Rio de Janeiro havia aumentado o imposto sobre a importação do sal (o sal brasileiro era de baixa qualidade). Com isso, a produção do charque foi encarecida e, conseqüentemente, houve um aumento no valor do produto final. Não bastasse essa elevação dos preços, a medida veio acompanhada da decisão de manter baixa a tributação sobre o charque uruguaio, que passou a ter ampla vantagem na competitividade com a economia rio-grandense.

Insatisfeitos com a ausência de autonomia da província e com as decisões do governo central, que interferiam diretamente no preço do charque local, os “farroupilhas” ou “farrapos”, como eram chamados por seus opositores políticos, reivindicavam uma nova legislação tributária, na qual cada província determinaria suas tarifas de importação e exportação.

O movimento foi deflagrado em 20 de setembro de 1835 com a derrubada de Fernandes Braga, presidente da província escolhido pelo governo regencial. Em 1836, os membros das elites estancieiras que lideravam o movimento, como Bento Gonçalves, Bento Manuel, Souza Neto e Canabarro, proclamaram a República do Piratini ou República Rio-Grandense, um território independente do resto do país, cuja presidência foi entregue a Bento Gonçalves.

Com apoio do Uruguai e das Províncias Unidas do Prata (atual Argentina), o movimento avançou para a região de Santa Catarina. Ali, em 29 de julho de 1839, com o auxílio do italiano Giuseppe Garibaldi, foi proclamada a República Juliana ou República Catarinense.

Para a regência, a tentativa de secessão representava o risco de perder territórios importantes para o país; a fragilidade da unidade territorial poderia significar o fim do apoio das elites a Feijó e, de fato, foi um fator importante na sua renúncia.

Em 1842, Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, foi nomeado “pacificador” da revolta, liderando 20 mil soldados contra os republicanos gaúchos e catarinenses. Caxias isolou os revoltosos, cortando suas comunicações com os países platinos, de onde compravam cavalos e armas. Em 1845, a assinatura do tratado conhecido como “Paz do Poncho Verde” selou o fim do conflito, sob a vitória do governo central e a revogação da separação do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Ao contrário de outros movimentos do Período Regencial, os revoltosos do sul foram anistiados.

Reação conservadora (1837-1840)

A eclosão das revoltas e a incapacidade de contê-las ameaçavam a unidade territorial do país, além do próprio mandato de Feijó. O regente e os liberais eram amplamente criticados por seus opositores políticos, que acusavam as medidas descentralizadoras como responsáveis pela sucessão de conflitos internos. Além disso, outros dois problemas afetavam o governo: o norte e nordeste do país haviam sido preteridos por Feijó, uma vez que os fazendeiros da região eram aliados de Holanda Cavalcanti, que havia ficado em segundo lugar na eleição de regente; a outra rusga do padre era com a própria Igreja católica, já que Feijó era contrário ao celibato obrigatório. Sem o apoio de boa parte da elite que o elegeu e sem a maioria na Câmara, em 1837 Feijó renunciou.

Novo agrupamento das facções políticas

Após a morte de D. Pedro I, em 1834, o retorno do imperador, pauta principal dos restauradores, deixou de ter sentido. Dessa forma, com o avanço das reformas liberais desde a organização da Regência Trina Permanente, houve uma reformulação nos agrupamentos políticos.

A tensão, agora, envolvia um debate mais simples no contexto político. Mediante as primeiras revoltas provinciais autonomistas, a discussão orbitava ao redor da oposição entre os que defendiam a centralização do poder político, e, portanto, contrários à regência de Feijó, e os apoiadores do poder descentralizado.

Até o final do império, os principais grupos políticos a se revezarem no poder seriam: os **conservadores (regressistas)**, favoráveis a um governo de caráter centralizador, e os **liberais (progressistas)**, adeptos da descentralização.

! Atenção

É comum que provas utilizem os termos “Partido Liberal” e “Partido Conservador” para designar os agrupamentos políticos durante o período imperial. No entanto, é preciso diferenciar o emprego da palavra “partido” no Brasil, ao longo da maior parte do século XIX, do significado que o termo possui hoje.

A concepção atual de um partido político envolve, por exemplo, a existência de um programa de governo definido ou de uma doutrina, um número mínimo de afiliados e uma hierarquia interna. No entanto, não há esses aspectos nas facções políticas do período imperial. Dessa forma, a palavra “partido”, quando empregada, designa um agrupamento político que nutre alguns ideais políticos em comum.

Regência de Araújo Lima (1837-1840)

Com a renúncia de Feijó, novas eleições foram convocadas. Holanda de Cavalcanti foi novamente derrotado, agora pelo senhor de engenho e senador conservador Pedro Araújo Lima (futuro marquês de Olinda).

A vitória de Araújo Lima foi expressiva: venceu em 15 das 18 províncias, contando com 45% dos votos; Feijó, na primeira eleição da Regência Una, recebera apenas 30% dos votos. A vitória dos conservadores para o comando da regência também foi conquistada no Legislativo, com 39% das cadeiras dos deputados.



Acervo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

Retrato de Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda, cerca de 1860. Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

A eclosão de novas revoltas

Os conservadores reivindicavam o encerramento das revoltas. No entanto, apesar de terem sido capazes de conter, ainda em 1837, a Cabanagem, a Guerra dos Farrapos só terminou no Segundo Reinado, sob o governo de D. Pedro II. Além disso, duas outras importantes revoltas eclodiram durante a regência do conservador Araújo Lima: a Sabinada e a Balaiada.

Sabinada

Em 1837, a Bahia, influenciada pela Guerra dos Farrapos, era um centro de efervescência política e jornalística. Os periódicos baianos, em grande parte, criticavam as escolhas do governo central para a presidência da província, reivindicavam maior autonomia e, quando não, o federalismo.

Quando o governo do Rio de Janeiro ordenou que os baianos participassem do combate às tropas farroupilhas no Rio Grande do Sul, muitos militares se recusaram. Bento Gonçalves, um dos principais líderes da revolta no sul, havia sido preso na Bahia, onde conquistou o apoio de membros do exército e de intelectuais, como Francisco Sabino, jornalista, médico e professor da Escola de Medicina de Salvador.

Sob a liderança de Sabino, o presidente da província foi derrubado e foi proclamada a República Bahiense em Salvador. A intenção era manter a Bahia separada do restante do Brasil até a maioria do imperador. A revolta foi protagonizada por profissionais liberais e militares, sem grande participação popular; no entanto, a questão social foi bastante presente. Os escravizados que lutassem pela Bahia, desde que nascidos no Brasil, ganhariam a liberdade. Além disso, apesar de não defender o fim da escravidão, o movimento defendia a igualdade de direitos entre livres e libertos na república que se formava.

A repressão comandada por Araújo Lima foi intensa. Salvador foi cercada, e o governo central impediu a chegada de insumos básicos, levando os revoltosos à rendição. Após as condenações iniciais, os líderes da Sabinada acabaram anistiados por D. Pedro II.

Balaiada

No Maranhão, também em 1837, a Balaiada eclodiu diante da oposição entre liberais e conservadores, que acabou por enfraquecer o governo local.

Durante a Regência, a região sofria economicamente. A exportação de algodão, que crescera no processo de independência das treze colônias da América do Norte, agora sofria com a concorrência estadunidense. Enquanto a população, massivamente empobrecida, migrava das zonas rurais para as cidades, portugueses e ingleses exerciam amplo controle sobre o comércio local. Os ingleses, especificamente, eram os responsáveis pelo controle dos preços do algodão.

Na esfera política, a disputa que assolava o período no Brasil era reproduzida localmente com a oposição entre cabanos (conservadores) e bem-te-vis (liberais). Os liberais, afetados pela regência conservadora de Araújo Lima, juntaram-se às camadas populares e publicaram um manifesto no qual exigiam o federalismo, além da expulsão dos portugueses.

Francisco dos Anjos Ferreira, fabricante e vendedor de balaios (daí o nome da revolta), chegou a reunir 2 mil apoiadores na contraposição ao governo central. Outro nome importante no movimento foi o de Preto Cosme, como era conhecido um líder negro que fomentava a fuga de escravizados. Participaram da Balaiada membros da Guarda Nacional, escravizados foragidos, assaltantes de estradas, vaqueiros pobres e outros representantes da miséria maranhense.

A revolta foi reprimida pelas tropas do governo central, lideradas pelo então coronel Luís Alves de Lima, que alguns anos depois lideraria o processo de pacificação com os farroupilhas. Com exceção de Preto Cosme, condenado à forca em 1842, e de escravizados que participaram do movimento, as lideranças brancas foram anistiadas.

Lei interpretativa do Ato Adicional (1840)

O desejo dos conservadores de impor a tão sonhada ordem não encontrou um caminho fácil na repressão às revoltas. Assim, o governo central teve de recorrer a alternativas em nome da manutenção da unidade territorial do Brasil.

Uma agenda cultural nacionalista foi implementada durante a regência de Araújo Lima. Em 1837, foi fundado o Colégio Pedro II na cidade do Rio de Janeiro. Um ano depois, em 1838, foram criados o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Arquivo Nacional, ambos também sediados na capital do império. Buscava-se, portanto, alternativas para fortalecer um sentimento nacional capaz de dar fim às guerras de secessão.



Ilustração representando o uniforme dos alunos do Colégio Pedro II em meados do século XIX.

No entanto, a grande medida dos conservadores veio em 1840 com a Lei Interpretativa do Ato Adicional. Como o próprio nome indica, a intenção era reformar as medidas liberais estabelecidas pelo Ato Adicional de 1834. A nova lei enfraquecia as Assembleias Provinciais ao revogar a autonomia sobre a administração policial, administrativa e jurídica das províncias e submetia a Guarda Nacional à União. Em suma, a Lei Interpretativa do Ato Adicional representava a retomada da centralização política do poder.

Golpe da maioria

Diante das reformas conservadoras, os liberais, em resposta, decidiram se aproximar da facção **áulica** e, em 1840, fundaram o Clube da Maioridade.

áulico: relativo ou pertencente ao soberano, à corte; aquele que faz parte da corte de um soberano.

A intenção era se aproximar do imperador e antecipar a maioria imperial, para que o filho de Pedro I governasse segundo os preceitos dos liberais, ou seja, que o futuro imperador correspondesse às medidas descentralizadoras e contivesse as políticas promovidas pelos conservadores durante os últimos anos da Regência.

O Senado, de maioria conservadora, via-se de mão atadas: como poderiam se opor ao imperador? Conta-se que, quando Pedro de Alcântara foi perguntado, aos 14 anos (faria 15 ainda em 1840), se gostaria de ser imperador, ele teria dito: “Quero já! Estou pronto!”. A volta de um imperador simbolizava, aos conservadores, o retorno do Poder Moderador e, ainda que soubessem da aliança do jovem monarca com os liberais, viam a possibilidade com bons olhos.

Assim, após um golpe articulado pelos liberais, que ficou conhecido como golpe da maioria, no dia 23 de julho de 1840 a antecipação da maioria do imperador encerrava o Período Regencial e dava início ao Segundo Reinado.



Museu Imperial, Petrópolis

François-René Moreaux. *A coroação de Pedro II*, 1842. Óleo sobre tela. Museu Imperial, Petrópolis, Rio de Janeiro.

Revisando

- Uece 2014** O período historicamente conhecido como Período Regencial foi caracterizado
 - por rebeliões populares cujas ações exigiam o retorno da antiga realidade social com a volta de Pedro I ao poder.
 - pela promoção política e pela ascensão social dos setores menos favorecidos proporcionadas pelos regentes.
 - por um conjunto de rebeliões populares que clamavam pelo estabelecimento da república e pelo final da escravidão.
 - pela convulsão política que desencadeou várias rebeliões que questionavam as estruturas estabelecidas.
- Uece 2015** Aprovado em agosto de 1834, o chamado Ato Adicional propôs alterações à Constituição brasileira de 1824. A principal delas se caracterizou por
 - conceder maior autonomia às Províncias.
 - substituir a Regência Una Pela Regência Trina.
 - manter e ampliar o poder do Conselho de Estado.
 - extinguir a vitaliciedade do Senado.
- Unesp 2017** A Revolta dos Malês, ocorrida em 1835 na Bahia, contou com ampla participação popular e defendeu, entre outras propostas,
 - a rejeição ao catolicismo e a construção de uma ordem islâmica.
 - a manutenção da escravidão de africanos e a ampliação da escravização de indígenas.
 - o retorno de D. Pedro I e o restabelecimento da monarquia absolutista.
 - a ampliação das relações diplomáticas e comerciais com os países africanos.
 - o reconhecimento dos direitos e deveres de todo cidadão brasileiro.
- FGV-SP 2014** A Farroupilha foi uma revolta
 - separatista, que contou com o apoio dos cafeicultores paulistas interessados no mercado da região do Prata.
 - popular, que tinha como objetivo o fim da escravidão no Brasil e o rompimento com a Inglaterra.
 - popular, cujos líderes foram duramente punidos com penas de exílio e enforcamento.
 - socialista, liderada por Giuseppe Garibaldi, que pretendia estabelecer uma reforma agrária no Brasil.
 - separatista, que proclamou a República no Rio Grande do Sul, em 1836, e em Santa Catarina, em 1839.

5. **IFBA 2016** Durante o Período Regencial – 1831-1840 – o Brasil foi palco de diferentes tipos de rebeliões como a Farroupilha, a Cabanagem, a Balaiada, entre outras. Embora apresentem particularidades, esses movimentos apontam para pontos comuns como:
- a) o questionamento da unidade territorial, apresentando projetos separatistas e republicanos.
 - b) a proposta de antecipar a maioria de D. Pedro, como forma de garantir um governo de base nacional.
 - c) o estabelecimento temporário de um novo regime político, capaz de unir o país até a posse de D. Pedro II.
 - d) a extinção imediata do sistema de escravidão e o estabelecimento do trabalho assalariado em todos os setores econômicos.
 - e) a luta contra a grande propriedade e pela reforma agrária que permitisse uma reestruturação agrária no país.
6. **ESPM-SP 2015** A revolta começou a partir de uma série de disputas entre grupos da elite local. A instabilidade política provocou a falta de confiança nas autoridades. As rivalidades acabaram resultando em uma revolta popular. Ela se concentrou no sul do Maranhão, onde atuavam grupos armados chefiados pelo vaqueiro Raimundo Gomes Vieira Juaí, o Cara Preta, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, artesão que fazia cestos, e o preto Cosme, ex-escravo que liderava três mil escravos fugidos.

VIANA, Hélio. *História do Brasil*.

O texto apresentado no enunciado deve ser relacionado a uma revolta ocorrida no Brasil durante o Período Regencial (1831-1840). Assinale a alternativa que apresente essa revolta:

- a) Sabinada;
 - b) Cabanagem;
 - c) Farroupilha;
 - d) Praieira;
 - e) Balaiada.
7. **FICSAE-SP 2018** Durante o período Regencial (1831-1840) ocorreram no Brasil várias rebeliões provinciais, expressões, ao mesmo tempo, das lutas das elites pelo poder local e por maior autonomia das províncias, e da marginalização das camadas populares, empobrecidas e excluídas da participação política. A revolta que, ocorrida no Maranhão, contou também com a participação de escravos foragidos foi:
- a) Farroupilha.
 - b) Cabanagem.
 - c) Sabinada.
 - d) Balaiada.
8. **FGV-SP 2015** Sobre as revoltas no Brasil na primeira metade do século XIX, é correto afirmar:
- a) A Balaiada (1838-1840) manteve-se, até o final, dirigida pelas elites maranhenses.
 - b) A Cabanagem (1835-1840) e a Sabinada (1837-1838) foram revoltas restauradoras.
 - c) A Revolta dos Malês, em Salvador, (1835) é um exemplo de revolta popular.
 - d) A revolta dos Cabanos (1832-1835) foi uma revolta iniciada por populares e depois dirigida por restauradores.
 - e) Todas as revoltas tinham como motivação a revogação da Lei de Terras e o livre acesso à propriedade fundiária.
9. **Unespar-PR 2016** Sobre as revoltas provinciais deflagradas no período regencial, considere as seguintes alternativas:
- I. A Cabanagem – PA (1835-1840) foi um movimento popular com a participação de índios, caboclos e negros que se opôs à Regência e ocupou, por alguns meses, o governo da província.
 - II. A Revolução Farroupilha – RS/SC (1835-1845) foi uma revolta motivada, sobretudo, pela política tributária do governo regencial, que, por sua vez, conseguiu conter o movimento, punir os líderes e impor as tarifas que causaram o início do movimento.
 - III. A Sabinada – BA (1837-1838) pregava a República federativa, estabelecendo em 1837 o novo regime na BA, o qual se manteria até a maioria do futuro imperador. Após reação dos senhores de engenho do Recôncavo e do governo central (com a Armada) a capital da BA foi retomada.
 - IV. As revoltas Cabanagem, Revolução Farroupilha e Sabinada tinham em comum demandas regionais não atendidas pelo governo central. Em nenhum caso, seus líderes pretendiam ampliar as conquistas para o âmbito nacional.
- a) I, II e III estão corretas;
 - b) II e IV estão corretas;
 - c) I, III e IV estão corretas;
 - d) Todas estão corretas;
 - e) II, III e IV estão corretas.
10. **UEL-PR 2013** No contexto histórico das transformações ocorridas no século XIX, que envolveram questões da identidade nacional e da política, no Brasil, após a abdicação de D. Pedro I, ocorreu uma grave crise institucional. As tentativas de superação por meio das Regências provocaram uma série de revoltas como a Sabinada (BA), a Balaiada (MA) e a Cabanagem (PA).
- A superação da crise, que coincidiu com o fim do período regencial, deveu-se à
- a) antecipação da maioria do príncipe herdeiro.
 - b) consolidação da Regência Una e Permanente.
 - c) formação e consolidação do Partido Republicano.
 - d) fundação das agremiações abolicionistas.
 - e) volta imediata de D. Pedro I às terras brasileiras.

Exercícios propostos

- 1. Mackenzie-SP 2016** O período das regências constitui momento crucial do processo de construção da nação brasileira. Por sua pluralidade e ensaísmo [foi] um grande laboratório político e social, no qual as mais diversas e originais fórmulas políticas foram elaboradas e diferentes experiências testadas, abarcando amplo leque de estratos sociais. O mosaico regencial não se reduz, portanto, a mera fase de transição, tampouco a uma aberração histórica anárquica, nem mesmo a simples “experiência republicana”.

Marcello Basile. “O laboratório da nação: A era regencial *1831-1840). In: Keila Grinberg e Ricardo Salles. *O Brasil Imperial*. Volume II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 97.

Assinale a alternativa que contenha elementos característicos do Período Regencial (1831-1840).

- a) Suspensão do Poder Moderador, causando oposição de setores políticos conservadores; surgimento do abolicionismo radical, contribuindo para revoltas de escravos na Bahia; fundação do Partido Republicano que, aliado às Forças Armadas, acirrou a oposição ao Império.
 - b) Intensa oposição à antecipação da maioria de D. Pedro II, visto com uma ameaça aos interesses das camadas populares; profundas diferenças ideológicas entre as facções políticas das elites, levando a confrontos armados; anulação da Constituição de 1824.
 - c) Surgimento de diferentes projetos políticos, como a defesa do republicanism; mobilização do exército contra a ascensão política das camadas populares; aprofundamento das desigualdades sociais, em virtude da alta inflação e da especulação financeira.
 - d) Disputa pelo governo regencial, representada pela falta de unidade da elite política regencial e pela vacância do trono; formação de facções políticas distintas, portadoras de diferentes projetos; ativa mobilização popular, com revoltas em diversas províncias.
 - e) Eclosão de diversas revoltas sociais e políticas, em províncias do Norte e Nordeste; surgimento de facções políticas, com projetos de governo diferentes; movimento em torno da antecipação da maioria de D. Pedro II, como forma de garantir o atendimento de reivindicações populares.
- 2. FGV-SP 2017** Sobre a regência do paulista Diogo Antônio Feijó, entre 1835 e 1837, é correto afirmar que
- a) o regente conseguiu vencer a eleição devido ao apoio recebido dos produtores de algodão do Nordeste, classe emergente nos anos 1830, o que possibilitou o combate às rebeliões regenciais e o início do processo de centralização político-administrativa.
 - b) o apoio inicial que Feijó recebeu de todas as forças políticas do Império foi, progressivamente, sendo corroído porque o regente eleito

mostrou simpatia pelo projeto político da Balaiada, que defendia uma Monarquia baseada no voto universal.

- c) a opção de Feijó em negociar com os farroupilhas e com a liderança popular da Cabanagem provocou forte reação dos grupos mais conservadores, especialmente do Partido Conservador, que organizaram a queda de Feijó por meio de um golpe de Estado.
- d) o isolamento político do regente Feijó, que provocou a sua renúncia do mandato, relacionou-se com a sua incapacidade de conter as rebeliões que se espalhavam por várias províncias do Império e com a vitória eleitoral do grupo regressista.
- e) as condições econômicas brasileiras foram se deteriorando durante a década de 1830 e provocaram um forte desgaste da regência de Feijó, que renunciou ao cargo depois de um acordo para uma reforma constitucional.

- 3. IFSul-RS 2017** A Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador, Província da Bahia, na noite de 24 de janeiro de 1835, durante o Brasil Império, mais precisamente durante o Período Regencial (1831 a 1840), representou uma rápida rebelião organizada pelos escravos e que foi reprimida pelas tropas imperiais.

Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/revolta-dos-males/>. Acesso em: 22 jul. 2016. (Adapt.).

Essa revolta representou a mobilização de cerca de 1.500 escravos africanos, os quais lutavam pela

- a) libertação dos negros de origem islâmica e pela tomada do poder.
 - b) libertação dos índios guaranis e de outros escravos dos engenhos vizinhos.
 - c) independência do Brasil e pelas ideias republicanas.
 - d) defesa da religião católica e pela manutenção de suas crenças, cultos e costumes.
- 4. Fuvest-SP 2021** A Cabanagem foi uma revolta social ocorrida no Norte do Brasil entre 1835 e 1840 e se insere em um contexto frequentemente chamado de “Período Regencial”. Trata-se de uma revolta que, junto a outras do mesmo período, indica:
- a) o impacto, no Brasil, de conflitos de fronteira com os países hispânicos recém-formados na América.
 - b) expansão de interesses imperialistas franceses e alemães em meio à geopolítica da 2ª Revolução Industrial.
 - c) a capacidade negociadora das elites imperiais em evitar que questões regionais desembocassem em conflitos armados.
 - d) a persistência, no contexto nacional brasileiro, de disputas entre jesuítas e governantes em torno da exploração do trabalho escravo.
 - e) o caráter violento e socialmente excludente do processo de formação do Estado nacional brasileiro.

5. UPF-RS 2015 Analise o fragmento a seguir.

No Brasil, nos anos seguintes à Abdicação, em 7 de abril de 1831, os liberais federalistas promoveram movimentos políticos e armados no Ceará (1831-1832), em Pernambuco (1831-1835), em Minas Gerais (1833-1835), na Bahia (1837-1838), no Grão-Pará (1835-1840), no Maranhão (1838-1841) e no Mato Grosso (1834). Com a intervenção das camadas sociais subalternizadas livres e escravizadas, alguns desses movimentos ganharam forte conteúdo social, como a Balaiada (1838-1841), no Maranhão, e a Cabanagem (1835-1836), no Grão-Pará.

MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2010. (Adapt.).

O Rio Grande do Sul se inseriu nesse contexto de revoltas quando eclodiu a chamada Revolução Farroupilha (1835-1845). Sobre essa guerra, considere as afirmações a seguir:

- I. Constitui associação ingênua deduzir que o qualificativo “farroupilha” provém de “farrapo”, condição em que estariam as vestimentas dos soldados republicanos nos momentos finais do conflito. A denominação deveu-se ao fato de que, no Brasil, os liberais exaltados eram conhecidos como “farroupilhas”, isto é, como revolucionários, razão pela qual o movimento passou à história como Revolução Farroupilha.
- II. O projeto de Constituição da República Rio-Grandense inspirava-se na Carta estadunidense, que assegurava os direitos aos cidadãos livres e desconhecia os dos trabalhadores escravizados.
- III. O então barão de Caxias, prestigiado pela repressão da Balaiada, no Maranhão, assumiu a chefia da província e das tropas do Império. Nas cidades, Caxias distribuía carne à população e contratava o serviço das famílias pobres para costurar fardamentos para as tropas imperiais, em uma clara política de conquista da simpatia dos sul-rio-grandenses livres.
- IV. Os farroupilhas propuseram a reorganização dos latifúndios por meio de projeto de reforma agrária, o qual consistia na distribuição de lotes para os escravos que haviam lutado em suas fileiras e para os imigrantes que os haviam apoiado. Em resumo, defendiam a justiça social. Essa postura é comemorada até hoje nos desfiles do Dia do Gaúcho, que ocorrem, anualmente, em 20 de setembro.

Está correto o que se afirma em:

- | | |
|-------------------|------------------------|
| a) I apenas. | d) I, II e III apenas. |
| b) I e II apenas. | e) I, II, III e IV. |
| c) III apenas. | |

6. Uece 2017 Entre abril de 1831 e julho de 1840, durante o período em que o príncipe herdeiro, Pedro de Alcântara, foi menor de idade, o Brasil esteve sob comando de regentes. As quatro regências (duas trinas e duas unas) se seguiram durante nove anos que marcaram a nossa história no século XIX. Sobre esse período, é correto afirmar que

- a) ocorreram avanços sociais inegáveis, como a abolição da escravatura e a concessão do direito ao voto para os analfabetos, contudo ambos foram revogados com a chegada de D. Pedro II ao trono.

- b) foi um período de grande paz interna, o que proporcionou um desenvolvimento econômico e social sem precedentes, isso foi o que garantiu a D. Pedro II um governo longo de 49 anos que só acabou com sua morte em 1889.
- c) durante esses anos o país expandiu seu território, tendo anexado a Província Cisplatina e o estado do Acre, definindo assim suas atuais fronteiras e sua posição de maior país da América do Sul.
- d) foi um período de grande agitação social e política no qual ocorreram revoltas de escravos, como a dos Malês, em Salvador e revoltas separatistas como a Cabanagem, no Pará, a Sabinada, na Bahia e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

7. Fuvest-SP A Sabinada, que agitou entre novembro de 1837 e março de a Bahia 1838,

- a) tinha objetivos separatistas, no que diferia frontalmente das outras rebeliões do período.
- b) foi uma rebelião contra o poder instituído no Rio de Janeiro que contou com a participação popular.
- c) assemelhou-se à Guerra dos Farrapos, tanto pela postura antiescravista quanto pela violência e duração da luta.
- d) aproximou-se, em suas proposições políticas, das demais rebeliões do período pela defesa do regime monárquico.
- e) pode ser vista como uma continuidade da Rebelião dos Alfaiates, pois os dois movimentos tinham os mesmos objetivos.

8. ESPM-SP 2016 A antinomia centralização-descentralização foi um dos principais temas presentes nos debates parlamentares. Para alguns a proposta de descentralização era a única capaz de salvar o país da desagregação. Acreditavam que, com a concessão de maior liberdade de ação, as províncias continuariam ligadas ao império. Para outros, era justamente essa maior autonomia que poderia levar a ruptura definitiva. Apesar da oposição dos dois argumentos, o objetivo de ambos os grupos era o mesmo: preservar a unidade nacional. [...] Em 12 de maio de 1840, depois de prolongados debates parlamentares foi aprovada a Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834.

AMARAL, Sonia Guarita do (org.). *O Brasil como Império*.

A Lei Interpretativa do Ato Adicional deve ser relacionada com:

- a) a extinção da Regência Trina e a criação da Regência Una;
- b) a abolição do Conselho de Estado, principal órgão de assessoria do imperador;
- c) a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, com deputados eleitos que possuíam um relativo poder deliberativo;
- d) a criação da Guarda Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça e, em grande parte, controlada pelos senhores de terras e de escravos;
- e) diminuição dos poderes das Assembleias Legislativas Provinciais, assegurando o retorno da centralização dos poderes.

9. UFJF-MG 2022 Observe o quadro abaixo:

Principais revoltas regenciais			
	Duração	Localização	Participantes principais
Setembrizada	1831	Recife	Tropa
Novembrada	1831	Recife	Tropa
Abrilada	1832	Pernambuco	Tropa
Cabanos	1832-35	Pernambuco/Alagoas	Pequenos proprietários, camponeses, índios
Sedição de Ouro Preto	1833	Ouro Preto	Tropa
Cabanagem	1835-40	Pará	Camponeses, índios, escravos
Farrroupilha	1835-1845	R. G. do Sul	Estancieiros e charqueiros
Sabinada	1837-1838	Salvador	Tropa e povo
Balaçada	1838-41	Maranhão	Proprietários, camponeses, escravos
Praieira	1848-49	Pernambuco	Proprietários

Fonte: Carvalho, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. p. 15.

As Revoltas Regenciais se espalharam por várias partes do Brasil. Ocorreram num período histórico marcado pela instabilidade política, o Período da Regência, que começou quando D. Pedro I abdicou do trono imperial, 1831, e se estendeu pela década de 1840.

É CORRETO afirmar que estes movimentos sociais, conflitos armados e levantes populares expressavam a insatisfação:

- a) Dos trabalhadores com as condições de trabalho no processo de industrialização.
- b) Da Coroa com a intervenção da Inglaterra no tráfico de escravos.
- c) Das elites regionais com a política institucional centralizada na Corte imperial.
- d) Do Brasil com o domínio colonial exercido pelos portugueses.
- e) Dos imigrantes com as condições de vida e trabalho nas lavouras de café.

10. Unicamp-SP 2017 O escritor José de Alencar relata como ocorriam as reuniões do Clube da Maioridade, realizadas na casa de seu pai em 1840. Discutia-se nessas ocasiões a antecipação da maioridade do imperador D. Pedro II, então com apenas 14 anos, para que ele pudesse assumir o trono antes do tempo determinado pela Constituição. No fim da vida, José de Alencar rememora os episódios de sua infância e chega a uma surpreendente conclusão: os políticos que frequentavam sua casa na ocasião iam lá não porque estavam pensando no futuro do país, mas apenas para devorar tabletes e bombons de chocolate. Conforme o relato do escritor, os membros do Clube da Maioridade, discutindo altos assuntos na sala de sua casa, pareciam realmente gente séria e preocupada com os destinos do Brasil, até que chegava a hora do chocolate.

Para Alencar, a discussão política no Brasil se resumia a um “devorar de chocolate”, isto é, cada um defendia apenas seus interesses particulares e nada mais.

SILVA, Daniel Pinha. “O império do chocolate”, em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/o-império-do-chocolate>. Acesso em: 01 ago. 2016. (Adapt.).

Sobre o Golpe da Maioridade e a visão de José de Alencar a esse respeito, é correto afirmar que:

- a) O golpe foi uma manobra das elites políticas, que criaram uma forma de alterar a Constituição e contemplar os seus interesses durante o período regencial, fato criticado por Alencar ao fazer uma anedota com o chocolate.
- b) Ao entregar o poder a um jovem de 14 anos, alegando ser maior de 18, os políticos do Império manifestavam uma ousada visão política para evitar a influência da Inglaterra nos assuntos brasileiros, preservando seus interesses como donos de escravos.
- c) O golpe foi uma resposta dos conservadores às propostas liberais que pretendiam estabelecer a República no país, e Alencar apontou uma prática política dos parlamentares que é recorrente na história do país.
- d) José de Alencar expressou sua decepção com os políticos e, ao registrar sua visão sobre o Clube da Maioridade, o escritor contribuiu para inibir procedimentos semelhantes durante o Império, assegurando uma transição pacífica e legal para a República, em 1889.

Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834

O texto a seguir é do Ato Adicional de 1834. Para facilitar a leitura e a compreensão, a grafia da língua portuguesa foi atualizada.

A Regência permanente em nome do Imperador, o Senhor Dom Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Câmara dos Deputados, competentemente autorizada para reformar a Constituição do Império, nos termos da Carta de Lei de 12 de outubro de 1832, decretou as seguintes mudanças e adições à mesma Constituição.

Art. 1º O direito reconhecido e garantido pelo art. 71 da Constituição será exercitado pelas Câmaras dos Distritos e pelas Assembleias, que, substituindo os Conselhos Gerais, se estabelecerão em todas as Províncias com o título de Assembleias Legislativas Provinciais.

A autoridade da Assembleia Legislativa da Província, em que estiver a Corte, não compreenderá a mesma Corte, nem o seu município.
[...]

Art. 3º O Poder Legislativo Geral poderá decretar a organização de uma segunda Câmara Legislativa para qualquer província, a pedido da sua Assembleia, podendo esta segunda Câmara ter maior duração do que a primeira.

Art. 4º A eleição destas Assembleias far-se-á da mesma maneira que se fizer a dos deputados à Assembleia Geral Legislativa, e pelos mesmos eleitores; mas cada Legislatura Provincial durará só dois anos, podendo os membros de uma ser reeleitos para as seguintes.
[...]

Art. 5º A sua primeira reunião far-se-á nas capitais das províncias, e as seguintes nos lugares que forem designados por Atos Legislativos Provinciais; o lugar, porém, da primeira reunião da Assembleia Legislativa da Província, em que estiver a Corte, será designado pelo Governo.

Art. 6º A nomeação dos respectivos presidentes, vice-presidentes e secretários, verificação dos poderes de seus membros, juramento, e sua polícia, e economia interna, far-se-ão na forma dos seus Regimentos e, interinamente, na forma do Regimento dos Conselhos Gerais de Província.
[...]

Art. 10. Compete às mesmas Assembleias legislar:

§ 1º Sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da respectiva província, e mesmo sobre a mudança da sua capital para o lugar que mais convier.

§ 2º Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de Medicina, os cursos jurídicos, Academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução, que, para o futuro, forem criados por lei geral.

§ 3º Sobre os casos e a forma por que pode ter lugar a desapropriação por utilidade municipal ou provincial.

§ 4º Sobre a polícia e economia municipal, precedendo propostas das Câmaras.

§ 5º Sobre a fixação das despesas municipais e provinciais, e os impostos para elas necessários, contanto que estes não prejudiquem as imposições gerais do Estado. As Câmaras poderão propor os meios de ocorrer as despesas dos seus municípios.

§ 6º Sobre repartição da contribuição direta pelos municípios da província, e sobre a fiscalização do emprego das rendas públicas provinciais e municipais, e das contas da sua receita e despesa.

As despesas provinciais serão fixadas sobre orçamento do Presidente da Província, e as municipais sobre orçamento das respectivas Câmaras.

§ 7º Sobre a criação e supressão dos empregos municipais e provinciais, e estabelecimento dos seus ordenados.

São empregos municipais e provinciais todos os que existirem nos municípios e na província, à exceção dos que dizem respeito à administração, arrecadação e contabilidade da Fazenda Nacional; à administração da guerra e marinha e dos correios gerais; dos cargos de presidente de província, bispo, comandante superior da Guarda Nacional, membro das Relações e tribunais superiores e empregados das faculdades de Medicina, cursos jurídicos e Academias, em conformidade da doutrina do § 2º deste artigo.
[...]

Art. 12. As Assembleias Provinciais não poderão legislar sobre impostos de importação, nem sobre objetos não compreendidos nos dois precedentes artigos.
[...]

Art. 26. Se o Imperador não tiver parente algum, que reúna as qualidades exigidas no art. 122 da Constituição, será o Império governado, durante a sua menoridade, por um Regente eletivo e temporário, cujo cargo durará quatro anos, renovando-se para esse fim a eleição de quatro em quatro anos.

Art. 27. Esta eleição será feita pelos eleitores da respectiva Legislatura, os quais, reunidos nos seus Colégios, votarão por escrutínio secreto em dois cidadãos brasileiros, dos quais um não será nascido na província, a que pertencerem os Colégios, e nem um deles será cidadão naturalizado.
[...]

Art. 28. O Presidente do Senado, tendo recebido as atas de todos os colégios, abri-las-á em Assembleia Geral, reunidas ambas as Câmaras, e fará contar os votos: o cidadão que obtiver a maioria destes será o Regente. Se houver empate, por terem obtido o mesmo número de votos, dois ou mais cidadãos entre eles decidirá a sorte.

Art. 29. O Governo Geral marcará um mesmo dia para esta eleição em todas as províncias do Império. [...]

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução das referidas mudanças e adições pertencer, que as cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelas se contém. O Secretário de Estado dos Negócios do Império as faça juntar à Constituição, imprimir, promulgar e correr.

Palácio do Rio de Janeiro, aos doze dias do mês de agosto de 1834, décimo terceiro da Independência, e do Império.

Francisco de Lima e Silva

João Bráulio Moniz

Antônio Pinto Chichorro da Gama

Lei nº 105, de 12 de maio de 1840

O Regente, em nome do Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral Legislativa Decretou, e ele sancionou a Lei seguinte.

Art. 1º A palavra Municipal - do art. 10, § 4º do Ato Adicional - compreende ambas as anteriores - polícia e economia -, e a ambas estas se refere a cláusula final do mesmo artigo, precedendo Propostas das Câmaras. A palavra Polícia compreende a Polícia Municipal e Administrativa somente, e não a Polícia Judiciária.

Art. 2º A faculdade de criar e suprimir empregos municipais e provinciais, concedida às Assembleias de Província pelo § 7º do art. 10 do Ato Adicional, somente diz respeito ao número dos mesmos empregos, sem alteração da sua natureza e atribuições, quando forem estabelecidos por Leis Gerais relativas a objetos sobre os quais não podem legislar as referidas Assembleias. [...]

Art. 5º Na decretação da suspensão, ou demissão dos magistrados, procedem as Assembleias Provinciais como Tribunal de Justiça. Somente podem, portanto, impor tais penas em virtude de queixa, por crime de responsabilidade a que elas estão impostas por Leis criminais anteriores, observando a forma de processo para tais casos anteriormente estabelecida.

Art. 6º O Decreto de suspensão, ou demissão, deverá conter: 1º, o relatório do fato; 2º, a citação da Lei, em que o magistrado está imenso; 3º, uma sucinta exposição dos fundamentos capitais da decisão tomada.

[...]

Art. 8º As Leis Provinciais, que forem opostas à interpretação dada nos artigos precedentes, não se entendem revogadas pela promulgação desta Lei, sem que expressamente o sejam por atos do Poder Legislativo Geral.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente, como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, encarregado interinamente dos do Império a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro em 12 de maio de 1840, décimo nono da Independência e do Império.

Pedro de Araújo Lima
Francisco Ramiro de Assis Coelho

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 105, de 12 de maio de 1840*. Rio de Janeiro, 1840. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim105.htm. Acesso em: 7 out. 2022.

Resumindo

- Avanço Liberal (1831-1837)
 - Descentralização do aparelho repressivo
 - Regência do Padre Diogo Feijó (1835-1837)
- Regresso Conservador (1837-1841)
 - Regência de Araújo Lima (1837-1841)
- Rebeliões provinciais autonomistas
 - Revolta dos Malês (Salvador, 1835)
 - Cabanagem (Pará, 1835-1837)
 - Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul e Santa Catarina, 1835-1845)
 - Sabinada (Bahia, 1837-1838)
 - Balaiada (Maranhão e Piauí, 1837-1841)
- Golpe da Maioridade (1841)

Quer saber mais?



Livros

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *A Balaiada*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

A historiadora apresenta o contexto em que ocorreu a Balaiada, no Período Regencial, e como tal revolta definiu os poderes e a dominação de classes no país.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

O livro analisa criticamente a revolução sulista como um momento histórico e de enfrentamento do poder.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

O livro apresenta a revolta dos negros muçulmanos contra a escravidão africana na Bahia do século XIX.

WERNET, Augustin. *O Período Regencial*. São Paulo: Global, 1997.

Nesse livro o autor busca relatar de forma clara a participação popular no eventos históricos do Período Regencial, preenchendo lacunas sobre esse momento conturbado da história do Brasil.

Exercícios complementares

1. UFMG 2013 Leia o trecho:

O sete de abril de 1831, mais do que o sete de setembro de 1822, representou a verdadeira independência nacional, o início do governo do país por si mesmo, a Coroa agora representada apenas pela figura quase simbólica de uma criança de cinco anos. O governo do país por si mesmo [...] revelou-se difícil e conturbado. Rebeliões e revoltas pipocaram por todo o país, algumas lideradas por grupos de elite, outras pela população tanto urbana como rural, outras ainda por escravos.

CARVALHO, J. Murilo et al. *Documentação política, 1808-1840*. Brasília da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Nova Fronteira, 2011, s/p.

- Explique o sentido da frase considerando o seu contexto histórico: “a Coroa agora representada apenas pela figura quase simbólica de uma criança de cinco anos”.
- Apresente dois fatores que contribuíram para as conturbações políticas e sociais que levaram às rebeliões e às revoltas do período.

2. UFPR 2017 A primeira metade do século XIX foi um período que se caracterizou, entre outras coisas, pelo despoletar de uma série de rebeliões escravas no Brasil. A “revolta dos malês”, em 1835, em Salvador, na Bahia, pode ser contabilizada como uma das mais significativas.

Caracterize o contexto político e social da Salvador da época abolicionista, assim como os participantes da revolta, justificando por que essa revolta pode ser contabilizada como “uma das mais significativas”.

3. UnB-DF Durante séculos, os escravos afro-americanos aprenderam a ler em condições extraordinariamente difíceis, arriscando a vida. Aqueles que quisessem se alfabetizar eram forçados a encontrar métodos tortuosos de aprender. Aprender a ler, para os escravos, não era um passaporte imediato para a liberdade, mas uma maneira de ter acesso a um dos instrumentos poderosos de seus opressores: o livro. Os donos de escravos (tal como os ditadores, tiranos, monarcas absolutos e outros detentores do poder) acreditavam firmemente no poder da palavra escrita. Como séculos de ditadores souberam, uma multidão analfabeta é mais fácil de dominar; uma vez que a arte da leitura não pode ser desaprendida, o segundo melhor recurso é limitar seu alcance. Os livros, escreveu Voltaire no panfleto satírico Sobre o Terrível Perigo da Leitura, “dissipam a ignorância, a custódia e a salvaguarda dos estados bem policiados”.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. SOARES, Pedro Maia (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 312-15. (Adapt.).

A partir do texto acima, julgue o item a seguir.

Em Salvador, na rebelião conhecida como a Revolta dos Malês — confronto sangrento entre escravos africanos seguidores do islamismo e tropas do governo brasileiro —, destaca-se o fato de muitos revoltosos estarem aptos para ler e escrever no idioma árabe, o que contribuiu para a preparação da insurreição.

4. Unicamp-SP Iniciada como conflito entre facções da elite local, a Cabanagem, no Pará (1835-1840), aos poucos fugiu ao controle e tornou-se uma rebelião popular. A revolta paraense atemorizou até mesmo liberais como Evaristo da Veiga. Para ele, tratava-se de gentilha, crápula, massas brutas. Em outras revoltas, o conflito entre elites não transbordava para o povo. Tratava-se, em geral, de províncias em que era mais sólido o sistema da grande agricultura e da grande pecuária. Neste caso está a revolta Farroupilha, no Rio Grande do Sul, que durou de 1835 a 1845.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 252-253. (Adapt.).

- Segundo o texto, o que diferenciava a Cabanagem da Farroupilha?
- Quais os significados das revoltas provinciais para a consolidação do modelo político imperial?
- O que levava as elites agricultoras e pecuaristas a se rebelarem contra o poder central do Império?

5. FGV-SP 2013 Entre 1831 e 1845, estouraram revoltas em diversas províncias brasileiras. A Revolta dos Malês (1835) teve por base a cidade de Salvador, na Bahia. A Balaiada (1838-1841) alastrou-se pelo Maranhão e Piauí. A Farroupilha (1835-1845) desenrolou-se no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

- Aponte uma característica de cada revolta indicada no enunciado.
- Do ponto de vista das propostas sociais, qual a grande diferença entre os projetos da Balaiada, em sua fase final, e os da Farroupilha?
- Em que contexto da política brasileira ocorreram tais revoltas?

6. UPF-RS 2016 As revoltas provinciais do período Regencial, que varreram o país de norte a sul, tiveram distintos atores sociais e propostas.

As províncias, desprezadas pela corte, curtindo o exílio dentro do país, e insatisfeitas com a Regência, reagem...

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. v.1, 5. Ed., 2012, p. 320.

Sobre essas revoltas, considere as afirmações a seguir.

- I. A Cabanagem ocorreu no Pará e teve ampla participação de elementos de baixa condição social (índios, seringueiros, lavradores e caboclos), os quais não tinham um programa sistemático de reivindicações, mas demonstravam seu ódio aos portugueses.
- II. A Guerra dos Farrapos foi liderada pela elite dos estancieiros e teve como principal proposta a abolição incondicional da escravidão no Rio Grande do Sul e a defesa do trabalho assalariado.
- III. A Sabinada reuniu uma base ampla de apoio, incluindo integrantes da classe média e do comércio de Salvador. Uma de suas bandeiras de luta foi a adoção do federalismo.
- IV. A Balaiada caracterizou-se por sucessivos levantes, inclusive de escravos, sem unidade entre si, o que levou a ser vencida pelas tropas legalistas com relativa facilidade. O separatismo não foi proposto pelos rebeldes.

Está correto apenas o que se afirma em:

- | | |
|------------------|-----------------|
| a) I, III e IV. | d) I e II. |
| b) II e III. | e) I, II e III. |
| c) II, III e IV. | |

7. **Acafe-SC 2018** A criação de gado se generalizou, na região, assim como a transformação da carne bovina em charque (carne-seca). O charque era um produto vital...

Fonte: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 5ª. Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. Página 168.

Pode-se afirmar que as questões envolvendo o charque resultaram num conflito ocorrido no período regencial que chegou até o início do Segundo Reinado no Brasil. Nesse sentido, é correto afirmar:

- a) As questões envolvendo o charque foi um dos motivos da Guerra dos Farrapos, iniciada no Rio Grande do Sul.
- b) Esse conflito ocorreu na região mineradora, entre os produtores nordestinos e gaúchos, e ficou conhecido como Guerra dos Emboabas.
- c) A produção de charque em Mato Grosso, área de intensa pecuária no Segundo Reinado, ocasionou um conflito entre produtores locais e estancieiros oriundos do Rio Grande do Sul. A solução foi a divisão de Mato Grosso, criando-se o estado de Mato Grosso do Sul.
- d) Após este conflito, o Imperador D. Pedro II autorizou a importação de charque do Uruguai e da Argentina, já que as charqueadas da região sudeste foram extintas. O charque platino entrava no Brasil com baixas taxas alfandegárias.

8. **UFJF-MG** Observe o mapa:



Fonte: Baseado em Isto É Brasil, 500 anos. Atlas Histórico. São Paulo: Três, 1998.

No período regencial (1831-1840), uma série de conflitos surgiu em algumas províncias brasileiras. Sobre esse contexto, responda ao que se pede.

- Cite e analise duas características do contexto no qual ocorreram esses conflitos assinalados no mapa.
- Eleja um desses conflitos e analise-o.

9. UFRRJ



Estampa anônima de 1839. Litografia de Frederico Guilherme Briggs. In: MOREL, Marco. *O período das regências, 1831- 1840*. Coleção Descobrimo o Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

A caricatura apresentada, de 1839, mostra Bernardo Pereira de Vasconcellos, então líder conservador, acusado de enterrar os avanços liberais conquistados com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, travestido de Napoleão.

- Explique uma atitude política de D. Pedro I considerada autoritária pelos contemporâneos e que provocou sua abdicação em 1831.
- Aponte uma diferença e uma semelhança entre liberais e conservadores nos últimos anos da Regência.

10. Mackenzie-SP 2016 [...] no segundo ano do governo de Araújo Lima aumentaram as disputas políticas no Congresso. [...] por lá os ânimos estavam divididos. A saída veio rápida, e inesperada, a despeito de não ser de todo inusitada. O único consenso possível foi antecipar a maioria política do menino Pedro, que na época contava apenas catorze anos. [...]. Por isso preparou-se um golpe, o golpe da maioria, e o maior ritual público que o Brasil já conheceu.

Lília M. Schwarcz e Heloisa M. Starling. *Brasil: Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 266.

Assinale a alternativa correta que contenha o contexto em que ocorreu o golpe a que o texto se refere.

- A antecipação da maioria do imperador demonstrou a incapacidade política das elites brasileiras, reunidas no partido conservador, em gerenciar o país; daí a necessidade de recorrer à figura de D. Pedro, ainda menino, para solucionar o problema.
- O golpe da maioria foi a resposta dos Conservadores às reformas promovidas pelos Liberais, o que reforçou o clima de instabilidade política vivida no país e acentuou a crise política, só superada, por sua vez, com a proclamação da República.
- Diante das várias rebeliões regenciais, dos projetos republicanos e da radicalização da situação, reforçou-se uma saída simbólica, sustentada em um regime monárquico de governo, em que só o monarca poderia garantir a unidade nacional.
- Diante das pressões políticas, da crise econômica e das insatisfações sociais, a maioria de D. Pedro foi a saída encontrada pela família imperial, à revelia do Congresso, para se manter a unidade nacional e o poder das elites agrárias nacionais.
- Venerado pelas camadas populares, D. Pedro II usou de sua popularidade para angariar apoio à sua ascensão ao poder, mesmo que, para isso, tenha mergulhado o país em uma instabilidade política que só seria superada com a Lei Áurea.

EM13CHS201

1. Uefs-BA 2016



A precisão das posições políticas dos Exaltados, Moderados e Restauradores, registradas na charge, se opõe

- a) às semelhanças políticas demonstradas pelos grupos comunistas e integralistas que atuaram no Brasil durante toda a República Velha.
- b) à campanha abolicionista, que concentrava a propaganda do Partido Republicano, desde o início do Brasil monárquico.
- c) ao unipartidarismo vigente durante a ditadura militar no Brasil, que reconhecia apenas a ARENA como partido legítimo.
- d) à indefinição política e ideológica de grande parte dos partidos registrados no STE, que atuam na política brasileira, no momento atual.
- e) ao pluripartidarismo que marcou a vida política no Brasil monárquico do Segundo Reinado.

EM13CHS201

- 2. Unesp 2015** A escravatura, que realmente tantos males acarreta para a civilização e para a moral, criou no espírito dos brasileiros este caráter de independência e soberania, que o observador descobre no homem livre, seja qual for o seu estado, profissão ou fortuna. Quando ele percebe desprezo, ou ultraje da parte de um rico ou poderoso, desenvolve-se imediatamente o sentimento de igualdade; e se ele não profere, concebe ao menos, no momento, este grande argumento: não sou escravo. Eis aqui no nosso modo de pensar, a primeira causa da tranquilidade de que goza o Brasil: o sentimento de igualdade profundamente arraigado no coração dos brasileiros.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

O texto, publicado em 1834 pelo Padre Diogo Antônio Feijó,

- a) parece rejeitar a escravidão, mas identifica efeitos positivos que ela teria provocado entre os brasileiros.
- b) caracteriza a escravidão como uma vergonha para todos os brasileiros e defende a completa igualdade entre brancos e negros.
- c) defende a escravidão, pois a considera essencial para a manutenção da estrutura fundiária.
- d) revela as ambiguidades do pensamento conservador brasileiro, pois critica a escravidão, mas enfatiza a importância comercial do tráfico escravagista.
- e) repudia a escravidão e argumenta que sua manutenção demonstra o desrespeito brasileiro aos princípios da igualdade e da fraternidade.

EM13CHS201

- 3. Enem PPL 2019** Uns viam na abdicação uma verdadeira revolução, sonhando com um governo de conteúdo republicano; outros exigiam o respeito à Constituição, esperando alcançar, assim, a consolidação da Monarquia. Para alguns, somente uma Monarquia centralizada seria capaz de preservar a integridade territorial do Brasil; outros permaneciam ardorosos defensores de uma organização federativa, à semelhança da jovem República norte-americana. Havia aqueles que imaginavam que somente um Poder Executivo forte seria capaz de garantir e preservar a ordem vigente; assim como havia os que eram favoráveis à atribuição de amplas prerrogativas à Câmara dos Deputados, por entenderem que somente ali estariam representados os interesses das diversas províncias e regiões do Império.

MATTOS, I. R.; GONÇALVES, M. A. *O Império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991. (Adapt.).

O cenário descrito revela a seguinte característica política do período regencial:

- a) Instalação do regime parlamentar.
- b) Realização de consultas populares.
- c) Indefinição das bases institucionais.
- d) Limitação das instâncias legislativas.
- e) Radicalização das disputas eleitorais.

Félix Émile Taunay. *Retrato de D. Pedro II aos 12 anos*, 1837. Óleo sobre tela. Museu Imperial, Petrópolis, RJ.

Museu Imperial, Petrópolis

FRENTE 1

CAPÍTULO

7

O Segundo Reinado

Com o golpe da maioridade, os liberais esperavam exercer significativa influência na política nacional. Isso porque o imperador Pedro de Alcântara, sob o título de Pedro II, tinha apenas 15 anos de idade em 1841.

D. Pedro II, no entanto, vinha sendo preparado para a tarefa de ser o líder político do país desde a infância, após a abdicação de seu pai.

Pedro II era um entusiasta da ciência, das artes e da tecnologia. Mas será que a sua intelectualidade seria suficiente para governar a nação? O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão e, durante o Segundo Reinado, o crescimento da renda *per capita* foi próximo a zero.

Política interna

Consolidação do Estado nacional

Após uma série de guerras de secessão e de uma intensa disputa política, nos primeiros anos do reinado de Pedro II os conflitos no Brasil diminuiriam, assim como os ímpetus separatistas. Um exemplo disso foi o desfecho da Guerra dos Farrapos, em 1845, com o Tratado do Poncho Verde, que concedeu anistia e outras garantias às elites rio-grandenses.

Primeiros anos do Segundo Reinado

A aliança entre os liberais e o jovem imperador resultou na montagem do **gabinete da maioria**. As pastas ministeriais (Fazenda, Justiça, Interior, Exterior, Guerra e Marinha) foram ocupadas por representantes das ideias liberais, ou seja, defensores da descentralização do poder político e, conseqüentemente, da limitação dos poderes imperais.

Porém, ao ocuparem os ministérios, os liberais exerciam parte do Poder Executivo. O exercício da governabilidade, ou seja, a capacidade daqueles que ocupam cargos políticos em atuar politicamente, depende da existência de uma harmonia entre os poderes Executivo e Legislativo. Dessa forma, as eleições para a Câmara dos Deputados e o Senado de 1841 eram essenciais para a montagem da política no início do Segundo Reinado. O pleito ficou conhecido como as “**eleições do cacete**”, uma vez que a vitória de uma maioria liberal foi obtida mediante acusações de fraudes e práticas violentas durante o processo eleitoral.

D. Pedro II, então, rompeu a aliança com os liberais, demitiu todo o gabinete e convocou novas eleições, vencidas pela ala conservadora. Durante os primeiros anos do Segundo Reinado, os conservadores restauraram o Conselho de Estado (extinto durante a Regência), reformaram a Guarda Nacional e o Código de Processo Criminal. Além disso, foram implementadas novas leis eleitorais a fim de tentar conter os processos fraudulentos. Assim, organizou-se, inicialmente, uma estrutura autoritária e centralizadora.

Em 1842, os liberais reagiram à derrota com a eclosão de uma revolta em São Paulo e Minas Gerais. Os revoltosos, inflamados pelas ideias liberais, nomearam Rafael Tobias Aguiar como presidente da província e exigiram o fim do Conselho de Estado. Pouco depois da revolta ter chegado a Minas Gerais, o levante foi reprimido pelas forças imperais.

Montagem do “parlamentarismo às avessas”

Em 1847, Pedro II criou o cargo de chefe do Conselho de Ministros. Nomeado pelo imperador, ele seria o responsável pela escolha dos ministros. Dessa forma, para muitos historiadores, inaugurava-se o **parlamentarismo** no Brasil. Mas aqui, ele ficou conhecido como **parlamentarismo às avessas**. Essa expressão possui como referencial o que, hoje, entendemos por parlamentarismo. Em nossa perspectiva atual, o regime parlamentar é caracterizado pela nomeação, vinda do Legislativo ou Parlamento, de um primeiro-ministro, que, por sua vez, nomeia o gabinete.

Com isso, espera-se que a governabilidade seja instituída de maneira representativa. No modelo instituído por D. Pedro II, uma vez que o chefe do Conselho de Ministros (o equivalente ao primeiro-ministro) era nomeado pelo imperador, os ministros eleitos não refletiam, necessariamente, a maioria parlamentar.

! Atenção

As eleições no Brasil Império aconteciam em duas fases: em um primeiro momento, os votantes elegiam os eleitores; os eleitores eleitos, por sua vez, votavam nos candidatos a deputados e senadores, os quais compunham o Parlamento. Os deputados mais votados assumiam diretamente suas cadeiras; já os senadores eram escolhidos pelo imperador a partir de uma lista tríplice dos mais votados.

Dessa forma, o imperador, a fim de resolver algum impasse entre o Legislativo e o Executivo, podia usar do Poder Moderador para dissolver a Câmara dos Deputados e convocar novas eleições ou demitir o chefe do Conselho de Ministros para nomear um novo gabinete. A implementação do modelo parlamentar fez do imperador o eixo da política nacional que, ao longo do Segundo Reinado, garantiu o revezamento entre as facções políticas, ora permitindo que os conservadores possuíssem governabilidade, ora favorecendo os políticos liberais. Ao todo, entre 1847 e 1889, houve 30 gabinetes ministeriais, sendo 15 liberais, 14 conservadores e um de conciliação.

Revolução Praieira

Da mesma forma que eclodiram revoltas em São Paulo e Minas Gerais após a dissolução do gabinete liberal, a montagem do parlamentarismo às avessas foi um dos fatores para desencadear a Revolução Praieira em 1848.

Pernambuco havia sido o centro de uma série de levantes desde o período colonial, como a insurreição pernambucana, guerra dos mascates, guerra dos cabanos, entre outros. Devemos nos atentar, entretanto, para um contexto mais amplo que transcende a política nacional. O ano de 1848 ficou conhecido como a “Primavera dos Povos”, alusão à ideia de que uma série de revoluções semelhantes (nacionalistas, românticas e liberais) floresceram, principalmente ao longo do Ocidente.

A província de Pernambuco carregava sua herança colonial: as estruturas de uma economia primária exportadora, atrelada à produção açucareira, mantinham-se predominantes. A política estava submetida ao controle dos Cavalcanti (da facção liberal) e dos Rego Barros (da facção conservadora), ambas famílias de senhores de engenho. Nas cidades, o comércio era dominado por portugueses.

Quando o conservador e ex-regente do Brasil, Araújo Lima, foi nomeado presidente da província de Pernambuco, alguns setores mais radicais da facção liberal organizaram-se no *Diário Novo*, jornal pernambucano, que funcionava na Rua da Praia, no Recife. Críticos das políticas conservadoras, esses liberais ficaram conhecidos como “praieiros” – daí o nome do movimento.

Sob a acusação de que estavam sendo perseguidos politicamente, em novembro de 1848, os praieiros deram início à revolta. Protagonizado pela elite de senhores de engenho, em janeiro de 1849, o movimento publicou o “manifesto ao mundo”, de autoria de Borges da Fonseca, um republicano convicto. As exigências do programa revolucionário defendiam, entre outros pontos, o voto livre e universal, a liberdade de imprensa, a extinção do Poder Moderador, o antilusitanismo e o federalismo. Apesar de seu caráter social, o manifesto não tocava no tema da escravidão, uma vez que era controlado pelas elites agrárias.

Em 1850, a rebelião foi reprimida pelas tropas imperiais, e muitos de seus líderes acabaram presos e/ou mortos sem que houvesse julgamento. No entanto, uma vez cessada a revolta, D. Pedro II concedeu anistia a todos os prisioneiros e aos que haviam sobrevivido ao conflito.

Saiba mais

Além dos aspectos políticos, as artes ocuparam um papel central na consolidação do Estado nacional durante a segunda metade do século XIX. Um exemplo disso foi a importância do Romantismo na história da arte brasileira. Como estilo artístico, o Romantismo tratava de temáticas religiosas, mitológicas e bélicas. No Brasil, foi um importante instrumento para glorificar os feitos do Império e, assim, impulsionar o nacionalismo crescente.

Exponentes da pintura, como Vitor Meirelles, Augusto Rodrigo Duarte, Henrique Bernardelli, Teixeira da Rocha e Pedro Américo, retrataram episódios da história do Brasil, entre eles a primeira missa, a Proclamação da Independência e batalhas da Guerra do Paraguai. Os indígenas foram retratados de maneira idílica e a partir da interpretação eurocêntrica.

O quadro *Primeira Missa no Brasil*, de Victor Meirelles, constrói a imagem de que a chegada dos portugueses ao território do Brasil teria sido reverenciada pelos povos nativos. Ao centro da pintura, uma grande cruz se destaca por seu posicionamento e pela iluminação que recebe. Nas margens, os indígenas são representados como se estivessem fascinados pela religiosidade católica. Com isso, Meirelles reforça a narrativa do ameríndio na condição de “bom selvagem” e do europeu como um agente civilizatório.



Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro

Victor Meirelles. *Primeira Missa no Brasil*, 1860. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, RJ. Na obra, Meirelles reforça a narrativa do ameríndio na condição de “bom selvagem” e do europeu como agente civilizatório.

Economia e sociedade

O processo de independência, ao ser conduzido pelas elites brasileiras, fez com que os grandes proprietários de terra se tornassem um dos principais sustentáculos da monarquia enquanto forma de governo. Assim, a economia brasileira, ao longo do século XIX, manteve boa parte das estruturas do período colonial. O latifúndio e a escravidão eram os principais privilégios que as elites desfrutavam. Como o restante da América Latina, o Brasil independente manteve sua posição econômica, no mercado internacional, de fornecedor de gêneros primários e consumidor de produtos industrializados, sobretudo de países europeus.

No mesmo período, a segunda fase da Revolução Industrial ampliava o poderio econômico europeu e, em especial, da Inglaterra. Por meio das práticas imperialistas, os ingleses haviam ampliado seus domínios, em busca de matérias-primas, mercado consumidor e exploração da mão de obra sobre a África e a Ásia.

Mesmo reforçada a condição de país primário exportador, as alterações geradas pela Revolução Industrial também causaram transformações no Brasil. A economia cafeeira – principal insumo da exportação brasileira no Segundo Reinado – era dependente de uma infraestrutura básica, que incluía maquinários, ferrovias, vagões de trem etc. Essa estrutura era importada da Inglaterra, cujos bancos concediam empréstimos ao Brasil. Como veremos adiante, a produção do café também caminhou lado a lado com o desenvolvimento da mentalidade empresarial capitalista e do urbanismo.

Nesse sentido, economia e sociedade estavam intimamente conectadas. As mudanças geradas nas lavouras transformariam também as elites agrárias. As alterações nas cidades favoreceriam a formação de novos grupos sociais que, por sua vez, trariam novas demandas ao cenário político. O fim da escravidão, a consequente substituição da mão de obra escravizada pela mão de obra livre assalariada e o processo imigratório alterariam as dinâmicas sociais do país.

Novas políticas econômicas

Em 1844, foi aprovada a **tarifa Alves Branco**. A medida reformulou a maneira como eram tributados os produtos importados no Brasil. Desde os tratados anglo-lusitanos de 1810, os ingleses contavam com alíquotas inferiores às de outros países na exportação de produtos para a Colônia portuguesa. Após a independência, os privilégios britânicos foram ratificados pelo Império.

A nova tarifa determinava que a taxa sobre as importações seria estabelecida a partir do produto, e não mais pelo país de origem. Dessa forma, acabaram os privilégios ingleses no Brasil. A reformulação sobre os impostos permitia uma maior arrecadação para o Estado, ao mesmo tempo que, com seu caráter protecionista, visava estimular as incipientes indústrias nacionais.

Entre as décadas de 1850 e 1860 houve o primeiro surto de industrialização no Brasil, cuja figura central foi a do banqueiro e empresário Irineu Evangelista de Sousa (1813-1889), conhecido futuramente como **Barão de Mauá**.

O período foi marcado por investimentos em empresas ligadas a transportes urbanos, gás, estradas de ferro, navegação, construção naval e indústria têxtil. A construção de estradas de ferro, como a Santos-Jundiaí, a D. Pedro II (mais tarde batizada de Central do Brasil) e a Recife-São Francisco, bem como a instalação de um cabo submarino, que inaugurou a comunicação telegráfica entre o Brasil e a Europa, e as melhorias urbanas (iluminação a gás, telégrafos, serviço telefônico, construção de hotéis e salas de teatro etc.), indicavam uma realocação de capitais e os primeiros passos a fim de promover uma ruptura com o modelo econômico vigente desde o período colonial.

A modernização da economia não mudou a condição do Brasil de país agrário para país industrializado. Muitos dos investimentos realizados foram fundamentais, inclusive, para a manutenção do caráter primário da economia imperial. A industrialização brasileira não poderia competir ou sequer ser comparada com o desenvolvimento industrial europeu no contexto da segunda fase da Revolução Industrial. Exemplo disso foi o ciclo amazônico da borracha, que, ao longo do século XIX até cerca de 1910, fez do Brasil um dos principais exportadores de látex (essencial à indústria automobilística) para a Europa e os Estados Unidos.

Economia cafeeira

No Brasil, a introdução do café ocorreu ainda na primeira metade do século XVIII. Mas o cultivo só ganhou espaço na economia nacional cerca de um século mais tarde.

A Inglaterra, grande potência econômica mundial, não era a principal importadora do café produzido no Brasil. Além da preferência pelo chá, os ingleses, quando compravam café, o faziam de suas próprias colônias na Ásia.

Durante o século XIX, o maior consumidor do café brasileiro eram os Estados Unidos (sobretudo no período de intenso desenvolvimento industrial, uma vez que o café é uma bebida estimulante, muito consumida por quem trabalha em longas jornadas), seguidos pela França, Escandinávia, Países Baixos e estados da Confederação do Reno, que, no final do século XIX, viriam a ser a Alemanha. Observe a tabela a seguir.

Exportação de mercadorias (% do valor dos produtos sobre o valor da exportação)						
Década	Café	Açúcar	Algodão	Fumo	Cacau	Borracha
1830	43,8	24,0	10,8	1,9	0,6	0,3
1840	41,4	26,7	7,5	1,8	1,0	0,4
1850	48,8	21,2	6,2	2,6	1,0	23,
1860	45,8	12,3	18,3	3,0	0,9	3,1
1870	56,6	11,8	9,5	3,4	1,2	5,5
1880	61,5	9,9	4,2	2,7	1,6	8,0
1890	64,5	6,0	2,7	2,2	1,5	15,0

Fonte: elaborado com base em Comércio Exterior do Brasil, n. 1, c. e. e. n. 12-a, do Serviço de Estatística Econômica e Ministério do Ministério da Fazenda.
 In: SILVA, H. S. Tendências e características gerais do comércio exterior no século XIX. *Revista de História da Economia Brasileira*, ano 1, jun. 1953, p. 8.
 apud FAUSTO, B. 1994, p. 191. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_marcus_antonio_croce_a-economia-do-brasil-no-seculo-xix.pdf.
 Acesso em: 6 out. 2022. (Adapt.).

À medida que o café conquistava mais espaço na economia do Império, os cafeicultores também aumentavam seu poder, tornando-se cada vez mais importantes para a política nacional e recebendo o título nobiliárquico de “barão” em troca de apoio político. Os “barões do café”, como ficaram conhecidos, ocuparam cargos políticos no Segundo Reinado e exerceram um papel central na queda da monarquia.

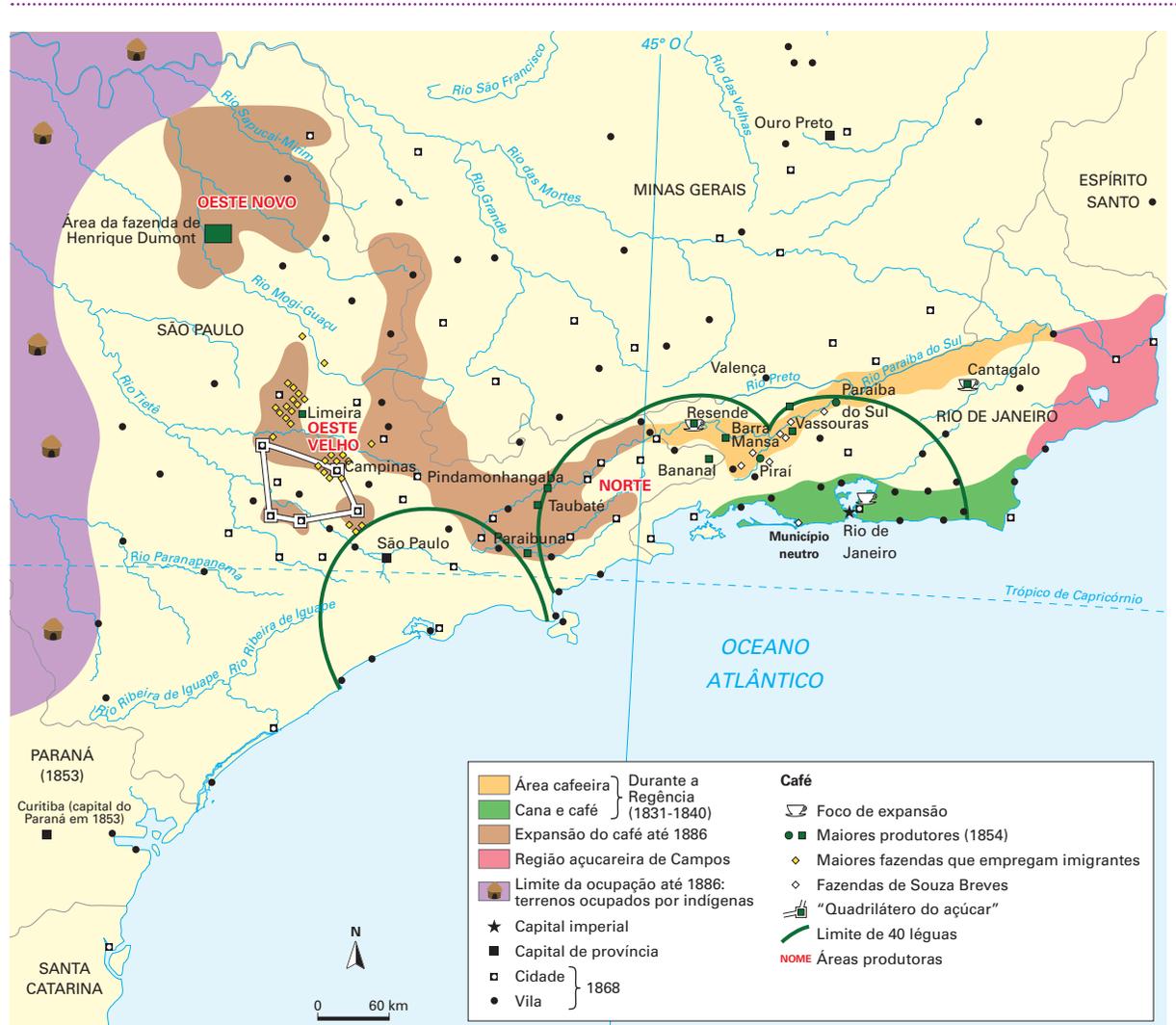
Café no Vale do Paraíba

A economia cafeeira no Brasil foi impulsionada, ainda no período colonial, no início do século XIX, com a transferência do aparato político-administrativo português para o Rio de Janeiro. A abertura dos portos favoreceu o aumento da demanda dos produtos brasileiros, e a presença da Coroa no Sudeste ampliou a concessão de terras – ainda por meio do sistema de sesmarias – na região.

A região do Vale do Paraíba que cruza os atuais estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro foi o primeiro centro da economia cafeeira no século XIX. As terras férteis, o clima ameno e a proximidade com as zonas portuárias (Rio de Janeiro e Santos) permitiram o desenvolvimento da prática agrícola. Desde 1830, com o esgotamento da mineração e a decadência do açúcar, o café passou a ser o principal produto das exportações brasileiras. Na região do Vale do Paraíba, a produção cafeeira seguia o tradicional modelo de *plantation*: latifúndios, monocultura, exploração do trabalho escravizado negro e produção voltada para a exportação.

Após ter atingido o seu auge por volta de 1850, a segunda metade do século XIX foi marcada pela decadência da produção cafeeira no Vale do Paraíba. A prática da agricultura de coivara (queimada), inadequada para a produção em larga escala, favoreceu o rápido esgotamento do solo e a consequente redução da produção. A ausência de infraestrutura na região, como ferrovias, dificultava o transporte do café. Por fim, o café da região do Vale do Paraíba não conseguia mais competir com a crescente produção no Oeste Paulista.

O café na região do Vale do Paraíba – século XIX



Fonte: elaborado com base em *Atlas histórico do Brasil*. FGV CPDoc. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/expansao-economica/mapas/sao-paulo-e-rio-na-fase-da-cafeicultura-escravista>. Acesso em: 6 out. 2022.

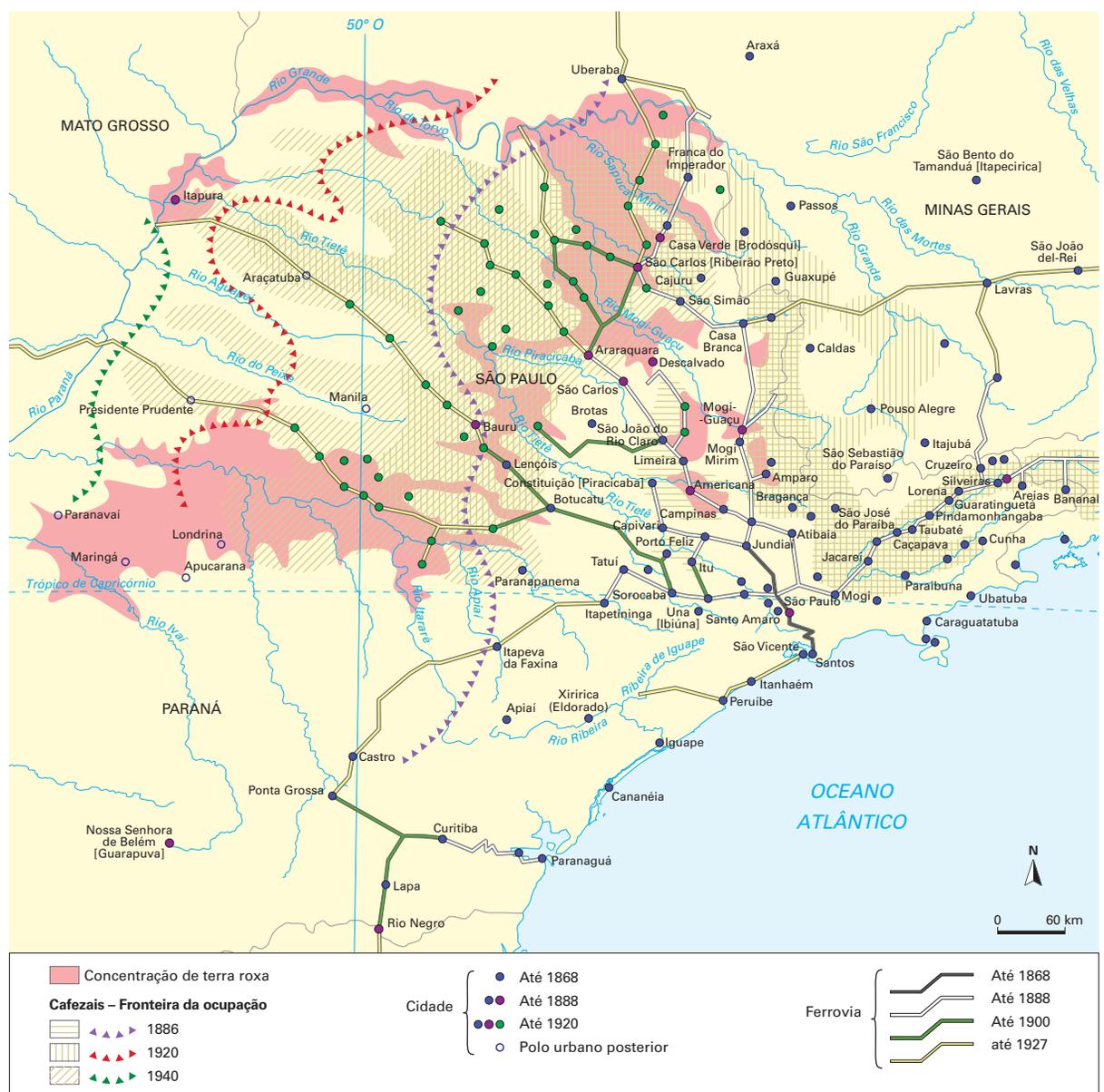
O café no Oeste Paulista

Desde a década de 1830, o café havia chegado ao Oeste Paulista (região central do estado de São Paulo). A produção cafeeira na região mantinha o modelo latifundiário, era voltada para a exportação, e utilizava o trabalho escravizado; no entanto, com a proibição do tráfico atlântico de africanos, em 1850, pela Lei Eusébio de Queirós, o preço dos escravizados aumentou consideravelmente. Paralelamente, eram colocadas em prática as primeiras iniciativas para incentivar a imigração europeia ao Brasil.

A qualidade do solo foi um fator decisivo para o crescimento da cultura cafeeira no Oeste Paulista. No passado, a área havia sido atingida por derramamentos de lava, formando um solo composto de arenito basáltico, fértil ao cultivo de café. De tom avermelhado, a terra ficou conhecida como “terra roxa”, uma vez que os imigrantes italianos se referiam a ela como “rossa”, que significa “vermelho” em italiano. Diferentemente do vale, o planalto paulista possibilitava a plantação em grandes áreas planas, menos afetadas pela erosão provocada pelas chuvas.

Outro fator importante foi, em meados do século XIX, a região receber incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura. Além do período em questão coincidir com a “Era Mauá”, a província de São Paulo apoiou a construção de ferrovias que ligariam as fazendas de café à zona portuária de Santos. Tanto o capital público quanto o capital privado foram essenciais para esse processo, que incluía apoio financeiro de bancos e empresas inglesas para a compra de maquinário usado na produção do café.

O café na região do Oeste Paulista – séculos XIX e XX



Fonte: elaborado com base em *Atlas histórico do Brasil*. FGV CPDoc. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/expansao-economica/mapas/marcha-para-o-oeste-de-sao-paulo-0>. Acesso em: 6 out. 2022.

Café e a modernização econômica

Apesar de manter o modelo exportador, a produção do café tinha algumas especificidades que contribuíram para uma modernização da economia nacional. O processo exigia largos investimentos iniciais e, devido ao longo período entre o cultivo e a venda, os fazendeiros precisavam dispor de capitais de reserva. O ciclo do grão era composto de uma série de etapas: plantio, colheita, abanação (peneiragem dos grãos), lavagem, secagem, despulpamento, torra, ensacamento e transporte. Com exceção da colheita, feita manualmente, todos os outros processos poderiam se beneficiar da utilização de máquinas.

Marc Ferréz



Escravidados trabalhando em uma fazenda de café, em 1882.

Paralelamente ao cultivo do café, alguns latifundiários promoviam investimentos em jornais, portos, ferrovias, companhias de seguro, iluminação pública e indústrias. As Casas Comissárias, estabelecidas no porto, negociavam o produto com firmas exportadoras, além de funcionarem como bancos do café, emprestando dinheiro. Atrelada à economia primária, desenvolveu-se no Brasil a categoria do capitalista, composta de fazendeiros enriquecidos, que, tendo acumulado considerável volume de capital, passaram a viver dele.

Entre as décadas de 1870 e 1880 houve um verdadeiro surto de desenvolvimento industrial no Sudeste. As elites agrárias do Oeste Paulista tornaram-se as mais ricas do país e as cidades da província de São Paulo se desenvolveram e modernizaram.

O início do processo abolicionista

O tráfico atlântico de escravizados foi uma prática exercida por diversos países, como Portugal, Espanha, Inglaterra, Países Baixos e França, além de traficantes do próprio continente americano. Com as transformações que envolveram a crise do Antigo Regime, a escravidão começou a ser questionada na Europa e fora dela.

No início do século XIX, a Inglaterra aboliu o tráfico atlântico de escravizados em seu império. A abolição da escravatura em territórios ingleses ocorreria apenas em 1833. Ainda assim, os britânicos passaram a se posicionar, internacionalmente, contra o tráfico de pessoas africanas para a escravidão.

O século XIX foi marcado pelas práticas imperialistas europeias sobre os continentes africano e asiático. Os interesses dos países europeus nessas regiões consistiam na exploração da mão de obra, da matéria-prima e do mercado consumidor. Tendo sido a Inglaterra uma das principais potências imperialistas do período, a exploração da mão de obra africana, por exemplo, dependia da manutenção dessa força de trabalho no continente. Ainda, sob a mesma ótica do imperialismo, a postura da Inglaterra de coibir o comércio de pessoas para fora da África pode ser compreendida a partir dos argumentos que buscavam justificar as ações europeias para dominar essas regiões. Por fim, não podemos descartar a existência de movimentos crescentes contrários à escravidão devido a fatores humanitários.

Desde os tratados com D. João VI, em 1810, os ingleses já pressionavam Portugal pela abolição do tráfico de africanos escravizados. Em 1826, o Império Britânico impôs ao governo brasileiro que, em um prazo de até três anos, o tráfico de africanos fosse interrompido. Cinco anos mais tarde, a **Lei Feijó**, de 7 de novembro de 1831, declarava que todo africano que desembarcasse no Brasil deveria ser considerado livre. No entanto, as disputas políticas na Regência, em meados da década, possibilitaram a retomada do tráfico, ignorando a lei.

Em 1845, o Parlamento da Inglaterra aprovou o **Bill Aberdeen**, que declarava lícito o apresamento de qualquer embarcação envolvida no tráfico de escravizados, medida que foi também uma resposta à tarifa Alves Branco. O crescimento das pressões inglesas, em meados do século XIX, pode ser justificado pelo mercado açucareiro, pois, com o fim da escravidão nas colônias da Inglaterra na década de 1830, o açúcar produzido na Jamaica, por exemplo, ficou encarecido em relação ao açúcar brasileiro.



Acervo RFFSA

A construção de ferrovias esteve intimamente ligada ao capital cafeeiro. As províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro passaram a somar, juntas, 3 482 km de ferrovias, enquanto o resto do país contava com apenas 1421 km de estradas de ferro. Na imagem, a construção da São Paulo Railway, em 1867, ligando Santos a Jundiaí.

Estabelecendo relações

É comum ouvirmos a justificativa de que as pressões da Inglaterra pelo fim do tráfico e, posteriormente, da escravidão ocorreram em nome do desejo de ampliar o mercado consumidor. Ainda que a afirmação não esteja errada, é necessário ser melhor analisada.

Os escravizados libertos não significavam novos consumidores, uma vez que não seriam integrados ao mercado de trabalho assalariado, mas colocados à margem da sociedade. Devemos nos lembrar que, nas regiões coloniais da América – mesmo após as independências –, a concentração de renda estava atrelada à elite agrária, e parte considerável do capital desses setores era investido em mão de obra escravizada. Assim, o fim da escravidão poderia ampliar o mercado consumidor nesses territórios de duas formas: ao gerar uma camada social de assalariados (fosse formada pelos libertos ou não) e ao permitir que o dinheiro antes gasto na escravidão fosse investido em outros segmentos da economia industrial.

A imposição inglesa trouxe um significativo incômodo para grande parte da elite agrária brasileira. Alguns proprietários de terras ainda defendiam a manutenção da escravidão e o próprio tráfico. Os discursos em prol da escravidão reproduziam as teorias racistas, profundamente divulgadas na Europa nesse momento, e alegavam que a exploração do trabalho dos escravizados tratava-se de um mal necessário, já que a economia do país dependia dos modelos primários baseados nas *plantations* coloniais.

Com a marinha inglesa declarando os traficantes de escravizados como piratas, resistir havia se tornado bastante complexo. Cedendo à pressão, em 1850, o então ministro da Justiça, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, natural de Luanda, mas que se mudara para o Brasil ainda jovem, redigiu a lei que proibiu definitivamente o tráfico atlântico de escravizados para o Brasil, conhecida como **Lei Eusébio de Queirós**.

A lei foi responsável pela significativa diminuição do contrabando de pessoas do continente africano para o Brasil (o comércio ilegal de escravizados ainda se manteve, mesmo que em pequena escala). Mas a proibição era específica ao tráfico atlântico e, sendo assim, o tráfico interno de escravizados (principalmente em direção ao centro-sul para abastecer a demanda cafeeira) foi fortalecido.

Imigração

O trabalho escravizado foi, lenta e gradualmente, substituído pelo trabalho assalariado imigrante. Mas por que se fez necessária a introdução de trabalhadores estrangeiros na economia nacional? Os negros libertos não poderiam ser incorporados ao mercado de trabalho? Não havia trabalhadores o suficiente no país para substituir a escassez de escravizados após a Lei Eusébio de Queirós?

O processo que culminou na abolição da escravidão não esteve diretamente atrelado a uma luta pela igualdade social e o fim da escravidão no Brasil não acabou com o preconceito. O século XIX foi marcado, na Europa, pela ascensão das teorias raciais que, rapidamente, chegaram ao Brasil. O francês Joseph Arthur de Gobineau, em sua estada no Brasil, na década de 1860, previu o fim do país em 200 anos, caso não existisse branqueamento da população. Em 1911, o médico brasileiro João Batista Lacerda apresentou no *I Congresso Universal de Raças* uma “teoria de branqueamento” baseada na ideia de que o processo migratório seria uma ferramenta para, em três ou quatro gerações, tornar branca toda a sociedade do Brasil.

A imigração no Brasil durante o século XIX pode ser dividida em duas fases. A primeira, ocorrida entre 1840 e 1850, ficou conhecida como **sistemas de parcerias**. Neles, o fazendeiro arcava com os custos da viagem, o que significava que os imigrantes, cuja maioria vivia em condições precárias na Europa, já chegavam ao Brasil endividados.



Antonio Rocco, *Os emigrantes*, 1910. Óleo sobre tela. Pinacoteca do Estado de São Paulo. Na primeira fase da imigração europeia, o combinado era que os trabalhadores receberiam, como pagamento pelo trabalho, metade dos lucros obtidos com o café, além de moradia e terras para subsistência. No entanto, a realidade divergia do acordo.

O ciclo da produção do café era longo. Assim, sem uma renda fixa, os imigrantes se endividavam cada vez mais entre o plantio e a colheita. Quando, finalmente, recebiam sua parcela dos lucros, o valor não era suficiente para cobrir os dividendos e, assim, recomeçava um novo ciclo de endividamento. A doação de terras foi outra parte do combinado que não se concretizou. Em 1850, mesmo ano da Lei Eusébio de Queirós, foi aprovada no Brasil a **Lei de Terras**, com vistas a restringir o acesso à propriedade privada. Substituindo a política de sesmarias, vigente desde a instalação do sistema de capitânias hereditárias no século XVI, o acesso às terras devolutas tornava-se possível apenas pela compra.

Estabelecendo relações

Na segunda metade do século XIX, Brasil e Estados Unidos promoviam medidas opostas em relação à questão fundiária. Enquanto no Brasil a Lei de Terras dificultava o acesso à propriedade privada, o *Homestead Act* estadunidense, de 1862, favorecia o acesso à terra. A diferença entre as posturas pode ser explicada pelo contexto vivido pelos respectivos países. Logo após a independência, o território dos Estados Unidos se estendia da costa leste (Atlântico) até o rio Mississipi. À medida que os colonos avançavam em direção ao Pacífico, o acesso à propriedade privada da terra foi facilitado com o objetivo de favorecer a ocupação e, conseqüentemente, a proteção das novas partes anexadas. O Brasil, ao contrário, já possuía seu território bem definido no século XIX, com uma elite agrária proprietária de extensas faixas de terra. A Lei de Terras, portanto, preservava os interesses desses latifundiários.

O endividamento, as condições precárias de trabalho e a dificuldade do acesso à terra levaram o sistema de parcerias ao fracasso. A partir da década de 1870, a segunda fase do processo imigratório se deu pelo modelo de **imigração subvencionada**, ou seja, de subsídios aos imigrantes garantidos pelo próprio Estado brasileiro.

O governo paulista passou a custear a passagem, a hospedagem ao chegar ao Brasil (em 1887, foi criada a Hospedaria de Imigrantes, no atual bairro do Brás, na cidade de São Paulo), a distribuição dos trabalhadores pelas fazendas do Oeste Paulista e as propagandas na Europa para reverter a imagem negativa que o sistema de parcerias havia criado. Cerca de 1,6 milhão de imigrantes que vieram ao Brasil na segunda fase da imigração eram italianos que fugiam da pobreza ou, sobretudo, dos conflitos decorrentes do processo de unificação da Itália.

Política externa

O Segundo Reinado, no intuito de promover a consolidação do Estado nacional, foi marcado não apenas pela estabilidade da política interna, mas também por um posicionamento mais consistente do Brasil mediante as potências europeias, em especial a Inglaterra. Essa nova condição refletiu-se de forma direta na maneira como D. Pedro II conduziu sua política externa, também na América Latina, procurando assegurar a hegemonia do Brasil no Cone Sul americano.

Não por acaso, os episódios marcantes da política externa brasileira nesse período tiveram como protagonistas a Inglaterra ou os países da região do Prata.

Questão Christie

Entre 1861 e 1865, um conjunto de incidentes diplomáticos, conhecido como Questão Christie (em referência a William Dougal Christie, então embaixador britânico no Brasil), culminou no rompimento das relações (ainda que de forma temporária) entre Brasil e Inglaterra. A ruptura, porém, foi breve. Em 1865, no contexto da Guerra do Paraguai, as relações diplomáticas entre os dois países foram reatadas.

Em 1861, o navio inglês *Prince of Whales* naufragou na costa do Rio Grande do Sul, e sua carga (carvão de pedra, louças, tecidos, azeite e vinho) foi saqueada. O embaixador inglês, fazendo uso dos privilégios diplomáticos concedidos desde o Tratado de Aliança e Amizade, exigiu que as investigações fossem feitas pela Inglaterra e que o governo

brasileiro pagasse uma indenização pelo acidente. D. Pedro II se recusou a acatar ambas as exigências.

No ano seguinte, no Rio de Janeiro, alguns marinheiros ingleses embriagados e em trajes civis, envolveram-se em luta corporal com marinheiros brasileiros. A polícia portuária prendeu os envolvidos, soltando-os no dia seguinte. Novamente, o embaixador britânico exigiu um pedido de retratação por parte do Império Brasileiro e reforçou, ainda, que a indenização sobre a carga do navio naufragado no ano anterior deveria ser paga caso contrário, bloquearia a entrada da baía de Guanabara e bombardearia o Rio de Janeiro.

Para a solução do impasse, foi estabelecido em comum acordo o arbitramento do imperador belga, Leopoldo I. Em 1863, o parecer internacional de Leopoldo I conferia ganho de causa ao Brasil. D. Pedro II, que havia pagado antecipadamente a indenização aos ingleses, passou a exigir a devolução do dinheiro e um pedido formal de desculpas por parte da Inglaterra.

Em virtude da resposta negativa, o imperador brasileiro decidiu romper relações diplomáticas com a Grã-Bretanha em maio daquele ano. A ruptura, porém, foi breve. Em 1865, no contexto da Guerra do Paraguai, o governo inglês apresentou um pedido formal de desculpas e as relações diplomáticas entre os países foram reatadas.

Problemáticas platinas

A região da Bacia do Prata foi palco de intensas disputas por causa de sua importância geopolítica. O desejo de garantir a livre navegação no Rio da Prata era um importante interesse do Brasil. Para isso, haveria que se garantir uma certa hegemonia brasileira entre seus vizinhos da região platina, principalmente sobre o Uruguai, as Províncias Unidas do Prata (Argentina) e o Paraguai.

As disputas no Cone Sul da América representavam um embate entre dois modelos políticos: caudilhismo e império. Os caudilhos correspondiam aos membros das elites políticas, econômicas e militares da América do Sul, cuja força política era uma herança da participação nas guerras de independência contra a Espanha. Após as emancipações, os caudilhos passaram a exercer forte influência nas políticas locais. Em contrapartida, o Brasil havia assegurado sua unidade territorial por meio de um governo imperial, que buscava garantir a consolidação do Estado Nacional, se impondo como potência hegemônica na América do Sul. O choque entre os dois projetos marcou a segunda metade do século XIX.

No Uruguai, dois partidos disputavam a hegemonia política: o **Partido Blanco**, composto, principalmente, de proprietários rurais autoritários e liderado pelo caudilho Manuel Oribe, era avesso à presença brasileira em terras uruguaias e favorável ao projeto expansionista portenho, que tinha como principal articulador o presidente de Buenos Aires, Juan Manuel Rosas; e o **Partido Colorado**, cuja base era formada por liberais mais tolerantes aos interesses brasileiros, que aplicavam baixas taxas sobre o gado do Brasil e permitiam que os gaúchos usassem mão de obra escravizada em suas propriedades no Uruguai. Seu líder era Frutuoso Rivera, o qual contava abertamente com o apoio brasileiro.

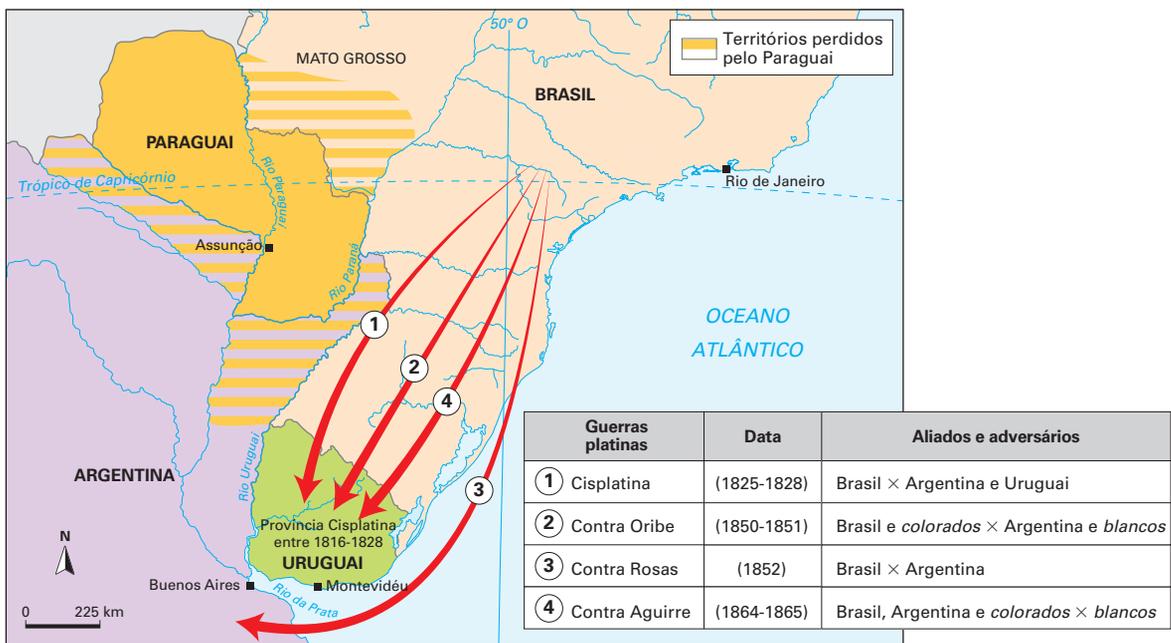
Em 1839, após o Partido Colorado ter vencido as eleições no Uruguai, Oribe, com o apoio de Buenos Aires, não reconheceu o resultado das eleições e cercou a cidade de Montevidéu, dando início ao conflito que ficou conhecido como **Guerra Grande ou Guerra contra Oribe e Rosas**. Em 1846, o Brasil enviou tropas à região, as quais, lutando com as tropas do Partido Colorado, cercaram Montevidéu até que, em 1851, conseguiram derrubar Oribe do poder e substituí-lo por Frutuoso Rivera. No mesmo ano, Rivera assinou um tratado que permitia ao Brasil intervir militarmente no Uruguai quando julgasse necessário, reforçando a posição do Império Brasileiro sobre a sua antiga província.

Em 1852, o fim do conflito se deu com uma intervenção militar brasileira em Buenos Aires, em uma campanha contra o presidente Rosas. Nas Províncias Unidas do Prata, o poder passou para as mãos de José Urquiza, opositor de Rosas e de suas pretensões de unificar os países do Cone Sul.

A consolidação do Estado nacional argentino se deu dez anos depois, em 1862, com a ascensão ao poder de Bartolomeu Mitre, um dos líderes dos Unitários, grupo formado por membros da elite letrada que defendiam a unificação das Províncias Unidas do Prata. Mitre abandonou os projetos expansionistas de Rosas e, dentro de uma ideologia liberal, aliou-se ao Brasil e aos colorados uruguaios, defendendo a livre navegação no Rio da Prata. Contando com o apoio de D. Pedro II, Mitre unificou a Argentina e aprovou uma Constituição de caráter liberal, com a divisão dos três poderes e o voto censitário e indireto. Era o fim do caudilhismo na Argentina.

Em 1863, no Uruguai, o Partido Blanco, na figura de Atanásio Cruz Aguirre, retornou ao poder. Sem contar com o apoio portenho, os *blancos* se aliaram ao Paraguai, governado pelo caudilho Solano López. Os governos da Argentina e do Brasil intervieram no Uruguai, depondo Aguirre e trazendo os colorados de volta ao poder, na figura de Venâncio Flores, aliado brasileiro. O Brasil havia se posicionado na América do Sul como potência regional com traços claramente imperialistas.

Imperialismo brasileiro no Prata – século XIX



Fonte: elaborado com base em VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2001. p. 401.

Guerra do Paraguai (1864-1870)

O Paraguai obteve sua emancipação em 1811, antes do restante da América espanhola. No entanto, a ruptura paraguaia não foi apenas com a antiga metrópole, já que o país recém-independente teve de se posicionar contra a política externa da província de Buenos Aires, que visava anexá-lo ao seu território. Em contrapartida, os portenhos isolaram economicamente o Paraguai ao bloquear suas saídas comerciais pelo Rio da Prata.

Entre 1811 e 1840, o Paraguai foi governado pelo ditador José Gaspar Rodrigues de Francia. Após a morte de Rodrigues, em 1840, subiu ao poder um novo ditador, o caudilho Carlos Lopez, sucedido por seu filho, o também caudilho Solano Lopez. Após cerca de três décadas de isolamento, o projeto dos caudilhistas incluía a organização de um grande Paraguai, que abarcasse o Uruguai e as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes.

As tensões entre o Paraguai e o Brasil começaram quando o Império Brasileiro recusou o pedido paraguaio para a livre navegação nos rios Paraná e Paraguai. A aliança do Brasil com a Argentina unificada pretendia barrar o poder emergente do Paraguai dentro do Cone Sul. Com a intervenção militar brasileira no Uruguai contra os *blancos*, agora aliados de Solano Lopez, a relação entre os países ficou insustentável.

A guerra teve início quando o Paraguai, em 23 de dezembro de 1864, atacou o Mato Grosso. Na sequência, o país pediu aos argentinos permissão para passar pela província de Corrientes, com o propósito de atacar o Rio Grande do Sul, mas o pedido foi negado.

Estabelecendo relações

Há uma série de interpretações acerca da Guerra do Paraguai. Na versão tradicional da historiografia brasileira, o conflito é uma resposta do Brasil ao desejo expansionista de Solano López. A própria denominação do episódio como “Guerra do Paraguai” reforça essa visão, uma vez que, no restante da América Latina, ele é conhecido como “Guerra da Tríplice Aliança” ou “Guerra do Brasil”. Na década de 1960, durante a polarização da Guerra Fria, houve um enaltecimento acerca do desenvolvimento socioeconômico paraguaio ao longo do século XIX, incluindo a ampliação de seu mercado externo, o que poderia ameaçar o imperialismo britânico. Na realidade, no entanto, tal desenvolvimento se resumiu à exportação de produtos primários, como a erva-mate; os investimentos industriais se concentraram, prioritariamente, na indústria bélica. Ainda assim, o país continuava importando produtos manufaturados da Inglaterra.

Historiadores como Francisco Doratioto e Ricardo Salles, a partir da revisão de tais perspectivas, compreendem a Guerra do Paraguai como parte do processo de formação dos Estados nacionais na América Latina, que incluía disputas pela hegemonia no continente. A participação da Inglaterra passou a ser compreendida, nessa corrente historiográfica, como algo pertinente ao seu *status* de potência europeia: conceder empréstimos e vender armamentos aos envolvidos.

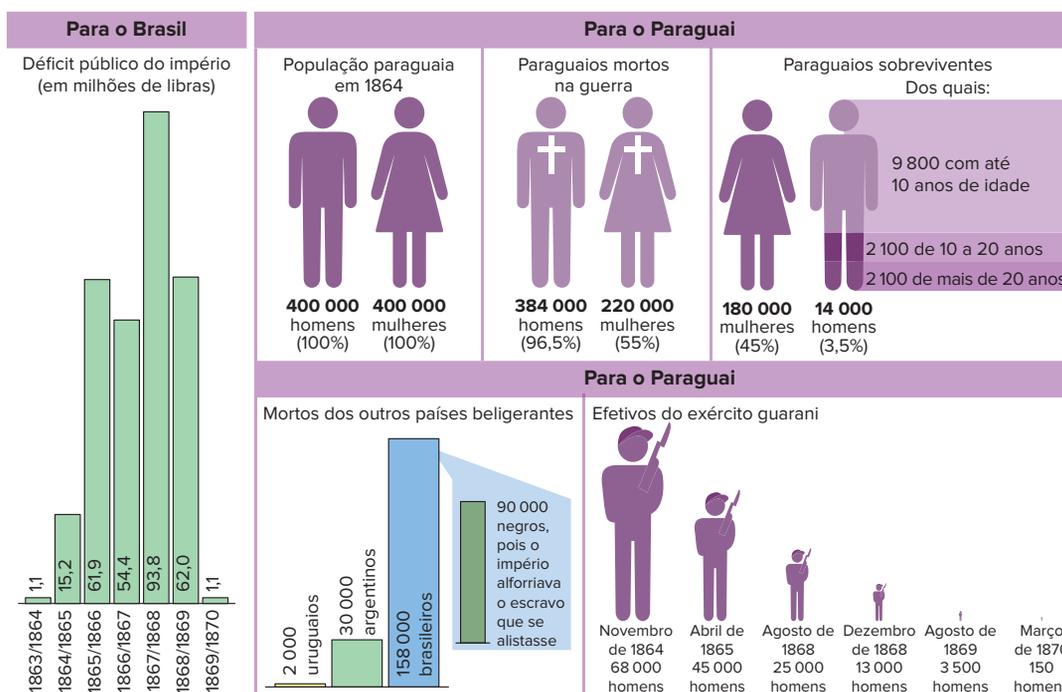
Em março de 1865, Solano López declarou guerra à Argentina e, em maio do mesmo ano, Brasil, Argentina e Uruguai – já sob o domínio novamente dos colorados – assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, unindo-se contra o Paraguai.

A superioridade militar paraguaia garantiu uma série de vitórias durante os primeiros anos do confronto. O marco da reviravolta da Tríplice Aliança foi a derrota paraguaia na Batalha Naval do Riachuelo, em 11 de junho de 1865. Apesar da superioridade militar paraguaia, a marinha brasileira ganhou reforços com o dinheiro de empréstimos ingleses, aprovados após a retomada das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra.

O transcorrer da guerra evidenciou uma diferença entre os envolvidos: o Paraguai, apesar de mais preparado militarmente, tinha demografia inferior ao de seus adversários. Com isso, estima-se que quase toda a população masculina economicamente ativa do Paraguai tenha morrido na guerra, ficando o país reduzido a uma população de idosos, mulheres, crianças e inválidos, como pode se observar no esquema a seguir.

Em 1870, com a morte de Solano López, o Paraguai se rendeu. O país perdeu vastos territórios para o Brasil e para a Argentina e sua economia foi reduzida à exportação de insumos primários de baixa importância.

Os custos da Guerra do Paraguai



Crise do Segundo Reinado

Após um longo período de estabilidade, entre 1840 e 1870, o Império Brasileiro começava a entrar em declínio. Essa situação era resultado de uma série de transformações ocorridas ao longo das últimas décadas, entre elas o fortalecimento de uma elite cafeeira que não se sentia representada pelo governo monárquico, somado à crise econômica decorrente dos gastos com a Guerra do Paraguai.

A imagem do imperador estava desgastada. Os periódicos da época acusavam Pedro II de estar mais interessado em astronomia e no estudo de outros idiomas do que nos problemas do país. Além de todo o desgaste, a sucessão do trono não era bem quista por boa parte da população, que considerava a princesa Isabel uma pessoa excessivamente religiosa, além de não aceitar seu marido estrangeiro, o francês Conde D'Eu.

As consequências da Guerra do Paraguai para o Brasil

Fortalecido durante o conflito, o exército brasileiro não encontrou correspondência ao seu novo *status* no plano político. A política nacional permanecia sob forte influência das elites agrárias. Em 1879, o império endividado promoveu cortes nos orçamentos, tanto do exército quanto da marinha. Descontentes com a situação, os militares eram proibidos de se manifestar politicamente por uma lei da monarquia.

Na guerra, os militares brasileiros conheceram os ideais republicanos por intermédio de soldados uruguaios e argentinos. O republicanismo adotado pelos militares no Brasil era inspirado no positivismo de Auguste Comte, difundido na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Um dos maiores entusiastas dos ideais positivistas foi Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor da Escola Militar.

O positivismo foi um modelo filosófico que exaltava a ciência em detrimento das ideias românticas. Em sua concepção, as nações deveriam instaurar uma ditadura republicana, governada por intelectuais e cientistas, capaz de transformar as pessoas em pequenos proprietários e instaurar o ensino laico, público, gratuito e universal.

Com base nessa premissa, parte do exército se opunha ao governo monárquico em nome da formação de uma república dirigida pelos próprios militares. Politizada, a instituição se convertia em um novo ator político na defesa de seus próprios interesses.

O movimento republicano

Em 1870, na capital do Império, a publicação do “Manifesto Republicano” marcou a fundação do Partido Republicano do Rio de Janeiro. Formado por membros dissidentes da facção liberal, o partido defendia o federalismo, sob a justificativa da extensão territorial e das diferenças geográficas do país, o sufrágio universal (masculino) e a valorização do Brasil como parte do continente americano, contando com o apoio imediato de uma camada de intelectuais e jornalistas da cidade.

Três anos mais tarde, em São Paulo, foi fundado o Partido Republicano Paulista (PRP). Composto, em sua maioria, de cafeicultores descontentes com a monarquia, o PRP defendia o federalismo, o sufrágio universal masculino para maiores de 21 anos e as ideias liberais.



Museu Republicano, Itu

Jonas de Barros. *A Convenção de Itu*, 1921. Museu Republicano, Itu, SP. A primeira reunião oficial do Partido Republicano Paulista ocorreu na Convenção de Itu, realizada em 1873.

Também aderiram ao movimento republicano os cafeicultores que não se sentiam representados pelo governo monárquico, uma vez que as bases políticas do Império eram formadas pelas antigas elites agrárias do país, agora decadentes. O setor cafeeiro reivindicava auxílio do governo central na expansão brasileira e era crítico da ausência de privilégios políticos nas províncias que compunham o novo eixo econômico do país.

A mudança do regime significava atender às novas demandas da aristocracia paulista. A Igreja católica, submetida ao poder imperial, via com bons olhos a proposta republicana de separação entre Igreja e Estado. Já as províncias menores prospectavam na república e no federalismo a possibilidade de uma autonomia inviável na monarquia.

Em 1882, foi criado o Partido Republicano do Rio Grande do Sul. Os “pica-paus” ou “chimangos”, como eram chamados os republicanos rio-grandenses, defendiam uma ditadura republicana.

Os intelectuais e as crescentes camadas médias urbanas enxergavam no republicanismo um projeto modernizador da vida nacional. Nessa perspectiva, devemos lembrar que os republicanos usavam frequentemente a defesa do abolicionismo como instrumento de propaganda política e como forma de enfraquecer as elites agrárias tradicionais, defensoras do regime monárquico que sustentava a escravidão.

O fim da escravidão

Com a perspectiva de interferir o mínimo possível nos interesses das elites agrárias, o processo abolicionista foi, a partir da **Lei Eusébio de Queirós**, lento, gradual e controlado.

Fora da política nacional, o abolicionismo crescia. Após a concessão de liberdade aos escravizados que lutaram na Guerra do Paraguai, diversos setores do exército se pronunciaram contra a escravidão. Representantes das camadas populares e intelectuais endossavam movimentos abolicionistas. Escravizados foragidos ajudavam na fuga de outros escravizados. O grupo dos caifazes, liderado pelo advogado abolicionista Antônio Bento e formado por ex-escravizados e pequenos comerciantes, entre outros, organizava fugas em massa de escravizados, o deslocamento dos fugidos e a formação de quilombos.

Um dos principais nomes do movimento abolicionista foi o do engenheiro André Rebouças, negro, professor na Escola Politécnica da Corte e defensor da distribuição de terras para os libertos. Outro nome de grande destaque foi o de Luís Gama.

Entre os parlamentares, destacou-se Joaquim Nabuco, deputado atrelado à facção liberal, fundador da Sociedade Brasileira contra a Escravidão e maior porta-voz do abolicionismo dentro do Congresso.

Em 1871, apesar das resistências entre parlamentares, foi aprovada a **Lei do Ventre Livre**, a qual determinava que os filhos e filhas nascidos de mulher submetida à escravidão deveriam ser considerados livres. Porém, a liberdade não era imediata. As crianças ficariam sob o poder de seus respectivos senhores até completarem oito anos de idade. Então, poderiam ser entregues ao Império, em troca de uma indenização financeira, ou mantidas submetidas à escravidão até completarem 21 anos de idade.

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro



Filho de pais livres, Luís Gama foi vendido, ilegalmente, para o trabalho escravizado. Após conquistar a liberdade, tornou-se um advogado autodidata e passou a defender aqueles que estavam submetidos à escravidão.

Em 1885, foi aprovada a **Lei Saraiva-Cotegipe**, ou **Lei dos Sexagenários**, que concedia liberdade para os escravizados a partir dos 60 anos de idade. Com a aprovação da lei, os escravizados que tivessem 60 anos ou mais deveriam trabalhar por mais três anos (como forma de indenizar seus senhores) ou até completarem 65 anos.

Saiba mais

A província do Ceará foi palco de importantes revoltas relacionadas à escravidão. Uma delas foi a Guerra dos Jangadeiros, em 1881, na qual os jangadeiros se recusaram a transportar escravizados destinados ao Rio de Janeiro para servirem ao tráfico interno. Destacou-se nesse processo Francisco José do Nascimento, popularmente conhecido como o “Dragão do Mar”.

No dia 25 de março de 1884, a despeito do governo central, o presidente da província do Ceará decretou a liberdade dos submetidos à escravidão dentro da província. O Ceará tornou-se, assim, a primeira região do país a acabar com a escravidão. A abolição no Ceará teve como protagonistas integrantes da camada popular, incluindo alguns negros, o que proporcionou intensa repercussão nacional.

Em 10 de julho de 1884, foi escrita a Declaração de Inexistência de Escravo e de Igualdade de Direitos dos Habitantes do Amazonas, estabelecendo de forma definitiva a abolição total da escravidão na região.

Esses processos evidenciam como áreas mais afastadas do centro econômico do país foram mais permissivas em relação às ideias abolicionistas. Nota-se, ainda, a decadência do governo imperial, que não garantiu uma homogeneidade jurídica sobre a escravidão em todo o território nacional.

Em 1888, quando o Brasil era o último país da América a manter a escravidão (como mostra o mapa da página seguinte), foi assinada, pela princesa Isabel, a **Lei Áurea**. Contando com apenas dois artigos, a lei estabeleceu o fim imediato da escravidão no Império, sem que houvesse pagamento de indenização aos senhores de escravizados ou medidas de integração social para os libertos.



População acompanha em frente ao Paço Imperial, no Rio de Janeiro, a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Acervo do Instituto Moreira Salles.

Coleção de George Ermakoff

O fim da escravidão na América – 1793-1888



Fonte: elaborado com base em *Atlas histórico do Brasil*. FGV CPDoc. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/o-fim-da-escravidao/mapas/linha-do-tempo-do-fim-da-escravidao-nas-americas>. Acesso em: 6 out. 2022.

Questão religiosa

O catolicismo era a religião oficial do Império e o culto às outras religiões era permitido apenas em âmbito doméstico. Mesmo assim, havia uma proeminência da monarquia sobre a Igreja católica. Por meio do padroado, o imperador exercia o direito de nomear bispos para a Igreja no Brasil e, utilizando-se do beneplácito, poderia aprovar ou vetar, no território brasileiro, decisões papais.

Em 1864, o papa IX publicou a bula *Syllabus*, que condenava, entre outras questões, a relação de membros do corpo eclesiástico com a maçonaria. D. Pedro II, ele próprio um maçom, vetou a ordem papal, dando início a um conflito entre a Igreja e o Império Brasileiro

Em um dos episódios desse conflito, D. Vital de Oliveira, bispo de Olinda, e D. Antônio de Macedo, bispo de Belém, decidiram desobedecer às ordens de D. Pedro II e acataram as determinações da bula, expulsando de suas dioceses párocos que se mantivessem como membros da maçonaria. O imperador reagiu de imediato e condenou os bispos à prisão.

Porém, a historiografia atual não considera esse conflito entre Igreja e monarquia brasileira como fator determinante para a decadência do Império, uma vez que os episódios decorrentes dessa crise não tiveram maiores repercussões. Por exemplo, os bispos condenados por Pedro II receberam anistia logo em seguida.

Questão militar

No início da década de 1880, os atritos entre setores do exército brasileiro e a monarquia, crescentes, como vimos, desde a Guerra do Paraguai, se agravaram.

Em 1883, o tenente-coronel Sena Madureira foi punido por declarar-se publicamente contra o projeto de lei que obrigava os militares a contribuírem com o Instituto de Previdência destinado ao amparo dos militares inválidos e seus familiares. No ano seguinte, Sena Madureira convidou o jangadeiro José Francisco do Nascimento, que havia participado do movimento abolicionista no Ceará, para uma visita à Escola de Tiro do Rio de Janeiro. Como punição, o tenente-coronel foi transferido para a Escola Preparatória de Rio Pardo, na província do Rio Grande do Sul. O então ministro da guerra, Alfredo Chaves, proibiu que os militares se expressassem politicamente por meio de veículos de imprensa.

Em agosto de 1885, o coronel Cunha Matos, integrante da facção liberal, pediu o afastamento, mediante acusação de corrupção, do comandante da guarnição do Piauí, representante da ala conservadora. Na Câmara, Cunha Matos foi acusado de ter feito uso político da punição e de ter atacado tropas brasileiras na Guerra do Paraguai. A defesa do coronel foi feita pela imprensa, motivando nova punição.

A Proclamação da República

As mudanças estruturais nas cidades do sudeste favoreceram a formação de novos grupos sociais e, com eles, novas demandas políticas. As camadas média e popular urbanas reivindicavam maior representatividade política. Em 1881, no Rio de Janeiro, o Motim do Vintém, um protesto contra o aumento de um vintém sobre a passagem do bonde, expressava a força dos novos setores políticos. No mesmo ano, a reforma eleitoral que aumentou a renda mínima anual para a participação política, além de ter excluído os analfabetos da votação, acentuou nesses setores o sentimento de que eram colocados à margem do regime monárquico.

No dia 9 de novembro de 1889, D. Pedro II organizou o Baile da Ilha Fiscal, em homenagem aos oficiais do navio chileno Almirante Cochrane. Os altos gastos da festa, em

meio à delicada situação econômica, foram considerados uma afronta pelos opositores da monarquia.

Cada vez mais isolado, o imperador buscou acatar as críticas e, no intuito de promover algumas reformas, nomeou Afonso Celso de Oliveira Figueiredo, Visconde de Ouro Preto, como chefe do Conselho de Ministros. As reformas pretendiam estabelecer a liberdade de culto, garantir maior autonomia para as províncias, acabar com a vitaliciedade do mandato de senador, ampliar o acesso à cidadania política e reduzir os poderes do Conselho de Estado.

A Câmara dos Deputados recusou veementemente as propostas. Os setores conservadores consideraram-nas excessivamente radicais; já os republicanos as viam como uma manobra para perpetuar a monarquia. Por meio do Poder Moderador, Pedro II dissolveu a Câmara e convocou novas eleições.

Ouro Preto, ainda na condição de chefe do Conselho de Ministros, nomeou Silveira Martins, inimigo pessoal de Deodoro da Fonseca, para a presidência da província do Rio Grande do Sul.

Uma série de boatos foi propagada, aumentando ainda mais a tensão. Alguns afirmavam que o governo preparava uma ampla ofensiva contra as lideranças do Exército. Outros diziam que a **Guarda Negra**, em defesa do Império, iria atacar os quartéis militares.

Guarda Negra: milícia formada por escravizados libertos em julho de 1888, após a abolição, para garantir a manutenção da liberdade dos ex-escravizados e a defesa da Princesa Isabel.

Apesar de crítico à intromissão do regime nas questões do exército, Deodoro era monarquista convicto, o que o deixava reticente em derrubar o imperador. Mas o exército e algumas das principais figuras políticas republicanas do país viam no militar a pessoa que garantiria uma proclamação da República sem grandes desordens. Influenciado pelos boatos e pela pressão, Deodoro da Fonseca começou a rebelião na noite de 14 de novembro.

No momento do golpe, D. Pedro II, bastante adoentado, estava em Petrópolis. O imperador e sua família foram embarcados para o exílio na Europa. Chegava ao fim a monarquia no Brasil.

Pinacoteca do Estado, São Paulo



Benedito Calixto. *Proclamação da República do Brasil, 1893.* Óleo sobre tela. Pinacoteca do Estado de São Paulo. Na manhã de 15 de novembro, guarnições do Exército ocuparam o centro da cidade do Rio de Janeiro. Sob o comando de Deodoro da Fonseca, as tropas tomaram o palácio e ordenaram a prisão do ministro Visconde de Ouro Preto. À tarde, a Câmara declarou a monarquia extinta no Brasil, proclamando a República como nova forma de governo.

Revisando

1. **EsPCEEx-SP** O exemplo [...] britânico e o desejo de preservar politicamente o monarca levaram à criação, em 1847, do cargo do Conselho de Ministros, escolhido pelo Imperador. Se o ministério (ou Conselho de Ministros) não possuísse maioria [...], a Câmara seria dissolvida, convocando-se novas eleições.

BARBEIRO; CANTELE; SCHNEEBERGER, 2007.

Esse sistema utilizado no Brasil, em parte do 2º Reinado, ficou conhecido como

- a) Presidencialismo Monárquico.
 - b) Ditadura Monárquica.
 - c) Parlamentarismo Tradicional.
 - d) Parlamentarismo às avessas.
 - e) Autoritarismo Monárquico.
2. **ESPM-SP** Ocorrida no Brasil, no século XIX, foi a última das rebeliões provinciais do Império. Os revoltosos lançaram um manifesto ao mundo em que propunham o voto livre e universal, a liberdade de imprensa, a independência dos poderes constituídos, a extinção do poder moderador, o federalismo e a nacionalização do comércio varejista.

A revolta a que o enunciado se refere é:

- a) Sabinada;
 - b) Farroupilha;
 - c) Confederação do Equador;
 - d) Praieira;
 - e) Balaiada.
3. **Uece 2020** Na Europa, o pensamento liberal, cujo lema era “liberdade, igualdade e fraternidade”, decepcionara a muitos, gerando várias correntes socialistas que criticavam a desigualdade social. [...] Os liberais radicais do Recife agrupavam-se no *Diário Novo* para debater as novas ideias. Os líderes do partido eram pessoas de várias tendências, sobretudo progressistas, inconformadas com o quadro político-social de sua província, dominado pela oligarquia agrária.

BARBEIRO, Heródoto et al. *História: volume único para o Ensino Médio* (coleção de olho no mundo do trabalho). São Paulo: Scipione, 2004, p. 346-7.

O Movimento revoltoso, ocorrido em Pernambuco, em 1848, que foi influenciado por esses ideários europeus é denominado de

- a) Revolução Praieira, iniciada após a substituição de um governo provincial liberal por um conservador.
- b) Confederação do Equador, revolta que se espalhou para outras províncias do Nordeste e propôs a emancipação em relação ao reino de Portugal.
- c) Areópago de Itambé, formado por maçons que adotaram os ideais liberais da maçonaria francesa.
- d) Sabinada, liderada pelo Médico Francisco Sabino que era também jornalista e dono de Jornal.

4. **UEM-PR 2016** Sobre acontecimentos no Brasil, durante o século XIX, assinale o que for correto.

- 01 D. Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte em 1823 e outorgou uma Constituição no ano seguinte, que consagrava uma centralização política e administrativa, fortalecendo assim o seu poder.
- 02 A Revolta Farroupilha (1835-1845) foi liderada por proprietários de gado gaúchos que reivindicavam maior autonomia política para a Província do Rio Grande do Sul.
- 04 A Revolta dos Malês foi uma rebelião de escravos e de libertos ocorrida em Salvador em 1835. Os cativos que lideravam o levante eram conhecidos como malês, designação dada aos africanos muçulmanos, com significativa presença na Bahia.
- 08 A abolição do tráfico negreiro no Brasil em 1850 não resultou em um maior desenvolvimento econômico, uma vez que a quantidade de capitais empregada no negócio de escravos era inexpressiva.
- 16 A Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, determinou que todos os filhos de escravas nascidos a partir daquela data seriam livres. O Estado brasileiro assumiu, então, a iniciativa de conduzir o processo de abolição de modo gradual para que a produção cafeeira não fosse desorganizada com a repentina abolição da escravidão.

Soma:

5. **Fuvest-SP 2021** A economia do Império do Brasil foi caracterizada por

- a) prevalectimento do trabalho assalariado imigrante e investimentos estatais na indústria primária.
- b) desenvolvimento de relações comerciais e diplomáticas com países americanos, em detrimento das relações com os países europeus.
- c) conjugação entre desenvolvimento agrícola e indústria, responsável por tornar o Brasil a 4ª maior economia do mundo.
- d) crescimento progressivo da dívida externa e preponderância de uma economia agroexportadora.
- e) redução contínua do tráfico de escravos e políticas públicas voltadas à alfabetização e capacitação profissional de trabalhadores pobres.

6. **UEPB 2014** O café é uma bebida mundialmente conhecida. No Brasil as primeiras sementes chegaram no século XVIII e foram introduzidas no Pará por Francisco Melo Palheta.

Assinale a alternativa correta:

- a) Produtores e investidores do café no Oeste Paulista passaram a ter maior sintonia com as tendências capitalistas, o que inicialmente era apresentado pela base produtiva escravista foi sendo substituído pelo trabalho livre.

- b) Os fazendeiros do Vale do Paraíba tinham uma visão empresarial moderna, e utilizavam da própria lucratividade do café para investir em outras atividades econômicas.
- c) A atividade cafeeira em expansão no Oeste Paulista não incentivou o crescimento urbano na segunda metade do século XIX, porque o Brasil tinha uma população efetivamente rural.
- d) O sistema de parcerias implementado pelo senador Vergueiro resolveu a questão da mão de obra da produção cafeeira prosperando até o século XX.
- e) O sucesso da economia cafeeira no século XIX se deve a este produto ser atendido exclusivamente para o mercado interno.

7. ESPM-RS 2019 A Lei nº 601 do Império do Brasil, conhecida como Lei de Terras, foi sancionada em 18 de setembro de 1850, 14 dias após a aprovação da Lei de Abolição do Tráfico Atlântico de Escravos. Como corolário da Lei de Terras e da Abolição do Tráfico entrava em cena uma política de atração de imigrantes europeus.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloísa. *Brasil uma Biografia*.

O objetivo da Lei de Terras era:

- a) desestimular os pequenos agricultores ligados à subsistência e impedir a aquisição de terras pelos imigrantes;
- b) desestimular o latifúndio e liberar a aquisição de terras pelos imigrantes;
- c) autorizar a aquisição de terras devolutas e proibir a propriedade de terras dos possuidores de Sesmarias com empreendimentos agrícolas até aquela data;
- d) evitar a concentração fundiária e facilitar o acesso à terra;
- e) acabar com a distinção entre terras públicas e particulares e preservar a aquisição por posse ou doação da coroa, sob pretexto de facilitar o acesso à terra por parte dos imigrantes.

8. IFSul-RS 2016 A Guerra do Paraguai teve seu início no ano de 1864, a partir da ambição do ditador Francisco Solano Lopes, que tinha como objetivo aumentar o território paraguaio e obter uma saída para o Oceano Atlântico, através dos rios da Bacia do Prata.

Uma das consequências dessa guerra foi que

- a) acarretou para o Brasil uma redução considerável em sua dívida externa, bem como uma crescente influência política e social do Exército na política vigente.
- b) ocorreu a união entre Brasil, Argentina, Uruguai e Bolívia, para combater as tropas de Solano Lopes e acabar com seu sonho de chegar ao Oceano Atlântico através da Bacia do Prata.

- c) estimou-se uma pequena perda de soldados paraguaios e as importações chegavam ao dobro das exportações no final da guerra.
- d) acarretou a destruição para a indústria paraguaia, que ficou arrasada após a guerra.

9. Uece 2016 Atente às seguintes afirmações acerca do momento histórico brasileiro conhecido como Segundo Reinado:

- I. Esse período, no primeiro momento, constituiu a luta a favor da permanência da monarquia, sob a égide de Pedro I.
- II. A crise interna do sistema escravista, aliada aos vários conflitos e revoltas internas observadas durante esse período, contribuíram para pôr fim ao Segundo Reinado.
- III. O final do Segundo Reinado representou o fim do período Imperial no Brasil e o início do sistema republicano.

É correto o que se afirma somente em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II.
- d) III.

10. Mackenzie-SP 2014 A partir de hoje, 15 de novembro de 1889, o Brasil entra em nova fase, pois pode-se considerar finda a Monarquia, passando o regime francamente democrático com todas as consequências da Liberdade.

Assim se referiu a manchete do jornal carioca Gazeta da Tarde, anunciando a Proclamação da República no Brasil. Pode-se dizer que tal ato

- a) reforçou as posições conservadoras dos positivistas brasileiros, o que facilitou a ascensão do exército, como liderança do movimento, e auxiliou na decretação de um Estado em bases religiosas e federalistas.
- b) resultou da conjugação de variados fatores, destacando as insatisfações de grupos militares, camadas médias urbanas e setores latifundiários com os rumos políticos e sociais do Império no Brasil.
- c) colocou fim à longa crise do Segundo Reinado, contribuindo para a emergência do populismo enquanto prática política manipuladora, voltada para a satisfação dos anseios de camadas trabalhadoras urbanas.
- d) rompeu com a legalidade da sucessão ao trono, uma vez que impediu a ascensão da princesa Isabel, como governante, causando, por sua vez, revoltas populares por todo o país.
- e) corroborou a busca pela modernização política do Brasil e mostrou-se decisivo para a elaboração de políticas governamentais de inserção dos ex-escravos no mercado de trabalho livre.

Exercícios propostos

1. **Uefs-BA 2018** Por onde mais se distanciava a ficção parlamentar brasileira do modelo britânico era pelo fato da subida ou da queda de um ministério depender só idealmente, entre nós, de uma eventual maioria na câmara popular.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Do Império à República". In: *O Brasil monárquico*, tomo II, vol 5, 1985.

O historiador refere-se ao regime monárquico brasileiro como "ficção parlamentar", porque

- a) o ordenamento político brasileiro era sustentado pelas tradições orais.
- b) os ministros podiam governar sem contar com o apoio do Parlamento.
- c) o debate de ideias políticas no país estava interdito pelo governo imperial.
- d) a manutenção de grupos dirigentes submetia-se ao exercício do poder moderador.
- e) o poder absolutista do rei proibia a constituição de partidos políticos.

2. **Enem PPL** Eleições, no Império, eram um acontecimento muito especial. Nesses dias o mais modesto cidadão vestia sua melhor roupa, ou a menos surrada, e exibia até sapatos, peças do vestuário tão valorizadas entre aqueles que pouco tinham. Em contraste com essa maioria, vestimentas de gala de autoridades civis, militares e eclesiásticas – tudo do bom e do melhor compunha a indumentária de quem era mais que um cidadão qualquer e queria exibir em público essa sua privilegiada condição.

CAVANI, S. Às urnas, cidadãos! In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 3, nº 26, nov. 2007.

No Brasil do século XIX, a noção de cidadania estava vinculada à participação nos processos eleitorais. As eleições revelavam um tipo de cidadania carente da igualdade jurídica defendida nesse mesmo período por muitos movimentos europeus herdeiros do Iluminismo devido à

- a) exclusão dos analfabetos, que impedia a maioria da população de participar das eleições.
- b) raridade das eleições, que criava apenas a ilusão de participação entre os cidadãos.
- c) vigência da Constituição do Império, que definia como cidadãos apenas aqueles que eram eleitos.
- d) presença do Poder Moderador, que significava, na prática, a inutilidade das eleições legislativas.
- e) existência do voto censitário, que reafirmava as hierarquias sociais.

3. **Uece 2019** Durante o segundo reinado, havia, no Brasil, cerca de 20 mil pessoas que podiam ser eleitores e escolher deputados e senadores (0,4% da população), eles eram homens, católicos e com renda anual superior a 200 mil-réis. Havia ainda no Brasil 2,2 milhões de mulheres livres, 1,8 milhão de homens livres pobres, algo em torno de 1,7 milhão de escravos e escravas e outro grande número de pessoas sem acesso ao voto (praças, estrangeiros, religiosos em regime de clausura, mendigos e não católicos em geral).

Fonte: Brasil 500 anos. *IstoÉ*, p. 72. Estabilização no Império.

Considerando esse aspecto da política brasileira, durante o império, explícito nos dados citados, é correto afirmar que

- a) havia uma representação proporcional dos variados grupos sociais na política e no poder durante a monarquia no Brasil, daí poder-se dizer que se tratava de um sistema democrático.
- b) apenas o homem, com qualquer renda, poderia ser candidato nas eleições durante a monarquia; a exclusão das mulheres era fator comum a todas as nações do mundo.
- c) a restrição do direito ao voto aos estrangeiros, praças, mendigos e analfabetos que havia no império tem sido mantida até hoje no Brasil.
- d) se estabelecia uma participação política de caráter censitário, ou seja, usava-se um critério, o do rendimento anual, para restringir o direito a votar e a ser votado.

4. **UFMG** A organização do sistema político foi objeto de discussões e conflitos ao longo do período imperial no Brasil.

Com relação ao contexto histórico do Brasil Imperial e aos problemas a ele relacionados, é CORRETO afirmar que:

- a) a centralização do poder foi objeto de sérias disputas ao longo de todo o século XIX e explica várias contendas internas às elites imperiais, como a Rebelião Praieira.
- b) o Constitucionalismo ganhou força, fazendo com que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário se tornassem independentes e harmônicos, o que atendia às queixas dos rebeldes da Balaiada.
- c) o Federalismo de inspiração francesa e jacobina foi uma das principais bandeiras do Partido Liberal, a partir da publicação do Manifesto Republicano, o que explica, entre outras, a Revolução Liberal de 1842.
- d) os movimentos de contestação armada – como a Revolução Farroupilha, a Sabinada ou a Cabanagem – tinham em comum a crítica liberal às tendências absolutistas, persistentes no governo de D. Pedro II.

5. **UFJF/Pism-MG 2022** Leia os textos.

Texto I

"A lei de 1871 foi feita para ser a lei definitiva da extinção da escravidão. Dizia-se dela uma lei emancipacionista que, gradativamente, previa que não seria mais possível ter escravos e, aos poucos, a escravidão acabaria", afirma a historiadora Wlamyra Albuquerque, professora na Universidade Federal da Bahia e a autora do livro *Um jogo de dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*.

DW Brasil. Há 150 anos era promulgada a Lei do Ventre Livre, 2021. <https://www.dw.com/pt-br/h%C3%A1-150-anos-era-promulgada-a-lei-doventre-livre/a-59334359>

Texto II

Em maio de 2020, o menino João Pedro Mattos, de 14 anos, foi morto durante operação policial em São Gonçalo (RJ). Oito meses antes, em setembro de 2019, a garota Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, foi morta dentro de uma Kombi no Complexo do Alemão. [...] A desproporção entre os perfis das vítimas [de violência] chama a atenção, especialmente em relação à raça. Os negros representam 75% das crianças e adolescentes [...] vítimas de mortes violentas intencionais no Brasil. Em todas as faixas etárias, o número de vítimas negras é maior que o número de vítimas brancas. “A chance de um menino negro morrer no Brasil é muito alta”, diz Sofia Reinach, pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Cintia Acayaba e Thiago Reis. Brasil teve quase 5 mil mortes violentas de crianças e adolescentes em 2019; 75% eram negros, revela Anuário, 18/10/2020. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/18/brasil-teve-quase-5-mil-mortes-violentas-de-criancas-e-adolescentes-em2019-75percent-eram-negros-revela-anuario.ghtml>.

Sobre a Lei do Ventre Livre e seus impactos nas relações étnico-raciais hoje, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Mesmo livres, os descendentes de africanos escravizados continuam a sofrer com a violência e a desproteção estatal em seus corpos e vidas.
- b) A democracia racial se consolidou no Brasil a partir da promulgação da lei de 1871 e do progressivo fim da escravidão.
- c) A lei de 1871 pretendia dar fim abrupto a escravidão, contudo a assinatura da Lei Áurea redefiniu os rumos do debate abolicionista no Brasil.
- d) Os descendentes de africanos escravizados usufruem de plenos direitos de cidadania graças à promulgação da Lei do Ventre Livre.
- e) A lei de 1871 garantia aos escravizados maiores de 65 anos o pleno direito à liberdade sem indenização aos senhores.

6. UEL-PR Observe a imagem e leia o texto a seguir:



Victor Meirelles foi aluno da Academia Imperial de Belas Artes durante o segundo reinado no Brasil. A pintura revela a influência do Romantismo no trabalho do artista. Esse movimento, ao lado do Neoclassicismo, orientou o trabalho dos artistas da Academia nesse período.

Sobre o Romantismo no Brasil, é correto afirmar:

- I. Demonstrou grande originalidade em relação a modelos anteriores, consagrados pela História da Arte.
- II. Estava diretamente relacionado ao chamado projeto civilizatório da elite política e cultural do século XIX brasileiro.
- III. Buscou a idealização por meio da razão e de formas eruditas resgatadas do passado clássico, capazes de expressar valores universais e eternos.
- IV. Procurou valorizar o índio e a exuberância da natureza tropical, com a finalidade de construir uma identidade nacional.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas.

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

7. **Fuvest-SP** Não há hoje a menor razão para que desconheçamos a importância da parte indígena na população do Brasil; e menos ainda para que, apaixonados, [de]clameemos contra selvagens que por direito natural defendiam sua liberdade, independência e as terras que ocupavam... De mais, a terra é quem dá a nacionalidade a seus filhos; e dessa nacionalidade não são excluídos os que primeiro aqui nasceram antes dos seus conquistadores.

MAGALHÃES, Gonçalves de. “Os indígenas do Brasil perante a História”, 1860.

Este texto

- a) constituía o preâmbulo da lei do Império sobre a concessão da cidadania aos indígenas.
- b) espelhava a opinião dominante na sociedade da época, que era favorável aos indígenas.
- c) justificava a transformação dos indígenas em tema do romantismo brasileiro.
- d) apresentava-se como ultrapassado, uma vez que os indígenas já haviam sido dizimados.
- e) separava os indígenas da população brasileira, pois eles eram vistos como selvagens.

8. **Enem PPL 2014** Enquanto as rebeliões agitavam o país, as tendências políticas no centro dirigente iam se definindo. Apareciam em germe os dois grandes partidos imperiais – o Conservador e o Liberal. Os conservadores reuniam magistrados, burocratas, uma parte dos proprietários rurais, especialmente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e os grandes comerciantes, entre os quais muitos portugueses. Os liberais agrupavam a pequena classe média urbana, alguns padres e proprietários rurais de áreas menos tradicionais, sobretudo de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. S Paulo: Edusp, 1996.

No texto, o autor compara a composição das forças políticas que atuaram no Segundo Reinado (1840-1889). Dois aspectos que caracterizam os partidos Conservador e Liberal estão indicados, respectivamente, em:

- a) Abolição da escravidão – Adoção do trabalho assalariado.
- b) Difusão da industrialização – Conservação do latifúndio monocultor.
- c) Promoção do protecionismo – Remoção das barreiras alfandegárias.
- d) Preservação do unitarismo – Ampliação da descentralização provincial.
- e) Implementação do republicanismo – Continuação da monarquia constitucional.

9. **UFC-CE** A manutenção do Parlamentarismo, durante quase todo o Segundo Reinado, esteve relacionada:

- a) ao apoio dado pelos liberais ao monarca, de forma a manter o poder dos conservadores circunscrito às áreas interioranas do país.
- b) à concessão de muitos poderes ao imperador e à alternância dos partidos liberal e conservador no governo.
- c) à inexistência de eleições para a escolha dos senadores e deputados, todos nomeados pelo imperador.
- d) à estabilidade do cargo de presidente do Conselho de Estado, escolhido pela Câmara dos Deputados.
- e) à difusão dos ideais revolucionários franceses, adotados pelo monarca na condução da política imperial.

10. **Uece 2017** Atente aos dois excertos a seguir que tratam da legislação eleitoral durante o período imperial no Brasil. O primeiro diz respeito às alterações promovidas no sistema eleitoral do Império pela Lei Nº 387 de 19 de agosto de 1846, e o segundo apresenta o artigo 2º do Decreto Nº 2.675 de 20 de outubro de 1875, que reformava a legislação eleitoral:

De acordo com a legislação eleitoral do período, as faixas mínimas de rendas estabelecidas para participação no pleito eram as seguintes:

- a) 200\$000 para ser eleitor de primeiro grau;
- b) 400\$000 para ser eleitor de segundo grau, candidatar-se a Juiz de Paz e candidatar-se a vereador;
- c) 800\$000 para candidatar-se a deputado;
- d) 1.600\$000 para candidatar-se a senador.

FARIA, Vanessa Silva de. *Eleições no Império: considerações sobre representação política no segundo reinado*. on-line. XXVII Simpósio nacional ANPUH. Natal, 2013 p.2. Disponível em: www.snh2013.anpuh.org/resources/.../1364925577_ARQU_IVO_artigoanpuh2013.pdf

Art. 2º O Ministro do Imperio fixará o numero de eleitores de cada parochia sobre a base do recenseamento da população e na razão de um eleitor por 400 habitantes de qualquer sexo ou condição, com a unica excepção dos subditos de outros Estados. Havendo sobre o multiplo de 400 numero excedente de 200, accrescerá mais um eleitor.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2675-20-outubro-1875-549763-publicacaooriginal-65281-pl.html>

Com base nos textos anteriores, pode-se concluir acertadamente que durante o Império

- a) havia limitações à participação popular no processo eleitoral.
- b) havia uma representatividade muito maior do que a atual, pois um a cada quatrocentos habitantes podia votar como eleitor de primeira.
- c) o sistema de colégio eleitoral fazia com que o eleitor de primeira pudesse escolher o chefe do executivo provincial e do executivo imperial.
- d) apesar da limitação no número de eleitores, o acesso da população à candidatura era bem mais fácil.

11. **UFJF/Pism-MG 2022** Leia os fragmentos de dois sambas-enredo vencedores dos respectivos carnavais no final dos anos 1980 no Rio de Janeiro.

I

Valeu Zumbi

O grito forte dos Palmares

Que correu terras, céus e mares

Influenciando a abolição.

Vila Isabel, 1988.

II

Pra Isabel, a heroína

Que assinou a lei divina

Negro dançou, comemorou

O fim da sina.

Imperatriz Leopoldinense, 1989.

Sobre o tema é **CORRETO** afirmar que:

- a) Os sambas apresentados são exemplos de que há uma disputa de memórias pelo protagonismo do processo abolicionista no Brasil, com foco orientado para ações de resistência dos escravizados ou para as ações governamentais oficiais.
- b) O protagonismo atribuído a Zumbi dos Palmares é reflexo de uma tradição de reparação de memória na política brasileira e que se encontra plenamente sedimentada na sociedade, não havendo, portanto, questionamentos a ela.
- c) A resistência negra no processo de abolição da escravidão brasileira restringiu-se apenas à formação de quilombos, sobretudo no século XVII, não tendo, portanto, efeito sobre a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel.
- d) Ambos os sambas, ao politicamente escolherem seus heróis nacionais, pecam em não reconhecer o verdadeiro protagonista do fim da escravidão no Brasil: a Inglaterra e sua cruzada ética contra a escravização de africanos.
- e) Ao assinar a lei que pôs fim à escravidão no Brasil, a princesa Isabel estava enfrentando a nascente elite industrial e a Inglaterra, todos desejosos da manutenção da escravidão e, portanto, contrários à assinatura desta lei.

- 12. Unesp 2014** Ao lado do latifúndio, a presença da escravidão freou a constituição de uma sociedade de classes, não tanto porque o escravo esteja fora das relações de mercado, mas principalmente porque excluiu delas os homens livres e pobres e deixou incompleto o processo de sua expropriação.

Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*, 1983.

Segundo o texto, que analisa a sociedade cafeeira no Vale do Paraíba no século XIX,

- a) a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre assalariado freou a constituição de uma sociedade de classes durante o período cafeeiro.
- b) o imigrante e as classes médias mantiveram-se fora das relações de mercado existentes na sociedade cafeeira.
- c) o caráter escravista impediu a participação direta dos homens livres e pobres na economia de exportação da sociedade cafeeira.
- d) a inexistência de homens livres e pobres na sociedade cafeeira determinou a predominância do trabalho escravo nos latifúndios.
- e) a ausência de classes na sociedade cafeeira deveu-se prioritariamente ao fato de que o escravo estava fora das relações de mercado.

- 13. Famema-SP 2019** Leia o excerto de Brasil Pitoresco, escrito pelo francês Charles Ribeyrolles, sobre as fazendas de café do Vale do Paraíba.

A fazenda brasileira, viveiro de escravos, é uma instituição fatal. Sua oficina não pode se renovar, e a ciência, mãe de todas as forças, fugirá dela enquanto campearem a ignorância e a servidão. O dilema consiste, pois, no seguinte: transformar ou morrer.

Charles Ribeyrolles, 1859. *Apud* Ana Luiza Martins. *O trabalho nas fazendas de café*, 1994.

Na região do Oeste paulista, esse “dilema”

- a) dificultou o trabalho assalariado em função do preconceito gerado pelo atraso tecnológico da lavoura cafeeira.
 - b) persistiu, o que impediu a modernização das fazendas de café, cujos proprietários lucravam com o tráfico negreiro.
 - c) inexistiu, pois a mecanização já predominava na cafeicultura, o que dispensou a maioria dos trabalhadores.
 - d) foi solucionado com a vinda de imigrantes apoiada pelos cafeicultores, que investiam também em ferrovias.
 - e) resultou na crise da cafeicultura após a aprovação da Lei Áurea, devido à escassez de mão de obra.
- 14. Unioeste-PR 2022** Com a Lei Eusébio de Queirós, datada de 1850, que estabeleceu medidas para repressão do tráfico escravo no Império, muitas mudanças aconteceram no cenário político e econômico brasileiro. Dentre elas, está o desenvolvimento e avanço da política de imigração e colonização estrangeira, especialmente de europeus. Neste escopo, também se apresenta a promulgação da Lei de Terras

de 1850 e seu Regulamento de 1854. Todos estes acontecimentos estão articulados com processos que ocorriam no Brasil e no mundo, e os debates sobre algumas destas questões remontam a épocas históricas anteriores à própria independência do Brasil. No entanto, a constituição outorgada em 1824 silenciou alguns desses problemas, uma vez que, entre a data de sua promulgação e 1850, não existiu uma legislação específica a regular o processo de apropriação territorial no Brasil. Dessa forma e diante dessas considerações é INCORRETO afirmar.

- a) A política de colonização desenvolvida pelo Império, a partir de 1850, tinha como foco a ocupação de territórios considerados despovoados, mas, também, tinha por objetivo garantir mão-de-obra para atuar em substituição ao trabalho escravizado, uma vez que a Lei Eusébio de Queirós proibiu o tráfico de escravos para o Brasil.
 - b) A Lei de Terras de 1850 beneficiou diretamente os pequenos posseiros e a agricultura de subsistência, especialmente aquela voltada à alimentação, reconhecendo, na prática, os direitos de posse e propriedade das populações camponesas brasileiras.
 - c) O processo de estabelecimento dos imigrantes nas regiões coloniais foi marcado por diferentes conflitos, os quais envolviam motivos diversos, desde o encontro conflituoso com as populações nativas que já habitavam as regiões onde os núcleos coloniais foram formados, até a incapacidade de o Estado cumprir com as promessas feitas na Europa para garantir a atração de imigrantes ao Brasil.
 - d) A Lei de Terras de 1850, ao estabelecer no seu segundo parágrafo a compra como a única forma de acesso à terra, buscava definir novos contornos, mais precisos, ao mercado de terras no Brasil.
 - e) Mesmo que a Lei de Terras, em seu âmago, tenha beneficiado os grandes senhores de terras, isso não significou que as populações camponesas e de pequenos posseiros tenham ficado imóveis em relação aos preceitos dessa legislação. Assim, no ir e vir dos processos, os homens livres pobres, como demonstra a historiografia mais recente, a partir de suas resistências, também souberam se apropriar de alguns dispositivos desta Lei em benefício próprio.
- 15. FGV-SP 2016** O excerto a seguir faz parte do parecer de uma comissão da Câmara dos Deputados sobre a lei de 1871, que discutia a escravidão no Brasil.

Sem educação nem instrução, embebe-se nos vícios mais próprios do homem não civilizado. Convivendo com gente de raça superior, inocula nela os seus maus hábitos. Sem jus ao produto do trabalho, busca no roubo os meios de satisfação dos apetites. Sem laços de família, procede como inimigo ou estranho à sociedade, que o repele. Vaga Vênus arroja aos maiores excessos aquele ardente sangue líbico; e o concubinato em larga escala é tolerado,

quando não animado, facultando-se assim aos jovens de ambos os sexos, para espetáculo doméstico, o mais torpe dos exemplos. Finalmente, com as degradantes cenas da servidão, não pode a mais ilustrada das sociedades deixar de corromper-se.

apud Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador*. 2003.

No trecho, há um argumento

- a) político, que reconhece a importância da emancipação dos escravos, ainda que de forma paulatina, para a construção de novos elementos de cidadania social, condição mínima para o país abandonar a violência cotidiana e sistemática contra a maioria da população.
- b) social, que assinala a inconsistência da defesa do fim da escravidão no país, em razão da incapacidade dos homens escravizados de participar das estruturas hierárquicas e culturais, estabelecidas ao longo dos séculos, durante os quais prevaleceu o trabalho compulsório.
- c) econômico, que distingue os cidadãos ativos dos passivos, estes considerados um estorvo para as atividades produtivas, fossem na agricultura ou na procura de metais preciosos, por causa da desmotivação para o trabalho, elemento central para explicar a estagnação econômica do país.
- d) cultural, que se consubstancia na impossibilidade da convivência entre homens livres e homens libertos e tenderia a produzir efeitos sociais devastadores, como tensões raciais violentas e permanentes, a exemplo do que já ocorria no sul dos Estados Unidos.
- e) moral, que aponta para os malefícios que a experiência da escravidão provoca nos próprios escravos e que esses malefícios terminam por contaminar toda a sociedade, mostrando, em síntese, que os brancos eram muito prejudicados pela ordem escravocrata.

- 16. Unicamp-SP 2014** Como os abolicionistas americanos previram, os problemas da escravidão não cessariam com a abolição. O racismo continuaria a acorrentar a população negra às esferas mais baixas da sociedade dos Estados Unidos. Mas se tivessem tido a oportunidade de fazer uma viagem pelo Brasil de seus sonhos – o país imaginado por tanto tempo como o lugar sem racismo – eles teriam concluído que entre o inferno e o paraíso não há uma tão grande distância afinal.

Adaptado de Célia M. M. Azevedo, *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003, p. 205.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) A experiência da escravidão aproxima a história dos Estados Unidos e do Brasil, mas a questão do racismo tornou-se uma pauta política apenas nos EUA da atualidade.
- b) Os abolicionistas norte-americanos tinham uma visão idealizada do Brasil, pois não identificavam o racismo como um problema em nosso país.

- c) A imagem de inferno e paraíso na questão racial também é adequada às divisões entre o sul e o norte dos EUA, pois a questão racial impactou apenas uma parte daquele país.
- d) A abolição foi uma etapa da equiparação de direitos nas sociedades norte-americana e brasileira, pois os direitos civis foram assegurados, em ambos os países, no final do século XIX.

- 17. Mackenzie-SP 2020** A fim de regularizar a propriedade da terra de acordo com as novas necessidades econômicas e os novos conceitos de terra e de trabalho, diversas leis importantes foram decretadas em diferentes países durante o século XIX. O ritmo da mudança, entretanto, variou de um país para o outro e, dentro dos limites de um mesmo país, de uma região para outra, de acordo com o grau e a intensidade com que o desenvolvimento da economia industrial e comercial afetou essas áreas.

VIOTTI da Costa, Emília. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 170.

Estabelecendo uma comparação entre a Homestead Act de 1862, que regulamentou a política de terras nos EUA, e a Lei de Terras de 1850 no Brasil, é correto afirmar que

- a) a Homestead Act de 1862 dificultava o acesso à terra, pois estipulava valores muito altos para a compra de territórios a oeste do rio Mississipi, resultando na baixa ocupação europeia e na prevalência de povos indígenas. Tal qual os EUA, a Lei de Terras de 1850 impede que setores populares tenham acesso à terra no Brasil, pelo seu alto custo.
- b) a Lei de Terras de 1850 proibia a aquisição de terras públicas por qualquer outro meio que não fosse a compra, finalizando as formas tradicionais de aquisição de terras mediante doações do governo. De maneira diferente, o Homestead Act de 1862 doava terras exclusivamente à população indígena e africana interessada na ocupação do oeste.
- c) a política rural, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, estava ligada a uma certa concepção de trabalho não escravo. Mas, enquanto a Lei de Terras de 1850 dificultava a obtenção de terra pelo trabalhador livre, o Homestead Act de 1862 doava terras aqueles que desejassem nela se instalar.
- d) Brasil e EUA desenvolvem suas políticas de terras dentro de um contexto de crise do sistema escravocrata e necessidade crescente da mão de obra do trabalhador livre europeu. Assim, tanto a Lei de Terras de 1850 quanto a Homestead Act de 1862 democratizam o acesso à terra em seus respectivos países.
- e) as leis agrárias brasileira e norte-americana, completamente diferentes, estão vinculadas a necessidades de substituição gradual da mão de obra escrava. A Lei de Terras de 1850 democratiza a terra na medida, em que possibilita a posse a quem ocupá-la por mais de 5 anos, enquanto o Homestead Act de 1862 estabelece a posse pela compra.

- 18. Unesp 2016** Os colonos que emigram, recebendo dinheiro adiantado, tornam-se, pois, desde o começo, uma simples propriedade de Vergueiro & Cia. E em virtude do espírito de ganância, para não dizer mais, que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver esses colonos na província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a ideia de que são tratados como simples mercadorias ou como escravos.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*, 1941.

O texto aponta problemas enfrentados por imigrantes europeus que vieram ao Brasil para

- trabalhar nas primeiras fábricas, implantadas na região Sudeste do país, para reduzir a dependência brasileira de manufaturados ingleses.
- substituir a mão de obra escrava nas lavouras de café e cana-de-açúcar, após a decretação do fim da escravidão pela lei Áurea.
- trabalhar no sistema de parceria, estando submetidos ao poder político e econômico de fazendeiros habituados à exploração da mão de obra escrava.
- substituir a mão de obra indígena na agricultura e na pecuária, pois os nativos eram refratários aos trabalhos que exigiam sua sedentarização.
- trabalhar no sistema de colonato, durante o período da grande imigração, e se estabeleceram nas fazendas de café do Vale do Paraíba e litoral do Rio de Janeiro.

- 19. Fuvest-SP 2015** Observe a tabela:

IMIGRAÇÃO: BRASIL, 1881-1930 (EM MILHARES)	
Ano	Varição regional
1881-1885	133,4
1886-1890	391,6
1891-1895	659,7
1896-1900	470,3
1901-1905	279,7
1906-1910	391,6
1911-1915	611,4
1916-1920	186,4
1921-1925	368,6
1926-1930	453,6
Total	3.964,3

Leslie Bethell (ed.), *The Cambridge History of Latin America*, vol. IV. Adaptado.

Os dados apresentados na tabela se explicam, dentre outros fatores,

- pela industrialização significativa em estados do Nordeste do Brasil, sobretudo aquela ligada a bens de consumo.
- pela forte demanda por força de trabalho criada pela expansão cafeeira nos estados do Sudeste do Brasil.

- pela democracia racial brasileira, a favorecer a convivência pacífica entre culturas que, nos seus continentes de origem, poderiam até mesmo ser rivais.
- pelos expurgos em massa promovidos em países que viviam sob regimes fascistas, como Itália, Alemanha e Japão.
- pela supervalorização do trabalho assalariado nas cidades, já que no campo prevalecia a mão de obra de origem escrava, mais barata.

- 20. Unesp 2022** Real alicerce da sociedade, os escravos chegaram a constituir, em regiões como o Recôncavo, na Bahia, mais de 75% da população. Desde o século XVI e até a extinção do tráfico, em 1850, o regime demográfico adverso verificado entre os cativos – em razão das mortes prematuras e da baixa taxa de nascimento – levou a uma taxa de crescimento negativo [...].

Lília M. Schwarcz e Heloisa M. Starling. *Brasil: uma biografia*, 2018.

A variação demográfica indicada no excerto provocou

- a proibição das punições físicas e a melhoria no tratamento destinado aos escravizados.
- o surgimento de leis destinadas à redução do uso de escravizados nas lavouras de cana.
- o apoio da Coroa portuguesa ao apresamento e à escravização de indígenas.
- a necessidade constante de importação de mão de obra de africanos escravizados.
- o estímulo à imigração e a transição para o trabalho assalariado nas cidades e no campo.

- 21. UPF-RS 2022** Em 1870, Castro Alves, o poeta dos escravos, escreveu *Navio Negreiro*, no contexto da campanha para o fim da escravidão. Leia a seguir um fragmento extraído desse poema e analise as afirmações a seguir, relacionadas ao contexto em que esse texto foi escrito.

Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho.
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...

- Milhões de pessoas foram trazidas de diversas partes da África para o Brasil e escravizadas ao longo de mais de três séculos. No entanto, a mão de obra escrava utilizada no Brasil não foi exclusivamente africana.
- O Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão, mantendo-a por praticamente todo o período Imperial.
- Em 1850 é aprovada a Lei Eusébio de Queiroz, que representou um golpe profundo no sistema escravista, pois proibia a entrada de trabalhadores escravizados vindos da África.
- A lei do Ventre Livre, de 1871, deixava totalmente livre os filhos da trabalhadora escravizada, e a pressão inglesa foi fundamental para a promulgação dessa lei.

- V. A promulgação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 decretou o fim da escravidão no Brasil, sendo que os escravos não tiveram nenhuma participação no processo de abolição.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) II, III e V.
- b) III, IV e V.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I, III e IV.

22. **UFRGS** Considere o enunciado abaixo e as quatro propostas para completá-lo.

Durante o século XIX, as relações entre Brasil e Inglaterra foram marcadas por diversos momentos de tensão. A denominada Questão Christie levaria ao rompimento diplomático entre os dois países em 1863. Entre as causas que motivaram o desgaste e a ruptura diplomática, é correto citar

1 - a negativa de renovação dos tratados comerciais que beneficiavam a Inglaterra.

2 - a manutenção das relações econômicas com os Estados Unidos.

3 - a participação brasileira na intervenção contra o governo colorado no Uruguai.

4 - o naufrágio do navio inglês *Prince of Wales* no litoral do Rio Grande do Sul.

Quais propostas estão corretas?

- a) Apenas 1.
- b) Apenas 2.
- c) Apenas 1 e 3.
- d) Apenas 1 e 4.
- e) Apenas 2, 3 e 4.

23. **Unesp 2016** O fato de ser a única monarquia na América levou os governantes do Império a apontarem o Brasil como um solitário no continente, cercado de potenciais inimigos. Temia-se o surgimento de uma grande república liderada por Buenos Aires, que poderia vir a ser um centro de atração sobre o problemático Rio Grande do Sul e o isolado Mato Grosso. Para o Império, a melhor garantia de que a Argentina não se tornaria uma ameaça concreta estava no fato de Paraguai e Uruguai serem países independentes, com governos livres da influência argentina.

DORATIOTO, Francisco. *A Guerra do Paraguai*. 1991.

Segundo o texto, uma das preocupações da política externa brasileira para a região do Rio da Prata, durante o Segundo Reinado, era

- a) estimular a participação militar da Argentina na Tríplice Aliança.
- b) limitar a influência argentina e preservar a divisão política na área.
- c) facilitar a penetração e a influência política britânicas na área.
- d) impedir a autonomia política e o desenvolvimento econômico do Paraguai.
- e) integrar a economia brasileira às economias paraguaia e uruguaia.

24. **Uece 2019** A Guerra do Paraguai (1865-1870), o maior conflito bélico da América do Sul, começou com
- a) o ataque a navios da Grã-Bretanha no Rio da Prata.
 - b) a quebra do acordo com a Tríplice Aliança.
 - c) a ofensiva paraguaia contra o Brasil e a Argentina.
 - d) o fechamento do comércio fluvial na região platina.

25. **FCMSCSP 2021** A livre navegação dos rios Paraná e Paraguai era fundamental para o Império Brasileiro, única entrada para a Província de Mato Grosso. A Argentina, desde a independência, tinha a aspiração de formar uma grande nação com a incorporação do Uruguai (independente do Brasil em 1828) e do Paraguai, cuja independência só foi reconhecida por este país em 1852.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*, 2014.

O texto descreve o contexto que originou a Guerra do Paraguai, considerando-a como o resultado

- a) do caráter ditatorial do regime paraguaio, marcado também pela política externa expansionista do país.
- b) da intervenção imperialista britânica, associada ao interesse inglês de aumentar as exportações para os países da região.
- c) da autonomia política do Estado paraguaio, que se mantinha isolado de toda e qualquer interferência estrangeira.
- d) de questões geopolíticas, relacionadas aos processos de formação dos Estados nacionais na região do Prata.
- e) de esforços de formação de um mercado comum regional, que eliminaria barreiras alfandegárias entre os países sul-americanos.

26. **Cefet-MG 2015** A situação política no Uruguai é particularmente importante para entender o desencadear da Guerra do Paraguai. Em 1861, o presidente uruguaio Bernardo Berro, do Partido Blanco, se recusou a renovar com o Brasil o Tratado de Comércio e Navegação, de 1851. Com essa medida, reduziu a dependência do Uruguai em relação ao Império brasileiro. Ao mesmo tempo, ele instituiu um imposto sobre as exportações de gado em pé para o Rio Grande do Sul, atingindo os interesses de estancieiros gaúchos com propriedades no Uruguai. Por outro lado, o cenário político do rio da Prata ganhou um novo Estado Nacional em 1862, com o surgimento da República Argentina. A nação nasce sob a liderança da burguesia de Buenos Aires, tendo Bartolomeu Mitre como presidente.

FIGUEIREDO, Luciano (org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 364. (Adapt.).

De acordo com o texto, a tensão entre as quatro nações envolvidas na Guerra do Paraguai, iniciada pouco depois do contexto descrito, teria sido motivada pela

- a) ação imperialista da Inglaterra.
- b) disputa geopolítica no estuário do Prata.
- c) expansão do modelo federalista da Argentina.
- d) reprovação ao governo autoritário do Uruguai.
- e) convergência de interesses econômicos na América.

27. Fatec-SP Analise as afirmações sobre o contexto histórico da Guerra do Paraguai.

- I. O Paraguai era governado por Francisco Solano López, e o Brasil era governado pelo imperador D. Pedro II.
- II. O início da guerra está ligado à invasão da Argentina por tropas brasileiras, derrubando o presidente eleito pelo Partido Blanco e colocando o candidato do Partido Colorado no poder.
- III. Contra o Paraguai, os governos argentino, uruguaio e brasileiro formaram a Tríplice Aliança.
- IV. O resultado dessa guerra, para o Paraguai, foi não ter jamais se recuperado desse desastre militar; sua população masculina foi praticamente dizimada. Para o Brasil, significou o fortalecimento do Exército e a contração de novos empréstimos, aumentando a dívida externa, para compensar os gastos com a guerra.

É correto o que se apresenta em

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

28. UEG-GO 2017 Leia o texto a seguir.

As guerras estrangeiras, como métodos políticos, sempre foram encaradas pelo país como importunas e até criminosas, e nesse sentido especialmente a Guerra do Paraguai não deixou de sê-lo; os voluntários que a ela acudiram eram, de fato, muito pouco por vontade própria.

LIMA, Oliveira. In. HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 177.

O texto citado, do embaixador Oliveira Lima, tematiza a política belicista brasileira e corrobora a ideia de que

- a) o Brasil, secularmente, procura passar uma imagem externa de país pacífico e respeitoso da autonomia política dos países vizinhos.
- b) as guerras externas foram uma estratégia dos governantes a fim de consolidar a hegemonia imperialista do Brasil na América do Sul.
- c) o governo Imperial relutou decisivamente em envolver-se no conflito com o Paraguai, só o fazendo por causa da pressão popular.
- d) a participação do país em guerras estrangeiras, como na I e II Guerras Mundiais, faz parte do esforço de transformar o Brasil em uma potência militar.
- e) as guerras são utilizadas pelos governantes como estratégia política de desviar a opinião pública interna dos graves problemas sociais do país.

29. Fuvest-SP 2019 Observe as imagens das duas charges de Angelo Agostini publicadas no periódico *Vida Fluminense*. Ambas oferecem representações sobre a Guerra do Paraguai, que causaram forte impacto na opinião pública. A imagem I retrata Solano López como o “Nero do século XIX”; a imagem II figura um soldado brasileiro que retorna dos campos de batalha.



Sobre as imagens, é correto afirmar, respectivamente:

- a) Atribui um caráter redentor ao chefe da tropa paraguaia; fixa o assombro do soldado brasileiro ao constatar a persistência da opressão escravista.
- b) Denuncia os efeitos da guerra entre a população brasileira; ilustra a manutenção da violência entre a população cativa.
- c) Reconhece os méritos militares do general López; denota a incongruência entre o recrutamento de negros libertos e a manutenção da escravidão.
- d) Personifica o culpado pelo morticínio do povo paraguaio; estimula o debate sobre o fim do trabalho escravo no Brasil.
- e) Fixa atributos de barbárie ao ditador Solano López; sublinha a incompatibilidade entre o Exército e o exercício da cidadania.

30. FGV-SP 2018 A partir da década de 1970, ganhou espaço a interpretação de que o imperialismo inglês foi a causa da Guerra do Paraguai, deflagrada em dezembro de 1864. Segundo essa vertente, o trono britânico teria utilizado o Império do Brasil, a Argentina e o Uruguai para destruir um suposto modelo de desenvolvimento paraguaio, industrializante, autônomo, que não se submetia aos mandos e desmandos da potência de então. Estudos desenvolvidos a partir da década de 1980, porém, revelam um panorama bastante distinto.

DORADIOTO, Francisco. *Paraguai: guerra maldita*. Em: Luciano Figueiredo, *História do Brasil para ocupados*, 2013. (Adapt.).

Os novos estudos sobre a Guerra do Paraguai

- a) questionam a superioridade militar da aliança entre Argentina, Brasil e Uruguai e consideram que a vitória dessas nações derivou mais de algumas circunstâncias favoráveis do que da competência bélica.
- b) apontam para o expansionismo territorial do Império do Brasil como o principal causador dessa guerra, como pode ser verificado por meio das pretensões brasileiras por territórios divisos com o Paraguai e a Argentina.
- c) atribuem a responsabilidade do conflito aos quatro países envolvidos, que estavam em um momento particular de suas histórias, porque se encontravam em meio aos processos de construção e consolidação dos Estados Nacionais.

- d) demonstram como a inabilidade diplomática das nações envolvidas provocou uma guerra prolongada e muito cara, que, em última instância, gerou forte dependência econômica da região durante o resto do século XIX.
- e) realçam a importância do Uruguai e da Argentina como provocadores desse conflito regional porque defendiam que a navegação do estuário do Prata fosse exclusividade dessas nações, trazendo imediato prejuízo à Inglaterra.

31. Famerp-SP 2017 Ao mesmo tempo em que se exaltava a libertação dos escravos, temia-se por uma revolução fatal ao país, afirmando-se a necessidade de uma abolição lenta e gradual. Não havia um maior entrosamento entre os rebeldes negros e os abolicionistas, sendo que a própria propaganda abolicionista não se dirigia aos escravos, que tendiam a ser considerados bárbaros, incapazes de exercer ações políticas.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro*, 1987. (Adapt.).

O texto, que se refere ao Brasil da segunda metade do século XIX, trata

- a) do apoio inglês à abolição da escravidão, para ampliar o mercado consumidor brasileiro de produtos industrializados.
- b) da divergência entre os setores cafeicultores do Vale do Paraíba e os do Rio de Janeiro quanto ao emprego da mão de obra escrava.
- c) do esforço dos setores liberais na defesa do fim da escravidão e de todos os preconceitos raciais.
- d) da popularidade do movimento abolicionista, que contava com franco apoio das classes médias urbanas.
- e) da moderação de parte do movimento abolicionista, que também manifestava preconceitos raciais.

32. IFSul-RS 2016 A partir da segunda metade do século XIX, vários intelectuais, escritores, jornalistas e políticos discutiam a relação existente entre a utilização da mão de obra escrava e a questão do desenvolvimento nacional. Enquanto as nações europeias se industrializavam e buscavam formas de ampliar a exploração da mão de obra assalariada, o Brasil se afastava desses modelos de civilidade ao preservar a escravidão como prática rotineira.

Disponível em: <http://www.brasilecola.com/datas-comemorativas/dia-abolicao-escravatura.htm>. Acesso em 21 set. 2015.

A campanha abolicionista ganhou força nacional, mas ainda encontrava alguns obstáculos, tais como:

- a) a falta de apoio de alguns setores sociais, como o intelectual e o artístico.
- b) a noção de escravo como um bem, o que exigia indenização para os proprietários de escravos.
- c) a reação do proletariado urbano, pelo temor da concorrência da mão de obra escrava.
- d) o apoio dos senhores de engenho para a abolição, principalmente do setor açucareiro, devido à mecanização da agricultura nordestina.

33. IFSC 2015 VILLARREAL, Espanha — Um fato inusitado marcou a vitória do Barcelona sobre o Villarreal, de virada, por 3 a 2, neste domingo. Aos 30 minutos do segundo tempo, um torcedor jogou uma banana no campo, numa suposta atitude racista. O lateral-direito brasileiro, Daniel Alves, caminhou até lá, pegou a fruta e comeu. O jogo foi em Villarreal.

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/esportes/daniel-alves-come-banana-jogada-por-torcedor-em-jogo-do-barcelona-12314451#ixzz3508rmq6A>. Acesso: 10 ago. 2014.

O fato acima citado teve grande divulgação no Brasil e no mundo demonstrando que ainda existe casos de racismo no mundo. No Brasil, o racismo tem relação direta com o período de escravidão. Sobre as leis que deram fim à escravidão analise as seguintes afirmações:

- I. A lei do Ventre Livre não libertava o recém-nascido, mas fazia-o já nascer livre.
- II. A lei Eusébio de Queirós, de 1850, é considerada a primeira lei abolicionista em território brasileiro.
- III. A Lei Áurea, assinada em 1888, abolia a escravidão no Brasil e proibia qualquer tipo de ato racista contra os libertos.
- IV. Em 1885 foi assinada a Lei do Sexagenário que libertava os negros com setenta anos, lei criticada, pois nenhum escravo chegou a essa idade.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmações I e III são verdadeiras.
- c) Apenas as afirmações II e III são verdadeiras.
- d) Apenas as afirmações I e IV são verdadeiras.
- e) Apenas as afirmações III e IV são verdadeiras.

34. Unesp 2022 Os periódicos que circulavam no Brasil durante o Segundo Reinado (1840-1889) eram

- a) voltados à cobertura de questões e debates religiosos, uma vez que a maior parte da imprensa mantinha vínculo direto com a Igreja.
- b) editados no Rio de Janeiro e distribuídos, por meio fluvial ou marítimo, apenas para as capitais provinciais do país.
- c) provenientes de Portugal e se valiam da identidade linguística e de um público que já se habituara a eles desde os tempos da colônia.
- d) controlados estritamente pela Coroa, que censurava as publicações e impedia a divulgação de notícias contrárias ao regime ou ao imperador.
- e) publicados sobretudo pelos setores brancos hegemônicos, com a presença de alguns jornais escritos por negros e dedicados aos negros.

35. Unicamp-SP 2013 Assinale a afirmação correta sobre a política no Segundo Reinado no Brasil.

- a) Tratava-se de um Estado centralizado, política e administrativamente, sem condições de promover a expansão das forças produtivas no país.
- b) O imperador se opunha ao sistema eleitoral e exercia os poderes Moderador e Executivo, monopolizando os elementos centrais do sistema político e jurídico.

- c) O surgimento do Partido Republicano, em 1870, institucionalizou uma proposta federalista que já existia em momentos anteriores.
- d) A política imigratória, o abolicionismo e a separação entre a Igreja e o Estado fortaleceram a monarquia e suas bases sociais, na década de 1870.

36. Fuvest-SP 2017 No Brasil, do mesmo modo que em muitos outros países latino-americanos, as décadas de 1870 e 1880 foram um período de reforma e de compromisso com as mudanças. De maneira geral, podemos dizer que tal movimento foi uma reação às novas realidades econômicas e sociais resultantes do desenvolvimento capitalista não só como fenômeno mundial, mas também em suas manifestações especificamente brasileiras.

COSTA, Emília Viotti da, "Brasil: a era da reforma, 1870-1889". In: Leslie Bethell, *História da América Latina*, v. 5. São Paulo: Edusp, 2002. (Adapt.).

A respeito das mudanças ocorridas na última década do Império do Brasil, cabe destacar a reforma

- a) eleitoral, que, ao instituir o voto direto para os cargos eletivos do Império, ao mesmo tempo em que proibiu o voto dos analfabetos, reduziu notavelmente a participação eleitoral dos setores populares.
- b) religiosa, com a adoção do ultramontanismo como política oficial para as relações entre o Estado brasileiro e o poder papal, o que permitiu ao Império ganhar suporte internacional.
- c) fiscal, com a incorporação integral das demandas federativas do movimento republicano por meio da revisão dos critérios de tributação provincial e municipal.
- d) burocrática, que rompeu as relações de patronato empregadas para a composição da administração imperial, com a adoção de um sistema unificado de concursos para preenchimento de cargos públicos.
- e) militar, que abriu espaço para que o alto-comando do Exército, vitorioso na Guerra do Paraguai, assumisse um maior protagonismo na gestão dos negócios internos do Império.

37. Unesp 2018

Agostini, 05.02.1887. Aquid Renato Lemos. Uma história do Brasil através da caricatura, 2006.



É correto interpretar a charge, que representa D. Pedro II e foi publicada em 1887, como uma

- a) demonstração da exaustão provocada pela diversidade de atividades exercidas pelo imperador.
- b) valorização do esforço do imperador em manter-se atualizado em relação ao que acontecia no país.

- c) crítica à passividade e à inoperância do imperador em meio a um período de dificuldades no país.
- d) denúncia da baixa qualidade da imprensa monárquica e de suas insistentes críticas ao imperador.
- e) celebração da serenidade e harmonia das relações sociais no país durante o Império.

38. Unesp 2015 Não há dúvida de que os republicanos de São Paulo e do Rio de Janeiro representavam preocupações totalmente distintas. Enquanto os republicanos da capital, ou melhor, os que assinaram o Manifesto de 1870, refletiam as preocupações de intelectuais e profissionais liberais urbanos, os paulistas refletiam preocupações de setores cafeicultores de sua província. [...] A principal preocupação dos paulistas não era o governo representativo ou os direitos individuais, mas simplesmente a federação, isto é, a autonomia estadual.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem*, 1980.

As diferenças entre os republicanos de São Paulo e do Rio de Janeiro, nas décadas de 1870 e 1880, podem ser explicadas, entre outros fatores,

- a) pelo interesse dos paulistas em reduzir a interferência do governo central nos seus assuntos econômicos e em concentrar, na própria província, a maior parte dos recursos obtidos com exportação.
- b) pela disposição dos intelectuais da capital de assumir o controle pleno da administração política nacional e de eliminar a hegemonia econômica dos cafeicultores e comerciantes de São Paulo.
- c) pela ausência de projetos políticos nacionais comuns aos representantes de São Paulo e do Rio de Janeiro e pela defesa pragmática dos interesses econômicos das respectivas províncias.
- d) pelo esforço dos paulistas em eliminar as disparidades regionais e em aprofundar a unidade do país em torno de um projeto de desenvolvimento econômico nacional.
- e) pela presença dos principais teóricos ingleses e franceses do liberalismo no Rio de Janeiro e por sua influência junto à intelectualidade local e ao governo monárquico.

39. FGV-SP 2015 No livro de crônicas *Cidades Mortas*, o escritor Monteiro Lobato descreve o destino de ricas cidades cafeicultoras do Vale do Paraíba. Bananal, que chegou a ser a maior produtora de café da província de São Paulo, tornou-se uma "cidade morta", que vive do esplendor do passado: transformou-se em uma estância turística-histórica, mantendo poucas sedes majestosas conservadas, como a da Fazenda Resgate. A maioria, entretanto, está em ruínas. O fim da escravidão foi o fim dos barões. E também o fim do Império.

FARIA, Sheila de Castro. *Ciclo do café* In Luciano Figueiredo (org), *História do Brasil para ocupados*, 2013, p.164.

Sobre a conclusão apresentada no texto, é correto afirmar que

- a) a decadência econômica do vale do Paraíba tem fortes vínculos com as periódicas crises internacionais que reduziam a demanda pelo café, mas a causa central da derrocada do cultivo nessa região foi a ação do Império combatendo a imigração.

- b) o Centro-Sul, especialmente a região do vale do Paraíba, manteve uma constante crítica à Monarquia, em razão da defesa que esta fazia do federalismo, opondo-se ao centralismo político-administrativo, prejudicial aos negócios do café.
- c) a decadência da produção cafeeira no vale do Paraíba, relacionada aos problemas de solo, foi impulsionada pela abolição da escravatura, fato que levou os grandes proprietários de terra da região a retirarem o seu apoio à Monarquia.
- d) as divergências entre os cafeicultores do vale do Paraíba e a liderança do Partido Conservador cristalizaram-se com o fim do tráfico de escravos, culminando no rompimento definitivo com a lei do Ventre Livre.
- e) a posição antimonarquista dos cafeicultores do vale do Paraíba, fundadores do Partido Republicano, resultou na imposição de medidas, por parte da elite imperial, prejudiciais a essa elite, como a proibição da entrada de imigrantes.

40. Famerp-SP 2018 Campos achava grande prazer na viagem que íamos fazendo em trem de ferro. Eu confessava-lhe que tivera maior gosto quando ali ia em caleças tiradas a burros, porque ia vendo, ao longe, cá embaixo, aparecer a pouco o mar e a cidade. O trem leva a gente de corrida, de afogadilho, desesperado, até à própria estação de Petrópolis. Campos continuou a dizer todo o bem que achava no trem de ferro. Só o tempo que a gente poupa! Falei do progresso, ele também, e chegamos satisfeitos à cidade da serra.

ASSIS, Machado de Assis. *Memorial de Aires*, 1988. (Adapt.).

A trama do romance, publicado em primeira edição em 1908, transcorre na sociedade carioca do ano de 1888. O excerto reproduz o diálogo de dois amigos, referindo-se à

- a) tendência do governo imperial de evitar os relacionamentos da sociedade brasileira com as novidades europeias.
- b) incompatibilidade das tecnologias importadas com uma sociedade sustentada pelo trabalho escravo.
- c) questão das mudanças de costumes sociais provocadas por processos de modernização histórica.
- d) consciência do atraso histórico do Império no quadro das repúblicas democráticas da América.
- e) imitação pela sociedade da Corte dos comportamentos antieconômicos das elites europeias.

Textos complementares

Manifesto Republicano de 1870

No Brasil, antes ainda da ideia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território.

[...]

A autonomia das províncias é, pois, para nós, mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira.

O regime da federação, baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses de representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira.

Se carecêssemos de uma fórmula para assinalar, perante a consciência nacional, os efeitos de um e outro regime, nós a resumiríamos assim: Centralização — Desmembramento. Descentralização — Unidade. [...]

Em conclusão:

Expostos os princípios gerais que servem de base à democracia moderna, única que consulta e respeita o direito à opinião dos povos, temos tornado conhecido o nosso pensamento.

Como o nosso intuito deve ser satisfeito pela condição da preliminar estabelecida na própria carta outorgada, a convocação de uma Assembleia Constituinte com amplas faculdades para instaurar um novo regime é necessidade cardeal.

As reformas a que aspiramos são complexas e abrangem todo o nosso mecanismo social.

Negá-las absolutamente, fora uma obra ímpia, porque se provocaria a resistência.

Aprazá-las indefinidamente, fora um artifício grosseiro e perigoso.

Fortalecidos, pois, pelo nosso direito e pela nossa consciência, apresentamo-nos perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do partido republicano federativo.

Somos da América e queremos ser americanos.

A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos.

A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem de opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam.

Perante a Europa passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesão. Perante a América passamos por ser uma democracia monarquizada, aonde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano.

Em tais condições pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo.

O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de coisas, pondo-nos em contato fraternal com todos os povos, e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte.

Manifesto Republicano de 1870. In: Américo Brasiliense de Almeida e Melo. *Os programas dos partidos e o segundo Império*: primeira parte. Exposição de princípios. São Paulo: Tip. Jorge Seckler, 1878. p. 59-85. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20131203005705/http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/manifesto-republicano.pdf>. Acesso em: 6 out. 2022.

Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

[...]

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império.

Princesa Imperial Regente.

Rodrigo Augusto da Silva

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 6 out. 2022.

Resumindo

- A Consolidação do Estado nacional (1841-1870)
 - Montagem do parlamentarismo às avessas
 - Economia cafeeira e modernização econômica
 - Fim do tráfico atlântico de escravizados
 - Imigração europeia
 - Questões platinas e Guerra do Paraguai
- Crise do Império (1870-1889)
 - Politização do exército
 - Movimento republicano
 - Abolição da escravidão
- Proclamação da República

Quer saber mais?



Livros

COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

_____. *A abolição*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

Nessas obras, a autora analisa os processos de instauração da República e de abolição da escravidão no Brasil.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A economia cafeeira*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

O livro analisa a propagação do consumo do café e os interesses econômicos e políticos envolvidos em sua produção, aspectos que o tornaram um dos principais produtos da economia ocidental.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Política e cultura no Império brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

Entre outros temas, a obra trata da presença de mulheres no plano político durante a experiência monárquica no Brasil.



Podcast

História Pirata #26 – Emancipação, pós-abolição e histórias antirracistas com Ana Flávia Magalhães.

O programa debate questões relacionadas ao período pós-abolição da escravidão no Brasil.

Exercícios complementares

1. Fuvest-SP

Canção 1

Suba ao trono o jovem Pedro
Exulte toda a Nação;
Os heróis, os pais da Pátria
Aprovaram com união.

Canção 2

Por subir Pedrinho ao trono,
Não fique o povo contente;
Não pode ser coisa boa
Servindo com a mesma gente

Quadrinhas populares cantadas nas ruas do Rio de Janeiro em 1840.

Compare as quadrinhas populares e responda:

- Por que D. Pedro II tornou-se imperador, antes dos dezoito anos, como previa a Constituição?
- Quais as diferentes posições políticas expressas nas duas canções populares?

2. UFJF/Pism-MG 2022 O sistema político e institucional que surgiu a partir do processo de Independência do Brasil, em 1822, foi o sistema monárquico imperial, que atingiu o auge nas décadas de 1850 e 1860. A partir dos anos de 1870, um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e ideológicos levariam ao término do regime imperial escravista, culminando com a derrubada da Monarquia em ação coordenada pelos militares, especialmente do Exército, em novembro de 1889.

- a) Cite e caracterize UM dos fatores (sociais, políticos, econômicos ou ideológicos) que contribuiu para o declínio e superação da Monarquia.
- b) O regime político instalado em 1889 foi o mesmo que está vigente hoje em dia no Brasil, a República. Cite e caracterize UM de seus atributos institucionais.

3. UFPR No Brasil Império predominava o liberalismo como orientação para a organização da sociedade. Em 1886, o visconde de Ouro Preto, senador do Império do Brasil, afirmou ser “um escárnio dizer-se que se rege o Brasil pelo sistema representativo, pois é uma nação de 13 a 14 milhões de habitantes, com apenas 150 mil eleitores.”

Atas do Senado, sessão de 11 de junho de 1886. Apud Beatriz Westin de Cerqueira Leite, “O Senado nos Anos Finais do Império (1870-1889)”. Brasília, Senado Federal, 1978, p. 25.

- a) Mencione duas características do liberalismo brasileiro no período do Império no Brasil.
- b) Caracterize a diferença do sistema eleitoral representada na fala do visconde de Ouro Preto em relação ao vigente no Brasil atual.

4. UEL-PR 2020 Leia o texto e observe a imagem a seguir.



Museu Nacional em 2 de setembro de 2018, onde estava depositada grande parte das coleções de D. Pedro II. *Folha de Londrina*.

O fato é que a imagem pública de D. Pedro viajava por meio de seus objetos e de suas coleções. E desse conjunto de coleções talvez a mais emblemática seja aquela que constou no seu “museu” e que acabou ganhando vida, em separado. [...]

Não por coincidência, nesse mesmo momento o monarca fazia todo um projeto em que elevava sua imagem, como grande representante desta nação. E era por meio das artes, da ciência, da educação, da história e da geografia que o monarca fazia jus à ideia de que centralizava a nação. [...] Tendo em mente essa representação de Pedro II, cunhada pessoal e publicamente, pretendeu-se, pois, refletir sobre as coleções particulares do monarca – entre objetos de mineralogia, múmias ou fotografias – mas que eram também públicas, mostrando como, na verdade, essa divisão, no caso da realeza, pouco se verifica.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; DANTAS, Regina. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do IEB*, São Paulo, n. 46, fev. 2008, p. 154.

Com base no texto e na imagem, responda aos itens a seguir.

- a) De acordo com o texto e os conhecimentos sobre o Brasil no século XIX, que imagem de si, como chefe da nação, D. Pedro II buscou projetar por meio de suas coleções? Cite, ao menos, dois elementos que justifiquem sua resposta.
- b) A partir das informações presentes no texto e com base na imagem, quais patrimônios históricos foram atingidos pelo incêndio que assolou o Museu Nacional em 2018? Cite, ao menos, dois exemplos.

5. Uerj Gonçalves Dias é um dos principais representantes do Romantismo no Brasil, movimento contemporâneo ao processo de consolidação do Estado monárquico brasileiro e que forneceu elementos simbólicos para a construção da identidade nacional. Observe este fragmento de um de seus poemas:

Canção do Tamoio

Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.
A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos
Só pode exaltar.
(...)
E pois que és meu filho,
Meus brios reveste;
Tamoio nasceste,
Valente serás.
Sê duro guerreiro,
Robusto, fragueiro,
Brasão dos tamoios
Na guerra e na paz.
(...)
Porém se a fortuna,
Traíndo teus passos,
Te arroja nos laços
Do inimigo falaz!
Na última hora
Teus feitos memora,
Tranquilo nos gestos,
Impávido, audaz.
(...)

Antônio Gonçalves Dias www.cin.ufpe.br

Identifique, em *Canção do Tamoio*, um elemento integrante da proposta de construção da identidade nacional brasileira. Justifique também a utilização desse elemento pelo movimento romântico.

6. **Unicamp-SP** A fotografia assume um papel importante na construção da imagem de um Brasil muito mais ligado com o futuro imperial do que com o seu passado colonial. A necessidade da experiência visual é uma constante no século XIX. Numa sociedade em que a grande maioria da população era analfabeta, tal experiência possibilitava um novo tipo de conhecimento, mais imediato, mais generalizado, ao mesmo tempo que habilitava os grupos sociais a formas de auto-representação até então reservadas à pequena parte da elite que encomendava a pintura de um retrato.

Adaptado de Ana Maria Mauad, "Imagem e autoimagem do segundo reinado". In: Luiz Felipe de Alencastro (org.), "História da vida privada no Brasil". São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 2, p. 187-189.

- a) Segundo o texto, quais eram as funções da fotografia no Brasil do século XIX?
- b) Cite duas características do "passado colonial" que permaneceram durante o Império.
7. **UFU-MG** Leia o fragmento a seguir.

Está sagrado o muito alto e muito poderoso Príncipe o Senhor D. Pedro II por graça de Deus, e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e defensor Perpétuo do Brasil. – Viva o Imperador!

Coroação de D. Pedro II. Notícia do "Jornal do Comércio", publicada em 20 de julho de 1841. APUD: BONAVIDES, R. & AMARAL VIEIRA, A. (org.). "Textos políticos da história do Brasil: Independência - Império", Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, s/d. p. 322.

Utilizando elementos do texto apresentado, responda: Como é possível explicar a adoção, no texto, das expressões "por graça de Deus" e "unânime aclamação dos povos", referentes à chegada de D. Pedro II ao poder, e das expressões "Imperador Constitucional" e "defensor perpétuo do Brasil" como atributos deste governante?

8. **Unicamp-SP 2018** No dia seguinte ao decreto da Libertação, negros e negras deixaram apressadamente os lugares onde tinham vivido durante longo tempo nas humilhações da escravidão e, das fazendas e sítios, afluíram em direção às cidades próximas. A maior parte desses novos cidadãos livres tinha pequenas economias. Ora, seu primeiro ato foi correr às lojas de calçados.

Louis Albert Gaffre, *Visions du Brésil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1912, p. 205. Disponível em: <https://archive.org/details/visionsdubrsil00gaff>. Acessado em 01/08/2017. (Adapt.).

- a) Considerando o depoimento citado, explique um significado social do uso do sapato na época.
- b) Nomeie duas estratégias de sobrevivência dos brancos pobres, mestiços e forros no período do pós-abolição.
9. **Unesp 2017** Leia o trecho do romance *Dom Casmurro* (1899), de Machado de Assis (1839-1908), em que o personagem Bento apresenta ao amigo Escobar os bens de sua família.

– Não, agora não voltamos mais [a viver na fazenda]. Olhe, aquele preto que ali vai passando, é de lá. Tomás!

– Nhonhô!

Estávamos na horta da minha casa, e o preto andava em serviço; chegou-se a nós e esperou.

– É casado, disse eu para Escobar. Maria onde está?

– Está socando milho, sim, senhor.

[...]

– Bem, vá-se embora.

Mostrei outro, mais outro, e ainda outro, este Pedro, aquele José, aquele outro Damião...

– Todas as letras do alfabeto, interrompeu Escobar.

Com efeito, eram diferentes letras, [...] distinguindo-se por um apelido ou da pessoa [...] ou de nação como Pedro Benguela, Antônio Moçambique.

– E estão todos aqui em casa? perguntou ele.

– Não, alguns andam ganhando na rua, outros estão alugados. Não era possível ter todos em casa. Nem são todos os da roça: a maior parte ficou lá.

Dom Casmurro, 1994.

O enredo de *Dom Casmurro* transcorre na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império brasileiro. A partir da análise do trecho, explicita a visão do proprietário sobre os seus escravos, as origens desses escravos e os tipos de exploração escravista na sociedade brasileira do século XIX.

10. UFRJ



— Queira perdoar, mas... com aquelle negrinho não pode entrar.

— Mas é que eu não posso separar-me delle: é quem me veste, quem me dá de comer, quem... me serve em tudo, afinal!

— É que... enfim, em atenção às illustres qualidades pessoas de tao sabio soberano, creio que as nações civilizadas não duvidarão em admiti-lo.

LEMOS, Renato. *Uma História do Brasil através da caricatura, 1840-2001*. Rio de Janeiro: Bom Texto e Letra & Expressões Editoras, 2001, p. 13.

Explique de que maneira a charge acima, de autoria de Angelo Agostini, expressa uma das ambiguidades presentes na sociedade brasileira do Segundo Reinado (1840-1889) em relação à Escravidão.

- 11. Unicamp-SP 2022** Luís Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882) foi um abolicionista, orador, jornalista e escritor brasileiro. Nascido de mãe negra e pai branco, foi, contudo, escravizado aos 10 anos de idade e permaneceu analfabeto até os 17 anos. Conquistou judicialmente sua liberdade e atuou na advocacia em prol dos escravizados. Entre seus poemas, lê-se:

Ciências e letras
Não são para ti
Pretinho da Costa
Não é gente aqui.

Em 2015, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, concedeu-lhe o título de advogado. Em 2018, seu nome foi inscrito no Livro de Aço dos heróis nacionais, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves.

Adaptado de Lígia Fonseca Ferreira, *Luiz Gama autor, leitor, editor: revisitando as Primeiras Trovas Burlescas de 1859 e 1861*. Estudos Avançados. 2019, v. 33, n. 96.

A partir da leitura do texto e de suas reflexões,

- liste e explique dois aspectos da relação entre origem social e formas de acesso ao mundo das ciências e letras no período em que Gama atuou;
- cite e analise dois significados, no contexto do Brasil do século XXI, da concessão do título de advogado a Luiz Gama.

- 11. Unesp 2014** É particularmente no Oeste da província de São Paulo – o Oeste de 1840, não o de 1940 – que os cafezais adquirem seu caráter próprio, emancipando-se das formas de exploração agrária estereotipadas desde os tempos coloniais no modelo clássico da lavoura canavieira e do “engenho” de açúcar.

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, 1987.

Cite duas semelhanças e duas diferenças significativas entre a exploração agrária cafeeira no Oeste paulista do século XIX e a que predominou na lavoura canavieira no Nordeste colonial.

- 12. Fuvest-SP 2017** O café passou a ser o produto das grandes fazendas doadas em sesmarias, enquanto a corte portuguesa residia no Rio de Janeiro. Na verdade, o café foi a salvação da aristocracia colonial. Foi também a salvação da corte imperial cambaleante, que, assediada por rebeliões regenciais e duramente pressionada a pagar pelas burocracias civil e militar necessárias para consolidar o Estado, foi resgatada pelas receitas do café que afluíam para a alfândega do Rio de Janeiro. Caso as condições de cultivo tivessem sido mais favoráveis ao café nas distantes e rebeldes cidades do Recife, Porto Alegre ou São Luís, seriam geradas forças centrífugas que teriam dividido o Brasil.

Warren Dean, *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, 1996. Adaptado.

A partir do texto,

- indique a localização geográfica da cultura do café no Império do Brasil, mencionando qual foi sua maior zona produtora;
- caracterize a economia das províncias que, entre 1835 e 1845, rebelaram-se contra o poder central do Império.

- 13. FGV-SP 2018** A integração da ordem “tradicional” às atividades econômicas e sua redefinição tendo em vista as práticas capitalistas pode também ser observada em outros setores dos negócios cafeeiros. Ainda a “confiança” que fundamentou o comportamento nesse ramo aparece claramente associada a um requisito básico das práticas capitalistas: a rapidez.

No trânsito do café pelo Rio de Janeiro, as operações eram marcadas por um ritmo acelerado. Ao chegar do interior, sua estadia nos armazéns da estrada de ferro, sem que os comissários ficassem sujeitos a multas pesadas, era no máximo de oito dias.

FRANCO, M. S. de C., *Homens livres na ordem escravocrata*. 4a ed., São Paulo: Unesp, 1997, p. 182.

- Aponte duas diferenças entre a produção cafeeira do Vale do Paraíba e a do Oeste paulista no século XIX.
- Descreva os papéis dos comissários nos negócios do café.
- Indique e explique dois aspectos nitidamente capitalistas na produção cafeeira do Oeste paulista.

- 14. Unesp** Os trechos a seguir reproduzem queixas feitas por imigrantes italianos ao vice-consulado italiano em São Paulo no fim do século XIX:

Ontem, em torno das 13 horas, apresentou-se nesse escritório o Sr. Vincenzo Pietrocola, colono da fazenda “X” e me comunicou que no dia precedente, entre 15 e 16 horas, foi agredido, junto com alguns companheiros de trabalho, por indivíduos ligados ao setor administrativo da fazenda, comandados pelo capataz da fazenda (...)

No dia (...) a filha de L. C., de 4 anos, brincava perto da casa paterna enquanto seus pais estavam trabalhando. Aproximou-se o neto do patrão, João de Souza, de 17 anos, e com agrados e promessas de doces conduziu a pequena até os fundos de sua casa (...) jogando-a no chão e obedecendo aos seus monstruosos instintos, deflorou-a (...) o pai percorre 14 quilômetros que o separava da cidade para dar queixa ao delegado de polícia (...) até perceber que não tinha a menor chance de ver seu protesto levado avante, porque o delegado era parente e amigo do estuprador (...).

apud Zuleika M. F. Alvim, *Brava gente!*, São Paulo.

Identifique e explique os elementos de permanência da ordem escravista, nas condições de vida dos imigrantes italianos.

- 15. Uece 2021** A imprensa local veiculou, no último mês de novembro, que o pesquisador cearense Licínio Nunes de Miranda, em sua pesquisa de doutoramento, encontrou, no cemitério São João Batista, em Fortaleza, o túmulo esquecido do herói nacional Francisco José do Nascimento, desta forma trazendo à tona o importante papel deste personagem

- no processo que levou à abolição da escravidão no Ceará, ocorrida em 25 de março de 1884, quatro anos antes da Lei Áurea, e que lhe rendeu a alcunha de Dragão do Mar.
- na Guerra do Paraguai, na qual teve notável participação e encontrou a morte após a batalha de Tuiuti, em 1866, tornando-se o Patrono da Infantaria brasileira.

- c) na Revolução Pernambucana de 1817 e na Confederação do Equador, sendo um dos líderes desse movimento em terras cearenses, tornando-se um mártir da Confederação do Equador.
- d) na luta contra a varíola que dizimou parte da população cearense nos anos finais do século XIX e no início do século XX, tendo sido também escritor e participante da Padaria Espiritual.

16. Unicamp-SP Na década de 1840, com a perspectiva do fim do tráfico negreiro, o governo brasileiro começou a interessar-se por fontes alternativas de mão de obra, encorajando a imigração de “trabalhadores pobres, moços e robustos” e tentando fixá-los nas fazendas de café. Se os imigrantes tivessem de comprar terras e os preços fossem mantidos em alta, eles seriam obrigados a trabalhar alguns anos antes de poderem comprar seu próprio lote. A Lei de Terras foi aprovada em 18 de setembro de 1850, duas semanas após a aprovação da lei contra o tráfico de escravos.

Adaptado de Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho, “O Brasil da Independência a meados do século XIX”. In: Leslie Bethell (org.), “História da América Latina: da Independência a 1870”, vol. III. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial, 2001, p. 753-54, 766.

- a) Como se dava o acesso à terra antes e depois da promulgação da Lei de Terras de 1850?
- b) De que maneira a Lei de Terras de 1850 buscou promover o trabalho livre?

17. Unifesp Na Bélgica haviam impresso e exposto à venda um folheto em flamengo, com tradução francesa, no qual se prometia aos trabalhadores o salário de seis a quinze francos diários. O folheto pareceu-me um chamariz para aliciar gente para o Brasil. Chegaram ao Rio vários navios com esses iludidos.

Robert Avé-Lallement. “Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo”, 1858. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

O relato mostra o incentivo à imigração europeia para o Brasil na metade do século XIX. Explique:

- a) Por que o autor considera os imigrantes “iludidos”, explorando a semelhança com a experiência de alemães e suíços que vieram ao Brasil na década anterior.
- b) A importância e o significado da mão de obra imigrante no Brasil da metade do século XIX.

18. UFRJ

População livre segundo a profissão, Província de São Paulo – 1872				
Profissão	Brasileiros		Estrangeiros	
		%		%
Profissionais liberais	3.331	0,5	265	1,6
Artistas	4.118	0,6	323	1,9
Capitalistas proprietários	1.898	0,3	192	1,2
Manufatureiros e fabricantes	1.334	0,2	291	1,8
Comerciantes, guarda-livros e caixeiros	7.846	1,2	1.909	11,5
Profissões manufatureiras e mecânicas	46.611	7,0	2.653	16,0
Profissões agrícolas	232.965	35,1	4.973	30,0
Criados e jornaleiros	24.570	3,7	1.815	11,0
Serviços domésticos	83.383	12,5	1.861	11,2
Outras profissões	1.790	0,3	101	0,6
Sem profissão	256.329	38,6	2.184	13,2
TOTAL	664.175	100,0	16.567	100,0

Fonte: Adaptado do *Atlas da Imigração internacional em São Paulo 1850-1950*. BASSANEZI, SCOTT, BACELLAR e TRUZZI. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 36

Na virada do século XIX para o XX, o Brasil recebeu um imenso contingente de populações da Europa e, em menor número, da Ásia, e boa parte deste contingente se estabeleceu na região paulista. No censo de 1872, a presença de estrangeiros já se manifesta, ainda que com números bem mais modestos do que se verá posteriormente. De todo modo, nesse censo já há indicações das transformações que se anunciam, como é o caso daquelas ocorridas no mercado de trabalho (conforme a tabela acima).

- a) Com base na tabela, compare a forma de inserção dos imigrantes e dos brasileiros no mercado de trabalho paulista daquele momento.
- b) Diferencie as políticas migratórias adotadas pelo Segundo Império (1840-1889) para o sul e para o sudeste do Brasil.

20. Unicamp-SP Muitos historiadores argumentaram que a parceria era menos eficiente que o trabalho assalariado. Por que, então, os fazendeiros de São Paulo adotaram o sistema de parceria? A parceria permitia que o proprietário se beneficiasse do trabalho da família dos parceiros. Os fazendeiros sempre se opuseram ao recrutamento de homens solteiros, argumentando que os imigrantes com família mostravam-se menos propensos a abandonar as fazendas. Isso pode ser verdade, mas certamente era de igual importância o fato de que as famílias dos imigrantes constituíam uma reserva de trabalho barato na época da colheita, que exigia mais braços.

Adaptado de Verena Stolcke e Michael Hall, A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo, em *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 3, nº 6, p. 88-89, 1983.

- Identifique no texto dois argumentos a favor da imigração de famílias para as fazendas paulistas.
- Que fatores levaram o governo paulista a subvencionar a imigração no final do século XIX?

21. Unesp A presença do rio da Prata e seus afluentes é um elemento explicativo da “vocação”   integração existente entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Os rios desse estuário, ao mesmo tempo que dividem territórios nacionais, configuram um espaço privilegiado, facilitando contatos e intercâmbios.

Heloisa Jochims Reichel e Ieda Gutfreind.
Fronteiras e guerras no Prata, 1995.

Cite um exemplo de práticas econômicas comuns entre os distintos habitantes da região do Prata no período colonial e um conflito l  ocorrido durante o século XIX. Avalie o estágio da integração hoje existente entre os países que têm territórios nessa  rea.

22. Unesp 2018 [...] as causas da guerra contra o Paraguai estão na própria dinâmica da construção dos Estados nacionais na região do Rio da Prata.

Francisco Doratioto. *A Guerra do Paraguai*, 1991.

- Quais países lutaram contra o Paraguai no conflito que transcorreu entre 1864 e 1870?
- Justifique a afirmação de que “as causas da guerra contra o Paraguai estão na própria dinâmica da construção dos Estados nacionais na região do Rio da Prata”.

23. Fuvest-SP Observe os dois quadros a seguir.



Fonte: Victor Meirelles de Lima. *Combate naval de Riachuelo*, 2  versão, 1882/1883.



Fonte: Juan Manuel Blanes. *A destruição causada pela guerra*, 1880.

Essas duas pinturas se referem   chamada Guerra da Tríplice Alianç a (ou Guerra do Paraguai), ocorrida na América do Sul entre 1864 e 1870.

- Esses quadros foram pintados cerca de dez anos depois de terminada a Guerra do Paraguai, o primeiro, por um brasileiro, o segundo, por um uruguaio. Analise como cada um desses quadros procura construir uma determinada visão do conflito.
- A Guerra do Paraguai foi antecedida por vários conflitos na região do Rio da Prata, que coincidiram e se relacionaram com o processo de construção dos Estados nacionais na região. Indique um desses conflitos, relacionando-o com tal processo.

24. Unesp (Adapt.)

A retirada da Laguna

Formação de um corpo de exército incumbido de atuar, pelo norte, no alto Paraguai – Distâncias e dificuldades de organização.

Para dar uma ideia aproximada dos lugares onde ocorreram, em 1867, os acontecimentos relatados a seguir,   necessário lembrar que a República do Paraguai, o Estado mais central da América do Sul, após invadir e atacar simultaneamente o Império do Brasil e a República

Argentina em fins de 1864, encontrava-se, decorridos dois anos, reduzida a defender seu território, invadido ao sul pelas forç s conjuntas das duas potências aliadas, às quais se unira um pequeno contingente de tropas fornecido pela República do Uruguai.

Do lado sul, o caudaloso Paraguai, um dos afluentes do rio da Prata, oferecia um acesso mais fácil até a (1)fortaleza de Humaitá, que se transformara, graças à sua posição especial, na chave de todo o país, adquirindo, nesta guerra encarniçada, a importância de (2)Sebastopol na campanha da Crimeia.

Do lado da província brasileira de Mato Grosso, ao norte, as operações eram infinitamente mais difíceis, não apenas porque milhares de quilômetros a separam do litoral do Atlântico, onde se concentram praticamente todos os recursos do Império do Brasil, como também por causa das cheias do rio Paraguai, cuja porção setentrional, ao atravessar regiões planas e baixas, transborda anualmente e inunda grandes extensões de terra.

O plano de ataque mais natural, portanto, consistia em subir o rio Paraguai, a partir da República Argentina, até o centro da República do Paraguai, e em descê-lo, pelo lado brasileiro, a partir da capital de Mato Grosso, Cuiabá, que os paraguaios não haviam ocupado.

Esta combinação de dois esforços simultâneos teria sem dúvida impedido a guerra de se arrastar por cinco anos consecutivos, mas sua realização era extraordinariamente difícil, em razão das enormes distâncias que teriam de ser percorridas: para se ter uma ideia, basta relancear os olhos para o mapa da América do Sul e para o interior em grande parte desabitado do Império do Brasil.

No momento em que começa esta narrativa, a atenção geral das potências aliadas estava, pois, voltada quase exclusivamente para o sul, onde se realizavam operações de guerra em torno de Curupaiti e Humaitá. O plano primitivo fora praticamente abandonado, ou, pelo menos, outra função não teria senão submeter às mais terríveis provações um pequeno corpo de exército quase perdido nos vastos espaços desertos do Brasil.

Em 1865, no início da guerra que o presidente do Paraguai, (3)López, sem outro motivo que a ambição pessoal, suscitara na América do Sul, mal amparado no vão pretexto de manter o equilíbrio internacional, o Brasil, obrigado a defender sua honra e seus direitos, dispôs-se resolutamente à luta. A fim de enfrentar o inimigo nos pontos onde fosse possível fazê-lo, ocorreu naturalmente a todos o projeto de invadir o Paraguai pelo norte; projetou-se uma expedição deste lado.

Infelizmente, este projeto de ação diversionária não foi realizado nas proporções que sua importância requeria, com o agravante de que os contingentes acessórios com os quais se contara para aumentar o corpo de exército expedicionário, durante a longa marcha através das províncias de São Paulo e de Minas Gerais, falharam em grande parte ou desapareceram devido a uma epidemia cruel de varíola, bem como às deserções que ela motivou. O avanço foi lento: causas variadas, e sobretudo a dificuldade de fornecimento de víveres, provocaram a demora.

Só em julho pôde a força expedicionária organizar-se em (4)Uberaba, no alto Paraná (a partida do Rio de Janeiro ocorrera em abril); contava então com um efetivo de cerca

de 3 mil homens, graças ao reforço de alguns batalhões que o coronel José Antônio da Fonseca Galvão havia trazido de (5)Ouro Preto.

Não sendo esta força suficiente para tomar a ofensiva, o comandante-em-chefe, Manoel Pedro Drago, conduziu-a para a capital de Mato Grosso, onde esperava aumentá-la ainda mais.

Com esse intuito, o corpo expedicionário avançou para o noroeste e atingiu as margens do rio Paranaíba, quando lhe chegaram então despachos ministeriais com a ordem expressa de marchar diretamente para o distrito de Miranda, ocupado pelo inimigo.

No ponto onde estávamos, esta ordem tinha como consequência necessária obrigar-nos a descer de volta até o rio (6)Coxim e em seguida contornar a serra de Maracaju pela base ocidental, invadida anualmente pelas águas do caudaloso Paraguai. A expedição estava condenada a atravessar uma vasta região infectada pelas febres palustres.

A força chegou ao (7)Coxim no dia 20 de dezembro, sob o comando do coronel Galvão, recém-nomeado comandante-em-chefe e promovido, pouco depois, ao posto de brigadeiro.

Destituído de qualquer valor estratégico, o acampamento de Coxim encontrava-se pelo menos a uma altitude que lhe garantia a salubridade. Contudo, quando a enchente tomou os arredores e o isolou, a tropa sofreu ali cruéis privações, inclusive fome.

Após longas hesitações, foi necessário, enfim, aventurarmo-nos pelos pântanos pestilentos situados ao pé da serra; a coluna ficou exposta inicialmente às febres, e uma das primeiras vítimas foi seu infeliz chefe, que expirou às margens do rio Negro; (8)em seguida, arrastou-se depois penosamente até o povoado de Miranda.

Ali, uma epidemia climatérica de um novo tipo, a (9)paralisia reflexa, continuou a dizimar a tropa. Quase dois anos haviam decorrido desde nossa partida do Rio de Janeiro. Descrevêramos lentamente um imenso circuito de 2112 quilômetros; um terço de nossos homens perecera.

VISCONDE DE TAUNAY (Alfredo d'Escagnolle-Taunay). *A retirada da Laguna* – Episódio da guerra do Paraguai. Tradução de Sérgio Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 35 a 41.

NOTAS DA EDIÇÃO ADOTADA

(1) Humaitá e Curupaiti, situadas às margens do rio Paraguai, constituíam o mais forte obstáculo fluvial no caminho da esquadra brasileira para atingir Assunção a partir de Corrientes, na Argentina. Este complexo de empecilhos fluviais foi vencido em 15 de fevereiro de 1868. (Nota do tradutor) (2) Sebastopol, um importante porto militar da Ucrânia, resistiu por onze meses, em 1854, ao ataque da França, Inglaterra e Turquia, durante a guerra da Criméia, que opôs os três países citados à Rússia czarista. (Nota do tradutor) (3) Francisco Solano López (1826-1870) era filho do ditador Carlos Antonio López, que governou o Paraguai entre 1840 e 1862. Foi educado no Paraguai e na Europa, e, ao retornar a seu país, passou a colaborar com o pai, tornando-se logo ministro da Guerra e da Marinha. Subiu ao poder em 1862. Em 1870, foi morto por tropas brasileiras. (Nota do tradutor) (4) A 594 quilômetros do litoral do Atlântico. (Nota original do autor) (5) Capital da província de Minas Gerais. (Nota original do autor) (6) Coxim é também o nome dado ao ponto de confluência dos rios Taquari e Coxim. (Nota do tradutor) (7) 18° 33' 58" lat. S. – 32° 37' 18" long. da ilha de Fer (astrônomos portugueses). (Nota original do autor) (8) A 396 quilômetros ao sul do Coxim. Essas duas localidades pertencem à província de Mato Grosso e estão a cerca de 1522 quilômetros do litoral. (Nota original do autor) (9) Este mal, de natureza palustre, é conhecido no Brasil sob o nome de beribéri. (Nota original do autor)

Com base na leitura do texto *A retirada da Laguna*, de Alfredo d'E. Taunay, identifique o país agressor e aqueles que se uniram para lutar contra ele. O que é possível inferir sobre o significado do trecho do sétimo parágrafo – ..., mal amparado no vão pretexto de manter o equilíbrio internacional... – que, segundo o autor, explica os motivos da luta?

- 25. Fuvest-SP** Imagem de Ângelo Agostini sobre o impacto da Guerra do Paraguai na sociedade brasileira.



Fonte: Ricardo Salles. Guerra do Paraguai, Memórias e Imagens. Biblioteca Nacional, 2003.

Observando a ilustração, explique

- o impacto social a que ela se refere;
- os desdobramentos políticos dessa guerra.

- 26. UPF-RS 2020** A guerra contra o Paraguai foi o acontecimento central da história do Brasil da segunda metade do século 19. (...) Dos 150 mil brasileiros que teriam participado no confronto, talvez até 50 mil morreram devido aos combates ou a doenças. Uns 0,5% dos dez milhões de habitantes do Brasil (...). Com uma população possivelmente com mais de quatrocentos mil habitantes, o Paraguai teve sua população adulta dizimada – os autores mais contidos falam de 15% a 20% de mortos.

MAESTRI, Mario. *A guerra no papel*, 2013, p. 232.

Sobre a Guerra da Tríplice Aliança, leia as seguintes afirmações:

- Os gastos com o esforço militar comprometeram por mais de uma década as finanças brasileiras.
- Solano López, presidente paraguaio, após perder a guerra, se exilou nos EUA.
- O exército imperial ganhou projeção qualitativa e quantitativa ao combater o exército paraguaio que havia ocupado o sul do Mato Grosso e pontos da fronteira do Rio Grande do Sul.
- O Paraguai foi ocupado militarmente, amargou perdas territoriais significativas, arcou com a indenização de guerra e teve suas terras públicas privatizadas.

Está correto o que se afirma em:

- I, III e IV, apenas.
- I, II e III, apenas.
- I, II e IV, apenas.
- II, III e IV, apenas.
- I, II, III e IV.

- 27. Unesp 2017** Art. 3.^o – O governo paraguaio se reconhece obrigado à celebração do Tratado da Tríplice Aliança de 1.^o de maio de 1865, entendendo-se estabelecido desde já que a navegação do Alto Paraná e do Rio Paraguai nas águas territoriais da república deste nome fica franqueada aos navios de guerra e mercantes das nações aliadas, livres de todo e qualquer ônus, e sem que se possa impedir ou estorvar-se de nenhum modo a liberdade dessa navegação comum.

“Acordo Preliminar de Paz Celebrado entre Brasil, Argentina e Uruguai com o Paraguai (20 junho 1870)”. In: Paulo Bonavides e Roberto Amaral (org.). *Textos políticos da história do Brasil*, 2002. Adaptado.

O tratado de paz imposto pelos países vencedores da guerra contra o Paraguai deixa transparente um dos motivos da participação do Estado brasileiro no conflito:

- o domínio de jazidas de ouro e prata descobertas nas províncias centrais.
- o esforço em manter os acordos comerciais celebrados pelas metrópoles ibéricas.
- a garantia de livre trânsito nas vias de acesso a províncias do interior do país.
- o projeto governamental de proteger a nação com fronteiras naturais.
- o monopólio governamental do transporte de mercadorias a longa distância.

- 28. Fuvest-SP 2022** No dia 01 de janeiro de 1849 foi divulgado na imprensa pernambucana o “Manifesto ao Mundo”, escrito por Borges da Fonseca, que apresentava as seguintes reivindicações:

Protestamos só largar as armas, quando virmos instalada uma Assembleia Constituinte. Esta Assembleia deve realizar os seguintes princípios: 1. O voto livre e universal do Povo Brasileiro; 2. A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa; 3. O trabalho como garantia de vida para o cidadão Brasileiro; 4. O comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros; 5. A inteira e efetiva independência dos poderes constituídos; 6. A extinção do poder moderador e do direito de agraciar; 7. O elemento federal na nova organização; 8. Completa reforma do poder judicial, em ordem a segurar as garantias dos direitos individuais dos Cidadãos; 9. Extinção da lei do juro convencional; 10. Extinção do atual sistema de recrutamento.

Vamireh Chacon (sel. e intro.). Nunes Machado. *Perfis parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978, p.22.

- Como ficou conhecido esse movimento na história imperial brasileira?
- Explique o teor de duas das reivindicações indicadas no Manifesto.
- Indique dois elementos comuns entre o evento pernambucano e as revoluções europeias de 1848.

29. Enem PPL 2020 Nas cidades, os agentes sociais que se rebelavam contra o arbítrio do governo também eram proprietários de escravos. Levavam seu protesto às autoridades policiais pelo recrutamento sem permissão. Conseguimos levantar, em ocorrências policiais de 1867, na Província do Rio de Janeiro, 140 casos de escravos aprisionados e remetidos à Corte para serem enviados aos campos de batalha.

SOUSA, J. P. Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad; Adesa, 1996.

Desconstruindo o mito dos “voluntários da pátria”, o texto destaca o descontentamento com a mobilização para a Guerra do Paraguai expresso pelo grupo dos

- país, pela separação forçada dos filhos.
- cativos, pelo envio compulsório ao conflito.
- religiosos, pela diminuição da frequência aos cultos.
- oficiais, pelo despreparo militar dos novos recrutas.
- senhores, pela perda do investimento em mão de obra.

30. UPE/SSA 2022 Leia os quadrinhos a seguir:



Referência: SOUZA, Maurício de. *Turma da Mônica. Proclamação da República*. Rio de Janeiro. Editora Globo, p. 04.

Eles retratam com bom humor as seguidas e frustradas tentativas de implantação de uma forma de governo no Brasil do século XIX. Entre os principais anseios de seus defensores, encontram-se

- o ciclo econômico e a imigração.
- a escravidão e o parlamentarismo.
- o federalismo e a centralização política.
- o militarismo e a delimitação do território.
- a modernização e o desenvolvimento do país.

31. UEPG-PR 2020 Além do seu longo período de duração (1840-1889), o Segundo Reinado foi marcado pela ocorrência de transformações estruturais no Brasil, as quais contribuíram para o final da Monarquia e o início da República no país. A respeito desse período histórico, assinale o que for correto.

- A Guerra do Paraguai foi um conflito que contribuiu para o fortalecimento do Exército Brasileiro e, ao mesmo tempo, estimulou a disseminação do ideário republicano entre setores militares.
- O início do Segundo Reinado coincidiu com o predomínio do café na economia nacional. Produzido na região Sudeste, o produto ocupou posição de destaque ao longo de todo esse período histórico.
- O avanço tanto do movimento abolicionista quanto do movimento republicano foi decisivo para o isolamento político de Pedro II e para a crise que levou a derrocada da monarquia.
- O processo de modernização econômica e social, conduzido por Pedro II, levou a um quadro acentuado de crescimento urbano no país. Devido a isso, ao final do Segundo Império, a população urbana no Brasil já havia superado a população rural.
- A entrada de numerosos contingentes de imigrantes europeus que foram absorvidos, em grande parte, nas lavouras cafeeiras do Sudeste e na ocupação de terras ociosas da região Sul, provocou mudanças sociais significativas no Brasil nesse período.

Soma:

32. Fuvest-SP 2018 Em 14 de maio de 1930, um jornalista argentino compôs a seguinte crônica, referindo-se à abolição da escravidão no Brasil:

Hoje almoçando na companhia do senhor catalão cujo nome não vou dizer por razões que os leitores podem adivinhar, ele me disse:

- 13 de maio é festa nacional...
- Ah! É mesmo? Continuei botando azeite na salada.
- Festa da abolição da escravatura.
- Ah, que bom.

E como o assunto não me interessava especialmente, dedicava agora minha atenção a dosar a quantidade de vinagre que colocava na verdura.

– Semana que vem fará 42 anos que foi abolida a escravidão.

Dei tamanho pulo na cadeira, que metade da vinagreira foi parar na salada...

- Como disse? – repliquei espantado.
- Sim, 42 anos, sob a regência de dona Isabel de Bragança, aconselhada por Benjamin Constant. Dona Isabel era filha de Dom Pedro II.
- Quarenta e dois anos? Não é possível...

- 13 de maio de 1888, menos 1930: 42 anos...
- Quer dizer que...
- Que qualquer negro de 50 anos que você encontrar hoje pelas ruas foi escravo até os 8 anos de idade; o negro de 60 anos, escravo até os 18 anos.
- Não será possível! O senhor deve estar enganado. Não será o ano de 1788... Olhe: acho que o senhor está enganado. Não é possível.
- Bom, se não acredita em mim, pode averiguar por aí.

Roberto Arlt. *Águas fortes cariocas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013. Tradução: Gustavo Pacheco.

- a) Identifique e explique o estranhamento do cronista argentino.
- b) Aponte e explique duas características do processo de abolição da escravidão no Brasil.

33. Fuvest-SP

Ontem plena liberdade,
A vontade por poder...
Hoje... cum'lo de maldade,
Nem são livres p'ra morrer...
Prende-os a mesma corrente
— Férrea, lúgubre serpente —
Nas roscas da escravidão.
E assim zombando da morte,
Dança a lúgubre coorte
Ao som do açoite... Irrisão!...

Castro Alves, *O Navio Negreiro*, 1868.

O poema, a que pertencem esses versos,

- a) representou uma crítica a aspectos sociais do Brasil no período imperial. Explique.
- b) causou forte impacto na opinião pública, contribuindo, assim, junto com outros fatores, para as mudanças políticas que ocorreram no final do Império. Explique tais mudanças.

34. Fuvest-SP 2021

No dia 18 de setembro de 1850, o Parlamento brasileiro aprovou a lei nº 601 que ficou conhecida como a “Lei de Terras”.

- a) Indique uma alteração no regime da propriedade fundiária no Brasil prevista pela lei.
- b) Quais os beneficiários desse dispositivo jurídico no século XIX?
- c) Mencione dois efeitos dessa legislação sobre as formas de organização do trabalho na economia cafeeira.

35. Fuvest-SP

...o que de coração desejo é ver concluída esta maldita guerra, que já tanto tem arruinado nosso país.

Ofício confidencial de Caxias dirigido ao Ministro da Guerra brasileiro, em Tuiuti, 10 de Junho de 1867.

- a) A que guerra Caxias se refere? Que países estavam nela envolvidos?
- b) Quais as repercussões dessa guerra para o Brasil?

36. Unesp

No processo histórico brasileiro, de uma maneira ou de outra, os militares atuaram nos momentos de crise política. Entre 1870 e 1889, a monarquia passou por um processo de crescente instabilidade política, até sua queda definitiva. Esclareça o que foi a Questão Militar no período mencionado.

37. Unicamp-SP

São Paulo, quem te viu e quem te vê! Tinhas então as tuas ruas sem calçamento, iluminadas pela luz baça e amortecida de uns lampiões de azeite; tuas casas, quase todas térreas, tinham nas janelas umas rótulas através das quais conversavam os estudantes com as namoradas; os carros de bois guinchavam pelas ruas carregando enormes cargas e guiados por míseros cativos. Eras então uma cidade puramente paulista, hoje és uma cidade italiana!! Estás completamente transformada, com proporções agigantadas, possuindo opulentos e lindíssimos prédios, praças vastas e arborizadas, ruas todas calçadas, cortadas por diversas linhas de “bond”, centenas de casas de negócios e a locomotiva soltando seus sibilos progressistas.

Adaptado de Alfredo Moreira Pinto, “A cidade de São Paulo em 1900”. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1979, p. 8-10.

- a) Cite duas transformações mencionadas no texto que marcam a oposição entre atraso e progresso.
- b) De que formas a economia cafeeira contribuiu para as transformações observadas pelo autor?

38. Unicamp-SP

Quando, na madrugada de 15 de novembro de 1889, uma revolta militar depôs Pedro II, ninguém veio em socorro do velho e doente imperador. A espada do Marechal Deodoro da Fonseca abria as portas da República para que por ela passassem os republicanos carregando um novo rei: o café de São Paulo.

Adaptado de I. R. Mattos, *HISTÓRIA DO BRASIL IMPÉRIO*.

- a) De que maneira se explica o isolamento político de Pedro II?
- b) Por que o texto afirma que, na República recém-proclamada, o café se tornava um “novo rei”?

- 39. Fuvest-SP** A vitória do regime republicano no Brasil (1889) e a consequente derrubada da monarquia podem ser explicadas, levando-se em conta diversos fatores. Entre eles, explique
- a importância do Partido Republicano.
 - o papel dos militares apoiados nas ideias positivistas.
- 40. Unicamp-SP 2013** Após a queda da monarquia, a República tentou ligar-se à memória da abolição. Seu principal argumento era a recusa do Exército em capturar os escravos fugidos. Reivindicava-se, assim, o reconhecimento dos republicanos militares como atores da abolição e redentores da pátria livre. Nas comemorações oficiais da abolição, o 13 de maio e o 15 de novembro eram apresentados como datas complementares de um mesmo processo de modernização do país, abrindo as portas do Brasil ao progresso e à civilização. De modo complementar, ligava-se o sistema monárquico à escravidão e ao atraso do país.

Adaptado de Robert Daibert Jr., "Guerra de Versões". Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, jun. 2008. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/guerra-de-versoes>. Acessado em 30/09/2012.

- Explique por que o regime republicano associou a monarquia à escravidão.
- Como a questão militar contribuiu para o fim do Império do Brasil?

BNCC em foco

EM13CHS2O1

- 1. Enem PPL 2018** O ponto de partida para o nascimento de uma cozinha brasileira foi o livro de receitas *Cozinheiro Imperial*, de 1840. Estimulava a nobreza e os ricos a acrescentarem ingredientes e pratos locais em suas festas. A princesa Isabel comemorou as bodas de prata com um banquete no qual foram servidos bolo de mandioca e canja à brasileira.

RIBEIRO, M. Fome imperial: Dom Pedro II não era um gourmet, mas ajudou a dar forma à gastronomia brasileira. *Aventuras na História*, mar. 2014 (adaptado).

O uso da culinária popular brasileira, no contexto apresentado, colaborou para

- enfraquecer as elites agrárias.
- romper os laços coloniais.
- reforçar a religião católica.
- construir a identidade nacional.
- humanizar o regime escravocrata.

EM13CHS2O1

- 2. Enem 2015**



SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador*: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. (Adapt.).

Essas imagens de D. Pedro II foram feitas no início dos anos de 1850, pouco mais de uma década após o Golpe da Maioridade. Considerando o contexto histórico em que foram produzidas e os elementos simbólicos destacados, essas imagens representavam um

- a) jovem maduro que agiria de forma irresponsável.
- b) imperador adulto que governaria segundo as leis.
- c) líder guerreiro que comandaria as vitórias militares.
- d) soberano religioso que acataria a autoridade papal.
- e) monarca absolutista que exerceria seu autoritarismo.

EM13CHS201

3. Enem 2015

TEXTO I

Em todo o país a lei de 13 de maio de 1888 libertou poucos negros em relação à população de cor. A maioria já havia conquistado a alforria antes de 1888, por meio de estratégias possíveis. No entanto, a importância histórica da lei de 1888 não pode ser mensurada apenas em termos numéricos. O impacto que a extinção da escravidão causou numa sociedade constituída a partir da legitimidade da propriedade sobre a pessoa não cabe em cifras.

ALBUQUERQUE, W. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009 (adaptado).

TEXTO II

Nos anos imediatamente anteriores à Abolição, a população livre do Rio de Janeiro se tornou mais numerosa e diversificada. Os escravos, bem menos numerosos que antes, e com os africanos mais aculturados, certamente não se distinguiam muito facilmente dos libertos e dos pretos e pardos livres habitantes da cidade. Também já não é razoável presumir que uma pessoa de cor seja provavelmente cativa, pois os negros libertos e livres poderiam ser encontrados em toda parte.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990 (adaptado).

Sobre o fim da escravidão no Brasil, o elemento destacado no Texto I que complementa os argumentos apresentados no Texto II é o(a)

- a) variedade das estratégias de resistência dos cativos.
- b) controle jurídico exercido pelos proprietários.
- c) inovação social representada pela lei.
- d) ineficácia prática da libertação.
- e) significado político da Abolição.

Detalhe de Adriaen van de Venne. *A pesca de almas*, 1614. Óleo em madeira de carvalho. Museu Rijswijk, Países Baixos.

Rijksmuseum, Amsterdam

FRENTE 2

CAPÍTULO

6

Religião e monarquia na Época Moderna

A pesca de almas é uma obra barroca, de 1614, de Adriaen van de Venne, dos Países Baixos. Trata-se de uma alegoria das guerras de religião travadas na Europa, nos séculos XVI e XVII, entre a Espanha (católica), representada na margem direita do rio, e os Países Baixos (protestantes), na margem esquerda. Na pintura, católicos e protestantes são separados por um rio repleto de almas a serem “pescadas”. Pode-se observar quatro características essenciais da Europa durante essa época: uma fratura religiosa profunda; o fortalecimento das coroas; a ascensão da arte e da cultura barroca; e uma população tão ou mais religiosa do que a do período medieval. Nessa época, ocorreram transformações importantes no pensamento político e religioso, sobre as quais falaremos neste capítulo.

A Reforma Protestante

Se o Renascimento, como vimos no Livro 1, foi um movimento das elites, não podemos dizer o mesmo da Reforma Protestante. Sem dúvida, foi um acontecimento que gerou grande impacto e importantes consequências para a humanidade.

Embora a Reforma Protestante tenha iniciado, em 1517, como um movimento religioso, suas consequências vão além da religião. Nos séculos XVI e XVII, uma mudança religiosa era uma mudança em toda a sociedade. Por isso, embora o alemão Martinho Lutero (1483-1546) acreditasse que estava restaurando uma religião do passado, a Reforma transformou decisivamente a vida das pessoas comuns, como afirma o historiador Perry Anderson. Muitos, ao contrário do que queriam Lutero e João Calvino (1509-1564), contestaram as autoridades em nome da Reforma, caso da Reforma Radical e dos movimentos puritanos do século XVII. Vamos compreender como esse movimento começou.



VERSTEGAN, Richard. *Theatrum Crudelitatum Haereticorum Nostrae Temporis*. Antuérpia: 1612, p. 65.

Gravura do século XVI que mostra protestantes massacrando católicos.

O contexto religioso

A Reforma Protestante teve seu início em 1517, como mencionado, no Sacro Império Romano-Germânico. Mas o que ocorria na Europa nesse momento? O século XIV, como vimos, viveu diversas crises: fome, peste, guerra civil, avanço do Império Turco-Otomano e o chamado Cisma do Ocidente.

A Igreja católica já vivia, desde a Baixa Idade Média, um movimento forte por reformas. Muitos defendiam o “conciliarismo”, ou seja, a ideia de que o conselho de cardeais, e não o papa, deveria comandar a Igreja. No século XII, São Tomás de Aquino, por exemplo, já defendia a harmonia entre fé e razão. Vale destacar que, mesmo entre os defensores de reformas, nenhum apoiava a criação de uma nova Igreja.

Outro importante dissidente foi John Wycliffe (c. 1320-1384), na Inglaterra, que defendeu a tradução da Bíblia, pregando um cristianismo mais simples e o sacerdócio universal, comandando o movimento dos “lollardos”. Jan Huss (1373-1415), na Boêmia, opunha-se às posses excessivas da Igreja e chegou a formar um exército que lutou por décadas. O movimento dos “hussitas” contou com a adesão de muitos príncipes (ou seja, muitos líderes da nobreza) na região.

Ao mesmo tempo, nos séculos XV e XVI, humanistas como Pico della Mirandola (1463-1494) e Marsílio Ficino (1433-1499) buscavam conciliar magia e cristianismo. Outros humanistas, como Lorenzo Valla (1407-1457) e Erasmo de Roterdã (1466-1536), buscavam corrigir erros de tradução e de linguagem das Escrituras por meio de um estudo profundo e minucioso das línguas. Esses pensadores inspiraram profundamente a Reforma Protestante.

O contexto político

Na época de Lutero, o Sacro Império Romano-Germânico – que corresponde, aproximadamente, às atuais Alemanha, Hungria, República Tcheca, Áustria e regiões da Ucrânia e da Polônia – era uma monarquia cujo imperador era eleito pelos nobres e bispos mais poderosos da região, o qual exercia um poder bastante limitado, sendo sua função, sobretudo, religiosa, simbólica e militar. Além da nobreza mais poderosa, o Sacro Império contava com centenas de pequenos principados e bispados autônomos. Ao longo de toda a época moderna, portanto, o Sacro Império nunca foi um Estado, mas vivia uma situação de enorme fragmentação, constituindo um verdadeiro mosaico de territórios diversos e com forte autonomia.

Em 1519, Carlos V, que, nascido em Flandres, pertencia à casa de Habsburgo, foi eleito imperador. Ele também era rei da Espanha, onde era chamado de Carlos I. O reino espanhol, que no século XV havia iniciado sua expansão marítima, detinha soberania sobre vastas regiões do globo. Em 1492, as Guerras de Reconquista, que vimos no Livro 1, frente 1, terminaram com a expulsão dos islâmicos do território ibérico.

Carlos V era um rei de origem holandesa que tinha soberania sobre a península Ibérica, o Sacro Império Romano-Germânico, vastas regiões na península Itálica, da América, Ásia e África. Por isso, dizia-se que, em seu império, “o sol nunca se punha”, já que era sempre dia em alguma região na qual ele era soberano. Para administrar esse território, ele concedia terras, cargos, nomeava parentes como regentes e enfrentava muitas revoltas.

O monarca enfrentou guerras contra Henrique VIII, da Inglaterra, e o rei turco Solimão I. Acima de tudo, Carlos exnergava-se como o defensor da cristandade. Para ele, o perigo islâmico (turco) era a questão mais importante, e era necessário o apoio da Alemanha para enfrentá-lo. Portanto, quando os luteranos ganharam força, Carlos V garantiu o diálogo por meios pacíficos, afinal seu principal inimigo eram os turcos.



Antonio Arias Fernández/Museu de História de Madri, Espanha

Antonio Arias Fernández. *Carlos I e Felipe II*, c. 1639-1640. Óleo sobre tela. Museu de História de Madri, Espanha.

A reforma luterana e anabatismo

Martinho Lutero era um monge agostiniano que, desde 1508, dava cursos sobre filosofia e religião na Universidade de Wittenberg. Nesse contexto, passou a formular, como tantos outros pensadores antes dele, uma teologia de caráter reformista, bastante inspirada nos humanistas.

Para Lutero, desde a expulsão do paraíso, o ser humano é um ser indigno, marcado pelo pecado original e incapaz de se salvar, já que seus esforços são pequenos diante de seus pecados e de Deus. A salvação viria unicamente pela fé. Nas palavras de Lutero, “as obras boas e justas jamais tornam um homem bom e justo, mas o homem bom e justo realiza obras boas e justas”.

Estabelecendo relações

Aristóteles dizia que um indivíduo só se tornava bom devido à prática habitual de boas ações. Por isso, os padres universitários utilizavam as ideias aristotélicas para defender a doutrina católica da salvação pelas boas obras. Lutero, portanto, estava atacando o próprio ensino escolástico das universidades, que era ancorado em Aristóteles.

Se apenas a fé salva, a Igreja não seria um “reino”, mas uma “congregação de fiéis”, a qual, embora fosse importante para a celebração da glória de Deus, não seria condição para a salvação. Lutero opunha-se, portanto, ao princípio católico de que fora da Igreja não há salvação. Não haveria diferença substancial entre o clero e as pessoas comuns (sacerdócio universal), e todos seriam capazes de examinar a Bíblia e conhecer sozinhos os caminhos para o paraíso (livre exame das Escrituras). Imagens, cantos, órgão, sinetas, vestes, jejuns e gestos não seriam indispensáveis para aqueles que quisessem realmente compreender Deus.

A história mais conhecida de Lutero afirma que ele teria afixado suas 95 teses contra as indulgências na porta de uma igreja em 1517, mas alguns historiadores acreditam

que isso é um mito. O que se sabe é que, em outubro de 1517, ele enviou uma carta com as 95 teses para o príncipe Albrecht de Brandemburgo, que era um dos eleitores do imperador, além de arcebispo e bispo de algumas regiões do Sacro Império.



Lucas Cranach the Elder/Museu Poldi Pezzoli, Milão, Itália

Lucas Cranach. *Martinho Lutero*, 1529. Óleo sobre madeira. Museu Poldi Pezzoli, Itália.

E o que eram as indulgências? Elas não eram “compra de perdão”, tampouco “compra de lugares no céu” (embora, claro, muitos vissem dessa forma). Ocorre que, de acordo com a bula *Unigenitus*, de 1343, os méritos de Cristo eram maiores do que o necessário para nossa salvação; a Igreja, então, poderia conceder méritos adicionais por meio da venda de indulgências, ou seja, da remissão de penitência a quem confessasse os pecados. Em 1476, Sisto IV afirmou que as almas no purgatório também poderiam ser socorridas com uma indulgência ao seu favor.

Ocorre que o arcebispo Albrecht de Brandemburgo, para conseguir novos cargos, havia pedido um empréstimo a um banqueiro. Para saldar suas dívidas, ele lançou indulgências. O dinheiro arrecadado seria dividido da seguinte forma: 1/3 para o papa, 1/3 para o imperador e 1/3 para Albrecht. O dominicano Johann Tetzel, encarregado de vender as indulgências, foi até Wittenberg.

Para Lutero, o grande erro das indulgências era promover uma falsa esperança, pois o fiel acreditava estar livre de uma penitência, quando, na verdade, apenas a fé poderia mudar sua situação. Por isso, enviou uma carta aos príncipes alemães.

Albrecht de Brandemburgo recebeu as teses e as enviou ao papa em Roma. A Igreja católica, então, abriu um processo contra o monge reformista. Em 1521, na Dieta de Worms (uma assembleia), Lutero recusou-se a pedir desculpas e a rejeitar seus escritos. O papa e Carlos V condenaram-no à morte. Os apoiadores de Lutero protestaram contra a medida, passando a ser conhecidos, então, como **protestantes**.

Contudo, ele não foi morto. Além de a atenção de Carlos V estar voltada para os turcos, Lutero teve a proteção de setores da nobreza alemã, que o apoiaram fosse por compartilhar de suas ideias, fosse por ambicionar as terras e os bens da Igreja, tomados logo após a conversão. Então, o monge passou a viver no castelo de Wartburg e, dispondo dos conhecimentos humanistas sobre a língua, traduziu a Bíblia para o alemão.

Nesse período, tiveram início tumultos na região de Zwickau, liderados pelo padre Thomas Müntzer (1489-1525). Inspirado por Lutero, ele defendia que, se a fé é interior, toda hierarquia deveria ser abolida, ou seja, deveríamos viver sem reis, nobreza, magistrado, Igreja, servidão, e os pastores deveriam ser eleitos. Outras figuras, como Ulrich Zwingli (1484-1531), posicionavam-se contra a missa, o celibato e as imagens religiosas.

Esses grupos são chamados de “reformadores radicais” por historiadores e foram chamados de **anabatistas** pelos adversários – nome genérico dado a diversos movimentos protestantes que acreditavam que o batismo só poderia acontecer na idade adulta, com o consentimento do indivíduo, e que o “homem santo” não pode servir o exército, fazer juramentos a príncipes ímpios e pagar impostos. Alguns anabatistas eram pacíficos e buscavam formar comunidades de santos eleitos. Outros, por meio da violência, visavam destruir aqueles que consideravam impuros. Os anabatistas foram brutalmente reprimidos, muitos deles por afogamento (em referência ao batismo).

Em resposta a esses movimentos, Lutero escreveu *Da autoridade secular*, defendendo que nossa liberdade é unicamente interior, concernente à alma e à fé, e nosso corpo continua submetido aos príncipes. Desse modo, os camponeses revoltosos mereceriam a morte do corpo e da alma.

Nos anos 1530, após uma série de vitórias contra os turcos, Carlos V passou a condenar os protestantes com maior veemência. Em 1531, começou uma guerra civil entre católicos e protestantes. Lutero passou a defender que é legítimo lutar contra um rei se o monarca se tornar um tirano. Ele morreu em 1546, antes do fim desses conflitos.

Em 1555, católicos e protestantes, após décadas de guerra, firmam a Paz de Augsburgo, que definiu que cada príncipe poderia decidir a religião de seu território. A paz duraria até 1618, quando começaria a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

No fim, a reforma luterana não foi muito além das fronteiras do Império e da Escandinávia, onde teve o apoio de reis. A reforma que, de fato, tomou conta da Europa e se difundiu com maior intensidade para outros continentes foi a reforma calvinista, sobre a qual falaremos a seguir.

A reforma calvinista e a difusão do protestantismo

Quando Lutero iniciou a Reforma, o francês João Calvino (1509-1564) ainda era criança. Em 1533, converteu-se ao protestantismo. Um ano depois, os reformadores e humanistas passam a ser perseguidos.

Para Calvino, o principal fim da vida humana é conhecer a Deus. A fé, segundo ele, é “um conhecimento firme e certo da benevolência de Deus para conosco”. Porém, o pecado original criou um abismo entre Deus e o ser humano, e, assim como Lutero, Calvino insiste na indignidade das pessoas.

Calvino descreve a **predestinação** como absoluta (nada que fizermos muda nosso caminho), particular (não há povo escolhido, mas somente almas) e dupla (uns estão predestinados ao céu; outros, ao inferno). Mas, para ele, o ser humano não deve ter a pretensão de querer encontrar sinais de salvação. Ademais, ele diz que Deus pode enviar

pessoas para livrar o povo dos tiranos. Embora fosse defensor da ordem e da obediência, seus escritos deixaram claro que é dever do cristão lutar contra um governo tirânico.



Museu do Convento de Santa Catarina, Utrecht, Holanda

Anônimo. Retrato de João Calvino, c. 1550. Óleo em madeira. Museu do Convento de Santa Catarina, Utrecht, Holanda.

Em uma de suas viagens, Calvino parou em Genebra, Suíça, a princípio por uma noite, mas ficou por lá pelos 28 anos restantes de sua vida. Suas *Ordenações eclesásticas* funcionaram como Código Legal e Moral da cidade por dois séculos. O calvinismo penetrou em todos os grupos sociais de locais onde esteve presente. Calvino morreu em 1564, um ano após a Paz de Augsburgo.

Na França, onde ocorreu a conversão de grandes parcelas da nobreza por meio do trabalho de missionários, os calvinistas, devido ao papel do genebrês Besançon Hugues, foram denominados “huguenotes”. Na Escócia, seria fundamental o papel dos concílios, ou assembleias de presbíteros, de onde vem o nome presbiterianismo. Em 1560, o Parlamento escocês adotou princípios calvinistas.

Na Inglaterra, a ascensão do protestantismo foi bastante peculiar. O rei **Henrique VIII** pediu ao papa a anulação de seu casamento com Catarina de Aragão, mas o pedido foi recusado. Dessa forma, em 1529, Henrique rompeu com Roma e criou a **Igreja anglicana**, da qual era líder. Em 1534, o *Ato de Supremacia* estabeleceu essa autoridade, e o *Ato de Traições* castigava com a morte quem não a reconhecesse. O primeiro-ministro Thomas Cromwell foi autorizado a visitar mosteiros para confiscar as riquezas do clero. Vários monges dissidentes e outras figuras católicas, como o humanista Thomas More (autor de *Utopia*), foram torturados e/ou executados. Confiscadas, as terras da Igreja católica foram vendidas à pequena nobreza da Inglaterra, os *gentlemen*, que se fortaleceram.

Após o reinado da rainha Elizabeth I (1533-1603), filha de Henrique VIII, a Igreja anglicana manteve os aspectos externos do catolicismo (hierarquia episcopal e liturgia) integrados à teologia calvinista. No entanto, em reinados posteriores, milhares de ingleses integraram as seitas “dissidentes” ou “não conformistas” da Inglaterra, depois denominadas puritanas. Nesse sentido, durante a Idade Moderna, o governo encontrou duras oposições, tendo que lutar em duas frentes: uma contra os católicos, e outra contra os puritanos-calvinistas, maioria da população.

O sociólogo Max Weber (1864-1920) refletiu sobre as consequências econômicas do protestantismo em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Na obra, Weber não diz que o protestantismo é a única causa do capitalismo, como às vezes é interpretada; o autor também não diz que a religião “gerou” o capitalismo; bem como não diz que os calvinistas eram capitalistas ou queriam o capitalismo. Na verdade, na época da Reforma, a maioria dos grandes banqueiros e comerciantes era católica.

Para Weber, a ação econômica capitalista ocorre quando, na busca do lucro, há a utilização sistemática de recursos e serviços: usos do cálculo, serviços pessoais e balanço da empresa. Nesse sentido, o capitalismo e as empresas capitalistas existiram em diversos períodos antes da Idade Moderna. Porém, o Ocidente viu a expansão, por um lado, quantitativa desse tipo de ação social e, por outro lado, qualitativa, com a criação de novas formas de ação econômica racional, o desenvolvimento de elementos que permitem previsão e contabilidade. Esse desenvolvimento ocorreu, ao longo das épocas Moderna e Contemporânea, sobretudo em países protestantes.

Ainda segundo Weber, o calvinismo não “criou” essa mentalidade capitalista, mas se adaptou a ela, impulsionando, atualizando e reforçando-a. Como? Embora Calvino nunca tenha dito que havia “sinais” da salvação, é evidente que o eleito seria alguém que tivesse uma vida justa e regrada, mesmo que isso não garantisse a sua salvação. Após a morte de Calvino, muitos de seus seguidores afirmaram que uma vida correta, diligente e bem-sucedida seria um sinal exterior de uma possível salvação. A certeza da fé, assim, deveria ser confirmada por resultados objetivos. Com isso, se combinou uma ideia de valorização do lucro e do trabalho como dever, por um lado, e uma ideia de uma vida ascética (isto é, com a renúncia de prazeres, festas e gastos excessivos), por outro. Weber chamava isso de “ascetismo intramundano”, ou seja, havia a renúncia aos prazeres, gastos e excessos, mas os afazeres e trabalhos eram mantidos como “dever”, “obrigação” ou “vocação”. Tratava-se, portanto, de uma organização racional da vida – do ponto de vista da eficiência.

A Contrarreforma católica

A reação da Igreja católica à Reforma Protestante foi imediata. Diante do aparecimento de Lutero, muitos intelectuais humanistas defenderam a Igreja, como João Eck (1486-1543), Thomas More e Erasmo de Roterdã. Em 1536, uma comissão nomeada pelo papa Paulo III produziu o *Conselho para a Reforma da Igreja*, relatório que exigia censura de textos e condenava o uso das obras de Erasmo no ensino secundário. Em 1542, a Inquisição foi recriada. Antes disso, para combater os hereges (especialmente os judeus), os reis da Península Ibérica já haviam pedido autorização papal para reinstaurar o medieval Tribunal do Santo Ofício (responsável pela Inquisição) em seus territórios.

Nesse contexto, o **Concílio de Trento** (1545-1563) iniciou suas atividades para reorganizar a Igreja católica. As primeiras sessões reafirmaram os dogmas que separavam católicos e protestantes: reiteravam a superioridade

do papa sobre os concílios, a existência dos santos, os sete sacramentos, a hierarquia católica e a virgindade de Maria. A terceira sessão mudou drasticamente a Igreja: os bispos, sob o comando do papa, ganharam importância fundamental e passaram a residir nas dioceses. A quarta confirmou a versão oficial da Bíblia. A quinta garantiu a salvação pelas boas obras. Em 1559, foi criado o *Index*, uma lista de livros proibidos pela Igreja católica, que incluía vários humanistas. Em 1540, foi criada a Companhia de Jesus, sob o comando de Inácio de Loyola, cujos objetivos eram retomar as almas perdidas para o protestantismo (como feito no Leste Europeu, onde a Polônia voltou a ser católica), além de atuar na educação nas universidades católicas e cristianizar a América.



Johann Michael Rottmayr. *A fé católica derrotada as heresias protestantes*, 1729. Detalhe de afresco dentro da Igreja de São Carlos, Áustria.

Catedral de St. Carl, Viena

Outras mudanças importantes, surgidas em outras sessões, foram: criação de seminários e do catecismo, proibição da venda de indulgências e de cargos do alto clero e criação de uma idade mínima para o exercício das funções eclesiásticas.

Ao mesmo tempo, um conjunto de intelectuais católicos, como o dominicano Francisco de Vitória (1483-1546) e alguns de seus alunos, elaborou uma resposta ao protestantismo, especialmente na Universidade de Salamanca, na Espanha. Era a chamada Escola de Salamanca, ou Segunda Escolástica. Outros intelectuais católicos começaram a replicar as ideias de Salamanca pela Itália, França e Espanha.

Esses autores, como Luís de Molina (1535-1600), afirmavam em seus textos que queriam refutar “todos os hereges desta era”, isto é, os protestantes de forma geral, além de Erasmo de Roterdã e Maquiavel e até mesmo alguns católicos. Para esses intelectuais, a Igreja foi fundada por Cristo como uma instituição visível, que encarna um conjunto de tradições relacionadas à fé e à moral. Portanto, ao contrário do que diziam os protestantes, as tradições da Igreja deveriam ser consideradas, e não apenas a Bíblia. É o princípio da “prescrição”, segundo o qual o decorrer do tempo é fonte de autoridade. A Igreja, enquanto corpo, necessitava ser guiada por uma cabeça, para evitar a desordem, daí a importância do papa.

O mundo no final do século XVI era um lugar fragmentado: famílias separaram-se, nações entraram em guerra civil, diplomacia e comércio foram interrompidos em muitos locais por conta da religião. Tendo isso em vista, falaremos a seguir detalhadamente das questões políticas do período.

As monarquias absolutistas ou “compósitas”

É possível afirmar que na Baixa Idade Média e no período dos séculos XIV ao XVIII o poder das coroas europeias aumentou. Se compararmos ao que eram anteriormente, as monarquias passaram a dispor de maiores exércitos, maior autonomia financeira e maior poder de imposição de leis. A isso se deu o nome de absolutismo. Esse termo foi cunhado por liberais do século XIX e usado de forma pejorativa. Quando classificamos tais monarcas como absolutistas, estamos enfatizando o poder real no período e o fato de que não estavam sujeitos a restrições legais, isto é, a uma Constituição, no sentido moderno do termo.

Jean Bodin (1530-1569), um dos principais teóricos da soberania absoluta, dizia que o rei devia respeitar a religião e nunca interferir nas tradições e na propriedade dos súditos. Mesmo Luís XIV, o “Rei Sol”, não impunha leis nas regiões da Bretanha ou de Loire, por exemplo, sem a aprovação das nobrezas locais. Em territórios eclesiásticos, vigoravam leis distintas, em uma situação de grande pluralismo jurídico.

Na Espanha, por exemplo, a monarquia era composta por nove vice-realezas, sob comando do rei. Em algumas cortes, Felipe II só conseguia impor novos tributos por meio

de concessões e acordos. Além disso, a Europa moderna era repleta de repúblicas – como Veneza, Gênova, Províncias Unidas e a curta, porém crucial, experiência inglesa sob Cromwell no século XVII – e de formações políticas descentralizadas, como o Sacro Império Romano-Germânico.



Lucas de Heere/Museu Nacional do País de Gales, Reino Unido

Detalhe de Lucas de Heere. *A família de Henrique VIII*: Uma alegoria da sucessão Tudor, c. 1572. Óleo em madeira. Museu Nacional do País de Gales, Reino Unido. Elizabeth I (retratada à esquerda), quando ocupou o trono inglês, dependeu da lealdade dos nobres.

Motivos gerais da ascensão das monarquias absolutistas

O caminho até a ascensão foi turbulento. Nos séculos XIV e XV, com a fome, a peste negra, as guerras (dos Cem Anos, das Duas Rosas, a Guerra Civil de Castela) e as revoltas camponesas, o poder da nobreza se via em risco, com o desaparecimento gradual da servidão e com os conflitos externos e internos. Os nobres reforçaram o poder real ao concordarem com a formação de exércitos permanentes compostos de mercenários e sustentados por impostos, para se manterem como grupo social dominante.

Ao longo da Idade Moderna, a nobreza perdeu, cada vez mais, seu papel militar e passou a ocupar funções, como a de cortesão, funcionário letrado ou mero proprietário de terras. Assim, as relações, os acordos e os conflitos entre nobreza e monarquia eram constantes no período, dado que em muitos momentos a nobreza ambicionava aumentar seu poder.

Após essa primeira onda de conflitos, o poder das monarquias cresceu. Essa autoridade deu um segundo salto de crescimento nos séculos XVI e XVII, por causa das guerras de religião. Pode-se dizer que ocorreu um fortalecimento da instância real como forma de pacificação. Contudo, houve exceções, como na Inglaterra, pois a dinastia Stuart não sobreviveu a esses conflitos.

Nesse momento, Jean Bodin conceituou a ideia de “soberania”. Para o teórico, a soberania pertencia ao próprio poder político, pois, embora ocorressem mudanças de reis e ministros, a soberania permanecia na monarquia. Segundo ele, a soberania deveria ser “absoluta”, podendo criar ou alterar as leis civis unilateralmente, estando acima delas; decretar guerra e paz; estabelecer pesos e moedas, entre outras medidas. Porém, ser “absoluta”, nesse caso, não significava ser “ilimitada”, já que o rei não poderia violar as leis de Deus e da razão, a propriedade, os costumes e as tradições do reino, como mencionado.



Hyacinthe Rigaud/ Galeria Uffizi, Florença, Itália.

Hyacinthe Rigaud. *Jacques-Bénigne Bossuet*, 1698. Óleo sobre tela. Galeria degli Uffizi, Itália. Bossuet foi bispo, teólogo e filósofo.

Características das monarquias absolutistas

Depois de estudar sobre o crescimento do poder real, vamos compreender as características gerais das monarquias da Idade Moderna, chamadas “absolutistas”. Inicialmente, elas utilizaram o conhecimento dos humanistas para **resgatar o Direito romano** e estabelecer a propriedade privada e o princípio de que os reis estão isentos de restrições legais (“*princeps legibus solutus est*”), **garantindo a centralização do poder**. Vale lembrar, contudo, que setores da nobreza, quando buscaram resistir à centralização, retomaram o direito oral e tradicional, chamado de consuetudinário ou *common law*; segundo o qual não há um código escrito, mas um conjunto de hábitos, costumes e decisões judiciais que se acumulam à medida que a sociedade se transforma.

Em segundo lugar, ocorreu um processo de **sacralização do poder real**. Teóricos como Robert Filmer (1588-1653) e Jacques Bossuet (1627-1704) sustentaram que o poder dos reis vem de Deus e, por isso, não pode ser contestado. Diante da fragmentação gerada pela Reforma Protestante, todos os reis, assim, buscaram controlar, de alguma forma, a religião do reino: na França, criou-se a Igreja gálica (a Igreja católica francesa), ao mesmo tempo que houve uma alternância de períodos de tolerância e intolerância; na Inglaterra, criou-se a Igreja anglicana (a Igreja da Inglaterra); na Espanha e em Portugal, como vimos, os reis passaram a controlar as inquisições.

A terceira característica, e a mais importante, é que essas monarquias foram construídas essencialmente **em função da guerra**. Na França, o exército permanente tinha 2 mil homens no século XIV e 135 mil no século XVIII. O primeiro imposto nacional do reino, a talha real, foi criado durante a Guerra dos Cem Anos para sustentar o exército. Durante o século XVI, a Europa teve apenas 25 anos sem batalhas. No século XVII, foram apenas sete anos de paz.

Em quarto lugar, houve um **aumento da burocracia**. Porém, o burocrata não chegava ao cargo, como hoje, por meio de estudo e concurso público. Na França, era comum os reis, para conseguir recursos, venderem cargos. Assim, burgueses poderiam comprar os cargos e tornar-se nobres – a chamada nobreza togada.

Como quinta característica, pode-se citar o **aumento dos impostos**. Na segunda metade do século XVII e no século XVIII, ocorreram cerca de 8 500 revoltas camponesas na França, a maior parte delas contra impostos estatais ou senhoriais. A coleta era feita por um cobrador de impostos. O rei vendia ou alugava esse cargo a alguém, que tinha o direito de cobrar impostos em troca de um quantia anual.

Em sexto lugar, ocorreu o desenvolvimento da **diplomacia**. Nesse período, os casamentos eram os principais laços diplomáticos, por meio dos quais todas as monarquias europeias eram interligadas. A partir disso, como as línguas ainda não eram unificadas, era muito comum que reis e rainhas desconhecessem a maioria dos dialetos falados por seus próprios súditos. Não existia, assim, “nacionalismo”: as pessoas obedeciam ao rei porque viam sua legitimidade como advinda da tradição e da religião, e não porque ele “representava o país” ou “expressava os anseios do povo”. Assim, a unidade se dava pelo reconhecimento de si mesmo como súdito de uma Coroa.

A sétima característica das monarquias absolutistas era a sociedade, que permanecia fundamentalmente uma **sociedade estamental**, na qual a nobreza mantinha-se como grupo dominante. Em todas as monarquias, existiam “Estados” dentro do reino, como o Parlamento na Inglaterra, os Estados Gerais na França e as cortes da Espanha e de Portugal. O rei precisava consultar alguns desses poderes em caso de aumentos gerais de impostos, por exemplo. Ao longo do século XVII, as coroas tiveram sucesso em enfraquecer esses “Estados do reino”, que perderam grande força.

Além dos Estados do reino, havia as facções da nobreza, que substituíram as antigas relações de suserania e vassalagem. Grandes facções nobiliárquicas tinham sob sua tutela muitos indivíduos, que, infiltrados nos sistemas burocráticos estatais, podiam mover quantidades imensas de recursos e pessoas – uma relação, portanto, de clientelismo. Os grandes estadistas do século XVI utilizavam essas facções de acordo com seus interesses, apoiando diversas camadas da nobreza para enfraquecer outras.

Ademais, havia os parlamentos na França, a *gentry* (pequena nobreza inglesa) controlando as localidades na Inglaterra, entre outros grupos. Por todos esses motivos, a historiografia hoje considera que, em vez de “Estado absolutista”, há outros nomes mais adequados, como “monarquias duais”, “aglomerado dinástico”, “busca do

absoluto” e “reinos múltiplos”. No Brasil, os historiadores tendem a utilizar o termo cunhado por John Elliott: “monarquias compósitas”.

A oitava e última característica era a série de práticas econômicas chamadas de **mercantilismo**. Tratava-se de um período em que a Coroa intervinha, de modo crescente, na economia. A fim de arrecadar recursos para financiar um governo cada vez maior, essas interferências ocorriam por meio do controle do fluxo do comércio exterior, da criação de novos impostos e monopólios, da definição de preços e cotas de importação, da coordenação da colonização, do estabelecimento de moedas, pesos e medidas e da limitação dos portos de comércio.

As monarquias absolutistas e o mercantilismo

A principal prática do mercantilismo era o **metalismo** (ou bulionismo). A riqueza de um território ficou associada à quantidade de metais nobres que possuía. Começa, então, a surgir a ideia original de desenvolvimento econômico, isto é, o Estado deve crescer e enriquecer a sociedade. Também se intensificou a monetarização da economia, já que trocas e pagamentos eram, cada vez mais, feitos com moedas desses metais. Dessa maneira, a busca por ouro e prata e a preocupação em não deixar metais preciosos saírem de seus territórios revelaram as atitudes protecionistas para se conseguir uma balança comercial favorável.

Outra característica fundamental da política mercantilista é a produção manufatureira (o que, nesse contexto, é chamado de industrialismo). É a ideia de que os produtos manufaturados, por exigirem mais especialidade, são capazes de proporcionar maior margem de lucro aos empresários e comerciantes. Conclui-se que as manufaturas deveriam produzir artigos de qualidade e alto valor, para conquistar compradores no exterior, assegurar os mercados internos e, assim, favorecer a balança comercial e proteger o país de mercadorias estrangeiras.

O **sistema colonial**, isto é, o conjunto de relações entre colônia e metrópole, também era um elemento essencial das práticas mercantilistas, pois assegurava que a metrópole obtivesse produtos coloniais pelo preço mais barato e vendesse seus produtos manufaturados pelo preço mais elevado possível.

Apesar de a nobreza ter se mantido como grupo social dominante, o mercantilismo foi responsável por promover a integração entre burguesia e Estado absolutista. Assim, a burguesia foi se tornando forte no seio do absolutismo. Mas essa burguesia não era capitalista, no sentido atual. A maioria dos burgueses (comerciantes, manufatureiros e grupos intermediários, de forma geral) visava reinvestir seu lucro para ingressar na aristocracia.

De forma esquemática, é comum qualificar o mercantilismo espanhol de bulionismo, ou metalismo, devido ao papel fundamental da exploração de ouro e prata de suas colônias. Os Países Baixos, por sua vez, praticavam o mercantilismo comercial, pela hegemonia no comércio marítimo com a criação de grandes companhias e a construção e venda de navios. A Inglaterra fazia um mercantilismo comercial e industrial, com investimento

na indústria naval e na manufatura têxtil. O mercantilismo francês ficou conhecido como industrialismo ou colbertismo, em referência ao ministro Colbert (1619-1683), que adotou uma política protecionista e manufatureira de grande amplitude.

Alguns pensadores importantes

Paralelamente ao desenvolvimento do poder monárquico, uma série de filósofos refletiu sobre a natureza desse poder político. Vamos conhecer dois deles: Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Thomas Hobbes (1588-1679).

Maquiavel nunca foi um defensor da “monarquia absoluta”, tendo inclusive argumentado a favor da superioridade do regime republicano. No entanto, foi com um pequeno livro que o pensador exerceu importância fundamental nas discussões políticas do período. *O príncipe* (1532) foi bastante difundido na época como um manual com conselhos para governantes.

No livro, o autor expõe duas éticas indissociáveis. A ética cristã, que prega a bondade e a transparência, e a ética política, na qual ações consideradas más para os cristãos (mentir, matar etc.) poderiam ser boas se utilizadas para garantir o bem comum e a estabilidade.

No contexto das guerras de religião na Inglaterra, Thomas Hobbes escreveu *Leviatã* (1651), na tentativa de defender um poder central em um momento em que ocorria o seu esfacelamento. Para Hobbes, todos os seres humanos têm um direito natural: o de autopreservação. No estado de natureza (ou seja, anterior à sociedade), cada um faz o que acredita ser o correto para sobreviver. Mas a incompatibilidade de juízos só pode levar à guerra.

Saiba mais

Na capa original de *Leviatã*, o Estado é representado como uma figura protetora, cujo corpo é composto por uma multidão, os súditos. Nesse sentido, a população também é autora dos atos do soberano. Como existe um soberano, o campo e a cidade permanecem pacíficos. Na mão direita, ele empunha uma espada, símbolo da autoridade civil; e na mão esquerda, o báculo episcopal, símbolo da autoridade eclesiástica. Com isso, tanto a capa como o livro mostram que o soberano é protetor do povo e juiz em todas as causas, nos campos espiritual e temporal.



Capa original de *Leviatã*, publicado em 1651.

Abraham Bosse. Frontispício. In: HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Londres: Andrew Crooke, 1651.

E como garantir a paz? É preciso renunciar ao próprio direito de autopreservação e entender que o juízo individual pode errar. Essa renúncia (que chamaremos de **contrato**) ocorre quando os súditos aceitam a necessidade de um poder maior, o Leviatã.

Em *Leviatã*, Hobbes defende que, ao renunciarmos à liberdade de fazer leis e escolher os governantes, mantemos outras liberdades, as quais estariam mais bem garantidas sob a tutela do poder absoluto. Um regime democrático, devido à desordem, corromperia todas as outras liberdades. Contudo, os defensores da monarquia absoluta não adotaram a obra de Hobbes, uma vez que o inglês diz que o poder procede do povo, e não do divino.

A monarquia francesa

Como vimos no Livro 1, a monarquia francesa teve suas origens no Tratado de Verdun, em 843, com a divisão do Império Franco. Em 987, extinguiu-se a monarquia carolíngia e teve início a dinastia capetíngia, com Hugo Capeto (r. 987-996), a qual estendera vagamente seus direitos de suserania para fora de sua base original na Île-de-France, em um movimento gradual de unificação concêntrica, até que atingissem de Flandres ao Mediterrâneo. A dinastia capetíngia foi a dinastia feudal por excelência. No reinado de Filipe IV, o Belo (r. 1285-1314), a monarquia francesa entrou em conflito com a Igreja, momento do Cisma do Ocidente.

Como também estudamos, a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), que terminou com a vitória francesa, ocasionou diversas transformações. Os franceses criaram, pela primeira vez na história, um exército remunerado e regular, financiado pela talha real, imposto criado no reinado de Carlos VII (r. 1422-1461). O pensador Alexis de Tocqueville, no século XIX, enxergou nesse fato o início do Antigo Regime na França.

Nos governos posteriores ao de Carlos VII, a arrecadação fiscal sofreu oscilações, aumentando em alguns períodos e sendo reduzida em outros. No entanto, apesar da instituição de novos impostos e tropas permanentes, a nova monarquia não construiu um verdadeiro Estado centralizado. Nem Francisco I (r. 1515-1547) nem seu sucessor, Henrique II (r. 1547-1559), por exemplo, eram autocráticos. Eles consultavam frequentemente as assembleias regionais, respeitando os privilégios da nobreza e do clero.

A guerra civil e a ascensão dos Bourbon

Três grandes famílias da nobreza francesa tornaram-se huguenotes: os Condé, os Coligny e os Bourbon. Em contrapartida, outras famílias mantinham-se católicas, como os Guise e os Montmorency-Châtillon. Todas essas famílias controlavam um amplo território senhorial e possuíam uma vasta clientela, com influência dentro do aparelho do Estado, tropas leais e aliados internacionais. O duque de Guise, por exemplo, era tão ou mais poderoso e rico que os próprios reis da França. Com a morte de Henrique II, sua esposa, Catarina de Médici, assumiu como rainha regente e permaneceu nessa posição por mais dois reinados, pois o jovem Francisco I morreu meses depois de assumir o trono, e Carlos IX era muito jovem para essa tarefa.

Embora católica, Catarina de Médici manteve uma política de tolerância aos protestantes, evitando o predomínio católico. Seu chanceler, Michel de L'Hôpital (1507-1573), defendia uma concordância religiosa universal. Contudo, em 1562, os Guise massacram centenas de protestantes. O duque de Guise tornou o jovem rei e a rainha regente praticamente seus prisioneiros. Tem início uma longa e sangrenta guerra civil. Em 1572, ocorre o massacre de milhares de huguenotes pelos católicos, no episódio chamado “Noite de São Bartolomeu”.



François Dubois/ Museu Cantonal de Belas-Artes Lausanne, Suíça.

François Dubois. *O massacre de São Bartolomeu*, c. 1572-1584. Óleo sobre tela. Museu Cantonal de Belas-Artes, Suíça. Em 1572, na França, diante dos boatos de uma revolta protestante, milhares de huguenotes foram massacrados por católicos.

Durante a guerra, o rei Carlos IX morreu, aos 23 anos, vítima de tuberculose. Seu irmão que o sucedeu, Henrique III Valois (r. 1574-1589), foi assassinado. Henrique Bourbon, protestante e rei de Navarra, havia se casado com Margarite de Valois (a “Rainha Margot”), filha de Catarina de Médici com o antigo rei – por isso, ele assumiria como Henrique IV Bourbon (r. 1589-1610). Henrique de Bourbon, aliás, mandou assassinar o líder dos católicos, Henrique Guise. Pela presença do rei Henrique III Valois, de Henrique IV Bourbon e do católico Henrique Guise, o conflito ficou conhecido como “Guerra dos 3 Henriques”.

A ascensão do protestante Henrique IV Bourbon marcou o início da dinastia Bourbon (1589-1792) e o fim da guerra civil. A população, após as mortes e a destruição, cansara-se das guerras. A nobreza, diante de saques e revoltas camponesas, desejava uma Coroa forte. Em uma sequência de ações, o rei converteu-se ao catolicismo, compensou a família Guise em 10 milhões de libras e retomou a garantia de tolerância religiosa, por meio do Édito de Nantes (1598). Para a arrecadação de recursos, títulos de nobreza passaram a ser vendidos para a alta burguesia, criando a nobreza togada.

A dinastia Bourbon, a crise do século XVII e a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648)

Em 1610, Maria de Médici assumiu como regente durante a menoridade de seu filho Luís XIII. Ela delegou o governo ao cardeal Richelieu, que, como ministro, perseguiu os inimigos da Coroa, esmagou conspirações aristocráticas e enviou para as províncias funcionários com amplos poderes, para fazer valer as ordens reais. Ademais, quadruplicou a coleta de impostos, especialmente devido à participação francesa na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

Esse conflito teve justificativas religiosas e políticas. As tensões no Sacro Império Romano-Germânico cresceram ao longo do século XVI e no início do século XVII. Formaram-se a Liga Católica, fiel ao imperador e ao papa, e a União Protestante, defensora da liberdade dos cultos reformados.

O conflito se internacionalizou. Os católicos teriam apoio do papa, da Polônia, da Espanha e de Portugal. A França, embora católica, entrou ao lado dos protestantes, buscando adquirir novos territórios e, principalmente, enfraquecer os Habsburgos. Os protestantes também teriam apoio de Suécia, Dinamarca, dos Países Baixos e do Império Otomano. A Inglaterra, envolvida em conflitos internos, pouco participou da guerra.

A guerra terminou com a vitória do bloco protestante. A Espanha tornara-se uma potência subordinada à influência francesa. Os Países Baixos conseguiram manter a posição, por várias décadas, de nação mercantil mais rica e promissora do mundo. A França se tornaria uma grande potência, e o reinado de Luís XIV seria o auge do absolutismo francês.

Ao fim da guerra, foram assinados os Tratados de Vestfália. Sua consequência mais importante foi a confirmação da importância da liberdade religiosa e da

necessidade de um equilíbrio de poder. A Europa passou a viver uma certa diminuição das guerras, fato que duraria até a Revolução Francesa e a Era Napoleônica.

Com a decadência dos países ibéricos e do Sacro Império Romano-Germânico, o longo reinado de Luís XIV consolidou os Bourbons como liderança europeia. O monarca foi um grande patrocinador das artes e ordenou a construção do Palácio de Versalhes e a reconstrução do Louvre (que só se tornou um museu após a Revolução Francesa). Cerca de 10 mil nobres residiam em Versalhes, e sua construção foi uma forma de controlar uma nobreza sempre em revolta.

Em 1685, sob o lema “Um rei – Bourbon –, uma lei – a vontade do rei –, uma fé – católica”, o Rei Sol revogou o Édito de Nantes, dando fim à tolerância religiosa e colocando o catolicismo como religião oficial da França. Cerca de 200 mil huguenotes foram obrigados a deixar a França. Luís XIV se envolveu em guerras, mas teve sucesso bastante limitado. A monarquia de Luís XIV fracassou em impor-se à Europa ou em realizar conquistas territoriais notáveis.

Jean Colbert, ministro das finanças e defensor do mercantilismo, impôs um sistema fiscal altamente protecionista, incentivou a manufatura e intensificou a colonização francesa no Canadá. Colbert fez planos de longo prazo para o desenvolvimento do comércio francês, além de modernizar a Marinha, as estradas e os aquedutos.

Após a morte de Luís XIV, houve um aumento do poder da aristocracia, que desfrutava de privilégios e, por isso, pagava poucos impostos. Os reinados seguintes, de Luís XV (r. 1715-1774) e Luís XVI (r.1774-1792), enfrentariam a Guerra dos Sete Anos, uma crise econômica, a oposição crescente da nobreza e, por fim, a Revolução Francesa, iniciada em 1789.



Jean Nocret. *Retrato mitológico da família de Luís XIV*, século XVII. Óleo sobre tela. Museu de Versalhes, França. Nessa pintura, Luís XIV e sua família são apresentados como deuses romanos.

Estabelecendo relações

O termo “barroco” foi utilizado pela primeira vez no século XVIII (isto é, após a época barroca), de forma pejorativa, para qualificar a arte do período como irregular e desigual. Os artistas neoclássicos do século XVIII viam-se como portadores da ordem, da harmonia e da simetria, batizando os artistas do período anterior de “bizarros”. Foi apenas no século XIX que historiadores como Jacob Burckhardt e, principalmente, Heinrich Wölfflin começaram a estudar seriamente o barroco e a construir o conhecimento que hoje possuímos sobre o tema, deixando de lado a acepção pejorativa.

A monarquia inglesa e as revoluções do século XVII

A ilha da Grã-Bretanha passou por diversas ocupações ao longo da história. Muitas de suas regiões pertenceram aos domínios do Império Romano. Na época medieval, a ilha foi ocupada por anglo-saxões, em invasões ocorridas nos séculos V e VI. Em 1066, os povos normandos estabelecidos no norte da França, liderados por Guilherme, O Conquistador, derrotaram os anglo-saxões na Batalha de Hastings.



Representação da Batalha de Hastings, Tapeçaria de Bayeux, século XI. Museu de Bayeux, França.

O novo rei distribuiu 5 mil feudos aos seus vassallos, que deveriam jurar fidelidade também ao monarca, e não apenas aos seus senhores imediatos. Daí o feudalismo inglês ser chamado de feudalismo centralizado. Os tribunais judiciários eram controlados pelos *sheriffs*, nobres escolhidos pelo monarca. As cidades sempre fizeram parte dos domínios do rei e, por isso, gozavam de privilégios comerciais, sem a autonomia política das comunas do continente.

No reinado de João Sem Terra (r. 1199-1216), da dinastia Angevina ou Plantageneta, ocorreram os maiores conflitos entre o poder real e a nobreza inglesa. Diante das tentativas de João de aumentar os impostos, aliar-se aos franceses e taxar os bens da Igreja, em 1215 uma revolta da nobreza impôs ao rei a Magna Carta.

Atenção

É preciso ter cuidado com o mito da Magna Carta. Ela não foi uma declaração de direitos universais, tampouco a origem do direito moderno. O documento foi um pacto entre os barões e o rei e tratava de assuntos muito próprios do período medieval. Seu objetivo era obrigar o rei a cumprir os costumes e direitos tradicionais, entre eles criar uma nova tributação apenas com o consentimento da nobreza.

Vale lembrar que a Magna Carta teve várias “versões”, inclusive logo após a sua criação (1216, 1217 e 1225) e, no final da Idade Média, havia caído praticamente no esquecimento (afinal, não se tratava de Constituição, ideia que só existirá a partir do final do século XVIII). Ocorre que, na passagem do século XVI para o século XVII, juristas iriam recuperar a Magna Carta e, a partir dela, elaborar uma interpretação de oposição ao autoritarismo monárquico e ao direito romano, associado à centralização. De acordo com essa interpretação, o documento seria uma expressão do direito tradicional (a *common law*), aprimorado ao longo do tempo. É por conta dessa apropriação que associamos o texto ao constitucionalismo moderno.

Nesse sentido, o Grande Conselho, órgão formado por membros do clero e da nobreza, se chamaria Parlamento. A partir do reinado de Eduardo I (r. 1272-1307), o monarca só podia criar novas leis e impostos mediante a aprovação do Grande Conselho, em conformidade com a Magna Carta.

O Parlamento não era permanente. O rei era obrigado a convocá-lo de forma extraordinária para negociar e obter suporte financeiro. Enquanto, na França, havia vários parlamentos no reino além dos Estados Gerais, com uma estrutura tripartite (clero, nobreza e povo), na Inglaterra havia apenas um Parlamento no reino, dividido em duas câmaras, a Câmara dos Lordes, composta de bispos e alta nobreza, e a Câmara dos Comuns, composta da pequena nobreza e de representantes dos condados e das cidades. Na Idade Média, a existência de um único Parlamento indicava maior poder do rei. Contudo, na Época Moderna, o Parlamento seria um entrave à Coroa.

A Guerra dos Cem Anos foi travada pela Inglaterra com o auxílio de companhias contratadas por iniciativa dos grandes nobres. Devido à cobrança desenfreada de impostos para sustentar a guerra, aconteceram incontáveis rebeliões camponesas, situação agravada pela eclosão da chamada “peste negra”.

Após a derrota inglesa no conflito, emergiu uma guerra entre as facções de nobres dentro da ilha: a Guerra das Duas Rosas (1455-1485), protagonizada pelas casas de York e Lancaster. A guerra terminou quando Henrique, o último herdeiro vivo dos Lancaster, casou-se com Isabel de York, ganhando o título de Henrique VII (r. 1485-1509), iniciando a dinastia Tudor.

A dinastia Tudor (1485-1603)

A dinastia Tudor não contava com um exército permanente, autonomia financeira, uma boa arrecadação de impostos ou uma burocracia com funcionários fiéis e dependentes do Estado. Além disso, havia o Parlamento.

Enquanto a Espanha possuía ouro e prata, a França possuía sal e a Suécia possuía cobre, os Tudors não criaram um imposto permanente ou um monopólio sobre todo o território. Juízes impediram a Coroa de se beneficiar das reservas de carvão e de metais não preciosos, além de negar aos reis a expansão da burocracia.

Henrique VIII (r. 1509-1547) criou a Igreja anglicana em 1534, como vimos, e confiscou os bens da Igreja católica. As rendas da Coroa aumentaram em 100 mil libras. Assim, impostos que antes iam para Roma permaneceriam na Inglaterra. Mesmo com essas e outras medidas, Henrique VIII ainda era obrigado a negociar com o Parlamento.

O rei perdeu guerras e terras continentais para a França. Para custear a guerra, vendeu propriedades que confiscara da Igreja e pediu empréstimos. Então, um grupo de burgueses ricos comprou terras e, junto a elas, um brasão. Esses homens eram os *gentlemen* (homens gentis), membros da *gentry*. Essa pequena nobreza em ascensão teria um controle cada vez maior da Câmara dos Comuns.

Seu filho e sucessor, Eduardo VI (r. 1547-1553), manteve o anglicanismo, e, no seu reinado, ocorreu uma aproximação com o calvinismo. Sua meia-irmã, a católica Maria I (r. 1553-1558) impôs novamente o catolicismo, e centenas de protestantes se exilaram. Após seu curto reinado, protestantes retornaram no governo de Elizabeth I (r. 1558-1603), também filha de Henrique VIII, que restaurou a Igreja anglicana.

Muitos católicos consideravam o anglicanismo um puritanismo, e muitos puritanos consideravam o anglicanismo um papismo disfarçado. Eles eram chamados de puritanos por quererem “purificar” a Inglaterra do controle da Coroa sobre a religião. Apesar disso, Elizabeth teve sucesso em, simultaneamente, restaurar a Igreja anglicana, manter uma relativa paz com os puritanos e executar seus opositores, como os jesuítas.

A monarquia inglesa, deficitária e endividada, precisava da ajuda da *gentry*. Na Câmara dos Comuns, os *gentlemen* apoiaram a concessão de novos empréstimos aos Tudor, aumentando seu poder. Não foi à toa que, sob Elizabeth I, o tamanho da Câmara dos Comuns cresceu de 300 para 500 deputados. O reinado de Elizabeth I, de 1558 a 1603, também foi marcado por uma grande produção intelectual, na qual se destacaram o filósofo Francis Bacon e o escritor e teatrólogo William Shakespeare, autor de obras que estão entre as mais célebres da história da arte.

A maior inimiga da Inglaterra, nesse momento, era a Espanha dos Habsburgos, a grande potência do século XVI. Elizabeth tentou de diversas formas arruinar a Espanha: apoiou os protestantes contra os católicos nas guerras de religião na França; modernizou e expandiu a frota real; executou a prima católica Maria Stuart, possível aliada dos espanhóis; invadiu a Irlanda católica e massacrou católicos. No final do século XVI, tomando como pretexto a execução de Maria Stuart, Filipe II, rei da Espanha, decidiu invadir a Inglaterra, formando a chamada “Invencível Armada”, que, apesar do nome, foi derrotada por Elizabeth.



Museu Real de Greenwich, Londres, Inglaterra.

Gravura anônima do século XVI retratando a Armada Espanhola e navios ingleses.

Na Era Tudor, a população quase duplicou em tamanho e houve um grande aumento da produção agrícola, com o incremento das técnicas, que cada vez mais era voltada para o mercado. Pessoas (os arrendatários) alugavam terras da grande nobreza (os senhores de terra), contratavam mão de obra por salário e produziam para o mercado (o *landless labourer*, o trabalhador sem terra) – uma produção de tipo capitalista. A atividade têxtil envolvia diversas personagens, como proprietários de terras, de ovelhas, trabalhadores pobres e mercadores. A riqueza se deslocava da Coroa, da Igreja e da alta aristocracia para os *gentlemen*, para os produtores rurais e mercadores. Isso tudo ocorria junto à ascensão do puritanismo. Já havia iniciado, nesse período, o cercamento das terras “sem senhor”, isto é, as terras (*common lands*) e os campos abertos (*open fields*) que os camponeses utilizavam para pastagem ou trabalhos comuns. Hoje, historiadores dizem que os cercamentos foram poucos no séculos XVI e XVII, intensificando-se apenas no século XVIII.

Muito embora houvesse uma aparente estabilidade no reinado de Elizabeth, a Inglaterra passava por transformações profundas. Em 1603, a morte da rainha deixou a dinastia Tudor sem herdeiros, e Jaime, da dinastia Stuart e rei da Escócia, assumiu o trono. Pela primeira vez, a Escócia ligou-se formalmente à Inglaterra.

A dinastia Stuart (1603-1649)

Jaime I (r. 1603-1625), quando assumiu a Coroa inglesa, já era o experiente e bem-sucedido rei da Escócia (desde 1567). Ele empreendeu várias tentativas de fortalecimento da Coroa inglesa, criando uma série de monopólios e impostos. Paralelamente, o rei reafirmou o direito divino (presente na Escócia), tolerou os católicos da Inglaterra (embora tenha mantido a repressão na Irlanda) e concluiu uma paz com a Espanha, em 1604. Tudo isso aumentou a oposição puritana, que via Jaime como corrupto e de tendências papistas.

Esses problemas se agravam no reinado do sucessor, Carlos I (r. 1625-1649), que protegeu o culto católico em troca de ajuda financeira de Luís XIII. Figuras ilustres contrárias ao rei eram torturadas e mortas. A oposição cresceu. Em 1629, Carlos I reagiu e dissolveu o Parlamento, passando a governar de forma autoritária. Foi o auge do absolutismo inglês.

Esse período durou menos de dez anos. Em 1638, começou uma revolta na Escócia que atingiu a Inglaterra, e Carlos I, sem fundos, convocou o Parlamento. Este faz várias exigências ao rei, que o dissolveu novamente em três semanas, prendendo seus líderes. Acreditando ter excluído os mais subversivos, Carlos fez uma reconvocação em 1640.

Em nome da Magna Carta, o Parlamento aprovou o fim de todas as leis da última década, a convocação regular do Parlamento, a abolição de impostos aprovados sem consentimento e o fim da perseguição contra os protestantes dissidentes. Dessa forma, o Parlamento esperava resolver os conflitos sem uma guerra civil.

Enquanto isso, em 1641, iniciou-se uma revolta de católicos na Irlanda. Carlos I, legalmente, deveria ser o líder dos exércitos. O Parlamento não queria dar esse tipo de

controle ao rei. Entre os 507 deputados, 236 ficaram ao lado de Carlos I. Então, o rei invadiu o Parlamento para prender os opositores. Contudo, eles tinham sido avisados da invasão e refugiaram-se em Londres. Começou, então, uma sangrenta guerra civil na Inglaterra.



Museu do Prado, Madrid

John de Critz. *Jaime I da Inglaterra*, c. 1605. Óleo sobre tela. Museu do Prado, Espanha.

Da guerra civil à Revolução Gloriosa

A primeira Guerra Civil Inglesa, ou Revolução Puritana, se estendeu de 1642 a 1648. Os apoiadores do rei eram chamados de “cavaleiros”, devido a sua poderosa cavalaria, e os parlamentares eram chamados de “cabeças redondas”, por causa dos cortes de cabelo dos puritanos e do cabelo longo da nobreza. A maioria de católicos e anglicanos ficou do lado do rei, e a maioria dos puritanos ficou do lado do Parlamento – essa é a divisão mais clara da guerra. Do ponto de vista social, a burguesia estava dividida, dado que muitos setores se beneficiaram com os monopólios. Os burgueses ligados à América e interessados na quebra dos monopólios, em geral, deram apoio ao Parlamento. O grupo social que mais deu suporte à causa parlamentar foi, sem dúvida, a *gentry*, em aliança com os puritanos.

Dentro das lideranças parlamentares, emergiu o nome do *gentleman* Oliver Cromwell (1599-1658). Convicto de que era o escolhido de Deus, Cromwell fundou um exército constituído não por mercenários, como era comum, mas por voluntários puritanos partidários de uma causa. Em 1649, Carlos I foi decapitado como “inimigo público do bom povo”. Pela primeira vez na história, o rei foi morto por uma ação revolucionária desse tipo.

Durante esse processo, surgiram alguns movimentos. Em primeiro lugar, no exército, surgiu o grupo dos “niveladores” (*levellers*), defendendo a igualdade perante a lei, a extensão do direito de voto para todos os homens capazes de viver de forma independente, o fim do dízimo, o livre-comércio e a proteção da pequena propriedade. Em segundo lugar, emergiu outro grupo, chamado “verdadeiros niveladores” ou “cavadores” (*diggers*), em defesa da retomada das terras comuns por parte dos trabalhadores ingleses. Em terceiro lugar, uma série de seitas protestantes apareceram, algumas delas existentes até hoje (como os *quakers* e os batistas), com propostas de mudança nos costumes ou de criação de um reino de Cristo. A maior parte desses grupos, que tinham ideias que desagradavam as elites parlamentares, acabou sofrendo uma brutal repressão – Cromwell, em especial, massacrou os movimentos nivelador e cavador. Em quarto lugar, estavam os defensores da república.

Entre 1649 e 1659, a Inglaterra tornou-se uma república, sob a liderança de Oliver Cromwell. Contudo, os republicanos decepcionaram-se com o novo governo. Em 1653, Cromwell, para combater as ameaças de reação, dissolveu o Parlamento, formou um novo com seus aliados e, por fim, assumiu o título de Lorde Protetor, uma verdadeira ditadura ancorada no exército.

Cromwell vendeu as terras da Igreja, da Coroa e dos realistas, aboliu os monopólios, as leis que limitavam cercamentos, e anulou vários impostos. Desenvolveu uma política externa colonial e comercial agressiva, empreendeu uma série de guerras com a Espanha, recém-derrotada na Guerra dos Trinta Anos, e conquistou a Jamaica. O tráfico de escravizados jamaicanos enriqueceu Bristol e Liverpool. Na Irlanda, Cromwell reprimiu um movimento monarquista, expropriou as terras de irlandeses católicos e as distribuiu para protestantes ingleses. Os chamados Atos de Navegação (1651) proibiram países rivais de comercializar com as colônias inglesas, a fim de garantir os mares para a Inglaterra. O governo de Cromwell foi fundamental para a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo nos séculos seguintes.

Em 1658, o Lorde Protetor morreu. Seu filho Richard Cromwell foi incapaz de manter o governo. O Parlamento de 1660, então, restaurou a Câmara dos Lordes e aceitou o pedido de Carlos II, filho do decapitado Carlos I, para voltar à Inglaterra e restaurar a monarquia. *Leviatã*, de Thomas Hobbes, foi escrito em defesa de Carlos II.

O Parlamento esperava, com a volta do rei, retornar à estabilidade e conter os movimentos radicais, mas suspeitas de papismo e de uma aliança com a França levaram o Parlamento inglês a uma divisão. Por um lado, os *whigs* (futuros liberais) defendiam que a sucessão de Carlos II deveria ser definida pelo Parlamento. Por outro lado, os *tories* (futuros conservadores), partidários do direito divino, diziam que não cabia ao Parlamento definir a sucessão. Em um primeiro momento, os *tories* venceram a disputa.

Jaime II (r. 1685-1688) assumiu a Coroa, e a Inglaterra voltou a ter um rei abertamente católico. *Tories* e *whigs* chegaram a um acordo: se Jaime II continuasse no poder, a Inglaterra teria uma nova guerra civil. Então, nobres poderosos enviaram uma carta para que Guilherme de Orange invadisse a Inglaterra e tomasse a coroa. Ele era governante da República dos Países Baixos e casado com Maria, filha de Jaime II. Assim, ambos seriam comonarcas e se livrariam do rei católico, mantendo a linhagem real.

Orange desembarcou na Inglaterra com uma tropa de 15 mil homens. Jaime II não tinha recursos e fugiu para a França. Essa revolução foi chamada pelos ingleses de “Revolução Gloriosa”, pois não teve derramamento de sangue nem participação popular.

Os membros do Parlamento obrigaram Guilherme III e Maria II a aceitar a **Declaração de Direitos** (*Bill of Rights*), que tornava a Inglaterra uma monarquia parlamentar. Segundo o documento, futuros reis ou rainhas eram proibidos de serem católicos ou de se casarem com católicos. Foi estabelecida, entre outras medidas, a proteção à propriedade particular.

Nos reinados de Jorge I e Jorge II (1714-1760), da dinastia Hanover, foram criados o Conselho de Ministros e o cargo de primeiro-ministro. Em 1694, houve a criação do Banco da Inglaterra e do *national debt*, um sistema de financiamento da dívida pública inglesa atrelado à bolsa de valores e ao sistema de crédito de bancos privados. Com isso, a coroa, o Parlamento e a população tiveram acesso a empréstimos com juros mais baixos.

Em 1707, a Escócia e a Inglaterra se uniram sob uma mesma coroa, situação que persiste até a atualidade. Em 1721, por pressão da manufatura de lã, o governo proibiu a importação de tecidos indianos e criou um mercado fundamental para a Revolução Industrial. O século XVII, momento do Iluminismo e da Revolução Industrial, é assunto do próximo capítulo.

! Atenção

As Revoluções Inglesas foram revoluções burguesas? Esse processo não foi uma revolução liderada pela burguesia nem deu controle do Parlamento aos burgueses – a burguesia industrial só iria controlá-lo a partir de 1832. Portanto, não foi uma revolução burguesa. Porém, esses eventos foram fundamentais, como se viu, para abolir monopólios, expandir o imperialismo e o colonialismo, garantir a propriedade privada e expandir os cercamentos. Nesse sentido, foram importantes para construir a Revolução Industrial e a ascensão do capitalismo algumas décadas depois e, sob essa ótica, podem ser considerados uma revolução burguesa.

Revisando

- Unesp 2016** As reformas protestantes do princípio do século XVI, entre outros fatores, reagiam contra
 - a venda de indulgências e a autoridade do Papa, líder supremo da Igreja Católica.
 - a valorização, pela Igreja Católica, das atividades mercantis, do lucro e da ascensão da burguesia.
 - o pensamento humanista e permitiram uma ampla revisão administrativa e doutrinária da Igreja Católica.
 - as missões evangelizadoras, desenvolvidas pela Igreja Católica na América e na Ásia.
 - o princípio do livre-arbítrio, defendido pelo Santo Ofício, órgão diretor da Igreja Católica.
- UPE 2014** A Reforma Protestante do século XVI, em território britânico, diferentemente do que ocorrera no restante da Europa, foi deflagrada mais por questões políticas que teológicas, por causa das ações realizadas pelo monarca Henrique VIII.

Sobre isso, é CORRETO afirmar que o (a)

 - Texto comete um erro ao associar a Reforma Protestante, na Inglaterra, à figura de Henrique VIII.
 - Protestantismo britânico só se firmou no século XVII, tendo, no Anglicanismo, sua representação atuante em todo o território do reino.
 - Texto se equivoca ao creditar causas de cunho político à reforma anglicana, já que a motivação maior dessa Reforma foi a condenação dos postulados do Concílio de Trento por parte dos teólogos ingleses.
 - Reforma religiosa na Inglaterra foi capitaneada por Elisabeth I, e não por seu pai, Henrique VIII.
 - Texto acerta ao colocar os interesses políticos e pessoais do monarca Henrique VIII como a principal motivação da reforma religiosa britânica do século XVI.
- Uece 2019** Numere os ideais das reformas religiosas que ocorreram no decorrer do século XVI, apresentados abaixo, de acordo com os seguintes representantes dos movimentos reformistas:
 - Luteranos;
 - Calvinistas;
 - Anabatistas;
 - Contrarreformistas.
 - Defendiam a liberdade de consciência em matéria de fé.
 - Defendiam a justificação pela graça e as obras.
 - Acreditavam que apenas a fé na promessa divina era eficaz para a salvação.
 - Acreditavam que, na predestinação divina, havia eleitos e condenados.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

 - 2, 3, 1, 4.
 - 1, 2, 4, 3.
 - 4, 1, 2, 3.
 - 3, 4, 1, 2.
- PUC-Rio 2020** Sobre os movimentos religiosos que transformaram a Europa, nos séculos XVI e XVII, é INCORRETO afirmar que:
 - a intenção original dos primeiros reformadores não era romper a unidade da Igreja Católica, mas sim restaurar práticas e doutrinas cristãs supostamente mais puras e verdadeiras.
 - observou-se neste período não apenas uma, mas várias propostas de reforma religiosa, todas as quais alegavam estar restaurando o autêntico cristianismo católico.
 - havia um consenso entre os reformadores protestantes a respeito da forma que a verdadeira Igreja deveria assumir.
 - na base da rebelião iniciada por Martinho Lutero, desencadeada por uma nova campanha de venda de indulgências, estavam inquietações espirituais de longa data relativas à salvação.
 - o humanismo renascentista abriu caminho para as reformas religiosas ao questionar a antiga estrutura medieval de entendimento dos textos sagrados.
- Enem** O que se entende por Corte do antigo regime é, em primeiro lugar, a casa de habitação dos reis de França, de suas famílias, de todas as pessoas que, de perto ou de longe, dela fazem parte. As despesas da Corte, da imensa casa dos reis, são consignadas no registro das despesas do reino da França sob a rubrica significativa de Casas Reais.

ELIAS, N. *A sociedade de corte*. Lisboa: Estampa, 1987.

Algumas casas de habitação dos reis tiveram grande efetividade política e terminaram por se transformar em patrimônio artístico e cultural, cujo exemplo é

 - o palácio de Versalhes.
 - o Museu Britânico.
 - a catedral de Colônia.
 - a Casa Branca.
 - a pirâmide do faraó Quéops.
- FGV-RJ 2017** Soberania popular, igualdade civil, igualdade perante a lei – as palavras hoje são ditas com tanta facilidade que somos incapazes de imaginar seu caráter explosivo em 1789. Não conseguimos nos imaginar num mundo mental como o do Antigo Regime...

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. Trad., São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 30.

As sociedades europeias do chamado Antigo Regime baseavam-se

 - no princípio da igualdade social e econômica e no direito divino de seus monarcas.
 - na ordenação social hierárquica e em concepções filosóficas ligadas a religiões.
 - na perspectiva da desigualdade social e em doutrinas religiosas democráticas.
 - na liberdade de expressão religiosa e no sentimento nacionalista.
 - na efetivação da igualdade jurídica e na mentalidade clerical.

7. Udesc 2018 Leia o texto a seguir:

Todo poder vem de Deus. Os governantes, pois, agem como ministros de Deus e seus representantes na terra. Consequentemente, o trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus.

Resulta de tudo isso que a pessoa do rei é sagrada, e que atacá-lo de qualquer maneira é sacrilégio. [...]

O poder real é absoluto. O príncipe não precisa dar contas de seus atos a ninguém.

Jacques-Bénigne Bossuet, 1627-1704.

Assinale a alternativa que apresenta a forma de governo à qual o trecho se refere.

- a) Democracia representativa
- b) Monarquia constitucional
- c) Absolutismo monárquico
- d) República monarquista
- e) Monarquia populista religiosa

8. UFRGS 2014 Em 1648, foi celebrada a Paz de Vestfália, um conjunto de tratados que encerrava a Guerra dos Trinta Anos e, como consequência, o período de guerras religiosas europeias, causadas pela Reforma Protestante.

Entre os principais efeitos da Paz, pode-se citar

- a) a unificação política do Sacro Império Romano-Germânico e o surgimento do Estado-nação alemão.
- b) o reconhecimento da soberania nacional como elemento lapidar das relações internacionais entre os diferentes Estados europeus.
- c) a supressão do luteranismo do Sacro Império Romano-Germânico e o reconhecimento do catolicismo e do calvinismo como únicas religiões permitidas nos Estados alemães.
- d) a ascensão da Casa dos Habsburgo como a mais poderosa das dinastias reais europeias.
- e) a subjugação completa da Revolta Holandesa contra a Espanha e a anexação dos Países Baixos ao Império Espanhol.

9. UEL-PR Aliás, o governo, embora seja hereditário numa família, e colocado nas mãos de um só, não é um particular, mas um bem público que, consequentemente,

nunca pode ser tirado das mãos do povo, a quem pertence exclusiva e essencialmente e como plena propriedade. [...] Não é o Estado que pertence ao Príncipe, é o Príncipe que pertence ao Estado. Mas governar o Estado, porque foi escolhido para isto, e se comprometeu com os povos a administrar os seus negócios, e estes por seu lado, comprometeram-se a obedecê-lo de acordo com as leis.

(DIDEROT, D. (1717-1784). *Verbetes políticos da Enciclopédia*. São Paulo: Discurso, 2006.)

Com base no texto, é correto afirmar:

- a) Mesmo em monarquias absolutas, o soberano é responsável pelos seus súditos.
- b) Ao Príncipe são concedidos todos os poderes, inclusive contra o povo de seu reino.
- c) O governante é ungido pelo povo, podendo agir como bem lhe convier.
- d) O povo governa mediante representante eleito por sufrágio universal.
- e) Príncipes, junto com o povo, administram em prol do bem comum.

10. UFRGS 2015 Durante o século XVII, a Inglaterra experimentou um período de profundas e violentas transformações políticas, desde a eclosão da Guerra Civil Inglesa (1642-1651) até a Revolução Gloriosa (1688). Entre as principais consequências desse processo, podem ser enumeradas

- a) a transição do absolutismo para uma monarquia constitucional e a limitação dos poderes políticos do monarca.
- b) a abolição da propriedade privada e a adoção de um sistema de terras comunais em todo o país.
- c) a independência das treze colônias inglesas da América do Norte e a abertura dos portos ingleses aos navios estrangeiros.
- d) a derrota militar das forças reformistas e a consolidação do absolutismo monárquico nas mãos de Oliver Cromwell.
- e) a abolição do anglicanismo e a afirmação do calvinismo como religião oficial da Inglaterra.

Exercícios propostos

1. UPE 2016



Museu Real de Greenwich, Londres, Inglaterra.

Essa é a capa do livro *Sobre judeus e suas mentiras*, escrito, em 1543, pelo líder da Reforma Protestante, Martinho Lutero. Perto de completar 500 anos, essa reforma tem sido revista pela historiografia contemporânea. A relação de Lutero com os judeus foi caracterizada pela

- a) miscigenação com essa comunidade.
- b) tolerância, respeito mútuo e boa convivência.
- c) ampliação das relações sociais e comerciais.
- d) assimilação cultural de toda essa comunidade.
- e) intolerância e perseguição com base num forte antijudaísmo.

2. **UEMG 2015** Em 31/10/1517, o então Padre Martinho Lutero publica as suas 95 teses, onde deixa clara sua contrariedade com a forma religiosa Católica e com seu representante máximo, o então Papa Leão X. Dois princípios incomodavam muito Lutero: o primeiro era a venda das indulgências e o segundo a Infallibilidade Papal. Sobre a indulgência, Lutero disse:

27ª Tese: Pregam futilidades humanas quantos alegam que, no momento em que a moeda soa ao cair na caixa, a alma se vai do purgatório.

28ª Tese: Certo é que, no momento em que a moeda soa na caixa, vem o lucro, e o amor ao dinheiro cresce e aumenta; a ajuda, porém, ou a intercessão da Igreja tão só correspondem à vontade e ao agrado de Deus.

http://www.monergismo.com/textos/credos/lutero_teses.htm.
Acesso em: 10/8/2014

A reforma luterana, de questionamento ao Papa e à sua autoridade, produziu profundas mudanças religiosas, políticas e sociais. Sendo a indulgência um erro, então, o povo não deveria obediência irrestrita, estava se estimulando o livre pensar, o livre agir, o poder gradativamente voltar-se da igreja para o homem. O alinhamento com qualquer ensino religioso deveria ser movido pela consciência, e não mais pela imposição papal. Estava, portanto, em curso uma nova sociedade, reformada, que iria produzir

- uma polarização entre protestantes e católicos, com consequências somente na Alemanha.
 - a livre interpretação da Bíblia pelos fiéis, a salvação pela Fé e o Estado livre das indulgências.
 - a corrupção do homem enquanto cidadão, motivando a preocupação excessiva com a espiritualidade.
 - um fenômeno religioso com aceitação universal, que passa a ser dominante em toda a Europa.
3. **UPF-RS 2015** Em 1517, o monge Martinho Lutero divulgou suas 95 teses, nas quais criticava duramente as ações e as práticas da Igreja Católica Romana. Esse fato, que marcou o início da Reforma Protestante, está inserido nos processos ligados ao renascimento urbano e cultural ocorridos na Europa.
- Leia as seguintes afirmações sobre as características da Reforma Protestante.
- Lutero acreditava que o dinheiro obtido com a venda de indulgências deveria ser aplicado, diretamente, nas regiões de sua arrecadação, e não enviado à Roma. Com essa tese, ele obteve o apoio dos príncipes germânicos, que lutavam contra o domínio do Papa.
 - Lutero considerava que a relação entre o cristão e Deus deveria ser direta, sem interferência dos sacerdotes. Segundo essa tese, cada pessoa poderia interpretar livremente a Bíblia, o que confrontava o dogma de Roma, que preconizava a autoridade exclusiva da Igreja na interpretação dos textos sagrados.
 - A salvação do crente, para Lutero, vinha unicamente da fé, e não de suas obras ou da intercessão

dos santos. Com isso, Lutero reafirmava a independência do indivíduo em relação às hierarquias religiosas, o que representou mais um ponto de conflito com a Igreja.

- As teses de Lutero motivaram uma série de revoltas e guerras civis disseminadas pela Europa. Uma trégua provisória só foi alcançada em 1555, com a Paz de Augsburg, um tratado segundo o qual a religião de cada país deveria ser escolhida por meio de eleições livres.
- Lutero defendia que o bom cristão deveria conhecer diretamente a palavra de Deus e que, para isso, precisava ler a Bíblia. Como consequências imediatas dessa posição, ele traduziu a Bíblia do latim para a língua nacional (o alemão), e os governos desenvolveram ações práticas que resultaram na alfabetização do povo alemão.

Está **correto** apenas o que se afirma em:

- I, II e III.
- II, III e V.
- I, IV e V.
- III, IV e V.
- II, III e IV.

4. **UFU-MG 2019** Quase toda a soma de nosso conhecimento, que de fato se deva julgar como verdadeiro e sólido conhecimento, consta de duas partes: o conhecimento de Deus e o conhecimento de nós mesmos. Como, porém, se entrelaçam com muitos elos, não é fácil, entretanto, discernir qual deles precede ao outro, e ao outro origina. [...] Por outro lado, é notório que o homem jamais chegue ao puro conhecimento de si mesmo até que haja antes contemplado a face de Deus, e da visão dele desça a examinar-se a si próprio [...].

CALVINO, João. *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*. São Paulo: Cultura Cristã. p. 47-48. (Adaptado)

A Reforma Protestante pode ser definida como um movimento de caráter essencialmente teológico com inúmeras consequências políticas e religiosas. Uma de suas causas foi a inquietação espiritual de parte do clero frente a crise clerical verificada em fins da Idade Média.

Em relação à Reforma Protestante, é correto afirmar que

- suas raízes podem ser encontradas já em fins da Idade Média nas obras e nos pensamentos de homens, como John Wycliffe e Jan Huss, que já, nos séculos XIV e XV, criticavam a venda de indulgências e a hierarquia eclesiástica.
- se desenvolveu uma forte crítica ao pensamento racional e ao individualismo moderno, devido à importância atribuída à Bíblia e a seus códigos morais rígidos.
- a partir da reforma luterana, desenvolveram-se, por toda a Europa, igrejas protestantes e/ou reformadas, centralizadas, cujas autoridade e limites se sobrepujam às fronteiras dos Estados Nacionais do período.
- a salvação era obtida por meio da graça de Deus, mas também pela participação na eucaristia, momento em que o pão e o vinho se transformavam no corpo de Cristo (transubstanciação), segundo João Calvino.

5. **UEM-PR 2014** Identifique o que for **correto** sobre a Reforma Protestante, ocorrida na Europa Ocidental, no século XVI.

- 01 Reformadores como Lutero e Calvino propuseram uma nova Igreja centrada nos ensinamentos do Velho Testamento e no abandono do Novo Testamento.
- 02 Uma das principais bandeiras políticas dos reformadores era a necessidade da criação de uma Igreja que não interferisse nas questões políticas das nações.
- 04 A invenção da imprensa e, com ela, a divulgação da Bíblia em diferentes línguas nacionais foram fatores importantes para a divulgação dos escritos dos teólogos protestantes.
- 08 Opondo-se às concepções religiosas da Igreja Católica Romana, muitos capitalistas encontraram, na ética protestante, justificativas mais apropriadas para legitimar seus lucros.
- 16 Adeptos do anglicanismo, do luteranismo e do calvinismo contestavam o poder universal da Igreja Católica Romana.

Soma:

6. **UFRGS 2014** Considere as seguintes afirmações sobre a Companhia de Jesus, ordem fundada em 1534, pelo ex-militar espanhol Ignacio de Loyola, e à qual pertence o papa Francisco.

- I. Foi um instrumento importante da Igreja Católica na luta contra a Reforma Protestante do século XVI, defendendo a ortodoxia católica contra os movimentos reformadores, como o luteranismo e o calvinismo.
- II. Foi banida pela bula papal Dominicus ad Redemptor, de 21 de julho de 1773, mas recuperou suas prerrogativas em Loyola.
- III. Desempenhou um papel essencial na atividade evangelizadora dos indígenas nas Américas, com o estabelecimento das chamadas “reduções”, a partir do início do século XVII.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

7. **UFJF-MG 2022** O historiador italiano Carlo Ginzburg, no livro *O queijo e os vermes* (1976), conta a história de Domenico Scandella, conhecido como Menocchio. Um moleiro que viveu na região de Veneza no século XVI e que foi condenado à morte, queimado vivo pelo Tribunal do Santo Ofício. Na época, a Igreja Católica não tolerava as ideias de Menocchio, principalmente, sua teoria sobre o surgimento do universo, baseada na observação de queijos mofados e vermes, e em fantasias sobre pigmeus e muçulmanos.

Segundo o historiador:

Dois grandes eventos históricos tornaram possível um caso como o de Menocchio: a invenção da imprensa e a Reforma. A imprensa lhe permitiu confrontar os livros com a tradição oral em que havia crescido e lhe forneceu as

palavras para organizar o amontoado de ideias e fantasias que nele conviviam. A Reforma lhe deu audácia para comunicar o que pensava ao padre do vilarejo, conterrâneos, inquisidores – mesmo não tendo conseguido dizer tudo diante do papa, dos cardeais e dos príncipes como queria.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. Tradução Maria Betânia Amoroso; tradução dos poemas José Paulo Paes; revisão técnica Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 25.

- a) Cite e explique DUAS críticas que o movimento da Reforma Protestante, iniciado em 1517, fazia aos procedimentos da Igreja Católica Apostólica Romana.
- b) Caracterize o posicionamento da Contrarreforma Católica quanto aos livros e à leitura em geral.

8. **FGV-SP 2017** Leia trechos do *Manifesto dos camponeses*, documento de 1525.

[...] nos sejam dados poder e autoridade, para que cada comunidade possa eleger o seu pastor e, da mesma forma, possa demiti-lo, caso se porte indevidamente.

[...] somos prejudicados ainda pelos nossos senhores, que se apoderaram de todas as florestas. Se o pobre precisa de lenha ou madeira tem que pagar o dobro por ela.

[...] preocupam-nos os serviços que somos obrigados a prestar e que aumentam dia a dia [...].

In *Antologia humanística alemã*, apud Marques e outros. *História moderna através de textos*, 2010.

A partir do documento, é correto afirmar que, no território da atual Alemanha,

- a) os movimentos camponeses foram liderados por Lutero contra a exploração feita pelos nobres que, de forma ilegal, apropriavam-se das florestas e reprimiam violentamente os movimentos trabalhistas.
- b) os movimentos dos trabalhadores em favor das mudanças propostas por Lutero baseavam-se na solidariedade entre os homens e em contraposição ao individualismo tão característico da Idade Média.
- c) a liderança dos movimentos camponeses defendeu a exploração dos trabalhadores, na Alemanha, apoiada por Lutero, e, juntos, receberam proteção dos nobres locais contra a perseguição feita pela Igreja Católica.
- d) as revoltas camponesas irromperam exigindo reformas sociais e religiosas que prejudicariam parte da nobreza apoiada por Lutero, o qual se colocou abertamente contra os movimentos.
- e) as experiências dos camponeses contra os nobres, apoiados por Lutero, restringiram-se aos aspectos religiosos, isto é, de domínio da Igreja Católica, pois a cooperação entre os trabalhadores e os proprietários marcava a sociedade alemã.

9. **Fuvest-SP 2013** “O senhor acredita, então”, insistiu o inquisidor, “que não se saiba qual a melhor lei?” Menocchio respondeu: “Senhor, eu penso que cada um acha que sua fé seja a melhor, mas não se sabe qual é a melhor; mas, porque meu avô, meu pai e os meus são cristãos, eu quero continuar cristão e acreditar que essa seja a melhor fé”.

Carlo Ginzburg. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 113.

O texto apresenta o diálogo de um inquisidor com um homem (Menocchio) processado, em 1599, pelo Santo Ofício. A posição de Menocchio indica

- a) uma percepção da variedade de crenças, passíveis de serem consideradas, pela Igreja Católica, como heréticas.
- b) uma crítica à incapacidade da Igreja Católica de combater e eliminar suas dissidências internas.
- c) um interesse de conhecer outras religiões e formas de culto, atitude estimulada, à época, pela Igreja Católica.
- d) um apoio às iniciativas reformistas dos protestantes, que defendiam a completa liberdade de opção religiosa.
- e) uma perspectiva ateísta, baseada na sua experiência familiar.

- 10. UFU-MG 2020** Com a polarização teológica e política surgida a partir do protestantismo em princípios do séc. 16, a Igreja Católica viu-se diante da necessidade de examinar suas próprias doutrinas e liturgias, tendo como evento máximo o Concílio de Trento; no sínodo, tanto a doutrina quanto as relações políticas nos locais de domínio católicos são reafirmadas, porém com a constatação de que seu ensinamento e manutenção deveriam ocorrer de maneira mais “eficiente”, constatação essa que ia ao encontro de um campo fundamental da filosofia e da cultura, isto é, o campo da Retórica.

SAVIANI, Benjamim. *Mecanismos de linguagem nas artes durante a contrarreforma*. Pós v. 22 n. 38. São Paulo: dezembro, 2015. p. 194.

Dentre as principais decisões tomadas no contexto da chamada Reforma Católica ou Contrarreforma, é INCORRETO afirmar que houve

- a) reafirmação da necessidade das boas obras como meio para se alcançar a salvação.
- b) confirmação de sete sacramentos.
- c) reafirmação da infalibilidade papal e a constituição do índice de livros proibidos (Índex).
- d) adoção das línguas vernáculas como línguas oficiais da igreja.

- 11. FGV-SP 2017** Perante esta sociedade, a burguesia está longe de assumir uma atitude revolucionária. Não protesta nem contra a autoridade dos príncipes territoriais, nem contra os privilégios da nobreza, nem, principalmente, contra a Igreja. [...] A única coisa de que trata é a conquista do seu lugar. As suas reivindicações não excedem os limites das necessidades mais indispensáveis

Henri Pirenne. *História econômica e social da Idade Média*, 1978.

Segundo o texto, é correto afirmar que

- a) a burguesia, nascida da própria sociedade medieval, nela não tem lugar; para conquistá-lo, suas reivindicações são a liberdade de ir e vir, elaborar contratos, dispor de seus bens, fazer comércio, liberdade administrativa das cidades, ou seja, não tem o objetivo de destruir a nobreza e o clero.
- b) os burgueses, enriquecidos pelo comércio, reivindicam privilégios semelhantes aos da nobreza e do clero na sociedade moderna; acentuadamente revolucionários, os seus interesses significam título, terras e servos para garantirem um lugar compatível com sua riqueza.
- c) o território da burguesia é o solo urbano, a cidade como sinônimo de liberdade, protegida da exploração da nobreza e do clero; para isso, cria o direito urbano, isto é, leis para o comércio, a justiça e a administração que, de forma revolucionária, asseguram-lhe um lugar na sociedade moderna.
- d) a sociedade medieval tem um lugar específico para os burgueses, pois as liberdades, as leis, a justiça e a administração estão em suas mãos; tal situação tem o objetivo de brear o poder político e econômico dos nobres e da Igreja, fortalecidos pela expansão da servidão e pelo declínio do comércio.
- e) com exigências revolucionárias, como liberdade comercial, jurídica e territorial, a burguesia, cada vez mais rica, visa destruir a sociedade medieval; esta, por sua vez, barra a ascensão econômica e política da burguesia, ao fortalecer a servidão no campo e impedir as transações comerciais na cidade.

- 12. Uece 2022** Atente para o seguinte excerto da obra de Maquiavel:

O Príncipe não precisa ser piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso, bastando que aparente possuir tais qualidades. [...] Um príncipe não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo frequentemente forçado, para manter o governo a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. In Maquiavel; Os Pensadores. São Paulo, Nova Cultural. 1986.

O trecho acima ilustra como os pensadores da época teorizaram sobre a formação dos Estados Modernos. No que concerne às teorias que embasaram a constituição das Monarquias Nacionais, assinale a proposição verdadeira.

- a) Uma das correntes que fundamentaram a formação das monarquias nacionais era a do Direito Divino dos Reis, que tinha como um de seus expoentes o filósofo John Locke.
- b) Jean Bodin foi um dos expoentes da Teoria do Contrato Social, que defendia que o Estado seria um mal necessário, porém capacitado para assegurar um comportamento mais pacífico da sociedade.
- c) Para Nicolau Maquiavel, adepto da Teoria do Direito Divino dos Reis, um bom governante seria aquele que soubesse combinar Virtude e Fortuna.
- d) Thomas Hobbes defendia que a sociedade civil se organizasse politicamente para sair do estado de natureza que, para ele, era sinônimo do caos.

- 13. Enem PPL 2020** Ordena-se pela autoridade do Parlamento, que ninguém leve, ou faça levar, para fora deste reino ou Gales, ou qualquer parte do mesmo, qualquer forma de dinheiro da moeda desse reino, ou de dinheiro e moedas de outros reinos, terras ou senhorias, nem bandejas, vasilhas, barras ou joias de ouro guarnecidas ou não, ou de prata, sem a licença do rei.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

A temática exposta no texto, referente à Inglaterra dos séculos XVI e XVII, caracteriza uma associação entre

- determinação de regras protecionistas e fortalecimento das instituições monárquicas.
 - racionalização da empresa colonial e reconhecimento dos particularismos regionais.
 - demarcação de fronteiras comerciais e descentralização dos poderes políticos.
 - expansão das atividades extrativas e questionamento da investidura divina.
 - difusão de práticas artesanais e aumento do controle do legislativo.
- 14. UEA-AM 2020** Em quase todos os lugares, o peso esmagador dos impostos – *taille* e *gabelle* na França, *servicios* na Espanha – recaía sobre os pobres. Não existia a concepção jurídica de “cidadão” sujeito ao fisco pelo simples fato de pertencer à nação. Na prática, a classe senhorial estava efetivamente isenta de taxaçaõ direta, em toda parte.

Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*, 2016.

O excerto do livro *Linhagens do Estado absolutista* descreve

- a legalização das desigualdades tributárias, típicas da sociedade pós-industrial.
 - a exploração do operariado industrial, típica do capitalismo contemporâneo.
 - a situação de privilégios sociais, típicos do Antigo Regime da Idade Moderna.
 - a restrição à participação nas decisões políticas, típica da democracia antiga.
 - a manutenção dos poderes políticos da nobreza, típicos do Feudalismo medieval.
- 15. FGV-SP 2020** Por volta do final do século XVI, teve início uma transformação profunda no gênero de vida das classes privilegiadas. Os castelos deixaram de ser fortalezas e se tornaram residências de lazer no campo. Seus fossos foram cobertos e suas torres transformaram-se em ornamentos. As famílias ricas tinham, além disso, solares na cidade, onde passavam uma parte do ano. Os divertimentos tornaram-se menos guerreiros, o torneio foi substituído pelo carrossel, exercício de habilidades a cavalo, vindo da Itália. O jogo de combate transformou-se na esgrima com espada, de origem italiana, modificada na França.

Charles SEIGNOBOS. *Histoire sincère de la nation française*, 1982. Adaptado.

As transformações assinaladas pelo texto sugerem

- a extinção das famílias nobres medievais com a ascensão social da burguesia de comerciantes e industriais.
 - a pacificação das disputas entre Estados como resultado da evolução cultural da sociedade europeia.
 - a passagem do poder político descentralizado para a centralização política do absolutismo monárquico.
 - a dissolução da hierarquização social com base no nascimento face ao advento da sociedade de classes.
 - a democratização do uso das terras produtivas com a abolição da exploração da mão de obra servil.
- 16. FGV-SP 2014** São características das chamadas sociedades do Antigo Regime:
- igualdade jurídica, valorização do trabalho manual e predomínio dos valores burgueses.
 - desigualdade jurídica, predomínio dos valores aristocráticos e desvalorização do trabalho manual.
 - desigualdade social, predomínio dos valores urbanos e anticlericalismo.
 - igualdade social, protestantismo e mentalidade aristocrática.
 - liberalismo econômico, desigualdade jurídica e ascensão das comunidades camponesas.

- 17. Enem 2020** Certos músicos agradavam tanto ao público da Corte por seu talento especial como virtuose ou como compositor, que sua fama se espalhava para além da Corte local onde estavam empregados, chegando aos mais altos níveis. Eram chamados para tocar nas Cortes dos poderosos, como aconteceu com Mozart; imperadores e reis exprimiam abertamente prazer com sua arte e admiração por suas realizações. Tinham permissão para jantar à mesma mesa – normalmente em troca de uma execução ao piano; muitas vezes se hospedavam em seus palácios quando viajavam e assim conheciam intimamente seu estilo de vida e seu gosto.

ELIAS, N. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995 (adaptado).

Com base no caso descrito, qual elemento histórico do Antigo Regime contrasta com o trânsito de intelectuais e artistas pelas Cortes?

- Rigidez das estruturas sociais.
- Fragmentação do poder estatal.
- Autonomia de profissionais liberais.
- Harmonia das relações interindividuais.
- Racionalização da administração pública.

- 18. UPF-RS 2014** Nos séculos XIV e XV, a Europa medieval vivenciou uma grave crise geral, que abalou profundamente as estruturas da sociedade, abrindo espaços para a criação de relações capitalistas no interior dessas sociedades europeias, dando início ao que se convencionou chamar de Idade Moderna. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que **não caracteriza** os efeitos da transição da Idade Média para a Idade Moderna.
- a) A expansão marítima europeia dos séculos XV e XVI, rompendo os estreitos limites do comércio medieval.
 - b) A centralização do poder nas mãos do rei, totalmente diferente do poder pulverizado dos senhores feudais.
 - c) O surgimento de uma nova cultura, mais urbana e laica, em oposição à cultura rural-religiosa do período medieval.
 - d) A busca de uma nova espiritualidade, possibilitando a ruptura da unidade cristã a partir da Reforma Religiosa.
 - e) A ocupação do poder político pela burguesia, baseada no crescente enriquecimento econômico dessa classe social.
- 19. Enem PPL 2017** O garfo muito grande, com dois dentes, que era usado para servir as carnes aos convidados, é antigo, mas não o garfo individual. Este data mais ou menos do século XVI e difundiu-se a partir de Veneza e da Itália em geral, mas com lentidão. O uso só se generalizaria por volta de 1750.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*; as estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1977 (adaptado).

No processo de transição para a modernidade, o uso do objeto descrito relaciona-se à

- a) construção de hábitos sociais.
 - b) introdução de medidas sanitárias.
 - c) ampliação das refeições familiares.
 - d) valorização da cultura renascentista.
 - e) incorporação do comportamento laico.
- 20. Unisc-RS 2016** No século XVI, os Estados afirmam-se cada vez mais como grandes coletores e redistribuidores de rendimentos; apoderam-se por meio do imposto, da venda de cargos, das rendas, dos confiscos e de uma enorme parte dos diversos “produtos nacionais”. Esta múltipla penhora é eficaz dado que os orçamentos flutuam por junto sobre a conjuntura e seguem a maré dos preços. O desenvolvimento dos Estados está assim ligado à vida econômica, não é um acidente ou uma força intempestiva tal como pensou demasiado apressadamente Joseph A. Schumpeter. Querendo ou não, são os maiores empreendedores do século. É deles que dependem as guerras modernas, com efetivos e com despesas cada vez maiores; tal como as maiores empresas econômicas: a Carrera de Índias a partir de Sevilha, a ligação de Lisboa com as Índias Orientais, a carga da Casa da Índia, ou seja, do rei do Portugal.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983, v. 1, p. 495.

A respeito da afirmativa acima, é correto afirmar

- a) que o Estado liberal propunha um controle excessivo sobre a economia.
 - b) que o desenvolvimento econômico do Estado estava atrelado à redistribuição de rendimentos ao povo como forma de diminuir a tensão social gerada pela miséria.
 - c) que o Estado procurava não intervir na economia aliviando a classe produtiva dos impostos.
 - d) que o mercantilismo tinha como função política acumular tesouros para o Estado.
 - e) que a carga tributária deveria diminuir garantindo reservas positivas para o superávit primário.
- 21. Unesp 2014** O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização das novas áreas. E aqui ressalta de novo o sentido da colonização da época Moderna; indo em curso na Europa a expansão da economia de mercado, com a mercantilização crescente dos vários setores produtivos antes à margem da circulação de mercadorias – a produção colonial era uma produção mercantil, ligada às grandes linhas do tráfico internacional.

Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 1981. Adaptado.

O mecanismo principal da colonização foi o comércio entre colônia e metrópole, fato que se manifesta

- a) na ampliação do movimento de integração econômica europeia por meio do amplo acesso de outras potências aos mercados coloniais.
- b) na ausência de preocupações capitalistas por parte dos colonos, que preferiam manter o modelo feudal e a hegemonia dos senhores de terras.
- c) nas críticas das autoridades metropolitanas à persistência do escravismo, que impedia a ampliação do mercado consumidor na colônia.
- d) no desinteresse metropolitano de ocupar as novas terras conquistadas, limitando-se à exploração imediatista das riquezas encontradas.
- e) no condicionamento político, demográfico e econômico dos espaços coloniais, que deveriam gerar lucros para as economias metropolitanas.

22. IFRR 2017 O Estado Nacional Moderno ou Antigo Regime consistiu em um conjunto de práticas envolvendo questões de ordem econômica, social e política. A partir do século XVI, a Europa Ocidental sofreu diversas transformações que promoveram o crescimento das cidades, das atividades comerciais e da ciência.

Quando se fala em Estado Nacional, na Época Moderna, pensa-se no absolutismo, que

- I. retratava um regime político no qual o monarca concentrava em suas mãos muitas formas de poder.
- II. refletia um precário equilíbrio de classes entre burguesia e nobreza.
- III. foi justificado por vários pensadores, entre os quais se destacam os defensores da Teoria do Direito Divino.
- IV. encontrou na burguesia industrial seu mais importante aliado.
- V. continuou a existir nos países onde ocorreram as revoluções burguesas.

Assinale se estão corretas apenas:

- a) I, II e III.
- b) I, III e V.
- c) I, II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

23. Unicentro-PR 2017 O Antigo Regime caracterizou as relações políticas, econômicas e sociais na Europa Moderna, sendo correto inferir que

- a) a sociedade estamental foi substituída por uma sociedade igualitária, com a ascensão econômica da burguesia.
- b) o Estado absolutista, ao estabelecer a unificação do mercado e da moeda, beneficiou os comerciantes.
- c) a Igreja Católica, ao se opor aos Estados Modernos, provocou a aproximação dos Estados ibéricos com o calvinismo.
- d) a nobreza, buscando se proteger do avanço econômico da burguesia, apoiou o processo de centralização política, abrindo mão de seus privilégios.
- e) os camponeses, através do movimento dos anabatistas, se rebelaram contra a criação de novos impostos, se aliando à nobreza na luta contra o Estado absolutista.

24. UFJF-MG 2017 Leia o texto a seguir e observe com atenção a imagem da pintura a óleo de um rei francês em um campo de batalha. Os dois estão relacionados ao período dos Estados Absolutistas Modernos:

Como é importante que o público seja governado por um só, também importa que quem cumpre essa função esteja de tal forma elevado acima dos outros que ninguém se possa confundir ou se comparar com ele; não se pode retirar do seu chefe a mínima marca da superioridade que o distingue...

RIBEIRO, R. J. *A ética no Antigo Regime*. São Paulo: Moderna, 1999. p. 54.



"Luís XIV diante de Maastricht" – Pierre Mignard (1673). Disponível em: <http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/8805>. Acesso em: 26/09/2016.

Sobre os Estados Absolutistas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) a formação de exércitos permanentes, profissionais e centralizados era o objetivo militar de Estados Absolutistas que pretendiam defender suas fronteiras estabelecidas.
- b) os exemplos mais característicos de Estados Absolutistas, nos quais o poder do monarca era concentrado efetivamente na Europa, eram a Itália e a Alemanha.
- c) a política econômica dos Estados Absolutistas combatia as propostas que defendiam a unificação de impostos, moedas, pesos e medidas em todo seu território.
- d) diferentes representações artísticas traziam a imagem idealizada de monarcas dos Estados Absolutistas, caracterizando-os como indivíduos semelhantes aos seus súditos.
- e) a justificativa do poder exercido pela nobreza nos Estados Absolutistas buscava se afastar do princípio da origem divina que lhe conferiria um caráter ilimitado.

25. UEL-PR 2020 Analise a figura abaixo e responda à questão a seguir.



RIGAUD, F. J. H. *Retrato de Luís XIV*. 1701. Óleo sobre tela, 277 × 184 cm. Museu do Louvre (Paris, França).

Com base na figura e nos conhecimentos sobre o reinado de Luís XIV, na França, assinale a alternativa correta.

- a) Como fonte histórica, a pintura é considerada produção estética destituída de articulações com a sociedade do período.
- b) Essa pintura representa, da perspectiva política, símbolos do Absolutismo, ao tornar reconhecida a figura do rei.
- c) O monarca Luís XIV dispunha de autoridade limitada, recordando a divisão iluminista do poder em três esferas.
- d) A extensão de direitos de cidadania ao Terceiro Estado foi um dos principais traços políticos do período.
- e) A característica política do reinado de Luís XIV foi a separação entre a instituição religiosa e o Estado.

26. Enem 2021

Texto I

Macaulay enfatizou o glorioso acontecimento representado pela luta do Parlamento contra Carlos I em prol da liberdade política e religiosa do povo inglês; significou o primeiro confronto entre a liberdade e a tirania real, primeiro combate em favor do Iluminismo e do Liberalismo.

ARRUDA, J. J. A. *Perspectivas da Revolução Inglesa*. Rev. Bras. Hist., n. 7, 1984 (adaptado).

Texto II

A Revolução Inglesa, como todas as revoluções, foi causada pela ruptura da velha sociedade, e não pelos desejos da velha burguesia. Na década de 1640, camponeses se revoltaram contra os cercamentos, tecelões contra a miséria resultante da depressão e os crentes contra o Anticristo a fim de instalar o reino de Cristo na Terra.

HILL, C. *Uma revolução burguesa?* Rev. Bras. Hist., n. 7, 1984 (adaptado).

A concepção da Revolução Inglesa apresentada no Texto II diferencia-se da do Texto I ao destacar a existência de

- a) pluralidade das demandas sociais.
- b) homogeneidade das lutas religiosas.
- c) unicidade das abordagens históricas.
- d) superficialidade dos interesses políticos.
- e) superioridade dos aspectos econômicos.

27. UFU-MG 2019 As revoluções que abalaram a Inglaterra no século XVII caracterizaram a superação tanto do modo de produção feudal quanto do Antigo Regime e de suas instituições. Isso possibilitou o surgimento e o desenvolvimento de uma sociedade burguesa e a futura emergência da produção capitalista no país. Um dos principais nomes desse processo revolucionário foi o de Oliver Cromwell que, após um período de guerra civil, instaurou uma República que durou entre os anos 1649 e 1658.

Considera-se como alguns dos principais feitos do período Cromwell, **EXCETO**,

- a) a conquista da Irlanda, com a expropriação dos proprietários de terra e dos camponeses.
- b) a vitória dos ideais Levellers (sufrágio, fim dos monopólios, separação entre Estado e Igreja etc.).
- c) a conquista da Escócia, com o intuito de impedir ali o reestabelecimento da velha ordem.
- d) o empreendimento de uma política naval e comercial mais avançada por meio do Ato de Navegação de 1651.

28. Fuvest-SP 2020 A entrega pacífica do governo a um adversário pressupunha um elevado nível de automoderação. O mesmo determinou a boa vontade de um governo em não usar os seus grandes recursos do poder na humilhação ou destruição de predecessores hostis ou opositores (...). As técnicas militares deram lugar às técnicas verbais do debate feitas de retórica e de persuasão, a maior parte das quais exigia mais contenção geral, identificando, de modo nítido, esta mudança com um avanço da civilização.

Norbert Elias, *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

O processo histórico britânico ofereceu, entre os séculos XVII e XIX, modelos institucionais e práticas políticas importantes.

A respeito deles, é correto afirmar que

- a) os debates acalorados no Parlamento, que desencadearam uma série de lutas sociais no século XVIII, foram apenas superados no início do século XIX com a instauração do Regime Parlamentar.
- b) após o turbulento século XVII, marcado por sucessivas lutas sociais e golpes de Estado, a pacificação entre as classes dominantes ocorreu com o fortalecimento do Regime Parlamentar ao longo do século XVIII.
- c) a instauração da República de Cromwell e do parlamentarismo, em meados do século XVIII, foi responsável pelo fim das turbulências políticas características do absolutismo monárquico.
- d) o avanço da civilização mencionado no texto ocorreu com o estabelecimento do princípio da tolerância religiosa entre anglicanos, calvinistas e católicos pelo Parlamento no final do século XVIII.
- e) o estabelecimento do parlamento bicameral, com representação para os nobres e para a burguesia enriquecida, e do direito de voto universal, ambos no século XVIII, foram responsáveis pela contenção das lutas sociais na Grã-Bretanha.

29. FGV-SP 2018

Foi pela espada que nossos ancestrais introduziram, na criação, o poder de cercar a terra e fazê-la sua propriedade; foram eles que primeiro mataram os seus próximos, os homens, para assim roubarem ou pilharem a terra que a esses pertencia e deixá-la a vós, seus descendentes. (...)

Eu vos exorto, soldados da República Inglesa! O inimigo não poderia vencer-vos no campo de batalha, porém pode derrotar-vos no campo da política se não estabelecem a liberdade para todos.

Onde existe um povo.... unido graças à propriedade coletiva dos meios de subsistência até formar uma só pessoa será o seu país o mais poderoso do mundo... a defesa da propriedade e do interesse individual divide o povo de um país e do mundo todo.

Gerrard Winstanley. Em Christopher Hill. *O mundo de ponta-cabeça*, 1987.

A partir do documento, é correto afirmar que

- a) Gerrard Winstanley defendia a propriedade coletiva da terra, eixo da proposta dos *diggers* (escavadores), no contexto da Revolução Puritana na Inglaterra, contra a classe proprietária que, vitoriosa militarmente com o exército republicano, massacrou a ameaça radical dos não proprietários.
- b) no fim da guerra civil, Gerrard Winstanley, líder do exército republicano inglês, o *New Model Army*, exortou os soldados a lutarem pela vitória de Cromwell, defensor da propriedade privada e do poder dos proprietários, reassentados na Câmara dos Comuns.
- c) o líder do partido independente na guerra civil inglesa, Gerrard Winstanley, defendia a propriedade coletiva em nome da liberdade, o que garantiria a reunião de todos os ingleses para a vitória de Cromwell contra Carlos I, decapitado em 1649, o que significou o fim do absolutismo na Inglaterra.
- d) o exército republicano, *New Model Army*, chefiado por Cromwell e unido ao líder dos *levellers* (niveladores), Gerrard Winstanley, na Revolução Puritana, garantiu a derrota de Carlos I, o que possibilitou a morte do Antigo Regime na Inglaterra e a implantação da propriedade coletiva.
- e) com a morte do rei Carlos I, assumiu a chefia da Câmara dos Comuns o deputado Gerrard Winstanley que, com o seu poder, começaram as mudanças radicais, como a propriedade coletiva da terra, anulando os cercamentos que enriqueceram os proprietários e empobreceram os camponeses.

30. Unesp 2021 As revoluções inglesas do século XVII são consideradas, por alguns historiadores, as primeiras revoluções burguesas, pois

- a) suprimiram a interferência política da nobreza e separaram Estado e Igreja.
- b) ampliaram o espaço de atuação política e comercial dos comerciantes britânicos.
- c) eliminaram o sistema monárquico e implantaram uma estrutura republicana.
- d) proporcionaram o surgimento de legislação trabalhista para a cidade e o campo.
- e) impediram a expansão do Estado democrático e da participação política direta.

Texto complementar

Trechos de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, de Max Weber

[...] O homem é dominado pela geração de dinheiro, pela aquisição como propósito final da vida. A aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como um meio para a satisfação de suas necessidades materiais. Essa inversão daquilo que chamamos de relação natural, tão irracional de um ponto de vista ingênuo, é evidentemente um princípio guia do capitalismo, tanto quanto soa estranha para todas as pessoas que não estão sob a influência capitalista. Ela expressa ao mesmo tempo um tipo de sentimento que está intimamente ligado com certas ideias religiosas. Se, pois, formularmos a pergunta por que devemos fazer dinheiro às custas dos homens, o próprio Benjamin Franklin, embora não fosse um deísta convicto, responde em sua autobiografia com uma citação da Bíblia que lhe fora inculcada pelo pai, rígido calvinista, em sua juventude: “Vês um homem diligente em seus afazeres? Ele estará acima dos reis”. [...] O ganho de dinheiro na moderna ordem econômica é, desde que feito legalmente, o resultado e a expressão da virtude e da eficiência em certo caminho [...].

[...] Para que um tal modo de vida, tão bem-adaptado às peculiaridades do capitalismo, pudesse ser selecionado, isto é, viesse a sobrepujar os outros, ele teve de se originar em algum lugar, não em indivíduos isolados, mas como modo de vida de inteiros grupos humanos. [...] Nesse ponto, basta para os nossos propósitos chamar a atenção para o fato de que, sem duvidar, no lugar de nascimento de Benjamin Franklin (Massachusetts) o espírito do capitalismo, (no sentido adotado) estava presente antes da ordem capitalista. [...]

[...] O espírito do capitalismo, no sentido em que usamos o termo, teve de lutar por sua supremacia contra um mundo inteiro de forças hostis.

Um estado mental como aquele expresso nas passagens citadas de Franklin, que arrancaram aplausos de um povo inteiro, tanto no tempo antigo como na Idade Média teria sido proscrito como o mais baixo tipo de avareza e como uma atitude completamente isenta de respeito próprio. E de fato é ainda vista assim por todos os grupos sociais que estão pouco envolvidos ou adaptados às condições do capitalismo moderno. E isso não devido ao fato de o instinto de aquisição ser desconhecido ou pouco desenvolvido naqueles tempos, como foi aventado muitas vezes. [...]

O predomínio universal da absoluta falta de escrúpulos na ocupação de interesses egoístas na obtenção do dinheiro tem sido uma característica daqueles países cujo desenvolvimento burguês capitalista, medido pelos padrões ocidentais, permaneceu atrasado. Como todo empregador sabe, à falta de consciência dos trabalhadores desses países por exemplo da Itália se comparada com a Alemanha, foi e ainda é em certa medida o principal obstáculo ao seu desenvolvimento capitalista. O capitalismo não pode se utilizar do trabalho daqueles que praticam a doutrina da *liberum arbitrium* indisciplinado, e menos ainda pode usar os homens de negócios que pareçam absolutamente inescrupulosos ao lidar com outros [...]

Do mesmo modo, a atitude interior do aventureiro, que zomba de qualquer limitação ética, tem sido universal. A implacabilidade absoluta e voluntária na aquisição tem muitas vezes estado estritamente ligada à mais rígida conformidade com a tradição. De mais a mais, com o colapso do tradicionalismo e a quase total extensão da livre empresa econômica, mesmo no interior do grupo social, a novidade não foi, no geral, eticamente justificada e encorajada, mas apenas tolerada como um fato. E tal fato tem sido tratado como eticamente indiferente ou como repreensível, mas infelizmente inevitável.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001. p. 21-23.

Resumindo

Neste capítulo, vimos a transformação sem precedentes ocasionada pela Reforma Protestante. Para o pensamento de Lutero e Calvino, a indignidade humana e a impossibilidade de salvar-se pelas boas obras são elementos fundamentais. Lutero fala da salvação pela fé, Calvino, da ideia de predestinação. Na Inglaterra, é criada a Igreja anglicana. A Europa se vê fragmentada e repleta de guerras de religião. Ocorre o fortalecimento das coroas, chamado de absolutismo. Uma primeira onda de crescimento do poder real ocorre durante a crise do século XIV, com fome, peste, guerra e revoltas camponesas. Uma segunda onda se dá após as guerras de religião no século XVII. No caso francês, esse conflitos religiosos terminam com a ascensão da dinastia Bourbon, fortalecida após a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). No caso inglês, a guerra civil termina com a derrota da monarquia Stuart, uma breve experiência republicana e a instauração de uma monarquia parlamentar.

Quer saber mais?



Livros

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Análise do historiador inglês Perry Anderson sobre o desenvolvimento dos Estados absolutistas.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Temas como a morte, a peste, a fome e a bruxaria são abordados nesse livro do historiador francês Jean Delumeau.

ELTON, George Rudolph. *A Europa durante a Reforma: 1517-1559*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

Na obra, o autor desconstrói alguns mitos relacionados à Reforma Protestante, além de analisar a Europa no período tratado.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

O livro se debruça sobre o pensamento político moderno por meio da análise de obras de pensadores do período.

Exercícios complementares

1. **Fuvest-SP** A Reforma religiosa do século XVI provocou na Europa mudanças históricas significativas em várias esferas. Indique transformações decorrentes da Reforma nos âmbitos

- a) político e religioso;
- b) socioeconômico.

2. **FGV-SP 2018**

Mas por que não falar dos que julgam que, em virtude dos perdões e das indulgências, não têm nenhuma dívida para com a divindade? [...] sem rezear erro de cálculo, medem os espaços, os séculos, os anos, os meses, os dias – assim também, com essa espécie de falazes remissões medem eles as horas do purgatório. [...]

Persuadidos dos perdões e das indulgências, ao negociante, ao militar, ao juiz, basta atirarem a uma bandeja uma pequena moeda, para ficarem tão limpos e tão puros dos seus numerosos roubos como quando saíram da pia batismal.

Erasmus de Roterdã, *Elogio da Loucura*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 66-67. Coleção Os Pensadores.

- a) Aponte as diferenças entre a Reforma Protestante e a Contrarreforma Católica no século XVI.
- b) Identifique e explique uma característica comum à Reforma Protestante e à Contrarreforma católica no século XVI.
- c) Do ponto de vista das monarquias europeias, explique o contexto de rivalidades na primeira metade do século XVI.

3. **CUSC-SP 2020** Um aspecto importante do calvinismo é a valorização moral do trabalho e da poupança, que resulta numa situação de bem-estar social e econômico, o que poderia ser interpretado como sinal favorável de Deus à salvação do indivíduo.

Fernando Seffner. *Da Reforma à Contrarreforma*, 1993.

Da afirmação, depreende-se que o calvinismo

- a) valorizou o indivíduo como agente de sua própria salvação, o que eliminava o papel de Deus e do clero no processo.
- b) contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo, pois o trabalho e o enriquecimento tinham uma justificativa religiosa.
- c) implicou o confisco das propriedades eclesiásticas, que foram distribuídas ao povo a fim de garantir seu bem-estar.
- d) reforçou as estruturas feudais de dominação, uma vez que a acumulação de riquezas era necessária à salvação.
- e) contrariou a teoria da predestinação, já que a prosperidade econômica era incompatível com a austeridade puritana.

4. **Unimontes-MG 2015** Durante a Reforma na Alemanha, o nome de Thomas Müntzer ligou-se ao radicalismo presente numa fase do movimento protestante, a saber, durante a/o

- a) revolta dos camponeses, na qual se mesclaram fatores sociais e religiosos.
- b) conflito parlamentar entre católicos e protestantes ocorridos na Dieta de Augsburg.
- c) revolta dos cavaleiros e a reação a ela movida pela alta nobreza alemã.
- d) conflito entre Lutero e Frederico III, governante alemão responsável pela derrota em Worms.

5. **Unicamp-SP 2013** Observe a imagem abaixo:



Adriaen Van de Venne. *A pesca de almas* (1614). Rijksmuseum, Amsterdã, Holanda. Detalhe.

- a) A imagem representa a disputa entre calvinistas e católicos. Como estão representados os calvinistas na obra do artista holandês?
- b) Explique a importância econômica da Holanda como potência marítima no contexto europeu do século XVII.

6. **Fuvest-SP 2019** Observe a gravura.



Beeldenstorm (1566). Jan Luyken, 1677-1679, Rijksmuseum, Amsterdã (271×349 mm).

A gravura ilustra o interior de uma catedral católica na Antuérpia e representa um importante desdobramento sociocultural da Reforma Protestante. A partir da imagem e de seus conhecimentos,

- a) identifique o tema da imagem;
- b) aponte a abrangência social da Reforma;
- c) cite dois princípios da Reforma que permitem compreender os fatos representados na imagem.

7. UEG-GO 2016 Leia o texto a seguir.

O desenvolvimento do racionalismo econômico é parcialmente dependente da técnica e do direito racionais, mas é ao mesmo tempo determinado pela habilidade e disposição do homem em adotar certos tipos de conduta racional prática [...]. As forças mágicas e religiosas e as ideias éticas de dever nelas baseadas têm estado sempre, no passado, entre as mais importantes influências formativas de conduta.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1981. p. 09.

Uma das mais conhecidas explicações sobre a origem do capitalismo é a do sociólogo alemão Max Weber, que postula a afinidade entre a ética religiosa e as práticas capitalistas. Essa relação se mostra claramente na ética do

- a) Catolicismo romano, que por meio da cobrança de dízimos e vendas de indulgências estimulou a acumulação de capital.
- b) Puritanismo calvinista, que concebe o sucesso econômico como indício da predestinação para a salvação.
- c) Luteranismo alemão, que defendia que cada pessoa devia seguir a sua vocação profissional para conseguir a salvação.
- d) Anglicanismo britânico, que, ao desestimular as esmolas, permitiu o incremento da poupança nas famílias burguesas.
- e) Catolicismo Ortodoxo, que, ao abrir mão dos luxos nas construções arquitetônicas, canalizou capital para investimentos econômicos.

8. Uerj 2015



Adaptado de PAZZINATO, A. L.; SENISE, M. H. V. *História moderna e contemporânea*. São Paulo: Ática, 1992.

Nos séculos XVI e XVII, o surgimento e a expansão de diversas religiões cristãs, genericamente chamadas de protestantes, alteraram as condições políticas e sociais do Ocidente europeu.

Identifique dois efeitos políticos da expansão das Igrejas protestantes para as sociedades europeias. Apresente, ainda, uma das reações da Igreja Católica a essa expansão.

9. UFG-GO 2014 Leia o texto a seguir.

Somos prejudicados pelos nossos senhores, que se apoderam de nossas florestas. Se o pobre precisa de lenha, tem que pagar o dobro por ela. Nós somos de opinião que deve ser restituída à comunidade toda e qualquer floresta que se encontre nas mãos de leigos ou religiosos que não a adquiriram legalmente. [...] Preocupam-nos os serviços que somos obrigados a prestar e que aumentam dia a dia. Exigimos que esse assunto seja examinado, a fim de que não sejamos sobrecarregados. [...] Não queremos que nosso senhorio aumente suas exigências, mas que se atenha ao acordo estabelecido entre ambas as partes.

MANIFESTO DOS CAMPONESES, datado de 1525. In: MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FARIA, Ricardo de Moura. *História Moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 1990. p. 128. (Adaptado).

O texto destacado consiste em trechos do manifesto elaborado pelo movimento camponês da Alemanha no século XVI durante a chamada Reforma Protestante. A partir do documento e de seu contexto histórico, explique:

- a) as críticas e as reivindicações do movimento camponês expressas no manifesto.
- b) a reação de Martinho Lutero e da nobreza alemã diante da revolta camponesa.

10. **UFPR 2014** O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

“Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade”. Portal de Notícias do Senado Federal. Publicado em 16 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/04/16/intolerancia-religiosa-e-crime-de-odio-e-fere-a-dignidade>>.

Destaque dois conflitos religiosos ocorridos após a Reforma Protestante na Europa, entre os séculos XVI e XVII, discorrendo sobre os motivos de seu desenvolvimento.

11. **Fuvest-SP** Felipe II, rei da Espanha, entre 1556 e 1598, não conseguiu impedir a revolta dos holandeses (Países Baixos setentrionais). Luís XIV, rei de França, entre 1643 e 1715, não conseguiu conquistar a Holanda. Nos dois enfrentamentos, estiveram em jogo concepções político-religiosas opostas e estruturas socioeconômicas distintas.

Explique

- essas concepções político-religiosas opostas.
- essas estruturas socioeconômicas distintas.

12. **UFPR 2017** Eu chamo, pois, república todo Estado regido por leis, independente da forma de administração que possa ter; porque então somente o interesse público governa, e a coisa pública algo representa. Todo governo legítimo é republicano [...]. As leis não são propriamente senão as condições de associação civil. O povo, submetido às leis, deve ser o autor das mesmas; compete unicamente aos que se associam regulamentar as condições da sociedade.

Rousseau, Jean-Jacques. *Do contrato social*. versão para E-Book, <eBookBrasil.com>. Tradução Rolando Roque da Silva. p. 54.

A corrente iluminista apontava, entre outras coisas, para a reforma do sistema político reinante em oposição ao antigo regime.

Escreva um texto identificando e explicando dois aspectos do poder político do antigo regime, comentando quatro aspectos que caracterizavam a estrutura socioeconômica do período.

13. **Uerj 2014**

Felipe II, Espanha



Luís XIV, França

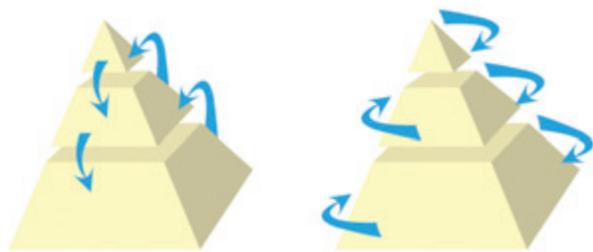


www.consciencia.org

Os séculos XVI e XVII marcaram a afirmação do absolutismo político na Europa, embora com particularidades em cada reino. Dois exemplos de reis absolutistas são Felipe II, cujos domínios eram tão vastos que se dizia que neles “o sol nunca se punha”, e Luís XIV, conhecido como “rei sol”.

Indique duas medidas estabelecidas pelo poder real que tenham auxiliado a afirmação do absolutismo político e dois fatores que funcionaram como resistência ao processo de centralização política.

14. **Uerj 2013** Nos gráficos abaixo, as setas sugerem um conceito fundamental na organização de uma pirâmide social: o da mobilidade, ou seja, do deslocamento de indivíduos ou grupos dentro da pirâmide. No Antigo Regime, a tradição era um dos elementos fundamentais na definição da mobilidade na sociedade estamental.



Identifique a forma de mobilidade, vertical ou horizontal, que mais caracterizou a sociedade estamental e explique como ela funcionava no Antigo Regime.

15. **Uefs-BA** O absolutismo que se instalou na Europa Ocidental, a partir do século XVI, construiu-se sobre uma base social caracterizada pela
- desigualdade dos diferentes grupos sociais perante a lei.
 - divisão da soberania do Estado entre o rei, a Igreja e a nobreza feudal.
 - confirmação da autonomia do senhor feudal dentro de suas propriedades.
 - aceitação da liberdade religiosa dos cidadãos, mesmo em desacordo com a religião do rei.
 - supremacia da autoridade da Igreja sobre as populações dos reinos europeus ocidentais.
16. **UFG-GO** Leia os documentos apresentados a seguir.

Se rende-se culto ao Deus verdadeiro, servindo com sacrifícios sinceros e bons costumes, é útil que os bons reinem por muito tempo e onde quer que seja.

SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus: contra os pagãos*. 3ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991. s. p.

O príncipe deve aparentar ser todo piedade, fé, integridade, humanidade, religião. Contudo não necessita possuir todas estas qualidades, sendo suficiente que aparente possuí-las. Até mesmo afirmo que se possuí-las e usá-las, elas lhes seriam prejudiciais.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Disponível em: <www.culturabrasil.pro.br/oprincede.htm>. Acesso em: 4 abr. 2012.

Ambos os documentos tratam da postura do governante na administração de uma cidade ou de um reino.

O primeiro foi escrito por Santo Agostinho, no século V, e o segundo, por Nicolau Maquiavel, no século XVI. Com base nos documentos apresentados, explique a relação existente entre religião e política

- a) no pensamento medieval;
- b) no pensamento moderno.

17. Unesp 2021 As práticas econômicas mercantilistas são frequentemente relacionadas aos Estados modernos e representam

- a) uma concentração de capitais, alcançada principalmente por meio da exploração colonial e de mecanismos de proteção comercial.
- b) uma difusão do comércio em escala mundial, obtida com a globalização da economia e a multipolaridade geoestratégica.
- c) uma redução profunda no grau de intervenção do Estado na economia, que passou a ser gerida pelos movimentos do mercado.
- d) o resultado da concentração do poder político nas mãos de governantes que defendiam, sobretudo, os valores e interesses da burguesia industrial.
- e) o combate sistemático às formas compulsórias de trabalho, que impediam o crescimento dos mercados consumidores internos nos países europeus.

18. FGV-SP 2017 Os chamados Atos de Navegação, instituídos na Inglaterra em 1651,

- a) eram recomendações teóricas que buscavam estimular o livre comércio internacional.
- b) constituíram-se como um instrumento jurídico que proibia o tráfico de escravos para a América inglesa.
- c) foram uma forma de articulação entre a Inglaterra e o poderio naval holandês frente ao poderio ibérico.
- d) estabeleceram regras para a navegação marítima visando combater as práticas de pirataria.
- e) eram um conjunto de leis que ampliavam o controle metropolitano inglês sobre as suas colônias.

19. UFRJ Durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), o atual território da Alemanha perdeu cerca de 40% de sua população, algo comparável, na Europa, apenas às perdas demográficas decorrentes das ondas de fome e de epidemias do século XIV. No século XVII, tal catástrofe populacional abarcou apenas a Europa Central. Para o historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie, isso se deveu ao fato de a Alemanha desconhecer o fenômeno do Estado Moderno.

Explique um aspecto político-militar, próprio do Estado Moderno, cuja ausência contribuiu para a catástrofe demográfica ocorrida na Alemanha no século XVII.

20. UFG-GO Um príncipe desejoso de conservar-se no poder tem de aprender os meios de não ser bom.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. In: WEFFORT, Francisco. *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1993. p.37.

Com Nicolau Maquiavel (1469-1527), constitui-se um novo pensamento político, crítico em relação

aos critérios que fundamentavam a legitimidade do príncipe medieval. Explique por que o pensamento político moderno excluiu a bondade como critério legitimador do poder do príncipe.

21. Uefs-BA 2015 A íntima relação observada entre o Estado Absolutista e a teoria e prática do mercantilismo, nos séculos XVII e XVIII, indica

- a) o crescente fortalecimento da classe dos mercadores, tornando-se uma força política hostil à concentração do poder na figura dos monarcas.
- b) a expansão do colonialismo e a crescente perda do poder do Estado no controle das populações coloniais.
- c) o financiamento do Estado à burguesia comercial para a expansão marítima, sem o que seria impossível a organização das expedições.
- d) a permanência da ideologia religiosa que apoiava as atividades lucrativas, se fossem orientadas pela Igreja e pelo Estado.
- e) a intervenção do Estado nas práticas econômicas, como instrumento para o fortalecimento do próprio Estado.

22. Unicamp-SP Da Idade Média aos tempos modernos, os reis eram considerados personagens sagrados. Os reis da França e da Inglaterra "tocavam as escrófulas", significando que eles pretendiam, somente com o contato de suas mãos, curar os doentes afetados por essa moléstia. Ora, para compreender o que foram as monarquias de outrora, não basta analisar a organização administrativa, judiciária e financeira que essas monarquias impuseram a seus súditos, nem extrair dos grandes teóricos os conceitos de absolutismo ou direito divino. É necessário penetrar as crenças que floresceram em torno das casas principescas.

Adaptado de Marc Bloch. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993, p. 43-44.

- a) De acordo com o texto, como se pode compreender melhor as monarquias da Idade Média e da Idade Moderna?
- b) O que significa "direito divino dos reis"?
- c) Caracterize a política econômica das monarquias europeias entre os séculos XVI e XVIII.

23. UEG-GO Nada havendo de maior sobre a terra, depois de Deus, que os príncipes soberanos, e sendo por Ele estabelecidos como seus representantes para governarem os outros homens, é necessário lembrar-se de sua qualidade, a fim de respeitar-lhes e reverenciar-lhes a majestade com toda a obediência, a fim de sentir e falar deles com toda a honra, pois quem despreza seu príncipe soberano despreza a Deus, de Quem ele é a imagem na terra.

BODIN, J. In: MARQUES, A.; BERUTTI, F.; FARIA, R. *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 61-62.

O documento citado refere-se a uma forma de governo existente na Europa na Idade Moderna. Sobre ela, responda:

- a) Qual era esta forma de governo?
- b) Como era justificada ideologicamente?

- 24. PUC-RS 2018** A cidade, na época do Renascimento, é um ser de razão. Não é só vivida como também é pensada. [...] A cidade não deve ser apenas prática. É conveniente que seja também bela.

DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 258-261.

Com base na citação acima, que aponta para o novo contexto político, social, econômico e cultural da Europa nos séculos XVI e XVII, analise as afirmativas a seguir, preenchendo os parênteses com V (verdadeiro) ou F (falso).

- Os arquitetos projetaram tanto a forma urbana, a partir de formas geométricas belas ideais, quanto construíram, para a comodidade dos habitantes, os palácios, as praças, as fontes e os monumentos.
- A centralização do Estado e a ampliação da máquina burocrática para a administração dos negócios públicos, o comércio, a aplicação da justiça e a cobrança dos impostos exigiram que a nobreza se abrisse para o exercício de novas profissões.
- Foram criadas editoras, academias e bibliotecas, que permitiram a expansão da cultura letrada e a circulação de novas ideias nas principais cidades europeias.
- A laicização da cultura urbana provocou o abandono de práticas religiosas na vida cotidiana e a perda de importância da Igreja Católica na política.

O correto preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V – F – V – F
- b) V – V – F – F
- c) F – F – V – V
- d) F – V – F – V

- 25. Mackenzie-SP 2016** O fim último, causa final e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os votos), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com a sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita.

(Thomas Hobbes)

Hobbes, teórico e filósofo do século XVII, elaborou as bases do seu pensamento político, admitindo a existência de um pacto social entre os homens e o governo, capaz de realizar uma construção racional da sociedade

Considere as assertivas abaixo.

- I. A humanidade, no seu estado natural, era uma selva. Mas quando os homens eram submetidos por Estados soberanos, não tinham que recear um regresso à selva no relacionamento entre indivíduos, a partir do momento em que os benefícios consentidos do poder absoluto, em princípio ilimitado, permitiam ao homem deixar de ser uma ameaça para os outros homens.
- II. Sua doutrina, a respeito do direito divino dos reis serviu como suporte ideológico ao despotismo esclarecido dos monarcas europeus durante a Era Moderna e de inspiração para a burguesia mercantil, em luta contra o poderio que a nobreza exercia sobre as cidades.
- III. O Absolutismo, por ele defendido, seria uma nova forma de governo capaz de articular setores sociais distintos. Atenderia aos anseios dos setores populares urbanos, interessados em apoiar o poder real a fim de contar com isenção fiscal, assim como a aristocracia, que encontra, nessa forma de governo, possibilidade de manter seus privilégios econômicos e sociais.

Assinale

- a) se apenas I estiver correta.
- b) se apenas II estiver correta.
- c) se apenas III estiver correta.
- d) se apenas I e II estiverem corretas.
- e) se apenas II e III estiverem corretas.

- 26. Udesc 2016** Podemos ser algo simplistas e dizer que houve duas revoluções na Inglaterra dos meados do século XVII. Uma, a que venceu, estabeleceu os sagrados direitos de propriedade (abolição dos títulos feudais sobre a terra, o fim da taxa arbitrária), conferiu poder político aos proprietários (soberania do Parlamento e da *common law*, supressão dos tribunais que funcionavam com base na prerrogativa e removeu tudo que impedia o triunfo da ideologia dos homens com propriedades — ou seja, da ética protestante. Houve, porém, outra revolução, que nunca chegou a se concretizar, embora de tempos em tempos ameaçasse acontecer. Ela poderia haver estabelecido um sistema comunal de propriedade e uma democracia muito mais ampla nas instituições legais e políticas; poderia, também, haver retirado da Igreja Anglicana o seu caráter oficial e repudiado a ética protestante. O objeto deste livro está em examinar essa revolta no interior da Revolução e a fascinante torrente de ideias radicais que ela desencadeou.

(Hill, p. 32).

Por radicais, o autor entende grupos que elaboraram projetos de mudança drástica no sistema político, social e religioso da Inglaterra.

Assinale a opção **correta** acerca de dois grupos de atuação na Revolução Inglesa, cujos projetos estão inseridos nessa “outra revolução” protagonizada por movimentos radicais mencionados pelo historiador Christopher Hill.

- a) anglicanos e anabatistas
- b) *tory* e *whigs*
- c) *diggers* e *quakers*
- d) luteranos e *levellers*
- e) socialista utópicos e anarquistas

27. UFF-RJ Christopher Hill, historiador inglês especializado no século XVII, ao examinar a sociedade e a política inglesa do período, denominou-o século da revolução. Sabe-se que esta revolução a que se refere o autor foi modificadora não somente do perfil da sociedade, mas contribuiu, com seus reflexos, para a transformação da Inglaterra e do Novo Mundo. A partir da referência apresentada, responda:

- a) Qual a instituição inglesa, organizada em duas câmaras, que representava os interesses da sociedade, dificultando a ação centralizadora dos monarcas?
- b) Como se chama o documento que permitiu a fundação dessa instituição?

28. UFPR 2015 Leia o excerto da “Declaração de Direitos” (*Bill of Rights*), assinada pelo rei Guilherme de Orange, em 1689, após a chamada Revolução Gloriosa na Inglaterra em 1688:

Os *Lords* [...] e os membros da Câmara dos Comuns, declaram, desde logo, o seguinte:

1. Que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento [...].

5. Que os súditos têm direitos de apresentar petições ao Rei, sendo ilegais as prisões, vexações de qualquer espécie que sofram por esta causa. [...].

13. Que é indispensável convocar com frequência os Paramentos para satisfazer os agravos, assim como para corrigir, afirmar e conservar as leis.

A partir do documento acima e de seus conhecimentos sobre a Revolução Gloriosa e seus desdobramentos, explique por que ela é interpretada como uma revolução *liberal, parlamentar e burguesa*.

29. UEG-GO 2015 Leia o texto a seguir.

Após a decapitação do rei, o Parlamento sofreu nova depuração. Um Conselho de Estado, com 41 membros, passou a exercer o Poder Executivo. Mas o controle do Estado estava de fato nas mãos de Cromwell [...] ofereceram-lhe a coroa, mas ele a recusou: na prática já era um soberano e podia até fazer seu sucessor.

PILETTI, Nelson; ARRUDA, José Jobson de A. *Toda a História*. São Paulo: Ática, 2000, p. 228.

Após a morte de seu líder, em 1658, o destino da chamada “República de Cromwell” foi marcado pela

- a) deposição, já no ano seguinte, de seu filho e sucessor, Richard Cromwell, permitindo o início da fase de Restauração.
- b) reformulação e fortalecimento do Parlamento inglês, num golpe militar conhecido como Revolução Gloriosa.
- c) proibição das práticas puritanas, fazendo com que muitos membros do movimento migrassem para a América.
- d) invasão de Guilherme de Orange, que implantou a Lei do Teste, obrigando a todos os funcionários públicos a se declararem católicos.

30. UFRN 2013 O historiador Christopher Hill se notabilizou pelos seus estudos sobre a Revolução Inglesa do século XVII (Revolução Puritana/Revolução Gloriosa). Considerando essa revolução como um evento capital não só da história inglesa, mas também da história de todo o mundo contemporâneo, Christopher Hill afirma:

Se você observar a Inglaterra no século XVI, verá que é uma potência de segunda classe, levando um embaixador inglês em 1640 a dizer que seu país não gozava de qualquer consideração no mundo. O que era verdade. Mas já no começo do século XVIII a Inglaterra é a maior potência mundial. Logo, alguma coisa aconteceu no meio disso.

MARQUES, Adhemar M.; BERUTTI, Flávio C.; FARIA, Ricardo de M. *História contemporânea através de textos*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 12.

- a) Mencione e explique duas mudanças que contribuíram para a Inglaterra, no começo do século XVIII, se tornar a maior potência mundial.
- b) Justifique por que a Revolução Inglesa do século XVII pode ser considerada um evento capital de todo o mundo ocidental contemporâneo.

BNCC em foco

EM13CHS104

1. Uerj 2018



Fonte: Google



1 Gaspar II de Coligny	4 Guilherme Farel	8 Roger Williams
2 Guilherme I de Orange	5 João Calvino	9 Oliver Cromwell
3 Frederico Guilherme I de Brandemburgo	6 Teodoro de Beza	10 Estêvão Bockskai
	7 John Knox	

Fonte: pt.wikipedia.org

O “Muro dos Reformadores” foi construído em Genebra, Suíça, em 1909, em celebração aos 400 anos de nascimento de João Calvino, protagonista das reformas religiosas dos séculos XVI e XVII. O monumento, composto por 10 estátuas, algumas com 5 metros de altura, representa reformadores que atuaram em diversos países, revelando a difusão e o alcance do movimento.

Considerando a Época Moderna, apresente uma característica – política, social, econômica ou tecnológica – que tenha contribuído para a difusão das reformas religiosas em diferentes países.

Em seguida, cite uma medida da Igreja Católica, naquela época, que explique o número reduzido de reformadores vinculados ao continente americano, como se observa no monumento.

EM13CHS103

2. UFG-GO Leia o fragmento.

O ingresso das sociedades ocidentais na cultura escrita foi uma das principais evoluções da era moderna.

CHARTIER, Roger. As práticas de escrita. In: *História da vida privada no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 114. [Adaptado].

O fragmento acima menciona uma transformação nas sociedades ocidentais. Progressivamente, a partir do início da Idade Moderna, observa-se a disseminação da cultura escrita. No século XVI, essa transformação se expressa por meio

- das novas formas de devoção que afirmam a importância das relações pessoais e diretas do fiel com a Bíblia.
- do processo inicial de escolarização das sociedades graças à ampliação de estabelecimentos de ensino.
- da disseminação do uso de diários íntimos e da troca de correspondências.
- da criação e multiplicação de jornais diários e da difusão de sua leitura.
- do crescimento do número de mosteiros, lugar onde os textos manuscritos eram reproduzidos pelos copistas.

EM13CHS101

3. **Unicamp-SP** O grande teórico do absolutismo monárquico, o bispo Jacques Bossuet, afirmou: "Todo poder vem de Deus. Os governantes, pois, agem como ministros de Deus e seus representantes na terra. Resulta de tudo isso que a pessoa do rei é sagrada e que atacá-lo é sacrilégio. O poder real é absoluto. O príncipe não precisa dar contas de seus atos a ninguém." (Citado em *Coletânea de Documentos Históricos para o 1º grau*. São Paulo, SE/CENP, 1978, p. 79.).

- Aponte duas características do absolutismo monárquico.
- Em que período o regime político descrito no texto esteve em vigor?
- Cite duas características dos governos democráticos atuais que sejam diferentes das mencionadas no texto.

Francisco de Goya. *O sonho da razão produz monstros*, 1799. Gravura, Museu de Arte Nelson-Atkins, Kansas City, Estados Unidos.

Francisco de Goya/Museu de Arte Nelson-Atkins
os Art., Kansas City, Estados Unidos.



FRENTE 2

CAPÍTULO

7

O século XVIII: a Revolução Industrial e o Iluminismo

O título da gravura, de Francisco de Goya (1746-1828), *El sueño de la razón produce monstruos* pode ser traduzido de duas formas. Ocorre que *sueño*, em espanhol, tem dois significados. Se for "sono", entende-se que, quando a razão adormece, os monstros (da ignorância) surgem. Se for "sonho", entende-se que a própria razão pode produzir monstros, desse modo, é preciso compreender e "domesticar" essas superstições e fantasias. Essa ambiguidade relaciona-se com o contexto do século XVIII, época de crescimento econômico na Europa, acompanhado pela efervescência intelectual do Iluminismo, enquanto a escravidão é utilizada em grande escala e tem início, na Inglaterra, a Revolução Industrial.

A Grã-Bretanha: da Revolução Inglesa à Revolução Industrial

O que foi a Revolução Industrial?

Em 1835, observando os efeitos da Revolução Industrial na cidade de Manchester, o filósofo francês e liberal Alexis de Tocqueville disse: “Desta vala imunda a maior corrente da indústria humana flui para fertilizar o mundo todo. Deste esgoto imundo jorra ouro puro. Aqui a humanidade atinge o seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade [...]”. O autor, que era um entusiasta do progresso técnico, não deixava de ser crítico dos problemas sociais que eram apresentados aos seus olhos.

No século XVIII, no mundo britânico, ocorreram transformações fundamentais para que, no século seguinte, a Inglaterra se tornasse a primeira grande economia industrial. É o processo chamado de Revolução Industrial – nome dado por socialistas ingleses e franceses no século XIX, quando o fenômeno foi percebido com força.

Do ponto de vista técnico, é possível resumir esse processo em três princípios: substituição da capacidade e da fadiga humana por máquinas; substituição de forças animais de energia por fontes mecânicas, promovendo um abastecimento de energia quase ilimitado; e a utilização de matérias-primas novas e abundantes, com a troca de substâncias vegetais e animais por minerais. Trata-se da consolidação de um novo modo de produção, o capitalista em sua forma industrial.

Na **produção artesanal**, típica do mundo medieval, os **meios de produção** (oficina, ferramentas e matéria-prima) pertenciam aos produtores, que realizavam todas as etapas da produção. O trabalhador ia aos mercados para vender o que desenvolvia e adquirir mais matéria-prima.

Na **produção industrial manufatureira**, havia certa divisão do trabalho, pois cada artesão era responsável por parte do processo produtivo. O artesão possuía os meios de produção e integrava um pequeno contingente de mão de obra assalariada. Havia pouca distância entre o mestre e os assalariados, de modo que, ao adquirirem experiência, eles tornavam-se produtores. O comerciante passou a ser fundamental, e algumas manufaturas produziam por encomenda para essa figura. Nesse período, as corporações de ofício praticavam abertamente o monopólio.

Com a Revolução Industrial, a produção manufatureira migrou para a **maquinofatura**, na qual o trabalhador deixou de ser dono dos meios de produção; a produção deixou de ser doméstica, indo para um ambiente separado; o trabalhador passou a se concentrar em uma tarefa específica, isto é, perdeu o conhecimento de todo o processo produtivo; e houve a difusão de máquinas em larga escala. Com isso, houve um aumento extraordinário de produtividade.

As transformações da Revolução Industrial atingiram não apenas as formas de produção, mas também as relações de trabalho e as próprias estruturas econômicas, influenciando, a longo prazo, todo o planeta. Para o historiador Eric Hobsbawm, esse foi, provavelmente, o acontecimento mais importante da história.

As causas do pioneirismo inglês

Os conhecimentos científicos e tecnológicos necessários para o desenvolvimento industrial não explicam o pioneirismo da Inglaterra, pois já existiam desde o final do século XVII na França, particularmente. Nem mesmo a máquina a vapor de James Watt, do século XVIII, necessitava de mais conhecimentos do que os disponíveis então há quase um século. Tampouco o acúmulo de riquezas explica esse pioneirismo, porque havia outras regiões ricas e dinâmicas, como a própria França e os Países Baixos. Além disso, as primeiras invenções, como a máquina de fiar, o tear movido a água, a fiandeira automática e o tear a motor, não exigiam muito capital para serem mobilizadas. As primeiras fábricas eram apenas oficinas melhoradas, com uma média de doze operários. Então, o que explica o pioneirismo inglês?

Havia condições sociais e políticas que permitiram esse salto. Em primeiro lugar, a série de transformações que a Inglaterra passou no século XVII, coroada pela Revolução Gloriosa; a política comercial e colonial agressiva, que destruiu

militarmente rivais e estabeleceu o tráfico de escravizados com o Caribe; o mercado interno relativamente unificado; o fim de barreiras e monopólios internos, que gerou competitividade; e a proteção da propriedade.

Além disso, o governo inglês agiu favoravelmente à industrialização, proibindo, por exemplo, a importação das chitas indianas em 1721, aumentando a demanda interna por produtos de algodão. O colonialismo inglês também foi fundamental, dada a concentração de indústrias perto de grandes portos que comerciavam com as colônias, por onde entrava a matéria-prima que abastecia as fábricas.

Gravura de 1835 que mostra teares mecânicos. A indústria têxtil foi líder na Revolução Industrial. As fábricas mecanizadas, movidas por uma roda-d'água central ou máquina a vapor, foram o novo local de trabalho.



Em segundo lugar, desde o século XVI, a Inglaterra vivia transformações profundas no campo, intensificadas após as Revoluções Inglesas. A chamada “Revolução Agrária” foi responsável pelo aumento da produtividade, a qual voltou-se ao mercado e trabalho assalariado. Dessa forma, a população inglesa cresceu entre 1751 e 1851, tornando o mercado interno ainda maior. No mesmo período, com a criação do Banco da Inglaterra, houve um aperfeiçoamento das instituições financeiras e de crédito bancário.

No século XVII, cresceram os assim chamados cercamentos, isto é, demarcações de campos abertos e terras comuns. Ao mesmo tempo, com o confisco dos bens eclesiásticos na Era Tudor e Stuart, as terras da Igreja católica foram colocadas à venda. Além disso, nas várias guerras contra a Escócia, a Irlanda e o País de Gales, houve confisco de terra e destruição de antigas formações sociais, com a imposição da propriedade privada inglesa. Trata-se de um processo longo e violento que representa a formação de uma grande quantidade de pessoas que não tinham terra e, por isso, vendiam o próprio trabalho em troca de salários – o proletariado. A violenta separação entre o trabalhador e os meios de produção (isto é, o processo pelo qual o trabalhador perde a sua terra e torna-se mão de obra) é chamada por Karl Marx de “acumulação primitiva de capital”. Enquanto isso, na França, persistiam a pequena propriedade e a falta de especialização e de integração do território.

As áreas cercadas passaram a produzir em massa para o mercado, o que demandava mais trabalhadores. Nessas áreas, portanto, houve aumento populacional. As primeiras fábricas, como vimos, eram pequenas e não tinham a demanda de muitos trabalhadores; e os trabalhadores ingleses eram os mais caros da Europa, o que foi uma das causas principais da adoção de máquinas. Contudo, no século XIX, depois do início da Revolução Industrial, a mão de obra tornou-se mais abundante e mais barata, e houve, assim, uma queda nos salários médios a partir de 1820.

Os cercamentos, portanto, não criaram a “mão de obra para as indústrias”. Contudo, isso não significa dizer que, de outras formas, eles não foram importantes para a Revolução Industrial, como na consolidação do trabalho assalariado nos campos.

Havia, portanto, uma condição peculiar na Inglaterra: uma proteção, por parte do governo, à indústria do algodão da concorrência estrangeira; um mercado interno relativamente unificado e com poucos monopólios, com uma série de instituições capazes de amparar a propriedade e fornecer crédito; uma crescente produção rural para o mercado e uma população proletarizada, o que significava um mercado interno relativamente desenvolvido; uma mão de obra mais cara que a flamenga e a francesa, que era um estímulo à adoção de máquinas; um império colonial que significava recursos, matérias-primas, mercado e controle dos mares. Nesse sentido, foi necessária a combinação entre a demanda externa crescente associada à oferta externa de matéria-prima e o alto custo da mão de obra, configurando uma possibilidade de recompensa na introdução do sistema fabril e do maquinário. Em resumo: foi a pressão da demanda sobre o modo de produção que suscitou as novas técnicas na Inglaterra, e foi a oferta abundante e receptiva dos fatores que possibilitou sua rápida exploração e difusão.

Transformações técnico-sociais e consequências

A Primeira Revolução Industrial teve início no setor têxtil, especificamente no setor do algodão. A quantidade de algodão importada subiu de 11 milhões de libras-peso em 1785 para 588 milhões de libras-peso em 1850.

Entre 1816 e 1848, 50% das exportações britânicas eram tecidos de algodão, e vários fatores justificam isso: a existência de uma indústria lucrativa e de um mercado mundial; a proibição da chita indiana; o fato de o algodão, uma fibra vegetal, ser mais mecanizável que a lã, uma fibra orgânica; e o fato de ser mais fácil aumentar o número de acres cultivados do que ovelhas para produzir lã.

Paralelamente, a invenção dos descaroçadores de algodão tornou lucrativo o trabalho escravizado no sul da América do Norte. Dessa forma, as indústrias nasceram a partir de graduais invenções e aperfeiçoamentos dentro das manufaturas têxteis, como a Fly Shuttle (lançadeira) de John Kay (1733), a Jenny (fiadeira de fusos) de Hargreaves (1765), a Water Frame de Arkwright (1769), a fiadeira automática de Crompton (1779) e o tear mecânico de Cartwright (1787).

Na tabela a seguir, podemos ver as transformações que ocorreram em algumas atividades econômicas durante três séculos da história europeia.

	1500			1800		
	Atividades urbanas	Atividades rurais não agrícolas	Atividades agrícolas	Atividades urbanas	Atividades rurais não agrícolas	Atividades agrícolas
Grã-Bretanha	7%	18%	74%	29%	36%	35%
Países Baixos	30%	14%	56%	34%	25%	41%
Países Baixos Austríacos	28%	14%	58%	22%	29%	49%
França	9%	18%	73%	13%	28%	59%
Áustria	5%	19%	76%	8%	35%	57%
Espanha	19%	16%	65%	20%	16%	64%

Fonte: elaborado com base em ALLEN, Robert C. *British Industrial Revolution in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 17.

Contudo, o desenvolvimento industrial seria impossível sem um novo transformador de energia, que foi a máquina a vapor combinada a um velho combustível, o carvão mineral. Essa máquina não foi inventada por uma única pessoa; trata-se de uma série de reparações e inovações. James Watt, por exemplo, melhorou o desperdício de energia ao consertar uma máquina a vapor. Esse equipamento eliminou a necessidade das fábricas estarem perto de quedas naturais de água para ter força motriz – iniciou-se a era da produção artificial de energia, em vez apenas dos usos naturais dos ventos e rios.

Em 1805 foi criado o barco a vapor, e, em 1814, o trem a vapor, auxiliando a integração do mercado britânico. Com o trem, até a década de 1840, as ferrovias da Inglaterra aumentaram de 7 mil para 37 mil quilômetros. No período, a produção de ferro e a produção de carvão mais do que triplicaram.

No século XIX, as técnicas da Primeira Revolução Industrial começaram a se difundir para além do território britânico. Entre 1789 e 1848, a Europa e a América foram inundadas por especialistas, máquinas a vapor, maquinaria para processamento e transformação do algodão e investimentos britânicos. Podemos dizer, então, que a Revolução Industrial foi fundamental para o crescimento da economia britânica, a consolidação do capitalismo industrial, a sociedade dividida em classes, na qual a posição social está relacionada ao lugar no mercado (e não mais aos privilégios formais), e o crescimento das cidades.

Centros como Manchester e Liverpool ultrapassavam os 300 mil habitantes em meados do século XIX. Sem planejamento, infraestrutura ou saneamento básico, essas cidades tornaram-se focos de doenças e epidemias. No período, o termo “burguesia” seria usado não mais como sinônimo de “classes médias”, mas representando aqueles que detinham os meios de produção. O termo “proletariado”, por sua vez, designaria aqueles que, para sobreviver, precisavam vender a força de trabalho, como uma mercadoria, para a burguesia. Assim, se consolidaram formas de trabalho distintas daquelas vistas até então.

O movimento operário

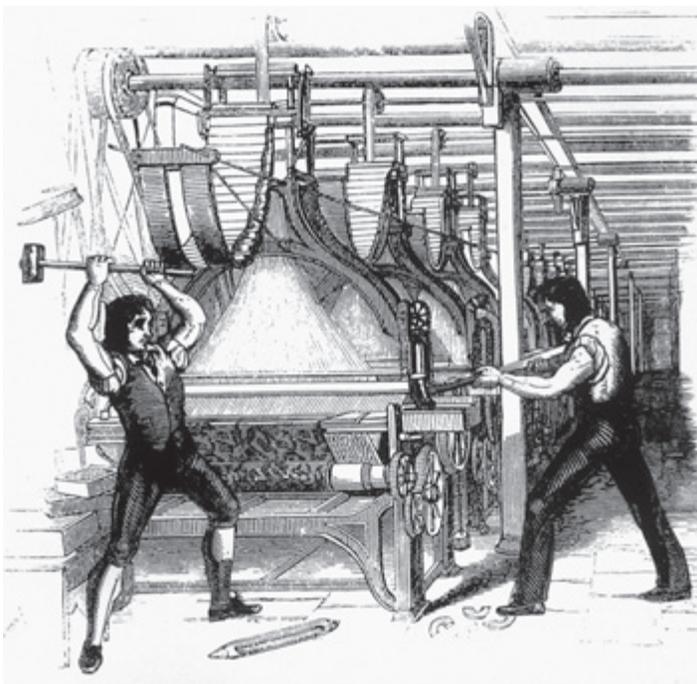
O movimento operário tem sua origem na década de 1790, com os movimentos jacobinistas ingleses, defensores do fim da corrupção, de uma reforma parlamentar e da abolição do voto censitário. A Sociedade de Correspondência Londrina, fundada em 1792 e liderada pelo sapateiro Thomas Hardy, é considerada uma das primeiras organizações operárias da história.

A principal inspiração operária foi o ideário do filósofo iluminista e operário inglês Thomas Paine. Em seu livro *Os direitos do homem*, ele propôs o estabelecimento de um imposto progressivo sobre a fortuna herdada, um salário mínimo, uma ajuda para que os pais carentes colocassem seus filhos na escola, um auxílio-maternidade, um auxílio-funeral, a criação de grandes obras em favor dos desempregados, além de defender explicitamente a democracia e criticar o modelo inglês. Paine foi banido do território, seu livro foi proibido e seus editores presos e condenados a trabalhos forçados.

Com a Revolução Industrial emergiu uma rígida disciplina do trabalho, cujos relógios e horários fixos eram estranhos àqueles que orientavam sua vida pelo tempo da natureza. Nas primeiras décadas da Revolução Industrial, era comum o trabalho de crianças, a superexploração do trabalho de mulheres e jornadas extenuantes de até 16 horas. Ao mesmo tempo, muitos tecelões se viam desempregados, substituídos por novas máquinas.

Nesse contexto, em 1811, eclodiu o movimento conhecido como **ludismo**, no qual os trabalhadores, em reação ao processo de industrialização, destruíram diversas máquinas.

Na década de 1830 nasceu o movimento cartista, ou **cartismo**, com origem na Carta do Povo, principal documento de reivindicação dos operários escrito em resposta ao *Reform Act*, lei eleitoral que proibiu os operários do direito ao voto. A carta reivindicava o sufrágio universal masculino. A estratégia dos cartistas girava em torno, principalmente, da coleta de assinaturas nas oficinas, nas fábricas e em reuniões públicas, por meio de Petições Nacionais enviadas à Câmara dos Comuns. Os cartistas conseguiram algumas mudanças, como a regulamentação do trabalho feminino e infantil e a lei que autorizava as associações políticas. Os operários fundaram as *trade unions* (e depois os sindicatos), que visavam defender seus interesses, usando a greve como principal meio. Com o tempo conquistaram uma legislação trabalhista, salário mínimo, férias e finais de semanas remunerados, direito de greve e jornada de trabalho de 8 horas.



Gravura representando ludistas destruindo um tear mecânico, 1812.

O Iluminismo

O século XVIII, ao contrário do anterior, foi um período de crescimento econômico na Europa, embora tenham ocorrido momentos de crises. É estimado que a população cresceu de 118 para 193 milhões de pessoas, das quais cerca de 25 milhões habitavam a França, o país europeu mais populoso. Foi uma época também de expansão da escravidão e da colonização. No final do século, grandes movimentos de reforma, chamados de despotismo esclarecido, ocorreram na Rússia, Polônia, Prússia, Áustria, Espanha e em Portugal.

Tradicionalmente, alguns historiadores dizem que os cem anos entre 1680 e 1780 foram marcados por um grande movimento de ideias chamado Iluminismo. Porém, outros historiadores preferem estender o Iluminismo, que começaria com o final da Guerra dos Trinta Anos e com os trabalhos de Spinoza, na década de 1650, e terminaria com a Primavera dos Povos de 1848. Aqui, adotaremos a periodização tradicional.

Mas o que teria sido o Iluminismo? Pierre Bayle (1647-1796) disse estar em um “século que irá se tornar cada vez mais esclarecido, e numa tal escala que todos os séculos anteriores nada mais serão do que trevas”. O conhecimento, então, esclareceria nossas consciências, e nós progrediríamos, não apenas acumulando saberes, mas também devido a uma nova forma de ver o mundo, que, com o tempo, tomaria todas as sociedades humanas – um projeto universalista, portanto.

Denis Diderot (1713-1784) dizia que “uma nova luz se derrama sobre muitos objetos e novas obscuridades os cobrem, como o fluxo e refluxo da maré depositam na orla coisas inesperadas e arrastam outras consigo”. A metáfora da luz era usada para representar o conhecimento e a razão, e as trevas para representar a ignorância e o passado. Daí que, durante a Revolução Francesa, seria criado o termo “Antigo Regime” para descrever o mundo que os iluministas viviam e criticavam, caracterizado pelo que ficou conhecido, como se viu anteriormente, pelo absolutismo, pelo mercantilismo e pelos privilégios. Assim, há, no Iluminismo, um senso de missão, uma ideia de que eles estariam lutando contra os “inimigos da filosofia”. A organização da *Enciclopédia* por Diderot e D’Alambert (1717-1783), com mais de 71 mil verbetes e a contribuição de um grande número de pensadores, seria uma importante expressão desse projeto.

Immanuel Kant (1724-1804) definiu o Iluminismo, ou o Esclarecimento, como “a saída da menoridade”. Para ele, menoridade era a incapacidade de fazer o uso da própria razão sem tutela. O ser humano sem razão pensa e decide apenas sob autorização. Também para Kant, o Iluminismo não é o mero uso da razão, mas o seu uso público, ou seja, é ter a liberdade de usá-la publicamente, isto é, elaborar panfletos, aconselhar reis, escrever livros e tomar jornais etc.

Por isso, o Iluminismo não foi um mero movimento de ideias, mas, nas palavras do historiador Robert Darnton, um movimento, uma causa, uma campanha para mudar mentes e transformar instituições. Kant, nesse sentido, dizia que não vivia numa época “esclarecida”, mas de “esclarecimento” – para ele o Iluminismo não era algo que já havia ocorrido, mas um projeto para o futuro.



Frontispício da *Enciclopédia* (1772), pintado por Charles-Nicolas Cochin. Ao centro da imagem, vemos uma figura que representa a verdade.

! Saiba mais

Pensadores marxistas, como Lucien Goldmann, costumam chamar o Iluminismo de “pensamento burguês”. Mas não se trata da ideia de que os iluministas eram “burgueses”. Muitos iluministas eram nobres, como Montesquieu ou Condorcet, ao passo que outros eram operários, como Thomas Paine. Também não se trata da ideia de que eles “defendiam a burguesia”. O desejo de Voltaire, Diderot e Montesquieu não era uma democracia, mas um rei ilustrado, que governasse de acordo com os princípios da razão. Por que, então, chamar de movimento burguês? Por defender, em sua maioria, o livre-comércio, os direitos naturais (entre eles, a propriedade privada) e um governo com limites claros (mesmo que seja monárquico), os iluministas teriam sido fundamentais para a construção da sociedade capitalista moderna, que se consolidou a partir do século XIX. Nesse sentido, esses historiadores entendem o projeto iluminista como algo com muitos limites e, que, embora defendesse o “universalismo” dos direitos naturais, na verdade não era tão universal quanto dizia ser.

Podemos, então, caracterizar o Iluminismo em três aspectos: era um movimento de ideias; era um movimento que buscava influenciar a política e que circulava em cafés, salões e cortes; e tratava-se de um movimento que, embora tenha ocorrido no século XVIII, marcou a modernidade e influencia, ainda hoje, nossa vida social e política.

Características gerais do Iluminismo

Filósofos como Kant e Voltaire diziam que a razão pública nos levaria ao progresso. Quando falamos na racionalidade iluminista, tratamos de uma racionalidade fortemente influenciada pelo cartesianismo e pela Revolução Científica do século XVII, a qual discutimos em outros capítulos. Os iluministas comparavam a razão a um tribunal, onde nada pode ser aceito sem julgamento crítico. O inimigo da razão não seria a dúvida, mas o dogma, isto é, a verdade incontestável. Essa racionalidade, inspirada em Francis Bacon (1561-1626) e em Isaac Newton (1642-1726), era fortemente empírica e valorizava a observação e a experimentação. Newton, assim, era uma grande referência para os iluministas, como se observa nas palavras de Alexander Pope (1688-1744): “A natureza e suas leis escondiam-se nas trevas. E Deus disse: ‘Faça-se Newton’, e a luz se fez”.

Fez parte do projeto iluminista, portanto, a ideia de que a racionalidade poderia nos levar ao progresso. Daí a importância da participação na academia e em cafés, lojas maçônicas e salões. Os iluministas escoceses, em especial Adam Smith (1723-1790), defenderam o progresso histórico em quatro etapas: caçador-coletor, pastoreiro, agrícola e comercial.

Saiba mais

Uma das maiores filósofas iluministas foi Gabrielle Émilie, madame de Châtelet (1706-1749). Foi ela quem traduziu Newton para o francês e escreveu, em 1746, o *Discurso sobre a felicidade*. Ela defendeu a igualdade entre mulheres e homens, afirmando que suas diferenças devem-se à sociedade e não à natureza. Contudo, por ser mulher, estava sujeita a críticas, incluindo as de seu amigo Voltaire, que teria dito: “ela foi um grande homem cujo único defeito estava em ser mulher”.



Maurice Quentin de La Tour/Castelo de Breteuil, Yvelines, França.

Detalhe de Maurice Quentin de la Tour. *Madame du Châtelet em sua mesa*, s.d., Óleo sobre tela. Chateau de Breteuil, Yvelines, França.

Na fase comercial da história, a liberdade de comércio poderia substituir as guerras como forma de adquirir novos bens e dispensaria a aquisição de territórios para conseguir comida – daí a crença de que o avanço da liberdade comercial contra os monopólios seria promotor da paz e da concórdia. O filósofo Marquês de Condorcet (1743-1794) elaborou um projeto no qual a ciência nos levaria a um progresso. Ele era um defensor do voto universal (inclusive para mulheres), do fim da pena de morte e do fim da escravidão. Contudo, nem todos os iluministas defendiam o voto feminino, dos pobres e o fim da escravidão, como veremos adiante.

Estabelecendo relações

Alguns autores disseram que não apenas as sociedades dos seres humanos se transformam com o tempo, mas a própria natureza. Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), elaborou sua *História Natural* usando fósseis como evidência para desacreditar a cronologia bíblica. Para o autor, as diferentes “raças” humanas, na verdade, seriam variações de espécies únicas, caso contrário a miscigenação causaria infertilidade. Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829) chegou a dizer que o ser humano estaria destinado a ser suplantado por formas mais aprimoradas de vida. Então, para os iluministas, a natureza não possui formas de vida eternamente estáveis, mas sofre os efeitos do tempo. Isso não foi uma mera descoberta; tratava-se de uma mudança de paradigma que abriria espaço para a obra de Charles Darwin (1809-1882) no século seguinte.



François-Hubert Drouais/Museu Buffon, Montbard, França.

François-Hubert Drouais. *Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon*, 1753. Óleo sobre tela. Museu Buffon, Montbard, França. O francês Conde de Buffon foi escritor, naturalista e matemático, e, em sua obra, apresentou uma visão negativa de regiões não europeias.

Entretanto, é um erro dizer que os iluministas defendiam uma razão fria e insensível. Por exemplo, os iluministas britânicos, principalmente, Adam Smith, defendiam com maior clareza a importância da sensibilidade e da empatia, capaz de reconhecer o outro como alguém semelhante a nós. Na Escócia, nomes como Thomas Reid e James Beattie diziam que todo ser humano tem, dentro de si, um bom senso (*common sense*), comum a todos, independentemente de estudos ou posição social, e auxiliar da razão. Lembremos também que no século XVIII houve a ascensão do romance como o conhecemos hoje. Essas obras, frequentemente escritas em formato de cartas ou diários, tinham como personagens pessoas simples, e não apenas reis ou nobres. Apesar de a maioria da população não ser alfabetizada, a leitura coletiva e em voz alta era uma prática comum. Então, os “leitores” das obras não eram apenas os alfabetizados. Alguns exemplos são *Júlia ou a Nova Heloísa* (1761), de Rousseau; *Robinson Crusoe* (1719), de Daniel Defoe; *Pâmela* (1740) e *Clarissa* (1747), de Samuel Richardson, além de *Evelina* (1778), da escritora Fanny Burney. Esses romances auxiliaram a criar maior empatia com as pessoas retratadas. Por exemplo, grupos abolicionistas incentivaram o nigeriano e ex-escravizado Olaudah Equiano (1745-1797) a escrever uma autobiografia nos moldes de *Robinson Crusoe* como forma de auxiliar no combate à escravidão.

Olaudah Equiano. The Interesting Narrative of the life of Olaudah Equiano or Gustavus Vassa, The African. LONDON: Gurenberg, 1789.



Olaudah Equiano,
or
GUSTAVUS VASSA,
the African.

Capa do livro autobiográfico de Olaudah Equiano, 1789.

Por um lado, razão e progresso, por outro, sentimentos, romances e bom senso. A partir disso, podemos analisar uma terceira característica do pensamento iluminista, que une essas outras duas: a ideia de direitos naturais, que se transformaram dando origem ao conceito de direitos humanos, tal como entendemos hoje. Os primeiros registros do uso da expressão “direito humano” aparecem, em francês, em 1763. Contudo, no século XVIII, usava-se com mais frequência o termo “direitos naturais”, os quais seriam: naturalmente inerentes; iguais para todos os indivíduos; universais; e inalienáveis.

A ideia de “direito natural” tem origem na teologia católica e foi bastante discutida por espanhóis da Universidade de Salamanca durante a Contrarreforma. Tratava-se de um direito, contudo, que não é propriamente individual e relaciona-se com a própria substância divina, à qual está subordinado. Protestantes franceses, suíços e alemães discutiram, durante as guerras de religião, a importância da resistência contra tiranos e déspotas. Na Holanda, pensadores como Hugo Grotius (1583-1645) e Baruch de Spinoza (1632-1677) também discutiram os direitos naturais, iniciando a ideia de que eles poderiam ser também individuais.

O inglês John Locke (1632-1704), ao publicar o *Segundo tratado sobre o governo civil* após a Revolução Gloriosa, contestou a ideia de que o poder político provém de Deus (direito divino) ou é semelhante ao poder dos pais (patriarcalismo). Para Locke, no estado de natureza, somos todos livres e iguais. Liberdade e igualdade, portanto, são direitos naturais e individuais.

Na natureza, cada um preserva a si próprio e garante sua vida. Por isso, somos obrigados a trabalhar para sobreviver. Por meio do trabalho, surgiria a propriedade privada e uma certa desigualdade de riquezas, as quais, para o pensador, são também naturais. Assim, além de liberdade e igualdade, a propriedade também é um direito natural.

Porém, na natureza ocorrem injustiças, como um indivíduo com maior força física tomar a propriedade de alguém que a conquistou pelo trabalho. Por isso, os seres humanos criam o governo e a sociedade civil, a qual surge por necessidade e conveniência, quando todos os indivíduos transferiram para a sociedade ou para o corpo coletivo seu poder individual de exercer a lei da natureza e de proteger sua propriedade. O governo, portanto, tem como função a proteção da vida, da liberdade e da propriedade. Para isso, o poder legislativo deve baixar leis justas e imparciais, ao passo que o poder executivo terá a força de executar essas leis. Para proteger-se de seus inimigos estrangeiros, Locke propunha também um terceiro poder, o poder federativo. Caso o governo não proteja os direitos naturais, pode-se derubá-lo – trata-se do direito de resistência.

Para Locke, portanto, o poder surge do “povo”, que cria os governos. O governo, por sua vez, serve ao povo, que deve ser protegido. Se isso não acontecer, o poder deve voltar ao povo, que preserva sua capacidade de criar governos. As aspas aqui servem para mostrar que o povo, para Locke, era composto apenas por homens brancos, livres e com uma certa renda. Mulheres, escravizados e os mais pobres eram considerados pessoas de “razão mais fraca”, dominadas pelas emoções ou dependentes de outras; e, por isso, não teriam autonomia para votar ou tomar as próprias decisões políticas.

O próprio Locke, inclusive, tinha investimentos na Companhia da África e lucrou com a escravidão.

Seguindo Locke, a maioria dos iluministas também acreditava na existência de “direitos naturais” e diziam que estes deveriam ser universais. A maioria deles também era contrário à tirania. A Revolução Gloriosa foi, para Montesquieu e Voltaire, um modelo de formação de um governo equilibrado e moderado. Contudo, havia grande discordância entre eles sobre o que seriam, de fato, os direitos universais e quem poderia participar da política. Voltaire, por exemplo, ao mesmo tempo que denunciou as mazelas da escravidão em seu clássico *Cândido*, também participou, ainda que indiretamente, de ações ligadas ao tráfico de escravizados.

Os iluministas moderados

Apesar da defesa dos direitos naturais e oposição ao absolutismo, a sociedade idealizada não era democrática. Tratava-se da defesa de um governo monárquico ilustrado, nos moldes ingleses, e equilibrado, com a presença do rei e da nobreza. O historiador holandês Jonathan Israel chamou esse grupo de “iluministas moderados”, que teve como principal expoente o barão de Montesquieu (1689-1755).

Pertencente à nobreza togada, Montesquieu nasceu em 1769, em uma família de magistrados, soldados e eclesiásticos. Em *O espírito das leis*, publicado em 1748, defende que as leis da natureza haviam sido instituídas por Deus, e ele as fez porque, segundo sua sabedoria, elas trariam a perfeição ao Universo. Já as leis instituídas pelo ser humano – chamadas “leis positivas” – seriam apenas uma modalidade da lei. Ao contrário das leis naturais, as leis positivas são feitas por indivíduos imperfeitos, sujeitos à ignorância e ao erro. Dessa forma, as leis dos seres humanos *deveriam* buscar expressar as necessidades dos povos, relacionando-se às formas de governo, ao clima, às condições geográficas etc, assim como as leis de Deus o fazem de forma perfeita. Montesquieu, então, buscava extrair as leis humanas da observação das relações entre os seres humanos, assim como Newton chegou à lei da gravidade. Assim, a ideia central do pensamento de Montesquieu era compreender as leis, não como fruto do arbítrio de quem as escreve, mas decorrência da realidade social e histórica e natureza de um povo.

No mais conhecido capítulo da obra, Montesquieu mostrou sua simpatia pela Constituição Inglesa e a monarquia constitucional moderada. A natureza do poder é o abuso de suas prerrogativas: “todo homem que tem o poder é tentado a abusar dele”. Ele sustenta que os poderes devem se equilibrar, garantindo a moderação. Assim, ele formulou a distinção entre os poderes.

O Executivo declara paz ou guerra, envia embaixadores, estabelece segurança; o Legislativo, composto por duas partes, produz, corrige e revoga leis; e o Judiciário, que pune crimes e julga querelas. A moderação acontece quando as pretensões de um poder sobre outro são limitadas. Para Montesquieu, o poder judiciário mora na nobreza, que controla os excessos do povo e do rei; o Legislativo vem tanto do povo (câmara baixa) quanto da nobreza (câmara alta), de modo que cada um controla o outro, e ambos controlam o rei; o rei, da mesma forma, vigiado pelo povo e pela nobreza, protege-a contra o povo, e vice-versa.



Jacques-Antoine Dassier. *Retrato de Montesquieu*, c. 1753-1794. Óleo sobre tela, Palácio de Versalhes, França.

Os iluministas radicais

Há outros grupos, contudo, que passam a defender a abolição da escravidão e o voto feminino e dos mais pobres. Jonathan Israel denomina esse grupo de “iluministas radicais”. É o caso da filósofa e historiadora Catharine Macaulay (1731-1791), uma das primeiras grandes críticas da Revolução Gloriosa, que dizia que o movimento político, embora tenha barrado a tirania, ainda comportava muitos elementos despóticos e aristocráticos.

É também o caso da filósofa Mary Wollstonecraft (1759-1797), autora de *Os direitos da mulher* e também mãe de Mary Shelley, a célebre autora de *Frankenstein*. Sem poupar críticas a nomes consagrados como Rousseau, Milton e Hume, Wollstonecraft afirmou que a mulher, agraciada com o dom da razão em igualdade com o homem, não poderia ser privada de nenhum direito. Segundo ela, para abolir a ideia de tirania, seria necessário abolir, também, a primeira das tiranias, a tirania do homem sobre a mulher. A educação, se concedida igualmente para homens e mulheres, seria o melhor remédio contra essa desigualdade.

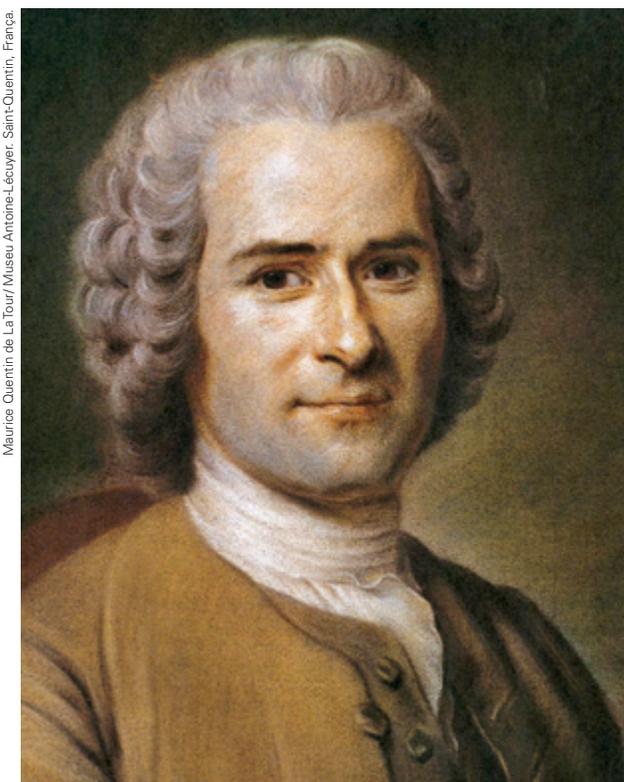
No campo político, o primeiro filósofo a usar a palavra “democracia” em um sentido positivo foi Thomas Paine, que defendeu a supressão de toda a nobreza. Até então, todos os outros filósofos usavam a palavra democracia como sinônimo de um governo desordenado e indesejável. Paine fazia parte de sociedades abolicionistas. Filósofos iluministas abolicionistas influenciaram fortemente as lideranças da independência do Haiti, com quem tiveram contato. Como podemos notar pelas datas, tais iluministas radicais ganharam mais força nas últimas décadas do século XVIII, influenciando as revoluções que se avizinham.

Apesar das divergências entre os filósofos, existia um certo consenso em relação à defesa de um governo moderado, à oposição ao absolutismo e à existência de direitos naturais. Em grande medida, o Iluminismo é uma resposta aos massacres dos conflitos religiosos dos séculos XVI e XVII. Assim, os iluministas acreditavam que a tolerância seria fundamental para a emergência de ideias distintas, que ajudariam no progresso das ciências. Mesmo ideias equivocadas são importantes, para confirmar ou aprimorar as ideias corretas. Segundo Voltaire, a “certeza absoluta é oposta ao dom de pensar”. Os “amigos da verdade” seriam favoráveis à tolerância, ao passo que a repressão só auxilia aqueles que sustentam a mentira e a guerra. Por isso que Pierre Bayle, um dos primeiros iluministas, dizia que uma sociedade de ateus era possível. Muitos filósofos do século XVIII acreditavam em uma moralidade não necessariamente derivada da religião. Nesse sentido, existiam de fato ateus materialistas no Iluminismo, embora fossem minoria.

Portanto, são características do Iluminismo: a razão, o progresso, a ciência, a ideia de universalidade, de direitos humanos e de tolerância. O debate religioso está no coração do Iluminismo: as disputas sobre moralidade, tolerância religiosa, Deus e natureza e mesmo sobre pena de morte e ciência, em grande medida, relacionam-se a concepções sobre Deus e o Universo.

O pensamento de Rousseau

O suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) não pode ser considerado, exatamente, um “radical” nos termos que colocamos anteriormente, muito menos um “moderado”, já que suas ideias, como veremos, afastam-se das posições de Voltaire e Montesquieu.



Maurice Quentin de La Tour. *Jean-Jacques Rousseau*, s.d. Pastel em papel. Museu Antoine Lécuyer. Saint-Quentin, França.

Em seu *Discurso sobre a origem da desigualdade* (1755), Rousseau fez a mesma pergunta que Locke e Hobbes fizeram: qual é a situação do indivíduo no estado de natureza? Para Rousseau, a moralidade seria uma criação social, de tal modo que não se poderia atribuir valores como egoísmo ou ganância ao ser humano no estado de natureza. Dessa forma, a ideia de um “bom selvagem” só pode ser utilizada se por “bom” entender-se “inocente”, isto é, anterior à bondade e à maldade no sentido social. Assim, Locke teria se enganado, já que na natureza existe a posse (isto é, uma posse temporária daquilo que eu estou usando), mas não pode existir a propriedade (posse independente do uso). A desigualdade de forças e outros atributos do corpo seriam naturais, mas a propriedade e, portanto, a desigualdade ligada às riquezas não poderiam ser naturais. O amor socialmente criado envolve propriedade e, portanto, não existe na natureza, que só conhece o amor físico. No estado de natureza, o indivíduo só tem duas coisas a temer: a velhice e a doença.

Ao contrário dos outros animais, os seres humanos possuem a perfectibilidade, ou seja, não permanecem para sempre em seu estado primitivo, ambicionam superá-lo; não se satisfazem com a extensão e o tipo de existência que receberam de imediato da natureza, e não desistem antes de terem criado e construído uma nova forma própria de existência: o ser humano não é passivo em relação a sua natureza; ele precisa produzi-la, dar-lhe forma. Assim, ele é o único animal que não se contenta com o que recebeu da natureza; e o único capaz de sair do estado de natureza, tornando-se, no sentido socialmente criado, bom ou mau. Dessa forma, em certo momento na história, alguém quis se sobressair, e passou a escravizar os outros, utilizando a força, criando a propriedade privada, o Estado e suprimindo a liberdade natural. Com a propriedade privada, surge a desigualdade, que opõe ricos e pobres, a competição, a pobreza, a miséria, a escravidão e a exploração.

Embora crítico da civilização e do progresso, Rousseau não propõe voltar à natureza, muito menos abolir a propriedade. Em seu *Contrato social*, ele sustenta que a propriedade deveria ter o mesmo limite, isto é, ninguém deveria ter uma propriedade suficientemente grande para que não gerasse desigualdade. O ser humano teria, então, o direito a ser proprietário apenas daquilo que pode ser justificado pela sua real utilização, idealizando um mundo de pequenos proprietários que favoreceria a igualdade.

Além disso, para existir harmonia, deveria haver uma nova sociedade, na qual cada um deverá apenas obedecer à chamada “vontade geral”, reconhecendo-a como sua própria vontade. A vontade geral não é a soma das vontades individuais, mas a vontade que estaria em consonância com o bem comum. A vontade geral, assim, seria reconhecível pela nossa razão.

Rousseau, posteriormente, foi referência aos defensores da democracia. Contudo, ele mesmo acreditava que a implantação de um governo democrático seria muito difícil e que uma revolução seria indesejável. Sua hesitação em relação à democracia e à revolução, sua rejeição da participação das mulheres na política, aliadas à sua crítica à propriedade privada e à desigualdade social tornam Rousseau uma figura ímpar nesse contexto.

Despotismo esclarecido ou reformismo ilustrado

Além do crescimento econômico e de ideias ilustradas, o século XVIII foi também um período no qual a reforma esteve na ordem do dia. Na França, os chamados “fisiocratas” eram um grupo de economistas que fizeram da circulação de riquezas seu objeto de análise. Para eles, a terra e a exploração de seus recursos (pesca, mineração e agricultura) eram a grande fonte de riqueza de uma sociedade. O comércio e a indústria apenas transformam e fazem circular essa riqueza, cuja origem continua a ser a natureza. Em uma sociedade, o Estado, com seu excesso de monopólios, regulamentos e limites, poderia prejudicar a prosperidade. Daí a máxima fisiocrata em defesa da liberdade econômica, “*laissez faire, laissez passer, le monde va lui même*”, ou seja, “deixe fazer, deixe passar, o mundo vai por si mesmo”.

Seus teóricos mais importantes foram François Quesnay (1694-1774), Robert Turgot (1727-1781) e Gournay (1712-1750). Quando puderam auxiliar os reis da França, foram eles os responsáveis pela abolição das alfândegas, regulamentações e dos monopólios das corporações de ofício. O pensamento fisiocrata influenciou decisivamente Adam Smith, o qual abordaremos com mais detalhes em outros capítulos.



Museu Carnavalet, Paris, França.

Autor desconhecido. *Retrato de François Quesnay*, c. 1743. Óleo sobre tela. Museu Carnavalet, Paris, França.

Muitos filósofos tornaram-se conselheiros de reis. A maioria dos iluministas, como sabemos, não buscava a revolução, mas a reforma; não a democracia, mas um movimento de racionalização de “cima para baixo”, isto é, vindo dos governantes.

Na Idade Média, o rei não era visto como um “administrador”, mas como um juiz e líder militar, escolhido por Deus. No século XVIII, ganha relevância a ideia de que o rei é, como diria Frederico II da Prússia, o “primeiro servidor do Estado”, permeado pelo “dever”. Assim, na esteira do movimento iluminista, há uma série de reformas e a ascensão da ideia de que os governantes deveriam ser os “administradores do reino”. Tradicionalmente, chamou-se isso de **despotismo esclarecido**, mas também pode

ser chamado de **reformismo ilustrado**, pois tratava-se de uma série de reformas empreendidas pelo Estado, a fim de aumentar a riqueza e a eficiência dos reinos e, com isso, a centralização. Os monarcas, por exemplo, promoveram reformas nas universidades, expulsando os jesuítas, e um ensino mais pautado pela física newtoniana e pela matemática cartesiana. Porém, é importante destacar que nem sempre essas reformas se inspiravam em ideias iluministas e que os reis não necessariamente eram déspotas.

Na Espanha, os reis Bourbon – Filipe V (r. 1700-1746), Fernando VI (r. 1746-1759), Carlos III (r. 1759-1788), Carlos IV (r. 1788-1808) e Fernando VII (r. 1808/1813-1833) – ascendem após a Guerra de Sucessão. Eles foram assessorados por homens ilustres, como o conde de Floridablanca, secretário de Carlos III, os condes de Aranda e Campomanes e Gaspar de Jovellanos, ministro da justiça em 1797. Esses reis criaram uma série de novos ministérios e departamentos de administração. Na América, isso se traduz na abertura de novos portos e no aumento de impostos. Tratava-se, então, de implementar melhorias no sistema administrativo, o que implicou maior centralização e controle. Na América, com as reformas borbônicas, cresceu o movimento de oposição e de crítica à colonização.



Adolph von Menzel/Antiga Galeria Nacional, Berlim, Alemanha.

Adolph von Menzel. *Mesa redonda de Frederico II em Sanssouci*, 1849-1850. Óleo sobre tela. Antiga Galeria Nacional, Berlim, Alemanha. O rei Frederico II, da Prússia, está ao centro e conversa com Voltaire, que está à sua direita. Sentados à mesa estão também os principais cientistas da Academia de Ciências de Berlim.

Frederico II da Prússia, celebrado por Kant, foi considerado o grande modelo de “déspota esclarecido”. Em seu reinado, ele promoveu a abolição das barreiras aduaneiras internas e a construção de canais e estimulou a manufatura com restrições às importações, além de ter favorecido a concentração de terras na mão da aristocracia e a maior exploração da mão de obra servil (objetivos nada “iluministas”, portanto).

Gustavo II da Suécia, sobrinho de Frederico e também admirador dos franceses, promoveu reformas no sentido de tolerância aos judeus e de liberdade de imprensa combinadas com uma violenta opressão fiscal. Em 1786, a Toscana, de Pedro Leopoldo, foi o primeiro Estado a abolir de forma permanente a pena de morte e proibir a prática de tortura. Na Áustria, José II confiscou os bens da Igreja e abriu as escolas primárias para crianças de todos os credos. Diderot, até a sua morte em 1784, recebeu uma pensão da rainha. Assim como Frederico II, a imperatriz russa Catarina, a Grande recebia em sua corte D'Alembert, Voltaire e Mercier de la Rivière. Contudo, muitas das mais profundas reformas que foram prometidas na Rússia, como a abolição da servidão, jamais saíram da intenção – pelo contrário, houve uma intensificação do trabalho servil.

Em Portugal, conforme visto na Frente 1, sob a direção do marquês de Pombal, secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I (1750-1777), foram feitas reformas na Universidade de Coimbra, onde se formaram muitos integrantes das elites brasileiras do século XVIII e XIX, reformas na burocracia e expulsão dos jesuítas.

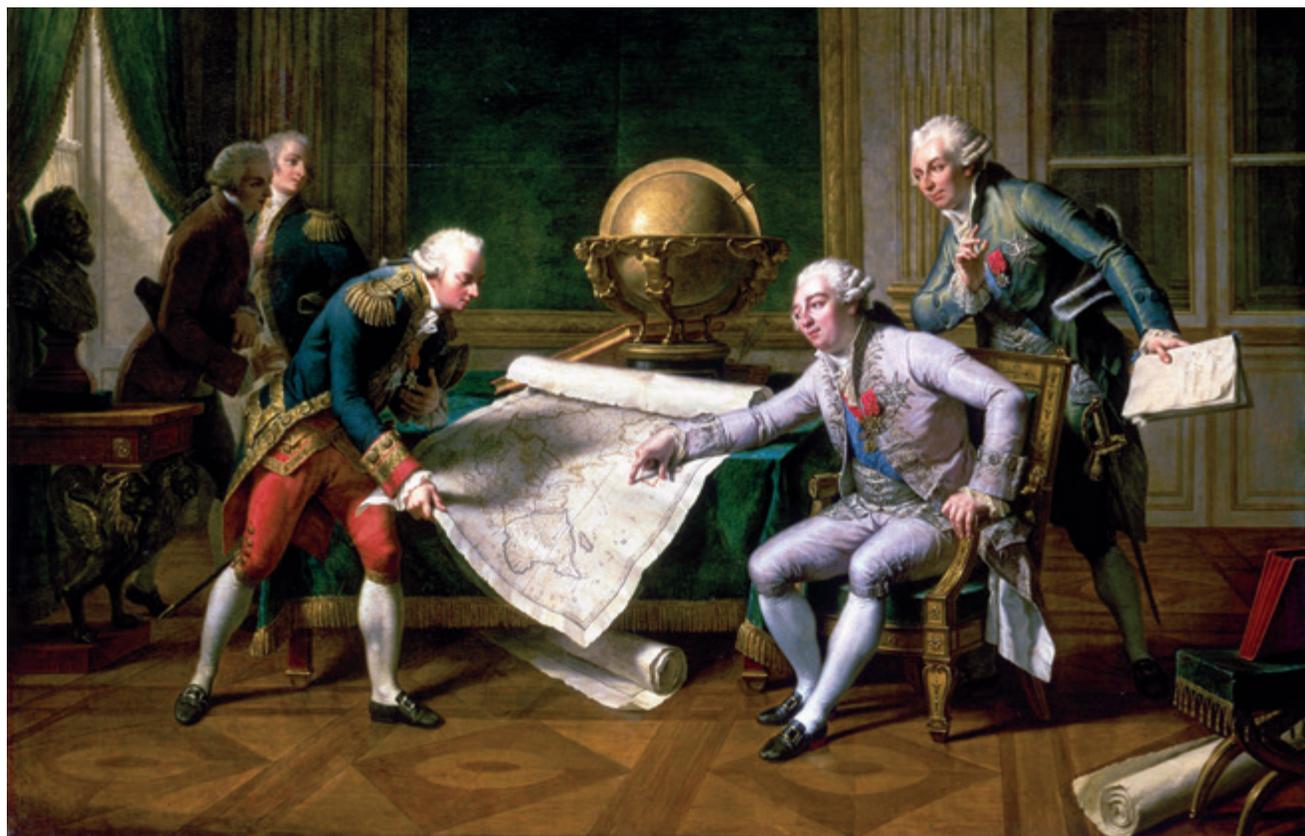
Um dos casos mais conhecidos de déspota esclarecido foi Luís XVI (r. 1774-1792), cujo reino foi marcado por tentativas de reformas, tais como a diminuição dos privilégios da nobreza e instauração de uma maior liberdade comercial. Porém, diferente de outros reis, Luís XVI não conseguiu ou não pôde, por motivos que veremos adiante, implantar essas reformas.

Esse fracasso teve como consequência a Revolução Francesa. No próximo capítulo, vamos entender por que as reformas de Luís XVI não foram suficientes e como, no final do século XVIII, a Europa foi tomada por revoluções.



Francisco José Resende/Universidade de Coimbra, Portugal.

Francisco José Resende. *Retrato do Marquês de Pombal*, século XIX. Óleo sobre tela. Universidade de Coimbra, Portugal.



Nicolas-André Monsiau/Palácio de Versalhes, França.

Nicolas-André Monsiau. *Luís XVI dando suas instruções a La Pérouse*, 1815. Óleo sobre tela. Palácio de Versalhes, França. A obra retrata o rei francês quatro anos antes da Revolução Francesa, organizando uma exploração ultramarina.

1. Enem PPL 2013

TEXTO I

O aparecimento da máquina movida a vapor foi o nascimento do sistema fabril em grande escala, representando um aumento tremendo na produção, abrindo caminho na direção dos lucros, resultado do aumento da procura. Eram forças abrindo um novo mundo.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974 (adaptado).

TEXTO II

Os edifícios das fábricas adaptavam-se mal à concentração de numerosa mão de obra, reunida para longos dias de trabalho, numa situação árdua e insalubre. O trabalho nas fábricas destruiu o sistema doméstico de produção. Homens, mulheres e crianças deixavam os lugares onde moravam para trabalhar em diferentes fábricas.

LEITE, M. M. *Iniciação à história social contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1980 (adaptado).

As estratégias empregadas pelos textos para abordar o impacto da Revolução Industrial sobre as sociedades que se industrializavam são, respectivamente,

- a) ressaltar a expansão tecnológica e deter-se no trabalho doméstico.
- b) acentuar as inovações tecnológicas e priorizar as mudanças no mundo do trabalho.
- c) debater as consequências sociais e valorizar a reorganização do trabalho.
- d) indicar os ganhos sociais e realçar as perdas culturais.
- e) minimizar as transformações sociais e criticar os avanços tecnológicos.

2. UEPG-PR 2018 O século XIX foi marcado pelo avanço do capitalismo industrial e pelo surgimento de uma classe social típica desse período histórico: a classe operária. A respeito desse tema, assinale o que for correto.

- 01 Apesar de serem empregados como operários nas fábricas inglesas, o tratamento dispensado às mulheres e crianças era diferenciado. Desde o início da industrialização, já havia uma legislação que estabelecia uma série de direitos para ambos os grupos.
- 02 O Ludismo, movimento que teve origem na Inglaterra, defendia a quebra de máquinas, por parte dos operários, como forma de enfrentamento aos efeitos sociais da industrialização.
- 04 Os negros trazidos como escravos da África antes do século XIX foram os primeiros operários utilizados pelos ingleses em suas fábricas.
- 08 A baixa remuneração e as péssimas condições de trabalho nas fábricas foram motivos que contribuíram para a organização e para a formação dos sindicatos ligados à classe operária.

Soma:

3. UEMG 2017 Uma sociedade de bem-estar social teria sem dúvida distribuído alguns destes vastos acúmulos para fins sociais. Na Inglaterra do período de 1780 a 1840 nada era menos provável. Virtualmente livre de impostos, as classes médias continuaram a acumular em meio a um populacho faminto, cuja fome era o reverso daquela acumulação.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa, 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 75.

Em resposta às transformações acima salientadas, os trabalhadores organizaram-se para lutar por seus direitos, formando

- a) partidos operários de composição camponesa e de multidões em paralisação.
- b) manifestações fabris de exigência de salário e de impedimento de grevistas.
- c) associações políticas de discussões sindicais e de simpatia pelos cercamentos.
- d) movimentos sociais de destruição de máquinas e de reivindicações por escrito.

4. UEPG-PR 2019 Em “Um conto de Natal”, um dos grandes clássicos da literatura mundial, o inglês Charles Dickens narra a história de Ebenezer Scrooge, avarento e solitário homem de negócios londrino que conduz sua vida com base no individualismo, na busca pelo lucro e sem qualquer preocupação com as demandas sociais da Inglaterra do século XIX. Em uma noite de natal, Scrooge é visitado pelo fantasma de um antigo parceiro comercial que o aconselha a fazer uma análise de suas escolhas pessoais. O texto de Dickens é, na verdade, uma crítica ao modelo social produzido pela Revolução Industrial em curso desde o século XVIII.

A respeito desse tema, assinale o que for correto

- 01 A oferta de empregos gerados pela industrialização produziu um deslocamento de contingentes humanos do campo para o meio urbano, na Inglaterra do século XIX.
- 02 Pensadores de diversas tendências escreveram sobre a Revolução Industrial, suas possibilidades e desdobramentos. Entre eles figuram Adam Smith, Karl Marx, David Ricardo e Saint-Simon.
- 04 Ned Ludd foi um dos operários que liderou o movimento que ficou conhecido como Ludismo e que propunha a quebra das máquinas das fábricas pelos trabalhadores como forma de demonstrar descontentamento contra a exploração dos operários pelos industriais.
- 08 No cinema, “Tempos Modernos”, estrelado por Charles Chaplin e, na literatura, “Os Miseráveis”, escrito por Victor Hugo, são obras que produzem uma crítica aos efeitos sociais decorrentes do avanço da industrialização nos séculos XIX e XX.

Soma:

5. **UFSC 2019** Começando depois de 1700, o ímpeto da Revolução Industrial levou a exploração a níveis sem precedentes, medidos pelos custos em recursos humanos e naturais.

GOUCHER, Candice; WALTON, Linda. *História mundial – Jornadas do passado ao presente*. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 54.

Em relação à Revolução Industrial, é correto afirmar que:

- 01 seu impacto ficou restrito ao território europeu, visto que nos demais continentes não havia indústrias no século XVIII e XIX.
- 02 a aceleração tecnológica verificada especialmente no século XVIII trouxe melhoria de vida significativa à maior parte da população europeia.
- 04 as inovações trazidas pela Revolução Industrial podem ser consideradas como um dos fatores que contribuíram para o atual aquecimento global.
- 08 a Revolução Industrial se fez acompanhar pela expansão do capitalismo, o que significou uma melhor distribuição de renda, especialmente na Europa.
- 16 os graves problemas ecológicos contemporâneos não têm relação com a Revolução Industrial, visto que ela é anterior à descoberta da energia atômica.
- 32 os problemas ambientais gerados no início da Revolução Industrial foram superados algumas décadas depois, devido às rápidas inovações tecnológicas, especialmente no campo da química.

Soma:

6. **UFRGS 2020** Considere o texto a seguir.

Digo, sem fazer maiores declarações, que, se a Razão oferece sua sóbria luz, se as mulheres são realmente capazes de agir como criaturas racionais, que não sejam tratadas como escravas, nem como animais que, submetidos ao homem, dependem de sua razão; mas, ao contrário, cultivem sua mente, deem a elas o limite sublime e salutar dos princípios e deixem que alcancem a dignidade consciente, sentindo elas próprias que dependem apenas de Deus. Ensinem-nas, como aos homens, a se submeter à necessidade, em vez de atribuírem a um sexo a moral para torná-las mais agradáveis.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 57.

O texto, escrito pela filósofa inglesa Mary Wollstonecraft, no século XVIII, expressa ideais do

- a) Absolutismo. d) Romantismo.
- b) Iluminismo. e) Darwinismo.
- c) Socialismo.
7. **FGV-RJ 2018** A elaboração de um conjunto variado de orientações e defesa de direitos, associado à liberdade individual, à felicidade, ao progresso, à propriedade privada e à igualdade jurídica desenvolveu-se
- a) na Europa, ao longo do século XVIII, e constituiu-se em um movimento intelectual denominado Ilustração.
- b) na América do Sul, a partir do século XVII, e fez parte da chamada Segunda Escolástica.

- c) na Itália, a partir do século XIV, com o movimento artístico denominado Renascimento.
- d) nos Estados Unidos, ao final do século XIX, com o desenvolvimento do panamericanismo.
- e) na Alemanha, na segunda metade do século XIX, com os preceitos formadores do nacionalismo.

8. **Unioeste-PR 2013** A concepção de uma sociedade contratual surgiu no século XVIII, nas palavras de Rousseau:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer “isto é meu” e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: “Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!”.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1997. p. 87.)

Com base no texto acima, é INCORRETO afirmar que

- a) para manter a ordem, os homens criaram o Estado mediante um contrato. Esse contrato tem por finalidade passar ao Estado todos os seus direitos naturais.
- b) o homem é naturalmente bom, sendo a sociabilização a culpada pela sua “degeneração”. Isso está relacionado ao surgimento da propriedade privada.
- c) o estado civil, diferente do estado natural, faz com que os homens antes de consultar seus desejos consultem sua razão, o objetivo final sempre é a justiça que torne os homens iguais e dê retorno a eles de suas liberdades cedidas.
- d) o povo é o verdadeiro fundamento da sociedade, e deve ficar sobre um território que tenha o suficiente para sua sobrevivência, sendo desnecessários grandes impérios, uma vez que quanto mais se estende o laço social, mais este é fragilizado.
- e) a origem da desigualdade entre os homens, segundo Rousseau, está na criação do Estado, pois ele institui o contrato social e estabelece a propriedade privada.
9. **Unicentro-PR** “Posso não concordar com nenhuma das palavras que você disser, mas defenderei até a morte o direito de você dizê-las.” Voltaire. A frase, pronunciada pelo filósofo Voltaire, caracteriza o pensamento
- a) protestantista, defensor da liberdade religiosa e do direito da Igreja cobrar indulgências.
- b) iluminista, defensor da liberdade de pensamento contra a opressão do Estado Absolutista.
- c) dos inconfindentes mineiros, defensores radicais da abolição da escravidão e da reforma agrária.
- d) das elites brasileiras e do imperador D. Pedro I, ao promulgarem a Constituição democrática e participativa do Primeiro Império.

10. **Unicentro-PR** O espírito iluminista formou-se na Holanda, que, no século XVII, era um país com economia de mercado desenvolvida e poder político controlado por uma burguesia próspera, culta e tolerante. Esse novo espírito, que amadureceu no século XVIII e tomou o nome de Iluminismo, veio a se expandir, também, pelo norte da Europa e influenciou a América. CÁCERES, 1996, p. 250.

Os filósofos representantes do movimento iluminista contestavam

- a) os defensores da propriedade privada.
- b) os princípios do Socialismo Científico.
- c) o conhecimento científico emergente na época.
- d) as ideias direcionadas à liberdade de comércio.
- e) as instituições do Antigo Regime e o Absolutismo.

Exercícios propostos

1. **Unesp 2022** Entrar numa fábrica pela primeira vez podia ser uma experiência aterrorizante: o ruído e o movimento do maquinário; o ar sufocante, cheio de pó de algodão, muitas vezes, mantido opressivamente quente para reduzir a quebra; o fedor penetrante de óleo de baleia e de gordura animal usados para lubrificar as máquinas (antes da disponibilidade de produtos petrolíferos) e do suor de centenas de trabalhadores; os semblantes pálidos e os corpos doentios dos operários; o comportamento feroz dos supervisores, alguns dos quais carregavam cintos ou chicotes para impor disciplina. Nas salas de tecelagem, o barulho ensurdecedor de dezenas de teares, cada um com uma lançadeira recebendo pancadas de martelo umas sessenta vezes por minuto, impossibilitava que os trabalhadores se ouvissem.

FREEMAN, Joshua B. *Mastodontes: a história da fábrica e a construção do mundo moderno*, 2019.

O trabalho nas primeiras fábricas inglesas é caracterizado no excerto

- a) pela insalubridade e opressão no ambiente de trabalho.
- b) pela apropriação do tempo e do excedente do trabalho pelo capitalista.
- c) pelo aumento da produtividade e da otimização do ritmo de trabalho.
- d) pelo desenvolvimento da tecnologia e da divisão de tarefas.
- e) pelo aproveitamento de energia de origem mineral.



Leia o texto para responder às questões 2 e 3.

Todo processo de industrialização é necessariamente doloroso, porque envolve a erosão de padrões de vida tradicionais. Contudo, na Grã-Bretanha, ele ocorreu com uma violência excepcional, e nunca foi acompanhado por um sentimento de participação nacional num esforço comum, ao contrário do que se pode observar em países que atravessam uma revolução nacional. Sua única ideologia foi a dos patrões.

E. P. Thompson. *A formação da classe operária inglesa*, vol. II, 1987.

2. **Famerp-SP 2020** A associação das fábricas com “a erosão de padrões de vida tradicionais” pode ser explicada pelo fato de que a industrialização gerou

- a) o primeiro movimento de êxodo rural da história e o surgimento das grandes metrópoles europeias.
- b) a mudança de comportamentos sociais e o avanço do processo de disciplinarização do trabalho.
- c) a modernização tecnológica e a valorização do conhecimento da totalidade do processo produtivo pelos trabalhadores fabris.
- d) a constituição de um novo cotidiano dos trabalhadores rurais e o imediato surgimento de leis de proteção ao trabalho fabril.
- e) o fim do poder político e econômico dos senhores feudais e o desestímulo às práticas místicas e religiosas.

3. **Famerp-SP 2020** O texto caracteriza o surgimento e a expansão das fábricas, na Grã-Bretanha dos séculos XVIII e XIX, como

- a) superação do arcaísmo da produção artesanal e manufatureira.
- b) vitória de um projeto coletivo de hegemonia econômica.
- c) resultado de forte avanço tecnológico.
- d) exemplo do eterno sofrimento das sociedades.
- e) afirmação de um controle de classe.

4. **UFJF-MG 2020** Leia o texto a seguir:

Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo agora é moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta [...]. Havia muitos relógios em Londres na década de 1790: a ênfase estava mudando do “luxo” para a “conveniência”; até os colonos podiam ter relógios de madeira. Na verdade (como seria de esperar), ocorria uma difusão geral de relógios portáteis e não portáteis no exato momento em que a Revolução Industrial requeria maior sincronização do trabalho.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 272 e 279.

O texto acima aborda a transição para a sociedade industrial, as mudanças na percepção interna de tempo e o surgimento de uma disciplina de trabalho nos

finais do século XVIII e início do século XIX. Das alternativas abaixo, assinale a opção **CORRETA**:

- a) Com o advento da sociedade industrial e da disciplina do trabalho, os trabalhadores passaram a ter o controle de sua vida produtiva, cuja dinâmica oscilava entre momentos de trabalho volumoso e de ociosidade intensa.
 - b) Durante o estabelecimento do processo industrial inglês, os padrões de trabalho tinham como característica a irregularidade, com tarefas semanais ou quinzenais, fazendo com que o dia de trabalho fosse moldado pelo trabalhador.
 - c) No contexto da transição para a sociedade industrial, a posse e o uso do relógio de bolso ficaram restritos à elite, sendo, portanto, artigo de luxo, feito de metais preciosos e utilizado para acentuar *status*.
 - d) A introdução da disciplina de trabalho gerou melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, pois, com ela, passaram a usufruir de benefícios como: gratificações por pontualidade, pagamento de horas extras, férias remuneradas.
 - e) A divisão do trabalho, a supervisão do trabalho, o uso de relógios, o uso racional do tempo foram alguns dos recursos utilizados pelos industriais para formar novos hábitos e nova disciplina de tempo entre os trabalhadores.
- 5. Mackenzie-SP 2019** A Revolução Industrial, que ocorreu no final do século XVIII, e início do século XIX, enquanto processo global às sociedades ocidentais, pode ser caracterizada como sendo
- a) os aperfeiçoamentos da máquina a vapor, aplicados sobretudo na produção têxtil e metalúrgica, que eram superior à força da água, do vento, do animal e do homem. A grande mudança é que as ferramentas não somente auxiliam o trabalho humano mas também o substituem.
 - b) o conjunto de descobertas e a evolução tecnológica em que as ferramentas, que desde a Pré-História são fundamentais para o trabalho humano, são aperfeiçoadas graças ao uso da força hidráulica e a eólica, nunca antes utilizadas na produção de bens materiais.
 - c) a utilização e dinamização de outros setores da economia, como o têxtil e o metalúrgico, graças à utilização de novas fontes de energia, como os derivados do petróleo (diesel e gasolina) e da energia hidráulica.
 - d) a reunião de todas as invenções, que desde a Renascença com a divisão do trabalho nas corporações de ofício e a utilização de ferramentas na produção de liga de metal, possibilitaram o surgimento das fábricas.
 - e) o conjunto de medidas, que possibilitaram que o trabalho humano fosse totalmente substituído em todas as fases do processo produtivo pela força mecânica, graças ao forte intervencionismo e ao apoio estatal da Inglaterra.

- 6. Unesp 2017** Nem todos os homens se renderam diante das forças irresistíveis do novo mundo fabril, e a experiência do movimento dos quebradores de máquina demonstra uma inequívoca capacidade dos trabalhadores para desencadear uma luta aberta contra o sistema de fábrica. De um lado, esse movimento de resistência visava investir contra as novas relações hierárquicas e autoritárias introduzidas no interior do processo de trabalho fabril, e nessa medida a destruição das máquinas funcionava como mecanismo de pressão contra a nova direção organizativa das empresas; de outro lado, inúmeras atividades de destruição carregaram implicitamente uma profunda hostilidade contra as novas máquinas e contra o marco organizador da produção que essa tecnologia impunha.

Edgar de Decca. *O nascimento das fábricas*, 1982. Adaptado.

De acordo com o texto, os movimentos dos quebradores de máquinas, na Inglaterra do final do século XVIII e início do XIX,

- a) expunham a rápida e eficaz ação dos sindicatos, capazes de coordenar ações destrutivas em fábricas de diversas partes do país.
 - b) representavam uma reação diante da ordem e da disciplinarização do trabalho, facilitadas pelo emprego de máquinas na produção fabril.
 - c) indicavam o aprimoramento das condições de trabalho nas fábricas, que contavam com aparato de segurança interna contra atos de vandalismo.
 - d) revelavam a ingenuidade de alguns trabalhadores, que não percebiam que as máquinas auxiliavam e facilitavam seu trabalho.
 - e) simbolizavam a rebeldia da maioria dos trabalhadores, envolvidos com partidos e agrupamentos políticos de inspiração marxista.
- 7. Unicentro-PR 2015** Durante a instalação da Revolução Industrial, um fenômeno que marca a transição da indústria doméstica para a maquinofatura é
- a) a transformação do artesão em operário.
 - b) a preponderância da atividade rural sobre a urbana.
 - c) a diminuição da população economicamente ativa.
 - d) o crescimento do setor primário em prejuízo do setor terciário.

- 8. UFU-MG 2017** Desta vala imunda a maior corrente da indústria humana flui para fertilizar o mundo todo. Desto esgoto imundo jorra o ouro puro. Aqui a humanidade atinge o seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade, aqui a civilização faz milagres e o homem civilizado torna-se quase um selvagem.

TOCQUEVILLE, A. de, *Journeys to England and Ireland*. Ed. Mayer, 1958, p. 107-8.

O advento das revoluções burguesas na Europa, atrelado ao industrialismo, gerava, ao mesmo tempo, perplexidade e deslumbramento ao promover mudanças sociais radicais e ambíguas, fomentadas pelos avanços tecnológicos em diferentes esferas. Assinale a alternativa que apresenta a principal mudança no sistema produtivo dos países pioneiros em promover a industrialização.

- a) A formação de mão de obra com os cercamentos dos campos cultiváveis, expulsando-se os trabalhadores dos grandes centros urbanos.
- b) O declínio do proletariado enquanto grupo social hegemônico, arrefecendo-se os conflitos de classe.
- c) A manutenção das terras comunais para a produção de alimentos voltados para a subsistência dos camponeses europeus.
- d) A adoção da divisão técnica do trabalho, com grande utilização de maquinários nas fábricas e aumento da acumulação de capitais.

9. Uece 2022 Nas últimas décadas do século XVIII, a Inglaterra foi palco de um movimento econômico novo, conhecido como Revolução Industrial, que produziu uma profunda mudança não só no sistema econômico, mas em toda a sociedade da época. Considerando esse movimento econômico, analise as seguintes afirmações:

- I. O primeiro setor que aderiu à Revolução Industrial foi a indústria têxtil, principalmente a indústria do algodão.
- II. A Revolução Industrial provocou o surgimento do trabalho livre porque libertou os trabalhadores dos laços de servidão.
- III. A Lei dos cercamentos favoreceu o processo da Revolução Industrial ao fornecer mão de obra para as fábricas.

É correto o que se afirma em

- a) I e III apenas.
- b) I e II apenas.
- c) II e III apenas.
- d) I, II e III.

10. Enem 2019 Dificilmente passa-se uma noite sem que algum sitiante tenha seu celeiro ou sua pilha de cereais destruídos pelo fogo. Vários trabalhadores não diretamente envolvidos nos ataques pareciam apoiá-los, como se vê neste depoimento ao The Times: “deixa queimar, pena que não foi a casa”; “podemos nos aquecer agora”; “nós só queríamos algumas batatas, há um fogo ótimo para cozinhá-las”.

HOBBSAWM, E.; RUDÉ, G. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982 (adaptado).

A revolta descrita no texto, ocorrida na Inglaterra no século XIX, foi uma reação ao seguinte processo socioespacial:

- a) Restrição da propriedade privada.
- b) Expropriação das terras comunais.
- c) Imposição da estatização fundiária.
- d) Redução da produção monocultora.
- e) Proibição das atividades artesanais.

11. FGV-RJ 2020 O século XVIII não se confunde totalmente com as Luzes. As Luzes excedem o século. Parte do século escapa-lhes. As Luzes são o século XVIII duradouro, o que faz parte do nosso patrimônio. Um século XVIII que, antes do mais, se inscreve nas palavras. Partir das palavras, partir do essencial.

CHAUNO, P. *A civilização da Europa das Luzes*. Lisboa: Estampa, 1985, vol. I, p. 23-24.

São palavras essenciais do século das Luzes:

- a) internacionalismo, razão, messianismo e cientificismo.
- b) progresso, obscurantismo, cientificismo, teocentrismo.
- c) superstição, empirismo, sensualismo, messianismo.
- d) socialismo, razão, progresso, superstição.
- e) racionalismo, cientificismo, progresso, esclarecimento.

12. Enem 2019

TEXTO I

A centralização econômica, o protecionismo e a expansão ultramarina engrandeceram o Estado, embora beneficiassem a burguesia incipiente.

ANDERSON, P. In: DEYON, P. *O mercantilismo*. Lisboa: Gradiva, 1989, adaptado.

TEXTO II

As interferências da legislação e das práticas exclusivistas restringem a operação benéfica da lei natural na esfera das relações econômicas.

SMITH, A. *A riqueza das Nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, adaptado.

Entre os séculos XVI e XIX, diferentes concepções sobre as relações entre Estado e economia foram formuladas. Tais concepções, associadas a cada um dos textos, confrontam-se, respectivamente, na oposição entre as práticas de

- a) valorização do pacto colonial — combate à livre-iniciativa.
- b) defesa dos monopólios régios — apoio à livre concorrência.
- c) formação do sistema metropolitano — crítica à livre navegação.
- d) abandono da acumulação metalista — estímulo ao livre-comércio.
- e) eliminação das tarifas alfandegárias — incentivo ao livre-cambismo.

13. Unicamp-SP 2018



(Edgar Fahs Memorial Collection, Department of Special Collections, University of Pennsylvania Library. Disponível em: sceti.library.upenn.edu. Acessado em 14/08/2017)

A ilustração anterior, com Marie Lavoisier representada à direita, foi produzida nas últimas décadas do século XVIII, e mostra uma experiência para entender a fisiologia da respiração e o papel do oxigênio nela. Considerando o contexto histórico e o seu conhecimento de química, assinale a alternativa correta.

- a) No século XVIII, Marie Lavoisier, como outras mulheres, não participava da produção do conhecimento científico. Por outro lado, seu marido, Antoine Lavoisier, ficou famoso pela frase “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, conhecida como a lei de conservação da quantidade de matéria.
- b) A Revolução Francesa favoreceu cientistas e intelectuais franceses independentemente de suas posições ideológicas e das questões de gênero. É o caso de Marie Lavoisier e de Antoine Lavoisier, este último famoso pela frase “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, conhecida como a lei de conservação das massas.
- c) No século XVIII, as mulheres participavam da produção do conhecimento científico. Marie Lavoisier registrou e publicou muitos dos experimentos feitos pela equipe de seu marido, Antoine Lavoisier, famoso pela frase “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, conhecida como a lei de conservação das massas.
- d) A Revolução Francesa garantiu às mulheres a cidadania e a participação na produção do conhecimento científico. Marie Lavoisier registrou e publicou muitos dos experimentos feitos pela equipe de seu marido, Antoine Lavoisier, famoso pela frase “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, conhecida como a lei de conservação da quantidade de matéria.

- 14. Uece 2021** O século XVIII ficou marcado como o período do Iluminismo, movimento cultural e filosófico que
- a) era fundado na razão e defendia os ideais da liberdade, do progresso, da fraternidade, do governo constitucional e da separação Igreja e Estado.
 - b) fortaleceu a união entre Estado e Igreja, sobretudo a partir das transformações realizadas pela contrarreforma católica.
 - c) defendeu a monarquia absoluta através das obras de pensadores como Jacques Bossuet, Jean Bodin e Montesquieu.
 - d) pregava a submissão do cidadão ao absolutismo real através das obras de Jean-Jacques Rousseau e de Voltaire.

- 15. Unesp 2016** Todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais figuram a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Para assegurar esses direitos, entre os homens se instituem governos, que derivam seus justos poderes do consentimento dos governados. Sempre que uma forma de governo se dispõe a destruir essas finalidades, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la, e instituir um novo governo, assentando seu fundamento sobre tais princípios e organizando seus poderes de tal forma que a ele pareça ter maior probabilidade de alcançar-lhe a segurança e a felicidade.

Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776).
In: Harold Syrett (org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*, 1988.

O documento expõe o vínculo da luta pela independência das treze colônias com os princípios

- a) liberais, que defendem a necessidade de impor regras rígidas de protecionismo fiscal.
- b) mercantilistas, que determinam os interesses de expansão do comércio externo.
- c) iluministas, que enfatizam os direitos de cidadania e de rebelião contra governos tirânicos.
- d) luteranos, que obrigam as mulheres e os homens a lutar pela própria salvação.
- e) católicos, que justificam a ação humana apenas em função da vontade e do direito divinos.

- 16. Uerj 2019** Tudo que está escrito nas Sagradas Escrituras é verdade? De fato, cada uma das religiões diz: “Minha fé é a certa, e aqueles que creem em outra fé creem na falsidade e são inimigos de Deus”. Assim como minha fé me parece verdadeira, outro considera verdadeira sua própria fé; mas a verdade é uma só. Marido e mulher estão em pé de igualdade no casamento. Não podemos sair e comprar um homem como se fosse um animal. Todos os homens são iguais na presença de Deus; e todos são inteligentes, pois são suas criaturas; ele não destinou um povo à vida, outro à morte, um à misericórdia e outro ao julgamento. Nossa razão nos ensina que esse tipo de discriminação não pode existir.

Adaptado de HERBJORNSRUD, Dag. “Os africanos que propuseram ideias iluministas antes de Locke e Kant”.
Folha de S. Paulo, 24/12/2017.

As proposições acima foram escritas por Zera Yacob (1599-1692), pensador etíope que desenvolveu suas ideias antes de europeus associados ao Iluminismo. Identifique dois ideais das proposições do pensador africano presentes, também, no pensamento iluminista. Em seguida, ainda com base nas citações, apresente um aspecto que diferencia Yacob da maior parte dos pensadores iluministas europeus.

- 17. Enem PPL 2017** Os direitos civis, surgidos na luta contra o Absolutismo real, ao se inscreverem nas primeiras constituições modernas, aparecem como se fossem conquistas definitivas de toda a humanidade. Por isso, ainda hoje invocamos esses velhos “direitos naturais” nas batalhas contra os regimes autoritários que subsistem.

QUIRINO, C. G.; MONTES, M. L. *Constituições*. São Paulo: Ática, 1992 (adaptado).

O conjunto de direitos ao qual o texto se refere inclui

- a) voto secreto e candidatura em eleições.
- b) moradia digna e vagas em universidade.
- c) previdência social e saúde de qualidade.
- d) igualdade jurídica e liberdade de expressão.
- e) filiação partidária e participação em sindicatos.

- 18. FGV-SP 2016**

O gênero humano é de tal ordem que não pode subsistir, a menos que haja uma grande infinidade de homens úteis que não possuam nada.

Dicionário filosófico, verbete Igualdade.

O comércio, que enriqueceu os cidadãos na Inglaterra, contribuiu para os tornar livres, e essa liberdade deu por sua vez maior expansão ao comércio; daí se formou o poderio do Estado.

Cartas inglesas.

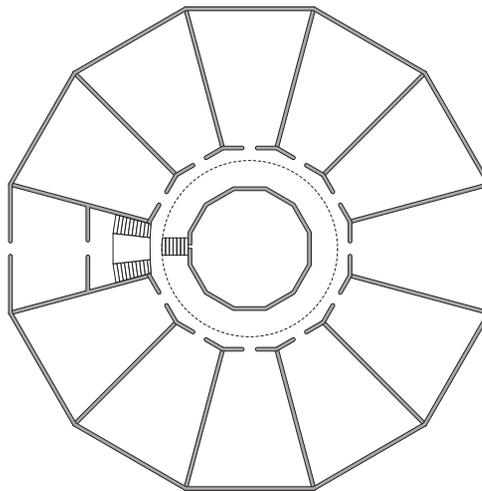
Sobre os trechos de Voltaire, é correto afirmar que o autor

- a) define, com suas ideias, os interesses da burguesia como classe, no século XVIII: o comércio como condição para a acumulação de capital, a riqueza como fator de liberdade e do poder de Estado e a propriedade ligada à desigualdade.
- b) crê, como filósofo iluminista do século XVIII, nas igualdades social e política, pois a filosofia burguesa elabora uma doutrina universalista que confunde a causa da burguesia com a de toda a humanidade.
- c) critica a centralização do poder na medida em que ela breca a liberdade, impedindo o progresso das técnicas e a expansão do comércio que geram riqueza, e, ao mesmo tempo, aceita a propriedade como fundamento da igualdade.
- d) considera que a burguesia não se constitui em uma classe no século XVIII, e ela precisa do poder do Estado centralizado para garantir a sua riqueza e, nessa medida, aproxima-se da nobreza para obter apoio político.
- e) defende, como representante da Ilustração, a liberdade ligada à ausência da propriedade e elabora princípios universais, com direitos e deveres para todos os homens, o que faz a igualdade econômica ser o fundamento da sociedade.

19. Unioeste-PR A Ilustração significou o apogeu do desenvolvimento das ideias iluministas que levou à crítica da estrutura e do funcionamento do Antigo Regime na Europa. Sobre este momento histórico é correto afirmar que

- a) na sua obra *O contrato social*, Rousseau defendeu o sufrágio censitário em detrimento do sufrágio universal, defendido pelos liberais.
- b) o Brasil sofreu forte influência dos filósofos da Ilustração europeia, claramente expressa nos ideais defendidos pela Revolta dos Beckman.
- c) durante o século XVIII as ideias dos pensadores da Ilustração espalharam-se pela Europa e pelas Américas, sobretudo por meio da maçonaria.
- d) a obra que melhor sintetizou o pensamento iluminista foi a Suma Teológica que reuniu os mais importantes conhecimentos filosóficos da época.
- e) John Locke, considerado pai do liberalismo político, em sua obra *Ensaio sobre o Governo Civil*, desenvolveu uma teoria do despotismo baseado na interferência estatal na economia.

20. UFG-GO 2013 Analise a imagem a seguir.



PAN-ÓPTICO DE JEREMY BENTHAM. Disponível em: <www.euskones.com/0027z/bk/argazkiak/panoptico.jpg>. Acesso em: 24 jan. 2013.

No século XVIII, criou-se um projeto arquitetônico para as prisões chamado “pan-óptico”. O objetivo era transformar a ambiência do confinamento, distinguindo-a das masmorras do Antigo Regime. Tal como demonstra a imagem, o projeto estabelecia no centro uma torre com um vigia e, na periferia, uma construção em forma de anel. A construção periférica era dividida em celas para os presos, com duas janelas (uma interna ao anel e outra externa), que permitiam a luz atravessar a cela. Com essa disposição espacial, o pan-óptico expressava o ideal iluminista, na medida em que o controle sobre os indivíduos era exercido por meio da

- a) descentralização dos espaços reservados para os confinados.
- b) valorização da punição ao comportamento em detrimento da vigilância.
- c) manutenção de comunicação monitorada entre o ambiente de confinamento e a sociedade.
- d) hierarquização entre os presos separados pelas celas construídas no anel.
- e) utilização da claridade para conferir visibilidade aos presos e às suas ações.

Texto complementar

A vida de Olaudah Equiano

[...] africano escravizado aos anos de idade, na região que compreende a atual Nigéria, e que, ao longo de sua vida, trabalhando como marinheiro, comprou sua liberdade [...]. Equiano ou Gustavus, seu nome europeu, casou em Londres e participou ativamente do movimento abolicionista na Inglaterra, deixou um texto escrito em inglês relatando sua vida desde o sequestro na África até a carta que enviou à Rainha pedindo a abolição da escravatura.

A experiência embarcada desse africano pelos diversos portos do Atlântico, do Mediterrâneo, sua participação na Guerra dos Sete Anos, na primeira expedição ao Polo Norte, na formação do que se tornaria Serra Leoa, poderia facilmente ser incorporada ao cânone de literaturas de viagens do período, ao lado de Humboldt ou Darwin. Não fosse por ele ter sido escravo e vivido e narrado as agruras a que um marinheiro ou viajante escravo e posteriormente ex-escravo esteve sujeito nesse período. [...]

Vivendo [...] as diversas relações com seus companheiros de bordo como grumete ou ajudante nas embarcações onde esteve sempre acompanhando seus donos, fossem eles capitães, tenentes de embarcações de comércio ou buques de guerra. Nesse período vivencia batalhas navais e transita por embarcações que acabaram tornando-se famosas por suas participações na Guerra dos Sete anos [...]. Conhece de perto a morte e comandantes que iriam definir o curso do conflito. Olaudah pertence a um Tenente e dessa forma pode viver a bordo com o mesmo. [...] Posteriormente, Gustavus passa a entender como funcionam as embarcações e fazer seus pequenos comércios angariando fundos para comprar sua liberdade. Ao longo desse período vai aprendendo a conhecer as diferentes faces da escravidão ao longo do Atlântico [...] é em 1765 quando compra sua liberdade e por volta de seus 20 anos é que se pode dizer que inicia sua jornada como marinheiro agora livre. [...] Conhece como poucos as rotas que levam às ilhas das Índias, sabe falar inglês perfeitamente, escreve, e sabe rudimentos de aritmética. Em certo momento de doença do capitão e dos outros responsáveis pela navegação da embarcação onde trabalhava é Equiano quem leva o barco a salvo para seu destino, passando a ser conhecido como o Capitão Negro. [...] Olaudah foi homem de sua época; viveu o mundo que estava a sua disposição. Ser marinheiro era uma porta, um imenso “campo de possibilidades” que se abriu para sujeitos sem possibilidade alguma [...].

CANTO, Rafael Antunes do. Olaudah Equiano e a dupla consciência no Atlântico Negro. *Anais do XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS*, 2014. p. 2, 5 e 6. Disponível em: http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405443490_ARQUIVO_OLAUDAHEQUIANOEAADUPLA_CONSCIENCIAOATLANTICONEGRO.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

Resumindo

- A Revolução Industrial não representou apenas um salto técnico, mas também uma transformação estrutural nas formas de produção e nas relações de trabalho.
- O pioneirismo da Inglaterra nesse processo, expresso pela produção têxtil, a indústria siderúrgica e a máquina a vapor, se deu devido à combinação de uma demanda em crescimento (alimentada por uma agressiva política comercial e um vasto império colonial), condições político-sociais favoráveis e uma mão de obra relativamente custosa.
- A defesa da racionalidade científica, do progresso e da tolerância e os direitos naturais constituem a espinha dorsal do Iluminismo. Contudo, trata-se de um movimento diverso, composto por setores moderados, mais propensos à defesa de uma monarquia constitucional nos moldes ingleses, e setores radicais, partidários do voto feminino, do fim da escravidão e da democracia.
- É parte do século XVIII também uma série de reformas na direção da centralização, da burocratização e da racionalização do Estado, o chamado “despotismo esclarecido”.

Quer saber mais?



Livros

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Estudo do historiador Robert Darnton sobre a produção escrita no Antigo Regime.

_____. ***O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa***, 1986.

Obra composta de diversos ensaios sobre a vida e cultura na França do século XVIII.

HIMMELFARB, Gertrude. *Os caminhos para a modernidade: os iluminismos britânico, francês e americano*. São Paulo: É Realizações, 2011.

Análise crítica da historiadora estadunidense Gertrude Himmelfarb sobre o Iluminismo em diferentes lugares do mundo.

ISRAEL, Jonathan. *A Revolução das Luzes: o Iluminismo Radical e as origens intelectuais da Democracia Moderna*. São Paulo: Edipro, 2013.

O livro apresenta as raízes filosóficas do Iluminismo Radical e analisa temas afins.

LANDES, David S. *Prometeu desacomodado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Obra do historiador estadunidense David Landes que apresenta um panorama geral da industrialização na Europa ocidental desde o século XVIII.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 vols., 1987-1988.

Um dos principais estudos de História Social sobre o operariado inglês.

Exercícios complementares

1. **UFPR 2020** Em finais de maio de 1845, Friedrich Engels (1820-1895) publicou o livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, do qual faz parte o trecho abaixo:

O que é verdadeiro para Londres também é para Manchester, Birmingham e Leeds – é verdadeiro para todas as grandes cidades. Em todas as partes, indiferença bárbara e grosseiro egoísmo de um lado e, de outro, miséria indescritível; em todas as partes, a guerra social [...]. Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Trad. Bernhard A. Schumann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 68-69.

Com base no texto acima:

- a) Contextualize o período que é criticado pelo autor e identifique duas características desse período.
b) Quais classes sociais estão em oposição na descrição fornecida pelo autor?
2. **UFU-MG 2018** Nos anos entre 1780 e 1832, os trabalhadores ingleses, em sua maioria, passaram a se identificar uns com os outros e contra seus dirigentes e empregadores. Essa classe dirigente estava, ela própria, muito dividida, e de fato só conseguiu maior coesão nesses mesmos anos porque certos antagonismos se dissolveram (ou se tornaram relativamente insignificantes) frente a uma classe operária insurgente.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 12. Adaptado.

Sobre esse tema, faça o que se pede.

- a) Que contexto socioeconômico permitiu o surgimento da classe operária inglesa e qual fenômeno caracteriza seu amadurecimento como movimento social?
b) Cite três conquistas decorrentes da organização dos operários na primeira metade do século XIX na Inglaterra.
3. **UEL-PR 2018** No ano de 1899, eclodiu em Nova York uma greve de meninos jornalheiros (conhecidos como newsies ou newsboys). A razão do protesto, que durou vários dias, foi o aumento de preço do *The New York World* e do *The New York Journal*, de propriedade de Joseph Pulitzer e William Hearst, respectivamente. Concorrentes, ambos viram seus lucros caírem quando acabou a guerra hispano-americana (1898), que rendia grandes manchetes e garantia alta vendagem de seus jornais.

Para manter os lucros, os empresários resolveram elevar o preço do exemplar, afetando diretamente os jornalheiros, que compravam os jornais e os revendiam ao público leitor. Era com o pequeno ganho da revenda que esses meninos sobreviviam, pois a grande maioria era pobre, muitos sem lar, órfãos ou fugitivos. Aos milhares, dormiam pelas ruas e vagavam pela cidade, desprovidos de qualquer assistência, fosse em educação, saúde ou moradia. Daquela vez, os meninos saíram vitoriosos da greve, mas a situação deles não melhorou.



Meninos jornalheiros na Ponte do Brooklyn, Nova York, em 1906. Foto de Lewis Hine.

Com base nos conhecimentos sobre o Mundo Contemporâneo, responda aos itens a seguir.

- a) O que a greve representava para os empresários capitalistas do século XIX?
b) Explique a formação do chamado “trabalho infantil” desde a Revolução Industrial até os dias atuais.

4. **Unesp 2014** Sob qualquer aspecto, este [a Revolução Industrial] foi provavelmente o mais importante acontecimento na história do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades. E foi iniciado pela Grã-Bretanha. É evidente que isto não foi acidental.

Eric Hobsbawm. *A era das revoluções: 1789-1848*, 1986.

Aponte dois fatores que justifiquem a importância dada pelo texto à Revolução Industrial e indique dois motivos do pioneirismo britânico.

5. **Unesp 2016** A divisão capitalista do trabalho – caracterizada pelo célebre exemplo da manufatura de alfinetes, analisada por Adam Smith – foi adotada não pela sua superioridade tecnológica, mas porque garantia ao empresário um papel essencial no processo de produção: o de coordenador que, combinando os esforços *separados* dos seus operários, obtém *um* produto mercante.

Stephen Marglin. In: André Gorz (org.). *Crítica da divisão do trabalho*, 1980.

Ao analisar o surgimento do sistema de fábrica, o texto destaca

- o maior equilíbrio social provocado pelas melhorias nos salários e nas condições de trabalho.
- o melhor aproveitamento do tempo de trabalho e a autogestão da empresa pelos trabalhadores.
- o desenvolvimento tecnológico como fator determinante para o aumento da capacidade produtiva.
- a ampliação da capacidade produtiva como justificativa para a supressão de cargos diretivos na organização do trabalho
- a importância do parcelamento de tarefas e o estabelecimento de uma hierarquia no processo produtivo.

6. **Uece 2021** Atente para o seguinte excerto:

Nas fábricas onde a disciplina do operariado era mais urgente, descobriu-se que era mais conveniente empregar as dóceis (e mais baratas) mulheres e crianças: de todos os trabalhadores nos engenhos de algodão ingleses em 1834-47, cerca de um-quarto eram homens adultos, mais da metade era de mulheres e meninas, e o restante de rapazes abaixo dos 18 anos.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 58.

A descrição da organização do trabalho, citada no excerto acima, reflete

- o avanço na luta das mulheres por igualdade, já que antes da Revolução Industrial as mulheres eram proibidas de trabalhar.
- a democracia burguesa, para a qual importava a idade e o gênero do trabalhador da indústria, independente do fato de esse trabalhador ser produtivo.
- a justiça social praticada pelo capitalismo industrial que oportuniza emprego para todos os tipos de indivíduos.
- o nível de exploração do trabalho do proletariado, o que resultou na organização desses trabalhadores em sindicatos.

7. **Enem 2016** Em virtude da importância dos grandes volumes de matérias-primas na indústria química – eram necessárias dez a doze toneladas de ingredientes para fabricar uma tonelada de soda –, a indústria teve uma localização bem definida quase desde o início. Os três centros principais eram a área de Glasgow e as margens do Mersey e do Tyne.

LANDES, D. S. *Prometeu desacomodado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

A relação entre a localização das indústrias químicas e das matérias-primas nos primórdios da Revolução Industrial provocou

- a busca pela isenção de impostos.
- intensa qualificação da mão de obra.
- diminuição da distância dos mercados consumidores.
- concentração da produção em determinadas regiões do país.
- necessidade do desenvolvimento de sistemas de comunicação.

8. **UFRGS 2019** Observe a imagem abaixo.



Adaptado de: <[https://www.historycrunch.com/working-conditions-in-the-industrial-revolution.html#/>](https://www.historycrunch.com/working-conditions-in-the-industrial-revolution.html#/). Acesso em: 10 set. 2018.

Considere as seguintes afirmações sobre a Revolução Industrial.

- Durante sua primeira fase, a indústria têxtil, cujo epicentro estava na Inglaterra, foi predominante em termos de emprego e de investimento de capital.
- Nos países de industrialização acelerada, como a Inglaterra e os Estados Unidos da primeira metade do século XIX, a intensa exploração do trabalho infantil e feminino contribuiu para o aumento de produtividade das indústrias locais.
- Na primeira metade do século XIX, o aumento da produção industrial de têxteis ocasionou a expansão da produção de algodão e da utilização do trabalho escravo em larga escala no Sul norte-americano.

Quais estão corretas?

- Apenas I.
- Apenas II.
- Apenas III.
- Apenas I e II.
- I, II e III.

9. **UFRGS 2020** Com relação à Revolução Industrial, assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as seguintes afirmações.

- Os cercamentos das terras comunais, promovidos pelo governo desde o século XVI, e o êxodo rural contribuíram para o florescimento da Revolução Industrial na Inglaterra.
- A substituição do trabalho artesanal pela manufatura, forma de divisão do trabalho que considera o critério de faixa etária para realização de tarefas, caracterizou a primeira etapa da revolução industrial.
- O acesso a matérias-primas, como o ferro e o carvão, utilizados no sistema fabril, possibilitou a construção e o funcionamento do maquinário e a produção de energia.
- As fábricas, no século XIX, adotaram um modelo de produção toyotista, caracterizado pela produção de pequenos lotes que atendem à demanda individual do consumidor.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V – V – F – F. d) V – F – V – V.
 b) V – F – V – F. e) F – V – F – V.
 c) F – F – V – V.

10. **UFJF-MG 2019** Leia a tabela abaixo, que apresenta dados relativos à expansão do transporte ferroviário francês no final do século XIX:

Ano	Km explorados	Viajantes (milhões)	Toneladas (milhões)
1869	16938	4272	5508
1875	19746	4786	8136
1890	33550	7942	11759
1900	38044	14063	16557

ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 23.

Tendo em vista o processo econômico apontado na tabela, que mudanças na esfera dos hábitos culturais são perceptíveis na vida cotidiana das pessoas nesse contexto?

- a) O retorno da vida burguesa para uma paisagem bucólica marcada pela beleza e tranquilidade do mundo rural.
- b) A rápida transformação dos mecanismos de comunicação graças à expansão dos telefones celulares e seus aplicativos capazes de conectar pessoas situadas em diversas partes do mundo.
- c) A necessidade da regulação nacional e internacional do Tempo, o que produziu um incremento na instalação de relógios públicos e a estruturação de um sistema de fusos horários que fosse capaz de regular viagens internacionais.
- d) O retorno da produção artesanal, baseada na valorização dos trabalhos manuais e na recusa às transformações industriais introduzidas pelas máquinas.

e) A expansão do uso de bens de consumo duráveis que transformaram a vida e o cotidiano doméstico, tais como máquinas de lavar, ferro elétrico, geladeiras e eletrodomésticos em geral.

11. **Unicentro-PR 2017** O poder judiciário surgiu a partir das lutas sociais, no contexto da passagem do sistema feudal para o sistema capitalista, e teve como um dos principais teóricos

- a) Montesquieu, crítico do poder absolutista e autor da Teoria dos Três Poderes.
- b) Jean Jacques Rousseau, defensor da supressão da propriedade privada e do estabelecimento do socialismo.
- c) John Locke, pensador político que buscou fortalecer o poder real através da criação de poderes que limitassem a ação do operariado.
- d) Karl Marx, adepto da divisão dos poderes como mecanismo para a diminuição da exploração capitalista.
- e) Vladimir Lênin, líder da Revolução Russa e defensor de uma aliança com a burguesia, para o estabelecimento da NEP (Nova Política Econômica).

12. **UFRGS 2022** O conjunto de ideias que caracterizou parte importante do pensamento europeu no século XVIII é chamado de Iluminismo. Entre suas características principais, estão

- a) o abandono completo das religiões, o fim do clero e a difusão do ateísmo como forma de vida.
- b) a defesa da liberdade de pensamento e a centralidade da razão na organização dos saberes.
- c) a promoção dos nacionalismos em detrimento da compreensão universalista de civilização.
- d) o estímulo à obediência às autoridades eclesiásticas e a adoção da escolástica como instrumento pedagógico.
- e) o repúdio ao liberalismo econômico e a proteção de formas igualitárias e fraternais de produção.

13. **Fuvest-SP 2018**



Martin van Meytens, *Banquete de coroação de José II*. Óleo sobre tela, século XVIII. Detalhe.

Integrante da poderosa família dos Habsburgos, José II foi coroado imperador da Áustria em 1765, um dos mais vigorosos centros da cultura europeia no século XVIII.

- A partir de elementos representados na pintura, aponte e explique duas características das sociedades europeias no período.
- Explique por que José II é considerado um despota esclarecido.

- 14. UFPR 2017** Eu chamo, pois, república todo Estado regido por leis, independente da forma de administração que possa ter; porque então somente o interesse público governa, e a coisa pública algo representa. Todo governo legítimo é republicano (...). As leis não são propriamente senão as condições de associação civil. O povo, submetido às leis, deve ser o autor das mesmas; compete unicamente aos que se associam regulamentar as condições da sociedade.

(ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. versão para E-Book, <eBookBrasil.com>. Tradução Rolando Roque da Silva. p. 54.)

Durante o século XVIII, foi se constituindo uma corrente de pensamento chamada iluminismo. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) era um dos seus mais importantes representantes. Escreva um texto sobre o iluminismo, comentando três representantes contemporâneos de Rousseau e três das propostas mais importantes desse movimento intelectual.

- 15. Uerj 2014**

O século das luzes



RAYMOND DUMOUX

Vainfas, Ronaldo e outros. *História*. Volume 2. São Paulo: Saraiva, 2011.

Na pintura *O século das luzes*, observam-se elementos representativos do movimento intelectual denominado Iluminismo. Em 1784, o filósofo alemão Immanuel Kant definiu esse movimento como um processo de esclarecimento que permitiu ao homem chegar à sua maioridade.

Identifique na imagem dois elementos representativos do pensamento iluminista. Associe, também, um desses elementos a uma característica do Iluminismo.

- 16. UFF-RJ** No final do século XVIII, em função da divulgação das críticas iluministas aos “Antigos Regimes”, observaram-se processos de modernização de certos regimes absolutistas em alguns Estados europeus.

Esses processos indicavam, de um lado, a crise dos Antigos Regimes e, de outro, a presença nesses Estados, que se renovavam, de projetos de mudanças que tinham por objetivo manter o poder frente aos avanços burgueses. A partir dessas considerações:

- indique dois Estados europeus que realizaram esses processos de modernização;
- mencione como os livros didáticos de História registram esses processos e analise duas de suas características.

- 17. Uerj 2016**



Pompeo Batoni. *Kaiser José II e o Grão-Duque Leopoldo da Toscana*. Óleo sobre tela, 1769.

Na pintura de Pompeo Batoni, de 1769, estão representados dois imperadores austríacos do Antigo Regime: José II e seu irmão Leopoldo II. No detalhe, pode-se observar um exemplar em francês do livro *O espírito das leis*, de Montesquieu, expoente da Ilustração ou Iluminismo. A presença do livro na pintura não é meramente decorativa, mas revela modos e práticas de governo adotados por diversos Estados europeus no século XVIII. Nomeie esse modo de governar. Em seguida, apresente uma ação promovida por monarquias europeias que empreenderam tais práticas.

- 18. UEG-GO 2021** Leia o texto a seguir

De resto, esta tolerância é tão vantajosa para as sociedades em que se estabelecem que faz a felicidade do estado. Desde que o culto seja livre, todos ficam tranquilos: a perseguição, ao contrário, deu lugar às guerras civis mais sangrentas, mais longas e mais destrutivas.

FREDERICO II. In: PAZZINATO, A. L.; SENISE, M. H. V. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Ática, 2000. p. 104.

O texto citado, de autoria do monarca prussiano Frederico II (1740-1786), expressa os valores

- do Absolutismo Monárquico predominante durante a Idade Moderna.
- da “Real Política” prussiana que guiou a unificação alemã.
- do Despotismo Esclarecido vigente no período iluminista.
- do Princípio da Autodeterminação dos povos herdado do luteranismo.
- da ajuda mútua das monarquias europeias expressa na Santa Aliança.

- 19. Fuvest-SP 2014** O problema agrário era portanto o fundamental no ano de 1789, e é fácil compreender por que a primeira escola sistematizada de economia do continente, os fisiocratas franceses, tomara como verdade o fato de que a terra, e o aluguel da terra, era a única fonte de renda líquida. E o ponto crucial do problema agrário era a relação entre os que cultivavam a terra e os que a possuíam, os que produziam sua riqueza e os que a acumulavam.

(Eric Hobsbawm. *A era das revoluções. 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 29.)

- a) Caracterize o momento social e econômico por que a França passava no período a que se refere o texto.
- b) Quais são as principais diferenças entre as propostas fisiocratas e as práticas mercantilistas anteriores a elas?

- 20. UPF-RS 2014** A revolução francesa consigna-se desta maneira um lugar excepcional da história do mundo contemporâneo. Revolução burguesa clássica, ela constitui, para a abolição do regime senhorial e da feudalidade, o ponto de partida da sociedade capitalista e da democracia liberal na história da França.

(SOBOUL, Albert. *A revolução francesa*. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 122.)

A grande Revolução Francesa, como outras revoluções burguesas do século XVIII, refletiu as ideias dos filósofos iluministas. Dentre as características a seguir relacionadas, assinale a alternativa que apresenta a base do Iluminismo.

- a) A defesa da doutrina de que a soberania do Estado absolutista garantiria os direitos individuais e eliminaria os resquícios feudais ainda existentes.
- b) A proposição da criação de monopólios estatais e a manutenção da balança de comércio favorável, para assegurar o direito de propriedade.
- c) A crítica ao mercantilismo, à limitação ao direito à propriedade privada, ao absolutismo e à desigualdade de direitos e deveres entre os indivíduos.
- d) A crença na prática do entesouramento como meio adequado para eliminar as desigualdades sociais e garantir as liberdades individuais.
- e) A defesa da igualdade de direitos e liberdades individuais, proporcionada pela influência da Igreja Católica sobre a sociedade, por intermédio da educação.

BNCC em foco

EM13CHS103

- 1. Fuvest-SP** O pano ou tecido deste Reino... interessa tanto ao soberano quanto ao súdito, ao nobre e ao plebeu, até mesmo a toda profissão, condição e espécie de homem desta nação.

Thomas Middleton, 1622.

- a) Por que a produção têxtil inglesa interessava ao rei, à nobreza e aos plebeus?
- b) Qual a importância da produção têxtil para a futura Revolução Industrial inglesa?

EM13CHS101

- 2. Unicamp-SP** Um dos mandamentos do século XIX, na Europa, era o evangelho do trabalho. Para os ideólogos da classe média, o ideal do trabalho implicava autodisciplina e sentido atento do dever. Até mesmo os mais devotos ousavam modificar a palavra de Deus. As Escrituras haviam considerado o trabalho como castigo severo imposto por Deus a Adão e Eva. Mas para os ideólogos burgueses, o trabalho era prevenção contra o pecado mortal da preguiça. O evangelho do trabalho era quase exclusivamente um ideal burguês. Em geral, os nobres não lhe davam valor. O desprezo aristocrático pelo trabalho era um resquício feudal.

Adaptado de Peter Gay. *“O século de Schnitzler”*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 210-1. 214 e 217-8.

- a) Segundo o texto, como o trabalho era visto pela Bíblia, pela burguesia e pela aristocracia?
- b) Como a burguesia buscou disciplinar os trabalhadores no contexto da Revolução Industrial?

EM13CHS101

- 3. UFU-MG** Na segunda metade do século XVIII, ganha força na França um movimento intelectual conhecido como “Enciclopedismo”, cujos autores de maior destaque foram os filósofos Denis Diderot e Jean d’Alembert.

Sobre o “Enciclopedismo”, responda:

Qual era o objetivo no que concerne ao ideal científico e filosófico do seu tempo, e quais foram suas repercussões?

Alexandre François Louis. *Toussaint Louverture*, c. 1804. Óleo sobre tela. Louverture foi o principal líder da Revolução Haitiana.

Coleção particular

FRENTE 2

CAPÍTULO

8

As Revoluções Atlânticas

A partir da década de 1760, o mundo atlântico (a Europa, a América do Norte e o Caribe) conheceu dezenas de revoltas e revoluções sociais e políticas fundamentais para a criação do mundo contemporâneo, em toda a sua complexidade e com todas as suas contradições. Mesmo nas Américas espanhola e portuguesa, uma série de movimentos contra as coroas ibéricas ganhou importância, culminando na independência política da região. A crise do Antigo Regime e a Revolução Industrial desempenham papel central nesse processo, no qual a França, a Inglaterra, o Caribe, a América do Norte, a América Latina e outras regiões tiveram papel importante. Neste capítulo, pensaremos essas revoluções que ajudaram a moldar o mundo em que vivemos.

Contexto revolucionário

Até o século XVII, a palavra “revolução” associava-se à rotação dos planetas. A partir do final do século XVII, após a Revolução Gloriosa, alguns jornais ingleses passaram a registrar outro significado: uma mudança de governo. Ao longo do século XVIII, a palavra tornou-se sinônimo de uma profunda transformação político-social.

A partir de 1760, o mundo banhado pelo oceano Atlântico, já há muitos séculos conectado pela colonização e por atividades comerciais diversas, como o tráfico de escravizados, conheceu uma série de revoluções. O historiador Eric Hobsbawm marca o final dessa era em 1848, com a Primavera dos Povos, ao passo que outros estudiosos encerram a época em 1871, com a Comuna de Paris.

Para Hobsbawm, trata-se de uma série de revoluções burguesas por destruírem os antigos privilégios da nobreza e os antigos monopólios das corporações, favorecendo a ascensão das sociedades capitalistas modernas, ao lado da Revolução Industrial. Outros historiadores, como Robert Palmer, chamam essas revoluções de “democráticas” no sentido de suprimir os antigos privilégios, e serem fundamentais para destruir uma noção até então dominante: a de que há seres humanos “naturalmente” superiores a outros. Embora não tenham, imediatamente, conquistado direitos, os grupos subalternos tiveram novas possibilidades abertas com essas revoluções, o que contribuiu para a conquista de direitos nos dois séculos seguintes.

As revoluções também contribuíram para a formação de termos políticos contemporâneos. O termo “comunista” apareceu na década de 1840; “liberalismo”, em 1820; “internacional” foi utilizado, pela primeira vez, em 1815; e “feminismo”, na década de 1820. Trata-se de uma resposta às novas experiências e ao surgimento de novas possibilidades políticas. O próprio crescimento de teorias racistas, no século XIX, seria uma reação às demandas de igualdade do período.

Tudo ocorreu em meio a transformações econômico-sociais e a ideais iluministas. E, mesmo que a maioria dos iluministas não desejasse uma revolução, suas ideias seriam utilizadas por esses grupos no processo revolucionário.

A primeira das revoluções atlânticas ocorreu em 1755, quando a Córsega, liderada por Pasquale Paoli (1725-1807), lutou contra a dominação de Gênova e da França. No entanto, essa primeira experiência foi sufocada pelos franceses. Enquanto isso, revoltas como a de Túpac Amaru, estudadas na frente 1, tomavam a América espanhola, que vivia o impacto das reformas borbônicas.

Nas treze colônias, a partir de 1760, tiveram início os primeiros levantes contra o Parlamento britânico. A Irlanda declarou independência da Inglaterra em 1782, mas a Coroa britânica convenceu-a a voltar ao Reino Unido, garantindo o mesmo estatuto e representação que a Escócia. Nas Províncias Unidas (Frísia, Groninga, Gueldres, Holanda, Overissel, Utrecht e Zelândia), o governante Guilherme V de Orange encontrou oposição de grupos defensores da liberdade de comércio. Em 1795, com

apoio do exército revolucionário francês, elas se tornariam a República Batava. Nos Países Baixos austríacos (atual Bélgica), em Genebra, na Polônia e na Rússia, novos movimentos ganhavam força. No Caribe, movimentos na Jamaica, em São Domingos (atuais Haiti e República Dominicana) e em Martinica chegaram a contestar a escravidão. Por fim, ocorreu a Revolução Francesa, que alterou profundamente o quadro social e político da Europa.

Aqui, vamos nos concentrar em três revoluções: a Norte-Americana, a Haitiana e a Francesa.

A Independência das Treze Colônias da América do Norte (1776)

A colonização inglesa na América do Norte

Estima-se que, antes da chegada dos ingleses, havia entre 2 e 10 milhões de indígenas na América do Norte. Eram povos extremamente diversos, com sociedades agrárias na costa oeste, como os *hopewell*, que desenvolveram a metalurgia, e os *cahokia*, nas planícies do Mississippi e do Missouri.

A colonização inglesa começou por meio da iniciativa privada, com apoio dos monarcas da dinastia Tudor. Em 1607, foi fundada a primeira cidade inglesa da região, Jamestown, nome dado em homenagem ao rei Jaime I. Em homenagem à rainha Elizabeth, a Rainha Virgem, a primeira colônia fundada ganhou o nome de Virgínia.

Em 1606, foi criada a Companhia de Londres, depois rebatizada de Companhia da Virgínia, que buscou atrair colonos para as expedições. Muitas pessoas tiveram a passagem paga em troca de trabalho gratuito por sete anos. As plantações de tabaco tomaram conta da Virgínia. Em 1624, a Companhia foi à falência e o território tornou-se colônia do rei Jaime I da Inglaterra, sucedido por Carlos I. Em homenagem à filha de Carlos I, Henriqueta Maria, foi fundada a segunda colônia, Maryland, em 1634. A ideia era que o local fosse um refúgio para católicos.

Após a falência da Companhia e com a expansão das plantações de tabaco, a relação com os indígenas, já conflituosa, se tornou ainda mais tensa, e a ocorrência de massacres piorou a situação. Nesse momento, a Espanha dominava o que hoje são a Carolina do Sul e a Flórida, e a França avançava no que hoje são Minnesota, Mississippi, Alabama, Michigan e Louisiana.

Os peregrinos, grupos protestantes que fugiam dos conflitos religiosos e buscavam novas oportunidades econômicas, em especial a pesca, passaram a chegar em maior número a partir de 1620. Nas décadas de governo Stuart e guerra civil, cerca de 20 mil puritanos chegaram à Nova Inglaterra e fundaram vilas cercadas de pastagens e lavouras, as quais, com o tempo, deram lugar a pequenas propriedades. Assim, foram fundadas colônias como Plymouth, Massachusetts, Rhode Island, New Haven e Connecticut. Enquanto, na Virgínia e em Maryland, os governantes eram nomeados pela Coroa, nas colônias do norte havia um tribunal geral e um governador eleito pelos homens proprietários.



George Boughton. *Peregrinos indo à Igreja, 1867*. Óleo sobre tela. Museu da sociedade histórica de Nova York. Em filmes e seriados, é comum retratar os peregrinos como fundadores da história dos Estados Unidos. Contudo, vimos que eles não foram os únicos europeus que colonizaram a América do Norte. Isso faz parte de uma narrativa que visa ocultar determinados aspectos cruéis da história da região, como a escravidão.

Os massacres indígenas ocorreram de norte a sul. Na segunda metade do século XVII, os conflitos se intensificaram, culminando na guerra contra a Confederação Wampanoag.

No sul, combinaram-se três fatores: os servos e libertos brancos revoltaram-se contra sua condição, chegando a incendiar Jamestown, em 1676; as guerras contra os indígenas se intensificaram; e as plantações de tabaco se expandiram. Exatamente nesse momento, a escravidão negra foi juridicamente institucionalizada.

Quando a monarquia inglesa foi restituída, houve a criação de novas colônias inglesas. Elas possuíam um governador nomeado pela Coroa ou pelo donatário, uma Câmara Alta, nomeada pelo governador, e uma Câmara Baixa, eleita pelos homens proprietários, seguindo o modelo inglês. Com forte participação política, havia uma tradição de autogoverno.

Para a Coroa inglesa, as treze colônias não eram as mais importantes. As mais lucrativas eram Jamaica, Antígua, Barbados, Dominica, Granada, Ilhas Virgens, Tobago e outras.

No século XVIII, as treze colônias passaram por grande crescimento econômico. A população cresceu de 265 mil para 2,3 milhões. A imigração inglesa diminuiu e o trabalho compulsório passou a ser definido etnicamente. Das 500 mil pessoas que entraram na América do Norte entre 1700 e 1776, 250 mil eram africanos escravizados; 100 mil eram trabalhadores servis brancos; 50 mil eram deportados condenados da Inglaterra, do País de Gales, da Irlanda e da Escócia; 85 mil eram alemães; 35 mil eram escoceses; e 108 mil eram irlandeses. Portanto, a maioria era de condenados, escravizados e brancos pobres.

Nesse período, consolidaram-se, também, as diferenças entre as colônias do norte e do sul. Por um lado, as colônias do norte e do centro apresentavam clima temperado, semelhante ao europeu, e não ofereciam produtos necessários à Inglaterra. Elas se dedicaram à policultura (pescados, grãos), à produção de navios e ao mercado interno. A produção familiar, em pequenas propriedades, utilizava poucos escravizados. Navios levavam rum de Boston e Newport para a Guiné, transportavam escravizados da África para as Índias Ocidentais e retornavam à América com o melaço e o açúcar necessário para fazer o rum – era o chamado **comércio triangular**, fonte de muitas riquezas para a região.

Por outro lado, o sul, mais rico e povoado, apresentava clima e solo mais propícios aos interesses europeus. Formou-se então o chamado **plantation**, uma agricultura de grande propriedade, voltada à monocultura para o mercado externo. Destacaram-se as produções de tabaco, anil e arroz. A utilização de trabalho escravizado foi crescente, com a servidão branca sendo reduzida gradualmente.

É um erro, portanto, acreditar que a Inglaterra queria “povoar” a América do Norte – por isso, a expressão “colônia de povoamento” é rejeitada atualmente. A Inglaterra, de fato, nunca teve um projeto definido para a América do Norte, visto o século de guerras civis que viveu. Os ingleses, assim como portugueses e espanhóis, souberam explorar o trabalho escravizado e o comércio. Ademais, havia uma forte tradição de autogoverno, de modo que as elites brancas da América do Norte viam-se como ingleses que gozavam dos mesmos direitos dos “ingleses nascidos livres”. Esse modelo de administração pode ser chamado de “negligência salutar”.

As Treze Colônias



Elaborado com base em: FRANCO JR., Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de O. *Atlas: História Geral*. São Paulo: Scipione, 1995. p. 41.

A crise nas relações entre as Treze Colônias e a Inglaterra

Entre 1756 e 1763, Inglaterra e França estiveram em conflito, na chamada Guerra dos Sete Anos. Após a vitória inglesa, territórios da França e da Espanha foram tomados pelos britânicos: Flórida, Louisiana, territórios franceses no Canadá etc. Após a guerra, a dívida britânica cresceu e, como vimos, a economia das treze colônias se desenvolvia, absorvendo 25% das exportações britânicas. Livre de outras potências, os britânicos deviam administrar o comércio e a paz com os indígenas. Após uma grande rebelião indígena liderada por Pontiac, a Inglaterra declarou que todas as terras além dos montes Apalaches seriam reservas indígenas, e que não poderiam ser tocadas pelos colonos. Essa lei marca uma mudança histórica: o governo inglês interferindo diretamente nos assuntos internos e negócios dos colonos.

Ao mesmo tempo, os norte-americanos pagavam, em média, menos impostos que os ingleses. Diante disso, para pagar os custos das guerras, novas leis foram criadas:

- **Lei do Açúcar** ou Lei das Fazendas (1764): reduzia a taxa sobre o melaço estrangeiro importado pelos destiladores de rum. Isso diminuiu o contrabando e obrigou os norte-americanos a respeitar as tarifas alfandegárias.
- **Lei do Aquartelamento** (1765): criou a obrigação de fornecer apoio logístico (alojamentos, viveres e transporte) para as tropas inglesas enviadas à colônia.
- **Lei do Selo** (1765): estabeleceu imposto sobre jornais, cartas de baralho, documentos legais, apólices de seguros, entre outros.

Os colonos alegavam que não poderiam ser taxados por um Parlamento que não os representava. Contudo, na Inglaterra, apenas um a cada seis homens adultos brancos tinham direito ao voto; entre os norte-americanos, por sua vez, 2/3 votavam. Eles estariam exigindo, portanto, ter mais representatividade que os britânicos. Ou seja, começavam, também, a questionar o sistema político inglês.

A Lei do Selo foi revogada em 1766, mas, no mesmo ano, o Parlamento aprovou a *Declaratory Act*, que garantia a si mesmo o direito de elaborar leis para as colônias.

Em 1773, foi criada a **Lei do Chá**, que deu à Companhia das Índias Orientais o monopólio da venda do chá para América do Norte, prejudicando comerciantes locais. No mesmo ano, houve o Motim do Chá em Boston (*Boston Tea Party*), no qual homens vestidos de indígenas revoltaram-se no porto. Com os protestos, o comércio com a América do Norte foi reduzido. Em resposta, os britânicos impuseram, em 1774, aquelas que ficaram conhecidas como as Leis Intoleráveis, que definiam o fechamento do porto de Boston, a ocupação militar de Massachusetts e a extraterritorialidade da justiça britânica.

Em setembro de 1774, reuniu-se na Filadélfia o Primeiro Congresso Continental, composto por 55 representantes das colônias. Ele decretou que as colônias estavam em rebeldia e mantinham lealdade total ao rei, mas não ao Parlamento. Demandavam cidadania inglesa plena sem mencionar independência. Em resposta, a Inglaterra enviou mais soldados.

E quais ideias fundamentavam a rebelião em crescimento? Em primeiro lugar, a de retomar as liberdades do passado e, assim, recuperar os direitos de autogoverno. Em segundo, as pregações religiosas, que ganharam força no século XVIII e diziam que a colonização da América do Norte britânica havia sido um evento designado por Deus. Em terceiro, o Iluminismo. Por último, as ideias republicanas, que remetiam a Maquiavel, ao humanismo cívico e ao republicanismo inglês do século XVII.



Obra atribuída a Philip Dawe. *Os bostonianos pagando impostos*, 1774. Gravura. Na imagem, rebeldes obrigam partidário da Coroa inglesa a tomar chá. Ao fundo, eles atiram carga de chá ao mar.

Em janeiro de 1776, o filósofo inglês recém-chegado à América do Norte, Thomas Paine, publicou o panfleto *Common Sense*, que chegou a vender 150 mil cópias e se tornou o principal texto do processo revolucionário. No panfleto, Paine negava a herança da Revolução Gloriosa de 1688-1689 e se referia à Coroa inglesa como essencialmente tirânica e despótica. Ao contrário do Congresso Continental, portanto, ele negava a conciliação com a Inglaterra e conclamava o povo às armas e às independências, propondo a criação da maior república do mundo. Montesquieu e Rousseau haviam dito que um país muito grande seria incompatível com uma república. Paine, contudo, inovou na filosofia política ao dizer que, desde que mantidas as liberdades locais, um governo republicano em largas proporções seria perfeitamente factível.

Em maio de 1775, reuniu-se o Segundo Congresso da Filadélfia, que ainda buscava a conciliação. Os britânicos, contudo, mostraram-se intransigentes, e começou a Guerra de Independência. O exército colonial era liderado por George Washington, um rico fazendeiro escravista da Virgínia. Apesar da relutância inicial, cerca de 9 mil negros serviram como soldados.

Thomas Jefferson, também fazendeiro da Virgínia, propôs uma declaração de independência. Embora fosse proprietário de escravizados, ele era favorável a uma abolição gradual, e, por isso, sua primeira declaração condenava o tráfico negreiro. A declaração foi rejeitada e tais trechos excluídos. Em 4 de julho de 1776, o Segundo Congresso Continental aprovou a segunda versão da Declaração de Independência dos Estados Unidos com o seguinte

preâmbulo: “Nós consideramos estas verdades como evidentes em si mesmas, que todos os homens são criados iguais, que eles são dotados pelo criador com certos direitos inalienáveis, que entre estes direitos estão o direito divino à vida, à liberdade e à procura da felicidade”. Ao mesmo tempo, afirmava-se os direitos naturais iluministas e retomava-se a ideia das antigas liberdades inglesas. Mas havia uma contradição nesse clamor por liberdade, já que a abolição da escravidão não era proposta.

Apesar da Declaração, a guerra continuou. O filósofo Benjamin Franklin conseguiu, na Europa, apoio francês – liderado pelo marquês de Lafayette – e espanhol. Os dois países visavam recuperar os territórios perdidos na Guerra dos Sete anos. Em 1781, a rendição do general Cornwallis em Yorktown representou a derrota do poderio britânico. Em 1783, o Tratado de Paris deu fim ao conflito. Houve cerca de 25 mil mortos no conflito, 1% da população do território (percentualmente, foi a segunda maior guerra do país, perdendo apenas para a Guerra de Secessão). Imediatamente, o território norte-americano triplicou: foi ampliado dos Apalaches até o Rio Mississipi, cujas terras deixaram de ser reservas indígenas. Os ingleses se retiraram e a guerra cessou. A França recuperou a Ilha de Tobago, suas possessões no Senegal, o arquipélago de Saint-Pierre e Miquelon e a feitoria de Pondichéry. A Espanha retomou Menorca e Flórida.

O pós-Independência

Em dezembro de 1783, os ingleses se retiraram do território e a guerra cessou. A Declaração nada falava sobre o novo governo nem em como manter as treze colônias unidas. Entre 1776 e 1789, as colônias não tiveram um presidente nem um poder judiciário, apenas uma Câmara Legislativa na qual cada estado tinha um voto. Um deputado presidia a Câmara e era chamado de presidente. Esse foi o **Período da Confederação**.

Os estados viviam momentos de crise e conflito com o poder central. Nesse contexto, cinquenta e cinco representantes dos estados se reuniram na Filadélfia, de maio a setembro de 1787, dentre os quais estavam Benjamin Franklin, Alexander Hamilton, James Madison e John Jay. Entre eles, havia um consenso: a necessidade de um governo forte. O documento é conhecido hoje como Constituição dos Estados Unidos da América, a primeira do mundo, e propunha:

- um legislativo bicameral, dividido em Senado e Câmara dos Deputados;
- um executivo nacional, com um presidente cujo mandato seria de quatro anos;
- um judiciário nacional, com uma Corte Suprema;
- a extinção da confederação, com maiores poderes para o governo central.

Agora cabia aos estados ratificarem ou não a Constituição. Entre 1787 e 1788 um grande debate tomou conta do país. John Jay, Alexander Hamilton e James Madison publicaram nos jornais os *Escritos Federalistas*, em defesa da Constituição. Embora hoje o federalismo seja entendido como sinônimo de “descentralização”, nos Estados Unidos do

século XVIII o federalismo era um governo mais centralizado do que o que estaria em vigor, com um exército permanente capaz de proteger a propriedade e conter os excessos populares. Por isso, os artigos defendiam um governo forte e remetiam à ideia de uma vigilância entre os poderes, os chamados “pesos e contrapesos”. Ao mesmo tempo, defendiam a necessidade de um governo indireto representativo.

Outro grupo de pessoas, conhecido como os anti-federalistas, denunciou a Constituição, vista como uma imposição do governo central, sem participação popular, que enfraqueceria a autonomia das localidades.

No final, os federalistas venceram, embora apenas 1/5 dos homens brancos tivessem votado. Em 1789, a nova Constituição entrou em vigor. Os Estados Unidos tornaram-se uma **república federativa representativa**, com um presidente eleito por quatro anos por meio de voto indireto, a partir do Colégio Eleitoral. A Suprema Corte era indicada pelo presidente e ratificada pelo Senado. Entre 1789 e 1797, George Washington foi presidente dos Estados Unidos por dois mandatos consecutivos.

Mulheres, indígenas e pessoas mais pobres permaneciam excluídas do voto e de representação. A escravidão era mantida e fomentava uma questão: considerando que 85% dos escravizados estavam no sul, eles poderiam ser contados na proporção para a eleição da Câmara ou seriam “apenas propriedade”? Como solução, firmou-se o “compromisso dos três quintos”: a população escravizada seria reduzida a 3/5 e somada ao número de pessoas livres. Em outras palavras, um escravizado valia 60% de um homem livre. O acordo também excluía os indígenas da representação. Contudo, enquanto, na América do Norte, a escravidão era mantida, o Caribe vivenciava uma situação distinta.

A Revolução Haitiana (1791-1825)

Enquanto a América do Norte vivia um intenso processo revolucionário, o Caribe passava por profundas transformações. Nesse contexto, destaca-se a Revolução na Ilha de São Domingos, que era, naquele momento, a colônia mais rica do mundo. O Haiti, a segunda independência das Américas, foi o primeiro Estado nacional oriundo de uma insurreição de escravizados. A Revolução foi a primeira abolição da escravatura em um território de economia escravista, iniciando o que historiadores chamam de “século das abolições”, que terminaria apenas em 1888, com a abolição da escravidão no Brasil.

A independência do Haiti, movimento de raízes iluministas e em tradições do Golfo do Benin, teve um impacto sem precedentes. No Brasil e em todo o mundo escravista, o medo do “haitianismo”, isto é, de uma grande rebelião de escravizados, passou a ser constante entre as elites. Por isso, após a independência, o Haiti foi internacionalmente boicotado. Vamos, a seguir, compreender um pouco da história da ilha.

A colonização

Nenhuma outra parte do planeta foi por tanto tempo colonizada pela Europa, com tão larga parcela da população oprimida pelo trabalho escravizado, como foi a Ilha de São Domingos (atuais Haiti e República Dominicana). “Haiti”

significa montanha, nome oriundo das línguas indígenas da região, e foi adotado após a independência. Os registros mais antigos dos povos indígenas derivam do século I a.C. Contudo, após a chegada de Cristóvão Colombo, em 1492, entre 95% e 99% da população foi exterminada em três décadas de conquista. Já em 1517, o imperador Carlos V, do Sacro Império Romano-Germânico, autorizou a exportação de 15 mil escravizados para a ilha.

A riqueza e a localização altamente estratégica fizeram da ilha alvo de disputas entre ingleses, franceses e espanhóis. A partir de 1665, a parte ocidental consolidou-se como domínio francês, e a parte oriental permaneceu sob controle espanhol. Em 1685, foram instalados os primeiros latifúndios escravistas de açúcar. Luís XIV impôs sobre a ilha o “Código Negro”, que previa castigos corporais aos escravizados e estratificava a sociedade racialmente. Em 1715, iniciaram-se as primeiras plantações de café.

Desde o início da colonização há registro de resistência da população escravizada. Uma das formas de resistência foi o “marronage”, ou seja, os escravizados fugiam para regiões de difícil acesso, como áreas montanhosas remotas – esses escravizados foram chamados *maroons*. Destaca-se, no processo de resistência, a liderança do sacerdote vodú Mackandal, que foi preso e incinerado em 1645.

Após a Guerra dos Sete Anos, a ilha seria responsável pela produção de metade do café e do açúcar do mundo, ocupando 2/3 do comércio exterior francês e se tornando o principal mercado individual do tráfico negreiro. Companhias privadas francesas, por sua vez, recebiam concessão do comércio como recompensa pelo abastecimento de escravizados. A cidade de Nantes, na França, era o centro do comércio de escravizados e enviava para o Caribe carne bovina irlandesa, linho, vinho, vestimentas para escravos e maquinaria para os engenhos de açúcar. A cidade de Bordeaux, na província da Gironda, possuía dezesseis manufaturas de refino do açúcar bruto de São Domingos. A cidade de Marselha, sede do comércio de vinhos, tinha doze manufaturas de refino de açúcar. A prosperidade da burguesia francesa estava, portanto, fortemente ligada à economia de São Domingos; além do contrabando britânico, que vendia milhares de escravizados para São Domingos, dado que a demanda não era suprida pelos franceses. De 1787 em diante, uma média de 40 mil escravizados desembarcou por ano no Haiti, o que significa que 2/3 dos cerca de 450 mil escravizados da região, na época da revolução, nasceram na África.

Era relativamente comum a presença de médias e pequenas fortunas entre os descendentes de escravizados, chamados, de acordo com o vocabulário da época, de “mulatos” (*mulâtre*). Essa denominação era menos um qualificativo de cor de pele e mais um termo social: muitas pessoas negras, ao conseguirem a liberdade, se autodenominavam “mulatas”, como forma de ocupar uma nova posição social. Contudo, o enriquecimento dos mulatos foi acompanhado de novas proibições: eles eram excluídos de quaisquer postos políticos, não poderiam ter armas ou trajes europeus, eram proibidos de fazer grandes reuniões e serem chamados de senhor ou senhora.

Um batalhão de voluntários negros participou, na Geórgia, de tropas francesas que auxiliaram a independência

das treze colônias inglesas. Futuros líderes revolucionários, como Henri Christophe (futuro rei do Haiti) e André Rigaud (futuro líder mulato), participaram das batalhas.

Ilha de São Domingos



No mapa, a Ilha de São Domingos, atuais Haiti e República Dominicana.

Fonte: elaborado com base em República Dominicana. *Britannica Escola*. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/artigo/Rep%C3%BAblica-Dominicana/481164>. Acesso em: 9 nov. 2021.

A Revolução

Em 1789, teve início a Revolução Francesa. A primeira constituição revolucionária francesa, de 1791, excluiu explicitamente as colônias de suas ideias de direitos humanos, dando aos colonizadores autonomia no que diz respeito à questão da escravidão e dos chamados mulatos. O início oficial da Revolução Haitiana, que partiu das populações locais, ocorreu em 1791, quando, no bosque Caiman, o escravizado e sacerdote vodú Boukman (1767-1791) convocou a população a uma rebelião durante uma cerimônia religiosa. Houve uma insurreição geral no norte da ilha. Apenas em 1791, 200 engenhos (de 793) e 1,2 mil plantações de café (de 3,1 mil) foram queimados. Muitos colonos fugiram para Cuba e para os Estados Unidos. Inglaterra e Espanha, ambicionando o domínio da ilha, incentivaram a rebelião. Emergiu, então, a liderança do ex-escravizado Toussaint Louverture (1743-1803).



The New York Public Library, EUA

Autoria desconhecida, século XIX. Óleo sobre tela. Retrato de Toussaint Louverture, herói revolucionário haitiano.

Até aquele momento, a percepção das lideranças era de que a Revolução Francesa era adversária dos haitianos. Por isso, diziam lutar pela abolição e em nome do rei da França contra os usurpadores. Em 1792, desembarcaram no Haiti 6 mil soldados para defender a manutenção da escravidão.

Enquanto isso, na França, em 1794, os jacobinos dominavam a política francesa interna. À época, a escravidão já não existia mais de fato no Haiti, tamanhas eram as vitórias. Em fevereiro daquele ano, a República Francesa oficializou o que já ocorrera na prática: a abolição da escravidão nas colônias. Muitos comandantes negros, até então aliados aos espanhóis e ingleses, voltaram a aliar-se aos franceses. Toussaint, que já atuava como governante *de facto* da ilha, se consolidou como líder. Não se falava, entretanto, em independência, mas em uma confederação de repúblicas irmãs. A região espanhola da ilha uniu-se ao Haiti a partir de um acordo de paz entre França e Espanha. Toussaint foi nomeado governador-geral de São Domingos e promovido a general pelo diretório da Revolução Francesa.

Em 1798, começaram as tensões. Primeiramente, Toussaint governava com uma autonomia cada vez maior, inclusive expulsando representantes franceses. Em segundo lugar, havia muitos conflitos entre negros, liderados por Toussaint, e mulatos, liderados por André Rigaud (1761-1811). Toussaint ocupava toda a ilha, e os mulatos foram derrotados. Para reconstruir a economia, Toussaint iniciou um processo de trabalho intensivo para ex-escravizados nas plantações e de militarização do poder, o que criou muitos inimigos para o líder, especialmente na região da ilha que havia sido colônia espanhola.

Em 1799, Napoleão Bonaparte tornou-se governante da França. Dois anos depois, Toussaint, embora não falasse em independência, outorgou a primeira Constituição do Haiti, estabelecendo a abolição da escravidão, a preeminência do catolicismo, a garantia da propriedade privada, a igualdade sem distinção racial e ele próprio como governador vitalício. Embora jurasse lealdade à França, a Constituição não dava lugar a funcionários franceses. Além disso, o documento permitia, aos comerciantes haitianos, comprar escravizados para povoarem a ilha; ao desembarcar, contudo, eles tornariam-se livres.

A Constituição precipitava a oposição mais feroz de Napoleão. Em 1802, ele restaurou a escravidão no Haiti e proibiu negros e mulatos de entrarem na França. Napoleão Bonaparte enviou para o Haiti tropas francesas, com 20 mil homens. Toussaint, já desgastado no Haiti, foi preso no Forte Joux, na fronteira com a Suíça, onde morreu em 1803.

Negros e mulatos uniram-se sob a liderança de Jean-Jacques Dessalines (1758-1806), que, em 1804, proclamou a Independência do Haiti e se tornou o imperador Jacques I. As lideranças revolucionárias eram, em geral, monarquistas, de forma que a república era fortemente associada aos traidores franceses.

Em 1805, os franceses foram derrotados e os últimos três mil brancos da ilha exterminados. Uma segunda Constituição foi outorgada em 1805, mantendo a abolição da

escravidão, proibindo a compra de propriedades por brancos e proclamando liberdade de culto. A parte espanhola de São Domingos separou-se do Haiti.



Autoria desconhecida. Litografia do século XIX representando Dessalines. Dessalines é considerado, ao lado de Toussaint, um dos grandes heróis nacionais do Haiti. O hino nacional do Haiti é chamado *La Dessalinienne*.

O pós-Revolução

Em 1806, acusado de autoritarismo, o imperador foi assassinado em um complô que envolvia Christophe, Rigaud, Pétion, Boyer e Blanchet. O Haiti separou-se em dois: o sul tornou-se uma república sob comando do mulato Alexandre Pétion; e o norte, uma monarquia comandada pelo ex-escravizado Christophe, coroado com o rei Henrique. Após as mortes desses líderes, Jean-Pierre Boyer assumiu o poder como presidente e reunificou a ilha em 1822.

Com exceção da Inglaterra, o Haiti sofria um boicote internacional. Em 1825, o rei francês Carlos X reconheceu sua independência mediante indenização de 150 milhões de francos. Devastado e endividado, o Haiti perdeu a liderança nas produções de açúcar, para a Jamaica, e de café, para Brasil e Cuba. A abolição da escravidão na Jamaica e nas colônias britânicas ocorreria em 1833, após grandes levantes. Ou seja, apesar de o tráfico negreiro ter sido abolido pelos britânicos em 1807, a escravidão permaneceu em suas colônias até 1833. Já os franceses aboliram a escravidão definitivamente em 1848. As colônias espanholas, Cuba e Porto Rico, e o Brasil, ainda utilizavam largamente a mão de obra escravizada, abolida apenas em 1886 em Cuba e, finalmente, em 1888, no Brasil.



François-Auguste Biard. *Proclamação da abolição da escravidão nas colônias francesas, 27 de abril de 1848, 1849*. Óleo sobre tela. Museu Nacional do Palácio de Versalhes. Versalhes, França.

A Revolução Francesa (1789-1799)

Em 1789, no contexto da Era das Revoluções, teve início um processo que tornou a França o epicentro do mundo revolucionário: assim como, no século XVII, a Europa se viu fraturada pela divisão entre católicos e protestantes, no século XIX o mundo se veria fraturado entre partidários do Antigo Regime e defensores dos princípios revolucionários. Durante o processo revolucionário, a França experimentou diversas formas de organização política: monarquia constitucional, governo republicano, ditadura revolucionária, conservadorismo republicano, consulado e, por fim, império com um líder carismático. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. Diferentemente da Revolução Norte-Americana, a Revolução Francesa propunha-se como universal. Esse processo foi fundamental para a emergência do Estado moderno, trazendo em si o aumento do aparelho burocrático, a unificação de leis, pesos e medidas e a própria ideia de nacionalismo. E, ao destruir os privilégios da aristocracia, foi um movimento fundamental para a formação do sistema capitalista.

A França antes da Revolução

De forma geral, a França no século XVIII vivenciou um período de grande crescimento econômico, com ascensão do comércio e das riquezas. A produção manufatureira francesa aumentou em 60%, o comércio quadruplicou, surgiram as primeiras fábricas no setor têxtil e foram lançadas as bases da indústria do ferro e do carvão. É importante lembrar que a França tinha cerca de 28 milhões de habitantes às vésperas da Revolução, ou seja, cerca de 1 a cada 5 europeus era francês. Porém, a década anterior à Revolução Francesa foi de crise, marcada por guerras e epidemias. Nesse sentido, a revolução foi, em parte, filha da prosperidade e da miséria, pois a maior parte da população sofreu profundamente na década de crise.

Do ponto de vista político, a monarquia Bourbon era a principal monarquia absolutista da Europa. Contudo, é

preciso lembrar que a monarquia francesa continuava submetida às leis fundamentais do reino (regras de sucessão, religião, propriedades dos súditos fora de sua alçada) e não destruiu a sociedade tradicional (continuaram existindo os parlamentos e outros poderes locais, isenções fiscais, privilégios e venda de cargos hereditários). A França era ainda um mosaico de costumes e línguas. A monarquia dita absoluta era, como vimos, um compromisso instável entre a construção de um Estado moderno e a manutenção dos princípios de organização social herdados dos tempos feudais. Em cada região da França vigoravam leis e impostos distintos, e nelas havia diferentes povos (bretões, occitanos etc.), com identidades e laços históricos distintos.

Nas palavras de um dos maiores especialistas em Revolução Francesa do Brasil, Modesto Florenzano, “às vésperas da Revolução, o Estado ainda conservava uma enorme mistura e justaposição de jurisdições, de divisões e de instituições diferentes: províncias, eleições, parlamentos, generalidades etc. Não havia conseguido realizar uma racionalização das instituições: as tarifas alfandegárias, o sistema de impostos, o código civil e a administração local não possuíam a mínima uniformidade”. Somente compreendendo esse fato poderemos entender o desenvolvimento e as heranças da Revolução Francesa.

Vimos, além disso, que o século XVIII foi o século da Ilustração. Voltaire, Diderot e Rousseau não eram pensadores reclusos em seus gabinetes, mas homens cujo pensamento era ação – atuavam em cafés, escreviam panfletos, participavam de jornais e debates. Ganhava força, assim, a ideia de uma “opinião pública”. Com isso, uma nova ideia ganhava espaço entre os europeus do século XVIII: a de que os governos não seriam legitimados por Deus ou pela nação, mas pela opinião popular.

A monarquia francesa estava disposta a realizar reformas. Luís XV (r. 1715-1774) buscou modernizar a Coroa francesa e resolver as enormes dívidas que herdou de seu antecessor. Para isso, tentou suprimir o Parlamento de Paris e instalar tribunais superiores, a fim de uniformizar as leis. Ao mesmo tempo, tentou acabar com a venda de cargos e expulsou os jesuítas do reino. A nobreza, que com isso se enfraquecia, passou a acusar o rei de despotismo. Como se não fosse o suficiente, a França perdeu diversas colônias na Guerra dos Sete Anos, o que levou ao desastre do império colonial Bourbon. Ao término de seu reinado, quase 50% das rendas do Estado eram gastas para pagar juros da dívida. Em 1774, Luís XV morreu desprestigiado.

Seu sucessor, Luís XVI (r. 1774-1792), quis ser coroadado de forma completa, como os reis medievais. Porém, a situação ainda era catastrófica. Apesar de os filósofos denunciarem os gastos com a nobreza, as despesas da Corte representavam apenas 6% do orçamento. O grande problema eram os gastos militares, 26% do orçamento, e a dívida, mais de 50%. A participação de Luís XVI na Guerra de Independência das treze colônias, a fim de recuperar os territórios perdidos na Guerra dos Sete Anos, agravou a situação. O problema era estrutural, pois a lógica político-administrativa (parlamentos, clero, nobreza) impedia o rei

de simplesmente “aumentar os impostos”. Essa estrutura, como vimos, não existia na também endividada Inglaterra.

O fracasso das reformas de Luís XVI foi uma prova disso. Em 1774, foi implantada por Turgot, controlador geral das finanças, a liberdade econômica para o ramo dos cereais. Em 1776, foi suprimido um imposto antigo, a corveia real, e proposta a instalação de um imposto único a todos os franceses, menos o clero, além de uma série de diminuição de gastos com a Corte. Ao mesmo tempo, Turgot propunha livre-comércio com as colônias e a criação de municípios na França. Ele sofreu forte oposição da nobreza, em especial da própria rainha, a austríaca Maria Antonieta, que ordenou seu encarceramento. Em maio de 1776, Luís XVI demitiu Turgot e nomeou em seu lugar o banqueiro suíço Jacques Necker.

Necker buscou reformar a administração para melhorar a arrecadação e estimular a economia regional, reduzindo gastos na Corte e burocratizando a administração das finanças, tirando-a da mão de muitos nobres. Ele sofreu oposição de nobres na Corte e nas províncias, que disputavam, com o rei, a possibilidade de cobrar os próprios impostos. Pressionado pela nobreza, Luís XVI substituiu Necker por Henri d'Omersson, cuja atuação desastrosa e novos empréstimos levaram Luís XVI a uma nova nomeação em 1784: o intendente Calonne.

Calonne aumentou ainda mais a dívida do reino com a criação de grandes obras. Além disso, recriou a Companhia das Índias e firmou um tratado de liberdade comercial com a Inglaterra em 1786. Foi acusado de fraude e enriquecimento ilícito com a companhia de águas de Paris e o banco de San Carlos, na Espanha. Brissot e Clavière, futuros líderes girondinos, estavam envolvidos nas denúncias contra o ministro. Calonne retomou as ideias de Turgot e Necker, propôs um imposto uniforme sobre todas as pessoas do reino (mesmo clérigos e nobres), buscou taxar os bens imobiliários do clero e instituir a liberdade comercial. Seu objetivo era fortalecer a Coroa e colocar o reino ao nível da Inglaterra.

Sem o apoio dos nobres, as reformas de Luís XVI fracassaram. A nobreza exigiu, então, a convocação de uma assembleia de nobres – a Assembleia dos Notáveis (1777-1778), que marcou o início da Revolução Francesa – visando manter seus privilégios contra as tentativas de reforma do rei.

A Revolução dos Notáveis

Para negociar com a nobreza, Luís XVI convoca uma assembleia de nobres, que ficou conhecida como Assembleia dos Notáveis. Mas quem era a nobreza (também chamada de “o segundo estado”, “a segunda ordem” ou “o segundo estamento”, sendo o primeiro estado o clero e o terceiro os demais grupos) durante a Revolução Francesa? Os historiadores estimam que existiam cerca de 200 mil nobres na França pré-revolucionária. Esse estamento monopolizava os ministérios, os parlamentos, os altos cargos do exército e da Igreja, gozava de diversos privilégios como pensões, isenção de impostos, a caça e o direito de cobrar taxas em suas terras. Entretanto, havia muitos

nobres que estavam envolvidos no comércio colonial e nos negócios. A nobreza estava dividida, e isso seria uma causa fundamental de sua queda. Havia uma nobreza hostil ao Estado e nostálgica de uma predominância local à maneira medieval. Também havia uma nobreza favorável à modernização do Estado, e que buscava monopolizar empregos e cargos militares. Havia também a chamada “nobreza liberal”, a qual era entusiasta do modelo parlamentar inglês. É preciso lembrar ainda a nobreza togada, composta de antigos burgueses enobrecidos pela compra de títulos.

Em fevereiro de 1787, inicia-se a Assembleia. Os nobres estavam dispostos a conceder, mas exigiam a fiscalização do poder central e o controle do poder local. Cerca de três meses depois, a Assembleia chegava ao fim, como um fiasco. Calonne foi substituído pelo arcebispo de Toulouse, Loménie de Brienne. A nobreza continuava hostil, buscando consolidar seu poder local e utilizando-se do ideário iluminista. Nas palavras do historiador Georges Lefebvre, “a aristocracia invocava os direitos do homem para proteger seus membros e obrigar o rei a partilhar o poder com ela”.

A nobreza demandou a convocação dos Estados Gerais da França, uma outra assembleia como única forma de aprovar novos impostos, e o rei acatou. O objetivo dos nobres era usar a Assembleia dos Estados Gerais para reforçar sua autoridade local. Contudo, a convocação criaria um processo que acabaria por destruir a própria nobreza.



Gravura da Revolução Francesa critica o primeiro e o segundo estamentos como exploradores dos grupos não privilegiados, aqui representados por um camponês. O coelho, à direita, lembra o privilégio da caça. A primeira e segunda ordens, 3% da população, eram formadas, respectivamente, pelo clero e a nobreza, detentores de privilégios. A terceira ordem, 97% da população, era constituída pelos demais grupos da sociedade, desde ricos banqueiros até pobres camponeses. Autoria desconhecida.

Os Estados Gerais e a burguesia

Membros do primeiro, do segundo e do terceiro estado elegeram seus representantes para a Assembleia dos Estados Gerais. Durante o processo de eleições, os cafés de Paris e de Versalhes efervesciam com a fundação de clubes e longas discussões. Não existiam, no século XVIII, as ideias de voto individual e partidos políticos. Os eleitores votavam, sempre, em assembleias. No caso do terceiro estado, geralmente a eleição era restrita a quem tivesse certa renda, ou seja, a maioria dos eleitos do terceiro estado eram burgueses. Mas, naquela época, o que significava burguesia? Na França, referia-se a todos que não tinham os privilégios da nobreza, mas também não precisavam fazer trabalhos manuais. Burguesia, nesse contexto, poderia remeter tanto a grandes comerciantes, banqueiros e fabricantes quanto a advogados, médicos e pequenos chefes de corporação – as classes intermediárias, de forma geral.

No caso da França, a burguesia industrial era minúscula. De toda a população francesa, 85% viviam no campo. Assim, a maioria dos “líderes burgueses” da Revolução não era capitalista no sentido de hoje, mas juizes, procuradores, notários, oficiais de justiça e, principalmente, advogados, como Robespierre, Desmoulins e Brissot, e médicos, como Tronchin, Guillotin e Cabanis. Alguns deles também publicavam jornais. Essa burguesia que dominaria a Revolução a partir da abertura dos Estados Gerais.

Nesse contexto, foi fundado o Clube Bretão, que depois se chamaria Sociedade dos Amigos da Constituição e, finalmente, Clube dos Jacobinos. O abade de Sieyès publicou um panfleto em defesa do fim dos privilégios. Cada estado dispunha de um caderno de queixas, com demandas de amplos setores da população, de todas as ordens. Necker atendeu ao pedido do terceiro estado, que passou a ter o dobro de representantes em relação ao primeiro e ao segundo, além de, no primeiro estado, impor paridade entre curas, vigários e o alto clero (o que significava uma força maior de setores do clero menos ligados à nobreza). Nos últimos Estados Gerais, ocorridos em 1789, o voto foi contabilizado por estado, e não por cabeça. Assim, a nobreza acreditava ser possível retomar antigos privilégios. Contudo, a burguesia, a nobreza liberal e setores do clero exigiam o voto por cabeça. Em maio, quando começou a Assembleia, essa questão ainda não estava decidida.

Em 2 de maio de 1789, o rei recebeu para a Assembleia 291 membros do clero, 327 membros da nobreza e 610 membros do terceiro estado. Luís XVI reiterou o papel limitado dos Estados Gerais e que nada aconteceria sem seu consentimento. Em junho, o terceiro estado se proclamou **Assembleia Nacional**, exigindo o voto por cabeça e a admissão da burguesia em cargos públicos. O clero, por 149 contra 137 votos, e a nobreza liberal uniram-se aos comunas. O rei, para anular as decisões do terceiro estado e proteger a nobreza, fechou o salão onde estava o terceiro estado. Eles se agruparam, então, no salão do Jogo da Pela, perto do Palácio Real, e juraram dotar a França de uma Constituição. Dessa maneira, rompiam com a lealdade ao soberano e exigiam um novo contrato social.

Luís XVI aceitou tornar-se um monarca constitucional e fazer uma série de reformas, mas a aristocracia deveria permanecer. O terceiro estado não aceitou e, em 9 de julho de 1789, a Assembleia Nacional adotou o nome de **Constituinte** (Sieyès já fazia distinção entre poderes constituintes, que criavam a Constituição, e constituídos, que apenas atuavam em função das regras gerais estabelecidas pelos primeiros). Ninguém, no entanto, defendia o fim da monarquia. A Revolução Francesa, que tinha iniciado pela nobreza, agora estava sob liderança da burguesia; contudo, ainda era uma revolução parlamentar que não tomou as ruas e os campos e que poderia ter sido sufocada pelo rei. Mas, em junho de 1789, outros setores do terceiro estado entraram em cena.

Campesinato e trabalhadores urbanos

Paris tinha cerca de 75 mil pequenos artesãos ou lojistas (em uma população de 500 ou 600 mil pessoas). O povo, em geral, comia pão de centeio, de trigo mourisco ou de trigo, centeio e cevada misturados. Somente os muito pobres compravam o pão diretamente do padeiro; a maioria comprava grãos para a semana, moía e assava em casa. Antes de Luís XVI, o comércio era altamente regulamentado: nenhum agricultor poderia exportar os grãos antes de abastecer o mercado interno. Contudo, Turgot, Calonne, Brienne, seguindo as propostas fisiocratas, acabaram com os monopólios e as regulamentações, permitindo o livre-comércio e a livre exportação de grãos. Resultado: em 1788, devido à exportação, todas as províncias conheceram a falta de grãos e os preços aumentaram vertiginosamente, especialmente em julho de 1789.

Enquanto a Assembleia dos Estados Gerais ocorria em Versalhes, a fome tomava Paris. Em 11 e 12 de julho de 1789, junto de oradores como Camille Desmoulins e Marat, manifestantes queimaram a arrecadação geral de impostos de Paris e tomaram os depósitos de grãos. Guardas francesas se recusaram a obedecer aos agentes do rei. A população passou a vigiar as entradas e saídas da cidade, agora chamada de “comuna”. Para se armar, tomou o Palácio dos Inválidos e a Bastilha; vários membros da nobreza foram mortos e decapitados.

Com a entrada em cena das massas populares, a aristocracia e o rei se alinharam novamente, temendo uma grande revolta. O campo também foi tomado por manifestações. Em 1789, a maioria dos camponeses era livre, embora ainda existissem servos, especialmente nas regiões de Franche-Comté e Nivernais. Os camponeses eram os principais pagadores de impostos, principalmente no que dizia respeito a talha, capitação e vigésimos. Além dos impostos da Coroa, existiam os impostos e privilégios da nobreza, os direitos senhoriais, como direitos à caça e à pesca e a regulamentação da colheita.

Temerosos de um possível complô aristocrático, os camponeses se revoltaram. As cidades temiam o desabastecimento e os preços aumentaram. Teve início o “grande medo no campo”. Para acalmar os ânimos, na madrugada de 4 de agosto de 1789, os Estados Gerais votaram uma lei chamada de “fim do feudalismo”, que abolia os privilégios feudais.

Direitos de mão-morta, corveias e taxas pessoais foram suprimidos sem indenização. Banalidades, direitos de medição e sobre vendas de cereais, dízimo e taxas reais foram declarados resgatáveis, isto é, os camponeses deveriam pagar uma indenização (o resgate) para poder ter o fim desses impostos. Foi decretada igualdade de penas e admissão de todos os cidadãos às funções públicas. Os nobres abriram mão de reservas de pescas e pombais; as justças senhoriais foram abolidas, bem como a venalidade dos cargos. Em 26 de agosto de 1789, foi aprovada a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão. Leia, a seguir, alguns trechos do documento.

Art. 1º Os Homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum;

Art. 2º A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do Homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão;

Art. 3º O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente;

Art. 4º A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo [...];

Art. 17º Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização.

DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão. Embaixada da França no Brasil, 13 jan. 2017. Disponível em: <https://br.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao>. Acesso em: 4 out. 2022.

A declaração garantia o império da lei, a liberdade de imprensa e os direitos naturais, entre eles a propriedade privada. Ao dizer que a soberania estava na nação, reconhecia-se que ela não estava em corporações, indivíduos ou grupos. Diferentemente do caso da Inglaterra, esses direitos propunham-se universais. Contudo, não foram garantidos direitos políticos a mulheres e aos mais pobres, pois acreditava-se que estes estavam submetidos aos homens e patrões e, portanto, não deveriam ter autonomia para votar.

Luís XVI deveria ratificar essas leis. Contudo, ele hesitou. A assembleia passou a discutir se ele teria poder de vetar qualquer lei. Dubois-Crancé distinguiu os deputados entre “aristocratas”, que se sentavam à direita, “monárquicos”, no centro, e “patriotas”, à esquerda. Em geral, a esquerda era contrária ao veto do executivo, a direita era favorável e o centro hesitante. Foi a primeira vez que se usavam os termos “direita” e “esquerda” no sentido político. Diante da hesitação do rei, houve novamente tumultos em Paris e Versalhes. Cerca de 7 mil mulheres vendedoras de peixe e outras populares começaram uma marcha a Versalhes. Mulheres, responsáveis pelo orçamento doméstico e pela alimentação da família, eram as que mais sentiam a escassez e carestia. Homens se juntaram a elas. A multidão entrou em Versalhes e chegou a acessar os aposentos da rainha, que fugiu. O rei, acuado, se comprometeu a aceitar os decretos de agosto, a Declaração, a futura Constituição e a residir em Paris, no Castelo das Tulherias.

A fim de facilitar o entendimento, vamos dividir a Revolução Francesa em três fases: a Monarquia Constitucional; o período da Convenção; e o período do Diretório.

Saiba mais

As mulheres tiveram um papel fundamental na Revolução Francesa. Contudo, quando foi promulgada a primeira constituição, elas foram excluídas do voto. Em resposta, Olympe de Gouges escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, em 1791. Por ser monarquista, Gouges acabou sendo guilhotinada pelos jacobinos em 1793. Outras líderes importantes surgiram nesse contexto, muitas delas formaram clubes de mulheres revolucionárias.

Primeira fase: Assembleia Constituinte e Monarquia Constitucional

A antiga Assembleia dos Estados Gerais começou a elaborar uma constituição. Iniciou-se um processo de centralização administrativa, o surgimento do Estado-nação moderno. Foram elaborados projetos de educação para a criação de uma única língua nacional. Os antigos parlamentos foram suprimidos, e a França subdividida em 83 departamentos, dentro do modelo federalista. Em cada departamento havia distritos, cantões e comunas. A comuna era a unidade menor, administrada por um conselho eleito.

Em novembro de 1789, os bens da Igreja foram nacionalizados e gradualmente vendidos. No final, 40% deles foram comprados por camponeses e o restante por membros da antiga nobreza e pela burguesia. Para evitar uma inflação astronômica, a venda foi gradual e só finalizou em meados do século XIX. Enquanto isso, os bens foram a base para um novo papel-moeda, os *assignats*. A pena de morte se manteve, mas todos os delitos ligados ao sacrilégio e às torturas foram abolidos. Em 1790, a Constituição Civil do Clero estabeleceu a eleição dos bispos e padres por todos os eleitores, independentemente da religião. Todos os eclesiásticos-funcionários deveriam prestar juramento de fidelidade à nação, à lei e ao rei. Nem o papa, nem as instâncias da Igreja Católica foram consultados. Oficialmente, em 1791, o papa Pio VI condenou a doutrina dos direitos humanos e a Revolução Francesa.

Em 1791, protestantes e judeus receberam direitos iguais em relação aos católicos. Naquele mesmo ano, as mulheres conquistaram direito de igualdade na herança, e, no ano seguinte, o divórcio foi aprovado. Sob pressão dos movimentos haitianos, em 1792, negros livres receberam os mesmos direitos que os brancos. Nada mudou, contudo, em relação à escravidão. Ainda em 1791, foram suprimidas definitivamente as corporações e instaurado um regime de livre-comércio e contrato. As associações de patrões e operários foram proibidas. Nas cidades, alguns grupos de pessoas pobres passaram a exigir maior controle dos preços e salários. Eram pequenos artesãos, comerciantes, patrões, assalariados e criados domésticos, conhecidos como *sans-culotte*, os “sem calça”, pois não tinham os calções da aristocracia.



Museu Carnavalet, Paris.

Louis-Léopold Boilly. Sem título, 1792. Óleo sobre madeira. Museu Carnavalet, Paris, França. Representação de um *sans-culotte*, com as mangas curtas, o boné com a cocarda e a calça comprida.

Em junho de 1791, Luís XVI declarou-se prisioneiro na França e deixou as Tulherias, a chamada Fuga de Varennes. Os deputados, a fim de evitar novos motins populares, tentaram esconder esse fato da população e difundiram a tese de que o rei fora sequestrado. No entanto, o rei foi reconhecido e levado de volta a Paris. Logo após, a Constituição foi aprovada, estabelecendo o livre-comércio e os direitos naturais conforme a Declaração e as leis já em vigor. Mulheres, crianças e os mais pobres seriam cidadãos passivos, que gozariam dos direitos civis, mas não poderiam votar. Eram cidadãos ativos (isto é, com direito ao voto) homens com mais de 25 anos que moravam há ao menos um ano no mesmo endereço, prestavam juramento cívico, estavam inscritos na Guarda Nacional e pagavam um imposto equivalente a três dias de trabalho não qualificado. Cerca de 60% dos homens adultos poderiam votar. O voto, no entanto, era indireto: esses 60% votavam em eleitores, que votavam nos deputados. Para candidatar-se a eleitor, era preciso ter uma renda igual a 150 ou 200 dias de trabalho, o que correspondia a apenas 40 mil pessoas. Foi estabelecida Câmara única, com 745 assentos. O rei, subordinado à Constituição, tinha poder de veto bastante restrito.

Naquele ano, foram realizadas eleições legislativas para a Assembleia. Cerca de 260 deputados sentaram-se à direita, favoráveis ao compromisso e à monarquia constitucional. Aproximadamente 140 eleitos sentaram-se à esquerda e exigiam a neutralização do poder do rei ou a república. Os 350 deputados que não tinham programa definido foram chamados de centro, Pântano ou Planície.

A situação se deteriorou. Camponeses não conseguiam pagar os resgates (indenizações pelo fim dos privilégios) e novas sublevações eclodiram. Uma forte inflação, em 1791, depreciou a nova moeda. Muitos católicos, alinhados ao papa, opuseram-se ao regime. Cerca de 25 mil nobres fugiram da França, entre eles o conde de Artois e o irmão do rei (futuro Luís XVIII). Em Turim, formou-se um comitê contrarrevolucionário dirigido pelo antigo ministro Calonne. No Haiti, a situação se agravou. Em várias regiões da Europa e

em outros continentes, grupos começavam a reivindicar os princípios da Revolução. Na Inglaterra, o irlandês Edmund Burke escreveu um clássico em oposição à Revolução Francesa, *Considerações sobre a Revolução na França*, livro fundador do pensamento conservador. Ele teve a resposta de Thomas Paine, o qual, embora inglês, foi eleito deputado na França, devido a sua fama nos Estados Unidos. A resposta de Paine foi o livro *Os Direitos do Homem* (1791). O debate sobre a Revolução Francesa, assim, ganhou também a língua inglesa.

E então, teve início uma guerra. Em agosto de 1791, Leopoldo II, imperador da Áustria, e Frederico Guilherme II, rei da Prússia, reuniram-se em Pillnitz e decidiram agir em favor de Luís XVI. Embora a Declaração de Pillnitz não tenha sido uma declaração de guerra (as potências, nesse momento, estavam ocupadas com a Polônia), ela foi recebida dessa forma pelos franceses.

A assembleia, então, discutiu a possibilidade de declarar guerra aos estrangeiros. Para Luís XVI, como revelam suas cartas, a guerra parecia algo vantajoso: se vencesse, aumentaria sua glória; se perdesse, retomaria seus poderes e sua nobreza. A esquerda jacobina dividiu-se no que diz respeito ao conflito. Um grupo passou a defender uma guerra revolucionária, que purificaria os franceses, acabaria com os emigrados e consolidaria a revolução. Esse grupo era, em geral, defensor do federalismo e do livre-comércio. Como muitos deles vinham de Bordeaux, do departamento da Gironda, os historiadores passaram a chamá-los, tempos depois, de girondinos. Um grupo do clube jacobino, como Lameth, Marat e Robespierre, opunha-se à guerra, pois, conforme argumentava, ela destruiria a França e não serviria para exportar os princípios revolucionários. Além disso, esse grupo era favorável a um governo mais intervencionista, com a defesa da regulação dos preços e imposto progressivo. Esse setor do clube jacobino constituiu o grupo dos jacobinos como conhecemos.

Naquele momento, os girondinos venceram e, em 20 de abril de 1792, declararam guerra aos austríacos. A Prússia se uniu à Áustria contra a França. Formaram-se exércitos de nobres emigrados nas fronteiras. A partir de então, nas palavras de François Furet, "a guerra governa a revolução". A França era atacada por todos os lados e a situação se agravou. Em agosto de 1792, foi divulgado um documento de um general prussiano, Brunswick, ameaçando de morte os parisienses. O general, contudo, havia se reunido com o rei (posteriormente, seria comprovado que o rei mantinha cartas com os generais das potências estrangeiras). É importante lembrar que não havia a ideia de nacionalismo, e os reis da Europa tinham muitos laços de parentesco, a ponto de, com frequência, identificarem-se mais uns com os outros do que com a própria população. Diante da divulgação do documento, *sans-culottes* e grupos mais radicais da assembleia tomaram Paris novamente, formando a Comuna Insurrecional de Paris. Os grupos mais à direita da assembleia (conhecidos como os "fuldenses", os quais, diferentemente de jacobinos e girondinos, ainda defendiam a manutenção da monarquia), cerca de 60% dos deputados, fugiram com medo de morrer. O rei e sua família foram presos.

Segunda fase: a Convenção

Novas eleições foram feitas e, então, elegeu-se a terceira Assembleia da Revolução. A Montanha, isto é, jacobinos e outros grupos de esquerda, passou a ter 270 deputados. Os girondinos somavam aproximadamente 160 deputados. O restante integrava a Planície, o centro.

Em setembro de 1792, a Assembleia votou pelo fim da monarquia e anunciou um novo calendário. A partir de então, setembro de 1792 seria o primeiro mês do ano I. Os novos dias, meses e feriados possuíam relação com o tempo e com a natureza, e não mais com deuses ou santos. Foi implantado o sistema métrico decimal, por ser um sistema racional, natural e universal.

Um novo processo contra Luís XVI foi aberto. Dos 721 deputados, 691 o consideraram culpado. Contudo, eles se dividiam quanto à pena de morte; em geral, os girondinos propuseram o exílio do rei, e os jacobinos, sua morte imediata. No final, por 387 votos a 334, Luís XVI foi condenado e guilhotinado. Nesse momento, a Inglaterra formava a Primeira Coalizão de Países contra a França. Na França, começava uma revolta, instigada pelos monarquistas e agravada pela fome e pela guerra, na região da Vendéia. A repressão na região contabilizou, nos anos seguintes, mais de cem mil mortos.

Museu Carnavalet, Paris



Autoria desconhecida. Sem título, 1793. Gravura. Museu Carnavalet, França. Representação da morte de Luís XVI na guilhotina.

O deputado girondino Guadet, então, solicitou que a Convenção anulasse a Comuna de Paris, dominada pelos *sans-culottes*. Em represália, a Assembleia foi cercada por forças populares e foi decretada a prisão dos girondinos em 2 de junho de 1793. Alguns foram presos e a maioria morreu nos meses seguintes. A partir de então, a França passou a ser governada pela aliança entre a esquerda jacobina e o Pântano, no parlamento, com os *sans-culottes* de Paris.

Quando os jacobinos tomaram a frente, 60 dos 80 departamentos franceses estavam em revolta contra Paris; alemães invadiam pelo norte e leste; os britânicos atacavam pelo sul e oeste. Catorze meses mais tarde, o jogo virou: a França, com um exército três vezes maior, expulsou os invasores, ocupou a Bélgica e estava perto de começar um período de vinte anos de quase ininterrupto triunfo militar.

O que ocorreu nesse período e o que promoveu essa total inversão da situação? Em primeiro lugar, foi feita uma nova Constituição, a segunda da revolução. A Constituição do Ano I estabeleceu o voto universal masculino e direto, a igualdade tornou-se o primeiro dos direitos e foi feita uma nova Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, com passagens como “a felicidade é o propósito da vida social” (1º artigo) e prevendo elementos novos, como direito à assistência pública e ao trabalho (art. 21), educação universal (art. 22) e direito à propriedade sujeito ao interesse público (art. 19). A Constituição foi traduzida em várias línguas locais, impressa e distribuída entre a população. Contudo, ela nunca foi aplicada. Os jacobinos, então, tornaram o governo “revolucionário até a paz” – isto é, uma ditadura revolucionária, instituída em nome da salvação da França. Ganhou grande proeminência o Comitê de Salvação Pública, um subcomitê da Convenção. Nele estava Robespierre, que nunca foi “ditador” da França, mas um membro proeminente de um comitê. Suas decisões eram votadas pelo colegiado do comitê e pelos deputados da Convenção.

Junto a isso, o governo jacobino estabeleceu a convocação em massa: todos os homens franceses de 18 a 40 anos deveriam ir a combate; homens mais velhos transportariam subsistências; mulheres confeccionariam tendas e uniformes e trabalhariam em hospitais; crianças cortariam tiras de panos velhos; idosos deveriam pregar unidade; camponeses deveriam fornecer comida. Toda a população foi convocada para recolher salitre e entregar a coletores, que iriam transformá-lo em pólvora. Houve uma produção intensa de armas ao redor do Sena e o exército passou a ter 750 mil homens. Em 1793, para tornar possível essa convocação, o governo aprovou a demanda dos *sans-culottes*: o máximo nacional dos grãos, dos alimentos e dos salários. A Lei dos Suspeitos, do mesmo ano, considerou como suspeito e passível de morte todos aqueles que não se engajassem em defesa da revolução. Em fevereiro de 1794, a escravidão nas colônias foi abolida. Os decretos de fevereiro a março de 1794 anunciaram a redistribuição maciça para os camponeses de bens confiscados dos inimigos da República, embora a lei nunca tenha sido aplicada.

Em setembro de 1793, a mobilização pela guerra externa, a guerra civil da Vendéia, a suspensão da Constituição e as ações de repressão das dissidências por parte da Convenção ou dos próprios *sans-culottes* independentes costumam ser abarcados pelo nome de “terror”. Junto às ações dos deputados jacobinos, houve um movimento espontâneo de fechamento ou destruição das igrejas (com o devido saque do ouro), frequentemente acompanhado por aberturas de Templos da Razão, escolas, mascaradas e autos de fé. Tratava-se do movimento descristianizador.

Sem dúvida, o recrutamento maciço dos jacobinos e a mobilização total da população foi fundamental para virar o jogo na guerra. Contudo, é um erro acreditar que o terror foi “necessário” para “salvar” a França. As maiores matanças ocorreram, justamente, após a consolidação das vitórias na guerra, e não antes. Além disso, hoje os historiadores tendem a entender o terror menos como um mero ato de governo que como uma movimentação que contou com a adesão e participação ativa (e, frequentemente, independente) de amplos setores da população.

Ao longo de treze meses de governo, houve um rápido desgaste da liderança jacobina. Os deputados da Planície, temerosos, sonhavam com o fim. Muitos jacobinos que apoiaram ativamente o terror abandonaram o barco e culparam Robespierre por todas as mazelas. Robespierre se tornou o grande bode expiatório e foi acusado de tirano. O fim da guerra deixou claro que não havia uma ameaça para justificar um governo revolucionário. Assim, em 27 de julho de 1794, o **9 Termidor** do calendário revolucionário, jacobinos foram presos e, no dia seguinte, Robespierre foi morto.

Entretanto, o novo governo, chamado de Convenção Termidoriana, preocupou-se em perseguir aliados ao governo anterior. Em setembro de 1794, foi decretada a separação entre Igreja e Estado, e a Igreja passou a não ser mais remunerada. Representantes ligados aos *sans-culottes* ocuparam a Convenção, exigindo pão e liberdade. Uma nova Constituição, a terceira da revolução, deu início ao Diretório.

Terceira fase: o Diretório

Na nova constituição, de 1795, o voto censitário foi reinstaurado. O poder executivo (composto pelos cinco diretores) era fortalecido e eleito pelos dois ramos do legislativo. Ao contrário das outras duas constituições, estabeleceu-se o bicameralismo, sob forte influência estadunidense.

O poder executivo tinha amplos poderes: cassar sem apelação membros da administração local, dirigir a diplomacia e decretar ordens de prisão. Houve uma combinação entre bicameralismo, voto censitário e fortalecimento do executivo. A pena de morte foi praticada na tentativa de conter a esquerda neojacobina e a direita monárquica. Os *sans-culottes* foram desarmados e qualquer reunião com mais de cinco mulheres na rua foi proibida, vista como potencialmente subversiva. E, de fato, foram várias as tentativas de golpe e conspiração. Entre os deputados, a balança pendia ora para os realistas, ora para os neojacobinos. A crise econômica, afinal, se agravou, e os preços dispararam. Uma das mais importantes conspirações desse período foi liderada por François Noël “Graco” Babeuf (1760-1797). Chamada de Conjura dos Iguais, essa conspiração propunha a terra comunal e a organização coletiva do trabalho. Seus líderes, após a traição de um participante do movimento, foram presos e executados.

É tendo em vista essa conjuntura instável que se pode compreender a ascensão de Napoleão Bonaparte. Enquanto a crise interna se desenrolava, inversamente a França tinha extraordinárias vitórias militares. Bonaparte, homem forte do diretor Barras, partiu, em 1796, aos 26 anos, para a conquista da Itália. Seu exército venceu em várias regiões. Ao longo da expansão, foram proclamadas repúblicas irmãs da França: a república Batava (Holanda), Cisalpina (Norte da Itália), Liguriana (Gênova), Partenopeana (Nápoles), Suíça (República Helvética), todas adotando uma Constituição semelhante à do Diretório. Para pressionar os ingleses, em maio de 1798, Bonaparte atacou o Egito com 54 mil homens, à época parte do Império Otomano, tendo em vista o bloqueio do caminho das Índias. Naquele momento, os diretores já viam Bonaparte como uma ameaça.

Entre 1798 e 1799, Rússia, Império Otomano, Inglaterra e Áustria se uniam para uma nova invasão contra a França (II Coligação contra a França). Figuras importantes, como o abade de Sieyès, queriam um governo ainda mais

centralizado. Então, membros do governo e do exército indicaram Napoleão, que tinha apenas 30 anos, como braço armado do golpe. Em novembro de 1799, com o apoio de parte dos deputados, no chamado **Golpe do 18 Brumário**, foi instituído o **Consulado**, uma comissão de três cônsules para governar e reformar a França: Bonaparte, Sieyès e Ducos. Com o Golpe do 18 Brumário consumado, Napoleão dominaria a política europeia das décadas seguintes.

A Era Napoleônica

A forte personalidade de Napoleão Bonaparte dominou o cenário europeu. Nascido em 1769, Bonaparte cresceu na Córsega e era filho de revolucionários antifranceses. Contudo, ao estudar na academia, tornou-se tenente de artilharia, grau máximo para quem não era nobre. Com o fim dos privilégios, foi promovido a general. Em 1796, as vitórias na Itália fizeram dele o primeiro soldado da República. Quando, em 1799, o Diretório mostrou-se incapaz, e o povo cansado, o poder foi delegado ao general, agora um cônsul.

O Consulado

A partir do 18 Brumário, a França foi governada por um triunvirato de cônsules. Napoleão Bonaparte, como primeiro-cônsul, tinha o maior poder de fazer leis, dirigir a diplomacia e nomear ministros, altos funcionários e juizes. O Senado, guardião da Constituição, nomeava membros do Tribunato e do Legislativo. Em 1799, foi feita a quarta Constituição desde o início da revolução, sem preâmbulo e sem declaração de direitos.

De forma autoritária, o consulado reprimiu revoltas neojacobinas e monarquistas. Napoleão reconheceu as mudanças agrárias do período jacobino, garantindo aos camponeses as terras expropriadas da nobreza. Ele também anistiu os nobres exilados, autorizando seu retorno. Criou o Banco da França, incentivou as obras públicas, o crescimento industrial, especialmente as manufaturas têxteis. Paralelamente, estabeleceu a pacificação religiosa e, em 1801, acabou com a oposição entre a Igreja Católica.

Napoleão enfrentou a II Coligação antifrancesa e, mais uma vez, invadiu a Itália. Atravessou os Alpes para vencer os austríacos. Contudo, efeitos contínuos da Revolução desestabilizaram as relações internacionais e tornaram a paz muito difícil.

No período do Consulado foi promulgado ainda o Código Civil Napoleônico, cujo objetivo era sistematizar todas as possibilidades humanas no campo do direito e garantir as conquistas moderadas da revolução: liberdades individuais, direito à propriedade privada, igualdade perante a lei. No entanto, manteve a subordinação da mulher ao homem, proibiu greves, sindicatos e restabeleceu a escravidão colonial. No campo educacional, Napoleão substituiu todas as antigas universidades pelas Escolas Politécnicas, existentes até hoje.

Após anos, a paz parecia voltar ao lar dos franceses. Em 1802, uma nova Constituição, confirmada por plebiscito, reforçava o Poder Executivo e dava a Napoleão o título de Cônsul Vitalício e Único. Depois de outra ameaça de restauração da monarquia com apoio inglês, Napoleão alegou a necessidade de ainda maior centralização do poder e, pela Constituição de 1804, tornou-se imperador. Na presença do papa, corou-se a si próprio na Catedral de Notre-Dame.

Saiba mais

Os cientistas políticos costumam chamar de **bonapartista** um governo em que há uma hipertrofia do Poder Executivo e um conseqüente enfraquecimento do Poder Legislativo. Nesse modelo, o governante – altamente autoritário – busca apresentar-se como um líder carismático. Para alguns estudiosos, o bonapartismo se instala quando nenhum grupo da sociedade tem poder suficiente para se impor sobre os outros: nesse sentido, um líder autoritário faz a mediação entre as diversas forças sociais e, no fim das contas, garante a supremacia de um grupo sobre outro.



Jean Auguste Dominique Ingres, *Napoleão entronizado*, 1806. Óleo sobre tela. Museu do Exército, Paris, França.

O Império

Napoleão criou uma nova nobreza, mas sem privilégios. O exército continuou forte, e os jornais, censurados. O clero ensinava que, ao lado dos deveres com Deus, havia deveres com o Imperador. Napoleão, em sua própria glória, iniciou a construção do Arco do Triunfo e da coluna de Vendôme, além de tornar o dia de seu aniversário feriado nacional. Houve ainda a criação do Código Comercial, do Código Penal e do Tribunal de Contas. Contudo, a face mais marcante do Império Napoleônico foi sua política externa agressiva.

Nos mares, a Inglaterra conseguiu conter Napoleão, tanto no Mediterrâneo como no Atlântico. Foi assim que Napoleão foi derrotado no cabo de Trafalgar, por exemplo. Porém, em terra, colecionava vitórias. Derrotou uma Terceira Coligação, conquistou Viena e derrotou as forças russas na aldeia de Austerlitz. Em 1806, decretou o fim do antiquíssimo Sacro Império Romano-Germânico, criando a subserviente Confederação do Reno. Napoleão decretou ainda o chamado **bloqueio continental**, que proibia os países europeus de comercializarem com a Inglaterra e suas colônias; caso contrário, seriam invadidos. Após derrotar a Quarta Coalizão, conquistou a Prússia e firmou um acordo de paz com os russos.

Para celebrar a paz com a Áustria, após enfrentar uma Quinta Coalizão, Napoleão separou-se da esposa Josefina e casou-se com a princesa Marie-Louise, sobrinha-neta de Maria Antonieta. Naquele momento, as batalhas já envolviam até 500 mil combatentes, algo nunca visto na história. Outros países passaram a copiar o modelo francês e implantar o serviço militar obrigatório. Assim, um dos efeitos da Era Napoleônica, portanto, foi uma maior militarização do mundo europeu.

O Império Napoleônico



Fonte: elaborado com base em *Napoleon's Empire*, 1812. Coleção digital. Disponível em: <https://contentdm.lib.byu.edu/digital/collection/Civilization/id/591>. Acesso em: 4 out. 2022.

A queda de Napoleão

O Império tinha uma complexidade altíssima. Para governá-lo, Napoleão necessitava de homens e recursos. Na Itália, dobraram os impostos individuais, além dos confiscos e fins de isenções contra a Igreja Católica. Essas medidas não foram bem recebidas, e a Itália conheceu grandes movimentos populares de oposição aos franceses.

Em 1812, a França controlava todo o continente europeu, com exceção das Ilhas Britânicas, da Escandinávia, da Rússia e do Império Turco. Napoleão, então, colocou o irmão José no trono de Nápoles, o irmão Luís no trono da Holanda, o irmão Jerôme no trono de Vestfália, além de fazer outras nomeações.

Como foi visto na frente 1, Napoleão invadiu Portugal devido à resistência de D. João VI ao bloqueio continental, pois o reino português mantinha relações com os ingleses. No momento da invasão napoleônica, a Coroa Bragança concretizou o antigo projeto de transferência para o Rio de Janeiro. A passagem do exército francês pela península Ibérica também desgastou as relações com a Espanha. E mesmo empossando José Bonaparte como rei espanhol, a população, com a ajuda da Igreja católica, derrotou Napoleão por meio de sua tática de guerrilha (momento, inclusive, em que essa denominação "guerrilha" aparece). A vitória da Espanha encorajou vários movimentos nacionais de resistência à França.

O bloqueio continental também foi rompido pela Rússia. A atitude do czar Alexandre I desafiou a autoridade de Napoleão. Por isso, em 1812, o imperador francês iniciou a longa marcha sobre a Rússia. Apesar de ter um exército maior, Napoleão foi derrotado em um dos maiores desastres militares da história. Foi o princípio do seu fim.

Após o desastre, a Inglaterra formou com Prússia, Rússia e Áustria, em 1813, a Sexta Coalizão. Napoleão e seu exército foram derrotados na Batalha de Leipzig. Esses acontecimentos levaram à abdicação de Napoleão.

Exilado, o ex-imperador foi substituído no comando da França pelo rei Luís XVIII, irmão de Luís XVI. No ano seguinte, escapou do exílio e regressou à França. Luís XVIII fugiu para a Bélgica, e Napoleão voltou ao poder durante o período que ficou conhecido como Governo dos Cem Dias.

Nenhuma potência quis negociar com ele. Uma sétima coalizão foi organizada, contra a qual Napoleão foi derrotado uma segunda e última vez. A Batalha de Waterloo foi o ponto final das Guerras Napoleônicas. Exilado na ilha de Santa Helena, Napoleão morreu em 1821, aos 52 anos.

As heranças da guerra e o Congresso de Viena

A derrota de Napoleão não conseguiu anular a expansão, por todo o mundo ocidental, dos princípios da Revolução Francesa. Em cada região conquistada, Napoleão depunha o monarca absoluto e instaurava uma Constituição Liberal e o Código Civil. A servidão também era abolida, os privilégios da nobreza e do clero suprimidos, e todos eram considerados iguais perante a lei. Assim, as pessoas perceberam que era possível uma transformação radical da ordem social e política. Dessa maneira, mesmo que as populações tenham visto Napoleão como um tirano, ele deixou heranças profundas nos lugares conquistados. Após a conquista de Portugal e Espanha, da mesma forma, ganhou fôlego o processo de independência da América. Na região das atuais Itália e Alemanha, as transformações da época de Napoleão influenciaram decisivamente o movimento pela unificação no século XIX.

O equilíbrio atingido na Paz de Vestfália, após a Guerra dos Trinta Anos, foi interrompido pelo período napoleônico. A legitimidade das monarquias estava abalada. Então, o novo arranjo entre as nações seria feito no Congresso de Viena (1814-1815).

Os objetivos fundamentais do Congresso foram: preservar as dinastias reinantes e criar um equilíbrio anti-hegemônico, isto é, que impedisse a formação de um novo império. Do evento, foram selados alguns acordos e tratados, como os seguintes:

- **Princípio da Restauração:** a ideia central dos vencedores era restaurar o Antigo Regime, devolvendo o poder às antigas estruturas. Dinastias depostas na França, Espanha, Portugal e Sicília foram restauradas.
- **Princípio da Legitimidade:** os governantes e as fronteiras anteriores à Revolução Francesa seriam restaurados.
- **Princípio do Equilíbrio Europeu:** visava deter o fortalecimento de algumas potências, impedindo-as de alcançar hegemonia. A França perdeu territórios e pagou indenizações. A Prússia recebeu a Renânia e Saxônia; a Rússia obteve parte da Polônia; a Áustria obteve o norte da Itália; a Confederação do Reno tornou-se a Confederação Alemã etc. Emergiu, assim, um sistema geopolítico multipolar.
- **Santa Aliança:** composta pela Áustria, Prússia e Rússia, tinha como objetivo manter a ordem internacional. Os exércitos da Santa Aliança foram o maior elemento armado das potências absolutistas, reprimindo movimentos contrários. A Inglaterra, visando garantir sua hegemonia econômica na América e temendo o fortalecimento geopolítico da Rússia, opôs-se à Santa Aliança e apoiou os movimentos de independência americanos.

Contudo, esse equilíbrio de potências se dava apenas no plano militar europeu e não se aplicava às esferas colonial e comercial. Nelas, a Inglaterra seria a grande potência do século XIX.

De modo geral, é consenso entre os historiadores que os anos entre 1815 e 1914 marcaram uma relativa paz entre as potências europeias. Em contrapartida, a historiografia evidencia que esses países promoveram, nesse mesmo período, guerras sangrentas na África e na Ásia, conforme veremos adiante.

Outro território comprado foi a Flórida, colônia espanhola na América do Norte. A Espanha, em meio à invasão napoleônica e aos diversos movimentos de independência colonial, deixou a Flórida em segundo plano. A região, entretanto, era estratégica, como porta de entrada do Atlântico e do Caribe, de onde escoavam mercadorias de vários rios, além de ser continuidade natural da Geórgia. Além do mais, muitos escravizados do sul fugiam para a Flórida. Os Estados Unidos, conscientes disso, pressionaram os espanhóis até que, em 1819, a região foi vendida por 5 milhões de dólares, dando aos Estados Unidos pleno acesso ao Golfo do México.

Várias terras compradas do Oeste, contudo, eram moradia de diversos grupos indígenas, vistos como selvagens. O presidente Andrew Jackson (1829-1837), fundador do Partido Democrata, assumiu o governo com a plataforma de conquista do Velho Oeste. Ele obrigou esses grupos indígenas a sair de seus territórios para que os estadunidenses cultivassem as terras. Em 1820, aproximadamente 120 mil indígenas viviam a leste do Mississippi; em 1844, esse número caiu para menos de 30 mil, ou seja, 75% foi removido de seu local.

Os indígenas resistentes foram combatidos pelos brancos. Embora os filmes de “velho oeste” mostrem lutas entre *cowboys* e indígenas, a maior parte das batalhas, na verdade, era feita pelo exército. Os estadunidenses transmitiam intencionalmente doenças aos indígenas, dando a eles roupas infectadas, e difundiam bebidas alcólicas. Outra estratégia era dizimar os búfalos, meio de transporte essencial para a economia indígena.

O México também foi alvo da expansão norte-americana. Em 1829, já independente da Espanha, aboliu a escravidão, desagradando parte dos colonos brancos do Texas. Essa região conseguiu sua independência e gradualmente anexou-se aos Estados Unidos. Resolvida a questão do Texas, o presidente James K. Polk (1845-1849) enviou um embaixador para reivindicar a compra da Califórnia, mas o México não recebeu o embaixador. Os Estados Unidos consideraram isso uma afronta e declararam guerra ao país. Foi a chamada **Guerra México-Americana** (1846-1848). Empregando mais de 100 mil soldados, os Estados Unidos proporcionaram ao México uma derrota fragorosa, destruindo inúmeras regiões, invadindo a capital. Pelo **Tratado de Guadalupe-Hidalgo**, de 1848, o México foi obrigado a pagar diversas indenizações e entregar aos Estados Unidos aproximadamente a metade do seu território. No total, o México perdeu o que hoje são os estados do Texas, Novo México, Califórnia, Arizona e partes de Utah, Idaho, Colorado e Nevada. Em 1867, em troca de 10 milhões de dólares, o México cedeu uma região conhecida como faixa de **Gadsden**, uma área, atualmente, entre os estados do Arizona e do Novo México. O movimento *All Mexico* (*Todo o México*) chegou a discutir a anexação de todo o país.

Polk, então, voltou-se para o noroeste. Após 25 anos de contestação, sem um único tiro, o Oregon foi cedido pelos ingleses, em 1846. A Rússia, debilitada após a Guerra da Crimeia (1853-1856), vendeu o Alasca. Assim, em meio século, os estadunidenses triplicaram sua área.

A expansão para o Oeste



Fonte: elaborado com base em O'BRIEN, Patrick K. (ed.). *Philip's Atlas of World History*. Londres: Philip's. 2005, p. 182.

! Atenção

A expansão para o Oeste pode ser encarada como o primeiro capítulo do imperialismo norte-americano. Em agosto de 1845, em meio a um vertiginoso crescimento industrial – o jornalista nova-iorquino John L. O'Sullivan, ao defender a anexação do Texas, afirmou que “o nosso Destino Manifesto atribuído pela Providência Divina é cobrir o continente para o livre desenvolvimento de nossa raça que se multiplica aos milhões anualmente”. Dessa forma, afirmava-se duas coisas: em primeiro lugar, a superioridade econômica e cultural dos EUA; e, em segundo, a predestinação dos EUA, determinada por Deus, em espalhar seu modelo de civilização.

Após a Guerra de Secessão, em 1865, que veremos adiante, milhares de quilômetros de terras foram dadas a empresas com a condição de que fossem construídas ferrovias. Os *outlaws* (fora da lei) como Jesse James (um veterano do sul, ressentido da derrota na Guerra Civil) acabaram fazendo fortuna saqueando esses trens e tornaram-se heróis do sul derrotado.

Com essa expansão territorial, vários imigrantes inundaram o Oeste, pois uma imensa extensão de terras, cuja superfície não parava de aumentar, estava disponível. Inicialmente, os preços para adquiri-las era extremamente baixo, um dólar por cada acre (um acre equivale a 4046 m²), existindo ainda a opção de pagá-la após o uso. Em 1862, durante a Guerra de Secessão, criou-se o *Homestead Act* (Lei de Propriedade Rural), que entregava 160 hectares de terra a qualquer indivíduo ou família, com a condição de torná-la produtiva em cinco anos. Essa lei fez aumentar imensamente o fluxo de imigrantes europeus para os Estados Unidos. Na maioria dos casos, no entanto, as pessoas que se dirigiam para o Oeste não tinham treinamento, equipamento, poupança ou crédito e acabavam com grandes dificuldades econômicas ou vendendo suas terras para especuladores. Esses pequenos proprietários, em geral, acabaram na pobreza, perdendo suas terras para os mais abastados.

Entre os povoados da costa do Pacífico e os estados a oeste do Mississippi, estendia-se uma região de planícies e montanhas, praticamente intocada por qualquer civilização de origem europeia. A ocupação dessa última fronteira ocorreu em grande parte pelas “corridas do ouro”, entre 1848 e 1876. Na recém-anexada Califórnia, e nos pontos que mais tarde seriam os estados de Nevada, Colorado, Idaho, Montana, Arizona e Dakota do Sul, milhares de pessoas foram atrás do ouro.

No final do século, ainda havia a oposição indígena dos apaches, ao sudoeste, e dos *sioux*, ao norte. Foi descoberto ouro, em 1874, no território de Dakota, nas montanhas Black Hills, região considerada sagrada pelos indígenas, assegurada pelo governo como reserva.

Desrespeitando a reserva, numerosos mineiros se dirigiram para lá; ocorreram batalhas, e as tropas federais se colocaram ao lado dos mineiros. Vários indígenas se uniram aos *sioux*, somando milhares de guerreiros, os quais, liderados por Sitting Bull (Touro Sentado) e Crazy Horse (Cavalo Louco), atacaram o acampamento militar de Montana e derrotaram o tentente-coronel George Armstrong Custer, herói das batalhas no velho oeste. Contudo, novas tropas chegaram e, em 1890, no chamado Massacre de Wounded Knee, perto do riacho de mesmo nome, duzentos indígenas foram massacrados. Na mesma época, Sitting Bull foi assassinado.



Mount Rushmore National Memorial, Black Hills, Estados Unidos. Os rostos de Washington, Jefferson, Roosevelt e Lincoln foram esculpidos nas montanhas, exatamente onde antes era território sagrado dos indígenas *sioux*. O monumento é, portanto, testemunho de um massacre que ocorreu naquela região.

A Guerra de Secessão e suas consequências

As divergências entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos originaram-se no período colonial, e tornaram-se mais intensas no século XIX. Formou-se, no Norte, uma agricultura de policultura, voltada ao mercado interno. A produção agrícola era familiar, com presença reduzida (não inexistente, importante salientar) de trabalho escravizado. No século XIX, o Norte já tinha produção industrial e uma classe média em ascensão. Com estradas de ferro, a locomoção de pessoas e mercadorias era eficiente. Por volta de 1860, a produção industrial no Norte era tão importante quanto a agropecuária. Nesse mesmo período, os Estados Unidos possuíam 50 mil quilômetros de estradas de ferro. Eram comuns também muitos imigrantes – irlandeses, alemães, ingleses – trabalharem como empregados nas plantações ou indústrias. A elite nortista era composta por grandes comerciantes, empresários, banqueiros etc.

O Sul, por sua vez, produzia arroz, anil e tabaco. Com a Revolução Industrial, o algodão, produto essencial para as indústrias europeias, tornou-se o principal item da região e dominou a economia. Enquanto o Norte se industrializava, as elites sulistas consumiam produtos europeus. Formou-se, então, uma agricultura de grande propriedade, escravista, voltada à monocultura e ao mercado externo (*plantation*). O trabalho escravizado era fundamental, não apenas na produção agrícola, mas também em serviços domésticos e outros trabalhos necessários à economia. Não obstante o Norte possuir uma população maior, o Sul dispunha de maior força política no governo federal, descompasso que gerou inúmeras intrigas e contribuiu para a eclosão da guerra. Com a marcha para o Oeste, o Sul se fortalecia com os novos estados de Kentucky, Tennessee, Louisiana, Mississippi, Alabama, Missouri e Texas.

Ao longo da formação da nação, as diferenças se acentuaram. O Norte concentrava a maior população do país, por volta de 22 milhões de pessoas, contra 9 milhões do Sul, das quais 4 milhões eram negras.

Certamente, o elemento que mais dividia Norte e Sul era a questão da escravidão. Quando o filósofo Alexis de Tocqueville visitou a América do Norte, na década de 1820, e escreveu o livro *A democracia na América*, havia dito que a desigualdade entre negros e brancos provavelmente causaria uma guerra no país e continuaria sendo um dos principais fatores de instabilidade nos séculos seguintes.

Ao longo do século XIX, o movimento abolicionista se espalhou, especialmente no Norte. Muitos dos abolicionistas, contudo, visavam expulsar os negros dos Estados Unidos, ou seja, o abolicionismo não impediu o racismo. Integrantes da Sociedade Americana de Colonização compraram um conjunto de terras no continente africano, chamaram-na de Libéria, a terra da liberdade para os negros, e enviaram para lá 15 mil negros (número inexpressivo diante dos 4 milhões de pessoas).

Os jornais defendiam a abolição imediata e relatavam os castigos físicos aplicados nos escravizados. O livro *A cabana do pai Tomás* (1852), de Harriet Beecher Stowe, repercutiu internacionalmente um quadro cruel da escravidão. Em 1859, o abolicionista John Brown foi enforcado

na Virgínia após uma fracassada tentativa de sublevar os escravizados

A historiadora Mary A. Junqueira pontua três fatores mais imediatos que precipitaram o confronto entre Norte e Sul, listados a seguir.

- **Protecionismo:** a controvérsia entre as tarifas de exportação. O Norte, industrial, exigia o protecionismo contra os produtos importados, e o Sul, agroexportador, exigia uma tarifa alfandegária reduzida, para poder importar o que necessitasse.
- **Escravidão e marcha para Oeste:** o Norte queria restringir a escravidão, e o Sul, mantê-la a qualquer custo. As novas terras conquistadas no Oeste tornaram-se, dessa forma, palco para disputas entre abolicionistas do Norte e escravistas do Sul. No novo estado do Kansas, por exemplo, uma violenta guerra civil entre abolicionistas e escravistas se desenrolou.
- **Moeda:** os nortistas defendiam um Banco Central que emitisse uma moeda forte, para proteger sua economia de importações. Os sulistas defendiam um dólar internacionalmente fraco, que impulsionaria suas exportações.

Muitos estados do Sul começavam a defender a secessão da União. A eleição de Abraham Lincoln, do Partido Republicano, foi o estopim da guerra. Lincoln era favorável à união entre os estados. Para os sulistas, Lincoln era visto como um abolicionista radical. A Carolina do Sul tomou a iniciativa de separar-se dos Estados Unidos em 1860. Em pouco tempo, outros fizeram o mesmo, formando um novo país, os Estados Confederados da América, com Jefferson Davis na presidência e Richmond, na Virgínia, como capital. Uma Constituição própria preservava a escravidão e garantia impostos de importação reduzidos.

Lincoln negou categoricamente o direito de separação dos Estados sulistas, e, assim, iniciou a Guerra de Secessão (1861-1865), a mais sangrenta da história dos Estados Unidos, com cerca de 700 mil mortos.

Em agosto de 1861, o Congresso aprovou uma lei que confiscava qualquer propriedade usada em favor dos confederados. Em seguida, uma lei proclamava livre todo escravizado capturado ou fugido. Vários deles, assim, fugiram e integraram as forças armadas do Norte. Em cada região invadida pelos nortistas, um enorme conjunto de negros fugia e integrava seu exército. Em 1862, Lincoln aboliu a escravidão; em 1865, o Sul se rendia. Cinco dias depois, Lincoln foi assassinado.

Após o fim da guerra, foi aprovada, em 1865, a Décima Terceira **Emenda à Constituição** que **abolio a escravidão** em todo o país. O Sul ficou em ruínas, ocupado por tropas federais e governos impostos pelo Norte. Assim, teve início a Reconstrução (1865-1877). Uma instituição, o *Freedman's Bureau* (1865-1872), foi criada para auxiliar os ex-escravizados em questões legais, educacionais, de trabalho e moradia. Os Radicais do Partido Republicano chegaram a propor um auxílio para os negros, com a concessão de 40 acres de terra e uma mula para cada um. A expressão “40 acres e uma mula” é usada ainda hoje para lembrar a promessa não cumprida.

No entanto, a ameaça de uma nova guerra civil era real. Como forma de acordo com o Sul, o auxílio aos ex-escravizados foi rejeitado, e foram aprovadas leis que restringiam a liberdade dos negros em vários aspectos, como os Códigos Negros (*Black Codes*) e as Leis de Jim Crow (1876-1954), garantindo a segregação no Sul. A população negra continuou proibida de votar, ter cargos públicos, portar armas, fazer parte de júris, disputar empregos considerados de brancos etc. Os negros eram obrigados a frequentar escolas distintas, utilizar setores distintos em ônibus, trens, barbearias, hotéis e lanchonetes. Na Carolina do Sul, só poderiam trabalhar em serviços domésticos ou rurais. A Décima Quinta Emenda, que garantia direito de votos a todos, foi ignorada por quase todos os estados do Sul.

Surgiram no Sul várias organizações terroristas em favor da “supremacia branca”. O principal exemplo é a Ku Klux Klan, criada em Nashville, em 1865. A KKK, sigla da organização, possuía amplo apoio de políticos sulistas. Somente na década de 1960, com a atuação de nomes como Malcolm X e Martin Luther King, os negros conquistaram seus direitos civis no Sul dos Estados Unidos. Contudo, a luta contra o racismo continua até hoje.

Sobre a vitória do Norte, é importante destacar que ela representou também a vitória de um projeto de civilização capitalista, puritana, urbana e industrial. O trabalho assalariado se difundiu e o mercado interno se ampliou. Esse projeto triunfou sobre a sociedade aristocrática e rural do Sul. Na segunda metade do século XIX, os Estados Unidos mecanizaram sua agricultura, implantaram 320 mil quilômetros de ferrovias, entre outros aprimoramentos técnicos. Em 1890, 26 cidades possuíam mais de 100 mil habitantes.

Os Estados Unidos e a América Latina

Vimos que a expansão para o Oeste, legitimada por doutrinas como o Destino Manifesto, foi o primeiro capítulo do imperialismo norte-americano. No final do século XIX, o presidente Theodore Roosevelt fez uma leitura da assim chamada Doutrina Monroe. Se, no discurso do presidente James Monroe, os Estados Unidos colocavam-se como defensores da América contra as ameaças externas europeias, com Roosevelt, o país falava na necessidade de “proteger os latino-americanos de si mesmos”, ou seja, implantar, nem que seja por meio da força, a democracia, a ordem e os princípios da civilização. Na prática, essas intervenções visavam garantir os interesses norte-americanos. O Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe, então, foi originado numa mensagem anual do presidente T. Roosevelt no dia 6 de dezembro de 1904, quando este declarou sua intenção de “proteger” a República Dominicana das potências europeias, que iam invadi-la para cobrar dívidas.

Para Roosevelt era preciso “falar manso, mas sempre com um grande porrete na mão”, ou seja, sempre deixando implícita a ameaça de uma possível guerra, caso os interesses norte-americanos não fossem favorecidos. É a chamada “Política do Grande Porrete” (*Big Stick Policy*). Somente entre 1900 e 1933, os Estados Unidos realizaram quarenta intervenções militares na América Latina, além de pressões diplomáticas, chantagens econômicas, advertências

e ameaças. A seguir, serão listados os principais episódios do imperialismo norte-americano na segunda metade do século XIX e início do século XX.

Cuba

A região cubana constitui-se num conjunto de ilhas caribenhas que se tornaram colônia espanhola, tendo, até o fim do século XVIII, o porto de Havana como um importante entreposto comercial e militar. A partir de 1792, com a Revolução Haitiana, a desestruturação da economia do Haiti possibilitou a Cuba tomar seus mercados. Dessa forma, no século XIX o cultivo de açúcar foi o motor da economia cubana, organizado em *plantation*, contando com engenhos modernizados. A maior parte dos engenhos modernos, dos escravizados e das grandes propriedades açucareiras estava concentrada na parte ocidental da ilha (Havana, Matanzas, Pinar Del Rio). Havia nessa região um medo, por parte dos senhores de engenho, que ocorresse uma revolução de escravizados, tal como no Haiti. Enquanto isso, a parte oriental da ilha (onde está Santiago de Cuba) contava com engenhos mais antigos, propriedades menores e poucos escravizados.

Com a pressão inglesa pelo fim do tráfico, a campanha abolicionista dava seus primeiros passos. No país também ocorreram movimentos de anexação por parte dos Estados Unidos e das elites cubanas, que viam na incorporação uma possibilidade de se livrar dos impostos e dos entraves espanhóis ao comércio.

Assim, no Oriente cubano ganhou força a concepção de que a única maneira de acabar com os problemas seria libertar-se da Espanha. Tinha início a Primeira Guerra de Independência de Cuba (1868-1878). Destacou-se nas batalhas, entre outros nomes, José Martí, herói nacional de Cuba e um dos introdutores do modernismo na América. Em 1878, tentou-se um acordo com a Espanha, firmando assim o Pacto de Zangón. Porém, devido à relutância da Espanha em diversos aspectos, o conflito continuou, na Guerra Chiquita (1879-1880). Os três líderes isolados nos Estados Unidos, junto a muitos exilados cubanos, passaram a organizar um movimento armado pela independência de Cuba e Porto Rico. Concomitantemente, muitas empresas norte-americanas passaram a controlar etapas da produção de açúcar, ferro e manganês em Cuba, havendo também um investimento na implantação de ferrovias na ilha.

Em 1895, navios carregados com soldados desembarcaram em Cuba, conseguindo a adesão de milhares de pessoas. Tinha início a Guerra Hispano-Cubana (1895-1898). Em 1896 as tropas conseguiram conquistar Havana. Porém, ao mesmo tempo as tropas do governador geral de Cuba, Valeriano Waimor, cercavam e sufocavam cidades, criando os primeiros campos de concentração da história, nos quais morreram milhares de cubanos.

Cuba tinha uma posição estratégica para a política imperialista dos Estados Unidos, sendo a chave para o controle do Caribe. Além disso, a ilha apresentava imensas vantagens comerciais, sendo a maior produtora de açúcar da época. Finalmente, a ânsia por integrar a corrida colonial, a imprensa marrom e a pressão de políticos como Theodore Roosevelt foram fundamentais para moldar a opinião pública norte-americana. O darwinismo social

também foi essencial nesse aspecto, pregando que os cubanos eram seres inferiores que precisavam do auxílio de uma nação superior. Em 1898, um incidente com um navio estadunidense fez com que os Estados Unidos, na época presididos por William McKinley, culpassem a Espanha e intervissem na guerra em fevereiro de 1898, desembarcando várias tropas em Cuba, as quais conquistaram todas as regiões espanholas rapidamente.

Em 1898 foi firmado o Tratado de Paris, que tornou a ilha independente da Espanha. Em 1901, a nova constituição de Cuba ganhava a famosa Emenda Platt, proposta pelo senador Orville H. Platt e imposta pelo novo presidente, Theodore Roosevelt. A emenda concedia vários direitos aos Estados Unidos, como o de intervir em Cuba com tropas, nomeando e destituindo políticos da maneira que achasse necessário. Cuba, embora formalmente independente, tornou-se, então, um protetorado dos Estados Unidos.

Filipinas

As Filipinas são um arquipélago formado por cerca 7 mil ilhas grandes e pequenas. Desde o século XVI, eram colônias espanholas. Quando os Estados Unidos estavam em guerra contra a Espanha, Theodore Roosevelt aproveitou para atacar a esquadra espanhola na baía de Manila e destruir a frota de navios da região. Mediante o pagamento de 20 milhões de dólares, os Estados Unidos anexaram as Filipinas, garantindo sua presença no Pacífico. Uma guerra civil contra o domínio estadunidense se estendeu até 1906, ocasionando a morte de 5 mil norte-americanos e 220 mil filipinos. Os filipinos conseguiram sua independência somente após a Segunda Guerra Mundial.

Panamá

Desde o final do século XIX, financistas franceses projetaram a construção de um canal no istmo do Panamá. Por falta de recursos a companhia abandonou o projeto e, em 1888, o vendeu aos Estados Unidos por 40 milhões de dólares. Mas surgiu um problema: o Panamá pertencia à Colômbia. Roosevelt, assim, declarou: “ficaria encantado de ver o Panamá converter-se em Estado independente”. Diante disso, os norte-americanos estimularam a insurreição pela independência da região do Panamá, auxiliando-a com seus navios de guerra. Após a independência, o novo governo concedeu aos Estados Unidos o direito de construir e administrar um canal ligando o Atlântico ao Pacífico. Somente em 1999 o canal foi entregue ao governo panamenho.

Havaí

O Havaí, localizado em um arquipélago no Oceano Pacífico, era uma região estratégica para os Estados Unidos. Em 1894, tropas norte-americanas tomaram o Havaí e depuseram a rainha Lili'uokalani. Em 1900, oficialmente o Havaí tornou-se colônia dos Estados Unidos. O Havaí perdeu sua posição colonial e tornou-se o 50º estado estadunidense em 1957.

São Domingos

Os Estados Unidos invadiram também a Ilha de São Domingos (formada pelo Haiti e República Dominicana). O Haiti foi ocupado pelos Estados Unidos entre 1915 e 1934. No Haiti, 11 governos se sucederam, com dois golpes de Estado e o governo de uma junta militar, até a chegada ao poder de François Duvalier, o Papa Doc. Os fuzileiros norte-americanos invadiram a República Dominicana em 1905, obrigando o governo a saldar suas dívidas. Entre 1916 e 1924, o país ficou novamente ocupado pelos Estados Unidos, até que o ditador Rafael Leónidas Trujillo, em aliança com os Estados Unidos, alcançou o poder em 1930, permanecendo até 1961.



Biblioteca do Congresso, Washington

Louis Dalrymple, 1899. A caricatura mostra o Tio Sam, símbolo dos Estados Unidos, dando uma aula de civilização para crianças que representam países americanos.

Saiba mais

A Nicarágua é um país de grande beleza natural e potencial agrícola, com extensas áreas planas e quentes, solo fértil e rico em cinzas vulcânicas. Corresponde a uma região montanhosa de clima temperado e rios caudalosos, florestas gigantescas de mogno e outras madeiras nobres, longas áreas costeiras e dois grandes lagos. A região também dispõe de duas consideráveis jazidas de ouro na região nordeste.

Historicamente, a maior parte da população se concentra na região ocidental do país, na costa do Pacífico. No período colonial, o gado bovino, produzido em enormes latifúndios, era a principal atividade econômica. Nesse mesmo período, a população nativa, cerca de 1 milhão de pessoas, foi reduzida para poucas dezenas de milhares. Após a independência, em 1830, a região se destacou pela produção de café, mas continuou pobre, sendo dominada por conflitos e guerras esporádicas entre liberais e conservadores.

No século XIX, foi objeto de desejo dos Estados Unidos, por possuir, como o Panamá, um canal que poderia unir o oceano Atlântico ao Pacífico. Em 1850, os EUA e a Inglaterra assinaram um tratado no qual acordavam em controlar o canal. Entre 1855 e 1857, o aventureiro estadunidense William Walker promoveu uma longa guerra civil na Nicarágua, buscando conquistá-la. Com seu exército particular, declarou-se presidente da Nicarágua, impôs o inglês como idioma oficial e reintroduziu a escravidão. Todos os países centro-americanos se reuniram contra o interventor do norte. A guerra só terminou quando Walker foi fuzilado. Depois desse trágico episódio, as companhias norte-americanas de bananas chegaram à região, transformando-a em local para investimentos. Quando nicaraguenses liberais tentaram construir o famoso canal, em 1893, os Estados Unidos armaram os conservadores para derrubá-los – afinal, os Estados Unidos já tinham seu canal, no Panamá, e não queriam concorrentes – e os fuzileiros americanos entraram no país, ali permanecendo até 1933. Os Estados Unidos, então, cancelaram as dívidas da Nicarágua, pedindo em troca: o abandono de qualquer projeto de construção do canal; uma base militar; o controle das ilhas Gayo Grande e Gayo Chico.

Entre 1912 e 1933, a Nicarágua, agora um protetorado norte-americano, foi governada por presidentes conservadores obedientes à Washington. Quando era eleito um presidente que ameaçasse o domínio político e econômico dos Estados Unidos na região, os fuzileiros navais yankees impunham um novo líder. Entre 1849 e 1933, os Estados Unidos invadiram a Nicarágua 14 vezes. O Banco da Nicarágua tinha sede em Nova York e só possuía um representante nicaraguense. Os impostos e taxas das ferrovias nicaraguenses iam direto para os Estados Unidos. Pelo Tratado Bryan-Chamorro, de 1914, os Estados Unidos tinham, em “caráter perpétuo”, o direito de explorar rotas marítimas e terrestres entre os dois oceanos.

Diante dessa farsa eleitoral e da humilhação nacional, apareceu a figura de César Augusto Sandino, mecânico de uma empresa petroleira norte-americana. Em 1926, aos 31 anos, Sandino sacou todas as suas economias e organizou uma guerrilha contra o imperialismo estadunidense, a partir do *slogan* anarquista “a propriedade é um roubo” e uma bandeira vermelha e preta, sua marca registrada. Os líderes nicaraguenses submetidos aos Estados Unidos eram por ele chamados de “canalhas, covardes e traidores, incapazes de dirigir um povo patriótico e valoroso”.

A partir das montanhas do noroeste, na cidade mineira de San Albino, ele organizou uma revolta armada que se espalhou por todo o país e colocou os camponeses da Nicarágua contra os fuzileiros navais norte-americanos. Sandino utilizava táticas clássicas de guerrilha: emboscadas, ataques surpresa, alto nível de mobilidade, além de apoio da população local.

Os Estados Unidos treinaram, na Nicarágua, uma força policial para garantir seus interesses, a Guarda Nacional. O líder da Guarda era um ex-vendedor de carros usados que se tornara um pistoleiro, Anastásio Somoza Garcia, El Tacho, que falava inglês fluente. Em 1936, Somoza, com apoio estadunidense, deu um golpe militar e derrubou o presidente eleito Juan B. Sacasa. A ditadura da família Somoza foi a mais longa de toda a América Latina, durando até a década de 1970. A família Somoza era dona de cerca de um quarto das terras da Nicarágua. Somoza chamou Sandino para um banquete, no qual fariam um acordo de paz.

Após o banquete, Sandino foi cercado, colocado em um caminhão e fuzilado. Somoza fortaleceu o Estado e sua força policial, a Guarda Nacional, implantou, à semelhança de outros países latino-americanos, direitos trabalhistas e estreitou os vínculos com os Estados Unidos. O algodão substituiu o café como principal item da pauta de exportações do país. Anastásio Somoza foi assassinado em 1956. Os filhos de Somoza, Luis Somoza e Anastásio Somoza – El Tachito –, assumiram, respectivamente, a presidência e a chefia da Guarda Nacional. Em reação ao assassinato do pai, eles declararam estado de sítio e prenderam diversos opositores.



Retrato de César Augusto Sandino, nicaraguense que liderou rebeliões contra o domínio dos Estados Unidos em seu país.

Revisando

1. **UFRGS** Considere o enunciado abaixo e as três propostas para completá-lo.

A Independência das treze colônias inglesas na costa leste da América está inserida na conjuntura das revoluções atlânticas. A declaração da independência dessas colônias sustentava que

1. todos os homens nascem iguais, sendo dotados de direitos inalienáveis, como a vida, a liberdade e a aspiração à felicidade.
2. a origem de todo o poder reside no povo, cabendo a ele a organização de seu próprio governo.
3. os direitos inalienáveis deveriam ser estendidos a toda população, extinguindo-se a escravidão e o extermínio dos índios.

Quais propostas estão corretas?

- a) Apenas 1.
- b) Apenas 2.
- c) Apenas 3.
- d) Apenas 1 e 2.
- e) 1, 2 e 3.

2. **PUC-PR** O chá veio da China e atingiu a Europa no início do século XVII, com o primeiro carregamento chegando em Amsterdã em 1609. A partir do século XVIII, a Inglaterra torna-se o principal importador de chá da Europa. Nesse mesmo período, o chá consistiu em importante bebida da população dos Estados Unidos da América, ainda colônia inglesa. A partir desse contexto, marque a alternativa CORRETA:

- a) Em meados do século XVIII, fortaleceram-se as relações entre colonos norte-americanos e a sua metrópole inglesa, especialmente com o apoio dos colonos contra os invasores espanhóis.
- b) Esse período é marcado pela questão dos impostos, especialmente a aprovação, em 1773, do imposto inglês sobre o chá, produto importado e muito consumido pelos colonos.
- c) Além do imposto sobre o chá, o Parlamento inglês aprovou também o imposto sobre o açúcar. No entanto, essa lei não foi tão grave, pois esse produto não era importante para os Estados Unidos, que, nessa época, quase não consumiam açúcar.
- d) A Lei do Chá está relacionada ao episódio em que colonos ingleses, vestidos de índios, jogaram um carregamento de chá no porto de Boston. Esse incidente radical levou a Inglaterra a reconhecer a independência dos Estados Unidos.
- e) Os conflitos entre Inglaterra e França (Guerra dos Sete Anos – 1756-1763) estão relacionados diretamente à Guerra de Secessão norte-americana.

3. **UFRGS 2016** Considere as afirmações abaixo, sobre a história do Haiti nos séculos XIX e XX.

- I. A Guerra de Independência do Haiti iniciou como uma ampla rebelião de escravos cujas consequências foram a abolição da servidão e a emancipação do país do domínio colonial francês.

- II. Os franceses exigiram uma compensação financeira em razão da abolição da escravidão e da independência, que só terminou de ser paga em meados do século XX.

- III. O país enfrentou, em janeiro de 2010, um terremoto devastador que custou a vida de mais de cem mil haitianos e forçou outros milhares à emigração, inclusive para o Brasil.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.

4. **UEM-PR 2018** Ao longo da Época Moderna, desenvolveu-se na Europa uma forma de organização política e social chamada Antigo Regime. A respeito do Antigo Regime e de sua queda na França, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).

- 01 A vitória da Revolução Francesa fez com que as ideias iluministas passassem a fundamentar o sistema político que se consolidaria em grande parte do Ocidente a partir do início do século XIX.

- 02 No processo de queda do Antigo Regime, grande parte dos últimos resquícios do feudalismo foi eliminada, e privilégios da antiga aristocracia foram extintos.

- 04 A Revolução Industrial, ao introduzir a energia a vapor nas indústrias francesas, provocou grande desemprego e aumentou o contingente de “descamisados” que estaria à frente da tomada da Bastilha em 1789, em Paris.

- 08 Com o Ato de Navegação, de 1674, no governo de Carlos I, a França procurou garantir a seus comerciantes o monopólio das atividades mercantis e estimular a construção náutica a fim de promover o crescimento de seu comércio.

- 16 Após a derrubada da monarquia, em 1789, a França adotou o parlamentarismo bicameral, com a Câmara Baixa e a Câmara dos Lordes.

Soma:

5. **Udesc 2017** “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Estas três palavras, somadas à bandeira azul, branca e vermelha, tornaram-se símbolos das ideias defendidas e das reivindicações no movimento chamado Revolução Francesa.

Com relação à Revolução Francesa, assinale a alternativa **correta**.

- a) Das revoluções de esquerda ocorridas no século XIX, a Revolução Francesa é das mais significativas, justamente por ser a primeira a contar exclusivamente com a participação de classes populares. Seu modelo foi reimplementado posteriormente apenas em 1917, durante a Revolução Russa.

- b) Apesar de sua relevância histórica, a Revolução Francesa não influenciou qualquer movimento revolucionário ou reivindicatório fora do território europeu.
- c) A relevância da Revolução Francesa pode ser compreendida por ter sido, entre outras coisas, o primeiro movimento político que instaurou popularmente o governo de uma mulher. Esta foi personificada como “Marianne” e foi representada por Delacroix no famoso quadro *Liberdade guiando o povo*.
- d) A Revolução Francesa teve reverberações não apenas na Europa, mas também na América. Uma das principais foi, certamente, a influência que exerceu sobre a Independência dos EUA.
- e) A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada em 1789, ainda que ressaltasse a liberdade e a igualdade dos cidadãos perante a lei, era excludente em relação às mulheres. Tal fato auxilia compreender a composição da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, escrita por Olympe de Gouges, em 1791.

6. UFJF-MG 2017 Em julho de 1789, houve a explosão de movimentos populares em Paris. Artesãos, operários e desempregados se envolveram fortemente com o processo revolucionário, que ocasionou a tomada da Bastilha, momento simbólico da Revolução Francesa. Os grupos populares que protagonizaram a revolução passaram a ser conhecidos como *sans-culottes*. Em relação aos *sans-culottes*, assinale a resposta que CORRESPONDA às suas reivindicações e atitudes.

- a) Desejavam tomar o poder do rei de forma moderada, mediante as decisões do Primeiro Estado.
- b) Defendiam o aprofundamento das reformas políticas e a tomada de poder por parte da aristocracia.
- c) Tinham um projeto político bem definido, cuja principal proposta era o alinhamento com grupos contrarrevolucionários.
- d) Exigiam melhores condições de vida e participação política dos setores sociais médios e pobres, saqueando armazéns e tomando edifícios governamentais.
- e) Defendiam que os preços fossem tabelados e o fim da exploração econômica, sem qualquer proximidade com os camponeses e suas reivindicações.

7. ESPM-SP 2019 No dia do golpe, 9 de novembro, a sucessão dos eventos é fulminante. Os episódios têm início já às 5 horas da manhã quando as convocações para uma reunião urgente, às 7, são expedidas aos anciãos (exce-tuados os poucos inclinados ao golpe). Às 6, Talleyrand preparava a carta de demissão do diretor Barras; às 7, um magote de oficiais se acotovela nas portas da casa de Napoleão, que lhes fala da situação difícil do país (...) Na cidade, vendem-se por toda parte panfletos que apresen-tam Napoleão como o salvador.

Carlos Guilherme Mota. *A Revolução Francesa*.

O cenário descrito no texto deve ser relacionado com:

- a) o Período do Terror, ocorrido durante a Revolução Francesa.
- b) o Grande Medo, processo de violência desencadeado por camponeses, durante a Revolução Francesa.
- c) o Golpe do 9 Termidor, quando a alta burguesia reassumiu o poder através dos girondinos.
- d) a implantação da Monarquia hereditária, quando Napoleão se fez proclamar imperador.
- e) o Golpe do 18 Brumário, quando a burguesia encontra o braço forte armado para consolidar os seus interesses.

8. UEM-PR 2018 Sobre a história dos Estados Unidos da América (EUA) no século XIX e suas relações com o Brasil, assinale o que for **correto**.

- 01** A Guerra de Secessão dos EUA devastou as plantações de algodão do Sul do País. Esse fato contribuiu para que os produtores de algodão do Brasil pudessem aumentar a sua produção e exportação.
- 02** Ao final da Guerra de Secessão, com a derrota dos Estados Confederados, famílias que viviam no Sul do País vieram viver no interior da província de São Paulo, no Brasil.
- 04** Um dos fatores determinantes da eclosão da Guerra de Secessão, entre o Norte e o Sul dos EUA, foi a questão da importação de algodão do Brasil. Enquanto o Sul, produtor de algodão, queria o fim das importações, o Norte, industrial, defendia a compra do algodão brasileiro com a isenção de tarifas protecionistas.
- 08** A “Doutrina Monroe”, formulada pelos EUA, tinha como lema “a América para os americanos” e rejeitava qualquer interferência europeia na América, inclusive no Brasil.
- 16** Ao contrário do que aconteceu no Brasil, a abolição da escravidão nos EUA foi acompanhada de um amplo programa com medidas para a inserção dos libertos na sociedade. Esse fato contribuiu para o fim das desigualdades entre brancos e negros naquele País.

Soma:

9. UFV-MG Os Estados Confederados podem adquirir novo território. [...] Em todos esses territórios, a instituição da escravidão negra, tal como ora existe nos Estados Confederados, será reconhecida e protegida pelo Congresso e pelo governo territorial; e os habitantes dos vários Estados Confederados e Territórios terão o direito de levar para esse território quaisquer escravos legalmente possuídos por eles em quaisquer Estados ou Territórios dos Estados Confederados [...].

(Constituição dos Estados Confederados da América, Art. IV, seção 3, 1861.)

O texto acima reflete um dos pontos centrais de discórdia que geraram a Guerra Civil Americana. Esta guerra civil foi o resultado:

- a) da ação imperialista americana que, a partir da Doutrina Monroe, passou a intervir na América Latina.
- b) da luta entre os colonos e a Metrópole Inglesa, o que redundaria na independência dos Estados Unidos.
- c) da Grande Depressão, intensificando a pobreza e o desemprego nas grandes cidades americanas.
- d) da luta pelos direitos civis, particularmente dos negros, forçando uma reinterpretação da Constituição Americana.
- e) da oposição dos interesses dos Estados do Sul e do Norte em torno da questão da escravidão e da expansão para o Oeste.

10. UFRGS 2018 Após o fim da Guerra Civil norte-americana (1861-1865), antigos soldados confederados e proprietários rurais sulistas organizaram a Ku Klux Klan, grupo que teria influência duradoura na história política norte-americana. Assinale a alternativa que indica características ideológicas e práticas dessa organização.

- a) Defesa da supremacia branca e da segregação racial nos Estados Unidos.
- b) Tentativa de construção de um governo socialista no Sul norte-americano.
- c) Adoção de uma plataforma de integração racial em todo o país.
- d) Rejeição ao Cristianismo como a principal religião dos Estados Unidos.
- e) Implementação de um governo independente nos estados do Norte estadunidense.

Exercícios propostos

1. UPF-RS 2015 Na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, em 1776, os colonos, na escrita de Thomas Jefferson, registraram:

Estas colônias unidas são, e têm o direito a ser, Estados livres e independentes e toda ligação política entre elas e a Grã-Bretanha já está e deve estar totalmente dissolvida.

É **correto** dizer que a afirmação de liberdade e independência presente no documento está relacionada:

- a) ao interesse das colônias do Norte de se separem das colônias do Sul, em função dos entraves que a organização social escravista sulina criava ao desenvolvimento capitalista.
- b) à vontade dos colonos norte-americanos de se aliarem com a França revolucionária, que lhes oferecia oportunidades mais promissoras para as trocas comerciais.
- c) ao propósito dos colonos de alcançar a autonomia política, embora preservando o monopólio comercial, que favorecia a economia das colônias do Norte.
- d) à formalização de uma separação política que, na prática, já existia, como comprova a liberdade comercial da qual gozavam tanto as colônias do Norte quanto as do Sul.
- e) à reação dos colonos norte-americanos, baseada nas ideias dos filósofos iluministas, contra a tentativa de reforçar as medidas de exploração colonial impostas pela Inglaterra.

2. Fuvest-SP 2022 “A busca da felicidade” é ainda mais familiar aos americanos do que “devemos cultivar nosso jardim” o é para os franceses. É a frase mais memorável da Declaração de Independência americana, o clímax retórico da enunciação de Thomas Jefferson dos direitos naturais e da teoria revolucionária: “Consideramos como verdades evidentes que todos os homens são criados iguais, que a todos o Criador dotou de certos direitos inalienáveis, entre os quais estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade”. O que Jefferson entendia por “busca da felicidade”? [...].

Frequentemente, os analistas do discurso político estabelecem um significado mostrando o que não é dito, tanto quanto o que é dito. “Vida, liberdade e propriedade” foi a fórmula-padrão nos debates políticos do mundo de língua inglesa durante os séculos XVII e XVIII. [...] Se a “busca da felicidade” deve ser vista como um recurso de retórica, seu significado deve fundar-se, pelo menos em parte, numa comparação implícita com o direito de propriedade?

DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 112-113.

- a) Indique um dos direitos naturais do Homem evocados por Thomas Jefferson na Declaração de Independência americana.
- b) Qual é a relação estabelecida pelo texto entre “busca da felicidade” e “direito de propriedade”?
- c) É possível afirmar que a Declaração de Independência dos Estados Unidos contém uma teoria revolucionária? Justifique.

3. Uece 2017 Atente aos seguintes excertos sobre a formação dos Estados Unidos da América:

[...] a forma pela qual foi feita a distribuição de terras ao Norte permitiu ao pequeno proprietário trabalhar em conjunto com sua família e diversificar progressivamente a sua produção. O excedente dessa produção era finalmente destinado aos mercados locais e regionais. Em alguns casos, madeiras, farinha de trigo e carne acabavam sendo exportadas para o Sul e para as ilhas do mar das Caraíbas, contribuindo assim para o comércio triangular [...]; No Sul, as raízes sociais eram menos profundas que no Norte. A própria distância entre as plantations espalhadas no território dificultava um convívio social intenso entre os colonos, [...]. Por isso, predominou no Sul um sistema de distribuição de terras administradas por grandes proprietários, que não eram portadores de privilégios especiais que lhes permitissem controlar a população de suas terras, no estilo de um grande senhor feudal. Mas, mesmo assim, o conceito de cidadania no Sul se associou ao poder absoluto de um só homem.

NARO, Nancy P. S. *A formação dos Estados Unidos*. 8. ed. São Paulo: Atual, 1994, p.18.

O aspecto da formação dos Estados Unidos, abordado nos trechos anteriores, sobre o qual a historiadora americana Nancy Naro descreve sua concepção, diz respeito à

- a) formação de uma cultura escravocrata e aristocrática nas colônias inglesas do Norte, o que levaria os sulistas, comerciantes mais libertários, a declarar-lhes guerra após a independência.
- b) similaridade entre as estruturas de colonização do Norte e do Sul das colônias inglesas na América do Norte.
- c) pequena importância da atividade comercial, local e regional para o desenvolvimento das diferenças que se formaram entre o Norte e o Sul das colônias inglesas na América do Norte.
- d) diferenciação dos modelos de ocupação das colônias inglesas do Norte e do Sul da América do Norte, resultante, entre outros fatores, da forma como a terra foi distribuída entre os colonos.

4. **Unicamp-SP 2022** A sociedade é uma benção, mas o governo, mesmo em seu melhor estado, é apenas um mal necessário. No seu pior estado, é um mal intolerável, pois quando sofremos ou ficamos expostos, por causa de um governo, às mesmas desgraças que poderíamos esperar em um país sem governo, nossa calamidade pesa ainda mais ao considerarmos que somos nós que fornecemos os meios pelos quais sofremos. Há algo de muito ridículo na composição da monarquia; primeiro ela exclui um homem dos meios de informação, mas lhe permite agir em casos que requerem capacidade superior de julgamento. A posição de um rei o aparta do mundo; no entanto, a atividade de um rei exige que ele conheça perfeitamente o mundo. Com isso, as diferentes partes, opondo-se de forma antinatural e destruindo uma à outra, provam que essa figura é absurda e inútil.

Adaptado de PAINE, Thomas. *Senso comum e os direitos do homem*. L&PM Pocket. Edição do Kindle – posição 32 a 138.

O trecho acima foi retirado do panfleto *O Senso comum e os direitos do homem*, publicado de forma anônima, em 1776. Com autoria assumida por Thomas Paine, a obra causou grande reação pública. A partir do texto e das informações fornecidas, é correto dizer que o autor

- a) apresenta a Monarquia como um mal necessário e a figura do rei absolutista como absurda e inútil, contudo inquestionável. Paine tornou-se o principal nome contrário à Revolução Americana.
- b) estabelece uma relação direta entre a sociedade e o governo, abrindo espaço para debates acerca do mau governo. O panfleto escrito por Paine tornou-se uma base teórica para a Revolução Americana.
- c) demonstra como regimes autoritários favorecem os meios de informação, para que os homens exerçam suas capacidades de julgamento. Paine usou jornais para combater a Revolução Americana.
- d) considera que sociedades com e sem governos têm os mesmos benefícios, desenvolvendo-se de formas semelhantes. Paine desencorajou o engajamento dos colonos ingleses na Revolução Americana.

5. **UFSJ-MG 2013** A respeito da Independência dos Estados Unidos da América, é **CORRETO** afirmar que ela

- a) derivou de um processo de negociação pacífica entre a Grã-Bretanha e suas treze colônias da América do Norte, instalou uma república na qual todos os cidadãos adultos tinham direito a voto e manteve a escravidão.
- b) derivou de um processo de negociação pacífica entre a Grã-Bretanha e suas treze colônias da América do Norte, instalou uma república na qual só os grandes proprietários tinham direito a voto e manteve a escravidão.
- c) derivou de uma guerra entre a Grã-Bretanha e suas treze colônias da América do Norte, instalou uma monarquia constitucional que imitava o regime britânico e eliminou a escravidão.
- d) derivou de uma guerra entre a Grã-Bretanha e suas treze colônias da América do Norte, instalou uma república na qual boa parte dos cidadãos adultos tinha direito a voto e manteve a escravidão.

6. **Mackenzie-SP** O processo da emancipação das Treze Colônias Inglesas da América do Norte, na segunda metade do século XVIII, é denominado de Revolução Americana, pois

- a) representou o fim do pacto colonial naquela parte do continente americano, servindo de modelo para os demais processos emancipatórios americanos.
- b) rompeu o Pacto Colonial mercantilista e criou uma sociedade liberal e democrática para todos os setores sociais.
- c) foi a primeira etapa das Revoluções Liberais que, a partir de então, iriam propagar-se somente na Europa.
- d) assinalou o início de uma sociedade capitalista, baseada no trabalho assalariado, livre das instituições feudais.
- e) a ideologia de seus grandes líderes era a mesma que caracterizaria, pouco tempo depois, a Revolução Inglesa.

7. **Unemat-MT** Sobre o processo de Independência das Treze Colônias, atualmente, Estados Unidos da América, é **incorreto** afirmar.

- a) A Lei do Chá (1773), que obrigava os colonos a adquirirem este produto somente da Inglaterra, foi um dos motivos que levaram as Treze Colônias a lutar pela independência.
- b) A Declaração de Independência dos Estados Unidos da América foi assinada, no ano de 1776, pelos representantes das Treze Colônias.
- c) A Constituição dos Estados Unidos, proclamada em 1787, adotou para o país o voto censitário e masculino.
- d) O reconhecimento da Independência dos Estados Unidos da América, pela Inglaterra, ocorreu em 1783.
- e) A França e a Espanha apoiaram a Inglaterra na luta contra as Treze Colônias porque temiam que suas colônias na América também se sublevassem.

- 8. Enem 2020** A principal característica da situação social dos anglo-americanos é seu caráter eminentemente democrático. Afirmei anteriormente que reinava uma igualdade muito grande entre os emigrantes que foram se estabelecer na Nova Inglaterra. Para isso contribuiu a influência das leis de sucessão. Estabelecidas de uma maneira, as leis de sucessão reúnem, concentram e agrupam em um só a propriedade e o poder. Estabelecidas por outros princípios, produzem o oposto: dividem, partilham e disseminam os bens e o poder.

TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977 (adaptado).

O texto tematiza o papel desempenhado por uma norma na criação de um ambiente propício ao(a)

- a) emprego do trabalho escravo.
 - b) consolidação dos valores burgueses.
 - c) banimento das dissidências religiosas.
 - d) contenção da identificação nacionalista.
 - e) hierarquização dos agentes econômicos.
- 9. Enem** Em 4 de julho de 1776, as treze colônias que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América (EUA) declaravam sua independência e justificavam a ruptura do Pacto Colonial. Em palavras profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados.

Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França.

Emília Viotti da Costa. Apresentação da coleção. In: Wladimir Pomar. *Revolução Chinesa*. São Paulo: UNESP, 2003. Com adaptações.

Considerando o texto acima, acerca da independência dos EUA e da Revolução Francesa, assinale a opção correta.

- a) A independência dos EUA e a Revolução Francesa integravam o mesmo contexto histórico, mas se baseavam em princípios e ideais opostos.
- b) O processo revolucionário francês identificou-se com o movimento de independência norte-americana no apoio ao absolutismo esclarecido.
- c) Tanto nos EUA quanto na França, as teses iluministas sustentavam a luta pelo reconhecimento dos direitos considerados essenciais à dignidade humana.
- d) Por ter sido pioneira, a Revolução Francesa exerceu forte influência no desencadeamento da independência norte-americana.
- e) Ao romper o Pacto Colonial, a Revolução Francesa abriu o caminho para as independências das colônias ibéricas situadas na América.

- 10. Unioeste-PR 2017** Tomando como base a citação abaixo:

A história escrita do mundo é, em larga medida, uma história de guerras, porque os Estados em que vivemos nasceram de conquistas, guerras civis ou lutas pela independência.

Ademais, os grandes estadistas da história escrita foram, em geral, homens de violência, pois ainda que não fossem guerreiros – e muitos o foram –, compreendiam o uso da violência e não hesitavam em colocá-la em prática para seus fins.

KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 399.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A Guerra dos Cem anos foi um conflito ininterrupto ocorrido no século XVI que envolveu duas das principais potências da Europa: Inglaterra e França. O cenário era marcado por fortes crises e pelo crescimento da economia urbana e do comércio.
- b) O primeiro conflito bélico que teve proporções globais ocorreu entre 1941 e 1945 e foi chamado de Primeira Guerra Mundial, batizada por seus contemporâneos como “A grande guerra”.
- c) O processo de independência dos Estados Unidos ocorreu na virada da década de 1770 para 1780. No Segundo Congresso Continental, ocorrido no dia 04 de julho de 1776, foi escrita a Declaração de Independência.
- d) Entre 1965 e 1975 ocorreu a guerra do Vietnã: uma batalha sangrenta e custosa, mas que marcou a maior vitória americana na Ásia durante o século XX e a derrocada do comunismo naquela região do globo.
- e) Liderado por Fulgêncio Batista e patrocinado pelos Estados Unidos, a Revolução Cubana marcou o fim do regime comunista que foi instaurado na ilha de Cuba por Fidel Castro e Che Guevara.

- 11. UFPR 2017** Considere o seguinte extrato da declaração de independência haitiana:

1º de janeiro de 1804

O General em Chefe ao Povo do Haiti,

Cidadãos – compatriotas –, eu reuni, neste dia solene, os corajosos comandantes que, às vésperas de receber o último suspiro da liberdade agonizante, deram seu sangue para preservá-la. Estes generais, que comandaram as lutas de vocês contra a tirania, ainda não terminaram. A reputação francesa ainda obscurece nossas planícies: todas as coisas evocam a lembrança das crueldades daquele povo bárbaro. Nossas leis, nossos costumes, nossas cidades, tudo encerra características dos franceses. Ouçam o que estou dizendo! Os franceses ainda têm um pé em nossa ilha! E vocês se creem livres e independentes daquela república, que combateu todas as nações, é verdade, mas nunca conquistou aqueles que seriam livres!

Transcrição a partir da versão publicada em David Armitage, *Declaração de independência: uma história global*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Com base nesse fragmento e nos conhecimentos sobre o assunto, considere as seguintes afirmativas sobre a Revolução Haitiana (1791-1804) e seu significado para as independências americanas:

- 1. Antes de se chamar Haiti, a ilha se chamava Santo Domingo e estava sob domínio espanhol, sendo invadida pelos franceses a mando de Napoleão.
- 2. O Haiti foi a primeira república das Américas a se libertar da dominação europeia e abolir a escravidão.

3. A particularidade da revolução haitiana é que foi dirigida por escravos, libertos e mulatos e inspirada nos princípios que os próprios franceses teriam levantado durante sua revolução.
4. A revolução haitiana contou com o apoio de escravos e libertos da colônia espanhola de Cuba.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

12. Uefs-BA 2017

Há dois séculos, o país [Haiti] era responsável por 75% da produção mundial de açúcar. Como foi possível a colônia mais rica da América tornar-se um dos países mais pobres do mundo?

Uma história que, no entanto, começou de forma promissora. No fim do século 18, o Haiti era uma das colônias mais ricas da América. Sob controle francês, a pequena ilha de Saint Domingue, no Caribe, era responsável pela produção de 75% do açúcar comercializado no mundo. A prosperidade econômica era garantida pelas plantações em grandes propriedades e pela exploração do trabalho escravo. Mas esse modelo estava com os dias contados.

(O HAITI... 2016).

No Brasil, do início do século XIX, a expressão “haitianismo” aterrorizava os grandes senhores de terras e de escravos em razão

- a) da concorrência do açúcar das Antilhas ao comércio internacional do açúcar brasileiro, produzido no oeste paulista.
- b) da intensa migração de haitianos para o Brasil, fugindo dos maus-tratos aplicados pelo sistema escravista, praticado no Haiti.
- c) das práticas religiosas do vodu, de origem africana, tidas como feiticeiras e demoníacas pelas populações brancas do Brasil.
- d) da revolta da população escrava do Haiti contra o modelo de exploração do trabalho, quando foi exterminada grande parte dos proprietários brancos.
- e) do apoio dado pela França napoleônica à expansão das revoltas escravas em todo o território colonial da América.

13. Unicamp-SP 2022 Mas, enquanto isso, e os escravos? Eles ouviam falar da Revolução e conceberam-na à sua própria imagem. (...) Antes do final de 1789, houve levantes em Guadalupe e na Martinica. Já em outubro, em Forte Dauphin, um dos futuros centros da insurreição de São Domingos, os escravos estavam se agitando e realizando reuniões de massas nas florestas durante a noite. Na Província do Sul, observando a luta entre os seus senhores a favor e contra a Revolução, eles mostraram sinais de inquietação. (...) Pela dura experiência, aprenderam que esforços isolados estavam condenados ao fracasso, e nos primeiros meses de 1791, dentro e nos arredores de Le Cap, eles estavam se organizando

para a Revolução. O vodu era o meio da conspiração. Apesar de todas as proibições, os escravos viajavam quilômetros para cantar, dançar, praticar os seus ritos e conversar; e então, desde a Revolução, escutar as novidades políticas e traçar os seus planos.

Adaptado de JAMES, Cyrik Lionel Robert, *Os Jacobinos Negros. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 87-91.

Com base no excerto e em seus conhecimentos sobre as revoluções atlânticas de finais do século XVIII e início do XIX,

- a) cite e analise dois elementos característicos dos modos de ação política da população escravizada do Haiti (São Domingos).
- b) identifique e explique dois impactos da revolução haitiana no mundo Atlântico.

14. Unifesp Pastores metodistas e batistas do sul dos Estados Unidos apoiaram, nas décadas de 1770 e 1780, a causa antiescravista, mas deixaram de fazê-lo nos dez anos transcorridos entre 1795-1805.

Essa mudança de atitude foi devida

- a) a uma reorientação doutrinária dessas duas denominações religiosas.
- b) a uma competição entre as denominações religiosas atuantes no sul.
- c) ao boom do algodão e à revolta antiescravista em São Domingos/Haiti.
- d) ao fim do tráfico negreiro e à pressão inglesa contra a escravidão.
- e) à rejeição por parte dos negros em aceitar aquelas doutrinas religiosas.

15. UFJF-MG 2021 A imagem abaixo é uma representação da Batalha de San Domingo, um dos mais importantes conflitos da Revolução do Haiti. O quadro de 1845 é de autoria do oficial do Exército polonês January Suchodolski (1797-1875).



Reprodução

Representação da Batalha em San Domingo. https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fe/Battle_for_Palm_Tree_Hill.jpg

A partir da imagem acima e dos seus conhecimentos sobre as lutas pela independência nas Américas, marque a alternativa CORRETA,

- a) A pintura de Suchodolski é representativa de processos comuns nas lutas de independência e de formação dos Estados latino-americanos, quando muitos caudilhos, elites *criollas* e africanos escravizados pegaram juntos em armas para lutar pela abolição da escravidão no continente.
- b) Pintado enquanto ocorria a Revolução do Haiti, o artista e militar January Suchodolski retratou a influência dos ideais revolucionários franceses sobre o projeto independentista dos *chapetones*.
- c) A organização militar, de um lado, e a “barbárie” e violência, do outro, é um artifício do artista para representar através de sua pintura a civilização europeia em luta contra a “selvageria” dos africanos escravizados, espalhando o medo e o terror do haitianismo.
- d) Ao representar negros empunhando armas, January Suchodolski cometeu um erro artístico de representação histórica, pois, nas colônias americanas era proibido aos africanos escravizados portarem armas e, por causa disso, a Revolução do Haiti foi conduzida pelas letras da lei.
- e) A pintura de January Suchodolski é mais uma obra ufanista e apologética do haitianismo, pois, ao representar as plantações de africanos escravizados sendo invadidas pela intolerância e violência europeia, escondeu da sua representação o protagonismo dos trabalhadores escravizados na Revolução do Haiti.

16. Unesp 2018



(www.fafich.ufmg.br)

A gravura representa a marcha de mulheres revolucionárias até o palácio real de Versalhes em 5 de outubro de 1789.

A participação das mulheres na Revolução Francesa

- a) levou à conquista do direito de voto, porém não do direito de exercer cargos executivos no novo governo francês.
- b) teve ressonância parcial nas decisões políticas, pois apenas as mulheres da alta burguesia envolveram-se nos protestos políticos e civis.
- c) foi notável nas manifestações e clubes políticos, porém seus direitos políticos e sociais não foram ampliados significativamente.
- d) originou a igualdade de direitos civis em relação aos homens após a proclamação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

- e) diminuiu bastante após os conflitos e a violência generalizada que marcaram a tomada da Bastilha.

17. **Uece 2022** A Revolução Francesa, que destruiu a monarquia absoluta mais brilhante da Europa, foi considerada o modelo de revolução por vários revolucionários ao longo de todo o século XIX. Sobre esse movimento e seus desdobramentos, é correto dizer que

- a) a monarquia foi derrubada e se instituiu o governo da Convenção logo depois do início da revolução.
- b) a Constituição de 1791, de natureza individualista e liberal, consagrou a aprovação do voto universal masculino.
- c) Conspiração dos Iguais, liderada por Graco Babeuf, foi um movimento de inspiração socialista.
- d) hegemonia na Convenção, logo no início, pertencia aos Jacobinos, representantes da pequena burguesia e aliados dos *Sans Culottes*.

18. **Fatec-SP 2016** *Se não têm pão, que comam brioques!* A frase, erroneamente atribuída à rainha da França, Maria Antonieta, foi considerada uma resposta cínica às inquietações populares que levaram à eclosão da Revolução Francesa.

Assinale a alternativa que aponta corretamente algumas das causas da insatisfação da população francesa às vésperas dessa Revolução.

- a) Contrários ao lema da monarquia, “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, os camponeses alegavam que a distribuição de renda provocava o empobrecimento da classe média.
- b) A grave crise econômica, aliada a condições climáticas adversas, inflacionou os preços nas cidades e no campo; sofrendo com a fome, a população pagava altos impostos para manter os privilégios do clero e da nobreza.
- c) A substituição de culturas alimentares pelo algodão, decretada por Luís XVI, levou ao aumento da mortalidade infantil e da fome entre os camponeses, favorecendo a burguesia vinculada à indústria têxtil.
- d) Para sustentar os custos das guerras napoleônicas, o rei Luís XVI aumentou a cobrança de impostos dos camponeses e dos trabalhadores das cidades que, insatisfeitos, se rebelaram contra o governo central.
- e) Devido à falta de terras férteis, à baixa produção de alimentos e à fome, a população demandava o aumento da ocupação francesa nas Américas e na África para a ampliação da produção agrícola.

19. **UEG-GO 2016** Leia o texto a seguir.

Socialmente, os *sans-culottes* representam os cidadãos que vivem de seu trabalho, seja como artesãos, seja como profissionais de ofício; alguns, depois de uma vida laboriosa, se tornam pequenos proprietários na cidade, e usufruem as rendas de um imóvel.

PÉRONNET, Michel. *Revolução Francesa em 50 Palavras-chaves*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 248.

A análise do texto demonstra que os interesses sociais dos *sans-culottes*, importantes personagens da Revolução Francesa, se confundiam com os

- a) da pequena burguesia que, apesar das conquistas econômicas, via-se pressionada pelo aumento no custo de vida.
- b) dos camponeses, já que ambos lutavam pela abolição dos privilégios feudais no campo e posse de terras coletivas.
- c) dos membros do baixo clero, uma vez que lutavam por reformas sociais, mas não eram contra a liberdade religiosa.
- d) da classe dos girondinos, pois apesar das diferenças de classe, ambos os grupos eram politicamente moderados.

20. UFRGS 2014 O texto abaixo refere-se à Revolução Francesa.

O Terror é doravante um sistema de governo, ou melhor, uma parte essencial do governo revolucionário. Seu braço. (...) Ele é também um meio de governo onnipotente, através do qual a ditadura revolucionária de Paris deve fazer sentir sua mão de ferro em todos os lugares, tanto nas províncias quanto nas forças armadas.

FURET, François; OZOUF, Mona. *Dictionnaire critique de la Révolution française. Événements*. Paris: Flammarion, 1992. p. 298-299.

Considere as seguintes afirmações sobre o denominado Terror.

- I. O governo jacobino, dirigido por Robespierre, e o Comitê de Salvação Pública foram responsáveis pelo período do Terror.
- II. O Terror foi uma política de extermínio liderada pelos girondinos de origem burguesa.
- III. O objetivo dessa política centrava-se na defesa da Revolução contra os inimigos internos e externos.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas I e III.

21. UEL-PR Revolução é sempre um tema fascinante. Comumente vem impregnado dos ideais de liberdade e igualdade que, através dos tempos, acalentam gerações e permanecem presentes no ideário das sociedades, tendo a possibilidade de se cristalizarem em algum momento da história. No processo de construção de uma revolução sobressaem personagens que passam a povoar o imaginário social e tendem a serem tomados como modelos, porquanto o seu agir parece converter a utopia em realidade. São portadores do sonho: representam a universalidade daqueles ideais, tentando forjá-los no cotidiano, nem sempre harmonioso, dos confrontos revolucionários.

(SAINT-JUST, Louis Antoine Leon. *“O Espírito da Revolução e da Constituição na França”*. São Paulo: UNESP, 1989. p. 9.)

Sobre a Revolução Francesa de 1789, é correto afirmar que defendia:

- a) A soberania da aristocracia da França com base no sistema eleitoral censitário.

- b) As instituições democráticas para a renovação da monarquia.
- c) Ações revolucionárias para a consecução de um ideário da nobreza.
- d) Os ideais anarquistas que, posteriormente, foram amplamente disseminados pelo mundo.
- e) Valores universais visando a construir uma sociedade mais justa e igualitária.

22. UFSM-RS



(O juramento na sala do jogo de péla – Jacques-Louis David)

“O Juramento na Sala do Jogo da Pela”, representado artisticamente na ilustração, assinalou a rebelião do Terceiro Estado, apoiada por dissidentes da nobreza e do clero, na reunião dos Estados Gerais, em 1789. A partir daí, foi possível

- I. as camadas populares tomarem as ruas parisienses e assaltarem a fortaleza da Bastilha.
- II. a abolição dos direitos e deveres feudais.
- III. a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, garantindo aos franceses o direito à liberdade, à igualdade perante a lei e à inviolabilidade da propriedade, entre outros.
- IV. ocorrer a ruptura com a ordem jurídica do Antigo Regime e a França tornar-se uma monarquia constitucional.

Estão corretas

- a) apenas I e II.
- b) apenas II e III.
- c) apenas III e IV.
- d) apenas I e IV.
- e) I, II, III e IV.

23. Fuvest-SP A “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, votada pela Assembleia Nacional Constituinte francesa, em 26 de agosto de 1789, visava

- a) romper com a Declaração de Independência dos Estados Unidos, por esta não ter negado a escravidão.
- b) recuperar os ideais cristãos de liberdade e igualdade, surgidos na época medieval e esquecidos na moderna.
- c) estimular todos os povos a se revoltarem contra seus governos, para acabar com a desigualdade social.
- d) assinalar os princípios que, inspirados no Iluminismo, iriam fundar a nova constituição francesa.
- e) pôr em prática o princípio: a todos, segundo suas necessidades, a cada um, de acordo com sua capacidade.

24. Ulbra-RS 2015 Leia o texto a seguir e responda à questão.

Eram filhas de pequenos camponeses e artesãos, e tinham apelidos como Felicité Vai-de-bom-coração ou Maria Cabeça-de-pau. A maioria era muito jovem, como Ana Quatro-vinténs, que se alistou aos 13 anos, e aos 16 servia na artilharia montada. As irmãs Fernig, com 17 e 22 anos, foram exceções: eram nobres e combateram vestidas de homem no Exército do general Dumouriez (1739-1823), na fronteira da atual Bélgica. Fora da batalha, passeavam com roupas de mulher e carabina ao ombro. Tornaram-se heroínas nacionais.

MORIN, Tânia Machado. *Mulheres lutaram ao lado dos homens pelos ideais revolucionários, enfrentando também o preconceito*. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br>.

A citação aponta para:

- I. O caráter complexo da Revolução Francesa e a pluralidade de gênero e classes entre seus participantes.
- II. A ação do movimento feminista liderado por Simone de Beauvoir e ratificado por Jean Paul Sartre.
- III. As convicções de Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, no tocante aos projetos estratégicos das revoltas no início da História Contemporânea.

Está (ão) correta (s):

- a) Somente a I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III

25. UnB-DF A Revolução Francesa representou um momento crucial de expansão de direitos no mundo ocidental. Tal expansão, no entanto, desencadeou, ao longo dos séculos XIX e XX, complexo processo em que nem todos esses direitos foram, simultaneamente, concedidos a todos os grupos sociais. Acerca do processo da expansão de direitos civis, políticos e sociais na França, nos vinte anos subsequentes ao início da Revolução Francesa, é correto afirmar que

- a) a Constituição francesa de 1791 aboliu a escravidão tanto no território metropolitano quanto nas zonas coloniais, conferindo, com isso, direitos civis e políticos aos ex-escravos.
- b) o Estado francês, logo nos primeiros anos após a tomada da Bastilha, passou a garantir direitos políticos aos homens de proveniência protestante e judia que residiam no território francês.
- c) o Código Civil francês, instituído por Napoleão Bonaparte, concedeu às mulheres direitos políticos, como o de votar nas eleições municipais e nas eleições para o parlamento nacional.
- d) o período da Convenção Nacional, sob o comando dos jacobinos, caracterizou-se pela ampla proteção aos direitos civis por parte do Estado.

26. Enem Em nosso país queremos substituir o egoísmo pela moral, a honra pela probidade, os usos pelos princípios, as conveniências pelos deveres, a tirania da moda pelo

império da razão, o desprezo à desgraça pelo desprezo ao vício, a insolência pelo orgulho, a vaidade pela grandeza de alma, o amor ao dinheiro pelo amor à glória, a boa companhia pelas boas pessoas, a intriga pelo mérito, o espirituoso pelo gênio, o brilho pela verdade, o tédio da volúpia pelo encanto da felicidade, a mesquinhaaria dos grandes pela grandeza do homem.

HUNT, L. *Revolução Francesa e Vida Privada*. In: PERROT, M. (Org.) *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Adaptado.

O discurso de Robespierre, de 5 de fevereiro de 1794, do qual o trecho transcrito é parte, relaciona-se a qual dos grupos político-sociais envolvidos na Revolução Francesa?

- a) À alta burguesia, que desejava participar do poder legislativo francês como força política dominante.
- b) Ao clero francês, que desejava justiça social e era ligado à alta burguesia.
- c) A militares oriundos da pequena e média burguesia, que derrotaram as potências rivais e queriam reorganizar a França internamente.
- d) À nobreza esclarecida, que, em função do seu contato, com os intelectuais iluministas, desejava extinguir o absolutismo francês.
- e) Aos representantes da pequena e média burguesia e das camadas populares, que desejavam justiça social e direitos políticos.

27. UFU-MG 2016 Uma verdadeira paixão pelos Estados Unidos tomara conta dos franceses nos anos que prece-deram a revolução, como testemunham Chateaubriand e o próprio Franklin, que escrevia de Paris a seus corres-pondentes americanos: — aqui é comum dizer que nossa causa é a do gênero humano —. Além do mais, essa república fora fundada por colonos com quem a França tecera contra a Inglaterra uma aliança vitoriosa: os que tinham se engajado na aventura eram conhecidos por ter sofrido [...] de — inoculação americana.

OZOUF, Mona. *Varenes: a morte da realeza*, 21 de junho de 1791. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 175-176. Adaptado.

A historiografia é consensual em afirmar que o movimento revolucionário francês e os ideais iluministas foram de grande importância para diversas lutas coloniais ocorridas na América. Menos estudada é a influência que os norte-americanos exerceram sobre os revolucionários franceses. Essa influência pode ser explicada, para além dos fatores mencionados na citação de Mona Ozouf,

- a) pela forte tradição liberal dos colonos norte-americanos que, durante a luta pela independência, foram contrários a toda forma de exploração do trabalho.
- b) pelo forte apelo simbólico que exercia o exemplo norte-americano de emancipação colonial, visto como caso modelar de luta contra a opressão dos poderes instituídos.
- c) pelo desprezo que os colonos norte-americanos tinham em relação à religião, vista por eles como braço aliado do poder da metrópole inglesa, contra a qual deveriam lutar.

- d) pela defesa da doutrina fisiocrata que, no plano político, se traduzia na permanência de privilégios constitucionais para as camadas senhoriais.

28. Fatec-SP Nas diversas etapas da Revolução Francesa, a Constituição Civil do Clero, a execução de Luís XVI e o fim da rebelião da Vendeia ocorreram, respectivamente,

- durante o Terror Jacobino, à época de Napoleão Bonaparte e no período da Monarquia Constitucional.
- durante o Consulado, à época do Terror Jacobino e no período da Convenção Thermidoriana.
- durante a Monarquia Constitucional, à época da Convenção e no período de funcionamento do Diretório.
- durante o Terror Jacobino, à época da Monarquia Constitucional e no período de Napoleão Bonaparte.
- durante a convenção thermidoriana, à época de Napoleão Bonaparte e no período da Monarquia Constitucional.

29. Unesp

Artigo 5º — O comércio de mercadorias inglesas é proibido, e qualquer mercadoria pertencente à Inglaterra, ou proveniente de suas fábricas e de suas colônias é declarada boa presa.

(...)

Artigo 7º — Nenhuma embarcação vinda diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas, ou lá tendo estado, desde a publicação do presente decreto, será recebida em porto algum.

Artigo 8º — Qualquer embarcação que, por meio de uma declaração, transgredir a disposição acima, será apresada e o navio e sua carga serão confiscados como se fossem propriedade inglesa.

Excerto do Bloqueio Continental, Napoleão Bonaparte. Citado por Kátia M. de Queirós Mattoso. *Textos e documentos para o estudo da história contemporânea (1789-1963)*, 1977.

Esses artigos do Bloqueio Continental, decretado pelo Imperador da França em 1806, permitem notar a disposição francesa de

- estimular a autonomia das colônias inglesas na América, que passariam a depender mais de seu comércio interno.
- impedir a Inglaterra de negociar com a França uma nova legislação para o comércio na Europa e nas áreas coloniais.
- provocar a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, por meio da ocupação militar da Península Ibérica.
- ampliar a ação de corsários ingleses no norte do Oceano Atlântico e ampliar a hegemonia francesa nos mares europeus.
- debilitar economicamente a Inglaterra, então em processo de industrialização, limitando seu comércio com o restante da Europa.

30. Uerj 2019



Caricatura de Napoleão Bonaparte, 1814. Adaptado de britishmuseum.org.

A derrota de Napoleão Bonaparte, em 1814-1815, foi registrada de diversas formas nas sociedades europeias. Na imagem, o imperador francês tenta devorar o globo terrestre, sendo atacado por uma águia, um dos símbolos do Império Russo.

Dois impactos que as guerras napoleônicas exerceram sobre as relações internacionais na Europa da época foram:

- crise agrária e consolidação dos Estados republicanos
- concorrência industrial e retomada de domínios coloniais
- integração comercial e declínio de monarquias absolutistas
- expansionismo territorial e reorganização das fronteiras políticas

31. Mackenzie-SP 2014 Se a América Latina não foi esquarterada como a África, deveu-se ao fato – é preciso reconhecê-lo – de ter tido, sem que houvesse solicitado, um ‘tutor’. Um tutor ousado, porque se atreveu a dizer que a América era para os americanos, num momento em que apenas tinha a ilusão de ser uma potência. No entanto, quando esse tutor se transformou em grande potência, mudou seu discurso e gritou que era dono.

Héctor Hernan Bruit. *O Imperialismo*. São Paulo: Atual, 1994, p.49.

A partir da análise do texto, é correto afirmar que

- a América Latina, desde a primeira metade do século XIX, é um instrumento do imperialismo estadunidense, que, historicamente, impôs, àqueles países, políticas como a Doutrina Monroe e a Política do Big Stick.
- as divisões sofridas pela África, decorrentes do imperialismo do século XIX, não puderam acontecer no continente americano em virtude da imposição ao respeito, feita na Conferência de Berlim, entre EUA e potências europeias, da auto-determinação da América Latina.
- o século XIX viu nascer a pretensa hegemonia estadunidense sobre os países latino-americanos, envolvendo disputas – desde aquela época – entre capitalistas e socialistas, ambientados na Guerra Fria.

- d) os americanos, há dois séculos, convivem com a supremacia estadunidense sobre os diversos países do continente, resultando em políticas impositivas como a da “Boa Vizinhança” e a Aliança para o Progresso.
- e) a América sempre foi protegida, resultando na criação de diversos acordos econômicos e na aliança de todo o continente em torno deles, apesar do domínio que os Estados Unidos exercem sobre o restante do mundo.

32. Fuvest-SP 2014 A ideia de ocupação do continente pelo povo americano teve também raízes populares, no senso comum e também em fundamentos religiosos. O sonho de estender o princípio da “união” até o Pacífico foi chamado de “Destino Manifesto”.

Nancy Priscilla S. Naro. *A formação dos Estados Unidos*. São Paulo: Atual, 1986, p. 19.

A concepção de “Destino Manifesto”, cunhada nos Estados Unidos da década de 1840,

- a) difundiu a ideia de que os norte-americanos eram um povo eleito e contribuiu para justificar o desbravamento de fronteiras e a expansão em direção ao Oeste.
- b) tinha origem na doutrina judaica e enfatizava que os homens deviam temer a Deus e respeitar a todos os semelhantes, independentemente de sua etnia ou posição social.
- c) baseava-se no princípio do multiculturalismo e impediu a propagação de projetos ou ideologias racistas no Sul e no Norte dos Estados Unidos.
- d) derivou de princípios calvinistas e rejeitava a valorização do individualismo e do aventureirismo nas campanhas militares de conquista territorial, privilegiando as ações coordenadas pelo Estado.
- e) defendia a necessidade de se preservar a natureza e impediu o prosseguimento das guerras contra indígenas, na conquista do Centro e do Oeste do território norte-americano.

33. UEM/PAS-PR 2013 Sobre a expansão territorial dos Estados Unidos da América ao longo do século XIX, assinale a(s) alternativa(s) corretas(s).

- 01 A ocupação do Texas pelos Estados Unidos decorreu do abandono da região por parte do México, que, após sua independência, não teve interesse na ocupação efetiva daquele território.
- 02 Um dos resultados da expansão dos Estados Unidos para o oeste foi o extermínio de populações indígenas, porque os índios eram encarados como inimigos que impediam o avanço dos colonizadores.
- 04 A expansão norte-americana foi resultado de uma preocupação com a preservação ambiental, pois, antes da ocupação dos territórios, foram estabelecidas reservas para onde a população nativa deveria ser deslocada.
- 08 Um dos impulsos para o deslocamento de milhares de pessoas para a conquista do oeste foi dado pela descoberta de ouro na Califórnia.

16 A marcha para o oeste, um dos principais episódios da expansão territorial, conduziu os Estados Unidos a uma guerra contra a Espanha pelo controle do México.

Soma:

34. Famema-SP 2022 Em 2 de dezembro de 1823, James Monroe, presidente dos Estados Unidos, em sua mensagem anual ao Congresso anunciou o que veria a ser conhecida como “Doutrina Monroe”:

Julgamos propícia esta ocasião para afirmar como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência europeia. Com base no trecho, analise as afirmativas a seguir sobre a Doutrina Monroe e as relações entre Estados Unidos (EUA) e a América Latina na primeira metade do século XIX

- É uma doutrina elaborada no contexto de afirmação das independências da maior parte das ex-colônias ibéricas na América, de caráter defensivo, que ficou associada ao *slogan* “América para os americanos”.
- É um discurso contra o predomínio britânico na região e legitimador dos interesses intervencionistas do imperialismo dos EUA, que queria tornar-se uma potência hegemônica na região usando a “Política do Grande Porrete”.
- É uma estratégia de relacionamento com a América Latina pautada na colaboração econômica, com o fim de formar mercados externos para os produtos e investimentos da nascente indústria norte-americana e ficou conhecida como “Política da Boa Vizinhança”.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- a) V – V – F
- b) V – F – V
- c) F – V – F
- d) V – F – F
- e) F – F – V

35. Fuvest-SP No século XIX, o surgimento do transporte ferroviário provocou profundas modificações em diversas partes do mundo, possibilitando maior e melhor circulação de pessoas e mercadorias entre grandes distâncias. Dentre tais modificações, as ferrovias

- a) facilitaram a integração entre os Estados nacionais latino-americanos, ampliaram a venda do café brasileiro para os países vizinhos e estimularam a constituição de amplo mercado regional.
- b) permitiram que a cidade de Manchester se conectasse diretamente com os portos do sul da Inglaterra e, dessa forma, provocaram o surgimento do sistema de fábrica.
- c) facilitaram a integração comercial do ocidente com o extremo oriente, substituíram o transporte de mercadorias pelo Mar Mediterrâneo e despertaram o sonho de integração mundial.

- d) permitiram uma ligação mais rápida e ágil, nos Estados Unidos, entre a costa leste e a costa oeste, chegando até a Califórnia, palco da famosa corrida do ouro.
- e) permitiram a chegada dos europeus ao centro da África, reforçaram a crença no poder transformador da tecnologia e demonstraram a capacidade humana de se impor à natureza.

36. UFU-MG Acreditamos que a escravidão é um pecado – onde quer que seja, sempre um pecado – pecado em si, pecado na natureza que a cria. Pecado porque ela converte pessoas em coisas, faz dos homens propriedade, mercantilizando a imagem de Deus. Em outras palavras, porque a escravidão detém e usa os homens como meros meios para concretizar seus fins, aniquilando a distinção sagrada e eterna entre a pessoa e a coisa – uma distinção proclamada como axioma de toda consciência humana – uma distinção criada por Deus...

Declaration of Sentiment, in *The Liberator*, vol 5, n. 20, Boston, USA, maio 16, 1835. Adaptado.

O texto acima, veiculado no jornal *The Liberator*, traz um argumento antiescravista da primeira metade do século XIX que representa

- a) a presença da religião na política estadunidense, que se pretende virtuosa.
- b) o crescimento do movimento antiescravista que se propagava no sul do país.
- c) a defesa do abolicionismo no período posterior à Guerra de Secessão.
- d) o consenso nacional a respeito do atraso econômico imposto pela escravidão.

37. UEM-PR 2016 Sobre a História dos Estados Unidos, assinale o que for correto.

- 01** Na organização dos Estados Unidos se enfrentaram duas tendências políticas: a republicana, de Thomas Jefferson, defensora de maior autonomia para os estados; e a federalista, de Alexander Hamilton, que queria um governo central forte.
- 02** A partir do governo de George Washington (1789-1797) os Estados Unidos passaram por grande desenvolvimento econômico, atraindo grande número de imigrantes europeus.
- 04** Em meados do século XX, os Estados Unidos atingiram dimensões continentais por meio das expropriações das terras das populações indígenas, da compra de áreas coloniais pertencentes às potências europeias e de uma guerra contra o México, entre 1845 e 1848, que resultou na anexação de parte do território mexicano pelos Estados Unidos.
- 08** Após a Guerra de Secessão (1861-1865), os Estados do Norte (federalistas) e os Estados do Sul (confederados) encontravam-se arrasados demográfica e economicamente.
- 16** No final do século XIX, os Estados Unidos anexaram o Havai e derrotaram a Espanha na Guerra Hispano-Americana, conquistando territórios no Pacífico e no Caribe.

Soma:

38. UFSM-RS Observe o mapa:



Fonte: ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Leticia Fagundes. *Conexões com a História*. São Paulo: Moderna, 2010. v. 2 p. 95. (adaptado)

Essa rápida expansão territorial dos Estados Unidos da América no século XIX, mostrada no mapa, foi impulsionada por uma ideologia propagadora da crença de que os norte-americanos eram um povo eleito pela vontade divina para conquistar o Novo Mundo e expandir os seus domínios sobre territórios e populações que estivessem no seu caminho da “marcha para o oeste”. Trata-se

- a) do Fardo do Homem Branco.
- b) da Declaração de Independência.
- c) do Corolário Rooseveltiano.
- d) da Doutrina Monroe.
- e) do Destino Manifesto.

- 39. FGV-SP 2018** Em 1864, o conselho geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) incumbiu Karl Marx de redigir uma carta endereçada a Abraham Lincoln, presidente dos Estados Unidos, por ocasião de sua reeleição. Nessa carta, Marx felicitava o estadunidense e relacionava a luta contra a escravidão na América aos interesses e demandas das classes trabalhadoras. A respeito do contexto histórico dessa carta, é correto afirmar:
- a) Nos Estados Unidos da América, desenrolava-se a Guerra de Secessão, provocada pela separação das unidades federativas que desejavam a manutenção da escravidão.
 - b) A AIT foi fundada em 1864 como uma organização internacional que se propunha representar tanto a classe operária quanto setores da pequena burguesia democrática.
 - c) A Guerra Civil Americana foi provocada pelas ligações do então presidente Abraham Lincoln com a esquerda comunista internacional liderada pelo filósofo alemão Karl Marx.
 - d) Na Europa, a fundação da AIT representava uma tentativa de canalizar as lutas operárias para o interior das instituições políticas da sociedade burguesa, através da participação eleitoral.
 - e) A reeleição de Abraham Lincoln só foi possível devido à extensão do direito universal de voto a todos os estadunidenses, independentemente de sua condição racial ou social.

- 40. UFRRJ** Leia o texto que se refere à Guerra de Secessão e responda ao que se pede.

A União compreendia 23 Estados, com cerca de 28 milhões de habitantes; os Confederados tinham 11 Estados com uma população de cerca de 9 milhões de indivíduos, dos quais 3 milhões e 500 mil eram escravos. O sistema ferroviário da União era mais extenso e de melhor qualidade que o dos confederados. Estes dependiam de armas, munições e medicamentos importados, o que não ocorria com a União devido ao desenvolvimento industrial do Norte. Além do mais, os estaleiros do Norte reforçavam sua esquadra cujos navios afundaram os dos confederados e bloquearam os portos sulistas cortando ligações com o exterior.

AQUINO, R.S.L. et alii. *História das Sociedades: Das Sociedades Modernas às Sociedades Atuais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983, p. 174.

Sobre a Guerra de Secessão, ocorrida nos Estados Unidos entre 1861 e 1865, é correto afirmar que

- a) as suas causas encontram-se nas medidas protecionistas tomadas pelos estados do Sul em processo de industrialização, uma vez que estes estavam sufocados pela concorrência dos produtos mais baratos do norte industrializado.
- b) ela tem início como uma reação do Norte ao predomínio de sulistas no congresso americano, o que fez com que os estados do Norte, apesar de altamente industrializados, ficassem com a fatia menor do orçamento da União.
- c) os exércitos confederados se levantam contra a política discriminatória de sucessivos presidentes do Norte, que praticamente excluem o Sul de quaisquer investimentos para industrializar-se, aplicando durante anos a quase totalidade de recursos em estados do Norte.
- d) a classe dominante sulista, a burguesia mercantil, objetivava a constituição de um vigoroso mercado interno para escoar a produção agrícola de sua região, ao contrário dos estados do Norte, cuja classe dominante, a Burguesia Industrial, tinha como objetivo primeiro a ênfase no mercado externo.
- e) o conflito teve como um dos principais motivos as rivalidades cada vez maiores entre o norte industrializado e o Sul escravocrata em torno de problemas como a libertação dos escravos, desejada por políticos do Norte, que desorganizaria de modo central a economia agrícola sulista.

Texto complementar

Napoleão Bonaparte

Por meio dos trechos a seguir, podemos perceber como Eric Hobsbawm retrata Napoleão em seu clássico *A Era das Revoluções (1789-1848)*.

[...] Nascido em 1769, ambicioso, descontente e revolucionário, subiu vagarosamente na artilharia, um dos poucos ramos do exército real em que a competência técnica era indispensável. Durante a Revolução, e especialmente sob a ditadura jacobina, que ele apoiou firmemente, foi reconhecido como um soldado de dons esplêndidos e muito promissor.

[...] O poder foi meio atirado sobre seus ombros e meio agarrado por ele quando as invasões estrangeiras de 1799 revelaram a fraqueza do Diretório e a sua própria indispensabilidade. Tornou-se primeiro cônsul, depois cônsul vitalício e Imperador. E com sua chegada, como que por milagre, os insolúveis problemas do Diretório se tornaram solúveis. Em poucos anos a França tinha um Código Civil, uma concordata com a Igreja e até mesmo o mais significativo símbolo da estabilidade burguesa – um Banco Nacional. E o mundo tinha o seu primeiro mito secular.

[...] Como homem ele era inquestionavelmente muito brilhante, versátil, inteligente e imaginativo, embora o poder o tivesse tornado sórdido. Como general, não teve igual; como governante, foi um planejador chefe e executivo soberbamente eficiente e um intelectual suficientemente completo para entender e supervisionar o que seus subordinados faziam.

[...] Pois o mito napoleônico baseia-se menos nos méritos de Napoleão do que nos fatos, então sem paralelo, de sua carreira. Os homens que se tornaram conhecidos por terem abalado o mundo de forma decisiva no passado tinham começado como reis, como Alexandre, Carlos Magno ou

Júlio César, mas Napoleão foi o “pequeno cabo” que galgou o comando de um continente pelo seu puro talento pessoal. Todo jovem intelectual que devorasse livros, como o jovem Bonaparte fizera, escrevesse maus poemas e romances e adorasse Rousseau poderia, a partir daí, ver o céu como o limite e seu monograma enfaixado em lauréis. Todo homem de negócios daí em diante tinha um nome para sua ambição: ser – os próprios clichês o denunciam – um “Napoleão das finanças” ou da indústria. Todos os homens comuns ficavam excitados pela visão, então sem paralelo, de um homem comum que se tornou maior do que aqueles que tinham nascido para usar coroas. Napoleão deu à ambição um nome pessoal.

[...] Para os franceses ele foi também algo bem mais simples: o mais bem-sucedido governante de sua longa história. Triunfou gloriosamente no exterior, mas, em termos nacionais, também estabeleceu ou restabeleceu o mecanismo das instituições francesas como existem até hoje. Os grandes monumentos de lucidez do direito francês, os Códigos que se tornaram modelos para todo o mundo burguês, exceto o anglo-saxão, foram napoleônicos. A hierarquia dos funcionários, das cortes, das universidades e escolas foi obra sua. As grandes “carreiras” da vida pública francesa, o exército, o funcionalismo público, a educação e o direito ainda têm formas napoleônicas.

[...] Ele destruíra apenas uma coisa: a Revolução Jacobina, o sonho de igualdade, liberdade e fraternidade, do povo se erguendo na sua grandiosidade para derrubar a opressão. Este foi um mito mais poderoso do que o dele, pois, após a sua queda, foi isto e, não a sua memória, que inspirou as revoluções do século XIX, inclusive em seu próprio país.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 111-113.

Resumindo

Da década de 1760 em diante, a Europa foi tomada por uma série de revoluções que têm um papel fundamental para a construção da nossa modernidade. Os Estados Unidos, em 1776, tornaram-se a primeira nação independente das Américas. Eles adotaram um modelo republicano e federalista, o que caracteriza o processo de independência como uma verdadeira revolução, inaugurando novas formas de governo e organização política. Após um debate entre federalistas e antifederalistas, George Washington tornou-se presidente em 1789. A escravidão foi mantida. No século seguinte, os Estados Unidos iriam ampliar seu território até a costa oeste, algo que, na prática, significou também o genocídio de populações indígenas. O país também viveria a Guerra de Secessão. Após essa guerra civil, a escravidão foi abolida, mas a segregação racial foi mantida nos estados sulistas.

Ainda no século XVIII, o Caribe era o maior produtor de açúcar e café do mundo, com destaque para o Haiti, onde milhares de escravizados desembarcavam todos os anos. A partir de 1791, houve um grande levante de negros que tomou conta da Ilha de São Domingos, sob a liderança de Toussaint Louverture. Inicialmente, o Haiti foi integrado à República Francesa. Porém, após a tentativa de restauração da escravidão por Napoleão e a morte de Toussaint, Dessalines assumiu a liderança, e o Haiti tornou-se independente em 1804. Até o reconhecimento da sua independência, em 1825, o Haiti sofreria boicotes internacionais que lhe custariam caro nos dois séculos seguintes.

Enquanto isso, a monarquia francesa encontrava-se em um impasse, resultado de uma crise múltipla que a tornou incapaz de fazer reformas. Diante disso, a nobreza, a fim de obter mais poder em troca de concessões do rei, exigiu a criação da Assembleia dos Notáveis e, depois, da Assembleia dos Estados Gerais. Contudo, nos Estados Gerais, a burguesia francesa passou a cobrar mudanças mais profundas. Nesse contexto, as massas urbanas e o campesinato entraram em cena, obrigando a Assembleia a votar o “fim do feudalismo” e a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão. Diante de mais hesitação do rei e da nobreza, as massas de Paris, lideradas por mulheres, entraram novamente em cena e obrigaram o rei a morar em Paris e a aceitar, finalmente, se tornar um monarca constitucional.

Luís XVI, então, fingiu aceitar um compromisso, com leis que aboliram os privilégios, nacionalizaram os bens da Igreja católica, subordinaram os padres à revolução e instituíram o livre-comércio. Na prática, porém, o rei tentou fugir da França, sem sucesso. Apesar disso, tentou-se manter a monarquia, e foi promulgada uma nova Constituição, com voto restrito às elites. A situação se agravou. Diante da ameaça de guerra, a burguesia parlamentar dividiu-se entre jacobinos e girondinos. A guerra, em 1792, acelerou o processo revolucionário. Descobertas de conspiração do rei com as potências estrangeiras precipitaram a proclamação da República, chamada de Convenção.

A guerra foi proclamada em abril de 1792, a monarquia acabou em 10 de agosto de 1792 e os girondinos caíram em junho de 1793. Os jacobinos, então, assumiram a liderança. Naquele momento, houve uma forte centralização governamental, o recrutamento militar maciço, a mobilização da sociedade para a guerra e o período do Terror. Se, por um lado, os jacobinos inverteram a situação, e a França passou a vencer a guerra, por outro, os massacres, o controle dos preços e a excessiva centralização levaram à queda do governo.

O governo que emergiu com a Constituição de 1795, denominado Diretório, era caracterizado pela corrupção, pelas revoltas à esquerda e à direita, terminando, em 1799, no Golpe do 18 Brumário. Napoleão Bonaparte passou a ficar à frente da França até 1815, primeiro como cônsul, depois como cônsul vitalício e, finalmente, como imperador. Inicialmente, criou o Banco da França, reprimiu as dissidências e consolidou, por meio do Código Civil, as conquistas moderadas da Revolução. Sobretudo a partir de 1804, a política imperial ganhou peso, e os exércitos franceses se impuseram na maior parte da Europa, embora tenham sido derrotados no mar pelos ingleses. Com a derrota de Napoleão, a monarquia foi restaurada na França, e o Congresso de Viena (1814-1815) buscou restaurar as antigas dinastias e estabelecer uma tradição anti-hegemônica na Europa, fato fundamental para o século seguinte.

Quer saber mais?



Livros

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Lynn Hunt analisa o processo revolucionário francês, relacionando a política ao campo cultural, evidenciando, assim, a cultura como parte da vida política e mediadora das relações sociais.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos.* Boitempo, 2000.

C. L. R. James analisa questões referentes à revolução negra ocorrida em São Domingos e a sua relação com o líder desse movimento, Toussaint L'Ouverture.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos: Estado nacional e narrativa da nação (1776-1900).* São Paulo: Edusp, 2018.

Mary Anne Junqueira explora a formação e a consolidação dos Estados Unidos durante os séculos XVIII e XIX.

MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito.* Paco Editorial, 2017.

O autor sintetiza a recepção e as repercussões do processo revolucionário e emancipatório haitiano (1791-1825) no Brasil colonial e imperial.



Sites

CARVALHO, Daniel Gomes de. *A Revolução Francesa dos historiadores: os trabalhos que formaram o nosso conhecimento sobre o tema.* *Café História*, 7 out. 2019. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historiografia-da-revolucao-francesa/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

No artigo, Daniel Gomes de Carvalho faz um levantamento sobre os principais trabalhos que compõem a chamada historiografia clássica da Revolução Francesa, mapeando e explicando seu desenvolvimento.

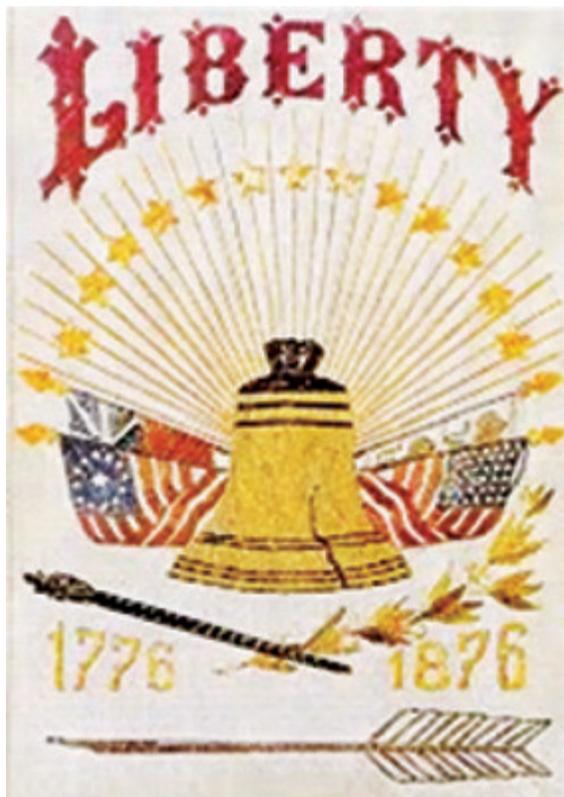
CARVALHO, Daniel Gomes de; FLORENZANO, Modesto. *A (des)fortuna de Thomas Paine: um problema histórico e historiográfico.* *Tempo*, v. 25, n. 2, p. 320-341, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/qyWTZz7F7h-5j3wzvnvPPbprd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 dez. 2021.

Os autores explicam por que Thomas Paine, um dos "pais fundadores" dos Estados Unidos, não tem o devido reconhecimento na história e na historiografia.

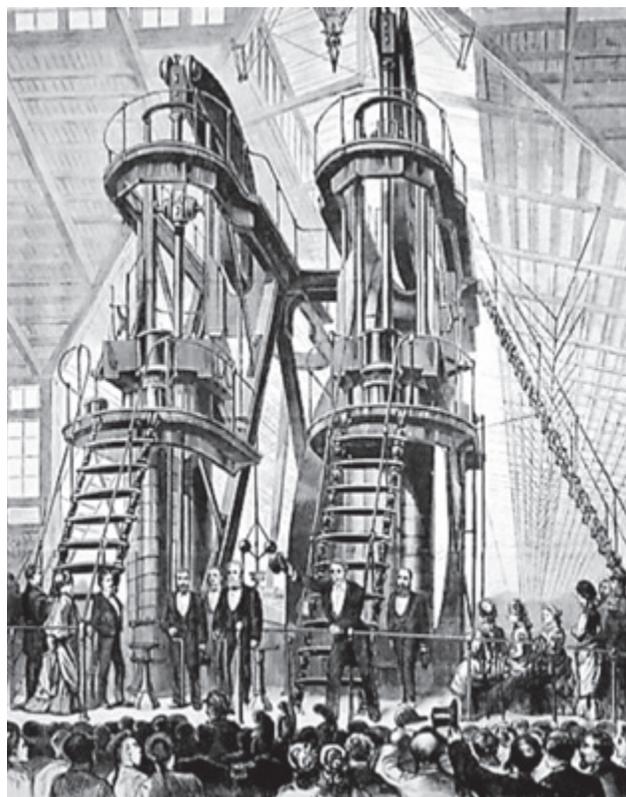
Exercícios complementares

1. Uerj 2017

EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE FILADÉLFIA, 1876



Cartaz de divulgação, no qual se lê "liberdade", em inglês.



Litografia da cerimônia de inauguração.

A Exposição Internacional de Filadélfia, ocorrida em 1876, integrou o conjunto das exposições universais do século XIX e promoveu também as comemorações do centenário da declaração de independência dos Estados Unidos.

Apresente uma das repercussões dessa declaração de independência para o continente americano, em finais do século XVIII. Em seguida, identifique duas características da Exposição Internacional de Filadélfia que simbolizavam as transformações em curso na sociedade norte-americana naquele momento.

2. UFBA

Texto I

Trecho da Declaração de Independência dos Estados Unidos

São verdades incontestáveis para nós: que todos os homens nascem iguais; que lhes conferiu o Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais o de vida, o de liberdade e o de buscar a felicidade; que, para assegurar esses direitos, se constituíram entre os homens governos, cujos poderes justos emanam do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo tenda a destruir esses fins, assiste ao povo o direito de mudá-la ou aboli-la, instituindo um novo governo, cujos princípios básicos e organização de poderes obedecem às normas que lhes pareçam mais próprias para promover a segurança e a felicidade gerais.

(AQUINO, 2005, p. 203).

Texto II

Declaração dos direitos do homem e do cidadão

No dia 26 de agosto de 1789, a Assembleia Nacional Constituinte proclamou a célebre Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, tendo como base o ideário burguês do Iluminismo. Entre os principais pontos defendidos por esse documento, destacam-se:

- o respeito, pelo Estado, à dignidade da pessoa humana;
- a liberdade e a igualdade dos cidadãos perante a lei;
- o direito à propriedade individual;
- o direito de resistência à opressão política;
- a liberdade de pensamento e de opinião.

De maneira solene, a Declaração tornava explícitos os pressupostos filosóficos sobre os quais deveria ser construída a nova sociedade liberal burguesa.

(COTRIM, 1994, p. 290).

Com base nas declarações que compõem os textos I e II, cite duas características comuns que marcaram o momento histórico no qual foram produzidas essas duas Declarações.

3. **UFRJ** Na realidade, a prudência recomenda que não se mudem os governos instituídos há muito tempo por motivos leves e passageiros; e, assim sendo, toda experiência tem mostrado que os homens estão mais dispostos a sofrer, enquanto os males são suportáveis, do que a se desagrar, abolindo as formas a que se acostumaram.

Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos – Guardas para sua futura segurança.

Declaração de Independência dos Estados Unidos da América
(4 de julho de 1776).

O fragmento faz menção a medidas de natureza coercitiva impostas pela Inglaterra às Treze Colônias após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

- a) Cite e explique uma destas medidas.
b) Identifique e explique um princípio, presente no texto, derivado da mentalidade democrática e liberal da época.

4. **Unemat-MT** Alguns historiadores defendem a tese que a Revolução Americana (1776) não poderia ser chamada de “revolução”, tal como a Revolução Francesa e Revolução Russa. Contudo, existe um aspecto revolucionário neste movimento de independência, pois, não se pode:

- a) desconsiderar que os americanos foram os primeiros colonos a se libertar da sua metrópole, ou seja, esse é o único caráter revolucionário da Revolução Americana.
b) desconsiderar que os americanos criaram uma forma de pensar que mudou completamente o modo de ver o mundo naquela época: o Iluminismo.
c) desconsiderar que os americanos foram os primeiros a lutar e acabar de vez com a escravidão em seu território.
d) desconsiderar que os americanos lutaram e venceram a maior potência europeia, isso, com certeza, é um ato revolucionário.
e) desconsiderar que a sociedade vigente estava dividida em classes sociais e os revolucionários americanos defendiam que todos eram iguais perante a lei.

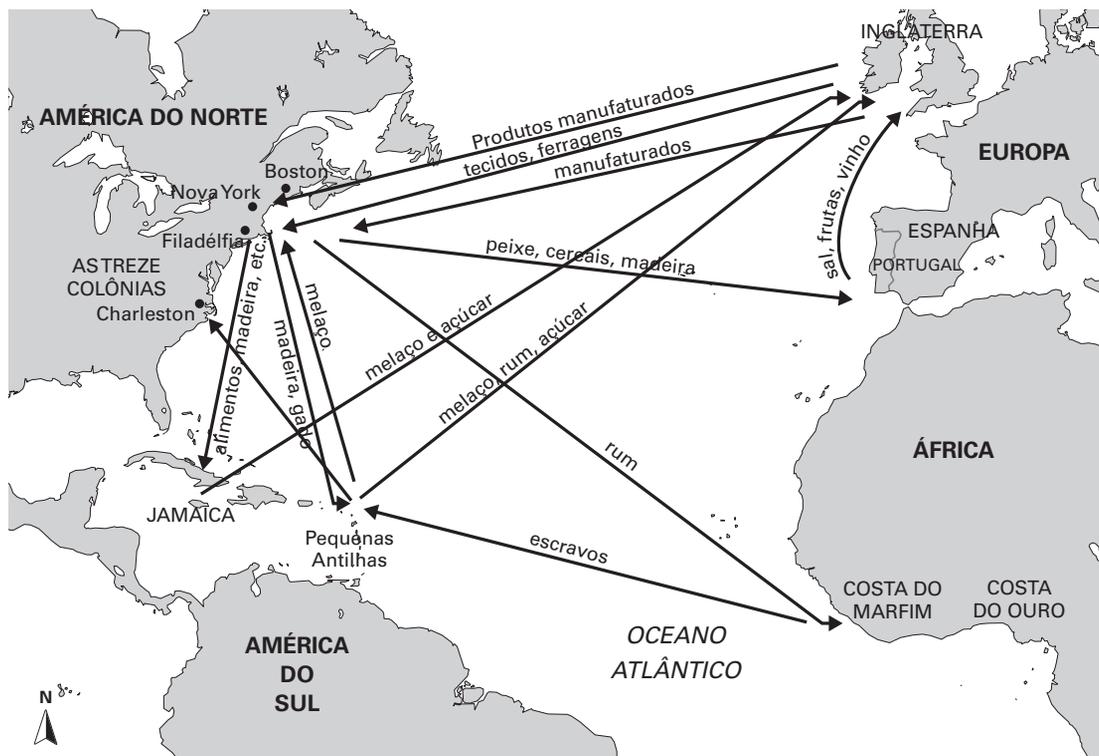
5. **UFU-MG 2016** Uma verdadeira paixão pelos Estados Unidos tomara conta dos franceses nos anos que precederam a revolução, como testemunham Chateaubriand e o próprio Franklin, que escrevia de Paris a seus correspondentes americanos: “aqui é comum dizer que nossa causa é a do gênero humano”. Além do mais, essa república fora fundada por colonos com quem a França tecera contra a Inglaterra uma aliança vitoriosa: os que tinham se engajado na aventura eram conhecidos por ter sofrido [...] de “inoculação americana”.

OZOUF, Mona. *Varenes: a morte da rainha*, 21 de junho de 1791. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 175-176. Adaptado.

A historiografia é consensual em afirmar que o movimento revolucionário francês e os ideais iluministas foram de grande importância para diversas lutas coloniais ocorridas na América. Menos estudada é a influência que os norte-americanos exerceram sobre os revolucionários franceses. Essa influência pode ser explicada, para além dos fatores mencionados na citação de Mona Ozouf,

- a) pela forte tradição liberal dos colonos norte-americanos que, durante a luta pela independência, foram contrários a toda forma de exploração do trabalho.
- b) pelo forte apelo simbólico que exercia o exemplo norte-americano de emancipação colonial, visto como caso modelar de luta contra a opressão dos poderes constituídos.
- c) pelo desprezo que os colonos norte-americanos tinham em relação à religião, vista por eles como braço aliado do poder da metrópole inglesa, contra a qual deveriam lutar.
- d) pela defesa da doutrina fisiocrata que, no plano político, se traduzia na permanência de privilégios constitucionais para as camadas senhoriais.

6. **UFMG** Observe o mapa, em que estão representados os intercâmbios comerciais das Colônias Inglesas da América do Norte:



- Considerando-se as informações desse mapa e outros conhecimentos sobre o assunto, é CORRETO afirmar que
- a) as Antilhas Britânicas, com uma economia basicamente extrativista, ocupavam um papel secundário tanto para os interesses metropolitanos, quanto nos intercâmbios comerciais das Colônias Inglesas da América do Norte.
 - b) as Colônias Inglesas do norte e do centro desenvolveram um intenso comércio intercontinental com as Antilhas, a África e a Europa, em detrimento das Colônias Inglesas do sul, que estavam isoladas.
 - c) o comércio intercolonial e intercontinental se desenvolveu nas Colônias Inglesas da América do Norte, apesar das tentativas, ineficazes, de aplicação das Leis de Navegação por parte da Metrópole.
 - d) os comerciantes metropolitanos compravam diversos produtos manufaturados da América Inglesa, onde a atividade fabril era intensa, em razão da abundância de matérias-primas e de mão de obra barata.

7. **Uerj** Que os tiranos de todos os países, que todos os opressores políticos ou sagrados saibam que existe um lugar no mundo onde se pode escapar aos seus grilhões, onde a humanidade desonrada reergueu a cabeça; [...]; onde as leis não fazem mais que garantir a felicidade; onde [...] a consciência deixou de ser escrava [...].

RAYNAL (abade). *A Revolução da América*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

A posição apresentada pelo abade Raynal sintetiza alguns aspectos da ilustração política.

- a) A partir do texto, indique, com suas próprias palavras, dois princípios do pensamento iluminista.
- b) Para o autor do texto, a independência das treze colônias inglesas foi um processo revolucionário, razão pela qual denomina-a de Revolução Americana. Cite e explique um fator que contribuiu para essa Revolução.

8. **Unicamp-SP** Na emissão de suas primeiras moedas, os EUA decidiram pelo uso de símbolos como a corrente, a águia, as estrelas e a imagem de uma mulher representando a Liberdade. Decidiu-se diferenciar o dólar americano de outras moedas, como as inglesas que traziam o retrato do monarca George III.

Adaptado de Jack Weatherford, *História do Dinheiro*. São Paulo: Negócio Editora, 1999, p. 123-4.

- a) O que essa primeira emissão de moedas simbolizava?
- b) Mencione dois motivos centrais da disputa entre a Inglaterra e sua colônia na América que resultaram na independência dos EUA.
- c) O dólar tornou-se um padrão monetário internacional ao final da Segunda Guerra Mundial. O que isso significou?
- 9. FCL-SP** Os conflitos armados, responsáveis, dentre outros fatores, pela consolidação de Estados nacionais no continente americano, ao longo do século XIX, são:
- a) as guerras guaranílicas, a guerra do Mil Dias e a guerra entre México e Estados Unidos pelo Texas.
- b) a guerra Cisplatina, a guerra contra Rosas e a guerra das Malvinas.
- c) as guerras guaranílicas, as guerras napoleônicas e guerra da Tríplice Aliança.
- d) a guerra civil norte-americana, a guerra da Tríplice Aliança e a guerra do Pacífico.
- e) a guerra do Chaco, a guerra da Cisplatina e a guerra das Malvinas.
- 10. Uefs-BA** A Revolução Americana, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa apresentam como fator comum de ligação
- a) a luta contra a opressão de países estrangeiros.
- b) o fortalecimento do tráfico de escravos como base segura de lucros.
- c) a promoção de medidas que levaram ao imperialismo colonial.
- d) a inserção no mesmo contexto histórico que registrou a ascensão do capitalismo.
- e) a crítica à doutrina econômica da Igreja Católica, favorável à divisão da grande propriedade.
- 11. Uerj** Em fevereiro de 2004, o Haiti foi manchete de jornais e revistas, em função da saída de seu primeiro presidente eleito de forma direta, Jean-Bertrand Aristide, frente à crescente oposição interna. A história de lutas no Haiti começou, no entanto, no final do século XVIII, quando ocorreram os primeiros movimentos de resistência à dominação francesa. Somente em 1804, após mais de dez anos de conflitos, essa colônia conquistou sua independência, passando a se chamar Haiti.
- a) Identifique o episódio da conjuntura internacional que influenciou, em agosto de 1791, no Haiti, o levante contra a dominação dos franceses e justifique sua resposta.
- b) Aponte a característica que distinguiu o processo de independência do Haiti do das outras colônias americanas e um reflexo dessa característica sobre as elites brasileiras da primeira metade do século XIX.

12. FICSAE-SP 2022

Enquanto, em Paris, a guilhotina decepava as cabeças dos jacobinos, em São Domingos [Jean-Jacques] Dessalines e seus companheiros continuavam a defender, de armas na mão, o ideal jacobino da liberdade e igualdade de todos os homens.

[...] A 29 de novembro de 1803, os revolucionários negros divulgaram uma declaração preliminar de Independência. A 31 de dezembro, foi lida a Declaração de Independência definitiva. O novo Estado recebeu, no batismo, a denominação indígena de Haiti.

Dessalines se tornou o primeiro chefe de Estado haitiano [...]. Começou a governar com as bençãos dos capitalistas ingleses e americanos [...].

Os ex-escravos, por sua vez, viram-se definitivamente livres do trabalho compulsório nas plantações de cana e nos engenhos de açúcar. [...] O Haiti saiu do mercado mundial do açúcar e eliminou a possibilidade de progredir em direção a um nível econômico superior. De colônia mais produtiva das Américas passou a país independente pauperizado e fora de um intercâmbio favorável na economia internacional.

GORENDER, Jacob. "O épico e o trágico na história do Haiti". In: *Estudos Avançados*, nº 50, 2004.

O excerto apresenta um aspecto central da independência do Haiti, em 1803-1804:

- a) a construção, no pós-independência, do primeiro Estado indígena latino-americano.
- b) o apoio do governo francês de Napoleão Bonaparte à luta autonomista dos escravizados do Haiti.
- c) a articulação entre o processo revolucionário na França e a revolução negra do Haiti.
- d) o crescimento econômico acelerado do país, alcançado após a obtenção da autonomia política.
- e) a manutenção, no pós-independência, da estrutura socioeconômica do período colônia.
- 13. UEL-PR** Sobre a América Latina Colonial, considere as afirmativas:
- I. A organização do trabalho colonial na América Espanhola baseou-se na exploração da mão de obra indígena, em formas variadas de servidão (como a *encomienda* e a *mita*), e no uso, em algumas regiões, do trabalho escravo africano.
- II. Na organização social das colônias espanholas na América, os brancos nascidos na América constituíram os *criollos*, grupo que concentrou a propriedade de terra e que tinha acesso restrito às mais altas funções dirigentes nos sistemas administrativo, judiciário e militar, privativos dos brancos nascidos na Espanha.
- III. No processo de independência das colônias espanholas na América, prevaleceu a proposta de Simon Bolívar (Bolívarismo), na qual os interesses particulares das novas nações eram mais importantes que uma unificação artificial baseada no passado comum da colonização ibérica.

- IV.** Na colônia francesa do Haiti, a aliança entre os escravos e a elite branca local, a favor da independência, foi vitoriosa contra o Estado francês, o que permitiu a dominação da minoria branca na ilha, depois da emancipação política. Assinale a alternativa correta.
- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
 - b) Somente as afirmativas II e IV são corretas.
 - c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
 - d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
 - e) Somente as afirmativas I, III e IV são corretas.

14. UEM-PR 2015 O Haiti é um pequeno país localizado na parte ocidental da Ilha de São Domingos, nas Antilhas. Nesse país, o movimento pela emancipação política, no final do século XVIII, tomou um rumo distinto das demais colônias europeias na América. A respeito da história do Haiti, assinale a(s) alternativa(s) **correta(s)**.

- 01** O Haiti foi, ao longo da Época Moderna, uma colônia francesa e sua economia se baseava na produção e no comércio de açúcar.
- 02** Uma singularidade do processo de independência do Haiti se deve ao fato de que ela foi conduzida por ex-escravos.
- 04** Embora, no momento, esteja vivendo problemas circunstanciais, em razão de questões climáticas, o Haiti, graças à abundância de recursos naturais, é um dos países economicamente mais promissores da América Central.
- 08** Ao assumir a chancelaria francesa, em 1898, pressionado pelos revolucionários franceses, que tinham como lema “liberdade, igualdade e fraternidade”, Napoleão Bonaparte reconheceu a independência do Haiti.
- 16** A mão de obra utilizada no Haiti, durante o período colonial, foi principalmente a dos escravos de origem africana.

Soma:

15. Uncisal 2016 Muitos são os fatores que tornam a Revolução do Haiti um acontecimento único; a ex-colônia francesa foi uma das primeiras a realizar a independência diante da metrópole, utilizando-se, inclusive, das ideias de libertação da própria França, sua colonizadora, além disso, a Revolução foi levada a cabo por escravos, quando que na maior parte das colônias europeias na América Latina o processo de independência fora encabeçado por membros de uma elite crioula e, embora tenha havido participação popular, esta foi muito diminuta.

SOARES, Ana Loryn; SILVA, Elton Batista da. A revolução do Haiti: um estudo de caso (1791-1804). *Ameríndia*, v. 1, 2006, p. 4. Disponível em: <<http://200.129.29.202/index.php/2015/article/view/1380/1286>> . Acesso em: 5 nov. 2015.

A luta pela conquista da independência política do Haiti se tornou singular, pois Liberdade, para eles, implicava

- a) acabar com a escravidão.
- b) findar com a discriminação.
- c) agenciar a igualdade racial.
- d) lutar pela divisão das terras.
- e) buscar a livre comercialização.

16. Fatec-SP 2022 Durante a Revolução Francesa, muitas mulheres reivindicaram direitos civis e cidadania política, participaram de protestos e reuniões da Assembleia Nacional e criaram mais de 60 associações femininas, nas quais eram discutidas as principais questões políticas da época. Entretanto, o desenrolar da Revolução evidenciou uma contradição entre os princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, e a legislação que instituiu os direitos dos diferentes grupos sociais. No caso das mulheres, essa contradição se expressa

- a) pela equiparação aos escravizados das colônias francesas, que fez com que esses dois grupos passassem a ter mais direitos que os demais.
- b) pela promulgação da Declaração dos Direitos da Mulher, que assegurou a superioridade feminina em relação aos homens.
- c) pela institucionalização do dia 8 de março e, ao mesmo tempo, pela equiparação salarial em relação aos homens.
- d) pela participação das meninas na vida pública e pela abolição do trabalho doméstico para as mulheres.
- e) pela conquista de direitos como o divórcio e, ao mesmo tempo, pela proibição da participação política.

17. Unesp 2020 Leia os dois textos, escritos no final do século XVIII.

Texto 1

O grande dia, resultado da libertação, começava a me despertar; respirava livremente, quando vi diante de mim uma multidão em tumulto. Não fiquei surpreso... Aproximo-me e... oh! espetáculo de horror! Vejo duas cabeças na ponta de uma lança!...

Aterrorizado, informo-me... “São”, diz-me um açougueiro, “as cabeças de Flesselles e de Launay...” Ouvindo isso, estremeço! Vejo uma nuvem de males pairar sobre a infeliz capital dos franceses... Mas a informação não estava inteiramente correta: a cabeça de Flesselles, o rosto desfigurado pelo tiro de pistola que há pouco acabara com sua vida, rolava nas águas do Sena. Eram De Launay e seu major que eu via ultrajados!

Prossigo: mil vozes de arauto para a Novidade... [...] Não acreditei e fui ver o cerco de perto... No meio da Grève, encontro um corpo sem a cabeça estendido no meio do riacho, rodeado por cinco ou seis indiferentes. Faço perguntas... É o governador da Bastilha...

Que pensamentos!... Esse homem, outrora impassível diante do desespero dos infelizes enterrados vivos sob sua guarda, por ordem de execráveis ministros, ei-lo!...

Restif de la Bretonne. *As noites revolucionárias*, 1989.

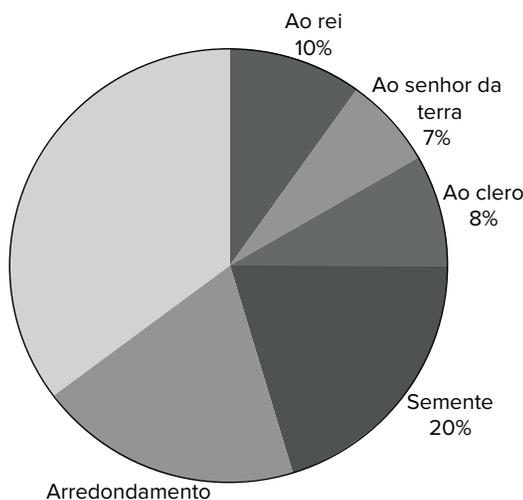
Texto 2

Oh! Aquela alegria me deu náuseas. Sentia-me ao mesmo tempo satisfeito e descontente. E eu disse, tanto melhor e tanto pior. Eu entendia que o povo comum estava tomando a justiça em suas mãos. Aprovo essa justiça [...] mas poderia não ser cruel? Castigos de todos os tipos, arrastamento e esquartejamento, tortura, a roda, o cavalete, a fogueira, verdugos proliferando por toda parte trouxeram tanto prejuízo aos nossos costumes! Nossos senhores [...] colherão o que semearam.

Graco Babeuf apud Robert Darnton. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução, 1990.

- Cite o evento histórico a que o texto 1 se refere e a situação sociopolítica e econômica a que esse evento se opôs.
- Identifique o elemento comum aos dois textos e explique a última frase do texto 2.

- 18. Unicamp-SP 2013** Observe a distribuição de custos dos camponeses franceses, em percentual da colheita, às vésperas da Revolução de 1789. Esses custos referem-se ao arrendamento da terra, ao custo das sementes e aos impostos pagos ao rei, ao senhor da terra e ao clero.



Adaptado de L. Bourquin (coord.), *Histoire*. Paris: Belin, 2003, p. 187.

- Relacione os dados apresentados com as condições vividas pelos camponeses na França do final do Século XVIII.
- Por quais motivos a questão econômica foi um elemento importante para o Terceiro Estado durante a Revolução Francesa?

- 19. Unesp 2013**



Hubert Robert. *A Bastilha nos primeiros dias de sua demolição*, 20 de julho de 1789. Museu Carnavalet, Paris, França.

Esta representação da Bastilha, prisão política do absolutismo monárquico, foi pintada em 1789. Indique dois elementos da tela que demonstrem a solidez e a força da construção e o significado político e social da jornada popular de 14 de julho de 1789.

20. UFPR 2016 Considere os seguintes excertos produzidos no contexto da Revolução Francesa (1789-1799):

Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (26 de agosto de 1789)	Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã (setembro de 1791)*
Art. 1º. Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.	Art. 1º. A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.
Art. 2º. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade a segurança e a resistência à opressão.	Art. 2º. O objeto de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem: Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão.
Art. 13º. Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração é indispensável uma contribuição comum que deve ser dividida entre os cidadãos de acordo com suas possibilidades.	Art. 13º. Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração, as contribuições da mulher e do homem serão iguais; ela participa de todos os trabalhos ingratos, de todas as fadigas, deve então participar também da distribuição dos postos, dos empregos, dos cargos, das dignidades e da indústria

*Essa declaração, escrita e proposta pela francesa Olympe de Gouges, não foi aprovada pela Assembleia Nacional; Olympe foi guilhotinada por ordem de Robespierre em 1793.

- O texto de 1791 estabelece direitos e obrigações detalhados e separados para homens e mulheres na política e nos negócios, conforme o projeto burguês de sociedade, enquanto o texto de 1789 defende um ideal universalista, sem distinção social.
- O texto de 1789 defende direitos universais, sem explicitar a questão de gênero, enquanto o texto de 1791 defende a igualdade de direitos entre os gêneros, reivindicando a atuação feminina em assuntos considerados masculinos, como a política e os negócios.
- O texto de 1791 defende a luta contra a opressão das mulheres após séculos de dominação monárquica na França, enquanto o texto de 1789 é contra a opressão masculina causada pela predominância do clero e da nobreza sobre o terceiro estado.
- O texto de 1789 utiliza o termo “homem” para designar a todo o conjunto de cidadãos, sem distinção de classe e origem, enquanto o texto de 1791 substitui “homem” por “mulher”, a fim de reivindicar direitos exclusivos para as cidadãs da classe burguesa.
- O texto de 1789 defende que nenhum direito é válido se não incluir todos os cidadãos, enquanto o texto de 1791 contradiz esse princípio ao privilegiar as mulheres, que reivindicavam maior espaço na sociedade após a morte da Rainha Maria Antonieta.

21. Enem 2017 Fala-se muito nos dias de hoje em direitos do homem. Pois bem: foi no século XVIII — em 1789, precisamente — que uma Assembleia Constituinte produziu e proclamou em Paris a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Essa Declaração se impôs como necessária para um grupo de revolucionários, por ter sido preparada por uma mudança no plano das ideias e das mentalidades: o Iluminismo.

FORTES, L. R. S. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Adaptado.

Correlacionando temporalidades históricas, o texto apresenta uma concepção de pensamento que tem como uma de suas bases a

- modernização da educação escolar.
- atualização da disciplina moral cristã.
- divulgação de costumes aristocráticos.
- socialização do conhecimento científico.
- universalização do princípio da igualdade civil.

22. UEM-PR 2014 A Revolução Francesa, ocorrida no final do século XVIII, é considerada pelos estudiosos como um dos acontecimentos que contribuiu para a formação da sociedade contemporânea. Sobre as contribuições da Revolução Francesa para a sociedade contemporânea, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).

- Os ideais liberais e democráticos da Revolução Francesa serviram de base para a constituição de Estados totalitários contemporâneos em diversos países da Europa.
- Com a Revolução Francesa, estabeleceu-se a liberdade de crença religiosa e a separação entre Estado e Igreja.
- A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é um dos resultados mais diretos da Revolução Francesa.
- Os revolucionários defendiam ideais de liberdade e de igualdade, em oposição ao absolutismo monárquico.
- A Revolução Francesa representou a primeira reação política organizada da História contra uma sociedade centrada nos valores pré-capitalistas.

Soma:

23. Unicamp-SP 2021 Seguindo a trajetória das ativistas, vemos que lutaram ao lado dos homens no movimento popular urbano e participaram de várias jornadas populares, como as de 9 de abril, 20 de junho e 10 de agosto de 1792, as quais resultaram na queda da monarquia. Abraçaram a Revolução, queriam armar-se para defender a nação dos inimigos internos, e tomaram parte nas festas cívicas. Algumas se alistaram no exército e foram lutar nas fronteiras. No caso das Republicanas Revolucionárias, durante certo tempo contaram com o apoio dos deputados da Montanha e os ajudaram a derrubar os Girondinos. Nessa ocasião, mereceram elogios públicos. Depois se aliaram aos radicais e fizeram oposição aos Montanheses. As militantes adquiriram uma visibilidade nunca imaginada para mulheres do povo, despertando o interesse e a inquietação de integrantes do governo acerca da questão dos direitos civis e políticos femininos. Sua presença na cena política foi tolerada e até incentivada no início da Revolução Francesa, porém reprimida em outubro de 1793, e depois de forma definitiva em 1795.

Adaptado de MORIN, Tania Machado. *Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 4-6.

Com base no excerto e em seus conhecimentos sobre a Revolução Francesa, assinale a alternativa correta.

- a) A Revolução Francesa não garantiu o direito de voto às mulheres, mas a participação delas no movimento fez com que sua exclusão da vida pública ganhasse visibilidade e fosse debatida.
- b) Os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade da Revolução consolidaram os direitos civis e políticos das mulheres, igualando-os aos direitos dos homens de forma inédita na história da França e da Europa.
- c) Os revolucionários consideravam que as tarefas desempenhadas pelas mulheres na Revolução eram irrelevantes e restritas às atividades domésticas, por isso elas não conquistaram os mesmos direitos civis que os homens.
- d) A Revolução Francesa aboliu a desigualdade de gênero em todos os âmbitos da vida pública por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelecia a igualdade e a cidadania.

24. FGV-SP 2016 O texto a seguir narra algumas mudanças ocorridas na França ao tempo da Revolução.

Depois da proclamação da República, em setembro de 1792 (...) Até mesmo as medidas de espaço, tempo e peso passaram a ser questionadas. Todos deveriam falar a mesma língua, usar os mesmos pesos e medidas e entregar as moedas antigas. Uma comissão trabalhou para estabelecer o sistema métrico, e a Convenção instituiu um novo calendário. Em vez da semana de sete dias, haveria a *décade*, período de dez dias sem variação de mês para mês. No lugar dos nomes da 'época vulgar', os nomes dos meses e dias refletiriam a natureza e a razão. Germinal, floreal e prairial (fins de março a fins de junho), por exemplo, evocavam os brotos e flores da primavera, enquanto primidi, duodi etc. Ordenavam os dias racionalmente, sem a ajuda dos nomes de santos. Em Toulouse, as autoridades municipais chegaram a contratar um relojoeiro

para 'decimalizar' o relógio da Câmara Municipal. Até os relógios podiam testemunhar a Revolução.

HUNT, L. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad., São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 97.

- a) Apresente quatro características da França durante o período republicano de 1792 a 1795.
- b) Explique os significados históricos dessa tentativa de estabelecer outras referências e denominações para o calendário.
- c) Relacione o novo calendário instituído pela revolução às ideias ilustradas do século XVIII.

25. Unesp Com a aliança entre jacobinos e *sans-culottes*, a revolução dava um passo à frente, à esquerda, ganhando uma nova forma política e um novo conteúdo social.

Modesto Florenzano, *As revoluções burguesas*.

No contexto da Revolução Francesa, explique duas medidas que revelam o caráter inovador do governo jacobino (1792-1794).

26. Uema 2015 Aproximamo-nos do segundo centenário do Congresso de Viena, quando, depois da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas, delegações de praticamente todos os estados europeus então se aproximaram para participar dessa cúpula histórica entre setembro de 1814 e junho de 1815, na cidade de Viena.

(Fonte: Associação dos Historiadores Latino-Americanos e do Caribe – ADHILAC. Disponível em: <<http://adhilac.com.ar/?p=9219>>. Acesso em: 21 set. 2014.) (Adaptado e traduzido do espanhol)

Explique a função do Congresso de Viena no processo de reorganização dos países europeus após a derrota de Napoleão Bonaparte.

27. Uece 2014 Atente para as seguintes citações:

I. "Os reis, aristocratas e tiranos, independentemente da nação a que pertençam, são escravos que se revoltam contra o soberano da Terra, isto é, a humanidade, e contra o legislador do universo, a natureza."

(Maximilien Robespierre, líder e comandante do terror Jacobino, defensor de ideias revolucionárias para aquele tempo, como voto universal, eleições diretas, educação gratuita e obrigatória, e imposto progressivo, segundo a renda.)

II. "[...] garantir a propriedade do rico, a existência do pobre, o usufruto do industrial e a segurança de todos."

(Boissy d'Anglas, sobre o objetivo da Constituição de 1795, da qual foi o relator, promulgada pela Convenção após a queda do regime de terror implantado pelos jacobinos sob liderança de Robespierre.)

Analisando as citações acima, pode-se afirmar corretamente que

- a) caracterizam o processo de reação da nobreza que, liderada por Robespierre, atacou os interesses da burguesia que a escravizava.
- b) significam o fim do Estado Burguês, pois tanto Robespierre quanto d'Anglas desejavam a segurança de todos os franceses indistintamente.
- c) representam, respectivamente, os momentos de maior radicalização popular e de acomodação burguesa dentro do movimento revolucionário que derrubou o Antigo Regime na França em 1789.
- d) ambas reproduzem a preponderância dos princípios burgueses de supremacia da liberdade individual e da fraternidade entre as classes sociais.

28. Fuvest-SP 2016



Jacques-Louis David. Governo inglês – o inglês nascido livre, 1794.

A imagem pode ser corretamente lida como uma

- defesa do mercantilismo e do protecionismo comercial ingleses, ameaçados pela cobiça de outros impérios, sobretudo o francês.
- crítica à monarquia inglesa, vista, no contexto da expansão revolucionária francesa, como opressora da própria sociedade inglesa.
- alegoria das pretensões francesas sobre a Inglaterra, já que Napoleão Bonaparte era frequentemente considerado, pela burguesia, um líder revolucionário ateu.
- apologia da monarquia e da igreja inglesas, contrárias à laicização da política e dos costumes típicos da Europa da época.
- propaganda de setores comerciais ingleses, defensores dos monopólios comerciais e contrários ao livre-cambismo que, à época, ganhava força no país.

- 29. FGV-RJ 2020** Leia atentamente o documento abaixo e depois responda às questões propostas.

Título I

Artigo 1. O governo da república é confiado a um Imperador que toma o título de Imperador dos Franceses (...)

Artigo 2. Napoleão Bonaparte, atual Primeiro Cônsul da República, é o imperador dos Franceses. Napoleão Bonaparte, primeiro Imperador dos Franceses: Senatus-Consulto de 18 de maio de 1804.

(MATTOSO, K. M. de Q. (org.) *Textos e documentos para o estudo da História Contemporânea (1789-1963)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1977, p. 38.)

- Explique o processo histórico que desembocou na ascensão de Napoleão como imperador na França.
- Aponte duas medidas implementadas por Napoleão durante o seu império.
- Explique o contexto internacional do período napoleônico.

- 30. Fuvest-SP 2021** De acordo com o historiador Nicolau Sevcenko, “é possível identificar um “confronto entre o impulso libertador, presente nos anseios de mudança social, e o caráter autoritário, elitista do planejamento reformador” em muitas obras produzidas por escritores identificados com o pensamento Iluminista.

“Apresentação”. Restif de La Bretonne. *Noites revolucionárias*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

- Cite um pensador identificado com o Iluminismo.
- Identifique dois elementos do Iluminismo que contribuíram para a crítica do Antigo Regime.
- Indique uma medida marcada pelo “impulso libertador” e outra pelo “planejamento reformador” adotada durante a Convenção Nacional ou sob o Diretório.

- 31. Unicamp-SP 2013** No fim do século XIX, Frederick Jackson Turner elaborou uma tese sobre a “fronteira” como definidora do caráter dos Estados Unidos até então. A força do indivíduo, a democracia, a informalidade e até o caráter rude estariam presentes no diálogo entre a civilização e a barbárie que a fronteira propiciava. As tradições europeias foram sendo abandonadas à medida que o desbravador se aprofundava no território em expansão dos Estados Unidos. Em relação à questão da fronteira nos Estados Unidos, responda:

- De quais grupos ou países essas terras foram sendo retiradas no século XIX?
- O que foi o “Destino Manifesto” e qual seu papel nessa expansão?

- 32. Uerj 2016**

Malha ferroviária no Brasil e nos E.U.A. (em quilômetros)		
Ano	Brasil	E.U.A.
1860	216	49.008
1870	808	85.440
1880	3488	135.028,8
1890	16225,5	258.235,2

Adaptado de CARVALHO, J. M. de (org.). *História do Brasil nação*. Madrid: Fundación MAPFRE; Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

Os dados sobre a malha ferroviária do Império do Brasil e dos E.U.A. estão relacionados a importantes transformações ocorridas no século XIX.

Cite um grupo social ou setor econômico que financiou a construção de ferrovias no Brasil nesse período. Apresente, também, duas transformações econômicas, uma no Brasil e outra nos E.U.A., associadas aos ritmos das alterações nas malhas ferroviárias.

- 33. UFG-GO** Leia o excerto do documento abaixo.

Temos diante do cumprimento de nossa missão – para todo desenvolvimento do princípio de nossa organização – a liberdade de consciência, a liberdade da pessoa, a liberdade de comércio e negócios, a universalidade da liberdade e da igualdade. Esse é o nosso elevado destino, eterno e inevitável, decreto da natureza de causa e efeito, que devemos realizar. Tudo isso será a nossa história futura para estabelecer na terra a dignidade moral e a salvação do homem. Para levar essa missão abençoada às nações do mundo, que estão afastadas da luz que dá

vida de verdade, foi escolhida a América. Então, quem pode duvidar que o nosso país será destinado a ser a grande nação do futuro?

SULLIVAN, John O'. *Destino Manifesto*, 1839. Disponível em: <www.mtholyoke.edu/acad/intrel/osulliva.htm>. Acesso em: 11 out. 2010. Adaptado.

Esse discurso, conhecido como *Destino Manifesto* (1839), expressava as bases nas quais se sustentava a política externa dos Estados Unidos. Além disso, ele produziu uma imagem sobre a nação norte-americana que permanece sendo atualizada. Diante do exposto, explique a relação entre

- os princípios do Destino Manifesto e a autoimagem da nação norte-americana;
- essa autoimagem e a política externa norte-americana, na década de 1840.

34. Unicamp-SP Nos Estados Unidos da década de 1870, o projeto político sulista de excluir os negros venceu. Os Republicanos Radicais ficaram isolados em sua defesa dos negros e tiveram que enfrentar a oposição violenta do terrorismo branco no sul. A Ku Klux Klan, formada por veteranos do exército confederado, virou uma organização de terroristas, perseguindo os negros e seus aliados com incêndios, surras e linchamentos. A depressão de 1873 apressou o declínio dos Republicanos Radicais, que sentiram a falta do apoio financeiro dos bancos. Para o público, a corrupção tolerada pelos Republicanos Radicais agora parecia um desperdício inaceitável.

(Adaptado de Peter Louis Eisenberg, "*Guerra Civil Americana*". São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 102-105.)

- De acordo com o texto, aponte dois fatores que levaram à vitória do projeto de exclusão dos negros no sul dos Estados Unidos após a Guerra da Secessão.
- Quais foram as causas da Guerra da Secessão?

35. Fuvest-SP Nos Estados Unidos, a expansão para o Oeste se completou no final do século XIX. Discorra sobre esse fenômeno histórico no que se refere

- à questão indígena e à incorporação de terras para a agricultura.
- ao Oeste, como temática da cultura norte-americana, por exemplo na literatura, no cinema e nos meios de comunicação.

36. UFRGS 2016 A Guerra Civil entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos, ocorrida entre 1861-1865, teve por consequência profundas mudanças na economia e na sociedade do país. Assinale a alternativa que apresenta essas mudanças.

- A abolição da escravidão e a afirmação do modelo capitalista de inspiração nortista em todo o país.
- A manutenção da escravidão e a disseminação do modelo de agricultura monocultora sulista para toda a nação.
- A conquista do México e a ampliação da escravidão em direção aos territórios recém-conquistados.
- A vitória do Sul industrial diante do Norte rural e sua separação permanente da União.
- A conciliação entre Norte e Sul e a manutenção da escravidão em ambas as regiões.

37. UFPR 2021 Em junho de 2020, os legisladores do estado do Mississippi, nos Estados Unidos, aprovaram a retirada do símbolo dos confederados da bandeira estadual. Com base na história dos Estados Unidos, assinale a alternativa que apresenta quem foram os confederados e qual foi a razão dos protestos atuais contra os símbolos confederados.

- Os confederados defendiam o extermínio dos indígenas e a independência das 13 colônias em relação à Inglaterra, razão pela qual os símbolos confederados são considerados uma defesa do genocídio indígena.
- Os confederados defendiam a manutenção da escravidão e a separação do Sul em relação ao Norte dos Estados Unidos no contexto da Guerra Civil Americana (1861-1865), motivo pelo qual os símbolos confederados são considerados racistas.
- Os confederados defendiam a expulsão dos judeus e o rompimento de relações com o Estado de Israel no contexto da Guerra dos Seis Dias (1967), razão pela qual os símbolos confederados são considerados antissemitas.
- Os confederados defendiam o banimento de muçulmanos e a suspensão da entrada de imigrantes islâmicos no território americano no contexto da Guerra do Golfo (1991), motivo pelo qual os símbolos confederados são considerados islamofóbicos.
- Os confederados defendiam a deportação dos mexicanos e a construção de um muro separando os Estados Unidos do México no contexto da Guerra Hispano-Americana (1898), motivo pelo qual os símbolos confederados são considerados xenófobos.

38. UFG-GO De 1861 a 1865, os Estados Unidos enfrentaram a Guerra de Secessão entre os Estados do sul e os do norte do país. Explique dois interesses em jogo na deflagração desse conflito.

39. Fuvest-SP De puramente defensiva, tal qual era, em sua origem, a doutrina Monroe, graças à extensão do poder norte-americano e às transformações sucessivas do espírito nacional, converteu-se em verdadeira arma de combate sob a liderança de Teodoro Roosevelt

Barral-Montferrat, 1909.

- Qual a proposta da doutrina Monroe?
- Explique a razão pela qual a doutrina se "converteu em arma de combate sob a liderança de Teodoro Roosevelt". Exemplifique.

40. UFF-RJ Existem dúvidas em torno da caracterização do Estado Absoluto em França, na época de Luís XIV. O empenho do rei em associar a França aos Tempos Modernos, promovendo o progresso e transformando o país em modelo de civilização, embaralha a definição do seu reinado e dificulta sua inclusão na ideia de Antigo Regime.

Com base no texto, caracterize o Antigo Regime francês nos níveis político, econômico e social.

BNCC em foco

EM13CHS104

1. **PUC-SP 2014** O Terror, que se tornou oficial durante certo tempo, é o instrumento usado para reprimir a contrarrevolução (...). É a parte sombria e mesmo terrível desse período da Revolução [Francesa], mas é preciso levar em conta o outro lado dessa política.

Michel Vovelle. *A revolução francesa explicada à minha neta*. São Paulo: Unesp, 2007, p. 74-75.

São exemplos dos “dois lados” da política revolucionária desenvolvida na França, durante o período do Terror,

- a) o julgamento e a execução de cidadãos suspeitos e o tabelamento do preço do pão.
- b) a prisão do rei e da rainha e a conquista e colonização de territórios no Norte da África.
- c) a vitória na guerra contra a Áustria e a Prússia e o fim do controle sobre os salários dos operários.
- d) a ascensão política dos principais comandantes militares e a implantação da monarquia constitucional.
- e) o início da perseguição e da repressão contra religiosos e a convocação dos Estados Gerais.

EM13CHS103

2. **Famerp-SP 2017** A Revolução é feita de sombra, mas, acima de tudo, de luz.

Michel Vovelle. *A Revolução Francesa explicada à minha neta*, 2007.)

A frase apresenta a Revolução Francesa, destacando

- a) a aliança de setores católicos, associados à luz da revelação divina, com a ação revolucionária, que representava as trevas da morte.
- b) o contraste entre a obscura violência de alguns de seus momentos e a razão luminosa que guiou muitos de seus propósitos.
- c) a vitória do projeto aristocrático, que representava a luz, sobre as lutas burguesas, que representavam as sombras.
- d) o contraponto entre o esforço obscuro de impor o terror e a vontade iluminista de restaurar a monarquia parlamentar.
- e) a derrota do ideal republicano, que associava a revolução às trevas, e o sucesso da monarquia absoluta, liderada pelo Rei Sol.

EM13CHS103

3. **Unicentro-PR 2015** A partir do século XVII, algumas modificações sociais e econômicas começaram a ocorrer na Europa Ocidental, que fragmentaram o Antigo Regime. O pensamento iluminista, principalmente, serviu de base para o questionamento do sistema, propagando novos ideais na população. Simultaneamente, emergia também o pensamento liberal que pregava mudanças na forma da economia e na lógica do homem como ser econômico e social. Assim, a defesa pelo fim do intervencionismo do Estado na economia e pela democracia ganharam espaço no continente europeu.

(ANTIGO... 2016)

A derrocada do Antigo Regime deveu-se, especialmente,

- a) às práticas mercantilistas.
- b) à Revolução Francesa.
- c) ao excesso de censura estabelecido pela Igreja.
- d) à ascensão da Teoria do Direito Divino dos Reis.

Frente 1

Capítulo 4 – A emancipação da América

Revisando

- | | | | |
|------|------|------|-------|
| 1. D | 4. E | 7. A | 10. C |
| 2. A | 5. B | 8. C | |
| 3. B | 6. C | 9. B | |

Exercícios propostos

- | | | | |
|------|-------|-------|-------|
| 1. A | 9. B | 17. C | 25. A |
| 2. E | 10. C | 18. B | 26. D |
| 3. B | 11. A | 19. E | |
| 4. A | 12. E | 20. A | 27. B |
| 5. C | 13. B | 21. D | 28. A |
| 6. A | 14. D | 22. A | |
| 7. B | 15. D | 23. B | 29. E |
| 8. C | 16. D | 24. C | 30. A |

Exercícios complementares

1. a) As aldeias indígenas tupis, usualmente dispostas de modo circular, não continham diferenciações sociais ou políticas, tampouco a separação por famílias. Por outro lado, nas organizações portuguesas, era marcante a presença de hierarquias religiosas e políticas, bem como a racionalização do espaço.
- b) O projeto de Estado pombalino previa o fortalecimento do Estado e de suas ações sobre a colônia, inclusive no que diz respeito aos povos indígenas. Nesse sentido, Pombal, além de expulsar os jesuítas das colônias, também estimulou a miscigenação entre brancos e indígenas e combateu a escravização destes últimos.
2. a) Podem ser citadas a criação das companhias de comércio; o controle do contrabando de ouro e diamante; e a reorganização da política fiscal.
- b) Pode ser citada a proposta de secularização do ensino, principalmente em função da expulsão dos jesuítas, que mobilizavam, até então, o ensino na colônia.
3. a) A imposição de uma única língua foi parte do projeto do marquês de Pombal de integrar os indígenas à sociedade colonial.
- b) Outra medida foi a expulsão dos jesuítas, o que afetou os indígenas de modo irremediável, tendo em vista a mudança de perspectiva em relação a eles.
4. B
5. D
6. a) A Inconfidência Mineira se constituiu em membros da elite colonial insatisfeitos com a condução política e econômica da monarquia. A Conjuração Baiana, por outro lado, foi composta de membros da classe média e de negros escravizados, libertos,

mestiços, que compunham os grupos menos favorecidos no período.

- b) O Iluminismo influenciou a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana. A Inconfidência Mineira se inspirou na emancipação das Treze Colônias, enquanto a Conjuração Baiana se espelhava na Revolução Francesa, sobretudo na política jacobina.
- c) A Inconfidência Mineira tinha como principais objetivos a instauração do modelo republicano de governo, a criação de manufaturas e a construção de universidades, assim como a exigência do perdão das dívidas tributárias dos colonos. A abolição da escravatura, no entanto, não constava na pauta das reivindicações dos inconfidentes. A Conjuração Baiana reivindicava a liberdade como um pressuposto político, tendo a abolição da escravidão como principal manifestação.
7. Soma: 01 + 02 + 04 = 07
8. a) É possível mencionar a constituição da revolta a partir de três eixos centrais: a conjuntura internacional, as tensões políticas regionais e as articulações que foram responsáveis pelo início da revolta. Os eventos políticos externos, como a independência dos Estados Unidos, o aumento dos tributos e a atuação da classe média na revolta são elementos que nos apresentam o perfil da Inconfidência Mineira, suas bandeiras e os personagens envolvidos.
- b) O artista Pedro Américo pertencia ao período histórico republicano em que uma das características era constituir personagens que seriam reconhecidos como heróis na história do Brasil e, portanto, Tiradentes foi identificado como um indivíduo que se enquadrava nessa lógica. Na representação, notamos que Tiradentes aparece com roupas e aparência física similar à de Jesus Cristo, além de mostrar um crucifixo no peito.
9. As duas inconfidências citadas são diferentes em vários aspectos: a Inconfidência Mineira foi um movimento liderado por uma elite ilustrada e que nunca passou da fase de discussão de ideias, tendo como único condenado à morte Tiradentes. A Conjuração Baiana, por sua vez, teve maior adesão popular e conflitos armados contra as forças dominantes, assim como uma série de condenados à morte e ao esquartejamento.
10. a) Esse documento foi publicado quando da expansão financeira da exploração das minas na região de Minas Gerais e arredores, que ocorreu em paralelo ao crescimento das atividades manufatureiras. O temor de perder mão de obra para tais atividades levou à

criação desse alvará, que proibia a existência de fábricas de manufatura na América Portuguesa.

- b) “E consistindo a verdadeira, e sólida riqueza nos Frutos, e Produções da terra, as quaes sómente se conseguem por meio de Colonos, e Cultivadores, e não de Artistas, e Fabricantes: e sendo além disto as Produções do Brasil as que fazem todo o fundo, e base não só das Permutações Mercantis, mas na Navegação, e do Comércio entre os Meus Leaes Vassallos Habitantes destes Reinos, e daqueles Domínios.” Esse trecho explicita o papel produtor da colônia: essa deveria apenas produzir e extrair da natureza a produção a ser enviada para a metrópole para a manufatura.
11. B
12. Túpac Amaru II, ao viajar como tropeiro pelo Peru, revoltou-se com os abusos da elite política denominada chapetone. Em 1776, liderou uma luta armada em combate às injustiças promovidas pela metrópole. Túpac Amaru II foi capturado e morto. O movimento inspirava-se nos ideais do Iluminismo, fazia críticas à exploração econômica por meio da *mita* e da *encomienda* e tinha como objetivo a emancipação política.
13. a) Bolívar foi o famoso líder dos processos de independência das regiões da Venezuela, Peru e Colômbia. O texto se refere ao processo de desmembramento do Império Espanhol, fazendo uma clara comparação entre essa fragmentação e a queda do Império Romano do Ocidente.
- b) Os *criollos* no texto estão entre dois diferentes e conflitantes mundos: o dos moradores por excelência das regiões em emancipação e o dos colonizadores que estão sendo expulsos. São frutos da mistura de ambos, ao mesmo tempo que não pertencem, de fato, a nenhum dos lados.
14. a) O texto trata da abolição da escravidão na Venezuela.
- b) Bolívar liderou outras duas independências nas regiões dos atuais Peru e Colômbia.
- c) Bolívar era fortemente influenciado pelo republicanismo, entendido enquanto regime mais liberal, e pelo seu projeto de pan-americanismo, que visava à união das diferentes regiões que compunham a América espanhola em uma única grande nação.
15. O autor faz referência a dois momentos históricos do México: a conquista e a independência. No contexto da conquista, refere-se ao violento processo de dominação espanhola tanto sobre o território quanto sobre os ameríndios, que foram mortos ou submetidos ao trabalho

- compulsório. A independência também foi catastrófica aos indígenas. De modo geral, prevaleceram os interesses das elites coloniais sobre os ameríndios.
16. A
17. a) O processo de independência da América espanhola foi marcado por intensos conflitos entre os colonos e a metrópole. Além disso, houve intensas disputas internas entre os líderes locais (os caudilhos), fato que seria determinante para a fragmentação política das antigas colônias.
- b) Inicialmente, o projeto de Bolívar, denominado pan-americanismo, pretendia fazer da América espanhola independente uma grande confederação que pudesse se manter unida e, assim, enfrentar as investidas imperialistas europeias. Porém, como o texto afirma, os interesses locais, aliados aos interesses caudilhescos que se fortaleceram ao longo do processo de independência, tornaram impossível a ideia de unidade. De fato, as pequenas e novas nações independentes tornaram-se palco de disputas políticas, que preservaram e agravaram as contradições típicas do passado colonial.
18. a) O texto destaca elementos da ação política negra relacionados às culturas africanas e seus modos de sociabilidade. Como exemplo, podemos citar as práticas sociais e políticas ligadas à religião vodu, como cantar e dançar. Elas propiciavam o planejamento de rebeliões e outras estratégias que demandavam ação coletiva.
- b) De um lado, as notícias da revolução haitiana e sua ideologia influenciaram o horizonte de possibilidades de ação política entre a população negra de diversas regiões do Caribe e das Américas. De outro, o mundo atlântico passou a vivenciar o medo de que o processo revolucionário haitiano chegasse a outros lugares. É possível citar, no caso do Brasil, o Haitianismo, que acabou por levar à elaboração de leis mais rígidas e punições mais severas sobre a população escravizada. No plano econômico, é possível citar a queda na produção de açúcar nas Antilhas e o aumento da produção no Brasil.
19. José Bernardo de Monteagudo refere-se ao regime republicano adotado após a independência do Peru. É descrita uma república na qual há divergência de ideias entre os indivíduos, além de grande desigualdade social, decorrência do estilo caudilhista de governo, presente na América Latina no século XIX.
20. a) Ao observar a obra, identifica-se, em primeiro plano, símbolos que constituem a nacionalidade mexicana; o padre Miguel Hidalgo, considerado o “Pai da Pátria”, está localizado no centro da imagem com as mãos levantadas, o que indica a importância das mãos do padre — de Nossa Senhora de Guadalupe — representa a importância da santa como símbolo capaz de tornar possível a interação entre ambas as culturas.
- b) A relação entre ambos os símbolos se dá à medida que registramos o apoio de religiosos do “baixo clero” às manifestações das camadas menos favorecidas do ponto de vista social, político e econômico; e, no processo de independência mexicana, o padre Hidalgo e o padre Morelos entraram em defesa da divisão de terras com os camponeses. Somente em 1810 o Decreto de Guadalajara tornou as terras livres do domínio espanhol.
21. O principal motivo da fuga da família real para o Brasil foi a invasão napoleônica de Portugal. Algumas das principais medidas tomadas na cidade do Rio de Janeiro para receber a família real foram: o deslocamento de moradores para que os recém-chegados que acompanhavam a Corte pudessem se abrigar, a abertura dos portos e a criação do Jardim Botânico e da Biblioteca Nacional.
22. Com a transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, o centro do Império Português deslocou-se da Europa para a América, o que acarretou um processo irreversível de amadurecimento político, econômico e cultural para o Brasil, culminando na formalização de um novo estatuto legal – o de “reino unido” a Portugal e Algarves. Politicamente, com a instalação do aparelho de Estado imperial no ultramar, o Rio de Janeiro transformou-se em um poderoso e privilegiado centro administrativo, que estava resguardado das convulsões diplomáticas em que o Velho Mundo se via mergulhado. Do ponto de vista econômico, a abertura dos portos ao comércio internacional e a assinatura dos tratados anglo-lusitanos de 1810 estreitaram as relações do Brasil com a Inglaterra e acabaram por enfraquecer ainda mais a influência da marinha portuguesa sobre o próprio império.
23. a) A vinda da família real portuguesa às terras brasileiras, seu estabelecimento e suas consequências, como a elevação do país à categoria de reino unido e a abertura dos portos.
- b) A imprensa, as universidades e as fábricas eram tidas pelos colonizadores como portadoras de desenvolvimento para as regiões em que poderiam ser instaladas, e tal desenvolvimento possibilitaria a independência.
24. D
25. a) A família real portuguesa se instalou no Brasil para escapar das invasões napoleônicas que chegavam em Portugal. Outras transformações geradas por essa transferência foram o aumento de *status* do Brasil a reino unido e a abertura dos portos.
- b) Lugares dedicados à memória e ao patrimônio são importantes para preservar traços do passado que de outro modo desapareceriam, como os inestimáveis registros linguísticos mencionados no fragmento de texto. Outra função, que é também ligada à primeira, é a de permitir novas descobertas sobre o passado esquecido, graças a perguntas e análises feitas com base nos objetos e patrimônios preservados.
26. A relação entre a política do bloqueio continental e a independência da América portuguesa está na manutenção, feita por D. João VI, a partir da aliança política e econômica com os ingleses, o que ia contra os interesses de Napoleão Bonaparte. A transferência da Corte para o Brasil, nesse sentido, foi resultado do medo que a família real portuguesa teve das ameaças de invasão por parte do general francês. Com a chegada da Corte, a infraestrutura da região foi favorecida com a criação do Banco do Brasil e a abertura dos portos, que determinava o comércio com as nações amigas, fortalecendo a burguesia nacional e criando o cenário ideal para a independência.
27. D
28. a) Em Pernambuco, as lavouras de exportação experimentavam um momento de crise e queda nos preços. Comerciantes portugueses dominavam o comércio na região, e havia insatisfação generalizada com os impostos e as dívidas locais. Nesse cenário, vastas camadas da população foram afetadas. Pernambuco e outras regiões do Nordeste viam-se prejudicados com a permanência da Corte no Rio de Janeiro e o favorecimento das elites do centro sul. As ideias liberais eram propagadas nas lojas maçônicas. Os rebeldes tomaram o poder, romperam com a metrópole e instalaram um governo republicano, que durou pouco mais de dois meses. O movimento teve um caráter anticolonial, e as lideranças sofreram punições exemplares, impostas pela Coroa portuguesa.
- b) A Confederação do Equador (denominação do movimento de 1824 em Pernambuco) ocorreu dois anos após a independência. A crise dos produtos de exportação fabricados no Nordeste (açúcar e algodão) ainda se fazia presente. A dissolução da Assembleia Constituinte e a outorga da Constituição pelo imperador, D. Pedro I, que guardava traços autoritários e centralizadores (como o poder moderador), eram duramente criticadas em Pernambuco, e a nomeação de um novo presidente da província gerou insatisfação. O sentimento antilusitano também era forte na região, pois o comércio e os cargos públicos ainda eram dominados pelos portugueses. A Confederação do Equador defendia a república e a formação de uma confederação das províncias que aderiram ao movimento. As forças imperiais reprimiram

a rebelião e seu principal líder, Frei Caneca, recebeu a pena capital.

- c) Tanto em 1817 quanto em 1824 a influência do pensamento liberal estava presente: na crítica ao absolutismo, na reivindicação de maior autonomia regional, na defesa do regime republicano. Durante a Insurreição Pernambucana (1817) era percebida a influência da Revolução Francesa e da independência dos EUA. Na Confederação do Equador destacou-se a defesa do ideário liberal iluminista por meio da imprensa local. Os revoltosos defendiam a formação de uma confederação de estados, à semelhança da Colômbia e dos EUA.
29. a) D. Pedro I é representado como herói militar na obra de Pedro Américo, que o representa no centro da tela. Erguendo a espada e liderando a guarda real, D. Pedro I comunica a grandiosidade do imperador e o sentido de liderança assumido por ele. Na obra de François-René Moraux, o povo, representado destacadamente, celebra a proclamação da Independência e legitima a ação de D. Pedro I, enquanto a guarda aparece ao fundo da imagem, ressaltando o caráter civil do evento.
- b) Em ambas as pinturas D. Pedro I é retratado no centro da imagem, como protagonista da Independência.
30. a) Tanto a independência do Brasil quanto a dos demais países da América do Sul inserem-se na crise do sistema colonial, sendo lideradas pela elite local, sob a influência das ideias iluministas e inspiradas no movimento de independência das Treze Colônias inglesas. Além disso, ambos os processos se relacionam intimamente às invasões napoleônicas na Península Ibérica.
- b) Destacam-se como diferenças entre a independência do Brasil e a dos demais países sul-americanos o rompimento moderado do Brasil com Portugal, por causa da presença da família real portuguesa na colônia, o que permitiu a manutenção da unidade territorial e a adoção da monarquia como forma de governo. Nos demais países, o processo deu-se por meio de conflito direto com a metrópole, culminando na fragmentação territorial e na adoção da república como forma de governo.

BNCC em foco

1. E 2. A 3. B

Capítulo 5 – Primeiro Reinado

Revisando

1. B 6. D
2. C 7. D
3. C 8. F; V; F; F; V.
4. A 9. V; V; F; V; V.
5. E 10. C

Exercícios propostos

1. E 3. D 5. A 7. A
2. C 4. D 6. E
8. Soma: 01 + 04 = 05
9. C 10. A

Exercícios complementares

1. a) A independência do Brasil ocorreu de maneira excêntrica dentro do quadro geral da América ibérica, tendo a presença da família real e a transferência da capital imperial para o seu território. Com isso, enquanto a dinastia da Espanha (Bourbon) se organizou contra os processos emancipacionistas, foi um príncipe da dinastia de Portugal, D. Pedro I, que liderou o processo brasileiro de independência; enquanto a América hispânica se fragmentou em uma miríade de repúblicas, o Brasil manteve sua unidade territorial sob um regime monárquico; enquanto a escravidão foi abolida nos processos de independência da América hispânica, no Brasil ela foi mantida por mais de meio século após a sua emancipação.
- b) No Primeiro Reinado (1822-1831), o Brasil testemunhou o choque político entre os defensores nativos do liberalismo e a “facção” de lusobrasileiros que cercavam a figura do jovem imperador. O primeiro grupo defendia uma monarquia limitada, na qual a autoridade imperial estivesse cerceada por um Poder Legislativo forte; já o segundo grupo defendia uma monarquia autoritária e centralizada na figura do rei. Essas tensões levaram ao crescimento do antilutitanismo e ao isolamento político de D. Pedro I, que culminou em sua abdicação em 7 de abril de 1831.
2. a) A Confederação do Equador foi um movimento republicano, liberal e secessionista que eclodiu em Pernambuco e tomou algumas províncias vizinhas em 1824. O movimento pode ser considerado uma reação ao projeto político monárquico, autoritário e centralizador, elaborado pelas autoridades áulicas que então rodeavam a figura de D. Pedro I na Corte do Rio de Janeiro. Esse projeto ficou plasmado na Constituição outorgada em março de 1824, meses depois de o imperador ter ordenado a dissolução da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823. A Confederação do Equador foi um marco inicial no longo ciclo de guerras civis enfrentadas pelo Brasil durante o traumático período de formação de seu Estado nacional, que só se encerrou na década de 1850, após a derrota de outro movimento pernambucano: a Revolução Praieira de 1848.
- b) Pernambuco foi a capitania/província mais combativa de toda a história social e política brasileira, tendo sediado os mais variados

movimentos rebeldes e contestatórios. Entre aqueles que antecederam a Confederação do Equador, podemos mencionar a Guerra dos Mascates (1710-1711) e a Revolução Pernambucana (1817), incidentes que contribuíram decisivamente para a germinação e o crescimento dos sentimentos antilutitano e autonomista na região.

3. a) De acordo com o autor, por causa de inúmeros fatores, as aspirações de independência não necessariamente contemplavam aspirações de unidade. Enquanto se intensificavam, no fim do século XVIII e início do XIX, os anseios emancipacionistas, o ideário de unidade não era expresso de forma concreta nesses movimentos.
- b) Durante os movimentos de independência que não defendiam de forma concreta a unidade territorial, destaca-se a Inconfidência Mineira. Já em relação à unidade territorial, destacam-se os esforços do governo imperial recém-instaurado em manter a integridade do Brasil ante movimentos separatistas como a Confederação do Equador.
4. a) O Poder Moderador detinha premissas para agir e, se necessário, se sobrepor aos outros poderes, sendo visto como tirânico por muitos de seus críticos ao longo de todo o período imperial.
- b) Ambos os trechos se relacionam pelo sentimento antimonárquico, pelas críticas à Constituição e à tirania, e, ainda, pela presença de ideias republicanas.
5. a) Podem ser identificados dois significados para o federalismo: um que se refere à autonomia provincial sem a abolição do governo central; e outro que se associa aos conceitos de democracia, república ou governo popular.
- b) No processo de independência, os interesses econômicos em jogo eram o interesse português em restaurar o monopólio do comércio com o Brasil, o interesse da Inglaterra em comercializar diretamente com o Brasil e o interesse dos agricultores brasileiros em defender o livre-comércio.
6. C
7. a) O texto traz referências como a citação à cachaça, por exemplo, que expressa a destilação de aguardente produzida a partir da energia térmica.
- b) Percebe-se a sinalização para a existência do processo de industrialização a partir da manufatura.
- c) O texto e a imagem trazem elementos que sinalizam para a presença, na vida urbana do período, do pequeno comércio e da mão de obra escravizada.
8. a) A Constituição de 1824 garantia o voto aos cidadãos homens. Para isso, era preciso ter a propriedade e a posse de certa quantia; para votar, era necessário

possuir o mínimo de alfabetização; assim, a votação no Brasil imperial era restrita a um número reduzido de pessoas em relação à população.

- b) A dissolução da Assembleia Constituinte, a perda da região da Cisplatina e a incapacidade de conseguir lidar com a política após a morte da imperatriz são alguns dos importantes motivos que levaram à abdicação de D. Pedro I.

9. D

10. a) O texto se refere ao processo de independência do Brasil, precedido pela transferência da Corte portuguesa (1808), à montagem de estruturas burocráticas e administrativas, à abertura dos portos (1808), à assinatura dos tratados de 1810 (que asseguraram os interesses britânicos) e à elevação do Brasil à categoria de Reino Unido (1815), sucedido pela formação do Estado nacional em 1822.

b) O Partido Português preconizava uma monarquia centralizada nas mãos de D. Pedro I. O Partido Brasileiro defendia uma monarquia constitucional e certo grau de autonomia das províncias. Eram defensores de ideias republicanas.

c) A frase demonstra que a independência não significou rompimento com as estruturas coloniais, mantendo-se o modelo primário exportador, a concentração fundiária, a estrutura monárquica e a escravidão.

e os projetos de nação conflitantes defendidos pelas mais diferentes camadas da sociedade imperial.

2. A Revolta dos Malês foi realizada por negros escravizados islâmicos contra a imposição da religião católica pelo império. A abolição da escravatura, o extermínio de brancos e mestiços em Salvador e o confisco de seus bens foram alguns dos objetivos dessa revolta.

3. A afirmação está correta, pois, como trata o texto, o analfabetismo torna a dominação mais fácil para os proprietários de escravizados, ditadores e outros detentores de poder. Vide a dificuldade de lidar com os malês, já que eles sabiam ler e escrever em árabe, o que foi fundamental para a organização do movimento que liderou a revolta.

4. a) A Cabanagem tinha como objetivo tornar o Pará independente, enquanto a Farroupilha almejava reivindicar contra os altos impostos cobrados pelo império do Brasil. Os revoltosos diferiam entre ambas as revoltas, à medida que o levante da Cabanagem foi composto da camada popular e do levante Farroupilha, em grande parte, pela elite da época.

b) Ambas as revoltas provinciais não foram bem-sucedidas do ponto de vista das reivindicações levantadas. Os conflitos resultaram na vitória do império na contenção dos levantes e no enfraquecimento das pautas levantadas.

c) Os altos impostos cobrados pelo império brasileiro.

5. a) A Revolta dos Malês foi um levante organizado por negros, escravizados e libertos, que tinham o islamismo como religião e pretendiam acabar com a escravidão, com a imposição da religião católica e confiscar propriedades. Para além disso, indícios históricos apontam que os revoltosos pretendiam invadir o Recôncavo Baiano e libertar os escravizados da região. A Balaiada se consolidou como um conflito entre as autoridades da província do Maranhão e os criadores de gado e, ao longo do tempo, se transformou em uma guerra social, tendo adesão da população livre e pobre formada por mestiços, negros e libertos. A Farroupilha ou Guerra dos Farrapos reuniu os estancieiros do Rio Grande do Sul contra o Império Brasileiro. Estavam em jogo os interesses dos grandes criadores de gado do sul, que não tinham suas reivindicações atendidas pelo governo imperial. Os farrapos pretendiam proclamar uma república e separar-se do império.

b) Na Balaiada, os líderes da revolta conseguiram driblar a elite regional, consolidando o conflito como uma guerra social. Na fase final, o levante teve apoio da população pobre da província, que se juntou em protesto contra a pobreza e a escravidão.

A Farroupilha, mesmo incorporando a participação popular e o ideário republicano, não tinha como proposta transformações sociais; foi dirigida pelas elites do Rio Grande do Sul. No fim do conflito, foi feito um acordo político entre essas elites e o governo central.

c) No Período Regencial. A tensão entre a centralização e a descentralização política foi o motor desse período, colocando em oposição o poder das elites provinciais instaladas no Rio de Janeiro ao Estado nacional brasileiro. À época eclodiram diversas revoltas nas províncias, embasadas pelos interesses de pequenos proprietários, sujeitos livres e pobres, mestiços e escravizados.

6. A

7. A

8. a) Entre as características do Período Regencial é possível indicar o fato de se tratar de um governo com instabilidade política, em que emergiram projetos de naturezas políticas distintas, como o republicanismo, a presença de restauradores e as tensões entre conservadores e liberais.

b) O modelo político proposto pela Constituição de 1824 foi questionado, sobretudo com a aprovação do Ato Adicional; houve um debate em torno da autonomia provincial, a Guarda Nacional surgiu e limitações foram colocadas ao Poder Moderador, por exemplo. Com o auxílio do mapa, que indica os nomes e os locais das principais grandes revoltas do período, identificam-se características gerais dos levantes, como no caso da Revolta Farroupilha, que defendia o republicanismo e o anseio pela autonomia regional.

9. a) Uma das atitudes políticas de D. Pedro I consideradas autoritárias dizia respeito ao modo como ele lidou com o processo de elaboração da Constituição de 1824, que foi da dissolução da Assembleia, em 1823, à outorga do texto constitucional no ano seguinte.

b) Nos últimos anos da Regência, pode-se identificar como semelhança entre os liberais e os conservadores o fato de pertencerem à mesma classe social. A diferença pode ser identificada pelo modo de pensar a realidade e os projetos de poder.

10. C

BNCC em foco

1. D

2. A

3. C

Capítulo 7 – O Segundo Reinado

Revisando

1. D

2. D

3. A

4. Soma: $01 + 02 + 04 + 16 = 23$

5. D

7. A

9. D

6. A

8. D

10. B

BNCC em foco

1. D

2. D

3. D

Capítulo 6 – O Período Regencial

Revisando

1. D

4. E

7. D

10. A

2. A

5. A

8. C

3. A

6. E

9. C

Exercícios propostos

1. B

4. E

7. B

10. A

2. D

5. D

8. E

3. A

6. D

9. B

Exercícios complementares

1. a) A frase faz referência ao contexto pós-abdicação de D. Pedro I, que deixou seu filho, de apenas cinco anos, como herdeiro do trono. Tornou-se simbólico porque a criança não teria poder, de fato, até seus 14 anos, quando assume o trono por meio de um golpe proposto pelos liberais e apoiado pelos conservadores.
- b) Entre os fatores que contribuíram para as conturbações políticas e sociais que levaram às rebeliões e às revoltas do período estão: a tensão entre os poderes regionais de cada província e o poder centralizador da Coroa;

Exercícios propostos

- | | | | |
|-------|-------|-------|-------|
| 1. D | 11. A | 21. C | 31. E |
| 2. E | 12. C | 22. D | 32. B |
| 3. D | 13. D | 23. B | 33. A |
| 4. A | 14. B | 24. C | 34. E |
| 5. A | 15. E | 25. D | 35. C |
| 6. C | 16. B | 26. B | 36. A |
| 7. C | 17. C | 27. C | 37. C |
| 8. D | 18. C | 28. A | 38. A |
| 9. B | 19. B | 29. D | 39. C |
| 10. A | 20. D | 30. C | 40. C |

Exercícios complementares

1. a) A maioria de D. Pedro II foi antecipada por uma manobra dos liberais, nomeada de golpe da maioria. O golpe tinha o objetivo de afastar o regente conservador Araújo Lima e, com o apoio do novo imperador, pautar os interesses liberais. O pretexto utilizado foi o da preservação da unidade do Brasil em um momento de instabilidade provocado por movimentos revolucionários e separatistas.
b) O primeiro fragmento expressa a opinião da classe política, os chamados “pais da Pátria”, ou seja, da classe dominante, uma vez que liberais e conservadores acabaram por se unir em torno da ascensão de D. Pedro II. Já o segundo fragmento, de origem popular, explicita o ceticismo das camadas mais pobres quanto aos benefícios do golpe.
2. a) Pode-se citar as questões militar e religiosa, o republicanismo e a campanha abolicionista. O republicanismo, por exemplo, foi um movimento defendido, sobretudo, por cafeicultores que criticavam a hegemonia das antigas elites agrárias na base política do Império, e por outros setores da sociedade que viam no regime monárquico um empecilho ao regime federalista que garantiria a autonomia das províncias.
b) Pode-se citar, por exemplo, o presidencialismo, o federalismo, a consolidação dos Três Poderes ou o estabelecimento do Estado laico.
3. a) Podem ser citadas: a garantia da propriedade privada, que afetava os escravizados; e o convívio de ideias iluministas e positivistas com prerrogativas de cunho conservador, como a legitimação da escravidão.
b) No Brasil atual, todos com cidadania brasileira podem votar, sem distinção de condição financeira, etnia ou escolaridade. O mesmo não ocorria no Império, cujas restrições impediam a maioria da população de votar.
4. a) Por meio de sua coleção, D. Pedro II objetivava colocar-se enquanto um monarca capaz de centralizar o poder nacional. O imperador era bastante próximo das ciências e das artes em geral, o que o colocava como um homem moderno e culto.

- b) A partir do excerto selecionado, percebe-se que Dom Pedro II possuía uma coleção pessoal bastante rica e diversa, que envolvia, por exemplo, mineralogia, múmias e fotografias. Parte dessa coleção e outras obras relacionadas à história brasileira, foram perdidas no incêndio sofrido pelo Museu Nacional em 2018, cujo prédio é considerado patrimônio histórico.
5. Após a separação política entre Brasil e Portugal, promoveram-se iniciativas que, além de dar forma às instituições necessárias à consolidação da independência do país, buscaram forjar laços de unidade entre os habitantes do vasto território brasileiro, construindo um sentimento de identidade nacional. O movimento romântico brasileiro, do qual Gonçalves Dias foi um dos mais importantes representantes, vinculou-se ao projeto de nação que se constituiu durante o período imperial no Brasil, fornecendo elementos para a construção dessa identidade. A valorização de um indígena idealizado, verdadeiro cavaleiro medieval, inspirado em muitas características, valores e atitudes resgatados pelo Romantismo europeu, foi um desses elementos presentes em vários textos, como em “Canção do Tamoio”. O indianismo representava uma forma de destacar a originalidade do povo brasileiro, diferenciando-o do português colonizador e tentando apagar a presença do negro, significativa por conta da escravidão africana.
6. a) A fotografia, no período imperial, tinha diversas funções, entre as quais podemos citar: a construção de uma imagem do império, destoando do passado colonial; a possibilidade da autorrepresentação, por parte da população pobre, por meio do retrato, que até então era restrito a uma parcela da elite; e a divulgação de conhecimento de forma acessível aos analfabetos.
b) É possível citar a escravidão, a manutenção do *status quo* e a permanência da estrutura latifundiária monocultora e escravista com vistas ao mercado externo, entre outras.
7. A expressão “por graça de Deus” ressalta uma característica religiosa do Estado brasileiro: o catolicismo, religião oficial do Império. Ao utilizar a expressão “unânime aclamação dos povos”, estaria pressuposta a condição irrefutável de que Pedro II foi o herdeiro legítimo do trono e, por isso, de aceitação geral, isto é, reconhecido pela diplomacia internacional e internamente por “seus súditos”. A expressão “Imperador Constitucional” evidencia que a monarquia não tem características absolutistas, sendo o poder do imperador pautado e restringido pela Constituição. A referência a “defensor perpétuo do Brasil” reforça a ideia expressa na Constituição de que o trono pertence ao governante enquanto este for vivo, ou seja, é vitalício, em condições tidas como normais de conduta e de capacidades mental e física.
8. a) Brasil colônia manteve, em grande parte, o costume, que remete à Antiguidade Clássica, de impedir que os escravizados utilizassem qualquer tipo de calçado como forma de ressaltar a condição servil dos indivíduos sob o regime da escravidão.
b) Como forma de sobrevivência, as camadas sociais mais pobres submeteram-se a trabalhos temporários e à mendicância.
9. O trecho do romance *Dom Casmurro* oferece uma série de pistas, a partir das quais é possível analisar múltiplos aspectos da exploração do trabalho escravo no Brasil, justamente no momento em que a economia escravista se encontrava em seu apogeu, no terceiro quartel do século XIX – época em que se desenrola o romance. O tom grosseiro e desprezível na fala do protagonista escancara a condição aviltante de “ser humano coisificado” a que foram submetidos os negros escravizados. A apresentação de seus apelidos, por sua vez, permite-nos depreender que os escravizados eram oriundos das mais diversas regiões da África: tanto da costa atlântica (Benguela, em Angola) quanto da costa leste (Moçambique). Do ponto de vista dos tipos de exploração, distinguimos os escravizados rurais e os urbanos (“nem são todos os da roça”), bem como aqueles empregados em tarefas produtivas (“está socando milho”), os escravizados de ganho (“andam ganhando na rua”) e os arrendados a terceiros (“outros estão alugados”).
10. A charge expressa as contradições existentes no período imperial brasileiro. Enquanto o governo buscava a modernização do país, aproximando-o do desenvolvimento das maiores potências da época, bem como de seus exemplos civilizatórios, o Brasil mantinha a escravidão de homens e mulheres africanos e afrodescendentes como centrais à estrutura econômica e produtiva do país.
11. a) Ainda que algumas leis abolicionistas tenham sido decretadas no Segundo Reinado, a população negra, sobretudo a escravizada, praticamente não tinha acesso à educação. O próprio Luís Gama, figura importante na campanha abolicionista brasileira, só conseguiu ser alfabetizado após conquistar a alforria.
b) Pode-se citar o reconhecimento da atuação dos negros na luta abolicionista e a reparação histórica da importância de Luís Gama na história do Brasil.
12. Semelhanças: latifúndio, monocultura e direcionamento para exportação.
Diferenças: na lavoura canavieira, predomínio do escravismo e do transporte por tração animal; na lavoura cafeeira do Oeste Paulista, predomínio da mão de obra livre e do transporte ferroviário.

13. a) No século XIX, o café teve mais florescimento no Vale do Paraíba e, posteriormente, no Oeste Paulista, onde seu cultivo foi mais duradouro e profícuo. No Oeste Paulista, as ferrovias e a chamada terra roxa contribuíram para essa produtividade.
- b) Entre 1834 e 1845, o Brasil, em seu Período Regencial e no Segundo Reinado, é tomado por várias guerras civis. No Rio Grande do Sul, onde ocorreu a Farroupilha, a economia era assentada na pecuária. No Pará, local da Cabanagem, predominava a economia extrativista. Na Bahia, palco da Revolta dos Malês e da Sabinada, a economia era basicamente açucareira.
14. a) O uso da mão de obra escravizada e a mentalidade oligárquica e aristocrática dos latifundiários marcaram a produção cafeeira no Vale do Paraíba. A produção no Oeste Paulista, por outro lado, distinguia-se pelo predomínio do trabalho livre e assalariado – mesmo com salários baixíssimos – e pela mentalidade empresarial dos donos das terras.
- b) Os comissários eram os responsáveis pela intermediação entre cafeicultores e importadores estrangeiros, atuando no embarque do café para o exterior.
- c) Dois aspectos possíveis de citação são a propriedade privada dos meios de produção, com vistas à obtenção de lucro pelos proprietários, e o uso da mão de obra livre e assalariada, visando assim à ampliação da produtividade do processo de produção cafeeira.
15. A mentalidade aristocrática e escravista da elite brasileira se manteve após o fim da escravidão, sendo, por vezes, observados, nos momentos de menosprezo, maus-tratos e violência física contra trabalhadores das regiões rurais.
16. A
17. a) Ao longo do Período Colonial, as terras eram doadas pela Coroa no sistema de sesmarias, que foi abandonado após a independência. Após 1850, com a Lei de Terras, o acesso à terra passou a ser por meio de compra.
- b) Como se percebe pelo enunciado, ao tornar mais difícil e mais caro o acesso à terra, a Lei de Terras forçava as pessoas livres pobres, imigrantes ou não, a trabalhar nas fazendas de café, garantindo aos donos das terras o suprimento de mão de obra livre. Além disso, a lei previa, por exemplo, que as terras devolutas fossem vendidas pelo Estado, e não mais concedidas, e que o lucro dessa venda deveria subsidiar a vinda de colonos estrangeiros.
18. a) O autor considera ilusória a propaganda feita na Bélgica para atrair imigrantes, já que as promessas não eram cumpridas, como ocorreu na experiência anterior com imigrantes alemães e suíços.
- b) O trabalho imigrante europeu foi fundamental para efetivar a transição do trabalho escravo para o livre nas lavouras de café do Oeste Paulista. Isso no contexto do fim do tráfico atlântico de africanos, determinado em 1850 pela Lei Eusébio de Queirós.
19. a) Segundo a tabela, há maior participação de estrangeiros nas atividades manufatureiras e industriais, enquanto os brasileiros estão mais presentes nas atividades agrícolas. Isso mostra que a mão de obra estrangeira era mais especializada que a brasileira. Note-se ainda que entre a população nacional há uma maior taxa de pessoas sem qualquer profissão, diferentemente da população estrangeira.
- b) Os imigrantes que chegavam à região sul tinham a possibilidade de adquirir partes de terras, permitindo, assim, maior autonomia em seus empreendimentos rurais. Essa atuação autônoma e empreendedora do cultivo da terra incentivava a agricultura voltada ao abastecimento do mercado interno, ou seja, a produção de alimentos, bem como a ocupação de terras interioranas. Os imigrantes que vinham para o sudeste, por outro lado, possuíam o *status* de colonos e de trabalhadores rurais livres e dirigiam-se majoritariamente para as plantações agroexportadoras de café, sobretudo em São Paulo.
20. a) Para os latifundiários, contratantes no sistema de parcerias, havia duas vantagens da vinda da família do imigrante estrangeiro, colono: assegurava a estabilidade da mão de obra e garantia trabalhadores adicionais em épocas de colheita.
- b) Entre outros fatores é possível citar o fracasso do sistema de parcerias; a necessidade de ampliar a mão de obra dado o declínio da escravização de africanos e afro-descendentes; o preconceito com os ex-escravizados, já libertos; o interesse em promover o branqueamento da população brasileira.
21. Práticas comuns aos distintos habitantes da região do Prata no Período Colonial: cultivo da erva-mate e, com exceção dos paraguaios, desenvolvimento da pecuária e da produção de charque. Um conflito do século XIX foi a Guerra do Paraguai (1864-1870), travada entre Paraguai e a Tríplice Aliança, composta de Brasil, Argentina e Uruguai. Atualmente, os quatro países da Região Platina fazem parte do Mercosul.
22. a) Brasil, Argentina e Uruguai unidos contra o Paraguai por meio do Tratado da Tríplice Aliança.
- b) Na época, Argentina e Brasil disputavam a hegemonia sobre a região; o Paraguai deve ser inserido nesse cenário após a ascensão de Solano López ao poder. No plano interno, Argentina e Uruguai ainda vivenciavam ferozes disputas políticas, sobretudo entre unitaristas e federalistas; o Paraguai, por sua vez, ainda não se definira institucionalmente, pois, até então, estivera sob o governo de ditadores vitalícios; quanto ao Brasil, sua consolidação como Estado nacional era recente, pois se processara no período compreendido entre o Primeiro Reinado, a Regência e o início do Segundo Reinado.
23. a) O primeiro quadro traz uma visão heroica e romântica da participação das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai, mostrando a consolidação da Marinha e o desenvolvimento do Exército como uma instituição social. Já o quadro ao lado revela o outro lado da guerra, referindo-se à morte e ao sofrimento de inocentes e à desolação deixada em terras guaranis.
- b) Uma série de conflitos construiu o contexto belicoso na Bacia do Guaraní. O que estava em questão era a construção nacional e a hegemonia dos países fronteiriços, como Argentina, Paraguai e Brasil, no que se refere à navegação na Bacia do Prata. Um exemplo foi a Guerra contra Oribe, ocasião em que a interferência política e militar brasileira resultou na queda dos *blancos* e na ascensão dos colorados no Uruguai.
24. Tanto o Império brasileiro quanto a república argentina foram atacados pelo Paraguai. Posteriormente, Brasil, Argentina e Uruguai uniram-se para revidar as investidas paraguaias. Com base no texto de Alfredo d'E. Taunay, é possível inferir que, para o autor, o conflito se justifica pela ambição pessoal do ditador paraguaio Solano López, ao passo que, publicamente, a justificativa baseou-se no pretexto de manter o equilíbrio internacional, considerando as proporções territoriais e imperiais do Brasil.
25. a) A ilustração expõe o sentimento de horror gerado na sociedade brasileira pela contradição entre a continuidade da escravidão, com toda a sua brutalidade, e a defesa da pátria feita por muitos ex-escravizados na Guerra do Paraguai.
- b) A Guerra do Paraguai contribuiu para o declínio do Império porque estimulou a expansão das ideias abolicionistas e republicanas no Brasil. Em virtude da guerra, o fortalecimento do exército brasileiro levou inúmeros oficiais ao desejo de adentrar na vida política e, quando rejeitados pela classe política vigente, aderiram às propostas republicanas.
26. A
27. C
28. a) Revolução Praieira, em Pernambuco, 1848.
- b) Reivindicação 4: critica os portugueses residentes no Brasil. Reivindicação 5: exige o fim da interferência do Poder Moderador sobre os demais Poderes. Reivindicação 7: exige a adoção do federalismo para promover a autonomia das províncias.
- c) Assim como a Primavera dos Povos, como é denominada a onda de movimentos de cunho nacionalista, liberal e burguês ocorrida na Europa em

1848, a Revolução Praieira também defendia pautas de caráter nacionalista, como a crítica aos portugueses que residiam no Brasil, e liberal, como a defesa do federalismo e do voto universal.

29. E 30. E
31. Soma: $01 + 02 + 04 + 16 = 23$
32. a) O estranhamento do cronista argentino está na demora para a abolição da escravidão no Brasil, sendo o último país da América do Sul onde esse tipo de trabalho foi legalmente abolido. A independência política em relação a Portugal, em 1822, não significou mudanças na estrutura econômica e social, mantendo-se a escravidão ao longo de praticamente todo o período imperial.
- b) Uma das características mais marcantes das leis abolicionistas no Brasil foi o seu caráter conservador. O processo gradual de abolição da escravidão deu-se primeiro como uma lei que proibia o tráfico negreiro (185); vinte anos depois, libertando os ventres das escravizadas (1871); e, depois de 1855, os escravizados sexagenários. Uma característica que contribuiu para a abolição foi a resistência dos escravizados. Grande parte deles buscou uma forma de luta, fosse utilizando estratégias como a manutenção dos dialetos africanos e de suas práticas religiosas na vida cotidiana, fosse com a organização de fugas e revoltas; as formações de quilombos. Assim, o escravizado aparece como agente ativo no processo de luta pela abolição, aumentando ainda mais sua resistência na segunda metade do século XIX.
33. a) O poema condena o escravismo praticado pelo Brasil imperial ao expor e enfatizar os horrores dessa realidade social.
- b) As campanhas em prol da abolição da escravidão, da queda da monarquia e da ascensão da República.
34. a) A aquisição de terra como propriedade privada passou a ser permitida somente mediante pagamento.
- b) A lei favoreceu apenas aqueles que tinham capital suficiente para adquirir terras.
- c) A Lei de Terras concentrou ainda mais a propriedade fundiária no país e impediu que pessoas mais pobres pudessem adquirir terras, obrigando-as a trabalhar para os grandes fazendeiros
35. a) É outro nome dado para a Guerra do Paraguai, que envolveu a formação da Tríplice Aliança, formada por Brasil, Uruguai e Argentina, contra o Paraguai.
- b) A guerra teve como principais consequências o crescimento da dívida externa e o início da fase final da crise política do Império.
36. Com a finalização da Guerra do Paraguai, o exército brasileiro obteve enorme prestígio, sobretudo em virtude do sucesso

da campanha militar. Influenciado pelo positivismo, pela pouca valorização das carreiras militares por parte do governo imperial e pelo desejo em participar firmemente da vida pública e política do país, os militares aliaram-se à elite brasileira e, assim, derrubaram a monarquia.

37. a) Carros de boi, em oposição aos bondes e à locomotiva a vapor; casas térreas, em oposição a prédios; ruas sem calçamento, em oposição a "ruas calçadas".
- b) A cafeicultura paulista favoreceu o desenvolvimento da cidade de São Paulo, pois atraiu para a capital empreendimentos dos setores secundário e terciário. Dessa transformação, resultou, concomitantemente, um acentuado crescimento populacional, tanto oriundo de outras regiões do país como do exterior.
38. a) Dada a crescente crise política, Dom Pedro II foi, gradativamente, perdendo o apoio de seus principais segmentos de sustentação no poder: as elites agrárias, a Igreja católica e o Exército.
- b) Carro-chefe da economia brasileira, as questões envolvendo o café tiveram grande peso para a queda de Dom Pedro II, como a perda de mão de obra escravizada com a assinatura da Lei Áurea.
39. a) O Partido Republicano, com suas ramificações nas diversas províncias, foi importante para coordenar e disseminar a propaganda do republicanismo, rotulando a monarquia como retrógrada e anacrônica; também foi importante para aglutinar os variados tipos de descontentes com o regime imperial.
- b) Os militares positivistas, cujo líder mais expressivo era Benjamin Constant, constituíram o núcleo do golpe comandado por Marechal Deodoro, de tendência monarquista. Ademais, o republicanismo inerente à doutrina positivista fez dos oficiais do Exército, influenciados por ela, os guardiões e mantenedores do regime recém-instaurado.
40. a) A manutenção da escravidão no Brasil foi amplamente utilizada contra o regime monárquico, uma vez que representava uma herança colonial, que não condizia com a realidade e o espírito modernizador do século XIX. Portanto, foi explorada exaustivamente pelos republicanos e militares, cuja base ideológica era o progresso oriundo do positivismo.
- b) A questão militar opôs um grande número de oficiais ao imperador, destruindo o último bastião da monarquia brasileira, desgastada com as questões escravista e religiosa. Os militares retiraram o apoio ao imperador, uniram-se aos republicanos e encerraram o regime monárquico em 15 de novembro de 1889.

BNCC em foco

1. D 2. B 3. E

Frente 2

Capítulo 6 – Religião e monarquia na Época Moderna

Revisando

1. A 4. C 7. C 10. A
2. E 5. A 8. B
3. D 6. B 9. A

Exercícios propostos

1. E 2. B 3. B 4. A

5. Soma: $04 + 08 + 16 = 28$

6. E

7. a) Os reformistas condenavam a vida de luxo que o clero ostentava, bem como a venda de simonia e de indulgências.

b) A Igreja católica reagiu contra os livros considerados proibidos por meio do *Index Librorum Prohibitorum*, queimando os textos considerados proibidos e condenando os fiéis que insistiam em lê-los ou possuí-los.

8. D 13. A 18. E 23. B 28. B

9. A 14. C 19. A 24. A 29. A

10. D 15. C 20. D 25. B 30. B

11. A 16. B 21. E 26. A

12. D 17. A 22. A 27. B

Exercícios complementares

1. a) No âmbito político, a Reforma Protestante significou o enfraquecimento do poder papal e o fortalecimento das monarquias, que depois viriam a ser, em teoria, as monarquias absolutistas. No âmbito religioso, significou o fim do monopólio da Igreja católica, o seu universalismo. Desse modo, várias outras religiões e doutrinas cristãs surgiram. Além disso, a leitura e livre interpretação da Bíblia foram essenciais para essas transformações anteriores.

b) A questão socioeconômica foi transformada pelas ideias de Calvino e por seus seguidores, os calvinistas. Novas formas de ascensão de classes sociais foram possíveis, juntamente com as revoltas camponesas que estavam sendo reprimidas por senhores feudais. Por fim, uma transformação social percebida foi o acesso à Bíblia por maior parte da população devido às traduções disponíveis.

2. a) A Reforma Protestante contestou a infalibilidade do papa, a hierarquia e a corrupção do clero católico, a possibilidade de o fiel relacionar-se com Deus sem a intermediação do clero, além de questionar diversos dogmas católicos, como a salvação pelas obras, o uso do latim nas celebrações, a venda de indulgências e a prática da simonia. Já a Contrarreforma católica reafirmou os

sacramentos e os dogmas, adotou medidas para moralizar o clero, criou o *Index Librorum Prohibitorum* (que proibiu o livro de Erasmo de Roterdã), instituiu a Companhia de Jesus e os Tribunais do Santo Ofício, fortalecendo a Inquisição.

- b) Tanto a Reforma Protestante quanto a Católica eram movimentos cristãos, resultantes da crise do século XVI e tiveram como consequência atitudes de intolerância e perseguições religiosas.
3. B
4. A
5. a) Os calvinistas estão representados com roupas pretas e golas brancas, à esquerda do rio. Essa combinação e uniformidade das vestimentas indica que não existe hierarquia entre eles. Pela postura, eles aparentam estar calmos e sem muita emoção; a presença de alguns livros simboliza a clareza e a intelectualidade sem muitas sofisticações. No outro barco, estão representados os católicos, que demonstram exasperação e instabilidade. Vale ressaltar a nacionalidade holandesa do artista e lembrar que o protestantismo era forte nos Países Baixos. Além disso, os calvinistas tentam trazer mais pessoas para o barco.
- b) A Holanda era uma das referências em atividades comerciais com outras regiões da Europa. As suas companhias marítimas de comércio, como a Companhia das Índias Ocidentais e a Companhia das Índias Orientais, lucraram muito nesse período, já que iam por todo o mundo em busca de novos lucros e oportunidades. Assim, a Holanda, uma das grandes potências do período, passou a decair apenas com os Atos de Navegação da Inglaterra de 1651, responsáveis por transformar os ingleses em referência marítima.
6. a) Por meio da gravura, é possível afirmar que se trata da destruição de imagens em um templo católico por protestantes holandeses durante a Reforma Protestante. É possível, inclusive, perceber as cordas presas à imagem de Jesus.
- b) A reforma envolveu todos os setores sociais do período, dos mais humildes aos membros da nobreza, que viram nisso uma oportunidade de obter os bens da Igreja. Pode-se apontar também as revoltas camponesas que ocorreram no período.
- c) A condenação ao culto de imagens e a crítica às autoridades e à hierarquia da Igreja católica, visto que os reformistas pregavam o alcance da fé sem intermediários, por meio do sacerdócio universal.
7. B

8. Dois efeitos políticos da expansão das igrejas protestantes foram a divisão da cristandade ocidental, diminuindo a autonomia e o poderio que o papado possuía até aquele período, e o rompimento das relações entre as dinastias reinantes e o papa. Essas ações fortaleceram os monarcas e enfraqueceram o poder de Roma. A reação da Igreja católica diante dessa situação ficou conhecida como Contrarreforma e contou com algumas ações, como a instituição do *Index Librorum Prohibitorum*, que era a proibição de certos livros que a Igreja via como ameaça. Houve, ainda, a convocação do Concílio de Trento que estabeleceu medidas para frear o avanço protestante no mundo.
9. a) Os camponeses apontavam que pagavam muito mais caro do que qualquer senhor pelas lenhas das florestas e, por isso, reivindicavam que restituíssem a eles as florestas que lhes haviam sido tomadas. Além disso, exigiam que o assunto fosse resolvido e que eles não ficassem sobrecarregados com tantos impostos.
- b) A nobreza alemã e Martinho Lutero foram contra as revoltas camponesas que ocorriam na Alemanha, visto que elas questionavam as medidas que eram impostas, a concentração de terras e a exploração dos senhores. Assim, as revoltas foram reprimidas pela nobreza, os seus membros e líderes foram presos e condenados à morte, com destaque para o líder Thomas Müntzer.
10. Após a Reforma Protestante, vários outros conflitos religiosos ocorreram na Europa, como o massacre na Noite de São Bartolomeu, em Paris, um embate bastante sangrento entre protestantes e católicos. Outros eventos que podem ser citados são a Guerra dos Trinta Anos e a Revolução Puritana. Todos esses acontecimentos estiveram ligados à intolerância e ao direito à liberdade de culto. Essas questões seriam razoavelmente resolvidas pelos tratados da Paz de Vestfália.
11. a) Espanha e França simbolizavam a monarquia absolutista e o catolicismo como religião oficial. A Holanda era calvinista e possuía cidades com autonomia e voltadas ao comércio.
- b) Espanha e França eram monarquias, com uma aristocracia estratificada em sua essência. A Holanda era uma sociedade dividida em várias classes e predominantemente mercantil.
12. Os dois aspectos mais marcantes do poder político do Antigo Regime eram a hereditariedade e o sistema absolutista. Quanto à estrutura socioeconômica, era caracterizado pela hierarquia dos estamentos, formados por nobreza, clero, com camponeses e artesãos, com esses últimos na base dessa pirâmide social. A intervenção do Estado na economia era constante, principalmente para escolher melhores parceiros comerciais e fazer acordos, assim como a intervenção da

religião na política e em todos os âmbitos da vida, desde a censura até a educação. Além disso, essa Igreja onipresente era aliada da monarquia vigente.

13. As guerras de religião favoreceram a afirmação do absolutismo político, pois a repressão à maioria dos movimentos na Europa fez com que as monarquias se reafirmassem no poder. Além disso, a busca por unificação da moeda, pesos e medidas foi uma ação comum entre esses reis, além da uniformização da língua e da cobrança de impostos. É preciso ressaltar que nem todas essas medidas foram possíveis durante esse momento da modernidade. Dois fatores que funcionaram como resistência à centralização foram a presença dos poderes locais, que não deixavam o rei tomar a maioria de suas decisões, e a existência de leis em diferentes localidades do reino.
14. A mobilidade no Antigo Regime era horizontal, ou seja, dentro da mesma camada social. O local de uma pessoa na sociedade era determinado pelo nascimento ou por hereditariedade/linhagem. Os privilégios eram vistos como naturais para cada uma dessas colocações, o que dificultava a ascensão social. Mesmo que ela ocorresse, era vista com preconceito.
15. A
16. a) O pensamento medieval está baseado no princípio cristão, a religião é essencial nessa compreensão. Desse modo, no primeiro trecho, o governante deve seguir esse princípio. Não existe a separação entre moral, religião e política, pois, na Idade Média, essas questões se misturam constantemente. Por isso, o texto de Santo Agostinho mostra o verdadeiro governante como aquele que é fiel à religião e a Deus.
- b) O pensamento moderno se baseia nos princípios da separação entre o público e o privado e da autonomia. Assim, para Maquiavel, o governante deve mais aparentar do que realmente ser um cristão, pois o mais importante seria conquistar a admiração de seus súditos. Nesse contexto, o papel da Igreja nas decisões políticas já não era tão forte.
17. A
18. E
19. O atual território alemão, nesse período, era dominado pelo Sacro Império Romano-Germânico, formado por milhares de unidades políticas distintas. Ele possuía principados, ducados, cidades autônomas, bispados, entre outros territórios. Devido a essa fragmentação, não existia um exército permanente nessa região, o que implicou uma guerra ainda maior entre todos esses setores. Essa configuração diversa contribuiu para uma catástrofe demográfica.
20. A bondade foi excluída do critério legitimador do poder do príncipe por ser uma noção mais presente no pensamento político medieval. O rei precisava honrar e seguir as virtudes cristãs, morais e príncipescas. O rei maquiaveliano, se fosse

bom, poderia correr o risco de perder o próprio reino. O rei bom não é eficiente em manter o seu reino, para conservar as novas conquistas deve se apresentar aos seus súditos como legítimo, relegando à religião um papel secundário.

21. E

22. a) Para compreender essas monarquias, segundo Marc Bloch, não basta analisar a organização administrativa, judiciária e financeira, mas compreender as suas crenças, como essas pessoas podiam acreditar na cura das escrófulas e por que possuíam essas ideias.

b) A teoria do direito divino dos reis se baseia em dizer que o rei possui o poder absoluto porque ele foi escolhido por Deus, logo deveria governar da melhor maneira possível, pois foi escolhido para essa finalidade.

c) A política econômica desse período foi o mercantilismo, que incentivava as atividades comerciais para fortalecer a monarquia. Entre outras características, o mercantilismo envolvia o intervencionismo estatal, o protecionismo alfandegário e a exploração dos territórios coloniais, visando ao próprio abastecimento e crescimento da metrópole.

23. a) A forma de governo era a monarquia absolutista, o chamado absolutismo monárquico.

b) Esse governo era justificado pelo direito divino dos reis, o rei havia sido escolhido por Deus para governar na Terra. Outra questão era a do nascimento, pois ele teria nascido na família certa e deveria exercer as suas ações políticas da melhor forma.

24. A 25. A 26. C

27. a) O Parlamento. Essa instituição era dividida em duas câmaras: a câmara alta (dos Lordes) e a câmara baixa (dos Comuns).

b) O documento mais importante para a fundação dessa instituição é a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*) de 1689, que limitava as ações do rei e colocava mais peso nas decisões do Parlamento para a aprovação de impostos, a necessidade de sua convocação etc.

28. A Revolução Gloriosa é interpretada como uma revolução liberal porque “liberal” era, nos sentidos político e econômico, aquele que buscava os direitos individuais. Ela é também parlamentar porque defendeu a existência do Parlamento e o seu fortalecimento, submetendo o rei às suas prerrogativas. Por fim, foi burguesa ao trazer transformações fundamentais para o que viria a ser o capitalismo e a Revolução Industrial. Vale ressaltar que essa não foi uma revolução que colocou a burguesia no poder e muito menos foi liderada por ela.

29. A

30. a) Algumas mudanças que ocorreram no século XVIII foram: a Inglaterra criou mais bancos locais, o que fortaleceu a Coroa, o Parlamento e a própria população, que teria acesso a juros mais baixos; foi implantada a liberdade comercial sem restrições para o tráfico de escravizados e o comércio com as Índias Orientais; além do que viria alguns anos depois com os cercamentos e a delimitação das terras.

b) A Revolução Inglesa foi essencial em seus propósitos de maior abertura comercial, de transformação do modelo de monarquia absolutista para uma monarquia constitucional, e ainda mais quando reforça a presença do republicanismo, mesmo que de curta duração e fracassado. Essas noções republicanas repercutiram em todo o mundo, e o contexto inglês propiciou isso. Outras justificativas que podem ser dadas são: a liberdade como autogoverno, o questionamento da existência de um poder arbitrário. Essas e outras ideias foram essenciais no mundo contemporâneo e não somente no âmbito econômico, mas política e socialmente também, pois mesmo que alguns dos grupos mais radicais tenham sido reprimidos, os seus ideais foram expandidos por todo o mundo.

BNCC em foco

1. A expansão da Reforma Protestante foi possível devido à invenção da imprensa, ao crescente comércio entre os vários reinos e às disputas entre os nobres e a Igreja católica. A Igreja passou a reunir as autoridades católicas para planejar e impedir o crescimento do protestantismo no mundo. O Concílio de Trento, a Inquisição e o *Index* dos livros proibidos foram essenciais para a tentativa de barrar essa expansão. O continente americano teve apenas um reformador, ao norte, porque a população da região, na época, era composta basicamente de católicos e de indígenas.

2. A

3. a) A estratificação social e a prática da política econômica mercantilista. Além disso, a possibilidade de ação do rei era justificada pela teoria do direito divino.

b) O absolutismo esteve presente entre os séculos XVI e XVIII, a chamada Idade Moderna. Mas isso poderia variar em cada um dos reinos, mais tarde países, como no caso da Rússia czarista, onde esse regime terminou apenas no século XX.

c) O poder, que o texto afirma vir do rei e dos seus nobres. Hoje em dia, o poder teoricamente, emana do povo e não de Deus, pois a maioria dos Estados se propõem laicos. Os governantes não são pessoas sagradas e, por isso, são responsáveis por seus atos, respondem judicialmente por eles e podem ser afastados de seus postos.

Capítulo 7 – O século XVIII: a Revolução Industrial e o Iluminismo

Revisando

1. B

2. Soma: $02 + 08 = 10$

3. D

4. Soma: $01 + 02 + 04 + 08 = 15$

5. Soma: 04 8. E

6. B 9. B

7. A 10. E

Exercícios propostos

1. D 5. A 9. A 13. C

2. B 6. B 10. B 14. A

3. E 7. A 11. E 15. C

4. E 8. D 12. B 15. C

16. Tanto Jacob quanto os iluministas defendiam a igualdade, a primazia da razão e tinham aversão à escravidão. No entanto, diferentemente da maior parte dos iluministas, Jacob admite a igualdade entre homens e mulheres no casamento.

17. D 18. A 19. C 20. E

Exercícios complementares

1. a) O texto de Friedrich Engels aborda o período da Revolução Industrial. Esse período foi marcado por péssimas condições de trabalho, pela luta de classes entre operariado e burguesia, assim como pelo surgimento das associações trabalhistas.

b) Classe operária e burguesia.

2. a) A classe operária inglesa surgiu em meio a um processo de industrialização, que, por seu lado, estabeleceu péssimas condições trabalhistas. As pessoas trabalhavam mais de nove horas por dia, não possuíam direitos trabalhistas, o espaço das fábricas era insalubre e as condições de saúde eram precárias. Diante disso, os trabalhadores passaram a se organizar, bem como protagonizaram o movimento de quebra das máquinas, a exemplo do ludismo e do cartismo. Essas revoltas geraram união entre os trabalhadores, possibilitando a luta por seus interesses enquanto classe.

b) As lutas dos operários foram reconhecidas pela existência dos sindicatos e pelo direito de se associarem como uma coligação. A redução da jornada de trabalho para oito horas e a regulamentação do trabalho infantil.

3. a) Para os empresários, a greve significava a perda de dinheiro, já que a mão de obra infantil era responsável pela maior parte das vendas. Além disso, este ato significou uma ação política organizada por trabalhadores, o que evidenciou o caráter de classe desse grupo, bem como serviu para chamar a atenção das pessoas para as condições de vida e trabalho.



- b) A Revolução Industrial utilizou a mão de obra infantil em todos os campos, na mineração, nas tecelagens ou nas construções civis. As crianças trabalhavam longas horas nas indústrias, recebiam as piores remunerações e eram submetidas à violência física e psicológica. Apenas no século XX o trabalho infantil passou a ser considerado um abuso e proibido pela maioria dos países no mundo.
4. A Revolução Industrial gerou grandes transformações tecnológicas e mudanças no modo de vida das pessoas, além de ter marcado o surgimento de classes: a burguesia de um lado e o operariado de outro. O pioneirismo inglês ocorreu devido ao combate com seus adversários políticos e econômicos, além da baixa existência de barreiras internas no país. Ademais, a proibição de chitas indianas em 1721 e o incentivo à produção interna foram fatores que possibilitaram esse pioneirismo inglês.
5. E 7. D 9. B 11. A
6. D 8. E 10. C 12. B
13. a) A sociedade europeia do século XVII era permeada pelo Antigo Regime, que possuía o predomínio do clero e da nobreza. A partir da pintura, é possível perceber como as festas, os bailes e os banquetes eram essenciais para a criação da imagem do monarca absolutista e de seus grupos de nobres. Além disso, existia a hierarquia social entre o clero, a nobreza e os demais membros da sociedade.
- b) José II é considerado um déspota esclarecido pelas suas reformas na Áustria, por meio do estímulo à educação, à fundação de escolas e à diminuição da censura, embora, é claro, todas essas medidas fossem feitas sem o chamado “absolutismo” ser afetado e muito menos os privilégios do clero e da nobreza diminuídos.
14. O século XVIII foi constituído pelo movimento iluminista, e dentro dessa perspectiva estavam Rousseau, Montesquieu, Voltaire e Kant. Esse movimento possuía como propostas essenciais a tolerância religiosa em todos os lugares, visto que os conflitos entre protestantes e católicos ocorriam desde há muitos séculos. Além disso, eles defendiam diferentes formas de ação do Estado, mas é essencial considerar que todos eles possuíam propostas de governo e, claro, nenhuma delas era o absolutismo monárquico. Por fim, esse movimento pregava a necessidade da liberdade como princípio básico; não era mais possível viver em um governo que oprime e não permite a liberdade de expressão e de opinião.
15. Dois elementos que podem ser considerados na cena são uma espécie de jornaleiro com vários papéis na mão que parecem notícias, o que era frequente no século XVIII, a difusão de obras e livros em folhas maiores. Outro elemento seria a mesa cercada com pessoas ilustradas; aparentemente eles parecem conversar sobre o globo ao lado e um livro está aberto na mesa. Esse segundo elemento se associa ao Iluminismo, que buscava debater novas formas de governo, como a política deveria ser feita, quais os limites dela e os direitos dos homens.
16. a) Portugal e Prússia.
b) Nos livros didáticos, esse momento de reformas é explicado como despotismo esclarecido e ele é constantemente associado ao Iluminismo, mas sabe-se que esse é um equívoco comum; afinal, esses reis não eram ilustrados no sentido de debaterem com iluministas e aderirem realmente às críticas que eram feitas por esses pensadores. De todo modo, os livros representam esse período como o crescimento e incentivo à educação pública, a criação de escolas e academias literárias, além do incentivo à cultura, às artes e à filosofia, que ao mesmo tempo incentivou as críticas ao Antigo Regime.
17. O nome dessa forma de governar é despotismo esclarecido. Os monarcas europeus modernizaram sua maneira de governar, racionalizando a administração para torná-la mais eficiente.
18. B
19. a) O período do Antigo Regime na França foi marcado pela divisão social em três estamentos. Nesse caso, o terceiro estado era o que mais sofria com as políticas francesas. A Guerra dos Sete Anos e a Independência dos Estados Unidos foram conflitos que aprofundaram ainda mais os problemas que o país vivia, o endividamento era enorme e não era mais possível manter a mesma qualidade de vida como na época de maior exploração do Caribe.
- b) Os mercantilistas afirmavam, como princípio básico, que a renda de uma nação é advinda dos ganhos do comércio. Para que isso ocorra é preciso a criação de monopólios e proteções que permitam maior crescimento interno. Por outro lado, para os fisiocratas, a base da economia é agrária; o uso da terra é visto como lucro. Desse modo, o protecionismo deveria ser modificado, bem como ser adotado o livre-comércio.
20. C

BNCC em foco

1. a) A produção têxtil interessava ao rei na medida em que ele poderia fortalecer a própria imagem e utilizar como fonte de arrecadação. A nobreza fundiária e ovina se interessava por ser a fornecedora da lã, que era o material predominante na Inglaterra. Os plebeus se beneficiavam de outras formas, como a comercialização dos tecidos que seria feita pelos burgueses (comerciantes propriamente), o trabalho remunerado e uma renda adicional quando possível.

- b) A produção têxtil foi a base para que a Revolução Industrial pudesse se desenvolver na Inglaterra.
2. a) Na Bíblia o trabalho era visto como um castigo severo imposto por Deus a Adão e Eva. Para a burguesia o trabalho era uma prevenção contra o pecado mortal da preguiça, então era incentivado. A aristocracia não valorizava o trabalho e o via como uma ação ligada às pessoas mais simples. O trabalho manual em si era visto negativamente por ela.
- b) Os trabalhadores foram sendo disciplinados pelo início da criação dos relógios. Havia o controle na entrada e na saída das fábricas e não poderiam ter tempo de descanso e almoço. Tudo isso era justificado pela eficiência do trabalho final. Além disso, a remuneração era um dos principais artifícios para manter essas pessoas trabalhando por tantas horas.
3. O enciclopedismo incentivou a busca pelo racionalismo e a valorização das ciências que estavam em emergência no período. Os ideais iluministas eram propagados pelos jornais, pelas enciclopédias e por debates entre os ilustrados, o que colaborou para a expansão desses ideais e a criação de novos a partir dessa difusão.

Capítulo 8 – As Revoluções Atlânticas

Revisando

1. D 2. B 3. D
4. Soma: 01 + 02 = 03
5. E 6. D 7. E
8. Soma: 01 + 02 + 08 = 11
9. E 10. A

Exercícios propostos

1. E
2. a) Entre os direitos naturais citados pelo intelectual estão o direito à vida e à propriedade.
- b) O historiador afirma que “a busca pela felicidade” é uma expressão ambivalente, que deve ser lida tanto em seu sentido literal como histórico. Isso porque, quando comparada com o repertório teórico e semântico dos debates políticos da época, essa expressão indica o direito à propriedade entendida como “tudo aquilo que pertence ao indivíduo”.
- c) Sim, é possível afirmar que a declaração é revolucionária, compreendendo o termo como uma proposta de ruptura da ordem vigente dos valores absolutistas. Quando relacionada ao seu contexto histórico, o seu corpo teórico se propõe como uma declaração escrita que apela à universalidade da razão e que defende um governo constituído e representante da então chamada sociedade civil.



3. D 6. A 9. C 12. D
 4. B 7. E 10. C
 5. D 8. B 11. B

13. a) De acordo com o texto, os escravizados se articulavam por meio de fugas, mobilizações coletivas e de laços de solidariedade com base nos idiomas, nas danças e na religiosidade. Dessa maneira, a história demonstra que a manutenção da diversidade cultural na diáspora se mostrou fundamental para resistir à ordem colonial escravista.

b) Dentre os impactos históricos da revolução haitiana estão a subversão da ordem colonial local com o fim da escravidão e a conquista temporária da independência em relação à França, além da construção de um paradigma étnico e político que teve repercussão internacional e que influenciou eventos como a Conjuração Baiana e a Revolução Pernambucana no Brasil, respectivamente em 1798 e 1817.

14. C 19. A 24. A 29. E
 15. C 20. E 25. B 30. D
 16. C 21. E 26. E 31. A
 17. C 22. E 27. B 32. A
 18. B 23. D 28. C

33. Soma: $02 + 08 = 10$

34. D 35. D 36. A

37. Soma: $01 + 02 + 04 + 16 = 23$

38. E 39. A 40. E

Exercícios complementares

- Uma das principais repercussões foi o choque que a declaração gerou em todo o mundo, mas, principalmente, na América, pois significava que era possível uma separação formal entre colônia e metrópole. Por meio da litografia da inauguração percebe-se uma grande estrutura, que simbolizaria uma renovação; a exposição mostrava as evoluções tecnológicas em curso naquele momento. Além disso, o primeiro cartaz demonstra a importância que esse evento teve para a história dos Estados Unidos, enfatizando a liberdade como seu princípio norteador, sem dependência nem subordinação à outras potências.
- Ambas as declarações possuem influências das ideias iluministas e da expansão do liberalismo, especialmente no trecho que trata sobre o direito à propriedade privada. Outros eventos históricos que podem ser citados são a crise do Antigo Regime como uma contestação dos franceses e, no caso americano, o fim da dominação colonial.
- a) A Inglaterra tomou várias medidas para lucrar ainda mais sobre a colônia: foram a Lei do Chá (1773), que deu à Companhia das Índias Orientais o monopólio da venda do chá para a América do Norte, prejudicando comerciantes locais; e as Leis Intoleráveis (1774), que definiam o

fechamento do porto de Boston, a ocupação militar de Massachusetts e a supremacia da justiça britânica.

- b) “Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos [...]” Esse trecho serve como exemplo de que não seria mais tolerável governos que fossem abusivos e usurpadores; eles não poderiam determinar tudo o que queriam, e isso dava direito às pessoas de criarem uma nova ordem, instituir novos governos.

4. E 5. B 6. C

7. a) A tolerância religiosa e a liberdade de expressão eram questões essenciais defendidas pelos ilustrados, principalmente pelas constantes censuras que ocorriam naquele período.

b) Um dos fatores principais está relacionado ao fato de a Inglaterra querer impor mais controle quando não era mais possível reagir de tal modo. Os colonos desejavam mais autonomia e isso envolvia não depender inteiramente da Inglaterra. Assim, a imposição de novos impostos e de um exército permanente foi um aspecto importante para o início da revolução.

8. a) Essa emissão simbolizava a nova sociedade e a oficialização do novo governo; uma república em oposição à monarquia de George III.

b) São exemplos a criação de novos impostos em diversos setores (os colonos não concordavam mais com esses abusos) e, junto com isso, a implantação de um exército permanente nas Treze Colônias: os próprios habitantes.

c) O dólar ter se tornado o padrão monetário internacional permitiu que os Estados Unidos se tornassem um país de relevância nos demais locais; as outras economias dependiam da comparação com o dólar para terem ou não valor, e isso dava uma hegemonia maior a essa nação.

9. D 10. D

11. a) Dois eventos foram essenciais para a conjuntura internacional e para o levante no Haiti: primeiro a Revolução Americana e depois a Revolução Francesa. Ambas foram primordiais para a mudança da percepção dos escravizados na ilha. Em contrapartida, o Haiti também influenciou diretamente os franceses.

b) A característica essencial foi o processo de independência ter sido realizado por uma rebelião de escravizados, o que surpreendeu a América, em um período marcado pelo domínio das metrópoles em suas colônias. Isso se refletiu no Brasil, pois os ex-escravizados assassinaram os proprietários brancos da ilha, o que gerou medo entre essa classe na colônia portuguesa.

12. C 13. A

14. Soma: $01 + 02 + 16 = 19$

15. A 16. E

17. a) O primeiro texto se refere à tomada da Bastilha, momento em que revoltosos caminharam pelas ruas ostentando com cabeças de nobres em estacas. Naquele contexto, a França estava se apresentando contra o Antigo Regime, a antiga sociedade de ordens, a desigualdade jurídica, o absolutismo monárquico e a mudança da economia de base agrária e mercantilista para um maior intervencionismo.

b) Os dois textos mostram a violência das manifestações populares do início da Revolução Francesa, a tomada da Bastilha, as punições, as torturas, entre outros fatores. No último trecho evidencia-se que o autor reconhecia as brutalidades do Antigo Regime, as penas de morte, os maus-tratos e os castigos, e isso era uma resposta ao que membros das classes mais privilegiadas causaram às demais camadas em momentos anteriores.

18. a) O gráfico mostra a péssima condição de vida dos camponeses na França, que obtinham apenas 35% da colheita de suas terras, com toda a outra parte sendo dividida entre o clero, o rei, o senhor da terra. Por isso, era muito difícil que os camponeses conseguissem melhorar suas condições de vida. A partir do gráfico, é possível visualizar como essa desigualdade afetava a vida dos camponeses e caracterizava a realidade do Antigo Regime às vésperas da Revolução Francesa.

b) A questão econômica foi essencial para o terceiro estado, pois este estava em situação de miséria e precisava de uma ação do Estado. A maior parte da burguesia via-se excluída desse sistema e queria pagar menos impostos. Por isso, a economia foi um elemento fundamental para essas relações.

19. É possível perceber que existem muralhas ao redor da prisão; e que a construção é muito alta (comparando-a com as pessoas ao redor dela). O significado político estava associado às violências protagonizadas durante o absolutismo monárquico; a derrubada da muralha marcava a demolição do Antigo Regime. Socialmente, isso mostrava que a participação da população era essencial na revolução e a tomada da Bastilha se tornou um ato simbólico.

20. B 21. E

22. Soma: $02 + 04 + 08 = 14$

23. A

24. a) Nesse período, a França enfrentava: as pressões e revoltas dos *sans-culottes*; uma crise econômica acentuada; o tabelamento de preços e salários; o período de “Terror”.

b) A tentativa de estabelecer outras referências está relacionada ao sentido de domínio dos símbolos que o calendário e o relógio podem exercer. Nesse

- caso, os revolucionários não queriam perpetuar os símbolos que faziam parte do passado; assim, era preciso uma desvinculação com a Igreja e criar uma nova identidade da França.
- c) O novo calendário relacionou-se com as ideias ilustradas por conta das críticas ao poder da Igreja, levando à substituição do calendário gregoriano, que era baseado em eventos e expressão da religiosidade cristã. Assim como os ilustrados, a maior parte dos revolucionários franceses também desejava mudanças mais estruturais.
25. Duas medidas tomadas nesse contexto foram a Lei do Máximo, que tabelava os preços dos alimentos, e a criação de um novo calendário.
26. Após a morte de Napoleão Bonaparte, a Europa percebeu a necessidade de reorganizar todo o mapa. Esse Congresso previa o retorno das famílias reais derrotadas pelas tropas de Napoleão, como a restauração dos Bourbons. Além dessas problemáticas, esses países decidiram criar a Santa Aliança, um acordo político que seria selado pelas grandes potências monárquicas. A definição de um novo contexto internacional era a sua essência.
27. C
28. B
29. a) Napoleão Bonaparte ascendeu como imperador na França devido à sua participação na Revolução Francesa. Ele foi militar e se destacou nas guerras da Itália e do Egito. As vitórias trouxeram-no prestígio e ele foi eleito para liderar o Golpe do 18 Brumário, quando passou a governar a França por meio de uma monarquia.
- b) Bonaparte passou a censurar ainda mais a oposição e houve a reabertura do Senado e dos Tribunais, que na verdade não possuíam tanto poder de fala, mas representaram mudanças ocorridas.
- c) No contexto internacional ocorria o bloqueio continental, protagonizado por Napoleão contra a Inglaterra. O objetivo era enfraquecer a economia dos ingleses e impedir a exportação de mercadorias industrializadas para outros países da Europa. Além disso, houve a fuga da família real portuguesa para o Brasil, visto que Napoleão era uma ameaça.
30. a) É possível citar Jean-Jacques Rousseau, Denis Diderot, Jean d'Alembert, Montesquieu ou Voltaire.
- b) A defesa da razão como caminho para o conhecimento humano, defendido pelo Iluminismo, em oposição aos fundamentos católicos do Antigo Regime e a proposta do liberalismo político em contraposição à centralização dos reis absolutistas com a política econômica mercantilista. É possível, ainda, apontar que o reforço da razão pelos iluministas levou à formulação de que o Estado deveria ser laico, em oposição à ingerência política e moralizante da Igreja católica, redefinindo o papel da educação (laica, pública e científica) que, a partir de então, teve entre os iluministas muitos de seus defensores.
- c) O sufrágio universal masculino, a Lei do Máximo ou a abolição da escravidão, no caso da Convenção. No Diretório, é possível mencionar a suspensão de diversas leis da Convenção, como o retorno do voto censitário.
31. a) Os grupos indígenas foram uns dos mais afetados com a apropriação e expulsão feita pela expansão ao oeste. O México esteve entre os países mais afetados, pois teve de fazer um acordo com a venda do Texas e outras regiões anexas.
- b) O Destino Manifesto era a crença de que os norte-americanos possuíam uma orientação divina de que deviam se expandir e conquistar novos territórios; por isso, a expansão para o oeste foi uma consequência desse pensamento. Eles acreditavam que poderiam avançar sobre o oeste e dominar novas regiões – ao custo de muitas vidas.
32. O setor financeiro estrangeiro lucrou com o financiamento da construção de ferrovias. Uma das transformações no Brasil foi a integração de diferentes regiões, uma melhor circulação de pessoas e o transporte de mercadorias. Nos Estados Unidos, isso facilitou a ocupação do oeste, o aumento do transporte de mercadorias e a exportação de produtos primários e manufaturados.
33. a) O Destino Manifesto afirma que um povo foi escolhido por Deus para uma missão civilizatória, que seria a expansão para o oeste. Essa relação entre religioso e político reafirmaria a ideia de uma missão mundial: a liberdade e a construção de uma grande nação.
- b) A relação entre a autoimagem e a política externa norte-americana pode ser vista no processo de expansão de território (compra de áreas que até então pertenciam ao México) e de ideais (exportação de políticas culturais).
34. a) A exclusão social dos negros no sul dos Estados Unidos está associada: ao surgimento da Ku Klux Klan, que perseguia os negros e seus aliados; à falta de apoio financeiro dos bancos ao projeto dos republicanos radicais após a Depressão de 1873 etc.
- b) A Guerra de Secessão ocorreu pela oposição entre o Norte (industrial) e o Sul (agrário). Além das diferenças entre as regiões, o que envolvia a defesa do protecionismo e a abolição da escravidão, o Sul tinha a economia dependente da mão de obra escrava.
35. a) A questão indígena se relaciona diretamente à marcha para o oeste. Milhares de indígenas morreram por causa dessa expansão; os norte-americanos os viam como um obstáculo para seus objetivos. As terras para agricultura foram apropriadas dos indígenas, enquanto a vulnerabilidade social e política desses grupos apenas se agravava.
- b) Na literatura e na cultura norte-americanas, esse momento é retratado no cenário do velho oeste e dos desertos, demonstrando uma expansão sem limites e o massacre dos indígenas. No entanto, o processo de expansão, como os eventos históricos em geral, teve outras nuances não representadas amplamente.
36. A
37. B
38. O Norte defendia o protecionismo e o fim da escravidão, enquanto o Sul era dependente do trabalho escravo e declarou a secessão do país para formar os Estados Confederados em oposição à União. O que estava em jogo era a política e a economia de cada uma das regiões.
39. a) A proposta da Doutrina Monroe era combater as tentativas de recolonização dos países da América Latina, ir contra a Santa Aliança e a sua ideia de retomada das colônias.
- b) No governo de Roosevelt houve a troca da Doutrina Monroe pela “política do *big stick*”, uma postura imperialista dos EUA em relação à América Latina. A intervenção na República Dominicana e outras ações que seriam protagonizadas pelos norte-americanos demonstraram esse interesse por expansão e influência.
40. Politicamente, o Antigo Regime se caracterizava pelo absolutismo, o que criava certas liberdades de ação ao monarca, mas não um poder absoluto, que, aliás, nunca saiu do plano teórico. Nesse caso, o rei era freado pelas decisões dos demais estados e precisava fazer acordos se quisesse aumentar ou criar novos impostos. O âmbito econômico se estruturava no mercantilismo; então pretendia uma economia voltada ao mercado interno. Socialmente, se dividia em estamentos (clero, nobreza, burguesia e camponeses). O clero e a nobreza pagavam apenas dois impostos, enquanto as demais camadas pagavam mais.

BNCC em foco

1. A
2. B
3. B